

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Marinilse Candida Marina Busato

MARITO E BUOI DEI PAESI TUOI: estratégias familiares de
friulanos na região de colonização italiana do
Rio Grande do Sul (1880-1964)

Passo Fundo
2021

Marinilse Candida Marina Busato

MARITO E BUOI DEI PAESI TUOI: estratégias familiares de
friulanos na região de colonização italiana do
Rio Grande do Sul (1880-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutora em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo
2021

CIP – Catalogação na Publicação

B976m Busato, Marinilse Candida Marina
MARITO E BUOI DEI PAESI TUOI [recurso
eletrônico]: estratégias familiares de friulanos na região
de colonização italiana do Rio Grande do Sul (1880-
1964) / Marinilse Candida Marina Busato. – 2021.
9.7 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Tedesco.
Tese (Doutorado em História) – Universidade de
Passo Fundo, 2021.

1. Genealogia. 2. Profissões. 3. Dialeto friulano.
4. Emigração - Itália - Brasil. 5. Colonização italiana -
Guaporé (RS). I. Tedesco, João Carlos, orientador. II.
Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Marinilse Candida Marina Busato

MARITO E BUOI DEI PAESI TUOI: estratégias familiares
de friulanos na região de colonização italiana do
Rio Grande do Sul (1880-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutora em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Aprovada em 11 de novembro de 2021.

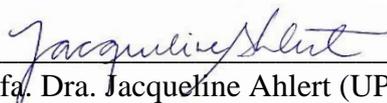
BANCA EXAMINADORA



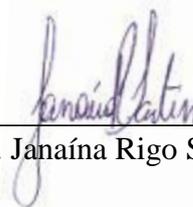
Prof. Dr. Antonio de Ruggiero (PUCRS)



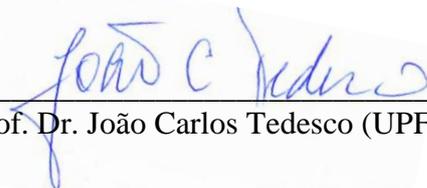
Prof. Dr. Javier Pablo Grossutti (UNIPD)



Profa. Dra. Jacqueline Ahlert (UPF)



Profa. Dra. Janaína Rigo Santin (UPF)



Prof. Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Como forma de admiração e gratidão ao incansável e múltiplo trabalho das mulheres imigrantes e descendentes, dedico este trabalho àquelas de minha família (*in memoriam*): Magdalena Mariuzza, Elisa Di Domenico, Anna Valentina Favaro, Maria Battistella e Alba Scussel. Em especial, às minhas *nonnas* Olímpia Battistella Pulga e Candida Di Domenico Santin.

Agradecimentos

Ao caríssimo professor João Carlos Tedesco, que, muito além de um grande orientador, pesquisador e professor, é um verdadeiro exemplo de bondade e ética! Agradeço pelas obras que publicou, pela orientação, amizade, compreensão e preocupação. Gratidão infinita por absolutamente tudo! És fonte de inspiração para todos os teus alunos! A minha admiração, carinho e respeito são eternos e indescritíveis. Assim, da mesma forma, estendo meus sinceros agradecimentos à sua esposa, que, com o senhor, acolhe-nos de braços abertos!

À professora Rosane Márcia Neumann, por ter acompanhado o trabalho como orientadora nos primeiros anos de desenvolvimento da tese.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), pela bolsa de doutorado concedida.

À Universidade de Passo Fundo (UPF), ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), à Comissão de Pós-Graduação (CPG) e a todos os professores que colaboraram em minha jornada acadêmica, desde a graduação no curso de Licenciatura Plena em História, meus sinceros agradecimentos.

À secretária do PPGH da UPF Ana Cláudia, pela cordialidade e atenção.

Aos colegas que se tornaram amigos para toda a vida, em especial a Cleiane Maria Moretto, Débora Nunes de Sá, Indaia Dias Lopes, Leandro Mayer e Vanucia Gnoatto.

À banca examinadora, por aceitar participar da avaliação do trabalho, além do tempo disponibilizado para leituras e apontamentos.

À professora Federica Bertagna, por aceitar me orientar durante o período de pesquisa na Itália e por prestar suporte na viabilização do estágio, que infelizmente, em função da Covid-19, não foi possível realizar.

Ao professor Antonio de Ruggiero, pelas valiosas colocações e sugestões, também na banca de qualificação da tese, que, sem dúvida, fizeram-me compreender um mundo diverso da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Essa percepção de um pesquisador italiano inserido na nossa realidade cotidiana, compreendendo os dois mundos, fez toda a diferença para um olhar mais sensível sobre o tema analisado.

Ao professor Javier Grossutti, primeiramente pela sugestão, no início do doutorado, para que eu aprofundasse este tema de pesquisa. Não fosse essa ideia, o trabalho teria tomado um rumo completamente diverso. Gratidão também por ter mantido o incentivo e o interesse constantes ao longo de todos esses anos, pelo esclarecimento de inúmeras dúvidas em relação aos friulanos na Itália e em outros países, pelos importantes direcionamentos, pelas traduções dos trechos em friulano e, mais do que isso, pelos aconselhamentos, pela sondagem de campo na Argentina, para trabalhos futuros, pelo envio de diversas bibliografias. Enfim, faltam palavras para agradecer, minha dívida sempre será eterna e impagável. Pessoas como você e os demais pesquisadores citados são raridade no meio acadêmico. Grazie infinite!

Ao Edinei Santin, pela grande gentileza – mesmo residindo na Suíça – de fazer com que fontes bibliográficas sobre Mezzomonte fossem entregues em mãos na cidade onde resido.

À importante colaboração dos funcionários do Archivio di Stato di Pordenone, especialmente à Annarita Lepre, que me auxiliou em diversas vias.

Ao professor Deomar Pedro Palma, pelo auxílio nas traduções do italiano apresentadas neste estudo e pela importante amizade.

À professora Maíra Vendrame, pelo incentivo constante para que eu continuasse trabalhando com temas ligados ao contexto micro-histórico.

À Victória Marina, minha querida prima, pelo grande auxílio com o acesso ao processo-crime utilizado na tese.

À Martha Pasquali e a toda a família, pela disponibilidade para entrevistas e pela acolhida, além do empréstimo de inúmeros documentos.

À Maria Astolfi, pela receptividade em me hospedar na sua casa por vários dias, além da disponibilidade em ceder diversas fontes sobre sua família.

A Adelar, Lucimar e José Carlos Filippon, assim como a toda a família, pelo empréstimo de materiais e álbuns familiares e pelas entrevistas.

À Morgana Fávero, pelas ilustrações no trabalho.

À Sandra Reder, pela disposição diária de relatar sobre seus antepassados.

Ao Vicente Dalla Chiesa, que, muito além de um colega de pesquisa, é um grande amigo.

A Élia Longhi e Leonir Razador, por todo o auxílio e receptividade.

À Anita Di Domenico Battistela, pelo apoio e incentivo em vários setores.

À revisora Ana Paula Pertile, pela revisão de linguagem do texto e exímia paciência.

A todas as pessoas que colaboraram com minha pesquisa, de forma direta ou indireta. Cada uma foi essencial para a evolução do trabalho.

Aos descendentes das famílias analisadas, pelo empréstimo de materiais, pela colaboração, pela confiança e pelo tempo disponibilizados.

Ao meu esposo Guilherme, pelo apoio constante.

À minha família, pela compreensão da minha ausência e pelo infinito incentivo para que eu não esmorecesse perante os inúmeros desafios.

Agradeço a Deus e à espiritualidade por todas as oportunidades e pessoas citadas nestes agradecimentos, que certamente são presentes Dele em minha vida!

*“Ubi libertas, ibi patria”*¹ (WILLEMS, 1946, p. 15).

¹ “Onde há liberdade, aí há pátria”.

RESUMO

Por meio da reconstrução genealógica, este trabalho tem como objetivo principal analisar os movimentos de grupos familiares de imigrantes italianos e seus descendentes, principalmente da parte ocidental da região do Friuli Venezia Giulia, localizada ao nordeste da Itália. Para a análise desses núcleos, os sobrenomes são usados como fios condutores do estudo, a começar pela família Santin e suas ramificações. Esses italianos, com experiências anteriores de migrações sazonais para áreas urbanas da Europa Central, a partir de 1880, estabeleceram-se no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, inicialmente na localidade de Dona Isabel, dando vida a uma complexa rede familiar baseada em profissões artesanais. Essa rede se estendeu à localidade de Guaporé, onde o grupo foi analisado até 1964, data do último matrimônio de um descendente da família. Nesse intervalo de tempo, os núcleos parentais fizeram novas migrações para outros pontos da América Latina, mas mantiveram os contatos e laços ainda estabelecidos na Itália. A pesquisa orientou-se, portanto, por este problema central: como se dão os processos de transmutação cultural de friulanos nos espaços de destino migratório, principalmente no campo dos ofícios e das estratégias matrimoniais, para determinar sua fronteira étnico-cultural? Para responder o questionamento prevalente, foram comparadas as seguintes fontes: registros paroquiais (bataismais e matrimoniais) de vários municípios brasileiros e de um município argentino (Mar del Plata); documentos de registro civil brasileiros e italianos (certidões de matrimônio e nascimento); correspondência trocada entre famílias localizadas em diferentes partes do globo; entrevistas concedidas pelos descendentes. A metodologia seguiu a linha da história oral e da micro-história italiana, que, com base em casos específicos, insiste em uma dimensão historiográfica ampliada a nível nacional e supranacional. Não é a falta de estudos sobre a imigração italiana no Brasil que justifica este trabalho, mas o objetivo de demonstrar como a família foi o centro da dinâmica socioeconômica, especialmente em um contexto como aquele de Guaporé, que até o momento tem sido pouco explorado. Compreender as estratégias, os motivos e as especificidades de um processo migratório explica muito das atividades de grupos com profissões qualificadas, ou seja, portadores de características particulares e inseridos em um universo camponês. Evidenciou-se que determinadas tradições laborativas europeias de longa data possibilitaram a reprodução de ofícios na América Latina. Na localidade de Guaporé, por exemplo, emergiram intercâmbios de conhecimentos técnicos e práticos entre grupos de artesãos originários das zonas montanhosas, não só do Friuli, mas também do restante do arco Alpino. Eram grupos originários de regiões italianas vizinhas que apresentavam conhecimentos extra-agrícolas, em

grande parte eram alfabetizados e possuíam alguma disponibilidade financeira, o que vislumbrou e viabilizou concretamente novas migrações através de redes ligadas a profissões e relações de parentesco. Alguns se industrializaram, outros, na quinta geração, ainda exercem as profissões herdadas dos antepassados, cada núcleo, porém, procurou conscientemente repropor as redes étnico-culturais e laborativas originárias.

Palavras-chave: friulanos; genealogias; imigração; profissões; redes.

RIASSUNTO

Attraverso la ricostruzione genealogica, questo lavoro ha come obiettivo principale l'analisi, degli spostamenti di gruppi familiari di immigrati italiani e dei loro discendenti, provenienti in maggioranza dalla parte occidentale della regione Friuli Venezia Giulia, nell'Italia nordorientale. Per l'analisi di tali nuclei si utilizzano come fili conduttori dello studio i cognomi, partendo dalla famiglia Santin e dalle sue ramificazioni. Questi italiani, con precedenti esperienze di migrazioni stagionali verso le aree urbane dell'Europa centrale, a partire dal 1880, si stabilirono nello stato brasiliano del Rio Grande do Sul, inizialmente nella località Dona Isabel; da qui diedero vita ad una complessa rete familiare che poggiava su una serie di professioni artigianali. Questa rete, si estese fino alla località di Guaporé, dove il gruppo è stato analizzato fino al 1964, data dell'ultimo matrimonio di un discendente della famiglia. Nel trascorrere di questo spazio temporale, i nuclei parentali realizzarono nuove migrazioni verso altri punti dell'America Latina, ma mantenendo i contatti e i legami avviati ancora in Italia. La ricerca quindi, è stata guidata da questa problematica centrale: come si verificano i processi di trasmutazione culturale dei friulani nelle aree di destinazione migratoria, principalmente nel campo delle professioni e delle strategie matrimoniali, al fine di determinare la propria frontiera etnico-culturale? Per rispondere al quesito centrale, sono state messe a confronto le seguenti fonti: registri parrocchiali (battesimali e matrimoniali) di diversi municipi brasiliani e di un municipio argentino (Mar del Plata); documenti di anagrafe civile (certificati di matrimonio e nascita) brasiliani e italiani; corrispondenza scambiata tra le famiglie dislocate in diverse parti del globo; interviste concesse dai discendenti. La metodologia ha seguito la linea della storia orale e della micro-storia italiana che, sulla base di casi specifici, insiste su una dimensione storiografica allargata a livello nazionale e sovranazionale. Non è la mancanza di studi sull'immigrazione italiana in Brasile ciò che giustifica il presente lavoro, ma l'obiettivo di dimostrare come la famiglia fosse il centro delle dinamiche socioeconomiche, soprattutto in un contesto come quello di Guaporé, finora poco esplorato. La comprensione delle strategie, le ragioni e le specificità di un processo migratorio spiega molte delle attività di gruppi con professione qualificate, vale a dire, portatori di caratteristiche particolari, inseriti in un universo contadino. In effetti, si è evidenziato che alcune tradizioni lavorative europee sono state riprodotte poi in America Latina. Nella località di Guaporé, per esempio, sono emersi scambi di conoscenze tecnico-pratiche tra gruppi di artigiani originari delle zone montuose, non solo del Friuli, ma anche del resto dell'arco Alpino. Erano gruppi provenienti da regioni italiane confinanti che presentavano conoscenze extra agricole, in gran parte alfabetizzati e, con una

certa disponibilità finanziaria, che prospettavano e rendevano concretamente possibili nuove migrazioni per mezzo di reti legate alle professioni e ai rapporti di parentela. Alcuni divennero industriali, altri, nella quinta generazione, si trovano a svolgere ancora professioni tramandate dagli avi, ogni nucleo, tuttavia, ha cercato in maniera consapevolmente di riproporre le reti etnico-culturali e lavorative originarie.

Parole Chiave: friulani; genealogie; immigrazione; professioni; reti.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão política atual da Itália.....	26
Figura 2 – Friuli Ocidental	28
Figura 3 – Planta oficial da região colonial	34
Figura 4 – Planta oficial da colônia Guaporé	36
Figura 5 – Mesorregiões e microrregiões geográficas do Rio Grande do Sul.....	37
Figura 6 – Distritos de Guaporé em 1938 e localização de Marau.....	38
Figura 7 – Atuais divisões regionais da Itália.....	47
Figura 8 – Fronteiras italianas em 1866: após a Terceira Guerra de Independência.....	49
Figura 9 – Fronteiras italianas após as grandes guerras mundiais (mapas 1 e 2).....	50
Figura 10 – Limites atuais do Friuli Venezia Giulia	51
Figura 11 – Variantes linguísticas	52
Figura 12 – Alpes e Pré-Alpes no Friuli Venezia Giulia.....	54
Figura 13 – Traçado de Val Colvera	54
Figura 14 – <i>Frazione</i> de Mezzomonte, <i>comune</i> de Polcenigo	56
Figura 15 – Localização de Mezzomonte.....	58
Figura 16 – Programação do festival Sagra della Castagna (Parte 1)	59
Figura 17 – Programação do festival Sagra della Castagna (Parte 2)	59
Figura 18 – Poffabro.....	62
Figura 19 – Localização de Poffabro, Maniago e Frisanco	63
Figura 20 – <i>Comune</i> de Maniago	64
Figura 21 – Amas de leite (Milão, década de 1900).....	76
Figura 22 – Vendedoras ambulantes de Erto (Friuli) no Piemonte (1932)	79
Figura 23 – Vendedores ambulantes friulanos (década de 1920).....	81
Figura 24 – Região de colonização italiana.....	101
Figura 25 – Divisão atual do município de Monte Belo do Sul	105
Figura 26 – Casa Fantin (Monte Belo do Sul, 2019).....	115
Figura 27 – Casa Filippon (Monte Belo do Sul, outubro de 2019)	115
Figura 28 – Descrição da casa Filippon (Monte Belo do Sul, outubro de 2019)	116
Figura 29 – Viticultura (Monte Belo do Sul, abril de 2019)	116
Figura 30 – Il Divino (Monte Belo do Sul, abril de 2019)	117
Figura 31 – Família de Candido (Mezzarobba) Santin (Bento Gonçalves, 1912)	130
Figura 32 – Enlaces de colonizadores friulanos	131
Figura 33 – Cartão postal de Mar del Plata (frente) (1914)	171

Figura 34 – Cartão postal de Mar del Plata (verso) (1914)	171
Figura 35 – Fotografia em Mar del Plata (1937)	172
Figura 36 – Descendentes das famílias De Cecco e Filippon (Mar del Plata,1992)	174
Figura 37 – Associazione Universale di S. Antonio di Padova (frente).....	175
Figura 38 – Associazione Universale di S. Antonio di Padova (verso)	176
Figura 39 – Loteamento da Linha Três de Maio	216
Figura 40 – Placa identificando as linhas (Guaporé, janeiro de 2019).....	218
Figura 41 – Capela Nossa Senhora das Graças (Guaporé, janeiro de 2019).....	218
Figura 42 – <i>Campana</i> (Guaporé, janeiro de 2019).....	219
Figura 43 – Antiga residência da família Santin (Guaporé, janeiro de 2019).....	219
Figura 44 – Propriedade da família Mariuzza (Guaporé, janeiro de 2019).....	220
Figura 45 – Família Mariuzza (Guaporé, janeiro de 2019)	220
Figura 46 – Abertura de estradas (Marau, provavelmente década de 1930).....	250
Figura 47 – Reconstituição da parte final da Linha Três de Maio	258
Figura 48 – Curtume Termignoni (1975)	262
Figura 49 – Nota de falecimento de Félix Vicente de Cecco (Mar del Plata, Argentina, 1975)	269
Figura 50 – Caderneta da casa comercial Irmãos Filippon Ltda. (década de 1950).....	274
Figura 51 – Caderneta da casa comercial Ayres Di Bernardo (1953).....	274
Figura 52 – Família Marina trabalhando na produção de ferramentas (Guaporé, década de 1960).....	280
Figura 53 – João Marina e Candida Santin ensinando a técnica aos filhos (Guaporé, década de 1960).....	285
Figura 54 – Carroceiros (Casca, década de 1930).....	288
Figura 55 – Carreteiro da colônia Guaporé (década de 1930).....	289
Figura 56 – Carreteiro com destino ao Porto de Muçum (década de 1930).....	290
Figura 57 – Cutelaria Filippon (Monte Belo do Sul, janeiro de 2019).....	292
Figura 58 – Diploma di Benemerenza (novembro de 2010)	293
Figura 59 – Oficina de Leonardo Santin (Monte Belo do Sul, janeiro de 2019).....	294
Figura 60 – Ferraria de Mário e Celso Marina (Guaporé, outubro de 2020)	294
Figura 61 – Celso e Mário Santin Marina (Guaporé, novembro de 2019).....	295
Figura 62 – Mário Marina e Adelar Filippon (Monte Belo do Sul, janeiro de 2019)	295
Figura 63 – Adelar Filippon (Monte Belo do Sul, 2014)	296
Figura 64 – Casa de Ângelo Sante Dall’Acqua (Casca, 1909).....	304

Figura 65 – Capela São Miguel Arcanjo (Linha Palmeiro, 1912).....	304
Figura 66 – Construção do grupo escolar (Casca, 1938).....	305
Figura 67 – Família de Ângelo Sante Dall’Acqua e Marina Sbardelotto (Casca, 1918)	306
Figura 68 – Antonio De Maman e família com Lucano Conedera (Guaporé, 1907)	309
Figura 69 – Residência da família Astolfi em Sarone (Caneva, década de 1870)	310
Figura 70 – Família de Antonio Astolfi e Teresa Azzalini (Guaporé, 1913)	311
Figura 71 – Matrimônio de José Astolfi e Itália Dall’Acqua (Guaporé, 1919).....	312
Figura 72 – Cooperativa Dona Candida (Guaporé, década de 1920)	312
Figura 73 – Comemoração envolvendo italianos e descendentes (Linha Colombo, Guaporé, 30 de novembro de 1918)	316
Figura 74 – Quadro patriótico (São Luiz de Cáscara, 2.º distrito de Guaporé, 30 de novembro de 1918)	317
Figura 75 – Família de Antonio Isidoro Santin e Angela Tramontina (Marau, década de 1930)	322
Figura 76 – Moinho Giuseppe Santin (Marau, década de 1920).....	322
Figura 77 – Família de Amatore Tramontina e Paolina Agostina Toffoli (Marau, década de 1940).....	323
Figura 78 – Filhos de Albino Bernardi e Augusta Filippin (Marau, década de 1950)	324
Figura 79 – Madeireira Irmãos Tramontina (Marau, década de 1960)	325

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Colonizadores da Linha Argemiro (Monte Belo do Sul, década de 1880)	102
Quadro 2 – Colonizadores da Linha Santa Bárbara (Monte Belo do Sul)	110
Quadro 3 – Patriarcas da família Santin instalados na Linha Argemiro (1880).....	119
Quadro 4 – Prole do casal Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba	122
Quadro 5 – Prole do casal Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina	133
Quadro 6 – Prole do casal Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico.....	135
Quadro 7 – Prole do casal Magdalena Mariuzza e Candido Santin	140
Quadro 8 – Prole do casal Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi.....	147
Quadro 9 – Prole do casal Giacoma Filippi e Candido Santin	150
Quadro 10 – Filiação de Giuseppe Di Domenico.....	152
Quadro 11 – Filiação de Constante Di Domenico	153
Quadro 12 – Prole do casal Constante (Filippi) Di Domenico e Lucia (De Cecco) Dreon “Della Gatta”	154
Quadro 13 – Prole do casal Domenico Filippin e Catterina Franceschina	156
Quadro 14 – Prole do casal Osvaldo Filippin e Maria Filippi	158
Quadro 15 – Família Filippin e Filippi Tomè.....	167
Quadro 16 – Família De Cecco e Filippi Tomè.....	167
Quadro 17 – Prole do casal Angel De Cecco e Carlota Filippin	168
Quadro 18 – Prole do casal Felice De Cecco e Maria Filippin	169
Quadro 19 – Prole do casal Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico.....	182
Quadro 20 – Prole do casal Magdalena Mariuzza e Candido Santin	184
Quadro 21 – Prole do casal Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo.....	187
Quadro 22 – Prole do casal Felice (Mariuzza) Santin e Elisa (Mariuzza) Di Domenico.....	190
Quadro 23 – Prole do casal Ferdinando (Mariuzza) Di Domenico e Maria (Mariuzza) Santin	192
Quadro 24 – Relação entre quadro apresentado e tronco familiar correspondente	208
Quadro 25 – Colonizadores da Linha Três de Maio (Guaporé)	212
Quadro 26 – Origens friulanas dos ferreiros	295
Quadro 27 – Prole do casal Nicolo Mezzarobba Santin e Giacoma Mezzarobba Santin.....	319
Quadro 28 – Prole do casal Antonio Tramontina e Cecilia Giacomelli	321

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul de 1882 a 1914..... 94

Tabela 2 – Índices imigratórios no Rio Grande do Sul por região italiana de proveniência.. 112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Prole do casal Ferdinando Di Domenico e Maria Santin	200
Gráfico 2 – Prole do casal Felice Santin e Elisa Di Domenico	200
Gráfico 3 – Prole do casal Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo.....	201
Gráfico 4 – Prole do casal Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba.....	202
Gráfico 5 – Prole do casal Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina	203
Gráfico 6 – Prole do casal Giuseppe Di Domenico e Maria Mariuzza	203
Gráfico 7 – Prole do casal Candido Santin e Magdalena Mariuzza	204
Gráfico 8 – Prole do casal Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi	205
Gráfico 9 – Prole do casal Constante Di Domenico e Lucia Dreon	206
Gráfico 10 – Prole do casal Candido Santin e Giacoma Filippi	206
Gráfico 11 – Prole do casal Domenico Filippon e Catterina Franceschina.....	207
Gráfico 12 – Prole do casal Osvaldo Filippon e Maria Filippi.....	207
Gráfico 13 – Composição dos matrimônios	208
Gráfico 14 – Composição dos matrimônios de todas as famílias analisadas	209

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FO	Friuli Ocidental
FVG	Friuli Venezia Giulia
RCI	Região de colonização italiana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
2	CONTEXTO TERRITORIAL DO FRIULI VENEZIA GIULIA	45
2.1	Composição da região e suas áreas distintas	45
2.2	Características do Friuli Ocidental	53
2.2.1	Mezzomonte: <i>frazione</i> da <i>comune</i> de Polcenigo	55
2.2.2	Poffabro, Frisanco e Maniago.....	61
2.3	Particularidades migratórias dos <i>montanari</i>.....	66
2.4	Imigrantes alfabetizados e as migrações qualificadas	71
2.5	Mulheres migrantes em ofícios urbanos	75
2.6	Diminuição das migrações sazonais, regionalismos e nacionalismo	80
2.7	Emigração da Itália para o Brasil	87
3	REDES FAMILIARES: DO FRIULI OCIDENTAL PARA O NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL E PARA MAR DEL PLATA, NA ARGENTINA	98
3.1	Instalação planejada dos friulanos na colônia Dona Isabel	100
3.2	Monte Belo do Sul: entre passado e presente	112
3.3	Rede matrimonial da família de Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba	118
3.4	Rede matrimonial da família de Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina.....	132
3.5	Conectando as famílias centrais: Filippi, Santin, Mariuzza, Di Domenico e Filippon.....	149
3.6	De Monte Belo do Sul, Rio Grande do Sul, para Mar del Plata, Argentina	162
3.6.1	Singularidades na emigração italiana para Argentina e Brasil	163
3.6.2	Núcleos familiares de Monte Belo do Sul para Mar del Plata.....	167
4	INSTALAÇÃO DOS NÚCLEOS FAMILIARES NA COLÔNIA GUAPORÉ..	179
4.1	Retomando a divisão patrimonial e os movimentos migratórios	180
4.2	Estruturas das famílias centrais: Santin, Di Domenico e Mariuzza em Monte Belo do Sul.....	181
4.3	Extensão dos matrimônios em Guaporé	186

4.4	Amplitude matrimonial: artifícios aplicados para a reprodução “identitária” na região de colonização italiana	197
4.5	Comunidade dos <i>furlani</i>	211
4.6	Acordos de sangue e justiça própria	223
4.7	Entre pejorativismos: do Friuli para o Rio Grande do Sul	227
4.8	Nem somente de “italianos” era feita Guaporé: múltiplas perspectivas sobre o universo campesino.....	237
4.8.1	Saldando dívidas: religião e estado.....	244
5	ENTRE ARTESANATOS E TRADIÇÕES	253
5.1	Redes de ofícios dos descendentes de italianos.....	253
5.2	Distribuição dos empreendimentos na Linha Três de Maio	257
5.3	Breve explanação sobre as conexões laborativas e étnicas.....	263
5.4	Perpetuação no trabalho artesanal	271
5.5	As mulheres nas dinâmicas laborativas das oficinas	276
5.6	Complementando os universos laborativos artesãos	282
5.7	A aquisição e distribuição de matéria-prima: dos ferreiros aos carreteiros	287
5.8	Encerrando os laços: dos friulanos ferreiros, do tronco entrelaçado Santin e Mariuzza, aos descendentes na atualidade.....	292
5.9	Outros grupos de artesãos e comerciantes: família Dall’Acqua e suas conexões.....	298
5.9.1	Giuseppe e Ângelo Sante Dall’Acqua	301
5.10	Família Astolfi.....	307
5.10.1	José Astolfi e Itália Dall’Acqua.....	312
5.11	Famílias Santin e Tramontina: ofícios e conexões em Marau	318
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	328
	REFERÊNCIAS.....	336
	FONTES	358
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	360
	ANEXO B – CARTA DE AGOSTINO BRUN AO VIGÁRIO DE POFFABRO.....	363

**APÊNDICE A – RELAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS FRIULANAS
ARROLADAS NOS QUADROS E AS *COMUNI* DE PROCEDÊNCIA364**

1 INTRODUÇÃO

Siamo vicini alle montagne, mi pare di vedere tutto le nostre – alla sinistra sono piuttosto magre, ma l’aria è buona. Potevamo andare più avanti, ma noi non siamo stati contenti perche qui pare la nostra aria, abbiamo tanta terra per famiglia che tutta quella che è in Attimis non è tanta quanta qui ne abbiamo per ogni famiglia. Qui abbiamo buoi sufficienti, ed armenti, e un cavallo, per famiglia (FRANZINA, 1994, p. 85)².

A epígrafe é um excerto da carta dos imigrantes friulanos Luigi e Oliva Binutti, fixados em Jesus Maria (província de Córdoba, Argentina), enviada em 25 de março de 1878 para o pai, que permaneceu no Friuli, Itália. Como é possível observar no trecho, os sujeitos destacam alguns aspectos importantes no contexto da imigração italiana na América Latina, entre eles: a quantidade de terras, os animais – entre eles, o cavalo, que era um símbolo das famílias mais abastadas – e principalmente as características geográficas do local em que estão inseridos, que recorda a terra de partida: as montanhas.

Impulsionados pela diversidade que representava a imigração, que foi difundida em inúmeros aspectos na América Latina, especialmente no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, os imigrantes, em função principalmente da Lei de Terras de 1850³ – que proporcionava vantagens para aqueles dispostos a colonizar essa parte meridional do país –, foram considerados generalizadamente como agricultores, e muitos, mascarados dentro de uma cultura italiana vêneta, representada pelo grande contingente de imigrantes provindos de tal região⁴. Nesse sentido, algumas particularidades no espectro dos ofícios e da cultura de determinados imigrantes italianos instigaram a curiosidade acerca do tema.

² “Estamos perto das montanhas, parece-me ver todas as nossas – à esquerda são bastante magras, mas a área é boa. Poderíamos ter ido mais para frente, mas nós não estaríamos contentes, porque aqui parece o nosso lugar, temos tanta terra por família que toda aquela que está em Attimis [Friuli] não é tanta quanto a que temos aqui para cada família. Aqui temos bois suficientes, e rebanho, e um cavalo por família” (tradução nossa). As traduções apresentadas nesta tese são de cunho livre, ou seja, pretendem manter o sentido dado pelos autores, o que com uma tradução literal, em muitos casos, não seria possível.

³ A Lei de Terras de 1850 estabelecia os critérios para a estruturação das colônias agrícolas, assim como para a legitimação das sesmarias existentes. A partir dela, o acesso à propriedade da terra seria por meio da compra. Desse modo, com a colonização, que se intensificou na segunda metade do século XIX, diversas famílias de europeus alemães e, posteriormente, italianos partiram tendo como destino o Sul do Brasil, composto, além da região da campanha e do planalto médio, pela serra, formada por terras acidentadas de difícil acesso e povoadas por grande número de indígenas (BENEDUZI, 2011).

⁴ Entre a bibliografia que trata sobre esse período na parte sul do país, sublinham-se algumas que ajudaram a refletir sobre os aspectos desta pesquisa: Battistel (1981), Battistel e Costa (1982; 2000), Costa e Battistel (2001) e Costa (1986).

Vale salientar que, anterior à grande emigração para o Brasil, cujo período-ápice ocorreu entre 1876 e 1901⁵, as transferências migratórias entre as regiões (montanha e planície) para outras partes da Europa, principalmente Europa Central, eram corriqueiras. As ditas migrações sazonais proporcionavam o aperfeiçoamento e/ou o aprendizado de ofícios⁶, caracterizando-se como migrações laborativas e conseqüentemente qualificadas. Entre aqueles adeptos às migrações internas pela Europa, o destaque desta pesquisa é dado aos friulanos que provinham essencialmente de locais montanhosos da parte ocidental da região do Friuli e que, embora caracterizados por serem camponeses por tradição, tinham também o ofício de artesãos como fonte de renda. Portanto, apesar de adeptos a constantes migrações sazonais, o grupo central de análise reproduziu na América Latina práticas artesanais tradicionalmente conhecidas do Friuli Ocidental, ou seja, dos pontos de origem familiar.

À medida que as investigações avançaram para as relações estabelecidas entre os imigrantes no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, observou-se que, entretanto, esses saberes laborativos entrecruzaram-se com outros grupos de *montanari*⁷. Nesse sentido, algumas particularidades no espectro dos ofícios e da cultura de alguns imigrantes italianos giram em torno da problemática deste trabalho, que consiste em perceber como se efetivou a racionalidade estratégica, além da transmutação cultural, étnica e econômica, dos italianos – particularmente dos friulanos e de outras famílias elencadas, providas de locais *pedemontanos*⁸ e de pontos fronteiriços da Itália – em meados do século XIX, guiado pela questão prevaiente: como se dão os processos de transmutação cultural de friulanos nos espaços de destino migratório, principalmente no campo dos ofícios e das estratégias matrimoniais, para determinar sua fronteira étnico-cultural?

Desse questionamento decorrem outros: qual era a experiência socioeconômica, cultural e política que impulsionou ainda na Itália a construção de sólidas bases familiares (matrimoniais e endogâmicas)? Qual é o papel principal que essa organização exerceu no que tange ao

⁵ Emílio Franzina (1984) divide os fluxos emigratórios italianos na seguinte cronologia. O primeiro período, anterior a 1876, é definido como uma fase arcaica. No segundo período, de 1876 a 1886, ocorre o declínio no valor dos cereais. O terceiro período, de 1887 a 1901, corresponde à desilusão com o mercado de comercialização agrícola. Esses três primeiros períodos são os mais significativos no contexto emigratório para o Rio Grande do Sul. No quarto período, de 1902 a 1927, ocorre a emigração mais expressiva para os EUA. O quinto período, de 1927 a 1948, é marcado pela política fascista. E no sexto período, de 1948 a 1973, as migrações centram-se mais no interior do continente europeu, principalmente Alemanha, França, Bélgica e Inglaterra (FRANZINA, 1984 *apud* BUOSI; NICOLETTI, 1999).

⁶ Grossutti (2018) demonstra que os friulanos desempenhavam nas migrações sazonais para o restante da Europa, em especial para a parte central, inúmeros ofícios, entre eles: construtores, vendedores, operários etc.

⁷ *Montanari* são homens originários das montanhas.

⁸ *Pedemontano* corresponde a uma parte do relevo montanhoso: os locais situados ao “pé das montanhas”. Os sujeitos *pedemontanos* não se encontravam, pois, propriamente no pico das montanhas.

fortalecimento das redes familiares conterrâneas estendidas para outros espaços do Sul do Brasil e da América Latina? Como eram aplicadas as estratégias para o fortalecimento socioeconômico, cultural e étnico (linguístico) do grupo? Até que período os friulanos se mantiveram majoritariamente como grupo endogâmico e consanguíneo? Qual era a relação laborativa dos friulanos com outros artesãos provindos de partes distintas da Itália e instalados na segunda colônia analisada (Guaporé)?

Em outras palavras, busca-se perceber como se reconstituiu detalhadamente a comunidade friulana enquanto grupo organizativo nas esferas dos ofícios, matrimônios e conseqüentemente de estratégias e no âmbito de manutenção socioeconômica e cultural, mantidos através de redes⁹ parentais, principalmente na emigração para a colônia Dona Isabel, na parte do atual município de Monte Belo do Sul, e posteriormente na migração para Guaporé. Objetiva-se perceber esse processo de reconstrução, readaptação e releitura da trajetória de grupos minoritários na gama emigratória – friulanos e, posteriormente, de forma superficial, tirolezes, belluneses e cimbros – que transitavam na Itália entre o domínio vêneto e austríaco, mas que trouxeram consigo em evidência o sentimento regionalista das aldeias de partida.

Nessa direção, Maria Catarina Zanini (2004, p. 53) explica que, no momento da emigração dos italianos no final do século XIX, eles “não se sentiam italianos no sentido de um pertencimento nacional, mesmo porque a unificação italiana¹⁰ se dera havia pouco, e muitos não concordavam com ela. Eram moradores de um *paese*¹¹ e pertencentes a determinada localidade, que se comunicavam por meio de dialetos específicos”. Logo, concordando com a autora e partindo desse princípio, o trabalho visa a perceber como esses grupos familiares se reorganizaram na parte Sul do Brasil.

⁹ “O emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após se informar previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja pessoalmente, quando retornavam [...]”. (TRUZZI, 2008, p. 203). Alguns autores que se destacam quanto ao início dos estudos sobre redes são: Ramella (1995; 2001), Grendi (1977) e Levi e Ramella (1989). Quanto ao termo cadeias migratórias, referente a estudos na América Latina, destaca-se o trabalho de Devoto (1987). Sobre redes no Sul do Brasil, sublinham-se Vendrame (2007; 2010; 2016) e Farinatti (2008; 2014; 2018). Em relação a estruturas familiares e genealogias, o que permitiu pensar acerca do tema em análise, consideram-se, entre outras, as pesquisas de Scott (2012) e Truzzi (2008; 2020).

¹⁰ A França pós-revolucionária invadiu a cidade de Veneza em 1797, dividindo o território do norte da península itálica com o Império Austríaco, assim a população respondia, em determinados períodos, aos franceses e, em outros, aos austríacos, cada qual com crença e cultura próprias. Esses conflitos franco-austríacos, que iniciaram em 1797, seguiram até 1815 (Congresso de Viena), quando o Império Habsburgo dominou a administração da região até a unificação da Itália, representada por Vittorio Emanuele II, o chamado “pai da pátria”, oriundo da casa de Savóia, que instaurou a monarquia na península já unificada (BENEDUZI, 2011).

¹¹ *Paese* é entendido não apenas como vila, ou localidade, mas também como um conjunto de relações afetivas, plenas de significados imagéticos e relacionais, utilizados na Itália (BENEDUZI, 2011, p. 15).

Para ilustrar melhor os pontos de partida dos sujeitos estudados, retoma-se o atual mapa político da Itália.

Figura 1 – Divisão política atual da Itália



Fonte: Escola Educação¹².

Conforme a Figura 1, os grupos analisados provêm do nordeste da Itália, região marcada pela tríplice fronteira: Eslovênia, Áustria e Itália. Por serem regiões fronteiriças, encontram-se suscetíveis a invasões e mesclas culturais. Nesse sentido, Lia Osório Machado (1998, p. 42) afirma que “a fronteira está orientada ‘para fora’ (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados ‘para dentro’ (forças centrípetas). A fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central”. Outro aspecto é que, além de representarem pontos que delimitam fronteiras internas (regiões italianas) e externas (outros países), os locais de partida – Friuli Ocidental (Friuli Venezia Giulia), Bolzano (Trentino-Alto Ádige), Belluno (Vêneto) e Roana (Pré-Alpes vicentinos) – também se caracterizam como montanhosos e com população outrora adepta a migrações sazonais.

Conforme exemplifica Franzina (2006), diferentemente da planície, nas regiões montanhosas prevalecia a pequena propriedade. No contexto emigratório, esses pequenos

¹² Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/mapa-da-italia>. Acesso em: 05 maio 2021.

proprietários seriam os primeiros prejudicados pela crise que a Europa enfrentava e, por isso, motivados a emigrar: embora não fossem os mais pobres, eram “os pequenos arrendatários, os pequenos proprietários, ou seja, os pequenos produtores capazes de inserir-se no mercado por si mesmos, mas incapazes, por causa da sua objetiva fragilidade, de resistir à violência das crises conjunturais” (FRANZINA, 2006, p. 39). Os mesmos desdobramentos foram observados nesta pesquisa, uma vez que se comprovou que os núcleos de sujeitos analisados eram proprietários de pequenos lotes na recém-unificada Itália.

As atividades agrícolas desenvolvidas nessas pequenas propriedades localizadas ao pé das montanhas não supriam todas as necessidades familiares. Dessa forma, anterior à emigração para o Brasil, eram grupos que praticavam as migrações sazonais para o restante da Europa como forma de obter uma renda extra, que era agregada à economia agrícola. Em relação ao Friuli, Grossutti (2018, p. 30, tradução nossa) defende que “A montanha e a *pedemontana*, vale dizer as zonas majoritariamente interessadas nas migrações sazonais nos países do centro da Europa, são aquelas que [...] apresentam uma fisionomia mais evoluída e onde os habitantes demonstram as mais altas taxas de alfabetização [...]”. Nesse sentido, Giron e Bergamaschi (2001, p. 47) explicam que: “A maioria deles era pobre, mas, como viviam na Europa do último quartel do século XIX, já conheciam algumas inovações técnicas. Muitos dos agricultores a cada ano, durante meses, deixavam a terra que cultivavam em busca de trabalho em indústrias ou obras na Itália, ou em outros países”. De acordo com o observado na pesquisa de campo, essas foram características também constatadas entre os imigrantes analisados.

Em função das frequentes migrações masculinas em busca de emprego, essas pequenas propriedades rurais, conforme Grossutti (2017), acabavam sendo gerenciadas pelas mulheres. Ou seja, devido à necessidade laborativa, os indivíduos estudados faziam parte de um grupo que se caracterizava por apresentar determinada autonomia interligada ao universo feminino, uma vez que os homens passavam longos períodos do ano trabalhando em território estrangeiro, e as mulheres ficavam responsáveis por toda uma administração em múltiplas esferas familiares. Outra especificidade relaciona-se às práticas matrimoniais: conforme Fornasin (2011), em determinadas áreas montanhosas estabeleciam-se casamentos endogâmicos. Esses fatores agregados, que caracterizam as populações em questão, direcionam para o entendimento da ocupação de espaços.

Para compreender o local de partida dos sujeitos centrais da análise, aprofunda-se a descrição da região denominada Friuli. No momento da partida, o território fazia parte de Udine; com a divisão do espaço e consequentes mudanças de nomenclatura, passou a

corresponder à província de Pordenone, que se refere ao Friuli Ocidental (FO). Pordenone foi uma das quatro antigas províncias administrativas, assim como Udine, Trieste e Gorizia, suprimidas em 2017, mas continua marcando “geograficamente” a localização das *comuni*¹³ situadas na região denominada Friuli Venezia Giulia (FVG).

Entretanto, para evitar qualquer tipo de equívoco, quando se trata dos pontos de partida de forma generalizada, utiliza-se a designação estabelecida, FO, que se refere ao território de onde emigraram as famílias evidenciadas (principalmente das *comuni* de Frisanco e Polcenigo e de suas *frazioni*¹⁴) e ao qual é dedicada a discussão do segundo capítulo. Na mesma lógica, a antiga província administrativa de Udine é atualmente o Friuli Central, enquanto os territórios em análise, da ex-província de Pordenone, são designados como FO.

Figura 2 – Friuli Ocidental



Fonte: Pordenone¹⁵.

No mapa do FO, Polcenigo aparece na cor bege, e Frisanco, em marrom. É uma província pré-alpina que compõe os chamados Alpes dolomíticos com as províncias de Belluno, no Vêneto, de Bolzano e Trento, no Trentino-Alto Ádige, e do Friuli Central, no FVG. O

¹³ *Comune, comuni* no plural, é uma divisão administrativa que, para fins de comparação com o Brasil, é análoga ao município.

¹⁴ *Frazione, frazioni* no plural, significa uma fração, um pequeno espaço que é interligado a uma *comune*, um município.

¹⁵ Disponível em: <http://www.pordenonewithlove.it/it/il-territorio>. Acesso em: 27 nov. 2019.

território do FO é dividido em três faixas: ao norte, uma grande área montanhosa; no centro, uma parte montanhosa menor; e, ao sul, uma grande área plana. A área total corresponde a 2.273 km², o equivalente a 29% da superfície regional. Compõem o cenário provincial 51 *comuni*. Essa parte ocidental está delimitada por Udine, ao nordeste, e pelo Vêneto: Belluno e Treviso, ao oeste, e Veneza, ao sul. Embora não seja propriamente ali um local de fronteira estrangeira, é caminho para o território austríaco, por uma rota de 180 km, e para o território esloveno, por uma rota de 88 km. Nesse sentido, a parte ocidental do Friuli é considerada uma “ponte” para a Europa¹⁶.

O grupo central de imigrantes analisado e suas redes regionais partiram da mesma província e de *comuni* muito próximas, como é possível observar no mapa: Budoia, Polcenigo, Cavasso Nuovo, Meduno, Frisanco e Maniago¹⁷. Tendo em vista os locais de partida das principais famílias averiguadas, são destacadas Mezzomonte, *frazione* da *comune* de Polcenigo, e Frisanco e suas *frazioni*. Vale salientar que não se está afirmando que as famílias procederam em absoluto dessas localidades, mas, sim, que a origem dos sujeitos que protagonizam as primeiras etapas do trabalho corresponde principalmente a esses pontos.

Além da delimitação espacial, para ser possível traçar a trajetória do grupo de imigrantes friulanos, elenca-se a família Santin¹⁸ e suas redes familiares com outras famílias de imigrantes friulanos e respectivas ramificações, entre elas: Mezzarobba, Tramontina, Mariuzza, Filippi¹⁹, Filippin e Di Domenico. Esses núcleos familiares foram escolhidos por três motivos essenciais: 1) ofereciam fontes documentais para o desenvolvimento do trabalho; 2) aceitaram colaborar como fontes orais; e 3) são as famílias que ainda apresentam descendentes exercendo os ofícios trazidos da Itália, além de manterem densas redes intrafamiliares em ambas as colônias sulistas (Dona Isabel e Guaporé). Essas redes foram a base para as estruturas dos artesãos observados, principalmente de ferreiros, cujos descendentes, na quinta geração, ainda permanecem atuando em tal ofício nesses primeiros pontos de fixação observados. Seria, entretanto, um grande

¹⁶ Foram consultados endereços eletrônicos de agências de turismo, que trazem informações mais completas do que os endereços eletrônicos oficiais das *comuni*. Disponível em: <http://www.pordenonewithlove.it/it/territorio/pordenone-una-citt%C3%A0-da-amare>. Acesso em: 28 nov. 2019.

¹⁷ Maniago, onde muitos imigrantes foram registrados, pertencia a Frisanco na época.

¹⁸ Ao utilizar, na linha metodológica aplicada ao longo do trabalho (micro-história), os sobrenomes como fios construtores, a intenção não é realizar uma biografia das unidades familiares, mas, sim, perceber o pano de fundo em contextos pontuais pertinentes à historiografia.

¹⁹ Nos arquivos italianos, encontrou-se majoritariamente o registro Filippi; já no Brasil, a documentação registra Filippi-Chiella, provavelmente incorporando um apelido usado para distinguir os ramos da família, tradição que faz parte da cultura friulana, por se tratar de muitas famílias com casamentos entre si. De qualquer modo, optou-se pela forma mais recorrente registrada nos documentos civis italianos: Filippi.

equivoco apropriar-se da ideia de que, dentro da imigração italiana, apenas os friulanos eram artesãos.

Sendo a família a base e a ponte para a emigração, seja pelo suporte financeiro, pelos costumes ou pela identidade étnico-regional, o sobrenome Santin – originário de Mezzomonte – se torna a linha inicial que orienta a investigação nas diversas séries documentais, auxiliando para distinguir grupos, sujeitos, estratégias e a organização das comunidades por meio da própria composição das famílias, que se mantiveram majoritariamente endogâmicas até a terceira geração no Brasil.

[...] na reconstrução da identidade étnica e suas particularidades, a família desempenha um papel fundamental como aquela rede de relações sociais baseada no sangue e no parentesco (mas não só) por meio da qual a imigração como um processo maior se particulariza e adquire formas, cheiros, cores e a experiência de personagens vivos. É pelas reconstruções da trajetória do emigrado doméstico, da família, que trajetórias são traçadas e se estabelecem redes de troca de informações e de partilha das dificuldades e dos êxitos (ZANINI, 2004, p. 61).

A fim de traçar as trajetórias familiares, as principais fontes analisadas para reconstruí-las foram: registros paroquiais (matrimoniais e batismais) e cartoriais (certidões de nascimento, matrimônio e óbito e os testamentos) localizados no Brasil²⁰, na Itália²¹ e na Argentina²²; livros de impostos de Bento Gonçalves e Guaporé; boletins consulares italianos referentes às duas colônias principais; álbuns de família (fotografias); correspondências trocadas entre o grupo (cartas e cartões postais); um processo-crime; diários sobre a economia familiar; e fontes orais.

Existe uma controvérsia entre a recepção dos imigrantes italianos e a estrutura para registros civis. Algumas famílias, quando analisadas as redes de compadrios, não foram localizadas, em primeiro lugar, pelo fato de os primeiros livros de matrimônios em Monte Belo do Sul terem sido furtados, e, em segundo, por a implantação dos cartórios ser posterior ao início da imigração no estado²³. Portanto, a falta de livros sacerdotais – católicos, na parte

²⁰ Entre os registros paroquiais, foram consultadas as paróquias de Monte Belo do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Santa Tereza e Guaporé (cujos documentos se encontram em parte na cúria de Passo Fundo), além da cúria diocesana de Caxias do Sul. Para se chegar a tais locais foi realizada uma pesquisa maior, que envolveu a busca em outras paróquias da Serra Gaúcha. Os registros cartoriais foram encontrados em Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Pinto Bandeira, Farroupilha, Faria Lemos, Monte Belo do Sul, Veranópolis, Lajeado, Muçum, São Valentim do Sul, Guaporé, Marau, Erechim e Passo Fundo.

²¹ Os registros de nascimento, matrimônio e propriedade de terra foram localizados de forma *on-line* no Archivio di Stato di Udine e no Archivio di Stato di Pordenone.

²² Foram consultados registros da Parroquia de San Pedro, Argentina.

²³ Os principais cartórios que remetem a essas colônias passaram a funcionar a partir de: 1893 em Monte Belo do Sul; 1913 em Pinto Bandeira; 1906 em Jansen (atualmente parte do município de Farroupilha); 1917 em Santa Tereza; 1925 em Faria Lemos; 1889 em Bento Gonçalves; 1889 em Veranópolis; e 1890 em Caxias do Sul. Portanto, existiu, por parte do Brasil, investimento em propagandas imigrantistas, mas pouco em estrutura receptiva aos imigrantes.

italiana –, somada à inexistência cartorial até 1889 para a formalização de registros de cunho civil, deixa um vácuo na historiografia rio-grandense sobre o tema e, conseqüentemente, em determinadas trajetórias familiares.

Da mesma forma, fez-se uso de documentos de cunho civil italianos, pois poucas paróquias disponibilizam dados de batismos e matrimônios de forma *on-line*. Assim, a Itália também apresenta um vácuo de registros. Encontram-se digitalizados documentos de 1800 até 1815 – período napoleônico –; e as informações somente voltam a ter registro em 1870 – unificação italiana. Conseqüentemente, os anos de 1830 até 1850, sendo aqueles que correspondem aos registros de nascimento dos sujeitos em análise, não estão disponíveis *on-line*²⁴.

Em contrapartida, a maior parte dos matrimônios registrados legalmente foi encontrada e acoplada à tese. Esses dados encontram-se em *sites* de arquivos italianos. Também foram obtidos registros nos *sites* Family Search²⁵ e Friuli in prin: anagrafe storica delle famiglie friulane²⁶. Portanto, apesar de o enfoque ser a chegada do grupo no Sul do Brasil – década de 1880 –, para a compreensão de fatores impulsionadores de costumes, culturas e estratégias, foi imprescindível buscar informações sobre as relações das famílias na Itália.

Na parte meridional brasileira, em função do alto índice de busca de documentos para solicitar a cidadania europeia, as informações paroquiais dão retorno financeiro às instituições religiosas. Há, por isso, um monopólio de informação, assim, livros de batismos do início da colonização foram retirados de determinadas paróquias interioranas. Existem alguns livros sacerdotais digitalizados, mas, para este trabalho, poucas foram as informações encontradas por essa via. Assim sendo, após o levantamento das fontes documentais e dos respectivos entrecruzamentos, iniciaram-se as estruturações das genealogias essencialmente dessa parte de friulanos, possibilitando perceber um universo de particularidades.

Visa-se ao aspecto qualitativo das fontes, portanto, o cruzamento²⁷ das fontes sacerdotais citadas com os documentos de cunho civil possibilita perceber a ligação que havia entre os indivíduos friulanos, empenhados na manutenção e na perpetuação de aspectos próprios do grupo (tanto nos ofícios – imigração qualificada fundamentalmente como artesãos – quanto na “identidade”, inclusive linguística, do velho mundo).

²⁴ Para se ter acesso a esses documentos, um estágio de pesquisa na Itália estava previsto no cronograma de trabalho, mas a pandemia mundial de Covid-19 impediu-me de realizá-lo.

²⁵ Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso em: maio 2021.

²⁶ Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/>. Último acesso em: maio 2021.

²⁷ A metodologia que remete ao uso de cruzamentos de fontes está baseada principalmente em Grendi (1977), Ginzburg (1989) e Levi (2000).

Esses pequenos elementos foram a chave para a percepção de estratégias permissivas, ao desenrolar de artifícios, que possibilitaram uma espécie de readaptação de hábitos dos pontos de partida, levando a determinada reprodução de costumes friulanos. Com isso, tem-se a questão da etnicidade em uma perspectiva tangencial à temática, e não enquanto objeto principal da discussão. O ponto central está em perceber como se realinharam os fios que deram prosseguimento a teias iniciadas em tempos remotos na Itália, trazidas para o Brasil e, através de migrações, estendidas de Monte Belo do Sul para Mar del Plata (Argentina)²⁸ e de Guaporé para Marau (Rio Grande do Sul, Brasil)²⁹ e Pitrufulquén (província de Cautín, região de Araucanía, Chile, cujo espaço regional deu origem a Capitán Pastene)³⁰. Quanto à migração para a América hispânica, do grupo que se estabeleceu em Mar del Plata é abordado apenas o início das redes e ofício naquela localidade; já daqueles que partiram para o Chile descrevem-se somente os caminhos que levaram a essa migração³¹.

Para além da etnicidade, importa investigar a constituição de redes migratórias e a forma como se estruturavam, a fim de explicar acerca de aspectos socioeconômicos. Temporalmente delimita-se a pesquisa de 1880, ano que marca o início da fixação de determinados núcleos familiares em Dona Isabel, até 1964, ano que corresponde ao último matrimônio averiguado em Guaporé. Dona Isabel e Guaporé são, pois, as duas localidades principais desta pesquisa, das quais novas migrações foram organizadas para Mar del Plata, Marau e Pitrufulquén, dentro do recorte temporal estabelecido.

Por meio das genealogias familiares, pretende-se remontar as peças desse universo na região de colonização italiana (RCI) do Rio Grande do Sul, buscando perceber os nós

²⁸ Especificamente sobre a emigração friulana para Mar del Plata, consultou-se Grossutti (1995).

²⁹ Em Marau, o grupo seguiu em várias frentes parentais mantendo uma migração estratégica e organizada, destacando-se, a princípio, como madeireiros e proprietários de um moinho instalado na parte central dessa localidade e posteriormente como políticos.

³⁰ Capitán Pastene, colonizada na década de 1900 por imigrantes italianos, é uma localidade chilena localizada a sudoeste da província de Malleco, na também região de Araucanía, em uma geografia cercada pela cordilheira Nahuelbuta. Sobre o assunto, consultar Favero *et al.* (1993).

³¹ Em função da complexidade que envolve a questão da migração para o Chile, exigindo mais tempo e espaço de análise do que seria possível dedicar nesta pesquisa, a investigação foi adiada para trabalhos futuros. Seria, inclusive, uma omissão aos grupos que passaram por difíceis experiências naquele território, tanto que parte do núcleo retornou para o Brasil, representando uma quebra profunda em determinados vínculos familiares. De acordo com os depoimentos colhidos e registrados pelos próprios integrantes dos núcleos familiares, essa migração deu-se em circunstâncias enganosas, vinculada a laços de amizade entre um membro da família Santin e os irmãos italianos Ricci, conhecidos por comercializar terras a migrantes em pontos de fixação para além da Europa, e envolveu a saída ilegal de membros familiares do Chile, que tiveram os documentos roubados e destruídos. Outro evento, conforme os depoimentos, estaria ligado a um assassinato envolvendo colonos italianos da genealogia investigada e indígenas chilenos, em que um migrante teria sido executado devido a atritos relacionados à comercialização de determinados artigos. O espaço da terra ocupado no Chile seria predominantemente caracterizado como impróprio para determinadas culturas agrícolas, uma vez que o solo é caracterizado como “de banhado” (solo não drenado), e a endogamia consanguínea estaria presente no Chile até a atualidade – quinta geração.

alinhavados em um mundo além-mar que foram fortalecidos na América Latina e que serviram como base no Sul do Brasil para a ampliação de uma extensa teia identitária – correspondente a partes específicas da região friulana – que perdurou por quase um século. Ainda, mesmo que de forma tangencial, discute-se o papel das mulheres para além do contexto familiar, mostrando que, apesar de os homens imigrantes serem os homenageados nos livros e álbuns comemorativos³² referentes à imigração italiana no Brasil, existe uma outra conjuntura que ainda se mantém um tanto quanto oculta em relação ao trabalho, inclusive administrativo, das mulheres no universo imigrantista.

Devido à aproximação parental³³, agregaram-se as fontes orais aos demais documentos analisados, sendo costume, adquirido como pesquisadora, a visitação aos descendentes das famílias estudadas em várias etapas deste trabalho. A pandemia atrapalhou o cronograma de visitas em alguns casos, porque algumas das fontes orais são pessoas consideradas do grupo de risco e sem tanto domínio da tecnologia – chamadas de vídeos, e-mails e conversas de voz por WhatsApp –, assim, nem sempre foi viável contemplar as conversas pela via digital³⁴. Em contrapartida, nas entrevistas³⁵ coletadas no período anterior às regras de isolamento, foi possível perceber os relacionamentos com outro olhar, mais sensível, em relação aos matrimônios, compadrios e estigmas que giravam em torno do grupo, e do grupo em torno dos demais.

A história de expressão oral é uma metodologia, uma vez que “a narrativa testemunhal permite um novo olhar sobre nosso passado histórico, reconhecendo e assumindo nossa responsabilidade coletiva” (ROVAI, 2013, p. 138). Portanto, “Preciso ver e ouvir muito para reconstruir, com todas as deficiências que uma reconstrução supõe, o complexo e multifacetado fenômeno da imigração. São as vozes que me devolvem os rostos de pessoas comuns” (CONSTANTINO, 2006, p. 69). Por conseguinte, buscou-se completar por meio de relatos algumas lacunas que os documentos oficiais apresentavam.

Após tratar das particularidades dos locais de partida da Itália e das motivações para alterar a prática das migratórios sazonais – de que era adepto o grupo, exercendo ofícios

³² Por exemplo, as obras *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul* (ÁLBUM..., 1950), *Centenário da imigração italiana, 1875-1975* (CENTENÁRIO..., 1975) e *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925, vol. II* (CINQUANTENARIO..., 2000).

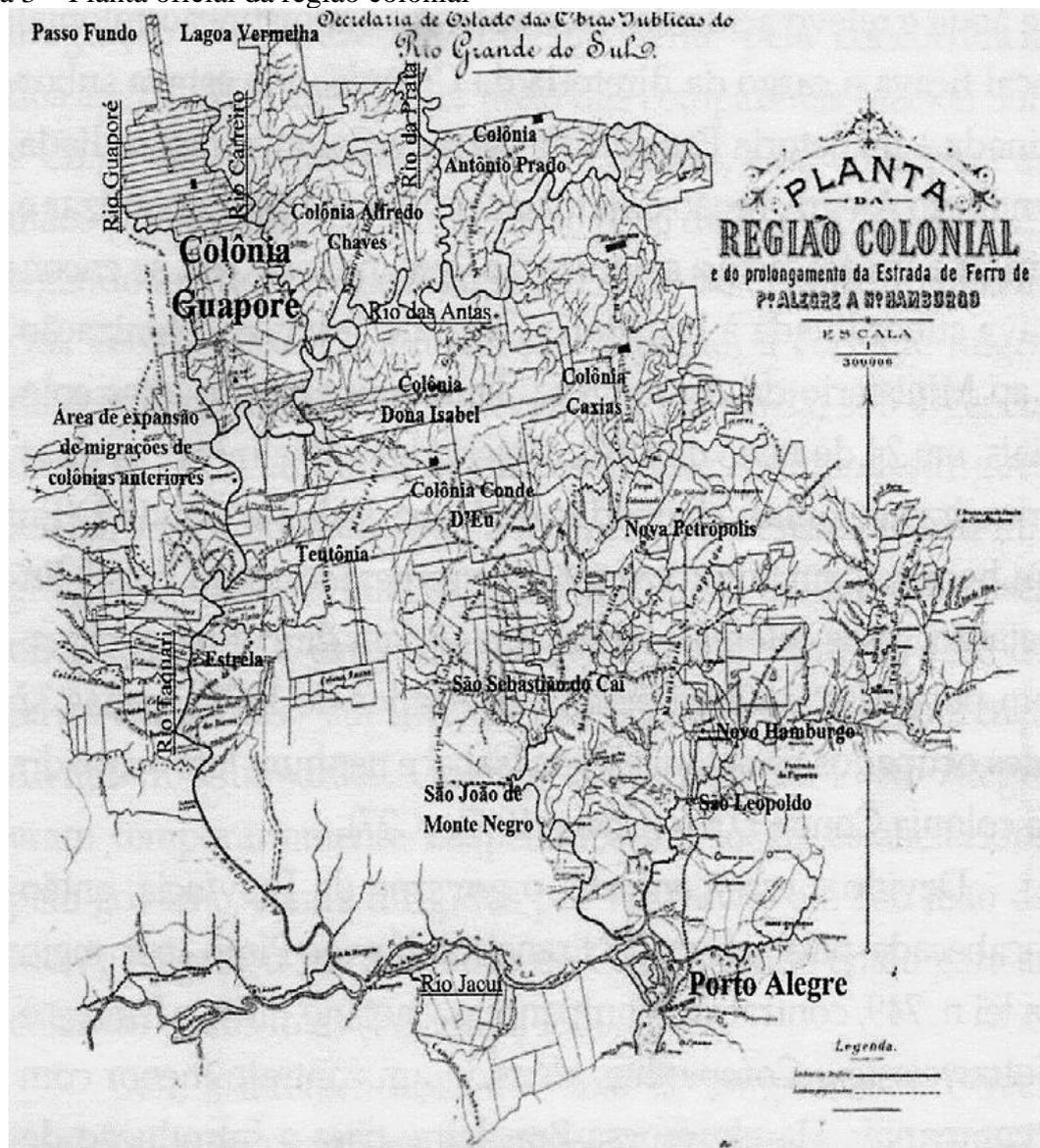
³³ A autora é descendente da maior parte das famílias friulanas deste estudo.

³⁴ Nesse sentido, ver o artigo “Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância”, de Santhiago e Magalhães (2020).

³⁵ As entrevistas desta pesquisa – vinculada à linha “Economia, espaço e sociedade” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – foram realizadas após autorização do processo CAAE de número 34811420.8.000.5342 (Anexo A) pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo.

distintos do agrícola em diferentes partes da Europa – para uma emigração além-mar definitiva, no sentido de não haver um retorno para a Itália, passa-se a analisar a instalação dos grupos de friulanos no Brasil. Na primeira fase emigratória – de 1877 até a década de 1890 –, alguns grupos de friulanos instalaram-se nos estados do Espírito Santo (colônia Santa Cruz, depois conhecida por Ibirajú) e de Santa Catarina (Rio Maior e Urussanga), respectivamente. No Rio Grande do Sul, as principais áreas de imigração foram as colônias: Silveira Martins, Caxias do Sul, Alfredo Chaves e Dona Isabel (GROSSUTTI, 1995).

Figura 3 – Planta oficial da região colonial



Fonte: Arquivo Histórico de Guaporé (*apud* TEDESCO; BALBINOT, 2015, p. 27).

Na Figura 3, referente à região colonial do Rio Grande do Sul, observam-se os nomes das antigas colônias; é possível perceber também a proximidade entre as localidades: Dona

Isabel – também chamada de Princesa Isabel – e Guaporé. A colônia Dona Isabel, criada em 1870, era conhecida como “região da cruzinha” devido a uma cruz rústica cravada sobre a sepultura de um possível tropeiro ou traçador de lotes coloniais. Em 1875, essa localidade começou a receber os primeiros moradores estrangeiros. Delimitados os pontos iniciais em que se estabeleceram os imigrantes friulanos, recorta-se desse cenário as duas colônias³⁶ que mais interessam ao estudo: Dona Isabel e Guaporé.

Da colônia Dona Isabel, que recebeu os primeiros moradores em 1875, interessa o atual município de Monte Belo do Sul³⁷. O local fez parte dessa primeira colônia e, posteriormente, em 1890, com a emancipação de Bento Gonçalves, foi nomeado de Linha³⁸ Zamith, que, em 1932, passou a chamar-se Montebello. Nessa localidade, destacam-se duas linhas vizinhas que fazem parte do município, Linha Argemiro e Linha Santa Bárbara, e que foram povoadas majoritariamente por imigrantes provindos do FO, entre os quais estão aqueles que compõem as estruturas familiares analisadas.

Os descendentes do grupo de friulanos inicialmente instalados em Dona Isabel, com a ampliação dos núcleos familiares, partiram em número significativo, no início da década de 1900, para Guaporé³⁹. Na Figura 4, observa-se a planta oficial da colônia Guaporé.

³⁶ A historiografia referente à colonização italiana no Rio Grande do Sul trabalha com quatro períodos principais, divididos com a seguinte cronologia: o primeiro período envolve os anos de 1870 até 1884, tendo como destaque a fundação das colônias Cond’Eu, Dona Isabel, Nova Palmira e Silveira Martins; o segundo período compreende os anos de 1884 até 1894, com o surgimento das colônias Alfredo Chaves e Antônio Prado; o terceiro período abrange o tempo compreendido de 1892 até meados de 1900 e é marcado pela circulação de imigrantes e de descendentes de imigrantes, sendo importante neste período a fundação da colônia Guaporé e o desenvolvimento de outras colônias particulares; o quarto período, que inicia em 1880, tendo maior ênfase de 1900 a 1920, atinge a região do Alto Uruguai, alastrando-se por toda a Região Norte do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, consultar De Boni (1977; 1987) e Suliani (2001).

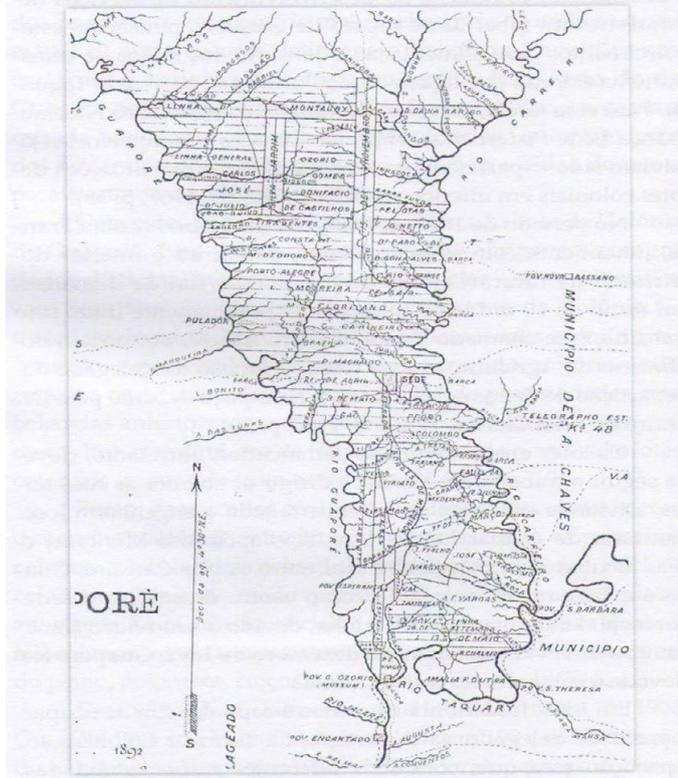
³⁷ Entre a bibliográfica que analisa fundamentalmente os friulanos em Monte Belo do Sul, além dos livros e álbuns comemorativos da imigração italiana no estado, encontra-se a obra de Leonir Razador, *Povoadores e história de Monte Belo do Sul: de Zamith a Monte Belo do Sul* (2019), em que é descrita a colonização das linhas da localidade.

³⁸ A área destinada aos italianos teve a divisão de terras feita a partir da aplicação de dois tipos de linhas: as léguas (demarcadas no sentido longitudinal) e os travessões (demarcados no sentido vertical). Analisando esse sistema de demarcação de terras usado nas colônias imperiais da serra no Rio Grande do Sul, as linhas não consideram os fatores naturais, elas projetam-se a partir de locais previamente definidos para serem núcleos administrativos das colônias (GIRON, 1992; RÜCKERT, 2013).

³⁹ Da bibliografia pertinente à colônia Guaporé, destacam-se as obras: *A colônia Guaporé, o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação: nordeste do RS (1892-1950)* (BALBINOT; TEDESCO, 2015), *Comércio, carretas e trapiches: a colônia Guaporé e o Porto de Muçum (1892-1940)* (TEDESCO; BALBINOT, 2015) e *A colônia Guaporé: configuração territorial, política e econômica (1892-1940)* (TEDESCO; BALBINOT, 2020). João Carlos Tedesco e Giovani Balbinot tratam da reconstrução de espaços, sujeitos e relações ligados ao comércio, a carretas e trapiches e ao escoamento dos produtos agrícolas, comprados pelos comerciantes e escoados pelo Porto de Muçum, distante 44 km da sede de Guaporé.

Figura 4 – Planta oficial da colônia Guaporé

Planta oficial da Colônia Guaporé, apresentando a demarcação dos traços, principais linhas que definiram o processo de ocupação das terras



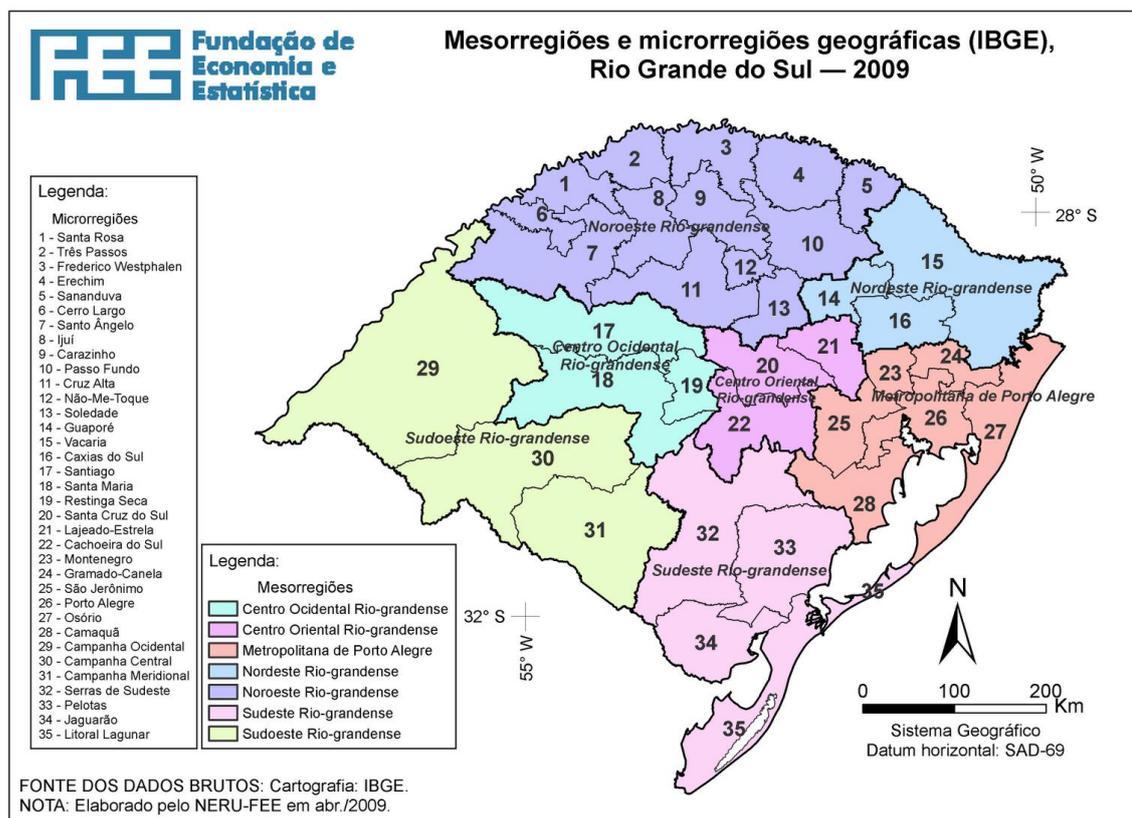
Fonte: Arquivo Histórico de Guaporé (apud TEDESCO; BALBINOT, 2015, p. 27).

Guaporé foi consagrada colônia oficialmente em 1892, fazendo parte do terceiro período de colonização. Essa colônia abrangeu uma extensa área territorial, de 250.000 m² a 300.000 m², e teve diversos distritos, sendo dividida em cinco mil lotes, ocupados por colonos provenientes das primeiras colônias cedidas para a ocupação de imigrantes italianos. Os sujeitos deste estudo de caso migraram novamente em grupo, para ocupar, nessa segunda localidade, a Linha Três de Maio, ou Nossa senhora das Graças, mais popularmente conhecida como linha terceira ou comunidade dos *furlani*. Esse espaço ainda faz parte do município de Guaporé.

Graças às datas dos primeiros batismos foi possível encontrar os núcleos familiares em Guaporé. Em 1900, esses descendentes de imigrantes já estavam fixados na Linha Três de Maio, que é justamente um dos mais altos pontos da cidade, se não o mais alto. Embora os matrimônios da primeira leva de sujeitos que migrou para Guaporé tenham ocorrido ainda em Monte Belo do Sul, o nascimento dos filhos foi registrado em Guaporé. Ou seja, o monopólio das heranças e a conseqüente necessidade de busca de novos pontos de fixação são evidentes. Nesse sentido, Levi (2015b, p. 15) advoga: “muito pouco foi feito até agora para estudar a relação cruzada entre dote (que atinge a nova família no momento da formação) e herança (que chega na maioria dos casos à nova família em fase sucessiva)”.

No mesmo período da migração interna de Monte Belo do Sul para Guaporé, ocorreram àquelas externas para a Argentina e o Chile, e outra nova migração de Guaporé para Marau. A Figura 5 traz as divisões regionais do Rio Grande do Sul.

Figura 5 – Mesorregiões e microrregiões geográficas do Rio Grande do Sul



Fonte: Fundação de Economia e Estatística.

Dos pontos de fixação no Rio Grande do Sul, Monte Belo do Sul pertence à microrregião de Caxias do Sul (16), Guaporé, à microrregião de Guaporé (14), e Marau, à microrregião de Passo Fundo (10). A proximidade dos atuais municípios que representam as ex-colônias Dona Isabel e Guaporé pode ser verificada pelo fato de pertencerem à mesma mesorregião: nordeste rio-grandense. Marau e, por extensão, Passo Fundo⁴⁰ pertencem à mesorregião noroeste do estado.

No processo de constituição do município de Passo Fundo houve uma grande emigração de unidades familiares provenientes das colônias-mães de imigração italiana, em particular, de Guaporé, a qual seguia em direção centro-norte do estado e fornecia um amplo contingente de migrantes que foram ocupando áreas de colonização dirigida e/ou espontânea no amplo território de Passo Fundo no período

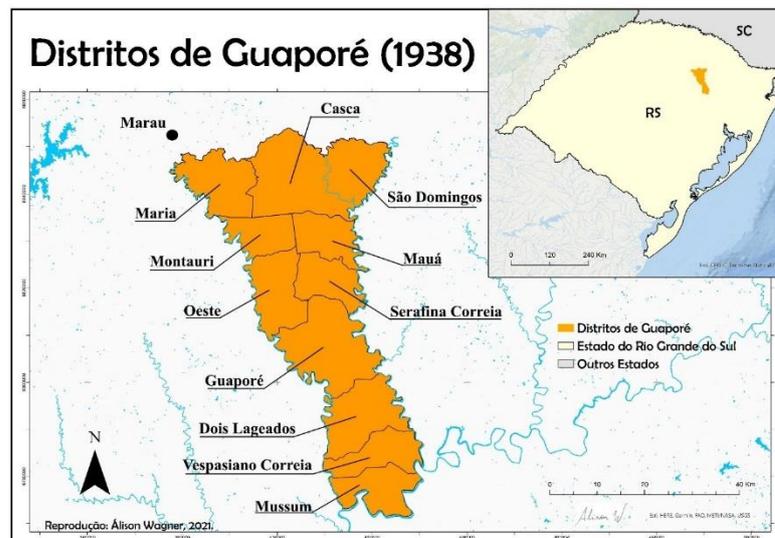
⁴⁰ Passo Fundo tem uma população de 204.722 habitantes, enquanto Marau tem 44.858 habitantes. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 03 maio 2021.

entre final do século XIX e primeiras décadas do século XX (TEDESCO; BALBINOT; CORTESE, 2017, p. 204).

Em 1916, o intendente de Passo Fundo Pedro Lopes de Oliveira, pelo Ato Municipal n. 258, de 10 de janeiro daquele ano, decretou o povoado de Marau sede do 5.º distrito. Em 1923, os registros regionais apontavam a existência de aproximadamente 600 famílias de origem italiana e 250 famílias de caboclos, sendo que a criação do município de Marau ocorreu somente em 18 de dezembro de 1954, e a determinação de instalação, em 28 de fevereiro de 1955 (BERNARDI, 2018). Dessa forma, comparando os locais de instalação dos núcleos de friulanos, a emancipação de Marau é posterior a de Bento Gonçalves e Guaporé.

A distância entre Monte Belo do Sul (desmembrado de Bento Gonçalves em 1992) e Guaporé é de 58,2 km, e ambos os territórios fazem parte da mesorregião do nordeste do Rio Grande do Sul, também denominada popularmente Serra Gaúcha. Já a distância entre Guaporé – de onde migraram novamente os núcleos – e Marau é de 75 km. Marau, por sua vez, localiza-se no norte do estado, na região conhecida como Planalto Médio. A “Colônia Guaporé [...] por ser a mais próxima e a mais recente dinamizou um amplo processo migratório [...]. Portanto, grande parte dos italianos (imigrantes e descendentes) que adentraram para o município de Passo Fundo são provenientes da Encosta Superior do Nordeste” (TEDESCO; BALBINOT; CORTEZE, 2017, p. 204-205), ou seja, a migração interna dos sujeitos da mesorregião nordeste do estado também se estendeu para o município de Passo Fundo.

Figura 6 – Distritos de Guaporé em 1938 e localização de Marau



Fonte: Alison Wagner.

Embora o estudo central da pesquisa gire em torno de um grupo determinado de friulanos e suas migrações em torno de redes parentais, durante a sondagem de campo, outras famílias – com longa trajetória no ramo artesão, também originárias de regiões montanhosas que coincidentemente fazem fronteira com o Friuli, importantes no cenário da colônia Guaporé – foram comentadas superficialmente. Com o objetivo de exemplificar que não eram somente os friulanos que exerciam ofícios para além do agrícola, além de demonstrar como tais serviços se complementavam, foram incluídos, *grosso modo*, outros sujeitos, patriarcas das seguintes famílias: Pasquali, de Bronzolo (província de Bolzano, região do Trentino-Alto Ádige), que foi o primeiro grupo familiar a trabalhar no setor de ourivesaria em Guaporé; Sebben, de Fonzaso (província de Belluno, região do Vêneto); e Spiller, de Sette Comuni (Pré-Alpes vicentinas, norte da província de Vicenza, no limite com a província de Trento). Essas três famílias marcaram o início da ourivesaria em Guaporé.

A essa rota artesã soma-se a família Dall’Acqua, da *frazione* de Agordo (*comune* de La Valle Agordina, província de Belluno), que esteve ligada a carpintaria e marcenaria e desempenhou, inclusive, papel relevante em edificações (residências, igrejas e casas comerciais) da arquitetura de imigração italiana no interior do estado. Os Dall’Acqua se conectaram, via matrimônios e compadrios, à família de comerciantes friulanos Astolfi. No comércio, os Astolfi e os belluneses De Maman (família com a qual os Dall’Acqua emigraram de La Valle Agordina) representaram as primeiras famílias de compadres comerciantes na sede Guaporé – com casas comerciais inicialmente na Linha Colombo e, em seguida, na própria Linha Três de Maio. Na análise dessas relações profissionais, a colônia Guaporé recebeu maior atenção, e a discussão foi entrelaçada aos estudos das trajetórias familiares.

As famílias elencadas para tal análise foram escolhidas por duas questões centrais: 1) pela oferta de fontes e pela disponibilidade dos descendentes em colaborar com a pesquisa; e 2) por uma parte migrar internamente para a nova colonização em Guaporé, enquanto outra parte, vinculada à herança patriarcal centralizada nos filhos homens mais velhos, permanecer como proprietária de terras e oficinas no local inicial da colonização (Dona Isabel). Devido a essas trajetórias, selecionaram-se determinadas famílias, em detrimento de outras, pois elas se entrelaçam de tal forma, que se torna difícil dissociá-las.

A justificativa para o presente estudo não é a inexistência de trabalhos sobre o contexto da imigração italiana nas primeiras décadas de desenvolvimento, mas principalmente – conforme Vendrame (2016) – os pontos para o entendimento de que a família estava no centro das dinâmicas socioeconômicas. Soma-se à justificativa a vinculação desta pesquisa à discussão

teórica em torno de particularidades pouco esmiuçadas quanto à temática referente a migrações internas para a colônia Guaporé. Agrega-se ainda aos estudos sobre as migrações de italianos do Rio Grande do Sul que não retornaram para a península itálica, mas partiram para outras partes da América Latina já na década de 1900, ancorados por bases parentais conectadas aos pontos de partida da Itália, apesar de os sujeitos terem migrado da Europa para países latinos distintos. “Logo os laços parentais, consanguíneos ou não consanguíneos, amizades e alianças surgem como fundamentais no processo de ocupação de novas frentes, na proliferação das unidades de produção e na formação de novas comunidades” (VENDRAME, 2016, p. 206).

Esta pesquisa também se situa no contexto dos estudos de temas associados à emigração italiana qualificada artesã e às estratégias de grupos que buscaram se manter em forte unidade regional através da endogamia e da consanguinidade. Esse último fator é explanado por meio das genealogias familiares. A consanguinidade não ganha destaque central em estudos referentes à colonização italiana no Rio Grande do Sul, uma vez que a Igreja Católica estava no centro da dinâmica quanto à religiosidade imigrantista italiana, e os casamentos consanguíneos não seguiam a ordem religiosa, exceto quando “[...] os não raros casamentos ‘urgentes’ que solucionavam uma ‘inesperada’ gravidez da noiva demonstram que havia, comumente, um amplo espaço entre o discurso e o fato, entre o mito e a história” (VANINI, 2002, p. 121). Ainda no sentido da religiosidade *versus* sociedade, Valduga (2007, p. 31) observa que:

A Reforma Católica da segunda metade do século XIX foi um movimento amplo que procurou reestruturar a Igreja no Brasil tanto em relação ao clero quanto às expressões religiosas do povo em geral [...]. A Reforma objetivava, ainda, uma independência maior da Igreja em relação ao Estado, pois considerava que a primeira deveria estar ao lado e não submetida ao segundo [...]. O movimento visava a uma modernização da Igreja, entendida como europeização. Isso significava um rompimento com o tipo de Catolicismo vigente no Brasil, de matriz ibérica e com influência de elementos indígenas e africanos. A Reforma desenvolveu-se no decorrer da década de 1840, com mais ênfase após 1848, período em que o Papa Pio IX já havia iniciado o seu pontificado.

Portanto, podendo, ou não, burlar determinadas “normas” da Igreja Católica, é fato que os imigrantes dispunham de planejamento para se manter em uma esfera familiar, uma vez que “[...] os italianos também se guiavam por uma racionalidade própria, estabelecendo estratégias de reprodução socioculturais, padrões e normas” (VENDRAME, 2016, p. 30). Logo, a compreensão das estratégias, além das especificidades, em um processo emigratório contribui muito para entender as dinâmicas de determinados grupos com profissões qualificadas e, embora inseridos no universo campesino, com uma dualidade econômica, podendo ser

percebidos nos pressupostos que norteiam a pesquisa: a emigração italiana no contexto de artifícios para a reconstituição de uma identidade mais do que regional (aldeã) e sua aplicação na dinâmica socioeconômica e cultural no Rio Grande do Sul e na vizinha Argentina⁴¹.

Além das fontes citadas, fez-se uso daquelas bibliográficas⁴², algumas já comentadas ao longo do texto. No que tange a estudos específicos sobre imigrantes friulanos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, sobressaem-se dois historiadores centrais: Grossutti e Micelli. O primeiro, entretanto, aprofunda questões que vão mais ao encontro dos pontos em análise na tese. Além dos autores destacados, existem outros estudiosos, como Ermacora (2001), que se concentram em analisar a emigração friulana para a América Latina. Ainda que demais pesquisadores sejam arrolados no decorrer do texto, em relação às colônias no Rio Grande do Sul e aos objetivos deste trabalho, são mais pertinentes os dois primeiros autores sublinhados. Por esse motivo, os estudos de Grossutti são amplamente retomados ao longo do texto, com destaque para a obra: *L'emigrazione nel Friuli Occidentale: guida alla sezione museale "Lavoro ed emigrazione"* di Cavasso Nuovo (2018), em que o autor, por meio de pesquisa minuciosa, trabalha diversos grupos de friulanos emigrados para partes distintas do globo, entre os quais estão aqueles para o Sul do Brasil.

Referente às pesquisas que se dedicam à atuação dos imigrantes italianos no Brasil em trabalhos qualificados⁴³, como artesãos e comerciantes, que auxiliaram a reflexão deste estudo, são consultadas como fontes centrais as obras de Antonio de Ruggiero⁴⁴. Sublinha-se a tese de doutorado do autor, intitulada *Emigranti toscani nel Brasile meridionale 1875-1914* (2010)⁴⁵, em que se abordam emigrantes da Toscana – principalmente, mas não só, de Lucca e Massa Carrara – que passaram a atuar em ofícios urbanos em diferentes contextos imigratórios no Brasil: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Traçando as trajetórias, é possível perceber que se inserem no comércio, nas produções artesanais e na indústria, atuando também como artesãos ou artistas marmoristas.

Entre os diversos trabalhos de João Carlos Tedesco que tratam das colônias no interior do estado sulista, auxiliando em ponderações acerca deste objeto de estudo, principalmente

⁴¹ Referente aos estudos sobre a emigração italiana para a Argentina, elencam-se, entre outros, os trabalhos de Bertagna (2006) e Devoto (1991; 2003b).

⁴² Com o avanço da discussão, a bibliografia é retomada e aprofundada, além de ser complementada por outras obras.

⁴³ Nesse sentido também sublinham-se os trabalhos de Núncia Constantino (2004; 2008), que demonstram como os imigrantes italianos se inseriam em meios urbanos.

⁴⁴ De Ruggiero (2014; 2015a; 2015b).

⁴⁵ A pesquisa de doutoramento foi recentemente editada e lançada em livro: *Settù voi vienire ora è il tempo: l'emigrazione toscana in Brasile (1875-1914)* (2020).

sobre o tema dos artesãos, evidencia-se a obra escrita em parceria com Valter Rossetto, intitulada *Festas e saberes: artesanato, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul* (2007), em que os autores descrevem uma gama de ofícios e costumes europeus adaptados na RCI. Conforme os autores, “o artesanato desenvolvido no meio rural ganha expressão oral de seus confeccionistas como um aprender fazendo ou, então, um fazer aprendendo, ainda que o feito e aprendido sofra alterações e influências” (TEDESCO; ROSSETTO, 2007, p. 134).

No campo dos aspectos culturais, utilizam-se as análises de Luís Fernando Beneduzi, especialmente as desenvolvidas na obra *Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário* (2011), em que o autor discute as complexas multiculturas adaptadas e recriadas no Rio Grande do Sul, principalmente através da análise de álbuns e livros comemorativos da imigração italiana no estado. “Como momento de festa, a imagem que se quer construir é de um mundo rural, ainda vinculado à Itália, e de uma vitalidade e pujança econômica e moral” (BENEDUZI, 2011, p. 133).

Afunilando a discussão para o contexto *pedemontano* europeu na América Latina e seus entrecruzamentos familiares e para as comparações entre ambos os continentes, encontram-se as pesquisas dos antropólogos⁴⁶ Javier Gonzáles Díez e Pier Paolo Viazzo (2016) e Juan Pablo Ferreiro e Federico Fernández (2013). Os trabalhos desses estudiosos contribuem especialmente para pensar a manutenção da terra pelos núcleos familiares, as mobilizações migratórias, as estratégias na perpetuação de determinado grupo de imigrantes e descendentes e os pontos alpinos de povoamento.

Quanto às relações de parentela e compadrio no meio rural brasileiro, para pensar a família como ponte para múltiplos aspectos culturais e econômicos, ressaltam-se: Ellen F. Woortmann (1995), que descreve as categorias simbólicas ligadas aos colonos teuto-brasileiros (concernentes à Alemanha e ao Brasil); Klaas Woortmann (1990), que trata sobre os compadrios e parentescos como uma “ordem moral”; e Giralda Seyferth (1985; 1997), que

⁴⁶ Sublinha-se que a análise da presente tese é fundamentada na racionalidade que se delimita à formação acadêmica da pesquisadora, unicamente em história, desde a graduação até o presente curso de doutorado. Portanto, apesar de existir diálogo com antropólogos, o trabalho não se enquadra nesta área do conhecimento, pois é uma analogia que foge à realidade da formação intelectual da autora. Da mesma forma, não cabe discutir sentimentalismos, uma vez que as genealogias e estruturas familiares foram construídas minuciosamente apenas como base para comprovar a formação e/ou a extensão das redes parentais e conterrâneas, iniciadas ainda em espaço que apresentava disputas territoriais, principalmente entre Itália e Áustria. Logo, apesar de existir a mobilidade administrativa que gerava conflitos com outras nações, os sujeitos analisados mantinham-se formando os elos dessas correntes, independentemente da nacionalidade aplicada em diferentes períodos históricos.

discute as formas de transmissão do patrimônio fundiário e os matrimônios endogâmicos entre famílias de camponeses do Vale do Itajaí Mirim, Santa Catarina.

Sobre estruturas, redes familiares, ofícios e estratégias migratórias associados à micro-história, que foram essenciais para a estruturação metodológica do texto, destacam-se alguns autores, como Carlo Ginzburg, em diversas obras, entre elas, *O queijo e os vermes* (1987), em que descreve a trajetória de vida de Menocchio, um moleiro perseguido pela inquisição durante o decorrer do século XVI na região do Friuli, Itália. Investigando o processo de condenação do moleiro, por meio de uma análise exaustiva das fontes, o autor desvela as múltiplas complexidades do cotidiano social e religioso no período averiguado. Já em *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico* (1989), Carlo Ginzburg e Carlo Poni defendem que o nome dos sujeitos é o fio de Ariadne por meio do qual os pesquisadores podem conduzir suas análises em qualquer local que ofereça fontes. Nessa obra e em outras, persiste o método nominativo, que consiste em tratar das questões com base no nome do sujeito envolvido. Portanto, a pesquisa pauta-se no método indiciário de Ginzburg (1989), e trabalha-se com um entrecruzamento de fontes, tanto documentais quanto orais.

Sobre desenvolvimento, estrutura e estratégias impulsionadoras para a manutenção dos elos familiares, dentro e fora da Itália, considerou-se Giovanni Levi, em especial, o capítulo “Reflexões sobre família e parentela” (2015b), em que o autor aborda essas questões e leva a uma profunda reflexão sobre os diversos aspectos em relação à manutenção da parentela extra e intracomunitária.

Bourdieu, no artigo “Estratégias de reprodução e modos de dominação” (2020)⁴⁷, arrola dois princípios dinâmicos e sua importância, conforme as sociedades, em suas estruturas e nos mecanismos que tendem a garantir a sua reprodução, por exemplo, as estratégias de reprodução matrimonial como uma via para manutenção das tradições de determinados grupos. Assim, essa perspectiva auxilia na percepção das motivações nas perpetuações de determinadas práticas nos núcleos estudados.

O trabalho está dividido em quatro partes. No segundo capítulo, tendo em vista a importância de compreender os aspectos da região italiana de partida dos imigrantes, são aprofundados os locais de procedência dos principais patriarcas friulanos das estruturas familiares analisadas e algumas particularidades territoriais. Também são exploradas as práticas

⁴⁷ O texto corresponde à transcrição do curso do Collège de France ministrado em Göttingen, em 23 de setembro de 1993, e publicado em 2020.

e culturas migratórias, que proporcionaram características de imigração qualificada aplicadas no Rio Grande do Sul.

No terceiro capítulo, são trabalhados os pontos de chegada dos imigrantes friulanos na colônia Dona Isabel. Reflete-se sobre os núcleos familiares, os matrimônios entre friulanos em Bento Gonçalves e, conseqüentemente, as estruturas familiares e dinâmicas culturais que permearam o grupo, promovendo uma nova migração qualificada, planejada e estratégica para a Argentina e – conforme relatado – mantendo os vínculos por correspondência com a Filadélfia, Estados Unidos.

No quarto capítulo, trata-se da migração interna dos sujeitos de Monte Belo do Sul para a nova colônia, Guaporé. Os lotes são ocupados, e as teias das redes iniciadas na Itália são expandidas para Monte Belo do Sul e fortalecidas em Guaporé. No capítulo recorre-se a gráficos que demonstram as porcentagens dos núcleos familiares, aborda-se a forma como os friulanos se mostraram endogâmicos e reservados aos demais italianos vizinhos de linhas, e descreve-se a partida de parte das famílias para o Chile.

No quinto capítulo, trata-se das famílias italianas provindas de áreas montanhosas específicas, cujos patriarcas trabalhavam como artesãos. Discute-se também a migração interna para Marau. Observa-se uma mútua colaboração em diferentes prestações de serviços entre os artesãos provindos de áreas distintas da Itália, majoritariamente caracterizadas como pontos pré-alpinos. Recorre-se com frequência a fotografias das famílias e relatos sobre a constituição e o trabalho nas oficinas. Aborda-se ainda a complementação dos saberes, especificamente com uma família de origem polonesa instalada na colônia. No último capítulo, principalmente por meio de depoimentos e registros familiares, busca-se reconstituir o cotidiano artesão que segue entre as famílias analisadas até a atualidade.

Concordando com Sayad (1998, p. 15): “O espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião)”. Associando as escalas de análises, busca-se compreender os fatores impulsionadores para as dinâmicas do grupo em diversas esferas: partindo do particular – microuniverso de partida dos emigrantes – para dinamizar a exteriorização cultural – macrocontexto.

2 CONTEXTO TERRITORIAL DO FRIULI VENEZIA GIULIA

O objetivo deste capítulo é abordar os pontos de partida do grupo analisado de imigrantes friulanos que compõe a rede familiar no Rio Grande do Sul – instalada primeiramente em Monte Belo do Sul (colônia Dona Isabel), essa rede se estendeu no estado sulista para Guaporé e Marau, além de outros países (Argentina e Chile). É essencial compreender determinadas particularidades italianas, entre elas, territoriais, culturais e profissionais, que foram aplicadas no estado meridional do Brasil e precisam ser analisadas para além do olhar historiográfico tradicional da colonização na América Latina, a fim de, assim, ser possível responder às inquietações da pesquisa.

Busca-se entender os fatores motivadores pelos quais os friulanos se restabeleceram como grupo étnico-regional no Sul do Brasil. Para tanto, considera-se pertinente a discussão sobre o contexto territorial da região do FVG, em específico, da área do FO (naquele período, território de Udine), especialmente das *comuni* e da ex-província de Pordenone, de onde as famílias conectadas Santin, Mezzarobba, Mariuzza, Tramontina, Filippi, Filippon e Di Domenico partiram. Consequentemente, ao longo do capítulo, discutem-se os conceitos de regionalismo e nacionalismo.

2.1 Composição da região e suas áreas distintas

A região fronteira do FVG⁴⁸ apresenta variações geográficas e está localizada ao nordeste da Itália, sendo seus limites ao norte com a Áustria, ao leste com a Eslovênia, ao oeste com o Vêneto (Itália) e ao sul é banhada pelo Mar Adriático. No extremo norte da região, está a tríplice fronteira: Itália, Áustria e Eslovênia⁴⁹, apresentando especificidades incluídas no âmbito da própria composição cultural.

⁴⁸ A região do FVG é considerada um território político autônomo da Itália desde 1963. Das vinte regiões italianas, cinco possuem um tratamento diferenciado, são as chamadas regiões com estatuto especial ou províncias autônomas. A diferença entre as regiões especiais e as comuns pode ser sentida na carga tributária. As províncias autônomas italianas são: Sicília, Sardenha, Vale de Aosta, Trentino-Alto Ádige e FVG. As decisões que conferiram maior autonomia a essas regiões foram fundamentadas nas diferenças geográficas, linguísticas e culturais dessas áreas, mas elas também ocultavam questões políticas particulares. Disponível em: <https://www.conexaoeuropa.com.br/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

⁴⁹ Os grupos eslavos surgem no cenário histórico inclusos na conjuntura das grandes migrações de povos. Primeiramente, estavam localizados em extensas porções de terra entre as florestas e o Mar Negro. Posteriormente, começaram cursos migratórios para diversas partes da Europa. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/povos-eslavos/>. Acesso em: 08 nov. 2019.

Do ponto de vista cronológico, nas diversas bibliografias consultadas, destaca-se que na região existiu a presença celta⁵⁰, que são considerados os primeiros povos a usar o ferro na Europa. Os celtas são chamados de propulsores da Idade do Ferro. Esse dado vem ao encontro desta análise, que prioriza, na região do FO, o ofício de ferreiro, atuação mantida pelos imigrantes e descendentes no Rio Grande do Sul. O artesanato relacionado ao uso desse material pode, então, estar vinculado à cultura celta.

Esse povo passou por longos períodos de batalhas, perdeu o território para os romanos e foi incorporado ao império. Na Alta Idade Média, com a invasão dos lombardos e a instauração de um reino romano-bárbaro, definiu-se o curso futuro dos acontecimentos. Posteriormente, eles foram substituídos pelos francos⁵¹ e pelo Patriarcado de Aquileia⁵², que, muitas vezes apoiado pela autoridade imperial, teve um papel central na história do Friuli. É o período em que as influências germânicas e a etnia eslava começam a se apresentar, fomentando em partes da região um caldeirão de culturas.

No final da Idade Média, a República de Veneza e o Reino dos Habsburgo – Império Austríaco – passaram a considerar a região importante: eles serão os futuros protagonistas de um período histórico bastante longo. Nessa época, a realidade territorial difere entre o Friuli, ligado a Veneza, e Trieste (a futura Venezia Giulia), ligada desde 1382 à Áustria. Posteriormente também Gorizia é ocupada pelos austríacos, com consequências culturais, políticas e sociais. Se de fato o Friuli permaneceu durante mais tempo fortemente conectado às tradições rurais, nas zonas ligadas à Áustria ocorreram mudanças mais significativas, levando Trieste no final do século XVIII, com a implantação do porto franco (porto livre), a tornar-se um importante centro comercial vinculado à comercialização de diversos gêneros⁵³.

Dessa forma, os nomes que designam a região indicam duas áreas geográficas distintas: Friuli e Venezia Giulia. Giulia deriva do latim *gens Iulia*, a família à qual Júlio César pertenceu, assim como Friuli, que deriva de *Forum Julii*, o nome de um centro comercial construído pelos romanos no atual município de Cividale. Já Venezia é um nome derivado dos venezianos, pois o território pertenceu, antes da unificação, à República de Veneza. A região também era

⁵⁰ Celta é a designação dada a um conjunto de povos (um etnônimo) organizados em múltiplas tribos e pertencentes à família linguística indo-europeia que se espalhou pela maior parte do Oeste da Europa a partir do II milênio a. C. Boa parte da população da Europa Ocidental pertencia às etnias celtas até a conquista daqueles territórios pelo Império Romano. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/celtas/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

⁵¹ Tribo germânica que adentrou os espaços de domínio romano.

⁵² O Patriarcado de Aquileia foi uma sé episcopal no nordeste da Itália, centrada na antiga cidade de Aquileia, situada na cabeceira do Adriático, onde hoje é a costa italiana. Por muitos séculos, desempenhou um papel importante na história, particularmente na Santa Sé e no Norte da Itália, e vários concílios eclesiais foram realizados ali. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/celtas/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

⁵³ Disponível em: <https://www.friuliveneziagiuliada.it/it/storia-del-friuli-venezia-giulia/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

chamada de Trivêneto (Três Venezas) como forma de ressaltar uma identidade italiana mesmo durante os períodos em que esteve sob domínio do Império Austro-Húngaro. A Figura 7 ilustra as divisões regionais italianas.

Figura 7 – Atuais divisões regionais da Itália



Fonte: Escola Educação⁵⁴.

Na região Nordeste da Itália observa-se o território analisado neste capítulo, o FVG, que faz fronteira interna com as regiões italianas do Trentino-Alto Ádige e do Vêneto. A geografia do nordeste italiano encontra-se recortada internamente e delimitada externamente pela Áustria e pela Eslovênia.

Anterior à atual configuração, ocorreram impasses de disputas territoriais na região, e as partes do território foram politicamente se redefinindo, de acordo com as administrações vigentes. Tanto parte do Friuli quanto o Vêneto foram anexados oficialmente ao Reino da Itália em 1866 – a unificação oficial da península aconteceu com a tomada de Roma em 1870 –, mas especificamente o território total da atual região denominada FVG não passou a fazer parte do Reino da Itália simultaneamente. Depois de 1866, vários territórios ainda permaneceram sujeitos às leis do governo austríaco. Conforme observa Grossutti (2015b, p. 106, tradução nossa),

⁵⁴Disponível em: https://escolaeducacao.com.br/mapa-da-italia/#Mapa_das_Regioes_da_Italia/. Acesso em: 03 maio 2021.

O Friuli Central (província de Udine) e o Friuli Ocidental (província de Pordenone) foram anexados à Itália em 1866, juntamente com o Vêneto e imediatamente após a Terceira Guerra de Independência; enquanto o Friuli Oriental (o chamado condado de Gorizia e Gradisca) permaneceu sujeito ao Império Austro-Húngaro até o fim da Primeira Guerra Mundial. O primeiro também é conhecido como Friuli “italiano”, o segundo, como Friuli “austriaco”. Em 1968, da província de Udine separou-se a parte da chamada “Destra Tagliamento” (o Friuli Ocidental), que se tornou a atual província de Pordenone⁵⁵.

De 1815 até 1865, todo o território que incluía as províncias de Udine, Pordenone, Gorizia e Trieste estava sob domínio austríaco. A parte do FO coincide geograficamente com a ex-província de Pordenone, foco deste estudo de caso, uma vez que desse território partiram os sujeitos da análise. Salienta-se ainda que os territórios da ex-província de Pordenone foram parte da província de Udine até 1968, quando ocorreu a divisão em duas províncias. Embora se dê ênfase às particularidades do FO, tendo em vista a metodologia direcionada para a microanálise, as características que marcam tanto o Friuli quanto a Venezia Giulia e tornam ambos, apesar das múltiplas diferenças, um mesmo território são descritas com a finalidade de dar uma dimensão dos aspectos regionais.

Nesse sentido, Franco Cecotti destaca que:

A Venezia Giulia constitui a parte sudeste oriental da região autônoma do Friuli Venezia Giulia; o seu território [...], entre os Alpes giulianos e a costa, apresenta características territoriais que condicionaram diversamente os movimentos demográficos e migratórios em relação àqueles do Friuli, e [a região] pode ser considerada um caso incomum no âmbito da emigração italiana por diversos motivos. A Venezia Giulia é composta pelas províncias de Gorizia e de Trieste, enquanto o Friuli compreende as províncias de Udine e Pordenone, mas deve-se notar que essa distinção não é tomada como certa, nem unanimemente aceita; de fato o território de Gorizia, pelo menos até 1918, foi definido como Friuli austríaco, para indicar uma comunhão linguística com uma região histórica (vêneto-italiana), mas com pertencimento de estado distinto. No meio havia uma fronteira que tornava, com a sua mobilidade, muito complexa a história de todo o Alto Adriático, incluindo a dos fluxos migratórios (CECOTTI, 2011, p. 1, tradução nossa).

Analisando as observações de Grossutti e Cecotti, fica evidente que ambas as partes que constituem a mesma região politicamente instituída – formada por Udine, Pordenone, Gorizia e Trieste⁵⁶ – apresentam variantes que englobam diferenças desde a mobilidade migratória e os ofícios até o idioma e a cultura, influência de outros grupos, e conseqüentemente uma múltipla gastronomia, mas tendo sempre um ponto em comum – a fronteira, que foi palco também de horrores durante o período dos grandes conflitos.

⁵⁵ A província de Pordenone foi extinta, passando a ser nomeada a região como FO.

⁵⁶ Embora suprimidas em 2017, as ex-províncias ainda marcam geograficamente as divisões da região.

As guerras mundiais influenciaram esse contexto territorial. Com o fim da Primeira Guerra, os territórios do FVG passaram a integrar a região do Vêneto, assim como algumas áreas da antiga Iugoslávia. Depois da Segunda Guerra, partes do território da Veneza Giulia foram perdidas, o que restou foi reunido à região do Friuli. Retornando ainda mais ao passado, a República de Veneza, entre os séculos XV e XVI, estendeu seus limites por toda a região do Vêneto (Bérgamo, Bréscia e Mântua, na Lombardia, e Udine, no Friuli). Esse contexto de disputas e domínios demonstra as variantes não só territoriais, mas também culturais.

As divisões do território não se encerraram, pois, após a unificação italiana, mas estenderam-se até 1968.

Figura 8 – Fronteiras italianas em 1866: após a Terceira Guerra de Independência



Fonte: Finzi, Magris e Miccoli (2002, p. XXVI).

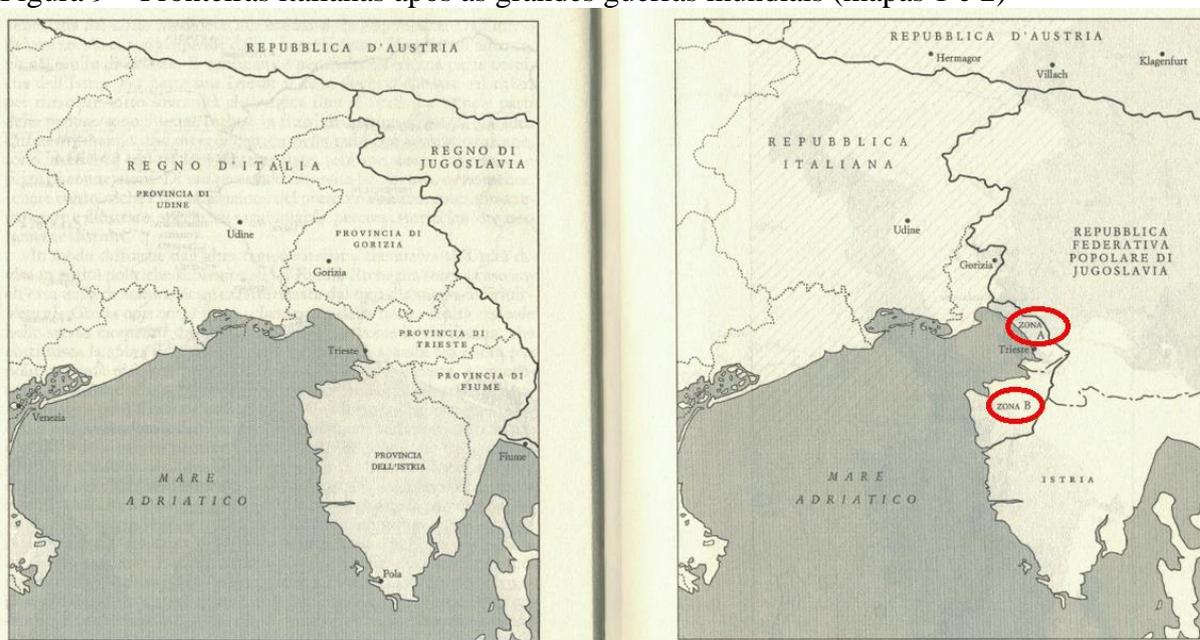
Conforme o mapa, após a Terceira Guerra de Independência, em 1866, com a anexação do Friuli ao Reino da Itália, ainda uma parte do território restou à Áustria, como é o caso de Gorizia e Gradisca, que, passando por novas turbulências até 1947, são novamente recortados e têm partes perdidas para a Iugoslávia (FINZI; MAGRIS; MICCOLI, 2002).

Quanto à questão do Friuli e de Venezia Giulia, é uma divisão muito antiga, e as duas áreas foram fundidas em uma região autônoma somente entre 1954 e 1975 em diferentes fases. Historicamente, é uma terra onde se encontraram culturas e pessoas distintas, cujas identidades entraram em confronto étnico e linguístico. Ainda hoje na região falam-se muitas línguas:

italiano, friulano, esloveno, alemão, alguns idiomas designados do Vêneto, além do croata em Venezia Giulia. Essa diversidade dá continuidade às tensões e divergências dos territórios que compõem o Friuli e Venezia Giulia⁵⁷.

Analisando as dimensões espaciais do FVG, o território atualmente possui 7.845 km² e aproximadamente 1.213.532 habitantes⁵⁸. É relativamente pequeno – principalmente se comparado às regiões brasileiras –, ou seja, suas fronteiras são muito próximas. Na Figura 9, apresentam-se a configuração territorial após as duas grandes guerras e as alterações que se seguiram com os tratados posteriores aos conflitos.

Figura 9 – Fronteiras italianas após as grandes guerras mundiais (mapas 1 e 2)



Fonte: adaptado de Finzi, Magris e Miccoli (2002, p. XXVI, grifos nossos).

No mapa 1 – da esquerda para a direita – é possível visualizar os confins italianos depois da Primeira Guerra Mundial. No mapa 2, observam-se as divisões que aconteceram depois da Segunda Guerra Mundial, principalmente a expansão do território iugoslavo. Ao comentar ambos os mapas, Finzi, Magris e Miccoli (2002, p. XXVII, tradução nossa) chamam a atenção as alterações da fronteira oriental da Itália depois do segundo conflito mundial.

Em 1954, com o Memorando de Londres, o controle da Zona A do território livre de Trieste será concedido à Itália, que fica com a posse da capital giuliana. No entanto, será necessário esperar até 1975 para que a situação de fato tenha uma sanção formal: com o Tratado de Osimo, daquele ano, a Itália reconhece a pertença à Iugoslávia da

⁵⁷ Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Zona B, a Iugoslávia, por sua vez, passa a reconhecer a plena soberania da Itália na antiga Zona A.

Sobre os pontos que interessam, destacam-se alguns locais da província de Udine que foram separados para formar a nova província de Pordenone, enquanto Gorizia e Gradisca, província de Gorizia, passaram a pertencer à Itália. Em 1963, a Itália conseguiu reaver a localidade portuária de Trieste, que atualmente é a capital do FVG. Trieste, em função do porto, é importante para a economia local, e a arquitetura e a cultura da capital são mesclas resultantes das dominações austro-húngara, italiana e eslovena. Tendo em vista as questões territoriais descritas, verifica-se a complexidade desses domínios fronteiriços, e, assim, reflete-se sobre as consequências, em diversas esferas, que esses impasses trouxeram. Na Figura 10, observam-se os atuais limites do FVG.

Figura 10 – Limites atuais do Friuli Venezia Giulia



Fonte: Maps⁵⁹.

Destacadas com ponto em vermelho estão as principais *comuni* da região. Trieste e Gorizia (localizadas no lado da Venezia Giulia) são as partes mais distantes de Pordenone, no FO, de onde emigraram as famílias analisadas. Na fronteira, Gorizia, do lado italiano, e Nova Gorica, do lado esloveno, encontram-se a uma distância de apenas 3 km uma da outra⁶⁰. Trieste,

⁵⁹Disponível em: <https://maps-of-italy.blogspot.com/2011/06/friuli-venice-giulia-map-geographic.html>. Acesso em: 02 maio 2021.

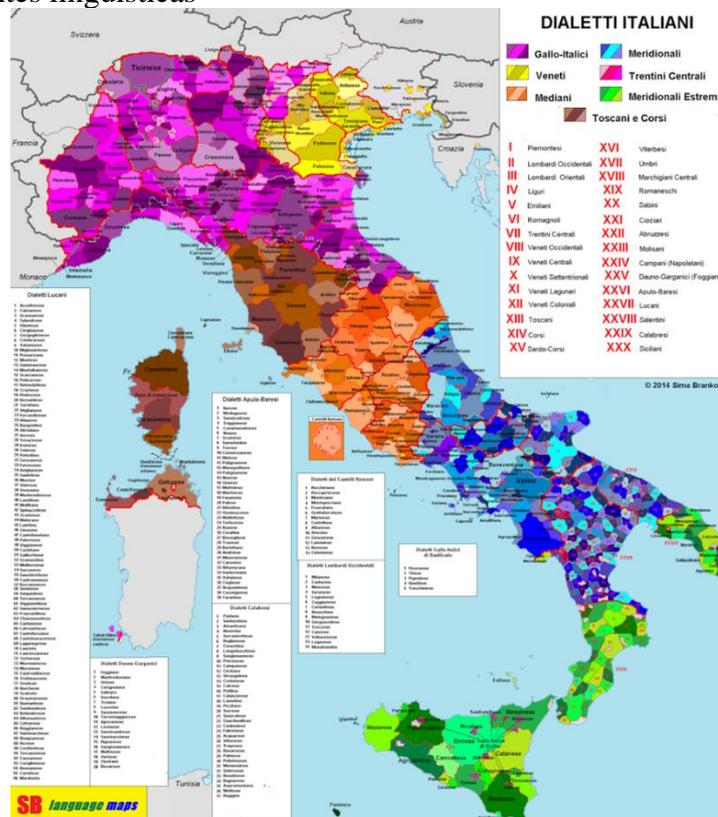
⁶⁰ Disponível em: https://www.viamichelin.pt/web/Itinerarios/Itinerario-Gorizia-34170-Gorizia-Italia-para-Nova_Gorica-5000-Slovenija-Eslovenia. Acesso em: 02 maio 2021.

na parte inferior do mapa, está conectada ao golfo. Udine, já no lado friulano, está na parte central do território, e Pordenone, vizinha ao território montanhoso do Vêneto.

Resumidamente, até o ano de 1975, em função também das disputas que aconteceram principalmente com a Áustria, a Itália ainda estava redesenhando suas fronteiras com a Jugoslávia. Logicamente, existiram conflitos de outras regiões da Itália com demais países fronteiriços, mas, para compreender as trocas de domínios no território de que partiram os sujeitos em análise, a discussão detém-se nos pontos entre a região do FVG.

As miscigenações culturais entre as regiões do FVG foram inevitáveis. Destaca-se a questão linguística: a língua ou o idioma friulano é uma mistura dos dialetos e/ou idiomas usados nesse contexto, principalmente no FO (antiga província de Pordenone), que foi trazida pelos emigrantes para o Brasil e continua sendo falada nesta parte da Itália. Na colonização do Rio Grande do Sul, existiram questões linguísticas problemáticas entre os grupos de imigrantes, pois a maioria dos friulanos, em função da prática de migrações internas desta região *pedemontana* para o restante da Europa e da Itália, compreendia e falava a língua vêneta, enquanto o contrário não era habitual. A Figura 11 ilustra as variantes linguísticas da Itália.

Figura 11 – Variantes linguísticas



Fonte: SB Language Maps⁶¹.

⁶¹ Disponível em: <https://sblanguagemaps.files.wordpress.com/2014/05/italy666.png>. Acesso em: 15 dez. 2019.

No mapa, percebe-se que, no interior de uma mesma região, encontram-se diversas origens linguísticas, ou seja, quando se está tratando de províncias italianas, não significa que essas áreas sejam homogêneas, mas, ao contrário, que se encontram variantes linguísticas. Nesse sentido, nem todos os imigrantes provenientes do FVG falavam o friulano. Considerando tal fator, restringiu-se a pesquisa aos sujeitos emigrados das mesmas *comuni* ou das imediações delas; esses indivíduos geralmente eram vizinhos e constituíam redes de parentela desde antes do processo emigratório. Essas relações se perpetuaram no Rio Grande do Sul por meio de vizinhança e laços de compadrios e matrimônios.

Para avançar em tais redes, é necessário afinar ainda mais o trabalho para características específicas do FO, ou seja, novamente ampliando a lente para determinadas partes, algumas *comuni* e *frazioni*. Desses locais do Friuli, majoritariamente, partiram sujeitos com peculiaridades interessantes, que foram reproduzidas na colônia Dona Isabel – primeiro período da colonização – e na colônia Guaporé – terceiro período da colonização.

2.2 Características do Friuli Ocidental

Ao longo da pesquisa, percebe-se que a região *pedemontana*, de que os sujeitos analisados emigraram, é composta por diversas características próprias, inclusive geográficas – sendo fundamental o entendimento de que a Itália apresenta variações no território –, e isso influenciou o modo de vida dos habitantes *apeninos* em esferas desde culturais até econômicas. Essas particularidades interferiram diretamente, por exemplo, no cultivo do solo e no uso dos recursos hídricos. O FO está localizado entre os rios Tagliamento e Livenza, compreendendo territórios da antiga província de Pordenone, entre Valli e as Dolomitas friulanas, Livenza-Cansiglio-Cavallo, Sile e Meduna e Noncello e Tagliamento, e do antigo distrito de Portogruaro ao oeste. A província de Pordenone, como dito, foi suprimida. O território ter sido renomeado, entretanto, não altera os pontos deste estudo; mesmo nos *sites* oficiais do governo, continuam-se utilizando os nomes provinciais como forma de organização cultural e localização geográfica.

Partes do Friuli são também chamadas de Cárnia, que é uma zona histórico-geográfica na região italiana do Friuli que se estende pela parte ocidental e central dos Alpes cárnicos a partir de Udine, fazendo fronteira com o Vêneto e com o estado austríaco da Caríntia. Nesse cenário, encontram-se divisões do território em Alpes e Pré-Alpes. Neste estudo de caso, foca-

se na área dos Pré-Alpes, onde está situada a *comune* de Frisanco. Na Figura 12, é possível identificar a localização da ex-província de Pordenone e dos Pré-Alpes.

Figura 12 – Alpes e Pré-Alpes no Friuli Venezia Giulia



Fonte: Magico Veneto⁶².

A ex-província de Pordenone faz divisa territorial com os Pré-Alpes cárnicos – *pedemontana*. Nessa região, está localizada Val Colvera⁶³, onde se situam Frisanco, Poffabro, Casasola, Colvere, Pian delle Merie e Valdestali (Figura 13).

Figura 13 – Traçado de Val Colvera



Fonte: Vivi Val Colvera⁶⁴.

⁶² Disponível em: <https://www.magicoveneto.it/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

⁶³ Terra de tradições artesanais, a arquitetura rural é marcada por casas de três ou quatro pisos, com varandas de madeira apoiadas em altos pilares de pedra. Disponível em: <https://vivivalcolvera.it/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

⁶⁴ Disponível em: <https://vivivalcolvera.it/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

A região é atravessada por águas que, nascendo no Mont Raut, ao longo do curso, moldaram as rochas, dando origem ao desfiladeiro denominado Bus del Colvera. Situados próximos às vias navegáveis ou nas encostas das colinas que caracterizam o vale encontram-se numerosos pequenos povoados da *comune* de Frisanco.

Detendo-se às questões particulares da ex-província de Pordenone, destacam-se⁶⁵ Poffabro, situada na *comune* de Frisanco, e Mezzomonte, situada na *comune* de Polcenigo. Embora o Friuli não seja composto somente por partes montanhosas, como discutido na introdução do trabalho (Figura 2), essas duas *comuni* em particular situam-se nos chamados Pré-Alpes. E determinadas características desses locais estão conectadas aos saberes laborativos e costumes particulares trazidos pelos indivíduos analisados para o Brasil.

2.2.1 Mezzomonte: *frazione* da *comune* de Polcenigo

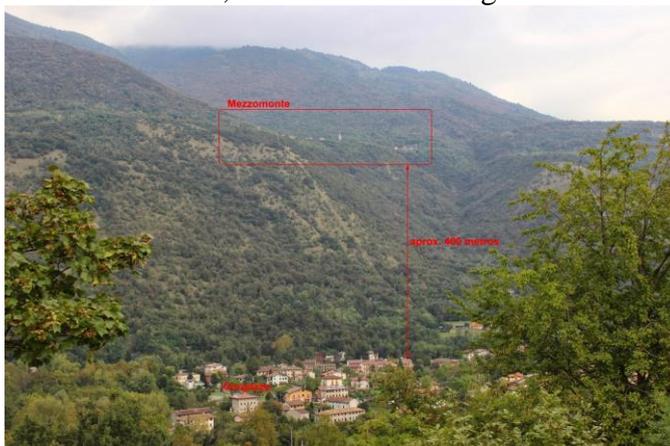
Sendo uma das cinco *frazioni* da *comune* de Polcenigo, Mezzomonte⁶⁶, como o próprio nome indica, localiza-se nas encostas de uma montanha. A Figura 14 ilustra as características geográficas do local. A altitude, em relação ao nível do mar, é de 477 m e, em relação ao vale – onde se situa o *borgo* de Gorgazzo (que também pertence a Polcenigo) –, é de aproximadamente 400 m. Para se chegar a Mezzomonte, deve-se percorrer uma estrada sinuosa e íngreme⁶⁷.

⁶⁵ Explana-se brevemente sobre as *comuni* e *frazioni* de onde a maioria dos imigrantes friulanos migrou; isso, no entanto, não significa que os enlaces sejam somente com famílias das mesmas *frazioni*, como se verá. De modo geral, as origens do restante das famílias entrelaçadas estão vinculadas ao FO.

⁶⁶ Nos documentos mais antigos, por exemplo, em 1470, o local era conhecido por Nuvolone (nuvem). Já entre os anos 1600 e 1700, chamava-se La Mont; após, Mezzamonte (*mezzo* com desinência feminina, lembrando que *mont* era um substantivo feminino). Somente nos anos 1800 tornou-se Mezzomonte, quando se masculinizou a palavra (LA MONT, 1994, p. 8-10).

⁶⁷ Foi consultado o blogue de pesquisa familiar de Edinei Santin para a composição das informações desta seção. Disponível em: <http://almostrandomstuff.blogspot.com/2013/12/un-piccolo-paese-chiamato-mezzomonte.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

Figura 14 – *Frazione* de Mezzomonte, *comune* de Polcenigo



Fonte: Edinei Santin⁶⁸.

A *comune* Polcenigo fica a aproximadamente 80 km ao norte de Veneza (Vêneto) e a 60 km ao oeste de Udine (Friuli). Atualmente, em toda a *comune*, há pouco mais de 3 mil habitantes. Em Mezzomonte, especificamente, há cerca de 30 habitantes, um número significativamente baixo, se comparado ao número de habitantes das décadas passadas (na década de 1950, por exemplo, havia cerca de 850 habitantes⁶⁹). Alessandro Fadelli (1994, p. 23, tradução e grifos nossos) ressalta que:

Fazer a história de Mezzomonte não é façanha fácil por pelo menos duas razões. A primeira é que o *paese* não teve uma “grande” história (mas quantos de nossos *paesi* a têm?): não havia fortalezas ou castelos, não viviam nobres ou pessoas famosas, não passaram papas, reis ou líderes, não houve lutas dignas de nota, nunca teve a honra nem mesmo de ser paróquia. Sempre foi uma pequena cidade habitada por lenhadores, *contadini* e pastores, um pouco fora deste mundo, onde, ao invés de uma história com letras maiúsculas, aconteceram muitas pequenas histórias pessoais e familiares, quase sempre longe dos grandes fatos históricos que aconteceram no seu entorno. Porém, mesmo essas “micro-histórias” são dignas de atenção, respeito e estudo [...]. Uma segunda razão está ligada à quantidade e à qualidade das fontes históricas, indispensáveis para fazer uma história levada a sério. Deste ponto de vista, o Mezzomonte, como todas as outras *frazioni* da *comune*, sofreu com a perda do Arquivo *Comunale*, ocorrida com o incêndio da câmara municipal em 1962.

Fadelli (1994) observa a presença de histórias familiares, voltadas especialmente para os ofícios pastoril, da silvicultura e do artesanato. Não houve a industrialização, nem as trajetórias foram foco das narrativas históricas mais famosas. Isso não significa que são menos

⁶⁸ Disponível em:

<http://almostrandomstuff.blogspot.com/2013/12/un-piccolo-paese-chiamato-mezzomonte.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

⁶⁹ Disponível em:

<http://almostrandomstuff.blogspot.com/2013/12/un-piccolo-paese-chiamato-mezzomonte.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

importantes, pois, quando se pensa em reconstruir histórias sociais, é necessário repensar o quanto das diversas classes se está englobando. Thompson (1987, p. 13), ao citar que: “Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”, buscou resgatar a importância da análise de trajetórias de vidas que não se direcionassem apenas para aquelas de sucesso econômico. Já Grendi (1998) instiga, em cada trabalho, a encontrar o “excepcional normal”, ou seja, a perceber em sujeitos comuns atitudes que modificaram o meio onde viviam e, conseqüentemente, suas vidas, mostrando que todos são singulares.

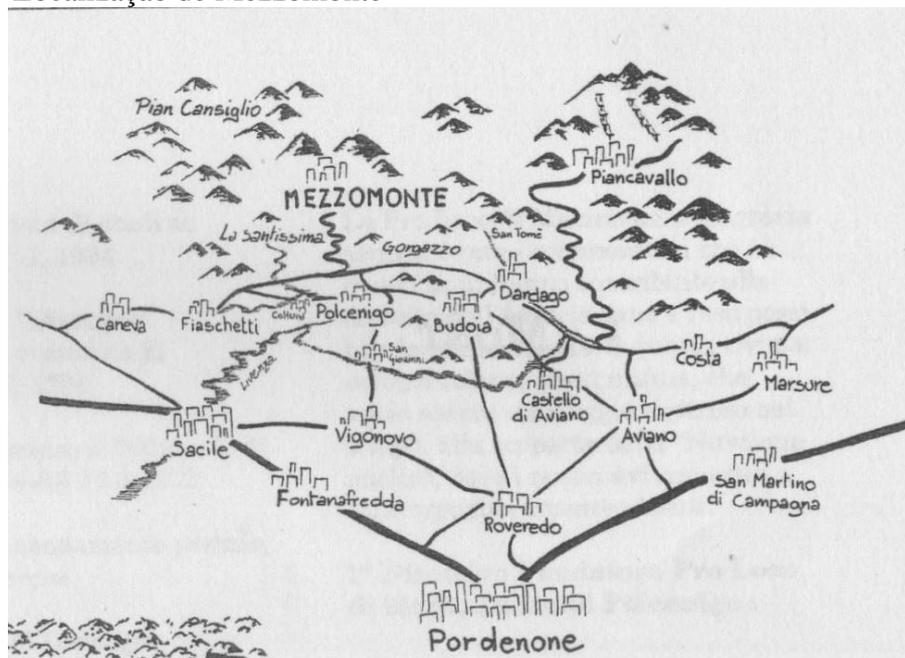
Portanto, essas “micro-histórias” possuem significados relevantes, especialmente quando, por meio de ritos e culturas, são levadas para outro continente e perpetuadas ao longo das gerações. Essas narrativas servem para analisar as práticas peculiares mantidas até a atualidade, que se diferem de forma contundente daquilo que foi escrito majoritariamente sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Importa, pois, não somente Mezzomonte, Frisanco e o FO de modo geral, mas principalmente as práticas distintas desses pontos na Europa que se perpetuaram além-mar.

De acordo com o arquiteto Baccichet (1996, p. 26, tradução nossa),

Observando a Carta de Uso da Terra de 1851, seriam de se esperar, como comparação, uma economia de aldeia suficientemente rica e um bem-estar familiar satisfatório. Ao invés disso, a situação econômica dos habitantes de Mezzomonte nessa data não era totalmente positiva. Não que as condições de vida que prenunciaram a grande fase do despovoamento alpino fossem desesperadoras, como certa “retórica da miséria” nos quer fazer “crer”, mas, mais uma vez, alguns fatores geográficos impediram que em Mezzomonte se criasse uma gestão autossuficiente de recursos agrícolas reconhecida em outras comunidades alpinas.

Dessa forma, considerando os apontamentos sobre Mezzomonte e a localização da *frazione*, observa-se uma economia voltada para pequenos lotes cultivados, com destaque para as práticas pastoril e de silvicultura, além da produção da castanha, que “de fato ofereceu por séculos um alimento de primeira ordem para muitos povos, quase um substituto do pão” (FRILLI, 1996, p. 8, tradução nossa). Mezzomonte, “ao contrário das aldeias do vale, sofreu com a competição das comunidades *pedemontanas* em relação à exploração dos recursos. Muitas terras foram congeladas nas mãos de notáveis da planície, que entraram no ramo dos imóveis graças à atividade de crédito hipotecário” (BACCICHET, 1996, p. 26, tradução nossa). Nesse sentido, a dificuldade de acesso a recursos hídricos, a propriedade formada por pequenos lotes e os obstáculos tanto na aquisição quanto no pagamento dos arrendamentos agravaram ainda mais a possibilidade de crescimento econômico.

Figura 15 – Localização de Mezzomonte

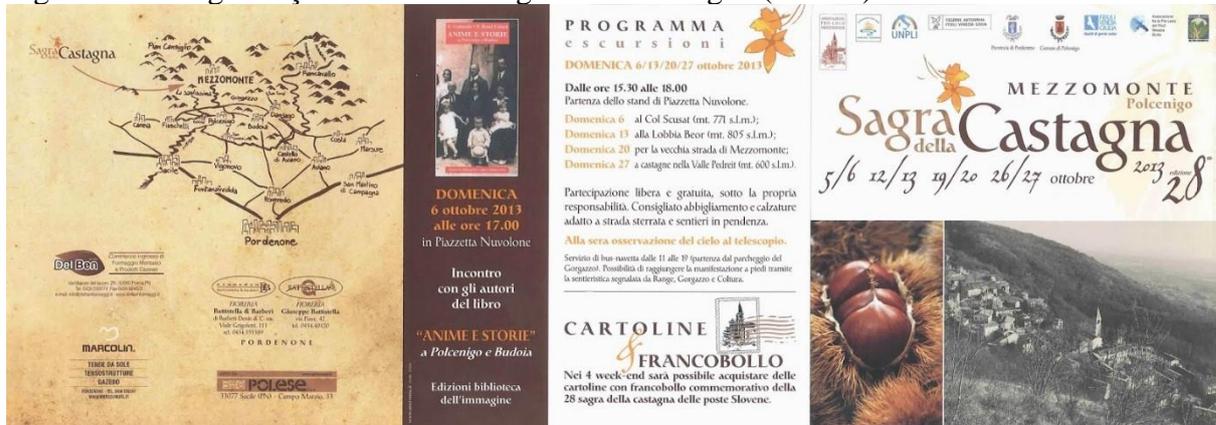


Fonte: *La Mont* (1996, p. 1).

Conforme a Figura 15, Mezzomonte está cercada por outros pequenos vilarejos da *comune* de Polcenigo, e certa quantidade de terras dessa *frazione*, mesmo no período anterior à grande emigração, já pertencia a proprietários da parte mais plana do território (BACCICHET, 1996). Os terrenos cultiváveis faziam, assim, limite com propriedades ligadas a pessoas “de fora” da *frazione*, impedindo que existisse uma melhoria econômica (BACCICHET, 1996). Dessa forma, além dos trabalhos em centros maiores da Itália e da Europa Central e dos afazeres ligados à lenha e a demais atividades pecuárias, um meio de sobrevivência naquela época foi o cultivo da castanha, que “no início do século teve um papel decisivo na economia agrícola nacional: todas as províncias, com uma área total de cerca de 800.000 hectares e uma produção de mais de 6 milhões de quintais, interessaram-se pelo cultivo” (FRILLI, 1996, p. 7, tradução nossa), sendo o solo em Mezzomonte propício para o desenvolvimento dessa cultura.

Segundo Frilli (1996), a partir de 1914, iniciou-se um retrocesso em relação ao cultivo e à herança da castanha. Em Mezzomonte, entretanto, ainda existem festejos e o cultivo ligados a essa planta frutífera, originária da Ásia Menor. Anualmente, nos finais de semana do mês de outubro – época das castanhas –, acontece o festival Sagra della Castagna (Figura 16). Interessantemente, em Monte Belo do Sul, Rio Grande do Sul, há diversos produtos feitos a partir das nozes da região pelas pequenas empresas familiares, muitas provindas daquela região italiana, ou seja, o manuseio de alimentos semelhantes continua sendo praticado para o próprio consumo e para a comercialização na Serra Gaúcha.

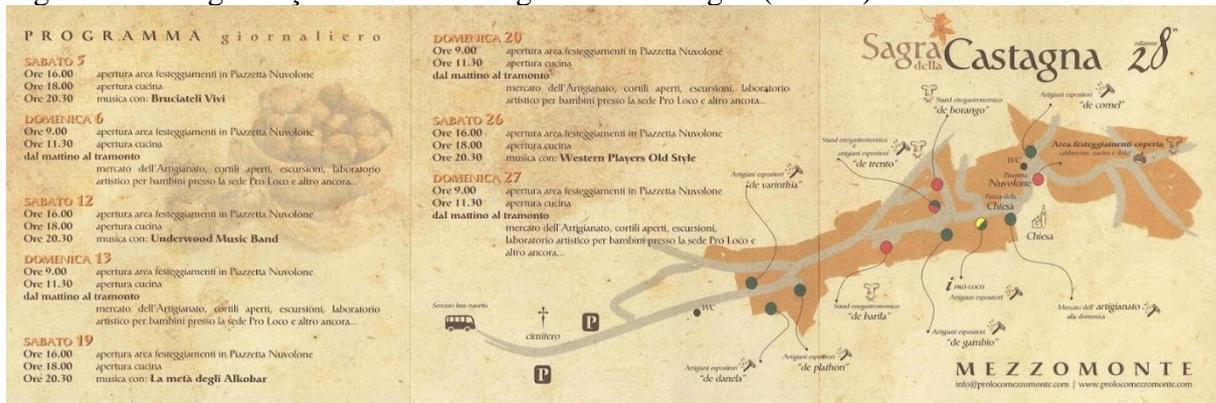
Figura 16 – Programação do festival Sagra della Castagna (Parte 1)



Fonte: Edinei Santin⁷⁰.

No convite para o festival, observam-se, no mapa à esquerda, as localidades próximas a Mezzomonte e, na fotografia à direita, o destaque para a torre da igreja.

Figura 17 – Programação do festival Sagra della Castagna (Parte 2)



Fonte: Edinei Santin⁷¹.

No cronograma da programação, sobressai-se a atividade *mercato dell'artigianato*. No panfleto, trata-se o tema em aspectos variados, mas chama-se a atenção para alguns fatores que são fundamentais para o entendimento dos movimentos de migração e emigração dos sujeitos em análise. Mezzomonte, além de produzir castanhas, no passado, também explorou recursos

⁷⁰ Disponível em:

<http://almostrandomstuff.blogspot.com/2013/12/un-piccolo-paese-chiamato-mezzomonte.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

⁷¹ Disponível em:

<http://almostrandomstuff.blogspot.com/2013/12/un-piccolo-paese-chiamato-mezzomonte.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

naturais, como madeira e pedra, e a criação de ovinos; nos registros familiares, destacam-se as profissões de peleiro, artesão da madeira, tecelão e carpinteiro.

Dessa forma, coligam-se dois fatores importantes: 1) os habitantes das montanhas, apesar de serem *contadini* por tradição, agregavam outros ofícios e migrações sazonais para auxiliar na sobrevivência familiar; 2) mesmo com essas migrações constantes, como se sabe, inicialmente, as mulheres permaneciam administrando o lar, na cultura do “fazer um pouco de tudo”. Como exemplifica Baccichet (1996, p. 18, tradução nossa): “Não há dúvida de que o povoado de Mezzomonte [...] tinha uma vocação agrícola predominante. A orografia do *habitat* e a distribuição das casas em relação às lavouras levam-me a excluir a possibilidade de assentamentos provisórios que depois se transformam em permanentes”.

Além do território montanhoso, de difícil acesso e com solo peculiar para o desenvolvimento da agricultura, e da dificuldade, em alguns locais, com o abastecimento de água, as regiões alpinas costumam ter invernos rigorosos. Dessa forma, além das profissões ligadas a ofícios artesanais e a migrações sazonais, tinham como prática o cultivo do milho para produção de farinha, caracterizando, entre outros, o hábito culinário da polenta, trazido para o Rio Grande do Sul pelos imigrantes. Observa-se que essa particularidade alimentar apresenta vínculos afetivos entre as famílias. Além disso, quando se analisam os sujeitos com lente de aumento, consegue-se identificar pessoas comuns, que traziam na bagagem um histórico de vida típico dos habitantes dessas regiões montanhosas.

Um dos imigrantes centrais da análise, Candido Santin, natural de Mezzomonte, migrou da localidade aos doze anos de idade para trabalhar em Veneza, na construção civil, especialmente de barcos, pois era cultural saber trabalhar com madeira. Depois de emigrar para o Brasil, na colônia Dona Isabel, atual município de Monte Belo do Sul, ele, em parceria com o primo Nicolo Santin, construiu os primeiros moinhos das linhas de friulanos. Candido também atuou como ferreiro, em função do aprendizado que adquiriu com as famílias de Frisanco – Tramontina, Mariuzza e Filippi –, que dominavam a técnica do metal. Em um primeiro momento, ele se casou com Virginia Tramontina Mariuzza, depois com Giacoma Filippi (sua concunhada), ambas naturais de Frisanco (Friuli). Assim sendo, as especializações de cada local de partida se complementaram no Rio Grande do Sul.

Em relação à família de Candido, o filho Leonardo, entre outros empreendimentos, também trabalhou com serviços funerários, na fabricação de caixões, em Bento Gonçalves (que pertencia à antiga colônia Dona Isabel). Na agricultura, o principal alimento cultivado pelos friulanos era o milho, que, depois da colheita, era processado nos moinhos do povoado. Dessa

forma, mesmo emigrando para um local onde a atuação na agricultura era mais intensa, Candido, assim como outros friulanos, tinha como renda principal outros ofícios, agregados ao agrícola, e de tradição na Europa.

Nesse sentido, os hábitos se propagaram e mesclaram-se. Bourdieu (2007, p. 191) chamou-os de “habitus de classe”, definido como “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o principal gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. Edylio Santin Luvisa, neto de Candido Santin, destacou que o avô não era considerado um “exemplo” de friulano, porque não tinha o sotaque dos demais conterrâneos, falava diariamente o italiano⁷², não o friulano. Como migrou cedo de Mezzomonte e viveu por bastante tempo em Veneza, retornando para a terra natal poucas vezes, perdeu muito da prática em falar friulano, segundo a fonte consultada.

De locais montanhosos, cujas histórias de vida se entrecruzaram com as famílias em análise, seguindo os principais laços averiguados nesta pesquisa, chega-se a Poffabro, que, juntamente com Maniago, apresenta longa tradição com o artesanato em ferro.

2.2.2 Poffabro, Frisanco e Maniago

A maior parte das famílias analisadas emigrou de Frisanco. Essa *comune* italiana da região do FVG tem cerca de 640 habitantes e densidade populacional de 11 hab/km²⁷³. Estende-se por uma área de 61 km², tendo uma altitude de 500 metros. Localiza-se próxima à *comune* de Maniago, distando, em linha reta, 4,84 km. Do território de Frisanco, destaca-se a *frazione* de Poffabro, onde há aproximadamente 180 habitantes.

Poffabro era associada a Casasola e pertenceu a Maniago até 1810, tornando-se naquele ano, por meio de um decreto napoleônico, uma *frazione* de Frisanco. Esse local está a 525 m acima do nível do mar, em Val Colvera, nos Pré-Alpes cárnicos. Habitada desde a época romana, a área mostra vestígios de assentamentos antigos. Para chegar às primeiras evidências confiáveis, foram investigados os arquivos do bispo de Concórdia, nos quais, de fato, já no

⁷² Evidentemente, em Veneza, no período analisado, falava-se algum dialeto específico, mas manteve-se a frase com o sentido dado pela fonte, o que demonstra que pelo menos os friulanos em análise não consideravam o idioma italiano como sua língua.

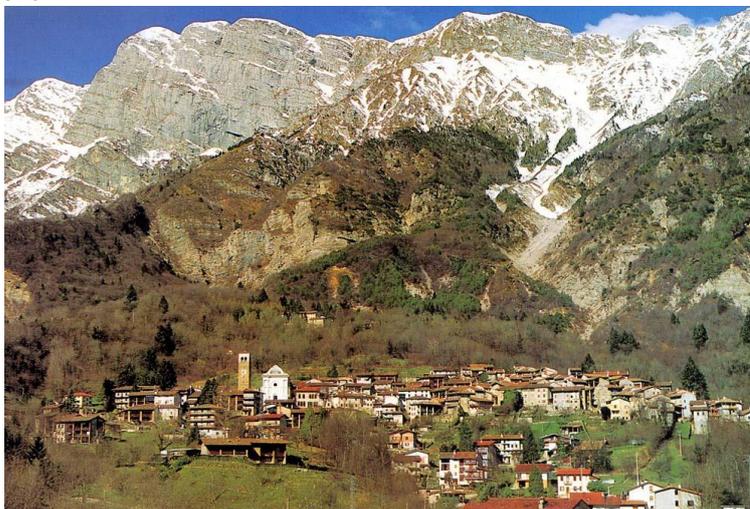
⁷³ Disponível em: <http://italia.indettaglio.it/ita/friuliveneziagiulia/frisanco.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

século XI, a paróquia de Poffabro é listada. Nos documentos, datados de 1339, *Prafabrorum* é mencionado como o “prado – campo – dos ferreiros”.

Inúmeras famílias analisadas na colônia Dona Isabel declaravam ser de Maniago, local que também tem tradição no trabalho com o ferro. Uma vez que um território pertencia ao outro, privilegia-se a análise das *frazioni* de Poffabro e Mezzomonte e da *comune* de Frisanco como principais pontos de partida das famílias estudadas – entre elas, Tramontina, Mariuzza, Filippi, Filippin (inclusive, em Maniago) e Di Domenico, provenientes de Frisanco e/ou de lugarejos que fazem parte dessa *comune* localizada ao pé da montanha –, embora outros núcleos familiares dos enlaces averiguados sejam originários de Maniago.

De Mezzomonte, a *comune* de Frisanco dista em média 25 km⁷⁴; para o contexto, pode-se considerá-las localidades próximas. Uma diferença significativa entre Frisanco e Mezzomonte pode ser verificada no acesso à água: a *comune* dos *frisanchini* é contornada por água; enquanto em Mezzomonte havia grave problema ligado ao abastecimento desse recurso natural, o que interferia no modo de vida local. Isso não significa que não existia captação de água em Polcenigo, mas havia maior dificuldade em captá-la da *comune* para Mezzomonte.

Figura 18 – Poffabro



Fonte: Natisone⁷⁵.

Poffabro, como se observa na imagem, encontra-se aos pés do Monte Raut. Esse vilarejo que faz parte do projeto *I Borghi più belli di Italia in Friuli Venezia Giulia*⁷⁶ recebe muitos

⁷⁴ Disponível em: <https://pt.distance.to/Frisanco,Pordenone,ITA/Mezzomonte,Polcenigo,Pordenone,ITA>. Acesso em: 29 nov. 2019.

⁷⁵ Disponível em: https://www.natisone.it/0_archivio_messe/messe2001/messe109.htm. Acesso em: 03 dez. 2019.

⁷⁶ Disponível em: <https://borghipiubelliditalia.it/guida-borghi/>. Acesso em: 03 dez. 2019.

turistas na época do Natal, para ver as ruas de pedra do século XVII, os presépios natalinos, artesanatos em madeira e os sapatos também feitos manualmente.

Figura 19 – Localização de Poffabro, Maniago e Frisanco



Fonte: Vivi Val Colvera⁷⁷.

Como se pode observar na Figura 19 e na Figura 13 (Traçado de Val Colvera), Poffabro separa-se de Maniago por pequenos espaços, pelo Val Colvera e por um canal⁷⁸ que divide essas localidades muito próximas. Chama-se a atenção para dois pontos principais: o parque das Dolomitas friulanas e, ao lado da frazione, a *Mostra artigianale di scarpetti*. No ramo de calçados, alguns dos descendentes da família Di Domenico contatados, já na quinta geração no Rio Grande do Sul, continuam exercendo o ofício de sapateiro.

Maniago, cujos habitantes são chamados de *maniaghesi*, estende-se por 69,2 km², possui 11.818 habitantes desde o último censo e tem densidade populacional de 170,8 hab/km². A *comune* faz fronteira com Vajont, Fanna e Arba, está localizada a 24 km a nordeste de Pordenone, a maior cidade nas proximidades, e encontra-se a 283 metros acima do nível do mar⁷⁹.

É conhecida pela arte em ferro, o que lhe dá o nome de *città del coltello* (cidade da faca). Desde o século XV, os habilidosos artesãos *maniaghesi* forjavam facas e lâminas que foram

⁷⁷ Disponível em: <https://vivivalcolvera.it/project/poffabro-presepe-tra-i-presepi-23a-edizione/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁷⁸ Esse canal é formado pelas águas do Rio Meduna, o principal afluente do Rio Livenza, para o qual deságua na planície perto de Ghirano di Prata di Pordenone, na localidade de Ponti di Tremeacque, após ter recebido as águas dos rios Cellina e Noncello.

⁷⁹ Disponível em: <https://www.comune-italia.it/comune-maniago.html/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

importantes para abastecer com armamentos, principalmente espadas, as tropas da Sereníssima. Em 1998 foi aberto ao público o Museo *dell'arte fabbrile e delle coltellerie*⁸⁰.

Figura 20 – *Comune* de Maniago



Fonte: Stile⁸¹.

Conforme observa-se na Figura 20, Maniago possui uma maior estrutura urbana em comparação com Poffabro e Frisanco, principalmente em função da diferença no número de habitantes de cada local.

Ainda hoje a indústria do ferro é uma realidade econômica importante: mais de 80 empresas do setor atuam somente em Maniago⁸². No passado recente, porém, quase todas as casas e pátios do município possuíam oficinas de diversos espaços, ou ambientes domésticos simples, equipados para determinados processos⁸³. Entre eles, as relações econômicas e comerciais se entrelaçaram, e as histórias familiares evoluíram no interior da Itália e, como se demonstrará, prosseguiram na colonização do Rio Grande do Sul.

No contexto de um pequeno município onde quase todos faziam o mesmo trabalho, as relações pessoais e sociais eram frequentemente influenciadas pela competição entre os artesãos do setor; isso há muito impede o desenvolvimento de uma história coletiva e compartilhada da comunidade⁸⁴. As fontes orais consultadas, descendentes de imigrantes dessas localidades

⁸⁰ Disponível em: <https://museocoltelleriemaniago.it/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

⁸¹ Disponível em: <https://www.stile.it/2007/10/01/maniago-la-toledo-italiana-8048-id-115046/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

⁸² Disponível em: <https://museocoltelleriemaniago.it/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

⁸³ Disponível em: <https://museocoltelleriemaniago.it/>. Acesso em: 30 jan. 2021

⁸⁴ Disponível em: <https://museocoltelleriemaniago.it/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

italianas, relataram ficar surpresos ao visitar Frisanco, Poffabro e Maniago, onde perceberam as rixas entre os moradores. Conforme Leonir Razador⁸⁵, descendente da família Di Domenico,

Frisanco e Poffabro, de onde veio a grande maioria dos friulanos instalados em Monte Belo do Sul, são dois vilarejos apenas divididos por um arroio, chamado El Colvera [...], mas Frisanco estava sob a jurisdição de Poffabro, depois mudou, Poffabro está sob a jurisdição de Frisanco. Ou seja, hoje Frisanco é o município, e Poffabro é o vilarejo. E essas mudanças provocaram rugas. Se nós falarmos com um morador de Poffabro, ele vai dizer com todas as letras que o verdadeiro friulano é o de Poffabro, não é o de Frisanco, porque ainda existem esses resquícios da perda da autonomia.

As diferenças entre comunidades próximas também são discutidas por Grossutti (1995, p. 294, tradução nossa).

[...] a consciência da própria origem e o conhecimento claro da realidade em transformação para quem está no exterior e para quem reside na mãe pátria, a consciência da existência de outros Poffabro, Casasola e Frisanco com os quais o diálogo não se deve limitar apenas à memória das estreitezas do passado (e dos ciúmes de hoje) é essencial.

Em contrapartida, este trabalho busca demonstrar como as comunidades providas do FO, investigadas até 1964, apesar de originárias de partes diversas (por exemplo, Poffabro, Mezzomonte, Frisanco e Maniago), formaram no Rio Grande do Sul uma espécie de agrupamento identitário étnico-cultural, em que eram vistos perante os outros italianos (vênetos, trentinos etc.) como “*i furlani*”, tanto que as próprias linhas nas colônias analisadas, de maneira informal, são até hoje denominadas assim, ou seja, todos passaram a ser friulanos, independentemente das *comuni* de partida. Enquanto isso, na Itália, ainda existem diferenciações entre os locais, fortalecidas pela própria população – de acordo com as fontes orais e bibliográficas. Talvez no Brasil a unificação entre o grupo tenha se dado em função do preconceito maior que existia impregnado entre os demais italianos não friulanos.

Quando se analisam os pontos de partida com uma lupa e em paralelo com a atualidade, observa-se o cultivo de tradições semelhantes nas regiões de montanha. Encontram-se ainda resquícios de trabalhos mantidos artesanalmente, cuja origem ainda está entrelaçada com o passado. Por exemplo, as mulheres nas colônias sulistas do Brasil, conforme evidenciado em pesquisa de campo, ainda se destacam como doceiras de produtos finos (principalmente à base de nozes e castanhas) e costureiras. Inclusive, em meados das décadas de 1980 e 1990,

⁸⁵ Leonir Razador é historiador e escritor, autor da obra: *Povoadores e história de Monte Belo do Sul*: de Zamith a Monte Belo do Sul (2019).

transpuseram a prática familiar para a mão de obra mais precisa na costura de calçados da empresa de grande porte Paquetá, que tinha filial em Guaporé, ex-colônia povoada por descendentes de friulanos migrados de Monte Belo do Sul. E desde os anos 1990, com a iniciativa na fabricação de *lingerie*, de Eliane Magnan, descendente de friulanos, a indústria têxtil, principalmente a confecção de roupas íntimas, ganhou destaque em Guaporé, tornando o município o segundo maior polo nacional na fabricação desses artigos.

Existe uma cultura um tanto quanto geral – mesmo os territórios possuindo especializações locais – dos artesãos oriundos de cadeia montanhosa, como se verá, desde o Piemonte (industrialização da técnica do couro e de laticínios) até Belluno, Bolzano, Sette Comuni, Frisanco, Polcenigo e suas *frazioni*. Em contextos gerais, observam-se, por um lado, grupos que apresentam determinadas particularidades ligadas à tradição predominante no local de partida, e, por outro, sujeitos que não se industrializaram, permaneceram reproduzindo técnicas similares às dos antepassados⁸⁶.

Entre as famílias originárias de Poffabro, destacam-se a família Tramontina e o patriarca Valentin Tramontina, que iniciou, na Serra Gaúcha, a produção artesanal de ferramentas que, com o passar do tempo, deu origem à indústria Tramontina. De Frisanco, as famílias Mariuzza, Filippi e Filippon⁸⁷, igualmente ligadas às ferrarias, também perpetuaram o ofício no Rio Grande do Sul.

Pretende-se, ao longo deste trabalho, demonstrar como ofícios ainda sob uma forma artesanal, herdados do FO, Itália, seguem sendo praticados com poucas alterações técnicas no interior do Rio Grande do Sul. Não necessariamente só as famílias provindas de Frisanco deram continuidade à tradição do ferro, mas são principalmente elas que se destacaram nas colônias brasileiras analisadas – Dona Isabel e Guaporé.

2.3 Particularidades migratórias dos *montanari*

Os estudiosos sobre o assunto destacam que a tradição migratória no Friuli não acontecia em função dos elementos topográficos, mas impulsionada por outros fatores. Consultando os

⁸⁶ Nesse sentido, existem diversos museus que tratam sobre emigração e contextos laborativos. Entre eles, além dos já citados, encontra-se *Il museo provinciale della vita contadina Diogene Penzi*, com seções localizadas em Maniago e Cavasso Nuovo. A região do FVG destaca-se pelo rememorar de diversas fases históricas por meio dos museus espalhados pela região.

⁸⁷ A família de ferreiros Filippon deste estudo de caso é originária de Maniago. Como o local pertencia a Frisanco, a documentação ainda se encontra nos registros de ordem civil de Frisanco.

informes das Notícias Estatísticas da Província do Friuli de 1846, Grossutti destaca as considerações de Francesco Pelizzo (1846 *apud* GROSSUTTI, 2018, p. 26, tradução nossa), para quem “a emigração temporária no Friuli nasce da vontade de melhorar a situação econômica, e não da necessidade de evitar a ação dos ‘elementos topográficos’”, mostrando que os friulanos sempre emigraram por opção:

[os cárnicos] têm o hábito de ir à Alemanha para a fábrica de queijos, para vender objetos para salsamentaria⁸⁸; outros em vários países do Vêneto e da Lombardia praticando o comércio de tecelões de tecidos e outros como alfaiates. Os de Schiavonia fluem por várias partes da Hungria [como] vendedores de imagens sagradas. Daqueles que pertencem parcialmente ao distrito de Spilimbergo, alguns vão para as principais cidades de Itália, Alemanha, França, Inglaterra e até São Petersburgo, comercializando chapéus de palha que fornecem em Florença e outras bugiangas, outros em Roma praticando o comércio de padeiros e vendedores de vidro, e outros finalmente em Veneza e Trieste, trabalhando como *terrazzieri*⁸⁹ em belos terraços e passando por carregadores, pedreiros etc., costume de muitos do distrito de Maniago, Aviano, Gemona etc. O maior número dessas emigrações sucedia-se no final do outono e no inverno, e ao cair da primavera e no verão (PELIZZO, 1846 *apud* GROSSUTTI, 2018, p. 26, tradução nossa).

Micelli (1995) explica que, na segunda metade de 1800, a abertura de mercados de trabalho europeus e para além ofereceu novas possibilidades aos italianos, friulanos e *frisanchini* (originários de Frisanco), e esses últimos partiram definitivamente para outro continente somente após esgotar as alternativas de trabalho na Europa. Conforme o autor, que também cita os ideais de Marinelli (1903 *apud* MICELLI, 1995), existem diferenças significativas entre a emigração tradicional e a moderna.

No primeiro caso, prevalecem os mecanismos de expulsão, isto é, as causas geográficas, em que os Alpes sempre apresentaram número menor de pessoas em função das condições de vida, enquanto os *pedemontanos*, ou *montanari*, integravam outros trabalhos, além da cultura agro-silvo-pastoril⁹⁰, que ocorriam para além da área mais montanhosa. Portanto, os fluxos migratórios sazonais interessavam nos meses de inverno e serviam para complementar os recursos locais.

⁸⁸ Venda de objetos para a produção de salsichas, salames e derivados.

⁸⁹ Foram os artesãos que fizeram os chamados terraços venezianos: são os pisos de cimento e pedras de mármore que as casas de Veneza costumam ter. Eles poderiam ser mais ou menos sofisticados; os mais sofisticados (com figuras, desenhos etc.) também eram chamados de mosaicos de piso (*mosaici pavimentali*). Até a Primeira Guerra Mundial, a emigração friulana era principalmente sazonal ou plurianual, e as partidas envolviam principalmente homens. No entanto, havia famílias que estavam emigrando para o Brasil, a Argentina, o Canadá ou os Estados Unidos (trabalho em ferrovias, minas etc.). Aqueles que trouxeram famílias foram os sujeitos que pararam de migrar o ano todo (porque trabalhavam no interior da Europa), como os *terrazzieri*.

⁹⁰ O sistema agro-silvo-pastoril decorre do princípio de diversas modalidades de manejo e técnicas no uso do solo, tais como, agricultura, pecuária, ocupação do solo em prol do bem-estar humano, como moradia.

No segundo caso, da emigração moderna, prevalecem os mecanismos de atração, isto é, das “causas históricas”, pois o desenvolvimento das indústrias e do comércio, das grandes construções e das edificações urbanas oferecia oportunidades que aconteciam de acordo com as necessidades individuais, seguindo preferências que se fundamentavam em tradições específicas as quais se refletem em diversas histórias em cada vila friulana (MICELLI, 1995).

É evidente que a busca por melhores condições socioeconômicas impulsionava as migrações tanto no âmbito interno quanto externo. Não se está avaliando a vida agrícola nas montanhas, o que se percebe é, em vista dos fatores citados, que vêm ao encontro da pesquisa, uma prática, um *habitus*, uma tradição, tanto no sentido de emigrações quanto nos ofícios voltados para as áreas urbanas, mesmo que partindo de agricultores por tradição.

Maria Rosa Protasi (2008) trabalha com aspectos distintos daqueles descritos por Pelizzo (1846 *apud* GROSSUTTI, 2018). A autora explica algumas particularidades nos séculos XVIII e XIX em relação aos aspectos geográficos das montanhas. Defende que a maior parte dos fluxos dos menores – crianças e adolescentes – examinados provinha de área de montanha ou submontanha, com uma antiga vocação migratória sazonal/temporal de breve, médio e longo prazos. A autora evidencia que existem diversidades nas esferas morfológicas e climáticas no interior dos sistemas montanhosos (por exemplo, as diferenças entre locais alpinos e pré-alpinos), mas algumas características no enfoque das migrações eram comuns nessas regiões, independentemente das particularidades geográficas específicas de cada sistema. Por exemplo: na forte pluriatividade campesina, a secular tradição artesanal e manufatureira, o fracionamento da terra e, conseqüentemente, a difusão das propriedades, o matrimônio tardio e a contribuição do trabalho feminino na agricultura, oportunizando a migração temporária masculina. Outro ponto observado foram os níveis de alfabetização, especialmente entre homens de lugares caracterizados por emigração qualificada, que quase sempre eram superiores aos registrados nas comunidades de terras planas (PROTASI, 2008).

Sobre esses aspectos que englobam questões gerais dos povos provindos de áreas de montanhas, Antonio de Ruggiero (2015a), em relação aos ofícios dos toscanos no Brasil, também considerando sujeitos originários de região montanhosa – próxima aos *apeninos* da Lunigiana e da Garfagnana, cujos principais centros urbanos eram Lucca e Massa Carrara –, destaca a exclusão desses territórios do antigo sistema agrário da parceria (*mezzadria*) em função de suas condições morfológicas.

Esse sistema contratual [de parceria] predominante no restante da Toscana mais produtiva, de fato, tinha garantido tradicionalmente certa estabilidade social nos

campos, enquanto essas regiões das montanhas, com uma excessiva fragmentação das propriedades de terra, foram, desde o *Ancient Régime*, caracterizadas por uma forte cultura de mobilidade sazonal. A “provisoriedade” permaneceu como uma peculiaridade da imigração toscana que, no caso brasileiro, se apresentava – pelo menos nas intenções – como apenas uma estada por alguns anos no país de destino, com a esperança de retornar à Itália quando a situação econômica pessoal melhorasse (DE RUGGIERO, 2015a, p. 67, grifos do autor).

Eram comuns entre as populações alpinas ou pré-alpinas aspectos migratórios no cotidiano, em razão também da excessiva fragmentação das propriedades de terra, o que contribuiu para a busca por rendas para completar a economia familiar além do contexto agrícola.

De Ruggiero, na tese intitulada *Emigranti toscani nel Brasile meridionale 1875-1914* (2010), explica detalhadamente sobre o fenômeno emigratório toscano para o Brasil, contextualizando o ponto de partida (parte *apenina*), além de explicar sobre o fenômeno das migrações sazonais, a qualificação profissional da região, o significado de ser proprietário de terras no sistema da *mezzadria*, até a oportunidade da emigração para o Brasil, proporcionada por aspectos de auxílio governamental brasileiro, em um primeiro momento, em especial para os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Essa oportunidade estava associada à abolição da escravatura e à conseqüente substituição gradual da mão de obra escrava pela mão de obra italiana. O autor também esclarece o Decreto Prinetti⁹¹ e o conseqüente cessar do contingente emigratório maciço para o Brasil, demonstrando que o grupo em análise representava uma minoria, quando comparado aos imigrantes italianos vênnetos, por exemplo. Mas nem por isso deve ser considerado menos importante, ao contrário, abrem-se inúmeras perspectivas para o entendimento de uma gama de questões do universo migratório italiano.

Sendo caracterizadas como migrações qualificadas principalmente pela necessidade e/ou vocação artesanal (marmoristas, pedreiros, artesãos em diversas esferas, inclusive da madeira), De Ruggiero (2010) explora a significativa inserção dos toscanos tanto no mercado açucareiro quanto na expansão do comércio, por exemplo, na cidade de São Paulo, onde produtos originários da Toscana eram vendidos neste importante centro urbano. Havia também o comércio dos toscanos na colônia Silveira Martins e em outras mais, explorando as migrações

⁹¹ Tedesco e Balbinot (2016) observam que o Decreto Prinetti nunca foi um decreto, “mas sim tratou-se de uma portaria expedida pelo Comissariado Italiano da Emigração, assinada em 26 de março de 1902 pelo então comissário-geral Luigi Rodio, sendo Giulio Prinetti Ministro de Exterior”. Assim, o Decreto Prinetti definia a suspensão da licença especial conferida a quatro companhias de navegação e a um pequeno vetor para realizar transporte transatlântico gratuito de emigrantes italianos para o Brasil, além de coibir operações de recrutamento por parte dos agentes contratados por essas companhias (TRENTO, 2003 *apud* TEDESCO; BALBINOT, 2016).

internas desses sujeitos que, por serem adeptos a migrações sazonais na Europa para centros urbanos, adaptaram-se no Brasil em cidades e colônias receptivas aos imigrantes com qualificação profissional, apoiados por uma rede de parentela e amigos já instalados no país latino.

Instigantes também são as análises das cartas, que funcionavam como ponte de informações entre esses sujeitos, proporcionando um aporte tanto nos locais de partida da Europa quanto nos estados brasileiros. As correspondências associaram-se à propaganda emigratória difundida na Itália – além da imprensa e das companhias de navegação na captação de italianos –, onde se descrevia o Brasil como terra de oportunidades. “No caso toscano foi evidente o condicionamento de verdadeiras e próprias correntes familiares que alimentaram este processo em vários centros da região” (DE RUGGIERO, 2010, p. 6, tradução nossa).

Ademais, o autor arrola alguns estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso, que também se ocuparam da mão de obra italiana na construção de novas ferrovias. No estudo, destaca-se o significativo comércio organizado por toscanos para além do centro urbano de São Paulo, onde vendiam inúmeros gêneros alimentícios e de vestuário. Esses imigrantes se sobressaíram, inclusive, nas construções em Porto Alegre, onde foram protagonistas da expansão artística – principalmente ligada ao mármore – em importantes edificações (DE RUGGIERO, 2010).

A análise de De Ruggiero em relação às cadeias familiares e às cartas vem novamente ao encontro dos friulanos em estudo. Também estes, conforme Micelli (1995), foram autores de cartas escritas no Rio Grande do Sul, na colônia Dona Isabel, e enviadas por Agostino Brun Danelon (professor das comunidades coloniais) para o vigário de Poffabro, Dom Daniele De Zorzi. Na carta de 03 de agosto de 1882 (Anexo B), por exemplo, Brun (como era conhecido no Rio Grande do Sul) pede ao vigário para emigrar para o Brasil, detalhando sobre a viagem, o desembarque no Rio de Janeiro, a entrada em Porto Alegre e depois em “Isabella”, descrevendo o solo das colônias, a geografia e os habitantes provindos de Frisanco. Para Micelli (1995, p. 263, tradução nossa), entretanto:

Parece, de fato, muito difícil que seja obra do professor Danelon, porque o italiano flui sem inflexão friulana ou vêneta, sem uma repetição ou erro, porque a ordem do discurso é rigorosa, e a argumentação, insinuante e persuasiva, porque se cerca de todas as maneiras de encontrar – pontuar – os gostos das pessoas rudes, mas boas. Se no caso a propaganda assume os hábitos da geografia descritiva, o pedido do padre pertence também a uma geografia operativa. A igreja e o padre, a “Dona Isabella” no Brasil como a colônia Caroja na Argentina, servem para reinstaurar a vida rural, segundo as regras originais [...]. No Brasil não tem somente a terra que faltava no

Friuli, mas também é possível viver entre cristãos, sem a imposição e os agravamentos do Estado laico.

Conforme Micelli (1995), é fundamentada a opinião de que havia o interesse propagandista de empresas ligadas aos lucros voltados para a imigração italiana no Brasil, e de que Agostino Brun Danelon⁹² não havia escrito o documento sem o amparo de outra pessoa com interesse nessas questões. Nesse sentido, Paulo César Gonçalves, na obra *Mercadores de braços* (2012), descreve em detalhes sobre as empresas de navegação e seus lucros ligados à emigração. O autor salienta ainda que muitos italianos enriqueceram, pois associaram negócios de exportação com as grandes navegações, destacando que a península itálica “transformou-se em um grande mercado de mão de obra, comandado, em sua essência, pelos agentes e subagentes, que encaminhavam os emigrantes para as companhias de navegação conforme a melhor retribuição financeira pela execução do serviço” (GONÇALVES, 2012, p. 63). A emigração não favoreceu, pois, apenas o Brasil, mas também para a Itália estabeleceram-se relações lucrativas.

Ao longo dos próximos capítulos, demonstrar-se-á que as cartas entre a rede friulana seguiram após os imigrantes se estabelecerem no Brasil, onde mantiveram a comunicação entre a parentela em demais países, trocando informações sobre a economia e oportunidades de trabalho em Mar del Plata, Argentina, e na Filadélfia⁹³, Estados Unidos. Portanto, essas conexões se mantiveram em diversas partes da América em período posterior ao início da colonização.

2.4 Imigrantes alfabetizados e as migrações qualificadas

Outro ponto interessante quando se analisam documentos como cartas e cartões postais é a alfabetização. Apesar de o grupo de friulanos em análise ser composto por pequenos proprietários rurais, acostumados com migrações sazonais, e de também artesãos por tradição, ou seja, pessoas caracterizadas dentro de uma linha em que não tinham grandes condições financeiras – não podendo ser definidos como miseráveis, mas também não sendo afortunados economicamente –, eles, especificamente os homens, demonstraram para o período (década de

⁹² Não foi possível, para o momento, obter no Brasil maiores informações sobre correspondências e mais detalhes sobre o sujeito.

⁹³ Referente a esta localidade não foram encontradas as cartas que foram enviadas a Monte Belo do Sul, apenas o testemunho da fonte oral consultada.

1880 até início de 1900) um significativo letramento. Embora fosse comum apresentarem certos equívocos ou mescla de idiomas na escrita (MICELLI 1995), percebe-se, de qualquer forma, essa alfabetização entre o grupo masculino. Associa-se esse fator aos cargos de professor ocupados por eles, conforme se verificou ao longo da pesquisa: diversos sujeitos desempenhavam esse ofício – não sendo os únicos dentro do grupo étnico italiano.

Em entrevista, Leonir Razador cita a família Filippon como exemplo: “basta observar os nomes das filhas do casal colonizador para comprovar que eles liam, inclusive romances, uma vez que se inspiravam nesses escritos”. Ainda, em visita à cutelaria de Adelar Filippon, onde se encontram alguns registros familiares, ficou explícito pelo material averiguado que tanto o avô quanto o bisavô do artesão emigraram alfabetizados do Friuli e seguiram se aperfeiçoando no Brasil, inclusive na língua portuguesa, o que provam os cadernos de caligrafia em português desses imigrantes guardados pela família. Esses apontamentos de campo casam com as explicações da bibliografia italiana sobre o tema. Conforme aponta Contelli (1994, p. 43, tradução nossa):

A reforma dos Habsburgos, elaborada em 1818 e definitivamente aprovada em 1821, tornou a educação básica obrigatória e gratuita, mas de fato encontrou um ambiente deprimido pela miséria e pela fome. A evasão da obrigação foi, portanto, considerada um dado adquirido para complicar as coisas; nos países rurais, fazia-se o elevado emprego de mão de obra infantil no campo, tanto que as salas de aula ficavam quase desertas em períodos cruciais do ano.

O autor ainda destaca que, nas escolas primárias, havia apenas duas classes, o suficiente para aprender ler e escrever. Outros pontos negativos eram que, em locais distantes das *comuni*, havia a falta de professores, e às meninas não era permitida a participação nas aulas, sendo que esses problemas foram corrigidos tempos depois do início dessa primeira obrigatoriedade (CONTELLI, 1994). Como os imigrantes analisados permaneceram na Europa por um tempo significativo sob o comando austríaco, emigraram alfabetizados. Ou seja, apesar da evasão escolar e da prioridade em auxiliar a família em distintas esferas laborais, a maior parte dos sujeitos analisados, para o período, não pode ser considerada analfabeta, isso não significa formação da maioria para além do ensino básico, mas o suficiente para serem considerados alfabetizados, principalmente no que tange ao universo masculino.

O tema da alfabetização vai ao encontro da análise feita pela historiadora Chiara Vangelista (2010), que acompanhou a trajetória do emigrante italiano Jean-Pierre Baridon. Ele viveu no século XIX, e a análise foi possível graças aos relatos que esse sujeito deixou em um caderno manuscrito de 114 páginas, por meio do qual se teve acesso às mobilidades social e

espacial, às ascensões social e econômica e às características que diferenciavam os sujeitos emigrantes favorecidos pelos ensinamentos religiosos (protestantes, no caso de Baridon), uma vez que era necessário saber ler e escrever para o estudo da Bíblia. Vangelista adentra um mundo comum de mobilidades espaciais, mas, ao mesmo tempo, demonstra o quanto era imprescindível a escolaridade para obter ascensão social. No caso dos friulanos, que, ao contrário de Baridon, eram católicos, ao que tudo indica, além da obrigatoriedade do ensino instituída pelos austríacos, foi a necessidade pela busca de trabalho, em partes distintas da Europa, que proporcionou um grau de aprendizagem maior – nas esferas linguística, matemática, cultural etc. – principalmente aos homens, pois eram os indivíduos que praticavam com frequência as migrações sazonais no período averiguado.

O ponto fundamental que interliga os principais sujeitos analisados por De Ruggiero – toscanos –, por Vangelista – piemonteses – e por esta pesquisa – friulanos – é a procedência de áreas montanhosas. Independentemente de precisão geográfica, possuíam características em comum que ultrapassaram os limites fronteiriços da Europa e as diferenças religiosas e seguiram sendo aplicadas na América Latina. Os personagens citados, apesar dos contextos distintos, tinham uma determinada instrução qualificada e partiram para emigrar além da Europa. É interessante observar características culturais e geográficas que interligam os sujeitos provindos dos *apeninos*. Por meio desses exemplos, ressalta-se que os friulanos não eram os únicos imigrantes a exercer ofícios além do agrícola, mas, em função das fontes analisadas, são aqueles que ocupam mais centralidade neste trabalho específico.

Em referência aos trabalhos artesanais antes da emigração para a América Latina, Grossutti destaca que

Os friulanos, que na cidade lagunar [Veneza] são genericamente qualificados como carregadores, ganham progressivamente uma posição de recompensa em algumas fases do processamento do vidro. *Maniacins* e *tesani* estão envolvidos em tarefas auxiliares nos fornos de placas de espelho; em Veneza, nas operações secundárias de nivelamento e polimento de lajes cruas. Os colares de pasta de vidro, “*i corais*”⁹⁴, elemento constitutivo do costume poffabrino, também são prova da presença nas vidrarias de Murano da força de trabalho oriunda de Val Colvera (GROSSUTTI, 2018, p. 24-25, tradução nossa).

É evidente que os friulanos trabalhavam em vários ofícios além do agrícola, e a prática da migração no interior da Europa caracterizava-os em diversos sentidos. Eram conhecidos como uma população dos chamados confins, região de múltiplas fronteiras e,

⁹⁴ Grafia igual a citada no texto.

consequentemente, com uma diversidade de contatos dentro desse mundo fronteiriço, e tinham o costume próprio da busca por trabalhos para complementar a renda agrícola – a agricultura era responsabilidade, na maior parte do tempo, das mulheres. Um exemplo é o imigrante desta análise Candido Santin, que migrou da aldeia ainda criança. Acerca das migrações sazonais de menores, Protasi observa que

O fato de tais migrações [de menores] terem quase sempre o consenso das famílias não evitava que os pequenos trabalhadores deixassem de enfrentar recorrentes situações de irregularidades e de maus-tratos, duramente estigmatizados nos relatos da época. São muitos os exemplos de casos em que os menores tinham de viajar com documentos de nascimento alterados ou pertencentes a outros indivíduos maiores. Sem levar em conta os acordos celebrados entre as famílias anfitriãs e os recrutadores (nos quais era estabelecido que as crianças pequenas deveriam ser tratadas como filhos e pagas por seu trabalho), que não eram considerados (PROTASI, 2008, p. 19, tradução nossa).

Estabelecido o parâmetro de que os friulanos eram pessoas que migravam constantemente, é necessário analisar as consequências disso nos costumes dos sujeitos, cujas experiências foram postas em contato com fatores culturais e econômicos de outras partes da Europa, e cujos vínculos matrimoniais com cônjuges de localidades próximas ou da própria aldeia permaneceram, apesar das migrações acontecerem com frequência.

Para Gian Paolo Gri (2015, p. 14, tradução nossa), “a montanha nunca foi uma fronteira étnico-linguística [...] são mil histórias de famílias em todos os outros *paesi* que demonstram que a realidade da montanha é feita de pluriétnicidade e de plurilinguismo”. Referente ao tema, a análise de Grossutti destaca que

O contato dos friulanos com as sociedades mais evoluídas e em contínua transformação dos países além dos Alpes acelera um processo de melhoramento social nunca verificado antes. A montanha e a *pedemontana*, vale dizer as zonas majoritariamente interessadas nas emigrações sazonais nos países do centro da Europa, são aquelas que – a despeito de outras áreas do Friuli – apresentam uma fisionomia mais evoluída e onde os habitantes demonstram as mais altas taxas de alfabetização e de maturidade civil (GROSSUTTI, 2018, p. 30, tradução nossa).

Associando o conhecimento plurilinguístico, as práticas em ofícios artesanais, os locais *pedemontanos* interligados a costumes de migrações sazonais e a vivência em outros países, Grossutti (2018) defende que essas características proporcionaram uma maior instrução, se comparado a outros italianos que não traziam essas particularidades impregnadas no cotidiano.

2.5 Mulheres migrantes em ofícios urbanos

No contexto vivido pela população originária de partes montanhosas da Itália, as migrações sazonais eram frequentes, realizadas inicialmente pelos homens em função de características econômicas e socioculturais e facilitadas, em muitos casos, pelo importante papel que as mulheres desempenhavam em diferentes esferas, na administração do lar, no cultivo agrícola, na educação dos filhos etc., fomentando também uma certa autonomia feminina na organização – econômica e estrutural – familiar. A intensificação da crise na zona rural europeia motivou a saída também de mulheres de seu *paese* e a inserção delas no mercado de trabalho urbano, de forma mais significativa a partir das primeiras décadas de 1900, o que as levou às migrações inclusive em um cenário além do europeu.

No trabalho “Friulane all’estero e in patria nel primo novecento: le donne come protagoniste e garanti dell’esperienza migratoria” (2015a), Grossutti dá ênfase às particularidades que geraram contingentes significativos de migrações de mulheres na Europa e para o exterior. Os focos nesse estudo são as mulheres emigradas para o Canadá e o Egito, mas também se desenvolve a análise daquelas que permaneciam em casa, mostrando a preocupação dos homens, observada nas cartas, com a saúde das esposas que continuavam no Friuli. Enquanto eles migravam, elas administravam diversas esferas no âmbito familiar, sendo uma situação comum ao cotidiano friulano e, conforme descreve o autor, verificada também entre os vênets de partes específicas da região. Elas cumpriam, inclusive, com a quitação de dívidas, mesmo recebendo auxílio dos maridos, cujos documentos de pagamentos eram direcionados em nome dessas agricultoras.

Entre as mulheres que migravam internamente pela Itália trabalhando nas indústrias, muitas estavam sob supervisão de religiosas, que alugavam quartos para moradia dessas jovens. Nesse contexto, criavam-se redes de conexões com parentes e vizinhos, para se manterem informadas sobre as oportunidades de emprego além da zona rural. Entre as profissões de destaque nos anos 1920 e 1930, encontravam-se: operárias, domésticas, amas de leite, enfermeiras e vendedoras ambulantes (GROSSUTTI 2015a). Observar os contextos econômicos europeus contribui para entender diversas questões no âmbito migratório. Esses pontos, se não considerados, levam a muitas incoerências, como julgar que as mulheres italianas eram unicamente agricultoras e dependiam hegemonicamente dos homens em diversas escalas.

Grossutti ainda aborda os casos de mulheres que eram mães solteiras. Conforme o autor, esse fato atraiu a atenção do arcebispo da Paróquia de Vigonovo, Vêneto, que, em relatório ao bispo de Concórdia em função de visita pastoral em 1928, escreveu:

Finalmente, deve-se notar que a emigração de meninas e mulheres trouxe e traz danos morais significativos. Dos cinco ilegítimos deste ano, quatro são filhos de meninas migrantes do interior. A mulher não emigrou apenas para o interior, mas também para o exterior e especialmente para o Cairo. Infelizmente, há que reclamar que três mães esquecem de seu dever como mães e cônjuges, não pensam mais em seus filhos, deixados para trás, e vivem uma vida *punto* moral no local da emigração (1928 *apud* GROSSUTTI, 2015a, p. 324, tradução nossa, grifo nosso).

Conforme se constata no trecho, foram significativas as emigrações de mulheres, inclusive de mães solteiras, também para o Egito. O arcebispo, quando expõe acerca da vida que as mulheres estavam levando no exterior, interrompe a escrita com *punto*, ou seja, ponto, seguido da palavra moral. Pela configuração que dá ao texto, a intenção do religioso era caracterizar uma vida imoral (sem moral) no local para o qual emigravam. Nesse sentido, a emigração feminina era malvista perante a Igreja.

A condição a que se expunham essas mulheres migrantes, que precisavam deixar os filhos aos cuidados de outras pessoas, para migrar pela Europa em busca de trabalho ou, ainda, para partir para uma emigração além-mar, também é um ponto que instiga. Apesar de os laços estruturais com aqueles que ficavam na Itália permanecerem, a emigração representava um novo recomeço em múltiplos sentidos.

Teve-se acesso a uma fotografia (Figura 21) enviada às famílias Dall’Acqua e Astolfi da parente Rosa Dall’Acqua, também migrante, que permaneceu na Europa e trabalhou como ama de leite. A seguinte descrição acompanha a fotografia: “Quella col punto sopra la testa sono io e il bambino che guardo. Ora aspetiamo una bambina” – aquela com o ponto acima da cabeça sou eu com o menino que cuido. Agora esperamos uma menina.

Figura 21 – Amas de leite (Milão, década de 1900)



Fonte: arquivo pessoal de Maria Astolfi.

Legenda: da esquerda para a direita, Rosa é a primeira pessoa sentada com uma criança no colo.

A correspondência de Rosa Dall'Acqua é do início da década de 1900 e retrata-a com outras amas de leite em Milão. No relato enviado para a parte da família instalada no Brasil, ela conta brevemente que precisou deixar o filho com pouco tempo de vida em Agordina (Belluno, Vêneto) para trabalhar como ama de leite em Milão (Lombardia). Comenta também do medo que enfrentava de que o filho viesse a falecer em função de desnutrição por falta de leite materno, sem entrar em detalhes sobre a forma como a criança estava sendo amamentada. Era comum o uso de leite de cabra e de vaca para substituir, em famílias pobres, o leite materno. Conforme a memória familiar, Rosa era mãe solteira de três crianças, sendo que mulheres nessa situação acabavam por buscar trabalho para ajudar no sustento do lar, muitas vezes, como amas de leite em outras partes da Europa e, também, no exterior.

Além de Rosa, é possível identificar na imagem duas religiosas, devido ao fato de elas estarem vestindo o hábito. A família Dall'Acqua Astolfi não soube informar ao certo se o local em que Rosa estava empregada se tratava de residência familiar ou de um orfanato. Embora a presença das duas freiras sugira que fosse uma instituição religiosa, a descrição de Rosa de estar esperando pela chegada de uma menina foge a essa interpretação. A vestimenta tanto das crianças, bem-vestidas (não dando a impressão de se tratar de menores abandonados), quanto das cuidadoras, uniformizadas, também insinua o contexto de uma instituição ou de uma família conectada às irmãs religiosas. Pode-se pensar na hipótese de crianças que receberiam visitas para uma suposta adoção. Infelizmente, para este momento, as inquietações acerca do retrato das amas de leite ficarão no imaginário como uma peça a ser encaixada no tema histórico em análise. Portanto, a fotografia “diz muito, vai além dela mesma, do que se manifesta e é visível. A imagem pode produzir um real, sendo expressão do imagético, bem como o inverso; por isso, a fotografia é questionada em seu sentido simples de vestígio, registro e rastro; questionam-se também a autonomia e a inocência das imagens” (TEDESCO, 2011, p. 148). O retrato, que mais sugere do que possibilita conclusões, permite observar a realidade a que essas mulheres precisavam se submeter.

A tentativa de buscar fontes mais precisas sobre os locais que abrigavam crianças órfãs ocorreu da necessidade de investigar a trajetória de uma das matriarcas analisadas: Giacoma Filippi, que, segundo os depoimentos familiares, teria deixado ao menos seis crianças

“ilegítimas”⁹⁵ na Itália. A hipótese⁹⁶ de que tais crianças teriam sido abrigadas em um orfanato relaciona-se ao fato de o núcleo familiar de Giacomina ter emigrado por completo, ou seja, a parte próxima da família materna, incluindo avós, pais, irmãos e uma filha pequena de Giacomina, emigrou para o Brasil, esgotando as possibilidades de que familiares maternos, por exemplo, os avós, pudessem adotar na esfera doméstica tais crianças. Conforme Fadelli (1994), era uma prática dos friulanos em Mezzomonte a adoção de crianças do orfanato Pia Casa di Venezia, também conhecido como Pio Loco di Venezia. Segundo o autor, a adoção de uma criança representava, além de mão de obra, uma pensão que estimulava tal opção. Independentemente do paradeiro desses menores, se foram abandonados em orfanatos ou deixados aos cuidados da família paterna, a emigração para o Brasil representava uma nova oportunidade de vida, um novo início, que abrangia não apenas a esfera profissional.

Sobre os ofícios conectados às regiões de montanhas, Grossutti explica que:

Nas montanhas do Friuli Ocidental [...], de maneira semelhante ao que acontece em muitos outros vales alpinos, as primeiras formas de emigração são manifestadas pelo comércio sazonal ambulante de curto e longo prazos que, se inicialmente interessa aos homens das áreas mais próximas ao fundo dos vales e também mais densamente povoadas, sucessivamente envolve os habitantes do vale superior e as mulheres (GROSSUTTI, 2018, p. 20, tradução nossa).

Portanto, além dos ofícios ligados a práticas aprendidas nas comunidades, os friulanos também eram adeptos ao comércio ambulante de diversos gêneros como forma de sobrevivência. Conforme sublinhado, as migrações no início eram voltadas para o universo masculino, mas posteriormente, com registros a partir das primeiras décadas de 1900, as mulheres surgem em trabalhos para além da esfera agrícola, como se pode observar na Figura 22.

⁹⁵ O termo ilegítimo era utilizado para designar aqueles nascidos de relação extraconjugal, ou então de mulheres que não eram casadas. Hoje, na forma legal, já não existe mais a distinção entre filhos legítimos e filhos ilegítimos (e filhos adotivos). Todos são filhos da mesma forma, não importa se foram concebidos dentro ou fora do casamento, ou se foram adotados.

⁹⁶ No cronograma de estágio na Itália, estava previsto um levantamento dos documentos do orfanato de Venezia para conectá-los aos depoimentos e registros familiares.

Figura 22 – Vendedoras ambulantes de Erto (Friuli) no Piemonte (1932)



Fonte: Grossutti (2018, p. 108).

A imagem mostra Tonina de l'Alba e Maria de Guole vendendo mercadorias no Piemonte, em 1932 (GROSSUTTI, 2018, p. 108). Na fotografia observa-se o modo como os materiais a serem vendidos eram transportados. Atrás das vendedoras ambulantes encontra-se um automóvel da época; evidentemente pelo contexto descrito, de grupos não caracterizados economicamente como abastados, e pela forma de transportar as mercadorias, o veículo não pertencia às mulheres. Além disso, nota-se ao fundo o pé de uma montanha piemontesa, onde ocorreu o registro.

Nos primeiros quinze anos do século XX, mas especialmente entre os anos 1920 e 1930, o fluxo migratório assumiu particular importância entre mulheres que deixavam a família para trabalhar nas grandes cidades italianas. Do ponto de vista dos pais e familiares, “*gî a servi*” (ir para o serviço, ou trabalho) representava uma forma relativamente segura de emigração porque o impacto das jovens mulheres agricultoras com um mundo moderno e urbano parecia ser amenizado pelas famílias nas quais essas migrantes trabalhavam. Na visão dos interessados, o trabalho além-lar era vivenciado como um fardo que as precárias condições econômicas da família muitas vezes impunham, sem deixar muito espaço de escolha, mas poderia representar – especialmente no período entre guerras e após a Segunda Guerra Mundial – uma estratégia de emancipação das duras condições, uma ferramenta para administrar a própria vida de forma relativamente autônoma (GROSSUTTI, 2018, p. 110).

As mulheres deste estudo de caso, cuja trajetória é discutida em capítulos posteriores, emigraram da Itália em período anterior aos anos 1900 e, portanto, dificilmente participaram das migrações sazonais – as matriarcas remetem ao contexto italiano de esposas, mães e filhas, acostumadas com as migrações sazonais dos homens.

Conforme foi discutido anteriormente, a maioria dos sujeitos analisados era alfabetizada, o mesmo, no entanto, não ocorria entre as mulheres. Tanto na bibliografia já citada quanto nas observações em minúcias, percebe-se que a maior parte das mulheres pertencentes aos núcleos familiares instalados no Rio Grande do Sul, ao contrário dos homens, era analfabeta. Esse tipo de constatação somente é possível quando se observam as trajetórias familiares através de análises mais cuidadosas.

2.6 Diminuição das migrações sazonais, regionalismos e nacionalismo

Retoma-se o contexto anterior aos anos 1900 para compreensão mais clara dos fatos conectados às migrações e emigrações além-mar. As migrações sazonais oportunizavam novos saberes, sejam linguísticos, culturais ou econômicos, que foram acumulados séculos antes das emigrações definitivas para países da América Latina, como Brasil, Argentina e Uruguai, e além, como Estados Unidos e Canadá. Em relação aos habitantes do *paese* da Cárnia, como eram chamadas as pessoas provindas das montanhas, Grossutti reúne os seguintes relatos:

Em 1565, Jacopo Valvasone de Maniago observa que as populações cárnicas “fazem vários tráfegos com os alemães e, como trabalhadores, partem do país em grande número e vão proclamar suas vidas em lugares muito distantes, de maneira que jamais se encontrou em toda Europa, a sua própria arte é de tecer panos de lã e linho, que são excelentes e raros”. Algumas décadas depois [...], em 1599, o tenente Stefano Viaro especifica as modalidades e os tempos de migração do “*paese Carnia*”: estes *cargneli* são encontrados em todas as partes e retornam às suas casas no mês de julho e a partir de agosto. Portanto, é uma emigração que ainda está ligada à vila de partida, porque os emigrantes “com o retorno do verão se encontram anualmente em casa para as colheitas. Todavia, sua permanência no *paese* dura poucos meses”: assuntos domésticos regulamentados e colocados os produtos em segurança, [os emigrantes] apressam-se a voltar às ocupações primitivas no resto do ano, adquirindo por esse motivo uma pequena quantia de dinheiro (GROSSUTTI, 2018, p. 15, tradução nossa).

No trecho, identifica-se que, já no século XVI, as populações alpinas tinham o costume das migrações sazonais: retornavam de tempos em tempos para suas aldeias para depois prosseguir trabalhando em diversos ofícios, como por exemplo, vendedores ambulantes. As

migrações, nesse sentido, não representavam o desligamento do povoado, apenas o distanciamento temporário a maior parte do ano.

Figura 23 – Vendedores ambulantes friulanos (década de 1920)



Fonte: Grossutti (2018, p. 21).

Conforme a descrição da fotografia, encontram-se retratados na Figura 23 Mene (o primeiro à esquerda, com a bicicleta), Thento (o segundo à esquerda, aos fundos) e Faetan (o segundo a partir da direita) de Erto, Friuli. Eles são vendedores ambulantes *di coste* (círculos em madeira para moldar as formas de queijo), e o registro data da década de 1920 (GROSSUTTI, 2018, p. 21).

Grossutti (2018) observa que, no curso dos anos 1700 – antes das emigrações para o Brasil –, essa região montanhosa passou a apresentar características mais diversificadas de ofícios, como pedreiros, mineiros, ferreiros, lenhadores, carpinteiros, funcionários de hospedagens. Já na primeira década de 1800, o autor verifica a ocorrência do que denomina emigração danosa: “a emigração temporária conduz todo ano para além do Friuli mais de cinquenta mil jovens agricultores exatamente na estação em que a terra mais precisa de braços” (2018, p. 26, tradução nossa).

Esses jovens seguiram trabalhando em diferentes funções: *terrazzieri*, *mosaicisti*, atendentes nos comércios que ofertavam café, tanto em Veneza quanto em Trieste, e vendedores ambulantes em locais como Alemanha e França. A mudança mais significativa nesse fluxo aconteceu com o crescimento das cidades e a criação e a ampliação das estradas e das ferrovias na Europa Central, na segunda metade de 1800. Esse contexto atraiu os jovens dos Alpes para trabalhar em diversos setores da construção civil, uma vez que o equilíbrio econômico era “cada

vez mais instável não apenas pelo aumento demográfico e pelo empobrecimento da montanha, mas também pela pressão fiscal do estado italiano” (GROSSUTTI, 2018, p. 29, tradução nossa).

Nessas circunstâncias, iniciou a unificação italiana. No transcurso da unificação – oficial em 1870 –, os impostos aumentaram, o que trouxe uma mudança no quadro das migrações sazonais e se associou à necessidade da substituição gradual da mão de obra escrava no Brasil, entre outros fatores.

Antes da emigração significativa de italianos para a América Latina, o Reino da Itália, percebendo o forte sentimento regionalista, passou a investir com grande ênfase no ideal nacionalista: “esse processo de construção imagética dos pais da pátria, a qual ficará marcada indelevelmente, terá forma e conteúdo voltados para a educação popular – escola e exército –, fazendo parte de uma multiplicidade de esforços para a formação patriótica e dinástica dos jovens italianos” (BENEDUZI, 2011 p. 55). A grande problemática acerca do sentimento nacionalista é que a maioria dos *contadini*⁹⁷, acostumados a inúmeras invasões estrangeiras e empobrecidos, com costumes próprios e miscigenados, estava receosa quanto ao contexto que estava sendo criado em torno do Rei Vittorio Emanuele II, chamado pelos apoiadores da unificação de “pai da pátria”.

No processo de unificação, a autoridade papal da época, Papa Pio IX, declarou-se prisioneiro voluntário do Estado italiano, não aceitando as negociações com o rei. A tomada de Roma, nesse sentido, foi conflituosa e polêmica: “o Papa [...], consciente de sua influência sobre os católicos italianos e desejando conservar o poder da igreja [...], proibiu os católicos italianos de votar nas eleições do novo reino” (CARNIERI, 2013, p. 29). Essa situação ficou conhecida como Questão Romana, e os impasses entre o governo italiano e a Igreja Católica, que começaram oficialmente em 1861, encerraram-se somente no ano de 1929, por meio do Tratado de Latrão⁹⁸, durante o governo do ditador Benito Mussolini⁹⁹.

⁹⁷ Optou-se por usar o termo italiano, em vez de substituí-lo pela tradução possível para camponês, porque descreve uma situação específica do camponês italiano de fins do século XIX. Esse trabalhador do campo dividia a atuação entre a pequena propriedade de que era dono e o trabalho nas grandes propriedades dos *signori* (grande proprietário rural) (BENEDUZI, 2005).

⁹⁸ O Tratado de Latrão, Tratado de Santa Sé ou Tratado de Roma-Santa Sé é um dos acordos feitos em 1929 entre o Reino da Itália e a Santa Sé, dando fim à Questão Romana. O acordo consistia em três documentos: (I) um reconhecimento total da soberania da Santa Sé no estado do Vaticano, (II) uma concordata regulando a posição da religião católica no Estado e (III) uma convenção financeira acordando a liquidação definitiva das reivindicações da Santa Sé por suas perdas territoriais (estados pontifícios) e de propriedade.

⁹⁹ Benito Amilcare Andrea Mussolini (Predappio, 29 de julho de 1883 - Mezzegra, 28 de abril de 1945) foi um político italiano que liderou o Partido Nacional Fascista e é creditado como sendo uma das figuras-chave na criação do fascismo. Tornou-se primeiro-ministro da Itália em 1922 e passou a usar o título *Il Duce* ainda em 1925. Mussolini também criou e sustentou a patente militar suprema de Primeiro Marechal do Império, junto com o Rei Vittorio Emanuele III da Itália, quem lhe deu o título, tendo controle supremo sobre as forças armadas da Itália.

Com o ideal de implantar o nacionalismo, iniciou-se um processo de ressurgimento das veias históricas, no século XIX, a fim de fomentar o discurso de nação. Assim, dá-se origem ao movimento conhecido por *Risorgimento*. Defende-se que o *Risorgimento* foi um movimento em prol da unificação italiana, concordando com a definição de René Rémond (1996, p. 443) sobre o assunto:

[...] o movimento [*Risorgimento*] não é de mão única: não apenas o Estado se desvencilha de algumas de suas atribuições, como [também] questões que há muito tempo se achavam no centro da vida política deixam essa posição. O exemplo mais característico é sem dúvida o da questão religiosa: o *status* das igrejas na sociedade, as relações entre Roma e a República, a organização dos cultos, a liberdade de crer ou não crer, o direito da Igreja de reger as condutas privadas e os comportamentos coletivos foram, para gerações sucessivas, as principais questões postas em jogo pelas lutas políticas e o mais importante princípio de divisão, as eleições gerais giraram em seu redor; maiorias se constituíram ou se desmembraram em seu nome.

Após a efetivação da anexação, foi urgente e necessário trabalhar com a questão do pertencimento, principalmente pelo posicionamento contrário apresentado pelo Papa, o que poderia ser um divisor de águas em um território cuja maioria da população era formada por católicos.

Para acender a chama nacionalista italiana, era preciso pensar além dos limites teóricos, era necessário inflamar o povo por meio de “instrumentos” de identificação, por isso passou-se a investir muito em monumentos e em praças, com bustos de integrantes da Casa de Savoia, principalmente do Rei Vittorio Emanuele II, e dos precursores da unificação italiana, especialmente dos líderes Giuseppe Mazzini (1805-1872), Camilo Benso (Conde de Cavour, 1810-1861) e Giuseppe Garibaldi (1807-1882). Esse último foi de grande importância para o processo de elaboração de uma identidade italiana e nacionalista. Assim iniciou a lenta construção do nacionalismo e, conseqüentemente, de uma identidade italiana¹⁰⁰.

Para Gellner (1964, p. 168, tradução nossa), “o nacionalismo não é o despertar das nações à autoconsciência; ele inventa nações onde elas não existem”. A situação descrita pelo

Mussolini permaneceu no poder até ser substituído em 1943, por um curto período, e até a sua morte em 1945. Ele foi o líder da República Social Italiana.

¹⁰⁰ Para Montes (1996, p. 56), identidade “[...] é um processo de construção que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com os outros grupos distintos. Assim, percebemos que é impossível pensar a identidade como coisa, como permanência estática de algo que é sempre igual a si mesmo, seja nos indivíduos, seja nas sociedades e nas culturas. Ao contrário, é preciso pensar que, uma vez que as sociedades são dinâmicas e a vida social não está parada, também a identidade não é só uma coisa fixa, mas algo que resulta de um processo e de uma construção. E não podemos entender essa construção sem o contexto onde ela se dá”.

autor verificou-se nas regiões de fronteira, onde a população não se sentia pertencendo à Itália, mas representada pela região onde vivia¹⁰¹. Para Francisco Oliveira:

Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição (OLIVEIRA, 1977, p. 29 *apud* VISCARDI, 1997, p. 86).

Nessa perspectiva, as lideranças italianas passaram a trabalhar a construção de laços de identidade com as populações regionais, uma vez que para os *contadini* a identificação acontecia com a região, com seu *paese*, e não com a nação. Para Bourdieu (2012, p. 12),

[...] a procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.

Há um significativo debate de importantes estudiosos acerca do nacionalismo. Para Hobsbawn (2008) e sua abordagem em torno da representação nacional, as tradições são inventadas pelas elites para justificar a importância das nações, enquanto Hall (2004) defende que as alterações estruturais transformaram as sociedades do século XIX por meio do nacionalismo cívico ou ético, relacionado com a globalização. Guibernau (1997, p. 52) afirma que o nacionalismo é “um sentimento relacionado a uma pátria, uma língua, ideais, valores e tradições comuns, e também com a identificação de um grupo de símbolos (uma bandeira, uma determinada canção, peça de música ou projeto) que o definam como ‘diferente’ dos outros”. Já na concepção de Smith (1997, p. 127), nas sociedades não ocidentais de formação das nações, o elemento nacionalista assume maior importância: “o papel da ‘invenção’ e da ‘construção’ na formação da identidade nacional varia consideravelmente, dependendo em grande parte da configuração étnica local preexistente”. De qualquer forma e independentemente do ponto de

¹⁰¹ Para Barth (2000), um grupo étnico surge quando cria categorias para se identificar e identificar os outros, instituindo assim as fronteiras étnicas do nós e do eles. Nesse sentido, não se pode definir etnicamente um grupo partindo do pressuposto biológico, cultural ou linguístico, mas pela forma como se identifica ou é identificado por outros. A cultura, a língua e os aspectos físicos de um povo são dinâmicos, podem sofrer muitas mudanças, mas as formas de identificar-se são construídas de acordo com a interação com os outros, e é a partir delas que se organizam como grupo étnico. Portanto, grupo étnico é um tipo organizacional.

vista de cada autor, todas as perspectivas concordam com a importância do significado político em torno do tema nação.

Oliven (2006, p. 22), considerando tanto o nacionalismo quanto o regionalismo, observa que:

O regionalismo aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias. Mas, assim como o nacionalismo, o regionalismo também abarca diferentes facetas, expressando frequentemente posições de grupos bastante distintos, contendo desde reivindicações populares até os interesses disfarçados das classes dominantes.

Beneduzi (2011, p. 53) defende que, “quando se está falando sobre a ideia de nação, não se quer dizer que na Itália havia de fato uma coesão, uma comunidade nacional ligada por profundos vínculos de italianidade”. Para o autor:

[...] a ideia de nação, associada à de pátria, quando se fala em uma italianidade, possuía três significados distintos. O primeiro faz referência ao nascimento, a uma geração de homens nascidos em uma cidade ou província. O segundo expressa um senso de coletividade [...], ou seja, a observação de usos e costumes comuns que distinguiam essa coletividade de uma outra, percebida como diferente e, ao mesmo tempo, enquanto diferença, era parte constituinte do sentimento de nação. Dessa forma, poder-se-ia ouvir falar de uma nação veneziana. O terceiro significado, fortemente construído no século XVIII, pensa, especificamente para o caso italiano, na existência de uma comunidade cultural italiana, com uma língua e uma literatura comuns – dito de outra forma, um coletivo peninsular dotado de códigos culturais partilhados (BENEDUZI, 2004, p. 78).

Em prol da necessidade de despertar um sentimento nacionalista e sem poder contar com o apoio da Igreja, tornou-se necessária, além de uma *ressurreição* italiana, uma reinvenção do político ou, melhor dizendo, uma nova postura do sujeito político, que se fez influente no cotidiano italiano da época, seja por meio do discurso, a partir da maior participação nas comunidades, seja por meio da própria atuação entre os interesses da “grande Itália”. Na análise de Foucault (1997, p. 43), a noção de discurso é empregada como: “Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-espaço, que definiram, em uma dada época e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. A política, ou a maneira de fazer política, foi responsável pelas novas resoluções e formas de “sentir-se” um italiano; conforme as palavras de Massimo d’Azeglio, “os italianos são feitos”.

Entre os ideais do movimento do *Risorgimento*, estavam a conquista da liberdade italiana das forças estrangeiras – principalmente no norte, em relação aos austríacos, e no sul,

considerando os espanhóis – e a conquista da liberdade política na Itália, impulsionada pela burguesia que aspirava limitar os poderes da monarquia absolutista – enquanto a população camponesa empobrecia – e pelos democratas, como era o caso de Garibaldi, que pretendia um maior envolvimento da população em questões políticas. Foram figuras representativas desse momento Giuseppe Mazzini, Camilo Benso e Giuseppe Garibaldi¹⁰². Deles, pela importância histórica no Sul do Brasil, destaca-se o último (CARNIERI, 2013).

O ponto fundamental é que o movimento do *Risorgimento*: “foi basicamente um processo em que muitas lutas convergiram para tornar-se uma luta só” (CARNIERI, 2013, p. 26). Ou seja, para realizar o sonho da Itália unificada, antes era preciso que os representantes do movimento, independentemente de questões pontuais, unissem-se para juntos darem corpo e credibilidade à unificação.

Assim entrou em cena a figura das lideranças, que deveriam compreender os sentimentos de pertencimento regional. Apesar de a *Inchiesta Agraria* ter sido realizada pela França, os políticos italianos utilizaram essas informações para entender as dinâmicas culturais. Além dos aspectos culturais herdados das invasões austríaca e francesa, essas dinâmicas também eram fruto das migrações internas, tendo em vista que limite, fronteira e região são demarcações políticas.

Em função do descontentamento político, mesmo depois da unificação, as emigrações além-mar ganharam ênfase. O emigrante ultrapassou os limites territoriais europeus – muitas vezes em caráter definitivo – em busca de melhores condições financeiras. Para Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 39),

A questão central parece ser a seguinte: como é possível que tantos homens, povos ou nações suportem às vezes o que lhes impõe um tirano, se este só pode ter o poder que outros homens lhe concedam? Alguns chamam isso de “mistério da obediência civil”, da submissão voluntária, e, nessa ordem de ideias, a ciência política pode parecer uma inimiga a ser combatida ou (mais frequentemente) ignorada ao tentar pôr a nu aquilo que está oculto e, portanto, se desconhece.

¹⁰² Giuseppe Garibaldi (1807-1882) foi marinheiro e participou intensamente do movimento Jovem Itália. Depois de ser condenado à morte, fugiu para a América Latina, desembarcando no Rio de Janeiro, em 1835. Em função de sua postura política republicana, decidiu integrar as tropas no Rio Grande do Sul devido à Revolução Farroupilha (1835-1845). Lutando contra as forças imperiais ao lado de David Canabarro, proclamou a República Juliana, quando tomou o Porto de Laguna em Santa Catarina. Em 1854 retornou à Itália e participou de mais uma guerra contra os austríacos, sendo nomeado pelo primeiro-ministro do Piemonte (Conde de Cavour) comandante das forças piemontesas. Foi responsável por tomar a Lombardia da Áustria e, conseqüentemente, unificar o norte da Itália (CARNIERI, 2013).

Portanto, depois de todo o apoio em torno do *Risorgimento* e da unificação italiana, que envolveu diversos setores: político, administrativo, cultural, intelectual e civil, o quadro a partir de 1870 estava formado. As mesclas culturais fronteiriças, assimiladas por invasões estrangeiras, estavam sendo trabalhadas para serem, no mínimo, amenizadas. Entretanto, à população fronteiriça o que mais atormentava não eram os múltiplos e mistos hábitos, mas os rumos políticos e, conseqüentemente, econômico que a Itália iria tomar.

Dessa forma, o contexto emigratório peninsular estendeu-se para além-mar. Especificamente os imigrantes deste estudo, que se fixaram no Rio Grande do Sul, Brasil, trouxeram consigo determinados aspectos culturais, com costumes pontuais, que foram implantados no estado sulista e ainda estão presentes na cultura dos descendentes de imigrantes italianos, ou seja, essas características são mais que regionalistas, são de partes de uma região, são locais, mas ganharam força na América Latina e permaneceram no novo contexto. Para análise mais detalhada, utiliza-se a metodologia da micro-história italiana, averiguando os fatos pela lente microscópica, entrecruzando fontes, buscando indícios e estudando o local, as famílias específicas, apenas porque interessam as perguntas gerais (LEVI, 2015). Portanto, ao longo do trabalho, apesar da análise da genealogia familiar, o que de fato interessa é o pano de fundo que costura essas relações.

2.7 Emigração da Itália para o Brasil

O importante movimento político e histórico da unificação italiana não trouxe melhoria econômica significativa do ponto de vista deste estudo. Os impostos abusivos pagos aos “invasores” não foram extintos, passaram a ser pagos à monarquia e aos senhores de terra. Mudaram somente os impositores, porque para a maior parte dos camponeses as obrigações de pagamentos, o alto valor das terras e a fraca dieta alimentar tiveram continuidade. Isso tudo se associou ao controle intenso das autoridades italianas na cobrança de impostos também sobre as migrações pela Europa.

Em busca de melhores condições de vida, que não foram conquistadas nem mesmo com a unificação, iniciou-se a grande emigração para o Brasil e, neste trabalho em específico, para o Rio Grande do Sul. As principais características que pressionaram a emigração foram: métodos de cultivo atrasados, necessidade de reformas fundiárias, baixa produção, deterioração das condições de vida no campo e perda de mercado dos produtos característicos da economia

agrária, devido à concorrência internacional de preços (HERÉDIA, 2005). Enquanto isso, para o Estado italiano:

[...] a concepção da emigração como fator positivo de desenvolvimento econômico não era a única em pauta, mas certamente foi a que prevaleceu. Na visão de vários estudiosos, a “exuberância demográfica” italiana era uma realidade, e a emigração seria [por um lado] um instrumento para transformá-la em elemento de progresso nacional sob dois aspectos: através do desenvolvimento da marinha mercante e dos setores ligados à indústria naval – inclusive a marinha de guerra – e, por outro lado, contribuiria para a abertura de novos mercados no além-mar, com a criação das chamadas colônias pacíficas que naturalmente demandariam produtos italianos (GONÇALVES, 2012, p. 294).

Alguns autores discordam sobre a emigração conectada principalmente ao ponto de vista demográfico, afirmando que, “em raros momentos, o processo de emigração italiana fora determinado pelo excesso demográfico, mas sim por questões de ordens econômicas e sociais, como a alta concentração da propriedade da terra e o baixo nível dos salários dos trabalhadores rurais” (TEDESCO; BALBINOT, 2016, p. 260). É pertinente salientar que a Itália, durante o segundo momento da grande emigração (1876-1886), ainda tinha como base econômica a agricultura e, mesmo depois da unificação, apresentava problemas a serem resolvidos tanto no âmbito da transformação da produção agrícola, que ainda era arcaica, quanto no da modernização das indústrias: “O processo de unificação não havia resolvido problemas nascidos da decadência do feudalismo e da instalação do capitalismo” (HERÉDIA, 2005, p. 235). Entre esses problemas, destacam-se a pobreza de grande parte da população, a dificuldade para conseguir adquirir terra e trabalho no restante da Europa, uma vez que a crise agrária estava agravada em todo o continente, e o aumento de impostos cobrados pelo governo italiano dos trabalhadores que exerciam ofícios no exterior.

Outro fator importante que direcionou o fluxo migratório de italianos para o Brasil foram as barreiras imigratórias impostas pelos Estados Unidos, o que dificultou a entrada de imigrantes europeus naquele país. A crise vivida na Itália e a ideia de que o Novo Mundo poderia proporcionar uma vida melhor motivaram muitos a aventurarem-se nas Américas (DE BONI, 1990).

Ademais as causas comentadas, Vendrame (2015) defende que as motivações dos fluxos migratórios não podem ser reduzidas a apenas um fenômeno monocausal, pois foram múltiplas as influências dos indivíduos protagonistas desse processo. Observando os comportamentos no interior da família e do grupo parental, bem como nos espaços de socialização dos indivíduos, é possível entender de que modo se articulavam para migrar para a América. “Além disso, é

necessário reconstruirmos através das experiências individuais e coletivas a maior gama possível das escolhas, estratégias e recursos acionados ou possíveis de serem tomados pelos emigrantes nas aldeias de origem” (VENDRAME, 2015, p. 203). Ainda conforme a autora,

Tendo como ponto de partida essa perspectiva, o emigrante surge como um ator ativo que orienta seus comportamentos e age para modificar a realidade na qual se encontra inserido. A variabilidade das escolhas e das trajetórias migratórias – individuais ou coletivas – permite acessar uma determinada realidade social e cultural, apontando para um contexto de infinitas outras possibilidades. E, por mais singulares que sejam as opções, elas podem informar sobre as lógicas de funcionamento do mundo camponês (VENDRAME, 2015, p. 203).

Este estudo defende que a propaganda gerida pela vivência de sujeitos que, instalados no Rio Grande do Sul, direcionaram informações para a Itália (como foi o caso de Agostino Brun), associada a demais propagandas de empresas de colonização na Europa, auxiliou, dentro dos núcleos familiares, na organização e na decisão de emigrar.

Os emigrantes passaram a ser sujeitos ativos que agiram segundo lógicas próprias de ação, que perseguiram objetivos e acionaram mecanismos para garantir o sucesso de suas opções, analisadas como “precisas estratégias migratórias”, uma vez que perseguiram objetivos econômicos dentro de uma ideia de autonomia e reprodução de características culturais próprias [...]. No processo de transferência, os imigrantes passaram a ser vistos como atores sociais que buscaram se apoiar sob redes de relações para adquirir informações seguras sobre as possibilidades de trabalho e outras vantagens no além-mar (VENDRAME, 2015, p. 203).

Sendo os indivíduos dos núcleos familiares centrais desta pesquisa inicialmente adeptos a migrações sazonais pelo restante da Europa, ou seja, vinculados a esses movimentos – mesmo que menos distantes do país de origem –, e amparados por informações sobre o cotidiano no Brasil, defende-se que, associado a tal circulação de informações que chegavam a aldeias vizinhas, um dos principais fatores a impulsionar a emigração transoceânica definitiva foi a escassa possibilidade de trabalhos na Europa, tendo em vista duas características simples e precisas do grupo em análise: os sujeitos (I) eram adeptos a migrações sazonais pela Europa e (II) não eram miseráveis. Defende-se esse aspecto econômico principalmente depois de analisar os livros de registro de impostos da colônia Dona Isabel, nos quais está descrita com clareza a quitação dos lotes adquiridos pelos imigrantes, além de se verificar as construções empreendidas: moinho, ferrarias e outras oficinas artesanais, o que é somado à produção agrícola.

Explica-se esse fator econômico por dois pontos centrais: os friulanos desta análise (I) exerciam inúmeros ofícios de artesãos e (II) estavam instalados inicialmente em uma grande

colônia (Dona Isabel), onde o maior contingente de habitantes tinha como renda principal a agricultura. Isso não significa que outros imigrantes não fossem artesãos, mas, nos livros de impostos consultados, os sujeitos analisados destacavam-se com oficinas ligadas principalmente às ferrarias e aos trabalhos com madeira, além da criação de animais. Acresce-se a hipótese de que, em função das migrações laborativas sazonais pelo restante da Europa, principalmente para a parte central, eles tivessem determinada poupança para recomeçar a vida em um novo continente. Outra possibilidade se relaciona à venda da pequena propriedade rural de que eram donos na Itália, conforme apontaram as fontes cartoriais italianas¹⁰³: somado às economias das migrações, o valor da venda auxiliaria nas despesas de viagem e/ou em outros gastos associados à partida. As instalações planejadas e dirigidas, em que havia mútua colaboração entre o grupo, e as oficinas organizadas em torno dos núcleos familiares, oportunizando um saber laborativo que foi aplicado em outras colônias, também explicariam esse ponto de vista.

Dessa forma, apesar do quadro de grave crise econômica vivenciado na Itália, o fato é que o grupo em questão apresentava determinado diferencial laborativo que continuava oportunizando agregar o trabalho de artesãos à renda agrícola. Isso posto, procurou-se seguir o conselho de que “devemos usar muita fantasia em nosso trabalho. Não inventar coisas, nem criar documentos falsos, e sim ver, nos fragmentos que nós temos, que perguntas nos sugerem” (LEVI, 2014, p. 11). Com base nos vestígios encontrados, montou-se, pois, uma linha racional que permitiu conduzir as peças de um grande quebra-cabeça.

Resumidamente, mesmo com determinada ajuda do governo no Rio Grande do Sul, constata-se que a maior parte do grupo estudado tinha condições suficientes para aquisição de terras, compra de sementes e regularização nos pagamentos de impostos. Eles possuíam também capital de giro para investir no material necessário para colocar em funcionamento as oficinas de artesanatos e, principalmente, as ferrarias. Observa-se uma imigração familiar e organizada, que mantinha as compras de lotes nas mesmas linhas, próximas aos vizinhos e parentes da Itália. Foi possível permanecerem em agrupamentos graças à quitação das terras por todos os sujeitos, porque o próprio grupo encontrava soluções de mútua ajuda que, através

¹⁰³ Os funcionários do Archivio di Stato di Pordenone, gentilmente, fizeram o grande favor de entrar em contato com os cartórios locais e, desse levantamento, passaram a informação de que muitos dos imigrantes em análise eram proprietários de pequenos espaços de terra em Mezzomonte e Frisanco. Infelizmente, os cartórios da região apenas se disponibilizaram a ceder tais documentos presencialmente, o que, em função da Covid-19, não foi possível realizar. Conforme comentado, nem sempre ser proprietário de um espaço para o sistema agropastoril era suficiente para o sustento da família, tanto que as migrações sazonais eram uma realidade, mas o valor da venda dessas propriedades poderia contribuir para um novo início de vida no Brasil.

de estratégias, conforme será observado e discutido ao longo do texto, impediam desapropriações e a conseqüente perda capital. Além disso, eram imigrantes que utilizaram os saberes artesãos e técnicas de vendas aprimoradas na Europa no estado meridional do Brasil.

Conforme Herédia (2001, p. 4):

Os colonos, quando chegavam à colônia, podiam escolher livremente o lote de sua preferência, pagando à vista o preço fixado segundo o regulamento da colônia. “O preço da braça quadrada nos lotes rústicos variava de 2 a 8 réis e de 10 a 80 réis para os lotes urbanos, devendo, depois de aprovado pelo Presidente da Província, ser igualmente indicado na planta da colônia” [...]. Para os que comprassem a prazo se adicionaria o valor de 20%, e o pagamento deveria ser feito em cinco prestações iguais a partir do segundo ano estabelecido. Aqueles que finalizassem seus débitos, antes do prazo final estabelecido, abatiam o valor de 6%. Os colonos que compravam terras a prazo recebiam títulos provisórios ou de designação de lotes e o título fosse [sic] quitado com a Fazenda Nacional e assinado pelo Presidente da Província.

Esses imigrantes também tiveram condições econômicas para pagar as passagens para o Brasil, a maioria já se instalando em núcleos familiares compostos, que foram ampliados. Sobre a emigração para o Brasil é essencial diferenciar algumas questões. A emigração dirigida para o estado sulista do país, cujo principal aspecto era a aquisição de lotes e seu livre cultivo, além de o pagamento dos bilhetes de viagem ser feito pelos próprios italianos, é distinta daquela para estados como São Paulo, onde os italianos substituíram gradativamente a mão de obra escrava. Sobre a diferenciação do processo de imigração na parte Sul do Brasil, Balbinot (2014, p. 31) observa que:

No âmbito gaúcho, o processo de imigração estava intimamente ligado às objeções das elites latifundiárias dominantes politicamente a nível imperial e a nível provincial, ou seja, as elites dominantes cafeeiras da Região Centro-Oeste estavam a nível do Império do Brasil, e as elites dominantes pecuaristas e saladeiras, a nível da Província do Rio Grande do Sul.

Ou seja, o processo de imigração e colonização italiana no Rio Grande do Sul era basicamente com o intuito de ocupar terras não utilizadas pelos grandes latifundiários e não habitadas pelos imigrantes alemães (MAESTRI, 2000). No contexto majoritariamente distinto dos estados brasileiros de São Paulo e Minas Gerais¹⁰⁴, verifica-se que os italianos que partem da península com destino para esses locais têm inicialmente as passagens pagas pelo governo brasileiro. Os objetivos nos contextos paulista e mineiro, em um primeiro momento, foram a

¹⁰⁴ Trata-se de uma observação específica sobre a emigração inicial subsidiada para os estados de São Paulo e Minas Gerais.

substituição gradual da mão de obra escrava – principalmente nos canaviais e cafezais¹⁰⁵, devido ao fim do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, de 1850) e à abolição da escravatura (Lei Áurea, de 1888) – e o “branqueamento” da população, conforme política subliminar governamental.

É pertinente destacar que o Brasil desde a metade do século XVI apresentava uma estrutura produtiva e econômica voltada para o latifúndio.

Essa organização produtiva perdurou basicamente inalterada durante aproximadamente três séculos, inclusive após o processo de independência política ocorrido na primeira metade dos anos 1820. No referido momento o Império do Brasil herdou de sua época colonial suas principais características econômicas, assim como os problemas gerados por essas características que se intensificaram na segunda metade do século XIX com o processo do capitalismo (BALBINOT, 2014, p. 28).

Vale salientar que uma lei de 1850, sancionada logo após a Lei Eusébio de Queirós, estabelecia que a terra só poderia ser comprada, assim se “procurou impedir seu acesso à grande maioria da população nativa e incentivar a colonização possibilitando aos imigrantes adquirirem lotes de terras devolutas com suas poupanças após alguns anos de trabalho nas lavouras dos grandes proprietários” (GONÇALVES, 2012, p. 143). Ainda, o fim do sistema escravocrata de produção – principalmente nas lavouras de café – possibilitava o pagamento de salários aos ex-cativos para que permanecessem trabalhando nas lavouras, o que resolveria o problema da mão de obra, mas não o problema de inseri-los na dinâmica capitalista. Ou seja, o trabalhador, agora liberto, “mostrava-se como uma força negativa para a dinâmica e o processo de desenvolvimento do capitalismo, pois esse, devido à sua herança cultural, apresentava um campo de necessidades e consumo em alto grau restringido” (BALBINOT, 2014, p. 30). Sem entrar na discussão de aspectos capitalistas e culturais da população brasileira do período, observa-se que existiu uma política subliminar por trás de aspectos generalizantes, como a ocupação de espaços e a defesa fronteiriça, uma vez que em teoria a oportunidade de colonização e aquisição de terras poderia ter sido dada a outro grupo que não fosse necessariamente o europeu.

As relações entre Itália e Brasil eram percebidas como amistosas. O governo brasileiro estava à frente de iniciativas propagandistas em torno da emigração para o país, a fim de, assim, manter em plena produção principalmente as lavouras de café. A situação se modificou a partir

¹⁰⁵ Na década de 1840 a 1850, a economia brasileira passava por importante modificação: o café substituíra definitivamente o açúcar como principal produto de exportação, e o centro econômico do país deslocava-se do Nordeste para São Paulo.

das últimas décadas do século XIX, após o estabelecimento de significativo número de italianos na parte Sul do Brasil, quando “os homens de Estado italianos passaram, então, a se interessar mais pela situação do gigante sul-americano, mas tendo em vista basicamente duas linhas de ação: a proteção dos conacionais e a promoção do comércio e das relações econômicas” (BERTONHA, 1997, p. 107). Assim sendo, as questões comerciais brasileiras ligadas à Itália representavam lucros também para o país além-mar.

Se o interesse principalmente do estado de São Paulo era transformar o trabalho escravo existente em servil italiano, é aceitável considerar que a parte mais pobre da população italiana aderiu ao sistema, muitas vezes sem conhecer completamente as intenções da emigração, porque não tinha condições de pagar pela passagem nem de adquirir terras em curto prazo de tempo. Em consequência disso, em 1878, foi registrada uma ampla emigração para o Brasil. Nesse sentido, sobre as lavouras de café, Gonçalves (2012, p. 138) esclarece:

Durante a crise do escravismo no final do século XIX surgiu o regime de trabalho chamado colonato, caracterizado pela combinação de três elementos: pagamento fixo pelo trato do cafezal, pagamento proporcional pela quantidade de café colhido, produção direta de alimentos para subsistência com excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além disso, tinha como base a unidade familiar.

Observado por esse viés, pode-se pensar que os imigrantes tiveram determinada estrutura para o crescimento da economia familiar, mas Gonçalves (2012) sublinha que a dívida colonial crescia significativamente em função de os fazendeiros financiarem a viagem, o transporte dos imigrantes até as fazendas, além de uma ajuda inicial para pagamento das despesas. Isso gerou juros que impediam a quitação das dívidas:

[...] com a venda do café, os colonos recebiam metade do lucro líquido, deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda e impostos. Sobre os gastos feitos pelos fazendeiros em adiantamento aos colonos, cobravam-se juros de 6%. Foi exatamente esse conjunto de pesadas dívidas que recaíam sobre o imigrante desde sua chegada à fazenda, e que se acumulavam com o passar dos anos sem que ele conseguisse saldá-las, um dos principais responsáveis pelo fracasso da parceria (GONÇALVES, 2012, p. 137).

Certamente, o levantamento realizado considera uma perspectiva geral do assunto. A intenção ao trazer essa discussão é mais demonstrar um outro lado da faceta econômica imigratória e menos fazer uma abordagem microanalítica. Faltam estudos sobre esse aspecto, principalmente relacionados à fuga de imigrantes italianos para a Argentina, devido ao evidente descontentamento com o trabalho na Região Sudoeste do Brasil e ao não cumprimento de inúmeras promessas do governo brasileiro. É importante recordar que “a região do Prata era o

principal destino daqueles que se dirigiam à América (68% do total), seguida pelos Estados Unidos (16,5%) e Brasil (8,9%)” (GONÇALVES, 2012, p. 39).

Thales de Azevedo esclarece que:

Conforme o primeiro censo brasileiro, realizado em 1872, o número total de italianos, no território do Império, não alcançava 6 mil. Em 1876 chegam quase 7 mil [...] no fim de 1880 haveria presente no Brasil cerca de 50 mil. No decênio de 1881 a 1890 intensifica-se a imigração, devido ao surto cafeeiro em São Paulo e à retomada da colonização nos Estados do Sul [...]. No período de 1891 a 1900 a imigração atinge seu máximo com o total de 650 mil e o retorno, muito acentuado, de 230 mil, ou seja 35% [...]. No fim de 1900 calcula-se que viviam entre nós cerca de 540 mil daquela procedência; seriam 600 mil dali a dois anos. No conjunto do decênio de 1901 a 1910 entram 300 mil porém saem 170 mil, isto é a cifra elevada de 56%, a qual toda via não alcança o índice alarmante que teria ocorrido de 1903 a 1910 segundo as estatísticas italianas que computavam somente os que emigravam com passaporte e não o número dos que efetivamente saíam para o Brasil. [...]. No decênio de 1911 a 1920, em que ocorre acentuada diminuição da imigração em consequência da Primeira Guerra Mundial [...]. De uma entrada total de 150 mil com a saída de um terço, exatamente 33% (AZEVEDO, 1975, p. 86-87).

O interessante trabalho de Thales de Azevedo remete a dados de retorno de parcelas significativas de italianos para a pátria natal. Portanto, apesar de ocorrer a entrada em larga escala, aconteciam posteriores migrações. Conforme se pretende arrolar ao longo do trabalho, em função de redes de parentela fixadas em outros países, existiam também essas novas migrações que não necessariamente eram de retorno para a Europa ou para outras partes do Brasil: em algumas situações houve partidas, inclusive, para outros países latinos.

Em termos de Brasil¹⁰⁶, os principais estados receptores de italianos foram os da Região Sudeste – São Paulo (maior receptor), Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro –, seguidos pelos da Região Sul – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, respectivamente. Em menor escala outros estados brasileiros também receberam contingentes de imigrantes, como a Bahia¹⁰⁷, por exemplo. Referente à entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul, de 1882 a 1914, Azevedo (1975) apresenta os seguintes números:

Tabela 1 – Entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul de 1882 a 1914

Ano	Total	Italianos	% de italianos
1882	3.549	3.205	90,30
1883	4.402	3.735	84,89
1884	1.985	1.345	67,75

¹⁰⁶ Conforme registros de 1910, os italianos estavam distribuídos nos seguintes números em cada estado: Bahia – 4.000; Minas Gerais – 90.000; Espírito Santo – 50.000; Paraná – 20.000; Rio de Janeiro – 50.000; Rio Grande do Sul – 250.000; São Paulo – 800.000 (AZEVEDO, 1975, p. 98).

¹⁰⁷ Sobre o assunto, consultar Benedini e Arquilla (2015).

1885	8.286	7.600	91,72
1886	3.354	2.352	70,12
1887	5.326	4.362	81,90
1888	4.927	4.241	86,07
1889	9.787	7.578	77,42
1890	19.485	2.701	13,86
1891	20.739	9.440	45,51
1892	8.526	7.523	88,23
1893	2.795	1.503	53,77
1894	855	424	49,59
1895	2.329	947	40,66
1896	3.095	917	29,62
1897	1.431	690	48,21
1898	1.613	989	61,31
1899	2.556	1.070	41,86
1900	1.503	745	49,56
1901	1.315	631	47,98
1902	847	359	42,38
1903	743	305	41,04
1904	837	296	35,36
1905	963	247	25,64
1906	1.013	449	44,32
1907	754	239	31,69
1908	4.117	355	8,62
1909	5.955	397	6,66
1910	3.583	425	11,86
1911	7.790	657	8,43
1912	7.700	467	6,06
1913	9.890	477	4,82
1914	2.632	230	8,73
<i>TOTAL</i>	<i>154.682</i>	<i>66.901</i>	<i>43,25</i>

Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul (1911-1915 *apud* AZEVEDO, 1975, p. 94).

Apesar de concordar-se com o fato de que deve existir cuidado ao expor números, pois geralmente existe uma série de fatores ocultos aos registros propriamente ditos – entrada e saída tanto dos países de origem quanto dos receptivos –, os dados da Tabela 1 ilustram o significativo fluxo de italianos nas últimas décadas do século XIX, com destaque para os anos 1882, 1883, 1885, 1887 e 1888.

O estado de São Paulo, entre 1875 e 1935, foi o que mais recebeu imigrantes italianos, seguido do Rio Grande do Sul, lembrando que essas imigrações foram distintas. No estado sulista, os interesses eram basicamente colonizatórios, além de questões relacionadas ao controle fronteiriço e a miscigenações étnicas. Sobre o tamanho dos lotes, Herédia (2001, p. 3) esclarece que

A colonização no Rio Grande do Sul foi fundada sob o regime da pequena propriedade. Os alemães em 1824 receberam lotes coloniais de 77 hectares. Em 1848, os lotes coloniais foram reduzidos para 48 hectares, parecendo ser um tamanho ideal para um lote a ser ocupado com agricultura intensiva. Em 1875, os lotes foram alternados para 25 hectares, medindo de 200 m a 250 m de frente e de 1.000 m a 1.250 m de profundidade [...]. Vários autores afirmam que os lotes foram reduzidos a pedido dos próprios colonos, com o intuito de diminuir o isolamento entre eles, permitindo maior segurança. Entretanto, essa versão é refutada pelo historiador caxiense João Spadari Adami, que afirma que os fatos históricos provam o contrário [...] os colonos construíam suas casas próximas da localização da água, não levando em consideração apenas o elemento vizinhança. Em geral, os colonos não ficavam demasiadamente separados como era dito, pois os lotes coloniais possuíam em média 350.000 metros quadrados e uma frente de aproximadamente 200 metros corridos, em direção ao Picadão Geral, onde lhes eram inicialmente construídas as casas pelo Governo.

Os lotes eram divididos entre as diversas colônias situadas no Rio Grande do Sul. Tendo em mente que o maior fluxo emigratório para o Sul do Brasil abrange o período entre 1876 e 1901, sem se deter às experiências de sucesso e insucesso das colônias, destaca-se que, depois de 1854, os imigrantes instalados tinham a obrigação de pagar as terras adquiridas.

Bertonha (1997) observa que, nos anos 1920, existiu interesse da Itália em expandir as relações com o Brasil pela via comercial e cultural. Nesse contexto, especialmente São Paulo poderia absorver significativas quantidades de produtos italianos, vindo a complementar a economia da península através do fornecimento de minérios, matérias-primas e alimentos. Além disso, “o grande objetivo do governo italiano passou a ser – descontada a continuidade de interesses econômicos e de manutenção da italianidade da colônia italiana – a quebra da hegemonia americana e a formação de um grande bloco de nações latinas e fascistas ligadas a Roma” (BERTONHA, 1997, p. 114). Essa aposta veio a falhar com o transcorrer da Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, havia fatores de expulsão e de recepção no que tange à imigração italiana no Brasil, por isso é necessário olhar para o contexto – passado e presente – das grandes emigrações mundiais com uma lente de aumento. Sob essa perspectiva, a análise da tese se foca nas particularidades da imigração italiana no Rio Grande do Sul, delimitando-se fundamentalmente às colônias Dona Isabel e Guaporé. Da colônia Dona Isabel, criada

oficialmente em 1875, durante o primeiro período de imigração, os focos são as linhas Argemiro e Santa Bárbara. Da colônia Guaporé, criada oficialmente em 1892, no decorrer do terceiro período da imigração no estado, o ponto central é a Linha Três de Maio, também conhecida como Linha Nossa Senhora das Graças ou linha dos *furlani*.

Na análise das localidades referidas traçam-se a trajetória das famílias e as mobilidades internas, mostrando questões ligadas às esferas tanto econômicas – estratégicas – quanto identitárias. O grupo buscou uma constante manutenção dos costumes friulanos no estado e a continuidade da unidade familiar, verificadas também em novas migrações para a Argentina e o Chile, mesmo sofrendo adaptações em função das exigências naturais das migrações.

Neste capítulo, os objetivos principais foram demonstrar as particularidades do local de partida dos emigrantes – FO – e caracterizar esses indivíduos que, apesar de adeptos a práticas migratórias na Europa, como é discutido, perpetuaram tradições das aldeias de origem. Uma série de particularidades foi percebida, entre elas, os ofícios ligados ao artesanato com larga tradição em determinadas localidades – por exemplo, de ferreiros em Frisanco, Maniago e Poffabro, ou de artesãos da madeira em Mezzomonte e nas redondezas. Além disso, o contato estabelecido nas migrações sazonais oportunizou a amplificação de saberes, como a língua, a busca masculina por trabalhos além do âmbito doméstico e a administração exercida pelas mulheres (educação dos filhos, pagamento das despesas para sobrevivência e condução do trabalho agrícola, uma vez que os homens migravam a maior parte do ano).

A designação *contadino*, *contadini* no plural, camponês ou pequeno agricultor, aplica-se ao grupo em estudo, porque, apesar de exercerem ofícios urbanos, eram camponeses por tradição. A figura feminina passava a maior parte do tempo gerenciando os afazeres agrícolas, porque a presença masculina no ambiente doméstico se restringia aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, período em que, por ser inverno na Europa, não havia tanto trabalho no meio rural. No restante do ano, a figura feminina desempenhava toda uma engrenagem de responsabilidades que permitia a saída dos homens em busca de trabalho para complementar a economia familiar. Nas primeiras décadas de 1900, as mulheres também passaram a complementar a renda por meio de trabalhos para além do agrícola, nos centros urbanos. Este estudo de caso, entretanto, abarca o período anterior à migração das mulheres no contexto italiano, quando ainda era mais comum a migração masculina das aldeias.

3 REDES FAMILIARES: DO FRIULI OCIDENTAL PARA O NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL E PARA MAR DEL PLATA, NA ARGENTINA

Neste capítulo, investiga-se a dinâmica da colonização dos friulanos na colônia Dona Isabel. Observa-se a compra de lotes vizinhos entre sujeitos que já estavam ligados por estruturas familiares desde a Itália. Demonstra-se, por meio do povoamento de linhas específicas, como a instalação de determinados grupos de friulanos e descendentes, no Rio Grande do Sul, foi planejada e articulada entre redes familiares e de compadrios. São reconstruídas as primeiras genealogias familiares, e é verificado que seus reflexos, somados a diversos fatores, são percebidos na atuação profissional dos descendentes até a quinta geração. Por fim, constata-se a prática significativa da endogamia até a terceira geração no grupo considerado. Também é discutido o prolongamento desses nós em uma migração interna – Guaporé, Brasil – e outra externa – Mar del Plata, Argentina.

A análise desenvolvida neste capítulo contribui para a compreensão da organização do grupo de friulanos (e da primeira geração de descendentes no Brasil), emigrados de partes específicas do FO. Cabe explicar sobre a racionalidade estratégica dos sujeitos e a reorganização em torno do grupo e dos ofícios na primeira colônia analisada, local que foi colonizado por primeiro pelos núcleos estudados. Dessa forma, inicia-se a resposta do problema central da tese, demonstrando como, desde o início da fixação em Dona Isabel, os friulanos se readaptaram em novos espaços centralizadores do grupo, promovendo, assim, uma transmutação étnico-cultural em que, mesmo ocorrendo novos movimentos migratórios, mantinham-se ligados pelos fios que deram origem a uma extensa rede.

Começa-se, portanto, a responder os questionamentos acerca do principal papel que a organização familiar/étnica friulana exerceu no que tange ao fortalecimento das redes familiares conterrâneas estendidas para outros espaços do Sul do Brasil e da América Latina, como se aplicaram as estratégias para o fortalecimento socioeconômico, cultural e étnico (linguístico) do grupo, e como os friulanos se mantiveram majoritariamente como grupo endogâmico e consanguíneo. Pretende-se responder parte da problemática da pesquisa, sobretudo dos pontos apresentados anteriormente, tanto no atual capítulo como no seguinte deste trabalho, pois considera-se fundamental compreender as primeiras racionalidades desse grupo na Itália e, em seguida, nas colônias Dona Isabel e Guaporé (capítulo posterior). Somente dinamizando o início das genealogias no Friuli e a continuação delas na Serra Gaúcha, é possível o entendimento das novas migrações e reestruturações entre os descendentes dos patriarcas centrais estudados.

Infelizmente há uma desigualdade de dados em relação ao povoamento das colônias analisadas, mas fez-se um esforço para trabalhar da melhor forma possível com os dados a que se teve acesso sobre a instalação e a economia familiar. Para esta fase do trabalho, são utilizados, além das fontes bibliográficas e orais, documentos sacerdotais, registros de cunho civil, álbuns familiares, cartas e cartões postais permutados entre o grupo, que são considerados evidências da extensão dos laços iniciados ainda na Itália e esticados na América Latina.

De acordo com as informações obtidas do Archivio di Stato di Pordenone, não foram encontrados os patriarcas específicos dos núcleos familiares emigrados para o Rio Grande do Sul nos cadastros (tanto nos referentes ao período napoleônico quanto ao austro-italiano¹⁰⁸). Embora existam registros desses núcleos, eles remetem aos antepassados dos indivíduos analisados. Seria necessário, então, consultar pessoalmente cartórios e afins, o que foi inviabilizado pelas restrições impostas pela pandemia de Covid-19, conforme já esclarecido na introdução. De qualquer maneira, essas famílias foram identificadas como proprietárias ou herdeiras de pequenos lotes.

De acordo com Franzina (2006), Grossutti (2018) e Micelli (1995), nas famílias herdeiras e/ou donas de pequenas propriedades, havia determinada economia doméstica direcionada a uma migração regional, familiar e organizada, em razão de dois fatores centrais: migrações sazonais, o que se comprova entre os sujeitos provindos de Mezzomonte, e profissão qualificada, como a de ferreiro, entre os sujeitos provindos dos arredores da *comune* de Frisanco (Poffabro e Maniago), por exemplo, o que, associado aos pequenos lotes, gerou determinado patrimônio, possibilitando a reinvenção da vida em outro continente. Na bibliografia sobre esses locais montanhosos da Itália, observa-se que nem sempre os pequenos lotes, a criação de animais e certa produção agrícola, mesmo que associados a trabalhos em centros urbanos,

¹⁰⁸ Em 1803 Napoleão Bonaparte invadiu o norte da península itálica. O Trento (de língua italiana) e o Alto Ádige (de língua alemã), que eram principados autônomos, passaram a viver sob o domínio da Áustria, enquanto o sul era dominado pelos Bourbon e Savoia. Além disso, o território era dividido em cidades-estados e pequenas repúblicas. A partir do Congresso de Viena, em 1815 (após a derrota de Napoleão em Waterloo), a Lombardia, o Vêneto e o Friuli tornaram-se parte do Império Austro-Húngaro. A unificação da Itália teve início na primeira metade do século XIX, com o chamado *Risorgimento*. Em uma segunda fase, a liderança da unificação foi dividida entre os monarquistas do Piemonte, as tropas do republicano Giuseppe Garibaldi. Ajudados pela França, os piemonteses derrotaram os austríacos no norte, enquanto os Bourbon eram expulsos de Nápoles e da Sicília. Em 1848, aconteceu a Primeira Guerra de Independência, na qual os nacionalistas foram derrotados. Em 1859, aconteceu a Segunda Guerra de Independência, envolvendo o Reino de Savoia (Sardenha), em parceria com os franceses, contra o Império Austro-Húngaro, e resultou em 1860 na anexação da Lombardia ao território italiano. Em troca, a Itália cedeu a região de Nice à França. O novo Estado nasceu finalmente em 17 de março de 1861, com a proclamação de Vittorio Emanuel II como Rei da Itália. Na Terceira Guerra de Independência, com o enfraquecimento do Império Austro-Húngaro, o Vêneto e o Friuli foram anexados em 1866 à Itália. O Estado Pontifício foi anexado em 1870 (DALPIAZ, 2020).

bastavam para manter as famílias diante da crise que se instalava na Europa no final do século XIX, conforme, de forma genérica, já foi esboçado no segundo capítulo.

Portanto, é necessário manter a sensibilidade no que se refere a esses imigrantes instalados nas primeiras colônias agrícolas, que não se encaixam no quadro daquele momento como totalmente vulneráveis economicamente, em função da aquisição de lotes, pagamentos de passagens e possibilidade de organização na ocupação dos lotes e nos matrimônios, mas isso não significa que fizessem parte da classe economicamente mais abastada. Diferentemente do grupo, por exemplo, direcionado para o estado de São Paulo, através da emigração subsidiada, os sujeitos deste estudo de caso, apesar de não serem ricos, fazem parte do conjunto de imigrantes com determinadas condições econômicas, o que permitiu a reestruturação étnico-regional do grupo em locais específicos e entre parentela e conhecidos da Itália. Ainda, a intenção não é descrever como era a vida nas montanhas, mas compreender a dinâmica dos imigrantes refletida no Rio Grande do Sul.

3.1 Instalação planejada dos friulanos na colônia Dona Isabel

O FO, como observado, apresenta características étnica e cultural-regionalista interessantes, e os descendentes dos imigrantes provindos da parte montanhosa daquele território e instalados na Serra Gaúcha, conforme percebido na pesquisa de campo, ainda apresentam um sentimento “regionalista” friulano em evidência. Para compreender fatores impulsionadores desses vínculos, é necessário um enfoque microanalítico, indicando as trajetórias familiares desde o FO, da localidade de Mezzomonte (que faz parte da *comune* de Polcenigo) e daquelas que correspondem ao território de Frisanco, até as colônias no estado brasileiro do Rio Grande do Sul a partir da década de 1880.

Na primeira fase emigratória – de 1877 até a década de 1890 –, alguns grupos de friulanos instalaram-se nos estados do Espírito Santo (colônia Santa Cruz, depois conhecida por Ibirapu) e de Santa Catarina (Rio Maior e Urussanga), respectivamente. No Rio Grande do Sul, as principais áreas de emigração foram as colônias: Silveira Martins, Caxias do Sul, Alfredo Chaves e Dona Isabel (GROSSUTTI, 1995). Delimitados os primeiros pontos em que se estabeleceram os imigrantes friulanos, recortam-se desse cenário as duas colônias que interessam ao estudo, as colônias Dona Isabel e, em seguida, Guaporé.

Em 1875, inicia-se a imigração italiana na encosta superior do nordeste rio-grandense, originando as colônias Dona Isabel, Conde D’Eu e Nova Palmira. A colônia Dona Isabel dá

origem à cidade de Bento Gonçalves; Conde D'Eu, à cidade de Garibaldi; e Nova Palmira, à cidade de Caxias do Sul.

Figura 24 – Região de colonização italiana



Fonte: Portal Itália¹⁰⁹.

Na Figura 24, referente à RCI no Rio Grande do Sul, observam-se os nomes das atuais cidades (em negrito) acompanhados dos nomes das antigas colônias; é possível perceber também a proximidade entre as colônias Dona Isabel – também chamada de Princesa Isabel – e Guaporé. A colônia Dona Isabel, criada em 1870, era conhecida como “região da cruzinha”, devido a uma cruz rústica cravada sobre a sepultura de um possível tropeiro ou traçador de lotes coloniais. Em 1875, essa colônia começou a receber os primeiros moradores imigrantes.

Para esta pesquisa, interessa principalmente a região do atual município de Monte Belo do Sul¹¹⁰, que fez parte da colônia Dona Isabel e, a partir de 20 de março de 1992, com a emancipação do município de Bento Gonçalves, denominou-se Monte Belo do Sul

¹⁰⁹ Disponível em: http://www.portallitalia.com.br/historia/rs/comunidade_mapa_rsvejamaais.asp. Acesso em: 19 abr. 2017.

¹¹⁰ Localiza-se a uma latitude de 29°09'46" sul e a uma longitude de 51°37'54" oeste, estando a uma altitude de 618 m. Possui área de 67,724 km² e população estimada, em 2018, de 2.564 habitantes. Cercado de vales e montanhas, as atrações naturais são o Vale do Rio das Antas, as grutas de pedra e os parreirais. O município integra a Região do Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-monte-belo-do-sul.html>. Acesso em: 22 jan. 2020.

(RAZADOR, 2019). A distância entre os municípios de Bento Gonçalves e Monte Belo do Sul é de 16 km.

Em Monte Belo do Sul, destacam-se duas linhas¹¹¹ que fazem parte do município: Linha Argemiro e Linha Santa Bárbara. Essas linhas majoritariamente foram povoadas por imigrantes provindos do FO, entre os quais estão aqueles que compõem as estruturas familiares analisadas e que, posteriormente, irão se expandir para a colônia Guaporé.

De forma significativa, no início da colonização no Rio Grande do Sul, muitos friulanos fixaram-se nas colônias Silveira Martins¹¹² e Dona Isabel em períodos distintos. Conforme Grossutti,

Na colônia Dona Isabel, em Monte Belo do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, friulanos (de Poffabro, Frisanco, Maniago, Polcenigo, Cavasso Nuovo) e vênnetos (das províncias de Treviso, Belluno e Vicenza) se fixaram respectivamente nas localidades de Argemiro e Santa Bárbara, os primeiros de Zamith, e de Alcântara os segundos. A presença de um grupo de famílias de Cavasso Nuovo na Linha Argemiro (superfície de 151.250 m²), por exemplo, populada a partir de 1877 quase que completamente por colonos friulanos, é certa (2013a, p. 9, tradução nossa).

As localidades citadas – Poffabro, Frisanco, Maniago, Polcenigo e Cavasso Nuovo – pertencem todas à parte do FO. A maioria dos imigrantes friulanos em Monte Belo do Sul provém, pois, da mesma província italiana (naquela época, Udine), apresentando hábitos e costumes similares. De forma estratégica, eles se instalaram em núcleos familiares e/ou de vizinhança provinda da Itália, majoritariamente na Linha Argemiro (Monte Belo do Sul), onde dispunham dos seguintes lotes, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Colonizadores da Linha Argemiro (Monte Belo do Sul, década de 1880)

Nº	Nome do proprietário	Lote	Área (m ²)	Ano de pagamento	Local de procedência da Itália
01	Di Domenico, Constante	01	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
02	Di Domenico, Michele	02	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
03	Santin, Giovanni	03	151.250	1894	Polcenigo, Sacile, FO
04	Zanchetti, Matteo	04	151.250	1894	Miane, TV
05	Dalla Lasta, Bernardo	05	151.250	1894	Paderno D'Asolo, TV
06	Zanchetti, Valentino	06	151.250	1894	Miane, TV
07	Possagnoli, Sebastiano	07	151.250	1894	Castelcucco, TV

¹¹¹ Sobre o sistema de demarcação de terras usado nas colônias imperiais da serra no Rio Grande do Sul, consultar a introdução do trabalho.

¹¹² Em razão da complexidade encontrada nas colônias Dona Isabel e Guaporé, não foi possível trabalhar com a colônia Silveira Martins, pois exigiria tempo maior para elaboração da tese. Sobre os lotes de instalação dos friulanos na colônia Silveira Martins, ver Vendrame (2016), Saquet (2003) e Sponchiado (2019).

08	Maggiorini, Domenico	08	151.250	1894	Maniago, FO
09	Santin, Candido	09	151.250	1895	Polcenigo, Mezzomonte, FO
10	Rasador, Francesco	10	151.250	1894	Godega di Sant'Urbano, Conegliano, TV
11	Mariuzza, Giuseppe, Vva. e fs.	11	151.250	1895	Frisanco, Maniago, FO
12	Di Domenico, Giuseppe	12	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
13	Filippon, Gabriele	13	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
14	Colau Merlo, Pietro	14	151.250	1894	Poffabro, FO
15	Bernardon, Giacomo	15	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
16	Toffoli, Agostino, Vva.	16	151.250	1895	Frisanco, Maniago, FO
17	Tramontina, Maria fs.	17	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO
18	Tramontina, Antonio	18	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO
19	Longo, Davide	19	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO
20	Tramontina, Ernesto	20	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO
21	Luvisa, Luigi, Vva. e fs.	21	151.250	1895	Frisanco, Maniago, FO
22	Tramontina, Antonio	22	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO
23	Luvisa, Valentino	23	151.250	1895	Frisanco, Maniago, FO
24	Luvisa, Domenico	24	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
25	Mariuzza, Luigi	25	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
26	Magnan, Matteo	26	75.625	1894	Frisanco, Maniago, FO
27	Magnan, Giovanni	26	75.625	1894	Frisanco, Maniago, FO
28	Di Bernardo, Antonio	27	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
29	Filippi, Giuseppe	28	151.250	1895	Frisanco, Maniago, FO
30	Santin, Vincenzo Giuseppe	29	151.250	1894	Polcenigo, Sacile, FO
31	Filippi, Vitorio	30	151.250	1894	Frisanco, Maniago, FO
32	Santin, Nicola	31	151.250	1894	Polcenigo, Sacile, FO
33	Mezzarobba, Giovanni	32	151.250	1894	Polcenigo, Mezzomonte, FO
34	Santin, Luigi	33	151.250	1895	Polcenigo, Sacile, FO
35	Mezzarobba, Giovanni	34	151.250	1894	Polcenigo, Mezzomonte, FO
36	Santin, Luigi	35	151.250	1894	Polcenigo, Sacile, FO
37	Santin, Santo	37	151.250	1894	Polcenigo, Sacile, FO
38	Mezzarobba, Giovanni	36	151.250	1894	Polcenigo, Mezzomonte, FO
39	Santin, Arcangelo	38	151.250	1894	Polcenigo, Sacile, FO
40	Fantin, Giuseppe	39	151.250	1895	Polcenigo, Sacile, FO
41	Fantin, Pietro	40	151.250	1895	Polcenigo, Sacile, FO
42	Valar, Giacomo	41	151.250	1895	Miane, TV, Spilimbergo, FO
43	Ghezzi, Giovanni e Turri, Luigi	42	151.250	1895	MN e TN
44	Zatta, Luigi	43	151.250	1894	Feltre, BL
45	Bernardon, Antonio	45	151.250	1894	Cavasso Nuovo, Maniago, FO
46	Zatta, Giacomo	44	151.250	1894	Feltre, BL
47	Graffitti, Giovanni	—	151.250	1894	Não consta

48	Domenico, Francisco	47	151.250	1894	Não consta
49	Graffitti, Domenico	48	151.250	1894	Não consta
50	Brun, Catharina	49	151.250	1894	Poffabro, FO
51	Toffoli, Giuseppe	50	151.250	1894	Cavasso Nuovo, Maniago, FO
52	Roman Ross, Filippo Vva. e fs.	51	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO
53	Roman Ross, Luigi	52	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO
54	Roman Ross, Valentino	53	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO
55	Roman Ross, Antonio	54	151.250	1894	Poffabro, Maniago, FO

Fonte: adaptado de Razador (2019, p. 40-42).

Legenda: BL - Belluno; FO - Friuli Ocidental; MN - Mântua; TN - Toscana; TV - Treviso; fs. - filhos; Vva. - viúva.

No quadro, um dos principais aspectos a observar é o ponto de partida dos imigrantes, cuja origem é, sobretudo, comunidades vizinhas do FO, instaladas na década de 1880 na Linha Argemiro, pertencente ao atual município de Monte Belo do Sul. Destacam-se as famílias que fazem divisa dos lotes e ainda os anos de quitação de pagamento das terras (1894 ou 1895), entre dez e treze anos após a instalação dos núcleos. Na Linha Argemiro, que ainda conserva o mesmo nome, em Monte Belo do Sul, dos 51 proprietários de lotes¹¹³ da localidade até o início de 1900, 40 são provenientes do FO. Conforme explicou-se no segundo capítulo, Poffabro pertenceu a Maniago até 1810, e Maniago, a Frisanco. Quanto à *comune* de Sacile, também arrolada no quadro, era uma *frazione* de Polcenigo.

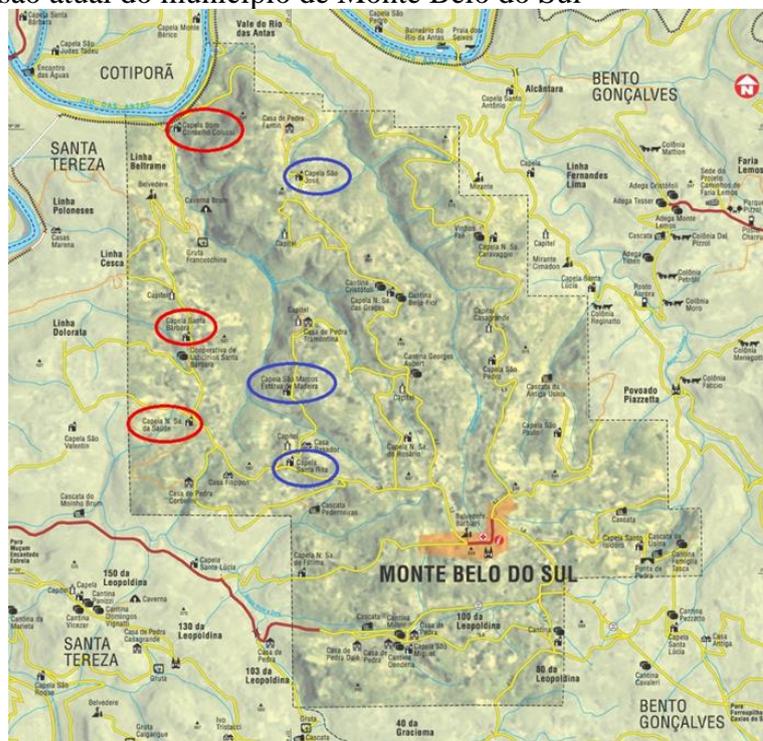
A maioria dos terrenos media 151.250 m², e os menores lotes mediam 75.625 m². Comparando à parte montanhosa da Itália de onde os sujeitos são originários, os tamanhos dos lotes adquiridos no Brasil têm extensão significativa. E, apesar do intervalo de tempo para quitação da dívida relacionada à terra, não foi encontrado nos livros de impostos de Bento Gonçalves registro de desapropriação da terra entre os imigrantes e descendentes do grupo. Em função de esses sujeitos se dirigirem em número significativo para a mesma colônia, não foi possível a todos comprar lotes na mesma linha, mas isso não significou o estabelecimento de uma distância entre os imigrantes, uma vez que o restante do grupo adquiriu terras na localidade ao lado, a Linha Santa Bárbara.

Com o crescimento das famílias, ainda em Monte Belo do Sul, alguns passaram a ocupar lotes também nas linhas Alcântara e Fernandes Lima, entretanto, neste estudo, os focos são as linhas Argemiro e Santa Bárbara, pois são as localidades que apresentaram maior número de friulanos e posteriormente de descendentes instalados. Para ilustrar a distância entre as linhas,

¹¹³ Giovanni Mezzarobba, Antonio Tramontina e Luigi Santin são proprietários de mais de um lote.

a Figura 25 destaca as capelas de cada localidade (em azul, da Linha Argemiro; em vermelho, da Linha Santa Bárbara).

Figura 25 – Divisão atual do município de Monte Belo do Sul



Fonte: adaptado de Tuaserra¹¹⁴.

No mapa, verifica-se a proximidade das duas localidades principais de fixação de friulanos no município de Monte Belo do Sul. Sobre a Linha Argemiro, Razador (2019, p. 39) observa que:

[...] é composta de 54 colônias no sentido Leste-Oeste, com uma área de 151.250 m². Foi colonizada quase que 100% por imigrantes provindos da Região do Friuli. A Linha Argemiro é constituída das comunidades São Marcos, São José e mais recentemente da comunidade Santa Rita.

Em função da proximidade de ambas as linhas, os núcleos familiares puderam seguir unidos. Nesse sentido, Giovanni Levi (2015a, p. 23) explica que:

A própria emigração, pelo menos nas primeiras fases, é possível somente em um quadro de estratégias parentais complexas e de organização da riqueza dos camponeses proprietários. O lugar comum da emigração como fruto de uma caótica fuga de miseráveis e como consequência do processo de proletarização é, com certeza, errado: emigram aqueles que podem emigrar e porque têm uma sólida rede parental e

¹¹⁴ Disponível em: http://www.serragaucha.com/upload/page_file/montebel.jpg. Acesso em: 21 nov. 2019.

recursos materiais, que fazem da emigração um investimento dentro de uma estratégia de gestão dos recursos, forte e complexa, emigram os proprietários mais do que os proletários, mesmo que, obviamente, o fenômeno comece como resposta à crise dos preços dos produtos agrícolas, a partir dos anos 80 dos Oitocentos.

Nessa perspectiva, os imigrantes friulanos analisados eram parte de uma emigração específica, que envolvia o mesmo local de partida e condições financeiras para o pagamento de passagens e a compra de lotes. Percebem-se também a continuação e a ampliação da rede parental iniciada na Itália. Sobre Monte Belo do Sul, em entrevista com o historiador Leonir Razador, perguntou-se a sua opinião pessoal referente ao motivo pelo qual foi permitido a certos grupos se instalar em linhas específicas. Conforme Razador:

Ah, é uma boa pergunta, porque os relatórios e a literatura italiana dizem claramente que não houve o cuidado de agrupar as várias etnias [da Itália], que a ideia era misturá-las com o objetivo para que talvez não se organizassem em um território que não era o italiano. Mas aqui em Monte Belo há uma pequena exceção, porque a Linha Argemiro é essencialmente friulana, de ponta a ponta, [...] nós temos os Fantin-Carota, os Roman Ros, os Vallar, que eram todos friulanos. Então a Linha Argemiro era toda friulana, tinha o Razador lá no meio, mas ele casou-se com uma friulana [família Di Domenico]. Agora na Linha Armênio predomina significativamente o mantovano [...]. A Linha Leopoldina, ela é praticamente toda cremonesa [...]. No restante das linhas daí houve uma miscigenação [...]. Na própria Linha Santa Bárbara, predominam também os friulanos, porque pega a costa do Rio das Antas, e ali é região dos Colussi, Dagneluzzo, os Franceschina etc., são todos friulanos, então, lá na ponta da linha, na beira do Rio das Antas, e onde termina a segunda seção da Linha Santa Bárbara, que faz parte do território de Monte Belo e corre paralela à Linha Argemiro.

As observações de Razador, associadas à investigação realizada em documentos de arquivos italianos, deixam claras duas situações cruciais. Em primeiro lugar, mais do que se instalar nas mesmas linhas, predominantemente friulanas, esses imigrantes buscaram se centrar em vilarejos de acordo a procedência da *comune* na Itália. Por exemplo, os de Frisanco buscaram ficar próximos aos vizinhos *frisanchini*; aqueles da *frazione* de Poffabro, mais próximos de outros da localidade; os de Mezzomonte seguiram a mesma organização; e assim por diante. Além de utilizar como identificação para cada ramo o sobrenome, empregavam um segundo sobrenome oficial e, em algumas situações, um segundo nome oficial e um segundo nome-apelido. A intenção era evidenciar o núcleo familiar mais próximo ao qual se pertence, diretamente conectado à filiação. Por exemplo, entre os Santin, havia os Sacon e os Tonon, os Fantin eram chamados de Fantin-Carota. Havia ainda os Tramontina-Kianiber, os Di Domenico-Della Gatta, os Di Domenico-Di Drea etc. Em segundo lugar, outros núcleos de italianos, provindos de Mântua e Cremona, também buscaram se agrupar em linhas específicas.

Portanto, neste estudo de caso, é evidente a organização étnico-regionalista dos friulanos, majoritariamente fixados em locais específicos. Referente às diferenças no universo migratório, Charles Tilly (1978 *apud* TRUZZI, 2008) definiu tipologias migratórias associadas a duas variáveis: a distância entre origem e destino e o grau de ruptura (com a origem) de quem emigrou.

Essas duas variáveis indicam a fronteira, ainda que sempre arbitrária, entre um simples deslocamento ou mobilidade e uma experiência migratória. Assim, tanto deslocamentos de curta distância, mesmo que definitivos, como uma viagem turística ao Japão, mesmo que do outro lado do planeta, escapam ao que normalmente compreendemos por fenômeno migratório (TILLY, 1978 *apud* TRUZZI, 2008, p. 199-200).

De acordo com Tilly (1978 *apud* TRUZZI, 2008), as migrações abrangem categorias, que podem ser classificadas em pelo menos quatro grupos. As *migrações locais* correspondem aos deslocamentos dos indivíduos a um mercado (podendo ser de terra ou matrimonial) que normalmente já é familiar. As *migrações circulares* são os deslocamentos por tempo determinado, retornando-se ao ponto de origem após esse período. As *migrações de carreira* referem-se à mobilidade devido a oportunidades oferecidas por uma organização de pertencimento ou associadas à profissão já desempenhada. E as *migrações em cadeia* são os deslocamentos que ocorrem em função de uma série de informações fornecidas por parentes e/ou conhecidos já emigrados.

As famílias em análise se encontram em três dessas categorias: 1) locais, pois existia o mercado tanto de terras quanto de trabalho e matrimonial; 2) de carreira, pois existia uma estrutura familiar que oportunizou trocas de saberes profissionais; e 3) em cadeia, pois existia a troca constante de informações com o ponto de saída. Também houve a migração circular, mas, contraditoriamente, não ocorreu o retorno dos sujeitos para a Itália; eles, em contrapartida, seguindo a mesma ordem estrutural, dirigiram-se para outros pontos da América Latina, sempre mantendo os elos iniciados no Friuli.

Ainda é possível diferenciar redes migratórias e migrações em cadeia. “Migrações em cadeia surgem assim como o modo natural de desenvolvimento de um fluxo migratório para aqueles que não são os pioneiros, os desbravadores de um novo destino” (TRUZZI, 2008, p. 201). O termo foi criado por pesquisadores australianos, que o definiam como “o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente

por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores” (MACDONALD, J.; MACDONALD, L., 1964, p. 82 *apud* TRUZZI, 2008, p. 202).

Já o conceito redes migratórias, Massey (1988 *apud* TRUZZI, 2008) define-o como sendo laços interpessoais que ligam as pessoas – migrantes ou não – nas áreas de origem e de destino por meio de vínculos que vão desde parentela até conterraneidade. Kelly (1995 *apud* TRUZZI, 2008) considera essas redes como agrupamentos de indivíduos ligados entre si por contratos e laços em diversas esferas, indo do cultural e do ocupacional (profissão) ao familiar e afetivo, que também podem reger comportamentos e alocar recursos. Truzzi (2008, p. 203, grifos do autor) resume ambos os termos:

De qualquer modo, os termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procuram sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informar-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto *informações* no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como *recursos*, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou restando projetos, expectativas e investimentos futuros.

Nesse sentido, tanto nas cadeias migratórias (formadas por aqueles sujeitos que não foram os pioneiros) quanto nas redes migratórias, mantêm-se a comunicação e os laços entre os pontos de partida e de chegada. Dos dois conceitos descritos, privilegiaram-se as redes migratórias neste estudo: por se tratar de grandes expansões, considerou-se que o termo se adequaria mais à profundidade das relações.

Vendrame, no artigo “Com tinta do meu sangue: redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano” (2017a), analisa as cartas do imigrante Paulo Rossato, provindo de Valdagno, província de Vicenza, e instalado na colônia Caxias, aos parentes na Itália. Nas correspondências, o imigrante relata as condições de vida no Brasil, instruindo e chamando parentes e amigos para a nova emigração. No estudo, chama a atenção, entre tantas possibilidades de análise, o fato de que Rossato organiza a emigração de parentela por meio da compra de terras particulares, onde os lotes poderiam ser escolhidos, mantendo, assim, os laços de afinidades. Dessa forma, os conterrâneos e parentes poderiam instalar-se em lotes próximos, dando origem a cadeias migratórias. Além disso, a parte da família de Rossato que emigrasse poderia se beneficiar de lucros provindos da própria dinâmica de uma propaganda emigrantista particular.

Enquanto recurso autônomo acionado pelos próprios imigrantes, percebe-se que as cartas viabilizaram a constituição de cadeias migratórias. [...] algumas orientações eram destinadas apenas aos membros da família. No caso do imigrante Rossato, isso ocorria nas cartas em que orientava o irmão a se colocar como agente da emigração, sugerindo que o mesmo formasse um grupo de famílias para emigrar e estabelecesse comunicação com as empresas de navegação no porto de Gênova, a fim de organizar a transferência. Ao atuar como agenciador, o irmão poderia obter algum lucro financeiro e também conseguir, junto à agência de navegação, passagem gratuita para os membros da própria família (VENDRAME, 2017a, p. 75).

O caso se aproxima deste estudo, em que as famílias analisadas se estruturaram em vizinhança, com o diferencial de que as terras adquiridas eram do Estado. Essas evidências alimentam a possibilidade de que existia uma figura com determinado poder, tanto na comunidade de partida quanto no Brasil, para o estabelecimento do tipo de organização verificado. Agostino Brun¹¹⁵ foi um dos sujeitos que mais manteve essa articulação por intermédio de cartas com Poffabro, conforme citado no capítulo anterior.

No caso de Agostino Brun, foi um dos primeiros professores da colônia Dona Isabel. Em 1879, instalou-se com a família – duas filhas do primeiro casamento e a segunda esposa Marina Roman – na Vila Jansen (atual município de Farroupilha), em seguida o núcleo migrou para a Linha Santa Bárbara (Monte Belo do Sul), onde passou a ministrar aulas para os demais imigrantes, uma vez que na Itália já desempenhava tal ofício. No início da década de 1880, prestou concurso em Porto Alegre, tornando-se, assim, oficialmente professor da comunidade. Em homenagem a ele, no Bairro Imigrante do município de Bento Gonçalves, foi batizada uma escola de Agostino Brun (DE PARIS, 1999). Dessa forma, verifica-se que Agostino Brun Danelon (como era conhecido na Itália) já se apresentava, por ser professor, como uma figura de certa influência no local de origem. Tal influência, verificada na carta (Anexo B), seguiu no Rio Grande do Sul. Vale salientar que ser professor, naquela época, oportunizava certo destaque nas colônias. Além disso, apesar de inicialmente estar instalado na Vila Jansen, ele voltou a unir-se ao grupo de conterrâneos em Monte Belo do Sul.

Sobre a família Brun, a fonte oral consultada¹¹⁶ destacou: “Bernardo Brun deveria ter vínculos políticos na Itália, pois minha tia Ires Brun Tramontina [neta de Bernardo] sempre falava: ‘Ele tinha poder na Itália, ele era governativo, governativo!’”. Os familiares não souberam certificar o grau de parentesco entre Agostino e Bernardo, se eram primos ou irmãos,

¹¹⁵ Não foram encontradas cartas de Agostino Brun no estado do Rio Grande do Sul, mas havia a intenção de pesquisar acerca de tais correspondências na Itália. Infelizmente pelas razões já comentadas, não foi possível seguir com a análise.

¹¹⁶ Sandra Tesser Reder é jornalista e descendente das famílias friulanas Brun e Troian. A entrevista realizou-se em diferentes momentos e de forma *on-line*.

mas a instalação dos dois na mesma colônia e os negócios com o comércio de diversos membros desse grupo familiar, inclusive por meio de associações com colonizadoras ligadas à compra de novos lotes no Oeste de Santa Catarina, levam a crer que, de fato, existia um grau de parentesco próximo entre os sujeitos.

Neste trabalho, entretanto, analisam-se as linhas de comunicação com demais imigrantes friulanos, que, até onde se sabe, não tinham poder político vinculado à Itália. Essa comunicação é importante para compreender como funcionavam, entre eles, os elos de cadeias e redes migratórias. Retomando a concentração da vizinhança *frisanchina* na colônia Dona Isabel, volta-se para a outra linha friulana de Monte Belo do Sul. A Linha Santa Bárbara, onde a outra leva de imigrantes, incluindo a família Brun, se estabilizou, dispunha dos seguintes lotes, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Colonizadores da Linha Santa Bárbara (Monte Belo do Sul)

Nº	Nome do proprietário	Lote	Área (m ²)	Ano de pagamento	Local de procedência da Itália
01	Moras, Antonio	01	242.000	1895	Não consta, provavelmente brasileiro
02	Roman Zatta, Valentino	02	242.000	1895	Poffabro, Maniago, FO
03	Roman Zatta, Mattia	03	242.000	1895	Poffabro, Maniago, FO
04	Roman Zatta, Pietro	04	242.000	1895	Poffabro, Maniago, FO
05	Colussi, Oliva Felice	05	242.000	1894	Poffabro, Maniago, FO
06	Brun, Giuseppe	06	242.000	1895	Poffabro, Maniago, FO
07	Pinarella, Domenico e fs. Zanesco, Pietri	07	242.000	1894	Não consta
08	Mezzarobba, Giovanni Secondo	08	242.000	1895	Mezzomonte, Polcenigo, FO
09	Roman, Antonio	10	242.000	1895	Poffabro, Maniago, FO
10	Mezzarobba, Giovanni Secondo	11	242.000	1895	Mezzomonte, Polcenigo, FO
11	Roman, Davide, Vva. e fs.	12	242.000	1895	Poffabro, Maniago, FO
12	Carlón, Francesco	13	242.000	1894	Não consta
13	Rosa, Ricardo	14	242.000	1895	Casasola, Maniago, FO
14	Santin, Giovanni	15	121.000	1895	Polcenigo, Sacile, FO
15	Bergamini, Antonio	15	121.000	1895	Piemonte
16	De Cecco, Davide	16	242.000	1895	Frisanco, FO
17	Santin, Carlo	17	242.000	1894	Polcenigo, FO
18	Bernardon, Luigi	18	242.000	1895	Frisanco, Maniago, FO
19	Filippon, Osvaldo	19	242.000	1894	Frisanco, Maniago, FO
20	Filippon, Davide	20	242.000	1895	Frisanco, Maniago, FO
21	Andreuzzi, Giuseppe	21	242.000	1895	Navarons, FO
22	Andreuzzi, Osvaldo	22	242.000	1895	Navarons, FO
23	Curbari, Luigi	23	242.000	1894	Cremona, LO

24	Curbari, Pietro	24	242.000	1894	Cremona, LO
25	Cesca, Giuseppe	25	242.000	1894	Vittorio, TV
26	De Barba, Santo	26	242.000	1895	Trichiana, BL
27	Cesca, Giovanni	27	242.000	1894	Vittorio, TV
28	Trojan, Francesco	28	242.000	1894	Pedavena, BL
29	Magnan, Domenico	29	242.000	1894	Frisanco, Maniago, FO
30	Luigia, Angelo	30	242.000	1895	Não consta
31	Toffoli, Pietro	31	242.000	1895	Frisanco, Maniago, FO
32	Toffoli, Luigi	32	242.000	1895	Frisanco, Maniago, FO
33	Cesca, Pietro	33	242.000	1895	Valmareno, TV
34	Boninsegna, Dionisio	34	242.000	1895	Gabbioneta, CR
35	De Barba, Giovanni	35	242.000	1896	Trichiana, BL
36	Oselame, Giacomo	36	242.000	1894	Valmareno, TV
37	Dall'Asta, Davide e Cesca, Antonio Giuseppe	37	121.000	1896	Guastalla, RE Valmareno, TV
38	De Barba, Giovanni	37	121.000	1896	Trichiana, BL
39	Oselame, Domenico	38	242.000	1894	Valmareno, TV
40	Dall'Asta, Dario	39	242.000	1895	Guastalla, RE
41	Bernardon, Pietro	40	242.000	1895	Frisanco, Maniago, FO
42	Cesca, Antonio	41	242.000	1896	Valmareno, TV
43	Franceschina, Michele	42	242.000	1896	Frisanco, Maniago, FO
44	Cesca, Luigi	43	242.000	1895	Vittorio, TV
45	Santin, Ferdinando	44	242.000	1895	Mezzomonte, Polcenigo, FO
46	Beninca, Agostino	45	242.000	1895	Belluno
47	Lorenzetti, Giovanni	46	242.000	1895	Belluno
48	Dagneluzzo, Battista	47	242.000	1895	Udine
49	Meneghetti, Girolamo	48	242.000	1895	Correggioli, MN
50	Luigia, Cattarina	49	242.000	1895	Ostiglia, MN
51	Beltrami, Antonio	51	242.000	1894	Frisanco, FO
52	Meneghetti, Antonio	50	242.000	1895	Ostiglia, MN
53	Bergamaschi, Pasquali	52	242.000	1895	Quingentole, MN
54	Meneghetti, Giuseppe	53	242.000	1896	Ostiglia, MN
55	Daré, Antonio	54	242.000	1895	Treviso
56	Pasquale, Angelo	55	242.000	1894	Treviso
57	Roman Ross, Angelo	56	242.000	1896	Poffabro, Maniago, FO
58	Colussi, Agostino	57	242.000	1894	Poffabro, Maniago, FO
59	Colussi, Francesco	58	242.000	1896	Poffabro, Maniago, FO
60	Colussi, Luigi	59	242.000	1896	Poffabro, Maniago, FO
61	Colussi, Santo	60	242.000	1901	Poffabro, Maniago, FO
62	Colussi, Luigi	61	242.000	1895	Poffabro, Maniago, FO
63	Franceschina, Angelo	62	242.000	1894	Frisanco, Maniago, FO
64	Colussi, Luigi	61	9.000	1896	Poffabro, Maniago, FO

65	Franceschina, Angelo	62	24.572	1896	Frisanco, Maniago, FO
66	Brun, Giuseppe	—	130.000	1900	Frisanco, Maniago, FO

Fonte: adaptado de Razador (2019, p. 48-50).

Legenda: BL - Belluno; CR - Cremona; FO - Friuli Ocidental; LO - Lombardia; MN - Mântua; RE - Emília-Romanha; TV - Treviso; fs. - filhos; Vva. - viúva.

Do total de 60 famílias instaladas na Linha Santa Bárbara, 31 provinham da região do Friuli e davam continuidade, também no Brasil, às relações estabelecidas na Itália, considerando a divisão de lotes. Por meio dos quadros, é possível perceber que a origem dos imigrantes que estavam formando as linhas era majoritariamente da mesma parte do Friuli (província de Udine na época).

Assim sendo, os laços construídos na Itália eram perpetuados no Rio Grande do Sul e, posteriormente, em novas migrações. Dessa forma, “analisar os processos migratórios por meio das redes não deixa de considerar os imigrantes como agentes econômicos” (TRUZZI, 2008, p. 208), uma vez que eles, conforme visto, poderiam desempenhar papéis diretamente conectados ao chamamento de conterrâneos para o Sul do Brasil, podendo estar igualmente envolvidos com o comércio de terras e com as próprias agências e companhias de navegação destinadas à emigração para o Brasil.

3.2 Monte Belo do Sul: entre passado e presente

No contexto geral de emigração para o Rio Grande do Sul, os friulanos representam uma minoria em relação aos demais italianos, conforme levantamento de Frosi e Mioranza (2009).

Tabela 2 – Índices imigratórios no Rio Grande do Sul por região italiana de proveniência

Imigrantes	Porcentagem
Vênetos	54%
Lombardos	33%
Trentinos	7%
Friulanos	4,5%
Outros	1,5%

Fonte: Frosi e Mioranza (2009, p. 47).

Obviamente, é preciso ter cuidado ao definir grupos migratórios em números; os dados da Tabela 2 ajudam a ilustrar as proporções no que tange à imigração regionalista. Nesse contexto, depois dos trentinos, os friulanos emigraram em menor número para o estado, mas em proporção significativa para não serem arrolados na faixa “Outros”. Mesmo compondo uma

emigração menor – mas não menos importante –, adquirem terras nas mesmas linhas, o que é evidência para comprovar uma emigração estratégica para o Rio Grande do Sul.

Considerando os fatores socioeconômicos discutidos e o local de instalação no Brasil, os sujeitos desta análise possuíam determinada condição para promover uma reorganização mantendo certas esferas do âmbito regional de procedência, como aquelas linguísticas e culturais. Alessandro Biancuzzi, que participou da Associação Agrária Friulana e realizou estudos sobre o tema, observa que:

[...] as famílias agrícolas que emigraram se encontravam em boa posição econômica e possuíam propriedades estáveis, tanto é verdade que a venda destas foi feita devido à depreciação geral dos fundos na província. Todos os emigrantes receberam naturalmente os meios para fazer a jornada; e, embora as taxas tenham sido reduzidas para favorecer a emigração, no entanto, para uma família, mesmo não sendo muito numerosa, foi preciso uma soma relevante para fazer a viagem (BIANCUZZI, 1878, p. 155 *apud* GROSSUTTI, 2018, p. 42, tradução nossa).

Além da soma em dinheiro necessária para emigrar, era preciso recursos financeiros para comprar a terra. Conforme os dados anteriores, pensando que as famílias colonizaram o ponto averiguado de 1880 em diante, aproximadamente dez anos após a aquisição dos lotes ocorreu o pagamento total das propriedades. É pertinente salientar que esse período era o tempo delimitado para pagamento da dívida colonial, de acordo com a normativa da imigração. Os emigrantes que chegaram ao Brasil após 1854 tiveram de pagar pelas terras adquiridas, ainda que, no ano de 1867, tivesse sido criado um novo regulamento que estimulava a emigração mediante algumas vantagens, entre elas: o pagamento da terra, que poderia ser feito em até dez anos; a gratuidade da viagem do Rio de Janeiro até o lote colonial; auxílio para os recém-chegados; e assistências médica e religiosa por doze anos. Em função do grande número de imigrantes que se direcionava para a Região Sul do Brasil, o acordo foi suspenso, e mantiveram-se apenas o crédito para aquisição de terras e quinze dias de trabalho para a abertura de estradas (HERÉDIA, 2001).

Apesar de se haver encontrado registros de ajuda de instituições de auxílio aos imigrantes, entre o grupo analisado não há nenhum registro de desapropriação, ao contrário, verificam-se estratégias de auxílio entre os conterrâneos e o surgimento de investimentos em áreas ligadas aos ofícios artesanais. De acordo com Grossutti:

O forte movimento de emigração “sazonal” em direção à Europa Central e Oriental é atacado por uma emigração (tendencialmente) definitiva que normalmente aspira à propriedade da terra e que, comparada à primeira, aparece no Friuli muito mais limitada em quantidade. É o caso, por exemplo, [...] dos moradores de Poffabro e

Frisanco, Navarons, Cavasso Nuovo, Sarone e Caneva, Mezzomonte e Polcenigo, que chegaram nos mesmos anos na colônia Dona Isabel, no Rio Grande do Sul, no Brasil. Inicialmente, porém, não foram *contadini giornalieri*, *mezzadri* ou *sottani* expulsos do processo de modernização da produção agrícola, os primeiros a partir para as nações latino-americanas, Brasil e Argentina em particular (GROSSUTTI, 2018, p. 40, tradução nossa).

Em relação aos obstáculos financeiros para emigrar, em razão da grave crise econômica pela qual passava a Europa, o autor tece as seguintes considerações:

Mesmo antes de os governos destes dois países – Argentina e Brasil – fazerem uso massivo do sistema de recrutamento e engajamento com transporte gratuito, o financiamento da viagem constituía um obstáculo difícil de superar, que somente os pequenos proprietários, uma vez que alienaram uma parte ou o todo de seus próprios fundos, ou consumiram suas economias, poderiam resolver. A considerável redução no preço da passagem para atravessar o Atlântico para viajantes de terceira classe, resultado da modernização do transporte marítimo que começou a tomar forma com o advento do vapor em meados do século XIX, é de fato um dos requisitos mais importantes do mercado para as passagens maciças para o exterior (GROSSUTTI, 2018, p. 40, tradução nossa).

Na linha dos estudos elencados, os sujeitos em análise também tinham determinada renda capital para investir nas passagens para o Brasil. Além da pequena propriedade de terra na Itália, essa renda muito provavelmente provinha das migrações sazonais, que oportunizavam economia extra vinculada com a agrícola: enquanto os homens partiam em busca de trabalho no restante da Europa, como dito, as mulheres atuavam nos trabalhos vinculados à esfera agrícola do lar. Esse fundo econômico era formado, de acordo com as hipóteses levantadas por Grossutti (2018) e possíveis para este estudo de caso, por: pequenas economias favorecidas pelas migrações sazonais em trabalhos na Europa, associadas com a alienação do capital familiar e favorecidas pela redução dos valores nas passagens para a América Latina, proporcionada pela modernização do transporte marítimo.

Embora a pesquisa nos livros de impostos de renda de Bento Gonçalves não tenha apontado para a desapropriação de terras, os imigrantes analisados usaram o tempo limite para a quitação dos lotes, e os descendentes das famílias consultados esclareceram que também era comum o trabalho dos imigrantes na abertura de estradas. Dessa forma, apesar de estarem economicamente elencados como ocupando uma posição de proprietários de terra no Rio Grande do Sul, não se enquadram com elevada condição financeira.

Em paralelo com o passado, na atualidade, por exemplo, na Linha Argemiro, ainda se mantêm conservadas as primeiras casas dos imigrantes friulanos. Hoje em dia servem principalmente como sede de vinícolas e restaurantes designados para a recepção de turistas.

Figura 26 – Casa Fantin (Monte Belo do Sul, 2019)



Fonte: prospecto da vinícola Casa Angelo Fantin¹¹⁷.

A casa da família Fantin (Figura 26) foi construída em 1878. Atualmente abriga comércio, vinícola e restaurante e funciona como ponto turístico. Os descendentes dos imigrantes proprietários mantêm-se donos do estabelecimento.

Praticamente interligada a Bento Gonçalves, essa região tornou-se rota de vinícolas e comércio receptivo ao turismo. Nesse sentido, muitos dos descendentes das famílias analisadas permanecem na localidade, trabalhando, além do artesanato, com o cultivo de videiras e a comercialização de produtos elaborados nas pequenas empresas familiares. Além da vinícola administrada pela família de descendentes friulanos Fantin, outras famílias com origens italianas dedicam-se à atividade: Tasca, Faccin, Faé, Barbieri, Calza, Vicari, Milani, Moro, Reginato, Somacal, Lazzarotto.

Figura 27 – Casa Filippon (Monte Belo do Sul, outubro de 2019)



Fonte: autora.

¹¹⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/casafantin/about/?ref=page_internal. Acesso em: 05 jan. 2019.

Na Figura 27, observa-se a propriedade da família de descendentes friulanos Filippon; no passado, o imóvel pertenceu à família de Agostino Brun, conforme explanado, também provinda do Friuli. A construção data de 1885, conforme a Figura 28.

Figura 28 – Descrição da casa Filippon (Monte Belo do Sul, outubro de 2019)



Fonte: autora.

Figura 29 – Viticultura (Monte Belo do Sul, abril de 2019)



Fonte: autora.

Em função do perfil da região, há muito incentivo para investir na viticultura (Figura 29), tendo, como consequência, economias agregadas, que envolvem desde geleias produzidas a partir da fruta e o turismo enogastrônomico até a produção de produtos cosméticos com base no reaproveitamento dos resíduos que não são completamente aproveitados no processo de fabricação de bebidas, como vinhos e espumantes. Na rota turística, também encontra-se o trabalho dos artesãos, citando apenas como exemplos: a cutelaria de Adelar Filippon, família

provinda de Maniago – que pertencia a Frisanco –, no Friuli, e a tanoaria (fabricação de barris) da família Mesacaza, provavelmente proveniente de La Valle Agordina, província de Belluno, no Vêneto (ou seja, mais um núcleo identificado com procedência dos pontos montanhosos em destaque no trabalho).

A casa Il Divino (Figura 30), que atualmente funciona como restaurante e cafeteria, foi construída em 1938 pela família Salton. Atualmente é propriedade da família Zaffari e localiza-se em frente à igreja. Diante do local, há uma fonte que remete ao investimento em vitivinicultura do município.

Figura 30 – Il Divino (Monte Belo do Sul, abril de 2019)



Fonte: autora.

A breve explanação sobre a instalação dos imigrantes friulanos em Monte Belo do Sul, majoritariamente nas linhas Argemiro e Santa Bárbara, levando em conta a ocupação dos lotes, o tempo administrado para o pagamento dos terrenos e as possibilidades que oportunizaram tais aquisições, teve a intenção de demonstrar como ocorreu a organização do grupo em espaços específicos. Evidenciou-se que, devido à manutenção dos vínculos com o ponto de partida, informações sobre a nova vida no Rio Grande do Sul eram enviadas para Poffabro, no FO, por Agostino Brun Danelon. Ao mesmo tempo que se mantinha determinada conexão com aqueles que permaneceram no Friuli, as informações repassadas direcionavam para aspectos positivos da emigração para o Sul do Brasil.

Por meio das construções do passado, apresentadas pelas ilustrações, observou-se que alguns locais foram restaurados e são utilizados atualmente em um contexto conectado ao

turismo, principalmente enogastronômico e artesanato, dirigido ao rememorar da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Esse programa turístico atrai visitantes de várias partes do Brasil e do exterior, principalmente em razão dos *gemellaggios*¹¹⁸ firmados com a Itália, através dos municípios, por exemplo: Monte Belo do Sul e Schiavon, província de Vicenza, na região do Vêneto; e Santa Tereza (município vizinho a Monte Belo do Sul¹¹⁹) e San Biagio di Callalta, província de Treviso, também no Vêneto.

Depois de destacar alguns pontos sobre Monte Belo do Sul em um paralelo com o presente e constatar que foi palco de recepção das famílias em análise, esta parte do trabalho respondeu a inquietação acerca da forma organizativa dos friulanos no povoamento da primeira colônia – Dona Isabel. Após abordar os lotes ocupados pelo grande grupo, direciona-se a análise para os núcleos centrais da pesquisa. Visando a compreender as dinâmicas familiares específicas, inicia-se a abordagem dos patriarcas das famílias Mezzarobba, Santin, Tramontina, Mariuzza, Filippi, Filippon e Di Domenico e da continuação, em Monte Belo do Sul, das redes de relação iniciadas na Itália.

3.3 Rede matrimonial da família de Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba

Depois de demonstrar a aquisição de lotes vizinhos nas linhas compostas por friulanos e de verificar que havia influência, ou no mínimo determinada conexão, entre os friulanos, mesmo aqueles que permaneceram na Itália, por exemplo, com o conterrâneo Agostino Brun emigrado para o Rio Grande do Sul, torna-se evidente a existência de um chamado para a emigração em grupo. Assim, retoma-se a chegada das famílias centrais da análise, tendo como base a família Santin, provinda da *comune*¹²⁰ de Polcenigo, principalmente da *frazione*¹²¹ de Mezzomonte. Os patriarcas instalados na parte da serra sul-rio-grandense averiguada foram:

¹¹⁸ *Gemellaggio*, que em português significa “cidades-irmãs”, é um acordo estabelecido entre municípios ou países de um mesmo Estado ou de nações diferentes, por vezes, distantes uns dos outros, mas que possuem, em suas histórias ou origens, pontos em comum. Esse acordo, em teoria, facilita o acesso a informações, a troca de experiências, a elaboração de projetos e a cooperação política, econômica e cultural. Historicamente o *gemellaggio* entre os municípios nasceu após a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <http://www.veranopolis.rs.gov.br/cidade/17/gemellaggio>. Acesso em: 12 dez. 2019.

¹¹⁹ A distância entre Monte Belo do Sul e Santa Tereza é, em linha reta, de 9,9 km e, seguindo o percurso rodoviário, de 15 km. Em ambas as localidades encontram-se famílias de origem friulana.

¹²⁰ Retomando: *comune*, *comuni* no plural, é uma divisão administrativa que, para fins de comparação com o Brasil, é análoga ao município.

¹²¹ *Frazione*, *frazioni* no plural, significa uma fração, um pequeno espaço que é interligado a uma *comune*, um município.

Quadro 3 – Patriarcas da família Santin instalados na Linha Argemiro (1880)¹²²

• Osvaldo Santin e Giovanna Battistutta Mezzarobba
• Domenico Santin e Angela Mezzarobba
• Nicolo Santin e Giacoma Mezzarobba
• Giovanni Santin e Josefa Mezzarobba
• Osvaldo Santin e Joana Mezzarobba
• Domenico Santin e Lucia Fedrigo
• Antonio Santin e Margherita Camilotti
• Domenico Santin e Angela Gislou
• Santo Santin e Pierina Tofoli ¹²³

Fonte: frei Leonel Santin¹²⁴.

Os patriarcas da família Santin arrolados no Quadro 3 são irmãos ou primos¹²⁵, o mesmo se verifica entre as mulheres da família Mezzarobba¹²⁶. Dos nove casais apresentados, cinco vieram casados do Friuli entre as mesmas famílias, ambas provindas das áreas montanhosas friulanas. Nesse sentido, Baccichet (1996, p. 18, tradução nossa) explica que Mezzomonte se expandiu “para pequenas aldeias caracterizadas por núcleos de famílias com o mesmo patronímico”.

Um dado demográfico parece-me importante para definir intuitivamente a estrutura social e econômica de Mezzomonte no final do século XVIII como “*fechada*”: o caráter da nupcialidade. Entre os 60 agregados domésticos pesquisados em 1812, foram localizadas 71 esposas pelo pároco. De dez, a proveniência não foi registrada, mas do restante apenas 18 não eram de Mezzomonte. Dentre essas “*forasteiras*”, sete eram de Coltura e Polcenigo e apenas onze vinham de aldeias vizinhas. Quarenta e três esposas-mães eram da mesma aldeia que o esposo. Mezzomonte foi, portanto, uma aldeia marcada por uma evidente endogamia que ajudou a realçar o caráter fechado daquele corpo social (BACCICHET, 1998, p. 17, grifos do autor, tradução nossa).

Conforme destaca Baccichet (1996; 1998), é notório que os matrimônios aconteciam de forma endogâmica, e esse fato não é novidade para a historiografia italiana. Esse costume é justificado ora como uma defesa, e até uma junção de capital, ora pela questão geográfica, dentro de um contexto de suposto isolamento. Entretanto, até o momento, o que era

¹²² Os dados arrolados foram confirmados com as informações da paróquia de Polcenigo e do endereço eletrônico Friuli in prin.

¹²³ Houve dúvida sobre a origem friulana deste sobrenome. No endereço eletrônico Friuli in prin, confirmou-se que Pierina Tofoli é descendente da única família registrada como Tofoli naquele território.

¹²⁴ Disponível em: <http://dongiuseppesantin.blogspot.com/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

¹²⁵ Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

¹²⁶ Ao longo do trabalho, mostram-se detalhadamente os parentescos ainda na Itália. A intenção nesta etapa é demonstrar a dinâmica de pequena parte do grupo, para melhor compreensão daquilo que se está analisando.

desconhecido é a reprodução dessa prática por quase um século nas colônias citadas do Rio Grande do Sul.

A bibliografia italiana consultada refere-se à cadeia montanhosa do Friuli, especificamente a Mezzomonte, pois apresentam-se estudos mais detalhados sobre esse local. Não foram encontradas obras publicadas sobre a nupcialidade em Frisanco, mas, pelos dados de registros matrimoniais disponíveis no Archivio di Stato di Udine, é perceptível que vários matrimônios aconteceram entre grupos familiares da mesma *comune*. Esses mesmos grupos, inclusive, dividiram os espaços ocupados em Monte Belo do Sul, como, por exemplo, as famílias Colussi e Roman. Portanto, a endogamia entre esses imigrantes é constatada desde a Itália, mas a consanguinidade, tratando-se do território friulano, destacou-se entre aqueles provindos de Mezzomonte. Esta afirmação está baseada nas análises de fontes matrimoniais, de cunho tanto civil quanto religioso.

Alessandro Fadelli (1994, p. 100, tradução nossa), utilizando o termo *paretimologia*, aprofunda ainda mais a questão:

Os sobrenomes de Mezzomonte documentados no início dos anos 1700 eram apenas seis: Alfier, De Bortoli, Della Rossa, Piazzon, Santin e Zanchet. Une-se em seguida Zanolin, graças a um ramo desta família que deixa Range para vir se estabilizar “alla Mont”. Existe também Mezzarobba, para dizer a verdade, geralmente tratado como simples apelido de um ramo dos Santin, somente entre setecentos e oitocentos tornou-se aos poucos (e não sem esforço) um sobrenome independente.

Uma vez que o sobrenome Mezzarobba era um ramo da família Santin – era comum as grandes famílias fazerem uso de apelidos para identificar os ramos –, os principais casais provindos de Mezzomonte em análise eram parentes. Mesmo os Santin provindos de Sacile – que não entram neste rol aprofundado de investigação – tinham um grau de parentesco com os emigrantes de Mezzomonte.

Sobre Mezzomonte, Baccichet (1998, p. 18, tradução nossa) defende:

Seus habitantes consolidaram, casamento após casamento, um sistema de solidariedade e parentesco que havia desaparecido por séculos na planície, mas estava prestes a se desintegrar novamente diante das tensões criadas pela crise econômica da primeira metade do século XIX e pelo posterior recurso ao afastamento de famílias inteiras com o instrumento de emigração permanente.

Ao contrário do que se pensa na Itália sobre os grupos alpinos após a emigração do país, demonstra-se nesta pesquisa que, no Rio Grande do Sul (ao menos nas colônias averiguadas),

a união majoritária do núcleo se verificou por quase um século, pois os grupos *pedemontanos* se uniram e fortaleceram laços parentais e endogâmicos por diversas vias.

Na medida daquilo que foi possível investigar do Brasil, fez-se uso da genealogia mais completa disponível, para tentar evidenciar os ramos com maior clareza. É costume entre os imigrantes italianos e descendentes¹²⁷ batizar os filhos e sobrinhos com o primeiro nome idêntico; e essa prática se mostrou corriqueira também entre os friulanos, nesse sentido, o grupo acaba identificando seus ramos pelo nome da matriarca dos núcleos familiares. O levantamento com base nos sobrenomes maternos foi empregado, mas essa estratégia não facilitou a pesquisa, já que diversos primos em primeiro grau consanguíneo possuíam o mesmo sobrenome materno. Sobre o emprego do termo *grau de consanguinidade*, sabe-se que é considerado incorreto utilizá-lo entre primos, o ideal seria fazer uso de parentesco paralelo. Mas, neste trabalho, apropriou-se da identificação em graus, com a finalidade de o leitor poder seguir uma linha de raciocínio coerente com os matrimônios que serão apresentados.

A prática de batizar os filhos com o sobrenome materno não acontecia na Itália da época nem no Rio Grande do Sul, mas era costume dentro da comunidade utilizar tais sobrenomes como apelido, uma forma de identificar determinados ramos, o que, como explicado, nem sempre facilita as distinções. Para cumprir com o prazo estipulado para a elaboração da tese, não foi possível – uma vez que as famílias eram numerosas – aprofundar sobre os descendentes de cada casal friulano que se instalou inicialmente na colônia Dona Isabel. Portanto, elencaram-se os cônjuges que mais ofereceram fontes de informação, e seguiu-se traçando as trajetórias dos seus descendentes até o início da década de 1960 em Guaporé.

Alguns dados no que tange ao início da colonização não foram encontrados, porque, diferentemente do contexto italiano, as colônias no Rio Grande do Sul ainda estavam sendo estruturadas, tanto na instalação de cartórios, quanto na assistência religiosa – conforme demonstra Agostino Brun ao chamar o pároco de Poffabro para dar assistência no estado brasileiro. Além disso, da paróquia de Monte Belo do Sul foram furtados os primeiros livros matrimoniais, sublinhando que os registros civis no local começaram a ocorrer somente a partir de 1890. Tal furto de registros sacerdotais prejudica significativamente a historiografia dos primeiros grupos de imigrantes¹²⁸ situados na localidade. À medida que foram sendo acessadas

¹²⁷ Trata-se como sendo costume entre os imigrantes italianos, pois não são analisados grupos de imigrantes de outra etnia. Sabe-se, contudo, que essa prática não abrange somente os italianos e descendentes.

¹²⁸ Outro ponto questionado nesta pesquisa foram os registros para a cidadania italiana. Averiguou-se que muitos dos descendentes dos ramos analisados não possuem cidadania solicitada no Brasil em função de dois fatores principais: 1) como os antepassados nasceram austríacos e emigraram italianos, a burocracia para desenrolar a

as fontes disponíveis, elencaram-se os casais que mais ofertaram informações, e através da reconstituição das genealogias, usando os sobrenomes como fios condutores, reconstruíram-se as principais teias da rede.

Dos patriarcas listados, destacam-se a prole do casal Osvaldo Santin e Giovanna (detta¹²⁹) Battistutta Mezzarobba e os matrimônios dos filhos no Quadro 4. O ramo Santin de Osvaldo, na Itália, está registrado com o apelido Santin “Tonon”, o qual não foi utilizado pelas gerações seguintes no Brasil.

Quadro 4 – Prole do casal Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba

Primeiros imigrantes		Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba casaram-se em 1845, em Mezzomonte, Polcenigo. Ele nasceu em Mezzomonte, em 1824; ela nasceu em Mezzomonte, em 1825, e faleceu em Bento Gonçalves, em 1903.					
Origem das famílias		Mezzomonte, Polcenigo					
Filhos	Nascimento	Padrinhos de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
Candido Santin	Mezzomonte, Polcenigo ¹³⁰ (16/01/1849)	Giomaria Pillot	Dona Isabel (18/12/1880)	Magdalena Mariuzza	Frisanco (13/04/1859)	Friulana	Luigi Piccoli e Antonio Menegotto
			Bento Gonçalves (03/02/1896)	Giacoma Filippi	Frisanco (09/01/1865)	Friulana	Luiz Martinelli e José Polgati
Elisabetta Santin ¹³¹ (permaneceu na Itália)	Mezzomonte, Polcenigo (17/03/1851)	—	Polcenigo (26/12/1873)	Giacomo Alfier	Mezzomonte, Polcenigo (1845)	Friulana	Paolo Ferro e Tiziano Tizianel
Vincenza Santin	Mezzomonte, Polcenigo (1855)	—	—	—	—	—	—
Thereza Santin	Mezzomonte, Polcenigo (1857)	—	Dona Isabel (1885)	Francesco Santin	Mezzomonte (1855)	Friulana e consanguínea	—

cidadania do Brasil é complexa; e 2) alguns membros partiram do Rio Grande do Sul para uma nova colonização na Argentina e no Chile. Consequentemente, se os registros matrimoniais faltantes foram encontrados, eles não foram repassados aos membros a que se teve contato e que seguem residindo no Brasil. Já os dados das gerações mais recentes, principalmente na colônia Guaporé, por ter sido criada no terceiro período da colonização, são mais completos.

¹²⁹ Apelido encontrado pela via italiana que significa “dita” ou “conhecida” como Battistutta.

¹³⁰ Encontrou-se em um arquivo familiar a certidão de nascimento de Candido Santin, emitida pela paróquia San Giacomo, de Polcenigo.

¹³¹ Localizaram-se duas pessoas registradas com o nome Elisabetta Santin detta Tonon. Privilegiaram-se no quadro as informações conforme os registros de matrimônio civil da *comune* de Polcenigo, pertencente à antiga província de Udine (registros de 1871 até 1910, disponíveis no acervo do Archivio di Stato di Udine, livro de 1873, p. 9). Considerou-se equivocada a fonte digital localizada no site Family Search sobre o matrimônio de Elisabetta Santin com Antonio Angelli. Trata-se de outra pessoa com o mesmo nome e sobrenome, tanto paterno quanto materno, salvo o engano de ela ter se casado posteriormente com esse outro sujeito. Ainda Elisabetta e Giacomo possuíam consanguinidade, mas não foi possível averiguar o grau.

Pasqua Santin	Mezzomonte, Polcenigo (1857)	—	Dona Isabel (1883)	Santo Santin	Nasceu em Mezzomonte, Polcenigo (1853). Faleceu no Chile (1911).	Friulana e consanguínea	—
Sante Santin	Mezzomonte, Polcenigo (14/09/1861)	—	Polcenigo (06/02/1887)	Maria Alfier	Nasceu em Polcenigo (1865). Faleceu em Guaporé (1900).	Friulana e consanguínea ¹³²	Luigi Mezzarobba e Sebastiano Scampa
Carlo Santin	Mezzomonte, Polcenigo (08/06/1865)	—	Dona Isabel (1888)	Rosa Filippon	Nasceu em Frisanco (1866). Faleceu em Videira, Santa Catarina.	Friulana	—

Fontes: Archivio di Stato di Udine; Diocese di Concordia, Pordenone; Paróquia Santo Antônio de Bento Gonçalves; arquivos familiares; cartório de Monte Belo do Sul.

Esse quadro serve para identificar como se desenvolveram em parte específica da colônia Dona Isabel, atualmente município de Monte Belo do Sul, as relações dos filhos (nascidos na Itália) dos primeiros patriarcas instalados no Rio Grande do Sul. Da prole de Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba, apenas os dados da filha Vicenza não foram localizados, acredita-se que ela tenha falecido ainda na Itália. Como foram encontrados vários primos com o mesmo nome e conseqüentemente sobrenome, a análise foi realizada considerando a filiação citada, especificamente o primeiro nome dos pais, e o nome do cônjuge. Nesse sentido, trabalhou-se com o entrecruzamento de fontes, pois os sites familiares trazem diversos equívocos.

Exceto Vicenza, todos os seis filhos contraíram matrimônio com sujeitos de origem friulana e nascidos em território pertencente ao Friuli:

- ❖ Candido Santin, no primeiro matrimônio, casou-se com Magdalena Mariuzza, natural de Frisanco e descendente da família Tramontina Mariuzza. No segundo matrimônio¹³³, casou-se com Giacoma Filippi, concunhada de Candido Santin;

- ❖ Elisabetta Santin casou-se com Giacomo Alfier, natural de Mezzomonte;

¹³² Conforme o registro civil de matrimônio da *comune* de Polcenigo, por meio do Archivio Storico di Udine (livro de 1887, p. 16), a descendência materna de Maria Alfier, que era filha de Gio Maria Alfier e Anna Santin, prova a consanguinidade dos nubentes.

¹³³ Explica-se detalhadamente o segundo matrimônio a seguir.

❖ Thereza Santin casou-se com Francesco Santin, natural de Mezzomonte. Nesse caso, conforme as fontes orais da família Santin, os sujeitos eram primos em primeiro grau, caracterizando uma união com consanguinidade;

❖ Pasqua Santin casou-se com Santo Santin, natural de Mezzomonte. Da mesma forma que o casal anterior, esse enlace também apresenta consanguinidade;

❖ Sante Santin casou-se com Maria Alfier, natural de Polcenigo. O casal também apresenta consanguinidade, pois os cônjuges eram primos em primeiro grau;

❖ Carlo Santin casou-se com Rosa Filippon, natural de Frisanco.

Dos sete matrimônios analisados, três apresentam parentesco consanguíneo entre os cônjuges, e apenas três foram com pessoas que não eram naturais da mesma *comune*. As duas esposas de Candido eram cunhadas e parentes de Rosa Filippi, que por sua vez casou-se com Carlo Santin, aproximando ainda mais os laços parentais.

No Quadro 4, faltam informações em relação a alguns padrinhos de batismo e a alguns padrinhos ou testemunhas de matrimônio. Dos registros no Brasil, há a dificuldade imposta pelo furto dos primeiros livros de matrimônios em Monte Belo do Sul. Além disso, via cerimônia religiosa, é possível que os casamentos não tenham sido realizados devido à consanguinidade, mas essa hipótese é difícil seguir, pois, quando se analisaram os filhos nascidos de uniões entre primos, evidenciou-se a nível geral das relações, de forma significativa, que os cônjuges casaram-se com gravidez em andamento, uma vez que dificilmente, pela falta de estrutura médica, uma criança de seis meses sobreviveria após o nascimento. Assim sendo, em muitas situações acredita-se que a gravidez também servia como uma espécie de pressão para que os párocos realizassem os matrimônios, mesmo que consanguíneos, já que isso não era permitido pelas leis canônicas.

Sobre os registros civis, os eventos ocorreram em período anterior à criação dos locais para oficialização das uniões, por exemplo, o cartório de Monte Belo do Sul iniciou as atividades a partir de 1893. Os cartórios de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente, passaram a funcionar em 1889 e 1890. Inicialmente essas colônias receptivas aos imigrantes não apresentavam, pois, nem mesmo estrutura para registros de teor civil.

Os matrimônios descritos foram confirmados pelas famílias, e acredita-se que tenham sido realizados por via religiosa. Os furtos nas paróquias, a perda de documentos em função de incêndios etc. deixam um vácuo na análise específica. Ainda assim, os matrimônios que ocorreram no Brasil, sucedendo a emigração familiar, foram muito provavelmente oficializados de alguma forma – em cerimônia realizada na residência ou em uma comunidade das

redondezas. Quanto a Luigi Piccoli, que aparece em cerca de 80% dos matrimônios como testemunha em Dona Isabel, julga-se que era o sacristão da época, conforme informações obtidas da secretaria da Paróquia Santo Antônio, de Bento Gonçalves.

No quadro, todos os cônjuges são friulanos, e a maioria, com consanguinidade ou, no mínimo, com laços de parentesco, como é o caso de Candido Santin, que se casou duas vezes, sendo que a segunda esposa, Giacoma Filippi, era também concunhada do imigrante. Por causa da falta de párocos, em muitas ocasiões, os imigrantes deslocavam-se para outras localidades a fim de registrar os sacramentos. Além disso, em 11 de outubro de 1890, da colônia Dona Isabel emancipou-se o município de Bento Gonçalves, portanto, para seguir à risca o registro do local nas certidões, no quadro, constam os matrimônios do mesmo sujeito primeiro em Dona Isabel, depois em Bento Gonçalves.

Entre os dados levantados, na certidão de óbito da matriarca Giovanna Mezzarobba, consta que ela faleceu em Bento Gonçalves aos 78 anos de idade. Desse evento sobressaem duas questões-chave: 1) quando a família emigrou, nos primeiros anos da década de 1880, a idade de Giovanna Mezzarobba estava na casa dos 55 anos, ou seja, essa imigrante fugia dos objetivos gerais da colonização, que solicitava um público mais jovem; e 2) houve a emigração quase completa do grupo familiar. Não se encontraram registros da entrada no Brasil nem da instalação na colônia da filha Elisabetta com o esposo Giacomo Alfier.

Referente aos compadrios, conforme o site do governo italiano Friuli in prin e de acordo com Razador (2019), na obra em que o autor faz uma relação entre os compradores de lotes e a procedência da Itália, os sobrenomes, exceto Polgati, constam no rol de sobrenomes friulanos. Embora não se possa garantir em absoluto que tenham emigrado diretamente dessa região para o Brasil, uma vez que existiam as migrações internas dos sujeitos na Itália, comprova-se, além da origem/descendência friulana, a permanência dos vínculos com os compatriotas friulanos no Sul do Brasil.

De acordo com as informações coletadas e entrecruzadas, considerando as evidências, o quadro da primeira família analisada é majoritariamente de redes friulanas – apesar dos dados faltantes. Para elaborá-lo, recorreu-se a fontes tanto no Rio Grande do Sul quanto na Itália. Os dados foram confrontados para se chegar às análises minuciosas destacadas. A mesma abordagem foi aplicada no estudo das demais famílias.

Entre os matrimônios dos filhos do casal Osvaldo e Giovanna que se conseguiram averiguar as trajetórias, as esposas provinham da mesma localidade – Mezzomonte – ou da vizinhança – Frisanco. Os demais primos Santin casaram-se majoritariamente com friulanas

dessas mesmas famílias. Da prole dos patriarcas Osvaldo e Giovanna, aprofundam-se as redes familiares de Candido Santin¹³⁴. Os enlaces de Candido e de seus descendentes, filhos e netos, fortaleceram as uniões e redes de compadrio em Guaporé.

Conforme as informações fornecidas pelo neto Edylio Luvisa¹³⁵, o avô materno Candido “Mezzarobba” Santin nasceu em Mezzomonte. Ainda na infância, migrou do Friuli para Veneza, a fim de trabalhar com madeira na construção de navios, ou seja, já se encontram características de migrações internas no âmbito de ofícios qualificados. Em 1880, com os pais Osvaldo e Giovanna, irmãos e primos, emigrou para o Brasil e instalou-se na Linha Argemiro, onde se destacou como proprietário de moinhos e, depois do primeiro matrimônio, como ferreiro. Acredita-se que tenha aprendido ou aperfeiçoado o ofício com cada uma das famílias das esposas, uma vez que ambas eram filhas e/ou parentes próximas de ferreiros.

O mesmo esquema de rede emigratória parental se verifica na família Tramontina Mariuzza. Nesse sentido, a família de Magdalena – primeira esposa de Candido Santin – também emigrou para o Brasil e instalou-se na mesma localidade onde residiam os demais friulanos¹³⁶. Magdalena nasceu em Frisanco, filha de Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina (natural de Poffabro), e faleceu em 26 de janeiro de 1894, em consequência de *migliara*¹³⁷ pós-parto, deixando sete filhos: Pietro, Anna, Antonio, Vincenza, Felice, Maria e Santo¹³⁸ (com pouco mais de um mês de vida).

Paralelamente aos acontecimentos em torno da vida do casal Candido Mezzarobba Santin e Magdalena Tramontina Mariuzza, aconteciam o matrimônio do irmão de Magdalena e o falecimento da cunhada. Giuseppe Tramontina Mariuzza casou-se com Maura Luvisa Filippi em 10 de janeiro de 1882, na colônia Dona Isabel. Ela era natural de Frisanco, filha de Giuseppe Filippi e Domenica Luvisa. O casal Giuseppe e Maura teve cinco filhos: Virgínia, Antonio, Maria, Vittorio e Davide, vindo a matriarca da família a falecer em 17 de maio de 1890, após complicações no parto.

¹³⁴ Optou-se pelas relações estabelecidas por este sujeito principalmente em função da complexa rede que intensificou com seu matrimônio e dos descendentes. A rede expandiu-se de Monte Belo do Sul para Guaporé, o que vem a calhar na cronologia da primeira parte, o fluxo Monte Belo do Sul-Guaporé. Os filhos de demais imigrantes da família Santin emigraram para o Chile, o que é superficialmente abordado posteriormente.

¹³⁵ Edylio Luvisa mora atualmente em Bento Gonçalves, e a conversa ocorreu no ano de 2019, em sua residência. O sobrenome Luvisa também se encontra com a grafia Lovisa.

¹³⁶ No caso das famílias Mezzarobba Santin e Tramontina Mariuzza, a instalação aconteceu principalmente na Linha Argemiro, mas também há famílias de friulanos na Linha Santa Bárbara. Todas as famílias deste estudo, inicialmente, fixaram-se em Monte Belo do Sul.

¹³⁷ Na certidão de óbito, consta “milhara pós-parto”, o que significa hemorragia pós-parto, e a morte de Magdalena Mariuzza Santin é bastante anterior ao registro oficial do óbito, pois, nas colônias agrícolas, esses registros aconteciam em retardo.

¹³⁸ Nos registros do último filho de Magdalena, verifica-se também a variação Sante do nome.

O viúvo Giuseppe Mariuzza casou-se novamente em 03 de setembro de 1890, desta vez com Giacoma Filippi, prima em primeiro grau da falecida esposa. O casal Giuseppe e Giacoma teve três filhos: Paola, Luigia e Giuseppe Figlio. Antes do nascimento do último filho, em 30 de janeiro de 1894, o patriarca da família – Giuseppe Mariuzza – faleceu de tifo. Observa-se a morte próxima dos irmãos – Magdalena, em 26 de janeiro de 1894; e Giuseppe, em 30 de janeiro de 1894.

Nessa situação, a jovem Giacoma Filippi encontrou-se na posição de alimentar as crianças do casamento de Giuseppe com Maura e os próprios filhos, tanto os do casamento com Giuseppe quanto a filha Rosa Filippi, uma vez que Giacoma emigrou para o Brasil como mãe solteira. Encontrou-se o registro civil do nascimento de Rosa no Archivio di Stato di Udine, e, conforme o documento, Giacoma não citou o nome do pai da criança e declarou-se analfabeta. Era tradição nas famílias de imigrantes italianos que as esposas passassem a cuidar dos filhos herdados do esposo, independentemente de quem fosse a genitora. Com relação ao letramento, não se identificaram analfabetos entre os homens analisados, somente entre as mulheres.

Conforme os relatos da família Santin, Giacoma teria abandonado alguns filhos na Itália, pois a partida para o Brasil representava uma nova oportunidade, um novo início. Fadelli (1994) comenta sobre ser uma prática dos friulanos em Mezzomonte a adoção de crianças do orfanato Pia Casa di Venezia, também conhecido como *pio loco di Venezia*. A adoção de uma criança representava, além de mão de obra, uma pensão que estimulava a adoção, de acordo com o que foi discutido anteriormente.

Em 11 de março de 1897, aconteceu o matrimônio dos concunhados Giacoma e Candido, sendo frutos dessa união mais cinco filhos, mas somente três chegaram à idade adulta: Leonardo, Albina e Adelina. Antes do casamento de Giacoma com Candido, foram constatadas, nos livros de impostos da colônia Dona Isabel, a viuvez de Giacoma e a assistência recebida pela viúva da entidade Órfãos da Fé¹³⁹. Isso comprova que ela se encontrava em dificuldades financeiras para realizar os pagamentos cobrados pelo Estado, e que havia determinado assistencialismo aos imigrantes.

Recordando que as famílias faziam divisa de lotes, Candido Santin, que inicialmente era proprietário do lote n.º 9, em função do casamento com a concunhada, adquiriu também, conforme as informações dos livros de impostos de Dona Isabel e de Bento Gonçalves, o lote n.º 11, que era propriedade de Giuseppe Tramontina Mariuzza. Associando-se a Francesco

¹³⁹ Nos materiais sobre as associações de mútuo socorro que auxiliavam os imigrantes em situações de dificuldades econômicas nas colônias italianas do estado, não foram localizados maiores detalhes sobre os Órfãos da Fé.

Razador, adquiriu posteriormente o lote n.º 7 e, em 1913, o lote n.º 12, da família Di Domenico – do concunhado por parte da primeira esposa –, que migrou para a colônia Guaporé. Esses acontecimentos mostram que as uniões familiares estavam associadas à agregação da terra, e no caso de Candido Santin e Giacoma Filippi, tendo em vista que ambos estavam viúvos, e ela, em dificuldades financeiras, poder-se-ia pensar, no campo das racionalidades, que esse matrimônio contempla uma estratégia ou, no mínimo, uma oportunidade de recomeçar a vida. Como explicado na introdução do trabalho, não cabe dialogar sobre questões sentimentais, pois é um campo que foge ao entendimento desta pesquisa; cabe apenas analisar as possibilidades que favoreceram a agregação de terrenos e a expansão de núcleos familiares específicos.

Partindo para o viés estratégico, Bourdieu (2020) ousa distribuir as estratégias em algumas “grandes classes”. Segundo o autor, entre as estratégias de investimento biológico, destacam-se as de fecundidade e as profiláticas. Aquelas de fecundidade seriam estratégias de longo prazo, que direcionam para o futuro da linhagem e de seu patrimônio, além do controle da natalidade. Enquanto as estratégias profiláticas destinam-se à manutenção do patrimônio biológico, ligadas aos cuidados com a saúde. Já as estratégias sucessórias preocupam-se em garantir a transmissão do patrimônio material entre os herdeiros com o máximo de cuidado, para não haver desfalques significativos oferecidos pelo costume ou pelo direito. As estratégias educativas, por sua vez, são vistas como de investimento a longo prazo, em que tendem, acima de tudo, a produzir agentes sociais capazes de receber a herança do grupo de transmissão. As chamadas estratégias éticas visam a inculcar a submissão de interesse do indivíduo ao grupo, garantindo, assim, a reprodução da família, ela mesma como “sujeito” das estratégias de reprodução. As estratégias de investimento econômico, acrescentando a estas aquelas de investimento social, orientadas para a manutenção de relações sociais, obrigações duradouras (sentimentos de reconhecimento, respeito etc.), podem ser institucionalmente garantidas e, portanto, divididas em capital social e capital simbólico (BOURDIEU, 2020, p. 23-25).

Entre as estratégias arroladas, o autor destaca aquelas matrimoniais:

Caso particular das anteriores, devem garantir a reprodução biológica do grupo sem ameaçar a sua reprodução social com matrimônios desiguais e assegurar, pela aliança com um grupo ao menos equivalente em todos os aspectos socialmente pertinentes, a manutenção do capital social [...]. Na tradição de Béarn, por exemplo, as estratégias matrimoniais dependiam diretamente daquelas de fecundidade da família, por intermédio do número e do sexo dos filhos, pretendentes potenciais a um “dote” ou a uma compensação, mas também das educativas, de cujo êxito dependia a aplicação de estratégias visando a afastar as filhas e os irmãos mais novos da herança (pelo casamento apropriado, ou pelo celibato ou emigração respectivamente), e, por fim, das estratégias propriamente econômicas, que visam, entre outras coisas, à manutenção ou ao aumento do patrimônio (BOURDIEU, 2020, p. 26).

As redes constituídas pelo grupo em análise, além de estratégicas por questões ligadas à aquisição de lotes, também eram estratégicas na esfera de suporte migratório e, conseqüentemente, na de ofício para aqueles que agregavam a vocação laborativa para além do cultivo agrícola. Em relação aos imigrantes que eram essencialmente agricultores, observam-se mútuos auxílios, incluindo a compra de lotes vizinhos.

Lembrando que esses sujeitos dominavam ofícios qualificados artesãos, estabeleceram locais para desempenhá-los, conforme aponta Leonir Razador referente à Linha Argemiro, palco dos acontecimentos matrimoniais comentados:

Ferdinando Filippon, Leonardo Santin, José Mariuzza, Pacífico Tramontina e Francisco Pavoni possuíam ferrarias. Mario Toffoli, Leonardo Santin, Felice Tramontina e Andrea Rasador eram carpinteiros. Felice Tramontina e Antonio Tramontina eram santaros. Ferdinando Filippon e José Vivan, gaiteiros [...]. Um relatório da Inspeção de impostos da Colônia Dona Isabel, de 1894, dá conta que existiam os seguintes empreendimentos na Linha Argemiro [...], Candido Santin, no lote nº 9, e Giuseppe Mariuzza, também no lote nº 9 (na comunidade Santa Rita), possuíam ferrarias. Antonio Tramontina possuía, no lote nº 21, moinho de uma mó e, no lote nº 18, fábrica de gasosa. Nicolo Santin, no lote nº 31, possuía moinho de uma mó (RAZADOR, 2019, p. 39-40).

Dessa forma, as famílias Tramontina, Mariuzza, Santin, Filippi e Filippon tinham ferrarias e, associadas à família Luvisa, expandiram para os setores também de carpintaria, marcenaria e sapataria. Além do investimento em moinhos, os friulanos, nas linhas da primeira colônia de fixação, eram responsáveis pela produção artesanal em diversas esferas, isso não significa que outros imigrantes (italianos ou não) não desempenhassem tais funções. Neste estudo de caso, entretanto, evidenciaram-se tais profissões por virem ao encontro dos sujeitos analisados. Devido ao trabalho desempenhado não só na esfera agrícola, os friulanos constam nos livros de impostos com renda agregada à economia familiar: criação de animais, produção artesanal, vendas como mascates¹⁴⁰ e venda da própria produção. Diferentemente do que acontecia na Europa, os friulanos no Rio Grande do Sul permaneciam por mais tempo nos pontos de fixação. Os negócios desses imigrantes foram se multiplicando nas linhas específicas ao passo que mais matrimônios entre o grupo foram acontecendo. Para cada novo núcleo familiar, nascia uma oficina.

¹⁴⁰ “[...] eram os viajantes que vinham vender de tudo um pouco” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 80). Os mascates eram comerciantes, porém, não de um lugar fixo de venda (loja ou casa comercial). Os caixeiros-viajantes, por outro lado, eram uma espécie de representantes comerciais e, muitas vezes, trabalhavam para os próprios comerciantes regionais na venda dos produtos.

Após essa primeira análise em torno dos patriarcas Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba e da prole do casal, segue-se na sequência de matrimônios diretamente conectados às relações apresentadas no Quadro 4. A intenção é demonstrar como os friulanos foram costurando suas relações em uma grande teia.

Dos casais de friulanos, agregando os filhos órfãos de vários enlaces ao núcleo familiar de Candido Santin e Giacoma Filippi, chega-se ao total de 22 filhos dos ramos: Mezzarobba Santin x Tramontina Mariuzza x Luvisa Filippi x Filippi. De todos os filhos agregados, 19 chegaram à fase adulta. A Figura 31 traz parte da grande família, e a fotografia foi registrada em 1912.

Figura 31 – Família de Candido (Mezzarobba) Santin (Bento Gonçalves, 1912)



Fonte: arquivo pessoal de Edylio Santin Luvisa.

Legenda (da esquerda para a direita): Santo Mariuzza Santin, Giuseppe Filippi Mariuzza Figlio, Leonardo Filippi Santin (sentado), Felice Mariuzza Santin, Candido Mezzarobba Santin (patriarca), Adelina Filippi Santin, Giacoma Filippi (matriarca), Albina Filippi Santin, Paola Filippi Mariuzza, Luigia Filippi Mariuzza e Rosa Filippi (filha de Giacoma, casada com o irmão de criação Pietro Mariuzza Santin) com os filhos Angela Filippi Santin (no colo), Angelo Filippi Santin e Giovanni Filippi Santin¹⁴¹.

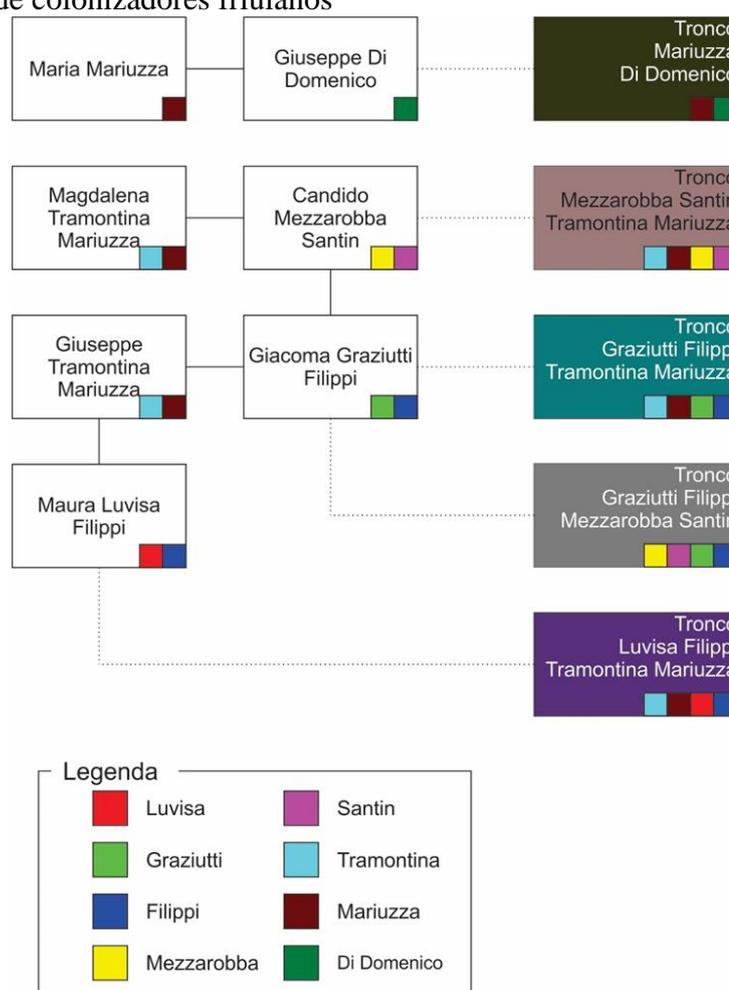
¹⁴¹ Para compreender de qual casamento nasceu cada filho, acompanham os nomes os sobrenomes maternos. Sabendo que a memória é falha, é possível que na fotografia tenham ocorrido algumas trocas de nomes; o essencial é ilustrar a solidificação das famílias.

Na fotografia, registrada na Linha Argemiro, estão presentes nove filhos e três netos, além dos patriarcas Candido Santin e Giacoma Filippi. Esses filhos são apenas alguns desse grupo que se organizou como a grande rede que se está costurando.

Fundados sobre relações interpessoais estabelecidas nos locais de origem, os indivíduos recorriam a essas ligações, segundo Ramella (2001), como método de emigrar de maneira mais segura, promovendo, assim, a formação de circuitos de transferência, que tinham uma mesma comunidade como ponto de partida e um mesmo destino. Devoto (1987) esclarece que, quando da chegada ao lugar de destino, as redes continuaram a desempenhar funções importantes na vida dos imigrantes: a preservação cultural e a manutenção de laços com aqueles que haviam permanecido na aldeia de origem.

Os laços observados até o momento são apenas o início do que se pretende expor. Na Figura 32, ilustram-se os pontos centrais do começo da rede analisada.

Figura 32 – Enlaces de colonizadores friulanos



Fonte: paróquia de Monte Belo do Sul; acervo pessoal das famílias analisadas; cartório de Monte Belo do Sul.

Conforme a figura, um novo casal é agregado à rede: Maria Mariuzza (irmã de Magdalena Mariuzza) e Giuseppe Di Domenico, ambos provindos de Frisanco. Esse casal é considerado para compreender os enlaces constituídos posteriormente na colônia Guaporé. Usam-se cores, descritas na legenda, para possibilitar a visualização das mesclas familiares friulanas. Sobre as condições de matrimônio de cada casal, observa-se que:

- ❖ Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico (Casal 1) casaram-se em Frisanco, em 14 de janeiro de 1874;
- ❖ Magdalena Mariuzza e Candido Santin (Casal 2) casaram-se em Dona Isabel, em 18 de dezembro de 1880;
- ❖ Giuseppe Mariuzza e Maura Filippi (Casal 3) casaram-se em Dona Isabel, em 10 de janeiro de 1882;
- ❖ Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi (Casal 4) casaram-se em Dona Isabel, em 03 de setembro de 1890;
- ❖ Candido Santin e Giacoma Filippi (Casal 5) casaram-se em Bento Gonçalves, em 03 de fevereiro de 1896.

Todos os casais listados tiveram filhos; e são pertinentes para a análise os filhos dos casais 1, 2, 4 e 5. Seguindo a ordem proposta na Figura 32, elencam-se os enlaces dos patriarcas das principais famílias analisadas. Para explorar cada núcleo familiar detalhadamente, inicia-se com os patriarcas das famílias Mariuzza.

3.4 Rede matrimonial da família de Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina

Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina – não há registro da entrada do casal no Brasil – são naturais de Frisanco, lembrando que, por exemplo, Poffabro pertencia a Maniago na época, por isso, muitas vezes, a família Tramontina é classificada como provinda de Maniago. No caso em análise, os sujeitos eram *poffabrini*, dessa forma, preferiu-se generalizar a origem da família designando Frisanco como local de nascimento.

A matriarca desse ramo, Virginia Tramontina, está diretamente conectada por vínculos parentais a Valentin Tramontina, cuja família fundou a indústria Tramontina. Da pesquisa realizada nos registros civis italianos, tudo indica que, pelo apelido incorporado ao ramo – Virginia era filha de Osvaldo Tramontina (Bidoli) –, os sujeitos eram primos, mas não se conseguiu identificar o grau de consanguinidade pelos documentos. Levando em conta o ponto de partida, a emigração em grupo e a instalação na mesma linha em Monte Belo do Sul, o

parentesco próximo é evidente. Os membros das famílias tanto Tramontina quanto Mariuzza destacavam-se como ferreiros desde Frisanco, como apontaram as fontes de registro civil matrimonial e de nascimento, nas quais constam as profissões.

Para maior compreensão da teia friulana que está sendo elaborada, seguiu-se com a descrição do casal de patriarcas Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina, cujos filhos são sujeitos importantes da análise, conectados com a família central Santin e com as famílias, também friulanas, Di Domenico e Filippi, que tornam a se entrelaçar com os Santin.

Quadro 5 – Prole do casal Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina

Patriarcas		Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina					
Origem das famílias		Frisanco					
Filhos ¹⁴²	Nascimento	Padrinhos de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
Maria Mariuzza	Frisanco (07/08/1854)	—	Frisanco (14/01/1874)	Giuseppe Di Domenico	Frisanco	Friulana	Oswaldo Filippin e Luigi Filippi
Magdalena Mariuzza	Frisanco (13/04/1859)	—	Dona Isabel (18/12/1880)	Candido Santin	Mezzomonte, Polcenigo	Friulana	Luigi Piccoli e Antonio Menegotto
Giuseppe Mariuzza	Frisanco (15/06/1861)	—	Dona Isabel (10/01/1882)	Maura Filippi	Frisanco	Friulana	Luigi Piccoli e Tommaso Zandona
			Dona Isabel (03/09/1890)	Giacoma Filippi	Frisanco	Friulana	Matteo Maccari e Agostino Toffolo

Fonte: Paróquia Santo Antônio, de Bento Gonçalves; Paróquia São Francisco de Assis, de Monte Belo do Sul; Chiesa Parrocchiale dei Santi Fosca Maura e Oswaldo Re¹⁴³; registros civis do Archivio di Stato di Udine.

No Quadro 5, observa-se que Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina tiveram três filhos que chegaram à idade adulta, de acordo com o levantamento realizado nos registros italianos, o que não impede de o casal ter tido mais filhos que faleceram ainda na infância, pois sabe-se que a mortalidade infantil não era rara na Europa. Embora o casal de patriarcas provavelmente não tenha emigrado, uma vez que não foram localizados documentos nesse sentido, os filhos foram identificados nos registros de imigração no Brasil. Os matrimônios da prole se desenvolveram da seguinte maneira:

¹⁴² No site Family Search, consta que Luigi Mariuzza também era filho do casal Pietro e Virginia, mas, conforme verificou-se no registro civil do Archivio di Stato di Udine, Luigi era filho de Pietro Mariuzza e Angela Bernardon. Cogita-se que nem mesmo o pai seja o mesmo Pietro Mariuzza considerado nesta pesquisa.

¹⁴³ Informações gentilmente cedidas pelo padre Heitor Di Domenico.

❖ Maria Mariuzza casou-se com Giuseppe Di Domenico em Frisanco, em 14 de janeiro de 1874. Desse enlace, destacam-se os compadrios com Osvaldo Filippin e Luigi Filippi, cujas famílias estão diretamente conectadas por relações conjugais também no Brasil;

❖ Magdalena Mariuzza casou-se com Candido Santin em Dona Isabel, em 18 de dezembro de 1880, conforme arrolado no Quadro 4;

❖ Giuseppe Mariuzza casou-se com Maura Filippi em Dona Isabel, em 10 de janeiro de 1882. Com o falecimento da primeira esposa em 17 de maio de 1890, ele casou-se novamente, poucos meses depois, com a prima da falecida esposa, Giacoma Filippi, em 03 de setembro de 1890. Entre o falecimento de Maura Filippi e o novo matrimônio, observa-se um intervalo de tempo de poucos meses.

A primeira filha de Pietro e Virginia casou-se com Giuseppe Di Domenico ainda em Frisanco, o restante uniu-se em matrimônios no Rio Grande do Sul. O último matrimônio de Giuseppe, tendo como pilar uma das principais matriarcas desta análise, Giacoma Filippi, remete aos depoimentos recolhidos das fontes femininas. As depoentes explicaram que, aos olhos dos antigos, as mulheres que tivessem filhos e não fossem casadas, ou fossem viúvas, eram vistas de modo pejorativo perante a comunidade e se tornavam uma segunda opção nas dinâmicas matrimoniais. Um exemplo dessas relações é analisado por Vendrame (2016), ao averiguar um matrimônio realizado em Silveira Martins como forma de amenizar os ânimos da comunidade. À mulher que teria sido “desflorada” coube casar-se com um sujeito conhecido como “il storto” – o torto ou o manco –, uma vez que a deformidade física desqualificava o sujeito para um matrimônio de maior prestígio (VENDRAME, 2016). Nesse contexto, ser mãe solteira também remetia a esse tipo de tratamento.

Entre a prole de Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba (Quadro 4) e o núcleo familiar Tramontina Mariuzza (Quadro 5), observam-se algumas semelhanças: 1) a procedência dos cônjuges da mesma aldeia – exceto Candido Santin, que era de Mezzomonte, ainda assim, tinha descendência friulana; 2) os compadrios entre as famílias do Friuli, exceto Matteo Maccari (cuja família é descrita nos registros de propriedade de lote como provinda de Mântua, embora haja registros desse sobrenome também no Friuli) e Luigi Piccoli (que era o sacristão da época); e 3) o controle de natalidade. Para Vanini (2002, p. 4), “a estrutura familiar dos imigrantes recém-chegados sugere um real controle dos nascimentos no Velho Continente, já que se tratava de grupos familiares pequenos e médios”. Esse controle se apresentará em contraposição com o aumento das famílias dos descendentes, o que é abordado adiante.

Na ordem dos matrimônios, passa-se a uma breve descrição sobre a constituição familiar de cada filho da prole de Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina, iniciando pelo casal Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico.

Quadro 6 – Prole do casal Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico

Primeiros imigrantes		Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico ¹⁴⁴ casaram-se em 14 de janeiro de 1874, em Frisanco.					
Origem das famílias		Frisanco					
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
Pietro Di Domenico	Frisanco (09/06/1877)	Giovanni Barzan e Cesaro Giraldi	Bento Gonçalves (21/06/1902)	Oliva Di Bernardo	Frisanco	Friulana	Davide Damo e Paulo Toffoli
Santo Cristoforo Di Domenico	Frisanco (15/09/1879)	Pietro Roman e Lina Pietro	Bento Gonçalves (07/10/1899)	Maria Culau Merlo	Dona Isabel	Friulana e consanguínea	Oreste Franzoni e Antonio Lupatini
Luigi Di Domenico	Dona Isabel (08/01/1882)	Giuditta Di Domenico	—	—	—	—	—
Marina Di Domenico	Dona Isabel (02/12/1882)	—	Guaporé (10/09/1902)	Luigi Magnan	Maniago, Frisanco	Friulana e consanguínea	Paolo Toffoli e Francesco Beal
Angela Di Domenico	Dona Isabel (10/07/1884)	—	Guaporé (14/06/1904)	Antonio Magnan	Maniago, Frisanco	Friulana e consanguínea	Antonio Santin e Santo Mezzarobba
Arcangelo Di Domenico	Dona Isabel (1885)	—	Guaporé (28/04/1906)	Severina Di Bernardo	Dona Isabel	Friulana	Giacomo Santin e Umberto Culau
Luigia Di Domenico	Dona Isabel (20/03/1888)	Davide De Cecco e Maria De Cecco	Guaporé (20/06/1906)	Domenico Santin	Dona Isabel	Friulana	Secondo Gheller e José Comel
Amália Di Domenico	Dona Isabel (05/03/1890)	Davide De Cecco	Guaporé (02/06/1909)	Giacomo Troian	Dona Isabel	Friulana	Domingos Santin e Antonio Mariuzza
Ferdinando Di Domenico	Bento Gonçalves (26/03/1891)	Davide De Cecco	Guaporé (05/02/1910)	Maria Mariuzza Santin	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea (1.º grau)	Luigi Magnan e Antonio Mariuzza

¹⁴⁴ Nos documentos consultados, também se registra Giuseppe Cristoforo Di Domenico, que nasceu em 15 de março de 1853.

Elisa Di Domenico	Bento Gonçalves (05/09/1892)	Constante Di Domenico e Lucia Filippi	Guaporé (11/10/1913)	Felice Mariuzza Santin	Dona Isabel	Friulana e consanguínea (1.º grau)	Nicola Santin e Angelo Santin
Angelo Secondo Di Domenico	Bento Gonçalves (06/04/1895)	Davide De Cecco e Lucia De Cecco	Guaporé (09/10/1915)	Luigia Mosele	Guaporé	Vêneta	Pedro Marangone e Pedro Bressan
Paulo Di Domenico	Bento Gonçalves (05/07/1898)	Ernesto Tramontina e Maria Roman	—	—	—	—	—

Fonte: Mitra Diocesana de Caxias do Sul; Paróquia São Francisco de Assis de Monte Belo do Sul; Mitra Arquidiocesana de Passo Fundo¹⁴⁵; cartório de Monte Belo do Sul; cartório de Guaporé; cartório de Bento Gonçalves¹⁴⁶; Archivio di Stato di Udine.

No Quadro 6, dos doze filhos do casal Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico, sendo pertinente lembrar que eram cunhados de Candido Santin, foi possível traçar a construção familiar de dez. Referente aos matrimônios¹⁴⁷:

- ❖ Pietro Di Domenico casou-se com Oliva Di Bernardo, de origem *frisanchina*. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 21 de junho de 1902;
- ❖ Santo Cristoforo Di Domenico casou-se com Maria Culau Merlo, cuja família era natural de Frisanco. O enlace ocorre em Bento Gonçalves, em 07 de outubro de 1899;
- ❖ Marina Di Domenico casou-se com Luigi Magnan, natural de Maniago (pertencente a Frisanco na época). O enlace entre os primos ocorreu em Guaporé, em 10 de setembro de 1902;
- ❖ Angela Di Domenico casou-se com Antonio Magnan, irmão de Luigi e também natural de Maniago. O matrimônio entre os primos ocorreu em Guaporé, em 14 de junho de 1904;
- ❖ Arcangelo Di Domenico casou-se com Severina Di Bernardo, de descendência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 28 de abril de 1906;
- ❖ Luigia Di Domenico casou-se com Domenico Santin, de descendência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 20 de junho de 1906;
- ❖ Amália Di Domenico casou-se com Giacomo Troian, de descendência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 02 de junho de 1909;

¹⁴⁵ Recorreu-se à Mitra Arquidiocesana de Passo Fundo em função de os primeiros registros referente à imigração italiana da Igreja Santo Antônio de Guaporé terem sido destruídos por um incêndio na década de 1990.

¹⁴⁶ A pesquisa nos cartórios foi necessária para confirmar algumas informações em documentos de cunho civil.

¹⁴⁷ Para acompanhar com precisão as alterações de nomenclatura dos locais, junto com o ano exato de cada matrimônio, cita-se a localidade que foi palco desses enlaces.

❖ Ferdinando Di Domenico casou-se com a prima em primeiro grau consanguíneo Maria *Mariuzza* Santin em Guaporé, em 05 de fevereiro de 1910;

❖ Elisa Di Domenico casou-se com o primo em primeiro grau consanguíneo Felice *Mariuzza* Santin em Guaporé, em 11 de outubro de 1913;

❖ Angelo Secondo Di Domenico casou-se com Luigia Mosele, único cônjuge em que a família era natural do Vêneto. O enlace ocorreu em Guaporé, em 09 de outubro de 1915.

Todos os padrinhos de batismo arrolados no quadro, tanto os de Frisanco quanto os da colônia Dona Isabel (depois, Bento Gonçalves), eram de origem friulana, além de serem vizinhos de terras: De Cecco, Di Domenico, Filippi, Tramontina e Roman. Entre os nascimentos, os dos irmãos Luigi e Marina Di Domenico ocorreram no mesmo ano, em 1882.

Conforme as certidões de casamento civis registradas em Monte Belo do Sul, Agostino Brun assinou o documento da união pelas nubentes que se declararam analfabetas. Portanto, além das informações repassadas por cartas ao pároco de Poffabro, ele exercia determinado papel dentro da própria comunidade. Os homens analisados, em contrapartida, sempre constam nos documentos como alfabetizados. Esse fenômeno, explicado por Contelli (1994), Protasi (2008) e Grossutti (2018), está relacionado às migrações sazonais, especialmente masculina, e ao início da escolarização no Friuli, como visto anteriormente.

De Bento Gonçalves para Guaporé, observa-se, outra vez, predominância de matrimônios entre friulanos e descendentes, com exceção da família Mosele. Esse sobrenome também consta no banco de dados friulano, mas com menos frequência, apenas dois patriarcas Mosele. Por ser mais comum na região do Vêneto, optou-se por não o concluir como de procedência friulana.

Quanto aos compadres de matrimônio em Guaporé, os Beal e os Gheller não compartilhavam da mesma origem friulana, mas ambas as famílias se associaram aos ramos friulanos via matrimônio, além da família Damo, também não friulana, mas vizinha de linha em Guaporé. Em Dona Isabel/Bento Gonçalves, o compadre Lupatini não era friulano. Da análise do registro civil do matrimônio de Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo, observou-se que havia uma diferenciação entre testemunhas civis, que não eram tão íntimas dos nubentes, e padrinhos de casa, que eram as testemunhas do matrimônio ou do batismo religioso, mais próximas do núcleo familiar. Entretanto, poucos compadres eram não friulanos, e os matrimônios, com exceção de um caso, foram com pessoas cujas famílias possuem origem no FO. Essas considerações, além de serem expostas pelas famílias, foram verificadas no site do

governo italiano Friuli in prin, em que foi realizado o levantamento das famílias originárias do Friuli.

O nascimento dos filhos aconteceu ou no Friuli, ou em Bento Gonçalves, mas a maioria dos matrimônios concretizou-se em Guaporé. Os enlaces com as famílias Magnan, Di Bernardo, Santin, Mariuzza e Troian revelam a consanguinidade já na primeira geração no Rio Grande do Sul. Os casais consanguíneos Ferdinando Di Domenico e Maria Santin, e Elisa Di Domenico e Felice Santin eram primos por parte materna, pois as mães, Maria Mariuzza e Magdalena Mariuzza (primeira esposa de Candido Santin), eram irmãs. Portanto, a análise da genealogia apresentada no Quadro 6 remete às seguintes questões centrais: 1) a consanguinidade na primeira geração que nasceu no Brasil; 2) a herança da terra paterna, que não contemplava todos os filhos; 3) a conseqüente migração em grupo para a colônia Guaporé; e 4) os matrimônios estendidos para essa última localidade.

Em linhas gerais, apenas um matrimônio ocorreu com nubente cuja família, ao que tudo indica, não era friulana. Referente a questões ligadas a laços matrimoniais no FO, o etnógrafo Alessio Fornasin (2011), do Departamento de Estatística da Universidade de Udine, fazendo uso de fontes sacerdotais, principalmente do contexto da região anterior à emigração para o Brasil, explana sobre padrões matrimoniais friulanos – endogâmicos e exogâmicos¹⁴⁸ – resultantes de fatores relacionados com a preferência e a oportunidade. Por meio de uma perspectiva histórica, o autor elenca fatores importantes à preferência e à oportunidade de matrimônios externos à própria comunidade:

(1) Mercado de casamento: “muitas pessoas que viviam em locais particularmente isolados eram obrigadas a pedir uma dispensa matrimonial da igreja para casar-se com um primo” (MERZARIO, 1981 *apud* FORNASIN, 2011, p. 2, tradução nossa). Enquanto os níveis de endogamia de muitas comunidades pequenas eram causados pelo seu isolamento, mesmo em situações em que a mobilidade era livre, certos grupos tinham uma maior propensão para casamentos exogâmicos. Alguém considerado socialmente atípico estava mais propenso para casamento exogâmico do que outros, principalmente para as classes altas, “que fomentavam mais casamentos exogâmicos enquanto eram uma pequena minoria e, portanto, com escassez de potenciais cônjuges, do que quando sua presença era mais substancial” (KÜCHEMANN, 1974 *apud* FORNASIN, 2011, p. 2, tradução nossa).

¹⁴⁸ Casamento de um indivíduo com um membro de um grupo estranho àquele a que pertence.

(2) Normas sociais da época: entre elas, estavam escolhas impostas pela família e por parentes, condições impostas pelo Estado e pela Igreja, fatores como idade ou casamentos entre viúvos.

(3) Práticas fundiárias e de sucessão: casamentos endogâmicos teriam sido encorajados para garantir que a comunidade em geral ou as relações consanguíneas não fossem privadas dos dotes das noivas, além da posse de propriedade, pressupondo sedentarismo associado a baixos níveis de exogamia.

(4) Ocupação: os ofícios também teriam tido um papel predeterminante na formação de um casamento exogâmico, já que pessoas com ocupações enraizadas nos locais viajavam menos do que aquelas que se moviam regularmente. “Os indivíduos com mais probabilidade de casar-se dentro da comunidade de seus pais são filhos de agricultores e pequenos produtores” (WALL, 1996; RABINO-MASSA, 2005 *apud* FORNASIN, 2011, p. 3, tradução nossa). Dessa forma,

A combinação desses fatores econômicos, sociais e culturais tem importantes consequências de uma natureza biodemográfica [...]. Altos níveis de endogamia estão associados com alta consanguinidade, o que é peculiar às populações fechadas e reprodutivamente isoladas como aldeias de montanha [...], populações de elites locais [...] (FORNASIN, 2011, p. 3, tradução nossa).

Toda a investigação detalhada por Fornasin (2011) sobre o cotidiano de grupos montanhosos no Friuli está diretamente ligada aos sujeitos em análise, uma vez que também eram provenientes do FO e registrados como agricultores. Emigraram entre famílias das mesmas localidades e instalaram-se em linhas friulanas e/ou nas proximidades, como as linhas Argemiro – que é majoritariamente constituída de famílias friulanas – e Santa Bárbara – que apresenta número significativo de friulanos –, ambas em Monte Belo do Sul, município que pertencia à colônia Dona Isabel. Inclui-se nesse contexto a Linha Três de Maio, ou linha dos *furlani*, como é mais popularmente conhecida, em Guaporé, ocupada pelos descendentes de friulanos das famílias pioneiras que se fixaram na primeira colônia.

Fornasin (2011) trabalha com o termo isolamento e justifica de certa forma os matrimônios por meio dessa característica, o que é apoiado pela necessidade de manutenção da posse da terra. Preferiu-se, entretanto, defender nesta análise que eram grupos localizados em pontos de difícil acesso, mas não isolados, principalmente devido às migrações sazonais, sobretudo masculinas naquela época. De qualquer forma, a teoria de um suposto isolamento

não cabe nas colônias analisadas no Rio Grande do Sul, já que as propriedades dos migrantes averiguados faziam divisa de lotes com outros migrantes provindos de partes distintas da Itália.

Em Guaporé, os indivíduos prosseguiram com casamentos endogâmicos ou parentais entre o grupo, e sobre os ramos nessa colônia, retomando o Quadro 6, a discussão é aprofundada em capítulo posterior, demonstrando, assim, como os laços, apesar de terem se expandido para Guaporé, continuaram ainda mais estreitos e consanguíneos. Para encerrar o ciclo de análises em Dona Isabel (Monte Belo do Sul), retomam-se os demais núcleos friulanos diretamente entrelaçados com o grande grupo.

Dando continuidade aos colonizadores em Monte Belo do Sul, parte-se para a análise da prole da segunda filha do casal Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina.

Quadro 7 – Prole do casal Magdalena Mariuzza e Candido Santin

Primeiros imigrantes		Magdalena Mariuzza e Candido Santin ¹⁴⁹ casaram-se em 18 de dezembro de 1880, em Dona Isabel.					
Origem das famílias		Frisanco e Polcenigo					
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
Pietro Giovanni Santin ¹⁵⁰	Dona Isabel (16/10/1881)	Gabrielle Filippin e Lucia Dreon	Bento Gonçalves (28/11/1903)	Rosa Filippi	Frisanco	Friulana	Oswaldo Filippin e Giovanni Marin ¹⁵¹
Anna Santin ¹⁵²	Dona Isabel (1883)	—	—	—	—	—	—
Vincenza Santin	Dona Isabel (15/04/1887)	Gabrielle Filippin e Lucia Dreon	Guaporé ¹⁵³ (04/12/1909)	Giuseppe Beal	Guaporé	Vêneta	Pedro Kasper e João Dellasen
Felice Santin	Dona Isabel (17/07/1889)	Gabrielle Filippin e Lucia Dreon	Guaporé (11/10/1913)	Elisa Di Domenico	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea	Nicola Santin e Angelo Santin

¹⁴⁹ Candido Santin, para refrescar a memória do leitor, era filho de Oswaldo Santin e Giovanna Mezzarobba (Quadro 4).

¹⁵⁰ Pietro Mariuzza Santin casou-se com a filha da madrasta Giacoma, Rosa Filippi, considerada sua irmã de criação. O casal permaneceu em Monte Belo do Sul em razão da herança atrelada à segunda esposa do patriarca e aos filhos desse segundo matrimônio.

¹⁵¹ Essas testemunhas estão arroladas na declaração apresentada pelos nubentes e pelos pais ao escrivão de Monte Belo do Sul, então 2.º distrito de Bento Gonçalves. No documento, consta que não eram parentes consanguíneos e, nos termos da lei, estavam aptos ao matrimônio sem impedimentos.

¹⁵² Anna Mariuzza Santin faleceu em 28 de julho de 1907, em Bento Gonçalves, aos 24 anos de idade, antes de contrair matrimônio.

¹⁵³ O matrimônio foi registrado em General Osório, distrito de Guaporé que deu origem ao município de Muçum.

Maria Santin ¹⁵⁴	Bento Gonçalves (28/10/1891)	—	Guaporé (05/02/1910)	Ferdinando Di Domenico	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea	Luigi Magnan e Antonio Mariuzza
Antonio Santin ¹⁵⁵	Bento Gonçalves (28/04/1892)	—	Erechim (28/10/1931)	Oliva Paniz ¹⁵⁶	Erechim	Friulana	—
Santo Santin	Bento Gonçalves (17/12/1893)	Domingos Luvisa e Thereza Francescon ¹⁵⁷	Erechim (22/02/1919)	Virginia Balena	Antônio Prado	Friulana por parte materna ¹⁵⁸	José Santin e Luiz Balena
			Erechim (16/02/1952)	Tereza Maria Roman	Bento Gonçalves	Friulana	Arcangelo Mosena e Arlindo Santin

Fonte: registros batismais da Mitra Diocesana de Caxias do Sul; registros matrimoniais da cúria de Passo Fundo; registro de matrimônio do cartório de Erechim; documento civil de matrimônio do cartório de Monte Belo do Sul; sites familiares¹⁵⁹.

De acordo com o Quadro 7 – referente à prole de Magdalena Mariuzza e Candido Santin –, nasceram sete filhos do primeiro casamento de patriarca, e apenas Anna não se casou, pois faleceu na juventude.

❖ Pietro Giovanni Santin casou-se com Rosa Filippi em Bento Gonçalves, em 28 de novembro de 1903. Rosa era filha de Giacomina Filippi, esposa do segundo casamento de Candido Santin e madrastra de Pietro Santin. Nesse sentido, Pietro e Rosa haviam sido criados na mesma residência;

❖ Vincenza Santin casou-se com Giuseppe Beal, de descendência vêneta. O matrimônio ocorreu em um distrito de Guaporé, em 04 de dezembro de 1909;

❖ Felice Santin, conforme descrito anteriormente, casou-se com a prima Elisa Di Domenico em Guaporé, em 11 de outubro de 1913;

❖ Maria Santin, conforme descrito anteriormente, casou-se com o primo Ferdinando Di Domenico em Guaporé, em 05 de fevereiro de 1910;

¹⁵⁴ Não foi encontrado o registro com os padrinhos de batismo, apenas se localizou a data de nascimento.

¹⁵⁵ O registro de nascimento de Antonio Santin não foi encontrado via igreja, somente via cartório de Monte Belo do Sul, mas, em função de a família ter solicitado a retificação da data de nascimento, não constam mais as testemunhas no novo documento.

¹⁵⁶ Em função de a nubente ser viúva, foi encontrada a certidão civil, conforme o registro civil de Erechim, firmado por Luciano Cary Tedesco.

¹⁵⁷ Há registros da mesma pessoa com o sobrenome Franceschina, família originária de Frisanco, o que se acredita ser a informação mais correta. Todos os demais padrinhos de batismo são *frisanchini*: Filippin, Dreon e Luvisa.

¹⁵⁸ A família materna, de sobrenome Bressan, é originária de Venzone.

¹⁵⁹ Blogue Don Giuseppe Santin, da família Santin, e site Family Search.

❖ Antonio Santin casou-se com Oliva Paniz¹⁶⁰, de origem friulana. O matrimônio ocorreu em Erechim, em 28 de outubro de 1931;

❖ Santo Santin casou-se duas vezes, ambas em Erechim. O primeiro casamento ocorreu em 22 de fevereiro de 1919, com Virginia Balena, descendente de friulanos por parte materna – família Bressan, provinda de Venzone, no Friuli. O segundo matrimônio ocorreu em 16 de fevereiro de 1952, com Tereza Maria Roman, cuja família também havia se fixado na colônia Dona Isabel.

Como confirmaram as fontes orais e a nova migração dos filhos de Candido e Magdalena, a herança conectada à terra de Candido Santin concentrou-se no filho primogênito Pietro e nos filhos do segundo matrimônio de Candido (com a concunhada Giacoma Filippi), os quais permaneceram em Monte Belo do Sul. Já os filhos do primeiro casamento do patriarca dividiram-se entre Guaporé e Erechim¹⁶¹.

Localizou-se um documento de cunho civil em que a comunidade (de maioria vêneta) de Monte Belo do Sul denunciou o matrimônio de Pietro Santin com Rosa Filippi (filha da madrastra Giacoma), pois acreditava-se que eram meios-irmãos. Nos autos consta a declaração de testemunhas afirmando que eles não tinham grau consanguíneo. Entretanto, não se encontrou registro matrimonial religioso do casal. Portanto, trabalhou-se com o registro civil do cartório de Monte Belo do Sul.

Por falta de espaço nos lotes, ou até por questões de herança, como bloqueio fundiário, alguns dos ramos, assim como ocorreu entre muitos filhos de italianos de outras regiões de origem, partiram para novas colônias. Sobre as heranças, Levi (2015b, p. 15) advoga:

Muito pouco foi feito até agora para estudar a relação cruzada entre dote (que atinge a nova família no momento da formação) e herança (que chega na maioria dos casos à nova família em fase sucessiva) [...]. Este problema remete, assim, para um tema bastante amplo: aquele dos complexos mecanismos de financiamento da nova família na sua fase inicial, de formação do patrimônio, e da renda ao longo do ciclo de existência da família, dos presentes de casamento aos investimentos antecipados em qualificação profissional, da transmissão das tarefas e dos bens de relevância econômica – mesmo não consistindo em bens materiais (prestígio, relações) – aos fluxos de bens e de serviços que incidem sobre a renda, sobre o uso do tempo, sobre o poder de cada unidade doméstica ao longo de todo ciclo de vida da família.

¹⁶⁰ O sobrenome Paniz sofreu alteração de grafia, e a família Santin acredita que o correto seria Panizzut ou Panizzi. Contudo, de acordo com as fontes orais consultadas, Oliva teria ascendência friulana.

¹⁶¹ Assim como General Osório, em Guaporé, Erechim também estava dividido em distritos. Nesse sentido, há registros designados sob o nome Barão de Cotegipe, mas optou-se por utilizar Erechim, a fim de facilitar o entendimento da expansão migratória aos leitores.

No caso de Candido Santin, a herança material foi transferida para o primogênito e os filhos do segundo matrimônio. No início da década de 1900 – anterior à morte do patriarca, em 28 de junho de 1922 –, seus descendentes migraram de Monte Belo do Sul para novas colônias. Na região do Alto Uruguai, atuais municípios de Barão de Cotegipe e Erechim, os filhos Antonio e Santo se estabeleceram com as esposas, também descendentes de friulanos de Monte Belo do Sul. O primeiro casou-se com Oliva Paniz; o segundo, com Maria Roman. Os filhos Felice e Maria migraram com outros friulanos, por meio dos compadrios, para Guaporé. Assim os descendentes se espalharam para novas colônias, para onde estenderam as teias, em termos de Brasil, inicialmente construídas em Monte Belo do Sul.

Do casamento com a primeira esposa, permaneceu em Monte Belo do Sul apenas o primogênito, Pietro. Este casou-se com a filha da segunda esposa de Candido. Giacoma era, ao mesmo tempo, sogra e madrastra de Pietro. O casal Pietro – filho de Candido e Magdalena – e Rosa – filha de Giacoma – mostra a sequência na manutenção da herança, na esfera da prole conectada à segunda esposa.

Os filhos da segunda união permaneceram em Monte Belo do Sul, enquanto os demais dividiram-se em núcleos para colônias distintas, mantendo-se com migrações em redes: embora determinados fios fossem cortados, eram entrelaçados com outros entre o mesmo grupo étnico. Os irmãos Felice e Maria, em Guaporé, uniram-se a descendentes de friulanos diretamente ligados à esfera familiar materna: Mariuzza conectada aos Di Domenico. Isso oportunizou “a proliferação de mecanismos de proteção, e a solidariedade da periferia, que tem como patrimônio fundamental o parentesco em amplas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social” (LEVI, 2015b, p. 15). Centrando-se nos filhos Felice e Maria – frutos do primeiro matrimônio de Candido – e em suas conexões, delimita-se o espaço na inserção dos sujeitos na colônia Guaporé.

Nitidamente as estratégias de um grupo não se delimitam apenas a centrar-se em matrimônios para a manutenção de capital e suposta perpetuação de costumes, ritos e crenças. Como constatou-se nos depoimentos recolhidos, está muito além da manutenção capital, trata-se de uma questão de identificação cultural. Em entrevista, Anita Di Domenico Batistela¹⁶²,

¹⁶² Descendente de friulanos, nasceu e morou por muitos anos na Linha Três de Maio, comunidade dos *furlani*. Saiu do interior para trabalhar na sede de Guaporé, inicialmente como empregada doméstica, depois no hospital da cidade, onde atuou por mais de 40 anos. Exerce até hoje a função de técnica de enfermagem em clínicas particulares e é especialista em bloco cirúrgico.

rememorando a juventude e os contos dos antepassados, comentou sobre a questão da *dotta*¹⁶³, o chamado dote matrimonial:

Tinham umas moças da família Di Domenico. E uma delas, a [...] que era Di Domenico, casada com um Santin, ela faleceu, daí a mãe dessas moças fez a filha mais nova casar com o cunhado para não perder a dotta, para não deixar a dotta da filha para outra pessoa. E aí essa moça que foi obrigada a se casar com o cunhado, ela gostava do meu tio que também era um Di Domenico, ela namorava com esse meu tio. E na noite do casamento dela com esse cunhado, viúvo da irmã, o meu tio dançou a noite inteira com a noiva, e o noivo sentado atrás do fogão. Porque eles se gostavam, eles eram namorados, ela gostava dele, e não do outro que ela teve que casar.

O relato de Anita refere-se aos enlaces em diferentes gerações dos núcleos centrais abordados. Em função da *dotta*, ou dote¹⁶⁴ matrimonial, a descendente de friulanos da família Di Domenico foi forçada a casar com o cunhado viúvo. O dote era um costume que “expressava uma forma sutil de dominação e violência simbólica, fazendo com que fossem interiorizados pelas mulheres os dispositivos que asseguravam a sua submissão, mantendo-as em permanente estado de insegurança econômica, corporal e moral, caso não estivessem sob a tutela masculina” (ABRANTES, 2012, p. 12). No depoimento, a colaboradora esclareceu que a noiva não queria casar com o cunhado recentemente viúvo, pois namorava um rapaz da família Di Domenico. Conforme averiguado, os namorados eram primos. Anita explicou que:

A mãe dela fez ela casar. Daí quando estava na hora de vir embora do casamento, ela se abraçou na minha mãe e na tia que morava em Anta Gorda [município que pertencia a Guaporé] e ela dizia: “Pelo amor de Deus, me levem embora com vocês! Me levem embora com vocês! Eu não quero ficar casada com ele!”. Mas minha mãe naquele momento respondeu que não tinham como fazer aquilo, que como iriam fazer aquilo?

A noiva, que tinha um relacionamento afetivo com outro integrante da família, não queria casar-se por obrigação, para manutenção de um dote ou para criar os filhos da irmã que havia recentemente falecido. Trajetória semelhante é analisada por De Paris (1999, p. 143) ao descrever a família de Agostino Brun, em que uma das filhas “casou-se com o Sr. Mombelli

¹⁶³ Semelhante ao dote, geralmente é uma espécie de enxoval cedido pela família da noiva para uso em comum do casal.

¹⁶⁴ “O dote foi um costume praticado por milênios no Ocidente, sendo uma herança de origem portuguesa em virtude do processo de colonização. Tradicionalmente se constituía a partir dos bens materiais que a noiva levava para a vida conjugal, permeando a vida familiar e sendo o meio necessário para se efetuar o pacto matrimonial. Como meio viabilizador dos casamentos entre as famílias de posse, ele era o grande responsável pelos acordos e estratégias familiares envolvendo interesses políticos e econômicos” (ABRANTES; FERREIRA, 2013, p. 1).

[...] e, ao adoecer, pediu ao marido que cassasse com sua irmã. Do segundo casamento nasceram sete filhos”.

Maria Astolfi, cuja família era proprietária de casa comercial em Guaporé, próxima à linha dos friulanos, comentou que o estabelecimento da família (que era caminho obrigatório para o centro da sede Guaporé, para onde os noivos geralmente se dirigiam a fim de realizar o casamento na legalidade do civil) era parada obrigatória para a “cervejada” dos recém-casados; na sequência, seguia-se com as festividades no domicílio de um dos noivos. Maria relatou que em uma dessas ocasiões chamou a atenção a profunda tristeza de uma noiva da linha dos *furlani* que, durante a primeira parada para a “festividade”, chorava compulsivamente e afirmava que não queria casar-se com o cunhado, mas a ela havia sido imposto pela mãe que criasse os filhos da irmã e economizasse a família de pagar um novo dote em futuro matrimônio. Não se pode afirmar que os dois depoimentos levam em conta a mesma pessoa, pois as fontes orais relataram que não era incomum acontecer de a irmã assumir o lugar de esposa do cunhado viúvo.

Retomando o depoimento de Anita Di Domenico Batistela referente ao ocorrido no casamento “arranjado”, ela relatou:

Mas minha mãe sempre dizia que tinha se arrependido à morte de não ter levado ela [a noiva] embora, porque minha mãe sempre nos dizia com muita tristeza: “Imagine entregar tua outra filha para o teu genro, para ficar genro duplo, por causa de tre, quattro piatti¹⁶⁵!”. Daí foram embora [...], depois ela teve filhos com ele e tudo, e ela era mais nova que ele uns quinze, dezesseis anos [...]. Era muito normal as mulheres morrerem de hemorragia pós-parto. Imagine, às vezes acontecia de terem mais de quinze filhos.

Entre os pontos relevantes, salienta-se a tristeza que a mãe da entrevistada carregou consigo por não ter “levado a noiva embora”. Como destacou a fonte, a mãe não era de descendência friulana, uma das poucas entre o grupo. Isso não significa que apenas os friulanos agissem dessa forma, está-se tratando desse grupo étnico porque foram as fontes consultadas que relataram que as matriarcas das famílias conduziam para os novos enlances, seja pela questão econômica, seja pela preocupação com a criação dos netos dentro da mesma esfera familiar.

Assim como a noiva citada namorava o primo, o relacionamento do cunhado com a irmã falecida também havia se dado entre primos consanguíneos. Questionou-se, então, a situação dos relacionamentos entre eles, e foi esclarecido que não era frequente serem obrigadas a casar com parentes, que simplesmente existia um elo de identificação entre os jovens que “se escolhiam para o casamento”. Anita explicou que:

¹⁶⁵ Três ou quatro pratos.

Sim, nós nos criávamos juntos, éramos vizinhos de linha, crescíamos, nos apaixonávamos, casávamos, e seguia o baile! Era normal para nós, também porque, assim, era um pouco falta de opção, porque não tinha muito para onde sair, era a pé ou a cavalo!

Ou seja, havia vínculos entre os sujeitos do grupo, mas, ao mesmo tempo, isso não significava que não ocorressem escolhas particulares. Para C. S.¹⁶⁶, filho de mãe friulana, quando questionado sobre o contexto, uma vez que conviveu tanto com os parentes maternos na comunidade dos *furlani* quanto com a família paterna de origem vêneta, ele exclamou em alto e bom som:

Mas também quem que queria [casar com os friulanos]?! O pai foi porque engravidou a mãe, não por ela, que era uma pessoa boníssima, mas pela família da mãe. Ele trabalhou com uns parentes da minha mãe, e eles se desentenderam por causa de um negócio de terras, e ele me falava: “brutta razza de furlani, i me porta via tutto, se non sò un ’pò furbo i me porta via anche la donna”¹⁶⁷.

O depoente destacou que existia preconceito em torno dos friulanos, direcionado para a índole nos negócios, e isso influenciava na escolha dos relacionamentos afetivos. Os relatos mostram também que era frequente a opção por parceiros entre o mesmo grupo étnico-regional, seja por afinidade, idioma ou mesmo pela dificuldade em locomoção, já que os friulanos curiosamente sempre preferiram fixar-se em locais de difícil acesso. Esses espaços eram, entretanto, ao mesmo tempo, locais que faziam divisa de linhas com outros italianos. Portanto, embora o acesso às linhas envolvesse alguns quilômetros, isso não os caracteriza como núcleos em linhas isoladas.

Aos bens imateriais mencionados soma-se a estratégia da manutenção do bem material – terra e dote. O dote, na família citada, era algo simples, como a depoente exemplificou: “tre, quattro piatti” – três, quatro pratos –, no sentido de o enxoval ser menor por não se tratar de famílias abastadas, e por a mulher não estar no centro das dinâmicas hereditárias. Ao contrário das famílias de colonizadores no sul do país, em São Paulo, anterior à emigração de italianos – pois o estado também foi um importante palco ligado à italianidade no Brasil –, entre as famílias de destaque econômico, “os dotes eram importantes na vida dos proprietários paulistas do século XVII, pois geralmente proporcionavam a maior parte da mão-de-obra e dos meios de produção necessários para um casal dar início a sua nova unidade produtiva” (NAZZARI, 2001,

¹⁶⁶ O entrevistado concordou em falar desde que fosse resguardada a sua identidade. A entrevista foi realizada em abril de 2020.

¹⁶⁷ “Terrível raça de friulanos, eles me levam embora tudo, se não sou um pouco esperto, eles me levam embora também a esposa”.

p. 45). Ou seja, o dote representava uma diferenciação social, simbolizando *status* tanto para as famílias quanto para as filhas.

Independentemente da classe socioeconômica a que as famílias pertenciam, os breves relatos e bibliografias comentados contribuem para perceber a importância desse vínculo. “O casamento com a contribuição do dote era um meio no qual se estabeleciam acordos vantajosos, que tinham também por objetivo manter a posse e a riqueza das famílias, assim como a pureza de sangue entre a elite” (FERREIRA; ABRANTES, 2013, p. 2). Nos casos analisados, não se está tratando de elites, mas, de igual forma, de vínculos e estratégias para a manutenção das heranças em esferas distintas.

Bourdieu (2005), quanto ao processo de dominação dos gêneros, sinaliza para a ideia de que a feminilidade da mulher é um fato pressuposto pela sociedade, e tal característica faz dela um ser “para o outro”. Portanto, trata-se de estabelecer que o ser feminino foi criado para suprir as necessidades do ser masculino, sujeitando-se à ordem social de preeminência androcêntrica absoluta (BOURDIEU, 2005). Neste estudo de caso, mesmo mostrando que as matriarcas das famílias estavam estrategicamente direcionando os novos enlaces entre viúvos e cunhados, ao impor às descendentes casamentos arranjados vão ao encontro da descrição de Bourdieu (2005) sobre a imposição que muitas sociedades ainda definem em relação ao universo feminino.

Dando continuidade à abordagem da prole do casal Pietro e Virginia Mariuzza, chega-se ao enlace do último filho, Giuseppe Mariuzza. Os filhos do primeiro matrimônio de Giuseppe não são discutidos, pois isso demandaria uma abrangência muito maior de análise. No Quadro 8, reconstruiu-se, então, a genealogia do ramo a partir do segundo matrimônio.

Quadro 8 – Prole do casal Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi

Primeiros imigrantes		Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi					
Segundo matrimônio		Casaram-se em 03 de setembro de 1890, em Dona Isabel.					
Origem das famílias		Frisanco					
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
Paola Mariuzza	Bento Gonçalves (20/06/1891)	Agostino Toffollo e Zefirine Beltrame	Bento Gonçalves (01/02/1913)	Ferdinando Filippin	Dona Isabel	Friulana e consanguínea	Marco Brun e Angelo Filippin
Luigia Mariuzza	Bento Gonçalves (20/06/1892)	Francisco Pereira Leite	Bento Gonçalves (10/11/1917)	Vittorio Filippin	Dona Isabel	Friulana e consanguínea	Ottavio Filippin e Arturo Beltrami

Giuseppe Mariuzza Figlio	Bento Gonçalves (15/09/1894)	Antonio Tramontina, Vittore Filippi e Thomas Pedrotti	Bento Gonçalves (16/04/1918)	Adele Filippi	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea	Pedro Zortéa e Victorio Mariuzza
--------------------------	------------------------------	---	------------------------------	---------------	-----------------	-------------------------	----------------------------------

Fontes: Mitra Diocesana de Caxias do Sul; Paróquia São Francisco de Assis, de Monte Belo do Sul; registro civil de Bento Gonçalves; registro civil de General Osório (distrito de Guaporé).

O casal Giuseppe e Giacoma teve três filhos:

- ❖ Paola Mariuzza casou-se com o primo em primeiro grau consanguíneo Ferdinando Filippin em Bento Gonçalves, em 1.º de fevereiro de 1913;
- ❖ Luigia Mariuzza casou-se com o primo em primeiro grau consanguíneo Vittorio Filippin (irmão de Ferdinando Filippin) em Bento Gonçalves, em 10 de novembro de 1917;
- ❖ Giuseppe Mariuzza Figlio casou-se com a prima em primeiro grau consanguíneo Adele Filippi em Bento Gonçalves, em 16 de abril de 1918.

Por Giuseppe Mariuzza Figlio ser o mais jovem dos irmãos, poder-se-ia pensar que os matrimônios entre o grupo, ocorridos na segunda década de 1900, dos filhos deste patriarca apresentariam maior miscigenação com italianos de outras procedências. Na verdade, a pesquisa de campo mostrou, conforme o Quadro 8, que foi exatamente a partir das gerações mais novas de colonizadores instalados na colônia que a consanguinidade, além da descendência friulana, salta aos olhos.

Entre os padrinhos de batismo, via igreja foi possível identificar apenas o registro de Paola Mariuzza; dos demais, o acesso se deu via registro civil. Nesse sentido, a testemunha do nascimento de Luigia é Francisco Pereira Leite, que nem mesmo é de descendência italiana, e o registro foi solicitado pelo pai, Giuseppe. Já do nascimento de Giuseppe Figlio quem solicitou o registro foi a mãe, Giacoma, que declarou para justificar o atraso ter ficado doente de cama por mais de um mês. Entre as testemunhas, Thomas Pedrotti não é friulano. Na declaração de nascimento do último filho o *status* de viúva já é atribuído a Giacoma.

Ainda na certidão de Giuseppe Figlio consta que os avós maternos da criança – Angelo e Angela Filippi – moravam no estado, mostrando que essa emigração foi sem dúvida familiar, no sentido de os patriarcas terem partido da Itália com os filhos. Do lado paterno, Pietro e Virginia Mariuzza constam como falecidos, acredita-se que ainda na Itália. Por declarar-se analfabeta, Antonio Tramontina assinou por Giacoma o registro, juntamente com as testemunhas Vittore Filippi e Thomas Pedrotti.

Quanto aos matrimônios, os filhos de Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi casaram-se com primos em primeiro grau, pois todos os cônjuges eram sobrinhos de Giacoma. Entre os padrinhos/testemunhas de matrimônio, com exceção de Zortéa, todos provinham do Friuli. O matrimônio de Giuseppe Figlio e Adele Filippi não foi localizado no religioso, além disso, o registro civil foi efetuado no distrito de General Osório, embora o casal tenha falecido em Monte Belo do Sul. Dessa forma, observa-se um movimento do grupo para outras colônias, a fim de oficializar os matrimônios; em alguns casos, encontraram-se também registros de nascimento em outras localidades.

Os motivos para isso, se acontecia por falta de párocos ou funcionários nos cartórios, ou em função de os casamentos consanguíneos serem contra as normas da sociedade católica (por ser essa em número significativo), não se sabe informar. Todavia, como observado nas demais famílias, havia estratégias entre o grupo para formalizar o relacionamento perante a lei, uma vez que, após vasculhar diversas paróquias, determinados matrimônios pela via religiosa não foram localizados. Acredita-se que eles aconteciam, mas em localidade distinta daquela em que o casal se estabelecia.

Outro acontecimento comum, quando se trata de testemunhas de registro civil, é que em algumas situações, além de os próprios funcionários dos cartórios fazerem esse papel, também era habitual pedir, como favor a cidadãos que estavam próximos ao local, para testemunhar o registro dos nascimentos e até dos matrimônios. Essa prática foi confirmada pelo historiador Leonir Razador, morador de Monte Belo do Sul.

Quando analisados os documentos da família de Giacoma na Itália, encontrou-se apenas o registro Filippi; já no Brasil, à documentação é incorporado o apelido Chiella para distinguir os ramos da família, o que, como visto, fazia parte da cultura friulana. Preferiu-se neste trabalho referenciar apenas Filippi, como traz a maioria dos documentos de cunho civil italianos.

Seguindo a cronologia dos relacionamentos, passa-se à prole do segundo matrimônio de Giacoma Filippi com o concunhado e viúvo de Magdalena Mariuzza, Candido Santin.

3.5 Conectando as famílias centrais: Filippi, Santin, Mariuzza, Di Domenico e Filippin

Retomando as conexões, Giacoma Filippi era casada com Giuseppe Mariuzza, que por sua vez era viúvo de Maura Filippi; enquanto Candido Santin era casado com Magdalena Mariuzza. Após a viuvez de ambos – Giacoma Filippi e Candido Santin –, os concunhados contraíram matrimônio em 03 de fevereiro de 1896, na localidade emancipada de Dona Isabel,

município de Bento Gonçalves. Atualmente as linhas que abrangeram essas relações encontram-se no município de Monte Belo do Sul, que se emancipou de Bento Gonçalves, conforme comentado anteriormente.

Referente a questões hereditárias da família de Candido Santin, como arrolado, a herança permaneceu em posse majoritariamente dos descendentes do segundo matrimônio, pois, mesmo o filho primogênito de Candido sendo fruto do primeiro casamento, esse herdeiro casou-se com a filha da madrasta Giacoma, interligando as famílias Santin e Filippi aos demais herdeiros do segundo casamento. Diferentemente de Pietro Santin, que permaneceu em Bento Gonçalves (Monte Belo do Sul), os demais filhos do primeiro matrimônio migram para novas terras, de Bento Gonçalves para Guaporé e Erechim, conforme explanado.

Entre os casais que colonizaram a primeira localidade analisada, demonstrar-se-á como sucederam os enlaces entre aqueles que permaneceram vinculados à herança material patriarcal. Entre as famílias, Filippi, Filippon e Mariuzza eram ferreiros; Di Domenico eram carpinteiros, pedreiros e sapateiros; e Santin originariamente eram carpinteiros, trabalhavam corriqueiramente com a construção de barcos de madeira em Veneza e no ramo madeireiro em geral. Devido à união de Candido Santin com uma descendente da família Tramontina Mariuzza, o núcleo, além de atuar na construção de moinhos e em trabalhos funerários, passou a se dedicar à ferraria. É importante frisar que todos esses ofícios continuavam sendo agregados ao mundo campesino.

A discussão centra-se nas conexões citadas no subtítulo, embora as relações também se estabeleçam com outros sujeitos de origem friulana. Inicia-se com o matrimônio de Candido Santin e Giacoma Filippi.

Quadro 9 – Prole do casal Giacoma Filippi e Candido Santin

Primeiros imigrantes		Giacoma Filippi e Candido Santin					
Segundo matrimônio		Casaram-se em 03 de fevereiro de 1896, em Bento Gonçalves.					
Origem das famílias		Frisanco e Polcenigo					
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
João Leonardo Santin ¹⁶⁸	Bento Gonçalves (23/08/1897)	Constante Di Domenico e Lucia Dreon	Bento Gonçalves (11/05/1918)	Angela Filippon	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea	Teodoro Brun e Giuseppe Razador

¹⁶⁸ No período analisado, alguns registros aconteciam com datas diferentes, pois nem sempre as famílias deslocavam-se imediatamente para realizar o batismo e o registro de nascimento civil. Conforme as fontes orais,

Maria Albina Santin ¹⁶⁹	Bento Gonçalves (10/12/1901)	Oswaldo Filippin e Maria Filippi	Bento Gonçalves (10/08/1921)	Vittorio Andreuzzi	Bento Gonçalves	Friulana	Giuseppe Luvisa e Giuseppe Mariuzza
Maria Adelina Santin ¹⁷⁰	Bento Gonçalves (18/06/1906)	Ernesto Tramontina e Maria Filippi	Bento Gonçalves (24/10/1925)	Giuseppe Luvisa	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea	João Di Bernardo e Angelo Cesca

Fontes: registros batismais da Mitra Diocesana de Caxias do Sul; certidões do registro civil de Monte Belo do Sul; registros matrimoniais da Paróquia Santo Antônio, de Bento Gonçalves; registros matrimoniais da Paróquia São Francisco de Assis, de Monte Belo do Sul.

Referente aos matrimônios dos filhos do casal Giacoma Filippi e Candido Santin, estabeleceram-se da seguinte forma:

- ❖ João Leonardo Santin casou-se com a prima em primeiro grau consanguíneo Angela Filippin em Bento Gonçalves, em 11 de maio de 1918;
- ❖ Maria Albina Santin casou-se com Vittorio Andreuzzi, cuja família provinha de Navarons, no FO. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 10 de agosto de 1921;
- ❖ Maria Adelina Santin casou-se com o primo em segundo grau consanguíneo Giuseppe Luvisa, cuja família é originária de Cavasso Nuovo, no FO. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 24 de outubro de 1925.

Do matrimônio de Candido Santin com Giacoma Filippi, chegaram à fase adulta apenas três filhos. Todos tiveram padrinhos friulanos. Os matrimônios também aconteceram com outros descendentes de friulanos, sendo que Angela Filippin era sobrinha de Giacoma; e Giuseppe Luvisa era filho de uma prima de Giacoma (Romana Filippi, casada com Domingos Luvisa), o que tornava os nubentes primos em segundo grau consanguíneo. Nos registros, Giuseppe Luvisa consta como alfaiate. Já Maria Albina Santin casou-se com Vittorio

não era raro aguardar a vizinhança ter filhos para, então, deslocarem-se em grupo para a sede distrital, a fim de realizar os registros e, assim, economizar a viagem e compartilhar os apadrinhamentos. Encontraram-se certidões de João Leonardo Santin e de Leonardo Santin com a mesma data de nascimento, mas com nomes incompletos. Considerou-se o registro paroquial de batismo como fonte em que o nome está completo: João Leonardo Santin. O mesmo sujeito era conhecido, entretanto, apenas como Leonardo Santin. Localizou-se ainda, no site de genealogias familiares, o registro João Santin, filho de Candido e Giacoma, que foi considerado tratar-se da mesma pessoa.

¹⁶⁹ Assim como no caso de João Leonardo Santin, há registros incompletos do nome: em alguns apenas Albina Santin, em outros Maria Albina Santin. Nesse cenário, encontraram-se divergências nas datas de nascimento, mas, depois de analisar diversas fontes e não localizar registros de óbito distintos, concluiu-se que o nome completo é Maria Albina Santin, salvo qualquer engano.

¹⁷⁰ A informação de que Maria Adelina Santin era casada com Attilio Cortina, disponível no site Family Search, é incorreta. Conforme a certidão de óbito, Maria Adelina Santin, filha de Candido Santin, faleceu viúva de Vittorio Andreuzzi. Cogita-se ter havido outra cidadã com os mesmos nome e sobrenome, mas nascida de outra árvore genealógica, provavelmente neta de Candido Santin e Giacoma Filippi.

Andreuzzi, cuja família provinha de Navarons¹⁷¹. Quanto aos compadres de matrimônio, exceto a família Razador, o restante compartilhava da descendência friulana.

Resumidamente, do ramo de Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba, aprofundou-se a trajetória familiar de Candido Santin. Na sequência, abordou-se a trajetória da família da primeira esposa do imigrante, Magdalena Mariuzza. Na análise da família Mariuzza, expuseram-se os matrimônios dos três filhos dos patriarcas Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina com as famílias Santin, Di Domenico e Filippi. Como a intenção é exemplificar, com base em algumas famílias, como aconteciam os enlances com outros friulanos, optou-se por aprofundar também as famílias Di Domenico e Filippin. O ramo Filippin, unido à família Filippi em diversos pontos, juntamente com os descendentes de Candido Santin, mantém o ofício de ferreiro até a atualidade em Monte Belo do Sul. Já a família Di Domenico é crucial na compreensão da extensão das relações mais aprofundadas na migração interna para a colônia Guaporé. Os Di Domenico também mantêm a profissão trazida pelos antepassados como sapateiros, além de atuar no contexto agrícola.

Na ordem dos matrimônios da família Mariuzza, passa-se ao enlace com a família Di Domenico, por meio da união de Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico. Em Monte Belo do Sul, os Di Domenico também estão entre as famílias que colonizaram inicialmente as linhas de friulanos, e os descendentes estão entre o grupo que, na sequência, migrou para a colônia Guaporé. No Quadro 10, descreve-se a filiação de Giuseppe, ligando-o aos ramos da família Di Domenico.

Quadro 10 – Filiação de Giuseppe Di Domenico

Casal colonizador	Filiação de Giuseppe	Nascimento	Matrimônio	Nascimento do cônjuge	Padrinhos de matrimônio
Giuseppe Di Domenico e Maria Mariuzza	Cristoforo Di Domenico e Lucia Culau Merlo	Frisanco (15/03/1853)	Frisanco (14/01/1874)	Frisanco	Osvaldo Filippin e Luigi Filippi

Fonte: Archivio di Stato di Udine; Chiesa Parrocchiale dei Santi Fosca Maura e Osvaldo Re¹⁷².

Conforme o quadro, Giuseppe Di Domenico era natural de Frisanco, filho de Cristoforo Di Domenico e Lucia Culau Merlo, e aportou no Brasil já casado com Maria Mariuzza. Observa-se que, ainda em Frisanco, os padrinhos de matrimônio já envolviam as famílias

¹⁷¹ Para confirmar a procedência dessa família colonizadora em Monte Belo do Sul, consultou-se Razador (2019).

¹⁷² Informações gentilmente cedidas pelo padre Heitor Di Domenico.

Filippon e Filippi, cujos patriarcas também emigraram para a mesma colônia e as mesmas linhas da família Di Domenico.

Entre os membros da família Di Domenico, Giuseppe não foi o único a se fixar na colônia Dona Isabel, em Monte Belo do Sul, por isso passa-se à análise do ramo familiar do primo de Giuseppe, Constante Di Domenico, casado com Lucia Dreon (Quadro 11).

Quadro 11 – Filiação de Constante Di Domenico

Casal colonizador	Filiação de Constante	Nascimento	Matrimônio	Nascimento do cônjuge	Padrinhos de matrimônio
Constante Di Domenico e Lucia Dreon	Giovanni Battista Di Domenico e Angela Filippi	Frisanco	09/02/1879	Frisanco	Arturo De Carli e Pietro Roman

Fonte: Archivio di Stato di Udine; Razador (2019).

Constante e Lucia são abarcados no estudo por estarem ligados à continuidade dos laços estendidos à colônia Guaporé. Constante Di Domenico era filho de Giovanni Battista Di Domenico e Angela Filippi, portanto os laços entre essas famílias vinham de tempos anteriores à emigração para o Brasil, sendo que, no Rio Grande do Sul, esses enlaces apenas tiveram uma reprodução daquilo que já sucedia no arco alpino italiano. Os padrinhos de matrimônio de Constante Di Domenico e Lucia Dreon foram Arturo De Carli e Pietro Roman, ambas as famílias emigradas na mesma leva e no mesmo período e instaladas nas mesmas linhas. Constante era irmão de Michele Di Domenico, cujos matrimônios aconteceram em 16 de abril de 1877, em Frisanco, com Giudith Rosa; e em 26 de outubro de 1897, em Bento Gonçalves, com Fosca Roman; ambas as esposas eram friulanas, naturais de Frisanco. Ou seja, novamente os laços que aconteceram nas comunidades analisadas já traziam nós iniciados em Frisanco.

Sobre os colonizadores da família Di Domenico, em função de os filhos herdarem os mesmos nomes dos pais e avós, verificou-se uma série de equívocos. Para se chegar à informação mais precisa possível, utilizaram-se duas fontes sobre a filiação: as informações disponibilizadas pelo Archivio di Stato di Udine e os dados publicados por Razador (2019)¹⁷³.

Os sites de genealogia sobre a família Di Domenico apresentam incoerências, desse modo, não foram considerados de forma isolada para uso em pesquisa acadêmica. Embora existam outros ramos de diferentes genitores dos Di Domenico, devido às dificuldades de

¹⁷³ Leonir Razador (2019) trabalhou com fontes sacerdotais e de cunho civil, tanto quando cita alguns matrimônios ocorridos na localidade – atual Monte Belo do Sul –, como quando aborda a questão da procedência das famílias no Friuli. Além disso, ele é o responsável pela manutenção do *gemellaggio* que o município possui com Schiavon, Vêneto, Itália. Dessa forma, já visitou as localidades na Itália em diversas ocasiões.

identificação especificadas, selecionaram-se apenas os casais dos quadros 10 e 11. Também outros ramos dessa família migraram para Guaporé e, igualmente, perpetuaram práticas matrimoniais entre o grupo até a atualidade, conforme é esclarecido adiante.

Quadro 12 – Prole do casal Constante (Filippi) Di Domenico e Lucia (De Cecco) Dreon “Della Gatta”

Primeiros imigrantes		Constante Di Domenico e Lucia Dreon					
Origem das famílias		Frisanco					
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
Michele Di Domenico	Frisanco (12/01/1879)	Pietro Roman e Lina Pietro	Bento Gonçalves (08/07/1902)	Carlotta Thereza Rosa	Dona Isabel	Friulana	Matteo Zanchet e Antonio Razador
Albino Di Domenico	Dona Isabel (11/04/1883)	Giuseppe Argenta e Angela Piacentini	Bento Gonçalves (12/02/1908)	Adelina Luvisa	Dona Isabel	Friulana	Aniceto Mignoni e Luiz Friggeri
Victoria Di Domenico	Dona Isabel (1885)	—	Bento Gonçalves (02/05/1904)	Andrea Razador	Dona Isabel	Não friulana; eram vizinhos.	Ernesto Tramontina e Domenico Salvini
Marcolina Giovanna Di Domenico	Dona Isabel (05/04/1888)	Giovanna Moro	Bento Gonçalves (12/02/1916)	Pietro Chiminazzo	—	Não friulana	Vittorio Santin e Beniamino Marin
Angela Di Domenico	Dona Isabel (24/08/1890)	Antonio Ferraretto e Pietro Cestani	Bento Gonçalves (12/10/1908)	Eduardo Di Domenico	Dona Isabel	Friulana e consanguínea	Agostino Tramontina e Antonio Passuello Filho
Stella Di Domenico ¹⁷⁴	Dona Isabel (05/09/1890)	Matteo Zanchet e Giovanna Zanchet	—	—	—	—	—
Romano Di Domenico	Bento Gonçalves (18/05/1893)	Matteo Zanchet e Joanna Moro	Bento Gonçalves (14/02/1916)	Margherita Bergamaschi	Bento Gonçalves	Não friulana	Giuseppe Rasador e Antonio Rasador

Fonte: registros batismais da Mitra Diocesana de Caxias do Sul; registros matrimoniais da Paróquia São Francisco de Assis, de Monte Belo do Sul; cartório de Monte Belo do Sul; cartório de Bento Gonçalves; Archivio di Stato di Udine; genealogias familiares.

¹⁷⁴ Acredita-se que, devido aos gastos cartoriais, havia certa relutância em realizar os registros quando a criança apresentava pouca expectativa de vida, representando assim uma forma de economia doméstica, o que explicaria o fato de Stella Di Domenico ter sido registrada com poucos dias de diferença de Angela Di Domenico. A situação pode se tratar também do nascimento de gêmeas ou de natimorto registrado posteriormente. Ressalta-se ainda que, de acordo com as fontes orais consultadas, nem sempre os registros eram realizados imediatamente, podendo haver uma diferença até mesmo de anos entre o real nascimento e o registro de fato.

O casal Constante (Filippi) Di Domenico e Lucia (De Cecco) Dreon – entre parênteses estão citados os sobrenomes maternos, pois serão imprescindíveis para a compreensão dos laços estendidos para Mar del Plata, na Argentina – teve seis filhos que chegaram à idade adulta e seguiram em matrimônios, sendo eles:

- ❖ Michele Di Domenico casou-se com Carlotta Thereza Rosa, de origem friulana. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 08 de julho de 1902;
- ❖ Albino Di Domenico casou-se com Adelina Luvisa, de origem friulana. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 12 de fevereiro de 1908;
- ❖ Victoria Di Domenico casou-se com Andrea Razador, de origem vêneta. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 02 de maio de 1904;
- ❖ Marcolina Giovanna Di Domenico casou-se com Pietro Chiminazzo, de descendência italiana, mas não friulana. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 12 de fevereiro de 1916;
- ❖ Angela Di Domenico casou-se com o primo Eduardo Di Domenico em Bento Gonçalves, em 12 de outubro de 1908;
- ❖ Romano Di Domenico casou-se com Margherita Bergamaschi, de descendência vêneta. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 14 de fevereiro de 1916.

Nos registros da prole de Constante Di Domenico e Lucia Dreon consultados, já há o indicativo do apelido Della Gatta para assinalar a diferença genealógica dessa família em relação aos outros Di Domenico. Entre os documentos comparados, verificou-se a existência de mais uma filha, Joanna, falecida aos 14 anos de idade, em 1902. Na certidão de óbito, duas questões chamam a atenção: Constante declarou 1) que o pai Giovanni Battista Di Domenico residia na Itália, enquanto a mãe Angela Filippi já era falecida; e 2) que a filha faleceu por falta de assistência médica. Observa-se que parte da família havia permanecido em Frisanco, e ainda se constata a falta de profissionais para atender os colonos.

No Quadro 12, nota-se uma discrepância entre os compadrios. Nos registros civis, as testemunhas geralmente eram pessoas que circulavam na parte urbana das colônias e prestavam o favor de assinar o documento legal – de acordo com o depoimento de Leonir Razador. Quando foi possível analisar os registros religiosos, em que constam os ditos “padrinhos de casa”, a maioria era friulana, com exceção das famílias Argenta, Ferraretto e Cestani, nos registros de batismo; e das famílias Mignoni, Passuello, Friggeri e Razador, nos registros de matrimônio. Conforme as colônias foram se estruturando – por exemplo, Guaporé –, onde havia mais sacerdotes para realizar os batismos nas igrejas das comunidades, os registros por essa via se

tornaram mais completos. Assim, comprova-se que essas redes e cadeias migratórias fortaleceram-se significativamente.

No Quadro 13, inevitavelmente alguns matrimônios já foram apresentados nos quadros anteriores.

Quadro 13 – Prole do casal Domenico Filippin e Catterina Franceschina

Primeiros imigrantes		Domenico Filippin e Catterina Franceschina					
Origem das famílias		Frisanco					
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / testemunhas
Gabrielle Angelo Filippin	Frisanco (prov. em 1848)	—	Frisanco (19/03/1880)	Lucia Beltrame	Frisanco	Friulana	Antonio De Carli e Pietro Roman
Oswaldo Filippin	Frisanco (1854)	—	Frisanco (06/04/1882)	Maria Filippi	Frisanco	Friulana	Pietro Roman e Pietro Marcolina
Davide Filippin	Frisanco (prov. em 1858)	—	Frisanco (18/02/1883) ¹⁷⁵	Anna Maria Filippi Tomè	Frisanco	Friulana	Luigi Tonello e Pietro Roman
Maria Filippin	Frisanco (aprox. em 1860)	—	Dona Isabel (1888)	Antonio Roman Ross	Frisanco	Friulana	—
Rosa Filippin	Frisanco (prov. em 1866)	—	Dona Isabel (1888)	Carlo Santin	Mezzomonte, Polcenigo (prov. em 1865)	Friulana	—

Fonte: Archivio di Stato di Udine; registros civis do cartório de Monte Belo do Sul.

Legenda: aprox. - aproximadamente; prov. - provavelmente.

No Quadro 13, observa-se a família de Domenico Filippin e Catterina Franceschina. Pelos registros encontrados, ele era filho de Giacomo Filippin e Domenica Bernardon; e ela era filha de Giovanni Franceschina e Rosa Della Zana; todos de Frisanco. O casal Domenico e Catterina teve cinco filhos:

- ❖ Gabrielle Angelo Filippin casou-se com Lucia Beltrame em Frisanco, no FO, em 19 de março de 1880;
- ❖ Oswaldo Filippin casou-se com Maria Filippi em Frisanco, em 06 de abril de 1882;

¹⁷⁵ Os dados estão de acordo com o registro civil de Frisanco. Existe informação familiar de que o matrimônio religioso ocorreu em 04 de março de 1883, mas optou-se por manter a data da fonte oficial encontrada.

- ❖ Davide Filippin casou-se com Anna Maria Filippi Tomè em Frisanco, em 18 de fevereiro de 1883;
- ❖ Maria Filippin casou-se com Antonio Roman Ross em Dona Isabel, em 1888;
- ❖ Rosa Filippin casou-se com Carlo Santin em Dona Isabel, em 1888.

Apesar de se verificar uma variação entre os locais de matrimônio, Frisanco, no FO, e colônia Dona Isabel, no Brasil, com exceção de Carlo Santin, originário de Mezzomonte, o restante dos cônjuges é proveniente de Frisanco, e este quadro é composto por redes 100% friulanas.

Os registros obituários mostram que o casal de patriarcas faleceu no Brasil, portanto, constituíam mais uma família cuja emigração aconteceu envolvendo o núcleo familiar mais íntimo. Domenico, por exemplo, faleceu em 30 de setembro de 1903, aos 81 anos de idade, no então município de Bento Gonçalves. Tendo em mente que todos os grupos familiares em análise se estabeleceram durante a década de 1880 na colônia, os patriarcas já apresentavam idade avançada quando emigraram.

Os matrimônios de três dos filhos aconteceram em Frisanco, com outras famílias daquela *comune*. Os matrimônios no Rio Grande do Sul, que aconteceram com as famílias Roman Ross e Santin, também foram com sujeitos friulanos. A partir da instalação dos friulanos na mesma linha ou nas proximidades da colônia Dona Isabel, houve uma mescla da população, mas isso ocorreu majoritariamente dentro de uma cadeia friulana, e não com outros italianos vizinhos de linhas.

Os compadrios da prole de Domenico e Catterina Filippin foram todos entre friulanos. Dos matrimônios que aconteceram em Frisanco, os padrinhos eram igualmente *frisanchini*; dos que ocorreram em Dona Isabel, não foram encontrados registros, tanto pela via religiosa quanto pela legal, porque os livros paroquiais do início da colonização de Monte Belo do Sul foram furtados, e havia pouca estrutura jurídica voltada para o registro civil. Em muitos momentos da pesquisa foi mais viável encontrar informações na Itália (onde há um vácuo de documentação até a unificação) do que propriamente no Brasil. Constata-se que existiu todo um plano, englobando diversos setores, para trazer os imigrantes europeus, mas pouco foi feito para a recepção dessa população em termos de estrutura legal e em alguns locais também religiosa, além da falta de estrutura sanitária e em outras esferas.

Da prole de Domenico Filippin e Catterina Franceschina, ainda nos limites de Monte Belo do Sul, destaca-se a constituição da família de Osvaldo Filippin e Maria Filippi. Maria Filippi era irmã de Giacoma, e os filhos Victorio Filippin, Ferdinando Filippin e Angela

Filippon casaram-se com os primos Luigia Mariuzza, Paola Mariuzza e João Leonardo Santin (respectivamente), filhos de Giacoma. Analisando apenas os sobrenomes paternos (Filippon e Santin), não se chega a tal conclusão. O estudo de redes familiares exige, pois, um olhar mais cauteloso sobre as relações.

Quadro 14 – Prole do casal Osvaldo Filippon e Maria Filippi

Primeiros imigrantes		Osvaldo Filippon e Maria Filippi casaram-se em 06 de abril de 1882.				
Origem das famílias		Frisanco				
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas	Matrimônio	Cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
Angelo Felice Filippon ¹⁷⁶	Frisanco (16/07/1882)	Pietro Roman e Lucas Filippi	Bento Gonçalves (18/08/1906)	Cecilia Roman	Friulana	Augustino Pascuello e João Badin
Celeste Filippon ¹⁷⁷	Dona Isabel (29/09/1884)	—	Bento Gonçalves (13/04/1907)	Maria Comel	Friulana	Secondo Bergamini e Angelo Roman
Victorio Filippon ¹⁷⁸	Dona Isabel (17/07/1886)	—	Bento Gonçalves (10/11/1917)	Luigia Mariuzza	Friulana e consanguínea	Ottavio Filippon e Arturo Beltrami
Ferdinando Filippon	Dona Isabel (05/03/1888)	Vittorio Beltrame e Maria Beltrame	Bento Gonçalves (01/02/1913)	Paola Mariuzza	Friulana e consanguínea	Mario Brun e Angelo Filippon
Luigia Rachele Filippon	Dona Isabel (16/09/1889)	Pietro Toffoli e Maura Marin	Bento Gonçalves (17/04/1907)	Romano Brun	Friulana	Cezare Pio e Adolpho Brun
Luiz Antonio Filippon	Bento Gonçalves (05/09/1893)	João Marin e Maria Cervais	Bento Gonçalves (27/04/1918)	Eleira Adele Cesca	Friulana	Angelo Tramontina e Antonio Vivan
Angelo Filippon	Bento Gonçalves (19/02/1896)	Davide Filippi e Pierina Dreon	Faleceu antes de se casar.	—	—	—
Angela Filippon ¹⁷⁹	Bento Gonçalves (19/02/1896)	Davide Filippi e Pierina Dreon	Bento Gonçalves (11/05/1918)	João Leonardo Santin	Friulana e consanguínea	Teodorico Brun e Giuseppe Razador

¹⁷⁶ Os dados de nascimento foram coletados do registro civil do Archivio di Stato di Udine (nascimentos do período de 1871-1884), já os dados de matrimônio encontram-se no cartório de Monte Belo do Sul.

¹⁷⁷ Mesmo na certidão de nascimento de inteiro teor do cartório de Monte Belo do Sul, não constam as testemunhas de nascimento.

¹⁷⁸ Mesmo na certidão de nascimento de inteiro teor do cartório de Monte Belo do Sul, não constam as testemunhas de nascimento.

¹⁷⁹ No caso dos irmãos Angela Filippon e Angelo Filippon, foi realizada consulta entrecruzando duas fontes de nascimento, registro religioso e registro civil, além de registros familiares. Ambas as crianças teriam nascido com

Maria Adelina Filippon	Bento Gonçalves (13/06/1899)	João Marin e Giacomina Filippi	Bento Gonçalves (23/11/1927)	João Salvador ¹⁸⁰	Friulana por parte materna (família Beltrami)	Antonio Vivan e Secondo Filippi
------------------------	------------------------------	--------------------------------	------------------------------	------------------------------	---	---------------------------------

Fontes: Archivio di Stato di Udine; cartório de Monte Belo do Sul; cartório de Bento Gonçalves; Cúria Diocesana de Caxias do Sul; Paróquia São Francisco de Assis, de Monte Belo do Sul.

Oswaldo Filippon e Maria Filippi tiveram nove filhos.

- ❖ Angelo Felice Filippon casou-se com Cecília Roman, de origem friulana. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 18 de agosto de 1906;
- ❖ Celeste Filippon casou-se com Maria Comel, de origem friulana. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 13 de abril de 1907;
- ❖ Victorio Filippon casou-se com a prima em primeiro grau consanguíneo Luígia Mariuzza em Bento Gonçalves, em 10 de novembro de 1917;
- ❖ Ferdinando Filippon casou-se com a prima em primeiro grau consanguíneo Paola Mariuzza em Bento Gonçalves, em 1.º de fevereiro de 1913;
- ❖ Luígia Rachele Filippon casou-se com Romano Brun, de origem friulana. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 17 de abril de 1907;
- ❖ Luiz Antonio Filippon casou-se com Eleira Adele Cesca, de origem friulana. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, na data de 27 de abril de 1918;
- ❖ Angela Filippon casou-se com o primo em primeiro grau consanguíneo João Leonardo Santin em Bento Gonçalves, em 11 de maio de 1918;
- ❖ Maria Adelina Filippon casou-se com João Salvador, de origem friulana. O enlace ocorreu em Bento Gonçalves, em 23 de novembro de 1927.

Das informações arroladas no Quadro 14, apenas o sobrenome Cervais não consta no banco de dados friulano. Entre os matrimônios, todos os cônjuges possuem descendência friulana, mesmo no caso de João Salvador, em que a família materna é de origem friulana. Os únicos padrinhos/testemunhas de matrimônio que são exceção ao grupo friulano são Augustino Pascuello e Cezare Pio, pois Giuseppe Razador, além de vizinho de linha, tinha laços de parentesco. Chega-se a mais um quadro em que as redes são principalmente entrelaçadas, em vários sentidos, com outros friulanos, não necessariamente de Frisanco, mas do FO.

um mês de diferença, pois, conforme a certidão de batismo de Angelo Filippon, localizada na diocese de Caxias do Sul, ele nasceu em 19 de fevereiro de 1896, e Angela Filippon, em 08 de março de 1896, de acordo com o registro civil (o registro religioso não foi encontrado). Dessa forma, deduziu-se que eram gêmeos, e o registro de batismo foi abreviado, fazendo com que não gerasse um segundo documento confirmando o nascimento de Angela. A existência de Angela confirma-se, pois, pelo registro civil com data próxima ao registro de batismo do irmão e pela certidão de matrimônio. Não foi localizado o registro de óbito de Angelo.

¹⁸⁰ Para este matrimônio, foi encontrado registro civil em Monte Belo do Sul.

Recapitulando: os grupos de imigrantes friulanos em análise estabeleceram-se em linhas específicas, onde eram maioria da população, na colônia Dona Isabel. As famílias emigraram da Itália geralmente em núcleos completos: pais, filhos, irmãos, sobrinhos, primos, avós; todavia, eram núcleos menores, o que demonstra determinado controle de natalidade. Logo na formação dos primeiros núcleos familiares no Rio Grande do Sul, os grupos foram ampliados, e a situação foi acentuada na primeira geração que nasceu no estado, como se discutirá adiante.

Nos esquemas familiares descritos, é nítida uma emigração planejada, estratégica nos dois lados do oceano, tanto na vinda para o Brasil, quanto na compra e quitação de lotes e no auxílio entre o grupo na colônia. Esses imigrantes eram adeptos a práticas de ofícios urbanos, aplicadas na Europa e trazidas para a parte Sul do Brasil. Isso não significa que deixaram de tirar proveito daquilo que a terra oferecia, uma vez que eram camponeses por tradição. Entre as famílias analisadas, principalmente os núcleos Mariuzza, Filippi e Filippou trouxeram o ofício de ferreiros, enquanto os Mezzarobba e Santin eram ligados a trabalhos com madeira. A família Di Domenico era formada por agricultores, mas também exerciam os ofícios de carpinteiros e pedreiros e eram habilidosos na fabricação artesanal de sapatos – técnica até hoje conhecida em Poffabro e Frisanco.

Além das famílias analisadas, surge com frequência a figura de Agostino Brun, que acompanhava os trâmites no âmbito civil, assinando pelas compatriotas que não eram alfabetizadas. Brun também foi um ponto-chave para a migração estratégica em direção ao Rio Grande do Sul e auxiliou na readaptação dos friulanos em pontos específicos da colônia Dona Isabel, conforme comprova a correspondência que trocava com o pároco de Poffabro. Para Micelli (1995), existia um interesse maior por trás das informações encontradas na carta analisada, que provavelmente estava ligada às colonizadoras, uma vez que os descendentes foram sócios de subcolonizadora no Brasil.

Desses primeiros grupos, entre aqueles que não emigraram casados para Monte Belo do Sul, averiguou-se que firmaram matrimônios majoritariamente com outros friulanos, fortalecendo essas redes em várias direções pelo sistema laborativo artesão, pelos compadrios e pela migração – planejada entre o grupo também para a colônia Guaporé. Como ocorreu uma significativa ampliação e o fortalecimento das redes entre os descendentes dos primeiros friulanos, que, conforme se buscou expor, mesclaram-se com outros da mesma parte regional italiana, elencaram-se alguns galhos das famílias centrais, já miscigenadas, para demonstrar como, ao contrário daquilo que se pensava, na colônia Guaporé, criada a partir do terceiro

período de colonização, esses sujeitos seguiram os mesmos moldes culturais trazidos do FO, tanto nos ofícios e no idioma como nos compadrios e matrimônios.

Para a continuidade da análise, foram elencadas as redes matrimoniais de alguns dos sujeitos mais relevantes para o recorte da pesquisa. Concentrando-se no ramo de Giuseppe Di Domenico e Maria Mariuzza (Quadro 6), destaca-se da prole o matrimônio de três filhos, casados com descendentes de outras famílias em análise:

1. Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo;
2. Ferdinando Di Domenico e Maria Santin;
3. Elisa Di Domenico e Felice Santin.

Os três casais apresentam consanguinidade, uma vez que eram primos. Também são desmembrados outros galhos dessas relações, afinilando a análise de fontes em Guaporé até o ano de 1964.

Antes de adentrar a colônia Guaporé, abordam-se as redes que se articularam com os demais friulanos e descendentes, originários de Frisanco e instalados em Mar del Plata, Argentina. É pertinente recordar que “o país da prata” era o principal destino daqueles que se dirigiam para as Américas (68% do total), seguido pelos Estados Unidos e Brasil (GONÇALVES 2012). Nessa direção, Grossutti observa que:

Na Argentina, a comunidade de *frisanchini* se concentra praticamente em Mar del Plata, na província de Buenos Aires. As preferências por Mar del Plata não são claras. Apesar de que os núcleos mais consistentes chegam nos primeiros anos cinquenta do nosso século [século XX], já em 1887 se transfere para a cidade atlântica Giacomo Rosa Donati, de Casasola. Nascido em 1855, que primeiramente havia emigrado para Alemanha, Romênia e França de onde, em 1885, embarcou para a Argentina (GROSSUTTI, 1995, p. 284, tradução nossa).

O autor ainda explica, citando Barili (1995 *apud* GROSSUTTI, 1995), que, antes de migrar para Mar del Plata, Giacomo Rosa Donati exerceu o ofício de pedreiro/construtor nas reestruturações da casa do governo argentino em Buenos Aires.

Dessa forma, evidencia-se que, muitas vezes, as redes a que o pesquisador se propõe a analisar, calçadas em parentesco e relações de compadrios, tornam a suceder-se. Assim, já no início de 1900, determinado grupo parental de Monte Belo do Sul migrou para Mar del Plata. Visavam a uma migração qualificada, uma vez que eram funileiros, e, mais do que isso, as redes de compadrio se estabeleceram justamente com a família Rosa Donati, citada por Grossutti (1995). Ou seja, antes da emigração significativa de outros *frisanchini* da Itália para Mar del Plata, o grupo em análise já estendia os vínculos, certamente iniciados na Itália, com os

compatriotas instalados na Argentina. A diferença, segundo as fontes orais da família Filippon, é que partiram com um esquema profissional planejado e apoiado por esses conhecidos. Isso fortaleceu os nós da teia, que se mostram sempre conectados, independentemente de terem emigrado para partes distintas da América Latina.

3.6 De Monte Belo do Sul, Rio Grande do Sul, para Mar del Plata, Argentina¹⁸¹

Conforme arrolado no segundo capítulo, existiram diferenças significativas na emigração italiana para o Sul do Brasil, quando confrontada, por exemplo, com a emigração para São Paulo e Minas Gerais. Em comparação com os estudos da Argentina¹⁸², o sociólogo Márcio de Oliveira defende que:

[...] o tema da imigração foi muito mais estudado na Argentina do que no Brasil¹⁸³ [...]. Finalmente Fausto (2000) organiza um volume inteiramente dedicado à questão da imigração na América Latina, com o título de “Fazer a América”, onde, pela primeira vez em uma publicação brasileira, são comparadas as perspectivas e trajetórias de imigrantes para o Brasil em relação a outros países latino-americanos, como Argentina, Chile, Uruguai e Cuba (OLIVEIRA, 2011, p. 1-2).

Em “Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças” (2011), Oliveira compara a quantidade de pesquisas entre Brasil e Argentina e destaca que as pesquisas argentinas trabalham sob o viés do transnacionalismo de imigrantes para o Brasil. Nesse sentido, “o transnacionalismo é definido pela antropologia como o processo em que o migrante constrói um campo social que conecta seu país de origem com aquele de chegada” (AMBROSINI, 2009, p. 71, tradução nossa). Aprofundando ainda mais o tema, acredita-se que há estudos escassos da trajetória de migrantes interligados por redes que emigraram da Itália para o Brasil e, posteriormente, para a Argentina e demais países na esfera das Américas.

¹⁸¹ Referente aos estudos sobre a imigração italiana na Argentina, além das obras citadas, destacam-se: Bertagna (2009; 2006), Devoto (2003a; 2007), Devoto e Bernaldo (2001), Ferreres (2004), Fernández (2017), Franzina (1995a) e Gallo (1983).

¹⁸² A intenção não é aprofundar a discussão sobre a imigração italiana na Argentina, apenas apresentar determinados pontos comparativos entre este país e o Brasil, por serem os principais receptores de italianos na América Latina. Pretende-se futuramente retomar os estudos sobre a Argentina.

¹⁸³ De fato, enquanto na Argentina há, por exemplo, um livro com o título de *Historia de la Inmigración en la Argentina* (DEVOTO, 2002; 2009), além de numerosas outras publicações, nada há de semelhante no Brasil. Nos anos 1980, ao tema imigração era dada pouca importância. Nos anos 1990, esse cenário começou a mudar, e a revista argentina *Estudios migratorios* dedicou um número à imigração brasileira. No final da década de 1990, a coleção “História da vida privada” retornou ao tema com trabalhos de diferentes autores (OLIVEIRA, 2011, p. 1-2).

Considerando a pertinência nas relações dos friulanos e descendentes deste estudo de caso, aponta-se, mesmo que superficialmente, para a trajetória familiar – com os aportes de compadrios – do Rio Grande do Sul para Mar del Plata, na Argentina. O objetivo é verificar que as conexões não se encerravam após a partida dos vilarejos italianos; nesta análise, nem mesmo entre as gerações que nasceram em solo distinto do italiano, pois seguiram em uma sequência de contatos na América Latina. “As cadeias surgiram para os imigrantes não pioneiros como movimento que informa aos futuros imigrantes sobre as possibilidades de trabalho que encontrará, como podem se alojar, como podem se deslocar e, por vezes, até mesmo os meios para realizar a emigração” (CONSTANTINO, 2014, p. 37). Assim, a família De Cecco conectou-se com outras famílias de friulanos, inclusive emigradas diretamente (em termos de América Latina) do Friuli para a Argentina, mantendo os vínculos de informações. Antes de iniciar a análise dessas relações, abordam-se brevemente as principais questões em torno da emigração de italianos para Brasil e Argentina.

3.6.1 Singularidades na emigração italiana para Argentina e Brasil

Entre os anos 1816 e 1822, Argentina e Brasil tinham em comum a grande extensão de territórios e populações que não davam conta da ocupação total dos espaços: na Argentina, 700 mil habitantes em 2,8 milhões de km², enquanto no Brasil, 3,6 milhões de pessoas distribuídas em 8,5 milhões de km². A emigração direcionada para o Brasil tinha, entre outros propósitos, o branqueamento da população, que apresentava grande percentual de afrodescendentes (38%, em 1819). Esse não era, contudo, o caso específico da Argentina, cuja população era 70% composta por brancos (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

O início da colonização remonta à década de 1820 em ambos os países, mas os italianos apareceram em pequenos números nessa primeira fase, na qual os alemães começaram a surgir no Brasil, e os ingleses e escoceses, na Argentina. Nesse último país, a primeira fase da imigração italiana teve um caráter urbano. A partir da década de 1830, durante o governo de Juan Manuel de Rosas, sobressaiu-se o interesse dos genoveses e lígures, que se dedicaram na Argentina a trabalhos ligados à navegação e ao comércio, de forma particular em Buenos Aires, no bairro denominado La Boca del Riachuelo. De acordo com o censo nacional argentino de 1869, viviam em Buenos Aires 59% dos italianos presentes no país, que já representavam 3,8%

do total da população, enquanto na cidade de Rosário residiam outros 3% de italianos (DEVOTO, 2002).

Após a queda de Juan Manuel de Rosas (1852), instalaram-se na Argentina outros grupos de italianos, com destaque para os lombardos e piemonteses, que se sobressaíram na colonização de áreas rurais juntamente com outros imigrantes de origem europeia, como suíços e franceses, fixando-se nas primeiras colônias fundadas pelo governo argentino, por exemplo, em Chivilcoy e nas províncias de Santa Fé (San Carlos) e Entre Ríos (San José). Essa imigração teve a influência na Itália dos agentes e subagentes da imigração, que atuaram com as companhias de navegação e empresários ligados aos projetos de colonização. Os imigrantes situados nessas primeiras colônias argentinas passaram por processos difíceis, seja por questões relacionadas aos indígenas, seja por problemas de comercialização dos produtos agrícolas, devido à falta de vias de acesso (BERTAGNA, 2018). Além do povoamento e da defesa de fronteiras, no caso argentino, o objetivo vinha acompanhado de questões voltadas à colonização com base nas “virtudes” dos imigrantes campestres europeus que poderiam ser incorporadas no restante da população (DEVOTO, 2009). Apesar de as centralidades nos objetivos serem um pouco distintas, a emigração italiana para Argentina e Brasil caracterizou esses dois países como os maiores receptores de italianos na América Latina.

Retomando as análises de redes e cadeias migratórias deste estudo de caso, que se interligam com a Argentina, como foi esclarecido no início do trabalho, percebeu-se um outro elo que se fez presente ainda em Monte Belo do Sul. Da prole de Domenico Filippin e Catterina Franceschina (Quadro 13), analisou-se em minúcias a constituição familiar do filho Osvaldo Filippin, que se casou com Maria Filippi, e cujos laços são relevantes para compreender como essas relações se fortaleceram em Monte Belo do Sul.

Ainda do casal Domenico e Catterina, a constituição familiar do filho Davide Filippin é de extrema importância para entender os nós que teceram a rede para além do Brasil. Destacam-se duas netas de Domenico e Catterina para a análise. Como observado, Davide Filippin casou-se com Anna Maria Filippi Tomè em Frisanco, em 18 de fevereiro de 1883, e o casal emigrou com toda a família, pais e irmãos, para o Brasil. Entre os filhos de Davide e Anna Maria, elencam-se: Maria e Carlota. As duas são os pontos centrais para compreender como a rede, iniciada em Frisanco, seguiu com outros friulanos na Argentina.

Maria nasceu em 1889 e casou-se com Felice (ou Félix) De Cecco em 03 de julho de 1909, em Bento Gonçalves, atual município de Monte Belo do Sul. No ano seguinte, em 1910,

ambos já estavam em Mar del Plata, na Argentina, conforme atestam os registros de nascimento dos filhos. Os enlaces, entretanto, não param nesse casal.

A irmã Carlota Filippon nasceu no Brasil, em 1884, fixou-se igualmente em Mar del Plata e casou-se com Angel De Cecco. Ele, por sua vez, como constam nos registros, nasceu na Itália, em 1881. O caso levanta uma série de possibilidades, pois não há registro da entrada de Angel no Brasil nem do matrimônio de ambos. Em função de terem nascido em países diferentes, provavelmente, está-se tratando de dois sujeitos cujas famílias partiram do mesmo ponto de saída, Frisanco, mas em emigrações distintas, e que, posteriormente, tornaram a se encontrar em um país além do Brasil e da Itália.

Emilio Franzina (1994), em *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina (1876-1902)*, comprova, por meio da análise das correspondências entre italianos e suas redes de parentela, divididos entre Europa e América Latina, uma sequência de trocas de informações entre os sujeitos. Por exemplo, na carta de Luigi Basso, datada de 28 de julho de 1878, da cidade de Rosário de Santa Fé, para a esposa que permaneceu na Itália, sobre as condições de vida na Argentina, Luigi destaca:

[...] se tem de dormir no campo, à luz das estrelas, como os animais, que são mais bem alojados os animais na Itália do que os cristãos na América. *Pensei em ir a Montevidéo, capital do Uruguai, e, se não tiver trabalho, irei ao Sul do Brasil*, que lá existe mais trabalho, e ao menos eles têm uma boa moeda, e não como aqui na Argentina, que o dinheiro perde sempre mais de vinte [em suma, 20%], e não se vê nem ouro nem prata, e há uma terrível lei que com essa moeda não se pode ir de uma província para outra, deve-se trocá-la e perder metade [do valor]. [...] *agora não posso partir porque não tenho o bastante em dinheiro, mas assim que fizer bastante dinheiro eu vou para aquelas partes [Sul do Brasil], porque vizinho de mim estão dois indivíduos vênets que vieram daqueles lugares*, porque acreditavam que na Argentina se encontrassem boas terras, mas hoje estão arrependidos e não veem a hora de ter o dinheiro para viagem de retorno para aquelas partes que estavam melhores e dizem que não eram bem pagos, mas pelo menos a moeda é boa (FRANZINA, 1994, p. 96, tradução e grifos nossos).

A carta de Luigi Basso vem ao encontro deste trabalho, em que se busca demonstrar que, para além da comunicação entre América Latina e Itália, existia a circulação de informações entre os migrantes em países latinos. Além disso, evidencia que havia uma distinção entre os grupos. As famílias dos sujeitos desta análise, segundo as informações cedidas pela família Filippon, já estavam estruturadas no Rio Grande do Sul, além de se observar a tradição de migração qualificada desde a Europa entre o grupo. Antes de migrarem novamente, houve uma prospecção referente ao mercado de trabalho, uma vez que, conforme apontam também os registros de Udine, eram compostas por ferreiros as famílias tanto De Cecco quanto Filippi,

Filippon e Tramontina, desde gerações anteriores, e a família De Cecco, além de ferraria, trabalhava com funilaria em Monte Belo do Sul. Assim, outros parentes instalados em Mar del Plata, na Argentina, perceberam a pouca oferta de trabalho referente principalmente à elaboração em metal de telhados das casas, já que os materiais utilizados se deterioravam facilmente em função do clima litorâneo. As qualificações profissionais se expandiam, pois, de acordo com as necessidades voltadas aos setores.

Constatam-se, portanto, situações distintas de emigração. Luigi Basso estava vivendo as dificuldades de 1878; já os friulanos da família Filippon analisados estavam migrando mais uma vez, a partir da primeira década de 1900, ou seja, a estrutura econômica era distinta em cada época. Além disso, o grupo que migrou do Brasil para Mar del Plata alcançou ascensão social. Portanto, “os imigrantes não eram um grupo homogêneo, e a diversidade de trajetórias mostra o quanto os recursos financeiros e as opções para fazer determinadas escolhas foram desiguais para os indivíduos que compartilhavam dos mesmos valores [no sentido étnico-cultural]” (VENDRAME, 2010, p. 74). Dessa forma, apesar de fazerem parte de um mesmo contexto de crise na Europa, a instalação em países distintos – Brasil e Argentina – dos friulanos desta análise não impossibilitou novo reencontro entre os conhecidos da Itália.

Analisando os padrinhos de batismo dos filhos desses casais que partiram para a Argentina, verifica-se que os fios da rede seguiram sendo costurados. Nesse sentido, os laços entre os migrantes não cessaram após a grande emigração, justamente em função da coligação estabelecida por cartas e cartões postais. Há provas e registros da comunicação entre Mar del Plata e Monte Belo do Sul até 1976. Conforme as fontes orais, da mesma forma, manteve-se a comunicação com os parentes instalados na Filadélfia, EUA. Infelizmente tais correspondências não foram conservadas. Sobre os locais que os imigrantes privilegiavam para se instalar nos EUA, Grossutti explica:

Depois da Segunda Guerra Mundial, aqueles que chegam aos Estados Unidos preferem grandes cidades, como Nova York, ou as comunidades de assentamentos mais antigos, como Chestnut Hill, ao norte da Filadélfia. As redes migratórias iniciadas pelos friulanos entre os séculos XIX e XX parecem ainda demonstrar sua eficácia e seu potencial (GROSSUTTI, 2013, p. 22, tradução nossa).

A preferência pela Filadélfia como destino migratório nos EUA, somada ao relato de que houve troca de correspondências do núcleo familiar norte-americano com o de Monte Belo do Sul, torna coerente a existência do vínculo entre os friulanos em ambas as partes do continente.

3.6.2 Núcleos familiares de Monte Belo do Sul para Mar del Plata

Alguns núcleos familiares participaram, como dito, do movimento migratório da primeira colônia analisada para Mar del Plata, na Argentina. Através de breves reconstruções genealógicas, buscou-se dar conta de demonstrar como as relações vistas até o momento seguiram em país latino vizinho.

No Quadro 15, são descritas as informações coletadas sobre os sujeitos na Argentina.

Quadro 15 – Família Filippon e Filippi Tomè

Patriarcas	Davide Filippon e Anna Maria Filippi Tomè (Quadro 13)
Filhas do casal que emigraram para a Argentina	Carlota Filippon e Maria Filippon
Cônjuge de Carlota Filippon	Angel De Cecco (Emigrou do Friuli para a Argentina.)
Cônjuge de Maria Filippon	Felice/Félix De Cecco (Casaram-se em Bento Gonçalves, em 03/07/1909.)
Registros profissionais de Angel e Felice	Funileiros, ferreiros e couteiros

Fonte: Archivo di Stato di Udine; Parroquia de San Pedro, Argentina.

Dos registros encontrados da prole de Davide Filippon e Anna Maria Filippi Tomè, foi possível localizar cinco filhos. Deles, elencaram-se as duas filhas cujas trajetórias são de interesse para o estudo.

❖ Carlota Filippon casou-se com Angel De Cecco (não foram localizados a data e o local do matrimônio – pelos dados averiguados em Monte Belo do Sul, certamente esse matrimônio ocorreu na Argentina);

❖ Maria Filippon casou-se com Felice/Félix De Cecco em Bento Gonçalves (Monte Belo do Sul), em 03 de julho de 1909.

Do enlace de Maria Filippon com Felice De Cecco, destaca-se a filiação do cônjuge (filho de Davide De Cecco e Lucia Filippi Tomè).

Quadro 16 – Família De Cecco e Filippi Tomè

Patriarcas	Davide De Cecco e Lucia Filippi Tomè
Filhos considerados nesta pesquisa	Felice De Cecco, Luiz De Cecco e Elisa De Cecco
Cônjuge de Felice De Cecco	Maria Filippon (Casaram-se em Bento Gonçalves, em 03/07/1909.)
Cônjuge de Luiz De Cecco	Itália Tramontina (Casaram-se em Bento Gonçalves, em 04/09/1911.)
Cônjuge de Elisa De Cecco	Valentin Tramontina (Casaram-se em Bento Gonçalves, em 14/02/1920.)

Fonte: registro civil de Monte Belo do Sul.

Confrontando os quadros 15 e 16, constata-se o parentesco entre as matriarcas das famílias consideradas. Conforme as certidões de matrimônio de Frisanco, Anna Maria Filippi Tomè e Lucia Filippi Tomè eram irmãs, filhas de Angelo Filippi Tomè e Domenica Danelin. Dessa forma:

❖ Felice De Cecco e Maria Filippin eram primos em primeiro grau consanguíneo, uma vez que as mães eram irmãs;

❖ Angel De Cecco e Carlota Filippin eram primos também e, ao que tudo indica, em segundo grau consanguíneo. Não foi possível, contudo, verificar a filiação correta de Angel, pois existem sujeitos com nomes semelhantes, mas esposa distinta. De qualquer forma, pela profissão e pelo local de procedência, é certa a existência de parentesco.

Luiz e Elisa De Cecco, irmãos de Felice, casaram-se com sujeitos da família Tramontina, filhos de Enrico Tramontina e Domenica Roman. Elisa se uniu em matrimônio com Valentin Tramontina, fundador da empresa Tramontina. E Luiz casou-se com Itália Tramontina. Esse último casal também aparece na Argentina, mas não se conseguiu, para este trabalho, encontrar informações suficientes para construir a genealogia familiar.

No Quadro 17, observam-se os filhos de Angel De Cecco e Carlota Filippin.

Quadro 17 – Prole do casal Angel De Cecco e Carlota Filippin

Filhos	Nascimento	Padrinhos de batismo	Local
Erminda Lucia ¹⁸⁴	09/04/1909	Humberto Filippin e Lucia Magnan	Mar del Plata, AR
Alfonso David	28/01/1911	Oswaldo Rosa Donati e Vicenta Rosa Cesca	Mar del Plata, AR
Hugo	28/03/1913	Luiz De Cecco e Itália Tramontina	Mar del Plata, AR
Rinaldo Arturo	17/04/1918	Arturo Del Bianco e Adalgisa Vascelo	Mar del Plata, AR
Delia Maria	14/01/1921	Caytano Niglia e Victoria Rosa Cesca	Mar del Plata, AR

Fonte: Parroquia de San Pedro; Parroquia de Santa Cecilia¹⁸⁵.

Legenda: AR - Argentina.

¹⁸⁴ Foi localizado o registro de matrimônio de Erminda Lucia De Cecco. Ela se casou com Pascoal Angeli, de descendência friulana, em 09 de maio de 1934, em Mar del Plata.

¹⁸⁵ Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Dos padrinhos de batismo, apenas os sobrenomes Vascelo e Niglia não são ligados ao Friuli. A presença dos sobrenomes Cesca e Del Bianco é verificada em vários locais do Friuli. E o sobrenome Rosa destaca-se em Frisanco e Maniago. No quadro, além de constar os tios Luiz De Cecco e Itália Tramontina como padrinhos, há um sujeito com o sobrenome Rosa Donati, o mesmo do imigrante analisado por Grossutti (1995), Giacomo Rosa Donati.

No Quadro 18, constam os filhos de Felice De Cecco e Maria Filippon.

Quadro 18 – Prole do casal Felice De Cecco e Maria Filippon

Filhos	Nascimento	Padrinhos de batismo	Local
Ana	30/07/1910	Antonio Dreon e Itália Di Bernardo	Mar del Plata, AR
David Jordano	21/11/1912	Arturo Del Bianco e Adalgisa Vascelo	Mar del Plata, AR
Rita Elma	08/01/1918	Enrique Beltran e Paulina Beltran	Mar del Plata, AR
Maria Elsa	22/12/1920	Santo Dreon e Marina Dreon	Mar del Plata, AR

Fonte: Parroquia Mar del Plata; Parroquia de Santa Cecilia¹⁸⁶.

Legenda: AR - Argentina.

Novamente ocorre o sobrenome Vascelo entre os compadrios. Embora não haja ligação direta com o Friuli desse sobrenome, provavelmente Adalgisa Vascelo era casada com Arturo Del Bianco, cujo sobrenome é friulano. A única ocorrência do sobrenome Beltran foi a verificada no Quadro 18. O comum nas localidades friulanas é encontrar o sobrenome Beltrame, existindo a possibilidade de Beltrame ter sido registrado de forma equivocada, como aconteceu no Brasil, onde, após entrecruzar as fontes de registro civil, identificou-se que existiam incoerências de grafia. Contudo, são evidentes as redes entre as mesmas famílias, cujos laços iniciaram em Frisanco e prosseguiram por meio de compadrios e matrimônios no Brasil e com os demais compatriotas dos mesmos núcleos familiares instalados na Argentina.

Ferreiro e Fernández, no estudo “Nupcialidad, compadrazgo y endogamia en las Yungas de Jujuy (Noroeste de Argentina) durante la primera mitad del siglo XIX” (2013), exploram os principais dispositivos de recrutamento parental e os hábitos nupciais e de compadrios em uma região da Argentina (um local *pedemontano* andino na fronteira com a Bolívia) relativamente isolada e caracterizada por uma forte endogamia, durante a primeira metade do século XIX. Os autores analisam as motivações e estruturas das redes endogâmicas mostrando como isso

¹⁸⁶ Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

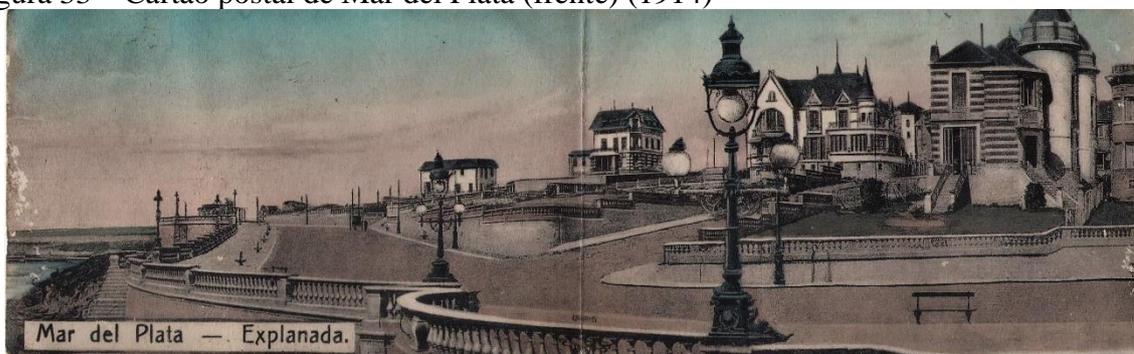
reflete não somente na divisão territorial, mas também no agrupamento em torno de sobrenomes que detêm determinados recursos, e como as famílias prosseguiram com essas alianças até a terceira geração (FERREIRO; FERNÁNDEZ, 2013). Algumas questões pontuais do estudo – envoltas em um universo de conservação patrimonial, fronteiras, regiões fronteiriças e montanhosas, onde se instalaram certos contingentes de imigrantes europeus – assemelham-se a este trabalho, uma vez que, da mesma forma, ambos os grupos instalados na Argentina (em Mar del Plata e Yungas de Jujuy) buscaram a manutenção de aspectos voltados para a família e o patrimônio, seja material ou imaterial.

Referente aos compadrios, Woortmann (1990, p. 33), no trabalho “‘Com parente não se neguecia’: o campesinato como ordem moral”, explica que: “A reciprocidade de parentesco (e o compadrio é uma forma de parentesco simbólico) é comum em grupos camponeses”. A cisão do grupo doméstico pelo casamento dos filhos correspondia à instalação de novos sítios e à gradativa constituição de comunidades de parentesco com uma base territorial. Também a reciprocidade e o compadrio jogavam um papel central. Através do compadrio, podia-se manipular a composição de cada grupo doméstico, segundo códigos culturais definidos e coerentes com o modelo da família. Um grupo doméstico com excedente de meninas trocava filhas com outro grupo que tivesse excedente de meninos pela via do compadrio. Nesse caso, como em outros, se A se torna padrinho de um ou mais filhos de B, este, por sua vez, será padrinho de um ou mais filhos de A, estabelecendo-se uma relação de reciprocidade direta. Compadres são concebidos como irmãos rituais (e, com grande frequência, são “irmãos de sangue”). Embora esta análise seja voltada para migrantes com ofícios urbanos, a mesma conotação de costumes camponeses é verificada, pois, conforme discutido, apesar de artesãos, os sujeitos eram camponeses por tradição.

Ainda que nas fontes bibliográficas italianas não tenham sido encontrados os dados referentes à consanguinidade em Frisanco como foi possível averiguar sobre Mezzomonte (ambas *comuni* localizadas no FO), observa-se que os grupos de *frisanchini* e de outras partes do mesmo espaço regional também reagruparam-se tanto no Brasil quanto na Argentina, mantendo os vínculos com sujeitos da mesma procedência familiar italiana. Nesse sentido, mesmo não aprofundando os matrimônios consanguíneos particularmente de Frisanco anterior à emigração para a América Latina, levou-se em consideração o estudo de Fornasin (2011), que constata essa prática matrimonial entre os grupos *pedemontanos* em geral do FO.

Nas figuras 33 e 34, apresenta-se um cartão postal enviado para a família Filippon instalada em Monte Belo do Sul.

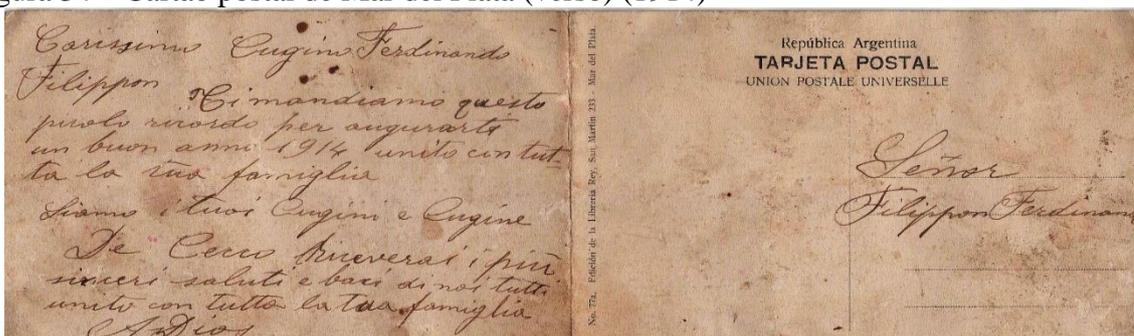
Figura 33 – Cartão postal de Mar del Plata (frente) (1914)



Fonte: arquivo pessoal de Adelar Filippon.

A parte frontal do cartão ilustra a cidade de Mar del Plata, onde se instalaram os migrantes dos quadros 17 e 18 apresentados anteriormente.

Figura 34 – Cartão postal de Mar del Plata (verso) (1914)



Fonte: arquivo pessoal de Adelar Filippon.

No verso do cartão verifica-se a parte escrita do documento. No texto, a família De Cecco, da Argentina, envia saudações à família do primo Ferdinando Filippon, de Monte Belo do Sul. Entre as linhas, é possível identificar ainda a data de envio do postal: 1914.

A Figura 35 traz uma fotografia da família De Cecco em Mar del Plata, datada de 1937. No verso do documento, encontra-se o recado: “Vi mando questo ritratto con Nelda di Luigi e Lelli di Felice. Saluti a tutti!”, assinado por Santina.

Figura 35 – Fotografia em Mar del Plata (1937)



Fonte: arquivo pessoal de Adelar Filippon.

Em 1937, ou seja, mais de 20 anos depois de migrarem para Mar del Plata, a comunicação continuava sendo em italiano. Nas cartas posteriores, de que se tem registro até 1976, a correspondência enviada para os parentes no Brasil ocorre em espanhol, por exemplo, na carta assinada pelas “hijas de Felix”:

*Mi papa con sus jovenes 90 años se siente muy bien y nosotros que estamos en su alrededor estamos muy contentos agradeciendole a Dios todos los dias que pasa. Mar del Plata, 20/12/1973*¹⁸⁷.

Mesmo os idiomas tornando-se distintos entre os núcleos familiares – no Brasil, o português; na Argentina, o espanhol¹⁸⁸ –, a comunicação prosseguiu por quase um século: iniciada na década de 1880, uma vez que permitiu a organização de nova migração no início de 1900, e registrada até 1976. Dessa forma, houve uma constante troca de informações entre os

¹⁸⁷ Meu pai, com seus jovens 90 anos, sente-se muito bem, e nós que estamos ao seu redor estamos muito felizes, agradecendo a Deus a cada dia que passa. Mar del Plata, 20/12/1973.

¹⁸⁸ Nesse sentido, consultar Mordente, em “A herança da língua italiana na fala e na cultura dos argentinos: italianismos e italianidade” (2019), em que se abordam as mudanças e adaptações por que passaram a cultura e a língua na Argentina devido à imigração italiana no país.

familiares do Rio Grande do Sul e aqueles da Argentina. Na fotografia comprovam-se também as novas gerações de descendentes das famílias migrantes.

As famílias De Cecco, Filippin e Filippi associavam à agricultura o ofício de ferreiros. Ferdinando Filippin tinha a maior ferraria de Monte Belo do Sul, assim como os Tramontina, em Carlos Barbosa, ligados à família De Cecco pelos matrimônios. O patriarca Valentin Tramontina, cujo sobrenome batizou a empresa, iniciou, por meio do trabalho como ferreiro, funileiro e afins, o desenvolvimento do nome da família no ramo industrial. Entretanto, quem gerenciou, de fato, o empreendimento foi a esposa Elisa De Cecco com nova sociedade, pois o patriarca faleceu em 1939, quando a empresa estava ainda no período inicial de ampliação.

As famílias Filippin De Cecco (também descendentes da família Filippi Tomè e interligadas aos Tramontina) que partiram para a Argentina formaram um sistema de redes voltadas para a qualificação profissional, conforme confirmaram as fontes orais. Como sempre mantiveram contato com os parentes, distribuídos entre Brasil, Argentina e EUA, informavam-se sobre a necessidade na demanda de trabalho em outros países. Por exemplo, os parentes em Mar del Plata escreviam aos em Monte Belo do Sul relatando que os telhados das casas se deterioravam com muita facilidade em função do clima marítimo, e que a mão de obra como funileiro no local era escassa. Além disso, o sujeito Giacomo Rosa Donati, que aparece um tanto quanto desconexo nos movimentos migratórios analisados por Grossutti (1995), mostrou-se intrinsecamente conectado, pelas redes de compadrio, aos ramos familiares que partiram de Monte Belo do Sul para o país da prata.

Portanto, o ofício de ferreiro, exercido desde a Itália, em tempos em que se englobava uma gama de “fazeres” dentro da mesma especialidade, e a prática das migrações pela Europa, anterior à partida para as Américas, facilitaram a organização em novas migrações. A comunicação estabelecida entre eles, neste estudo de caso, foi também essencial. Sobre as famílias mais instruídas educacional e profissionalmente, Leonir Razador sublinhou que:

Eles tinham uma vanguarda muito grande no sentido das habilidades profissionais, e, se não bastasse isso, as famílias Santin e Filippin, para se ter uma ideia, não batizavam os filhos com nomes comuns, por exemplo, o nome Helga, porque eles estavam lendo um romance cujo personagem era Helga. Dos Filippin, tem uma senhora falecida há pouco tempo, chamava-se Domitila, que era o nome da amante de Dom Pedro, e havia um romance sobre isso, e eles estavam lendo o romance quando nasceu a filha. Ou seja, veja bem, era uma família que lia! Isto era fato raro dentro da imigração italiana [referindo-se à imigração camponesa], porque dava pra contar nos dedos as famílias que tinham o hábito da leitura!

Tratando-se de migrantes com certo nível de instrução, é nítida a comunicação que havia entre eles. Os registros mostram, por exemplo, o matrimônio de Felice De Cecco e Maria Filippon em 1909, em Bento Gonçalves, mas, em 1910, o casal já se encontrava na Argentina, batizando a primeira filha. Essas mudanças em um curto período de tempo evidenciam que havia toda uma rede comunicativa e organizativa em torno do grupo. Conseqüentemente, eles estavam envoltos por informações que davam determinada segurança quanto às questões profissional e econômica. Ainda conforme Razador:

O conhecimento que tenho sobre o Davide De Cecco é dele e das duas filhas Maria e Elisa, mas sei, por exemplo, que tinha um ramo da família na Argentina, e que frequentemente estes parentes visitavam a família, a Maria [moradora de Monte Belo do Sul], porque a Elisa já estava morando em Carlos Barbosa [trabalhando com o esposo Valentin Tramontina], e nós achávamos algo espetacular, porque eram os argentinos que estavam ali, e a fala deles era diferente etc.

Com o passar do tempo, as visitas se tornaram constantes nos dois países latinos. A Figura 36 é um dos registros realizados em uma dessas visitas familiares, quando descendentes de friulanos brasileiros estiveram com os parentes na Argentina.

Figura 36 – Descendentes das famílias De Cecco e Filippon (Mar del Plata, 1992)



Fonte: arquivo pessoal de Lucimar Filippon.

Na fotografia, datada de janeiro de 1992, observam-se, no centro e sentadas à mesa, Lucimar e Edilia Filippon, parte da família de Monte Belo do Sul. Elas estão acompanhadas da família de Félix De Cecco, entre filhas, noras, netas e bisnetas¹⁸⁹, na casa localizada na Rua Rioja, em Mar del Plata, Argentina.

¹⁸⁹ Não foi possível identificar cada uma das integrantes da fotografia.

Conforme a família Filippin de Monte Belo do Sul, a comunicação via cartas cessou com as novas tecnologias e a instalação de telefones. As famílias mantiveram contato frequente até a primeira década dos anos 2000. O grupo conservou as redes e conexões, mesmo estando em países distintos, em nova migração voltada para a oportunidade profissional. Em Mar del Plata, os De Cecco tinham o próprio negócio, trabalharam por muito tempo com funilaria, enquanto as mulheres da família (a maioria das filhas não deixou herdeiros) trabalhavam com loja de roupas, no estilo *boutique*, no centro da cidade.

Esta parte do trabalho buscou identificar as famílias provenientes do FO, Itália, que eram adaptadas a profissões para além da agrícola e estavam interligadas, sobretudo, por via matrimonial. Dessas conexões, iniciadas na Europa, foram mantidos os contatos entre os compatriotas emigrados do Friuli e instalados entre Brasil, Argentina e EUA, como as entrevistas e os dados apresentados deixaram esclarecido.

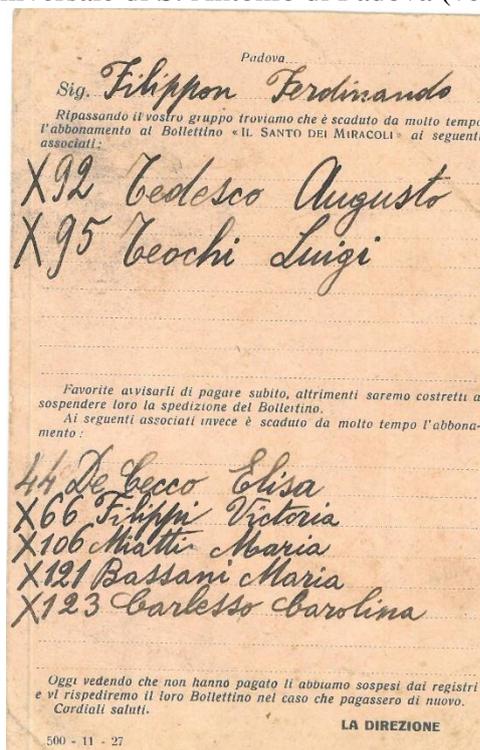
Adelar Filippin destacou que, principalmente com os parentes fixados na Filadélfia, era comum trocar correspondências sobre a economia e, inclusive, receber direcionamentos sobre migrar ou não para outros países. Mas, de acordo com ele, os elos mais íntimos permaneceram com aqueles da Argentina, em função da proximidade territorial e da oportunidade de visita. O colaborador mostrou uma cobrança da Itália e brincou relatando que, do *paese*, eles também recebiam correspondência, mas em outro sentido – aquele de receber dinheiro dos migrantes, como se pode observar nas figuras 37 e 38.

Figura 37 – Associazione Universale di S. Antonio di Padova (frente)



Fonte: arquivo pessoal de Adelar Filippin.

Figura 38 – Associazione Universale di S. Antonio di Padova (verso)



Fonte: arquivo pessoal de Adelar Filippin.

As figuras 37 e 38 mostram como ainda havia conexão dos imigrantes também com a Itália e os vínculos de pagamentos para a Associazione Universale di Santo Antonio di Padova. Assim, comprova-se que existiam frequentes ligação e comunicação intercontinentais. Para Vendrame (2010, p. 70),

Mesmo sendo particulares e íntimas, as cartas assumiam uma importância pública como veículo de avisos, que reforçavam a ligação com a comunidade de origem, possibilitando, assim, as transferências de outros grupos de imigrantes. Foi por meio das redes de comunicação organizadas e mantidas em ambos os lados do Atlântico que os emigrantes tomaram conhecimento dos recursos que poderiam ser encontrados no Brasil, de tal modo, como as informações, as garantias de acesso à terra, a disponibilidade de trabalho, as vantagens e os auxílios, que poderiam obter foram notícias frequentes que os já instalados enviaram aos seus conterrâneos. A manutenção desses contatos direcionou as ocupações nos núcleos coloniais e o surgimento de novas configurações sociais reforçadas pelas relações de solidariedade, pelas alianças e pela reciprocidade.

Ao mesmo tempo em que se mantinham as comunicações entre os friulanos em países distintos da América, continuavam os vínculos entre os sujeitos que permaneceram na parte Sul do Brasil.

Este capítulo buscou demonstrar que as famílias friulanas instaladas na colônia Dona Isabel, posteriormente Bento Gonçalves, em linhas específicas, que remetem ao atual município

de Monte Belo do Sul, já emigraram do FO em grupos de parentes, vizinhos e compadres, que se organizaram de forma a partir juntos de locais próximos, por exemplo, de Frisanco e suas *frazioni*, assim como de Mezzomonte. Acredita-se que essa emigração tenha sido influenciada pela figura de Agostino Brun, que se encontrava instalado com a família inicialmente na Vila Jansen (atual município de Farroupilha), próximo a Monte Belo do Sul. Também aponta nessa direção o fato de Brun, com a entrada de demais friulanos na colônia Dona Isabel, ter se transferido com a família para uma das linhas que foram destacadas pela fixação de compatriotas. A hipótese da influência que Brun exercia em outros friulanos é defendida pela carta localizada em bibliografia escrita por ele ao pároco de Poffabro. Ou seja, essa correspondência se caracteriza como um “convite” e uma espécie de propaganda aos conterrâneos, a fim de que, assim como o pároco, emigrassem para a colônia Dona Isabel no Rio Grande do Sul.

Após abordar a instalação dos núcleos familiares em linhas e lotes vizinhos, observaram-se os matrimônios de imigrantes dentro da esfera friulana. Com o passar das gerações, ao contrário da miscigenação com outros grupos de italianos, uma vez que faziam divisa de linhas, os casamentos permaneceram no domínio da consanguinidade, dando continuidade à prática observada nas áreas montanhas do Friuli (FORNASIN, 2011). As primeiras gerações nascidas no Brasil entrelaçaram-se a outros descendentes de friulanos não só por via matrimonial, como também por redes de compadrios. Essas redes apontaram para uma extensão da teia do FO para Monte Belo do Sul e esticada para Mar del Plata, na Argentina. No contexto argentino, essa localidade, conforme Grossutti (1995), foi onde mais a comunidade *frisanchina* se concentrou naquele país, embora não haja explicação precisa para esse reagrupamento em um ponto costeiro.

A hipótese deste estudo, baseada na questão profissional e nos depoimentos dos membros da família Filippon que mantinham contato com o restante do grupo na Argentina, é de que se constatou a necessidade de profissionais ferreiros/funileiros naquele mercado de trabalho pelas informações – enviadas para o Rio Grande do Sul – de que em Mar del Plata o clima costeiro deteriorava os telhados das residências e outros objetos.

A discussão do movimento migratório do Brasil e da Argentina, os maiores receptores de italianos na América Latina, serviu para demonstrar as conexões e os novos reagrupamentos, baseados nos matrimônios e nas redes de compadrios interligadas aos vilarejos de Frisanco para Mar del Plata. Traçando as trajetórias familiares, a esta parte do trabalho coube responder as inquietações acerca da problemática central da pesquisa, além dos questionamentos

secundários: 1) existiu comunicação escrita de um sujeito emigrado para o restante dos conterrâneos no Friuli; 2) a emigração foi planejada, articulada e organizada não só na partida em grupo de parte da mesma região, mas também na compra de lotes vizinhos no local de destino; 3) a comunicação entre os migrantes prosseguiu, inclusive entre as gerações nascidas no Brasil e na Argentina, promovendo, assim, um novo movimento de famílias conhecidas dos antepassados para esse último país; 4) especificamente analisou-se o movimento para Mar del Plata, onde mais se concentraram as famílias originárias de Frisanco na Argentina; e 5) em Mar del Plata, traçaram-se os vínculos não só matrimoniais e de compadrios que seguiram naquele país, sobretudo dando continuidade à endogamia e à consanguinidade, mas também os interligados à cultura profissional, uma vez que os registros averiguados ainda na Itália já demonstravam que os sujeitos eram, na maioria, ferreiros – ou seja, eram também agentes econômicos, ligados em diferentes frentes, mas entre o mesmo grupo.

No próximo capítulo, analisam-se algumas famílias que migraram de Monte Belo do Sul para Guaporé, privilegiando aquelas que contribuíram com mais oferta de fontes. Destacam-se, nesse sentido, alguns ramos das famílias Di Domenico e Santin e de seus fios conectados, desta vez, na colônia Guaporé, ocupada principalmente pelos descendentes dos friulanos instalados nas primeiras colônias criadas para a receptividade de italianos no Rio Grande do Sul. Outro capítulo tratando da expansão de friulanos no interior do estado sul-rio-grandense justifica-se pelo fato de o reagrupamento na segunda colônia analisada 1) seguir na mesma linha majoritariamente endogâmica e consanguínea até 1964, 2) preferir na nova colônia a compra de lotes em linha específica e 3) apresentar o ofício de ferreiros, além de o grupo estar interligado pela partida de Monte Belo do Sul. Assim, as famílias encontram-se no centro das dinâmicas econômicas, culturais e de heranças, nas esferas tanto materiais quanto imateriais. Logo, a reprodução de hábitos, práticas e costumes analisada até o momento se dava mantendo os enlaces e compadrios iniciados ainda na Itália, mesmo com migrações internas e externas ao Rio Grande do Sul.

4 INSTALAÇÃO DOS NÚCLEOS FAMILIARES NA COLÔNIA GUAPORÉ

Neste capítulo, após descrever a expansão familiar na colônia Dona Isabel, especialmente na Linha Argemiro, e abordar brevemente a emigração para Mar del Plata, passa-se a acompanhar algumas das ramificações para a colônia Guaporé, onde se centraram na Linha Três de Maio, mais popularmente conhecida como comunidade *furlani*. Conforme explanado na introdução do presente trabalho, a colônia Guaporé foi criada como núcleo em 1890 e consagrada como colônia oficial em 1892, fazendo parte do terceiro período de colonização, que abrange o tempo compreendido de 1892 até meados de 1900 e é marcado pela circulação de imigrantes e de descendentes de imigrantes, sendo importante nessa fase, além da fundação da colônia Guaporé, o desenvolvimento de outras colônias particulares. A distância entre Monte Belo do Sul (desmembrado de Bento Gonçalves em 1992) e Guaporé é de 58,2 km, e ambos os territórios fazem parte da mesorregião do nordeste do Rio Grande do Sul, também denominada popularmente Serra Gaúcha.

A colônia Guaporé surgiu em função da ampliação das famílias de imigrantes italianos¹⁹⁰; isso não significa que não existissem outros grupos étnicos na colônia, mas, em número maior de ocupação territorial, em termos de colonização, prevaleciam italianos e seus descendentes. Nesta pesquisa, a seleção dos sujeitos para a análise obedeceu à maior oferta de fontes, à possibilidade de contato com os descendentes e à continuação dos ramos familiares que ainda perduram no município. Ao longo do capítulo, discutem-se os matrimônios e estratégias familiares, além de destacar relatos de vida das fontes orais.

De Monte Belo do Sul, da Linha Argemiro, que se apresentou com maior concentração de friulanos e conseqüentemente de descendentes, e da Linha Santa Bárbara, segunda maior concentração do grupo, parte da prole dos núcleos familiares analisados partiu para Guaporé. O objetivo ao investigar esta segunda colônia centra-se nos seguintes aspectos: 1) com base na trajetória familiar de determinados ramos dos núcleos centrais, perceber como se reestruturava a primeira geração de descendentes de friulanos nascida no Rio Grande do Sul; 2) observar o núcleo que, posterior à divisão das heranças, precisou migrar em busca de novas terras e o modo como isso aconteceu; e 3) reconstruir as genealogias constituídas em Guaporé, a fim de demonstrar como determinadas práticas, iniciadas no FO e mantidas em Monte Belo do Sul, perpetuaram-se até 1964 (ano-limite desta pesquisa) na segunda colônia (sobre a qual, ao

¹⁹⁰ Nesse sentido, destaca-se o livro *A colônia Guaporé: configuração territorial, política e econômica (1892-1940)*, de Tedesco e Balbinot (2020).

contrário das demais colônias receptivas à imigração italiana no Rio Grande do Sul, há escassos trabalhos).

Tratar de tais trajetórias contribui para explicitar como o grupo analisado, de origem regionalista, de múltiplas fronteiras e com questões pontuais, apesar da vizinhança com outros italianos, optou por manter os vínculos iniciados na Itália dentro da esfera de manutenção étnico-cultural e econômica por quase um século no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Para ser possível acompanhar o desenrolar dos fios dessa grande teia, utilizaram-se depoimentos de fontes orais, documentos de cunho civil (registros de matrimônio e de nascimento) e sobretudo fontes paroquiais, também no que tange aos vínculos matrimoniais e batismais.

Ao contrário daquilo que se imaginava no início da presente pesquisa, a migração em busca de novos estabelecimentos, posterior à divisão das heranças – nesse caso, da terra (bloqueio fundiário) –, não significou um desmembramento do grupo, mas estrategicamente, em diversas frentes, uma nova organização no seio parental. Além da terra, verificou-se a perpetuação de heranças imateriais, como aquelas relacionadas ao conhecimento profissional. Dessa forma, segue-se utilizando os sobrenomes como fios condutores, a partir da centralidade na família Santin e de suas conexões com demais núcleos friulanos.

4.1 Retomando a divisão patrimonial e os movimentos migratórios

Como já foi descrito, Candido Santin constituiu seus laços matrimoniais em dois momentos, primeiro com Magdalena Mariuzza, após com Giacoma Filippi, agregando mais filhos à grande família, o que gerou direitos hereditários. Desses filhos, a herança da terra permaneceu nas mãos dos filhos do segundo matrimônio, com Giacoma Filippi. Defende-se esse parecer porque, apesar de o filho primogênito de Candido com Magdalena, chamado Pietro, ter acesso aos bens materiais hereditários, esse descendente casou-se com a primogênita de Giacoma. Assim, a concentração da herança paterna manteve-se vinculada a um filho do primeiro matrimônio – Santin Mariuzza – e aos demais do segundo enlace – Santin Filippi. De qualquer forma, em função da união de ambos os filhos primogênitos, tanto de Candido quanto de Giacoma, a herança em Monte Belo do Sul permaneceu vinculada à prole da segunda união.

Os documentos e os depoimentos analisados sempre indicaram conexões materiais voltadas aos filhos do segundo matrimônio. Conforme os relatos das famílias Santin e Di Domenico, por ser uma prole extensa e por haver parceria de trabalho nas oficinas artesanais,

os antepassados relatavam que existiam a divisão no pagamento dos trabalhos (aquele que fazia determinado objeto ganhava individualmente por ele) e a divisão dos lucros nas safras agrícolas. Contudo, não foi possível à maioria dos filhos do primeiro matrimônio de Candido herdar terras ou quantias de dinheiro. O valor estava agregado ao trabalho, tanto individual quanto em conjunto, mas não separadamente, para iniciar a vida conjugal em nova colônia.

Confirmam-se tais apontamentos também pelo fato de os filhos do segundo matrimônio ainda apresentarem descendentes concentrados nas terras em Monte Belo do Sul, exceto a família Di Domenico, que migrou por completo para outras localidades. Buscou-se entrecruzar tais informações com os testamentos, mas, nesse sentido, escasso material foi localizado, devido à implantação tardia de cartórios e à concentração da terra em Monte Belo do Sul, uma vez que, se não houve partilha de terras com a geração migrada para Guaporé, conseqüentemente não houve herança material registrada. Tais registros, como observado, eram comuns na Itália, no Brasil, determinados acordos eram feitos pela via verbal e não documental, como nesta análise, a divisão do dinheiro vinculado a serviços prestados no núcleo familiar.

Apenas alguns galhos da grande árvore de origem friulana são recortados, com o intuito de exemplificar os reagrupamentos, e novamente retomam-se as genealogias centrais cujos ramos se expandiram para a colônia Guaporé. A repetição de tal abordagem possibilita acompanhar o raciocínio no seguimento das estruturas familiares na segunda colônia.

4.2 Estruturas das famílias centrais: Santin, Di Domenico e Mariuzza em Monte Belo do Sul

Das estruturas a seguir, destacam-se os filhos e cônjuges que migram e são responsáveis pela expansão para Guaporé, como já explanado o matrimônio de cada filho no capítulo anterior: no Quadro 6, de Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico e, no Quadro 7, de Candido Santin e Magdalena Mariuzza. Muitos outros descendentes de friulanos migraram de Monte Belo do Sul para essa segunda colônia, e isso será percebido nos novos matrimônios ocorridos em Guaporé. Selecionaram-se alguns ramos por se tratar de uma significativa genealogia e para não ultrapassar o tempo previsto para conclusão da pesquisa, que seria severamente comprometido, caso todos fossem abordados. De qualquer forma, a migração de demais ramos familiares será percebida.

Quadro 19 – Prole do casal Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico

Primeiros imigrantes		Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico ¹⁹¹ casaram-se em 14 de janeiro de 1874, em Frisanco.					
Origem das famílias		Frisanco					
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas
Pietro Di Domenico	Frisanco (09/06/1877)	Giovanni Barzan e Cesaro Giraldi	Bento Gonçalves (21/06/1902)	Oliva Di Bernardo	Frisanco	Friulana	Davide Damo e Paulo Toffoli
Santo Cristoforo Di Domenico	Frisanco (15/09/1879)	Pietro Roman e Lina Pietro	Bento Gonçalves (07/10/1899)	Maria Culau Merlo	Dona Isabel	Friulana e consanguínea	Oreste Franzoni e Antonio Lupatini
Luigi Di Domenico	Dona Isabel (08/01/1882)	Giuditta Di Domenico	—	—	—	—	—
Marina Di Domenico	Dona Isabel (02/12/1882)	—	Guaporé (10/09/1902)	Luigi Magnan	Maniago, Frisanco	Friulana e consanguínea	Paolo Toffoli e Francesco Beal
Angela Di Domenico	Dona Isabel (10/07/1884)	—	Guaporé (14/06/1904)	Antonio Magnan	Maniago, Frisanco	Friulana e consanguínea	Antonio Santin e Santo Mezzarobba
Arcangelo Di Domenico	Dona Isabel (1885)	—	Guaporé (28/04/1906)	Severina Di Bernardo	Dona Isabel	Friulana	Giacomo Santin e Umberto Culau
Luigia Di Domenico	Dona Isabel (20/03/1888)	Davide De Cecco e Maria De Cecco	Guaporé (20/06/1906)	Domenico Santin	Dona Isabel	Friulana	Secondo Gheller e José Comel
Amália Di Domenico	Dona Isabel (05/03/1890)	Davide De Cecco	Guaporé (02/06/1909)	Giacomo Troian	Dona Isabel	Friulana	Domingos Santin e Antonio Mariuzza
Ferdinando Di Domenico	Bento Gonçalves (26/03/1891)	Davide De Cecco	Guaporé (05/02/1910)	Maria Mariuzza Santin	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea (1.º grau)	Luigi Magnan e Antonio Mariuzza
Elisa Di Domenico	Bento Gonçalves (05/09/1892)	Constante Di Domenico e Lucia Filippi	Guaporé (11/10/1913)	Felice Mariuzza Santin	Dona Isabel	Friulana e consanguínea (1.º grau)	Nicola Santin e Angelo Santin
Angelo Secondo Di Domenico	Bento Gonçalves (06/04/1895)	Davide De Cecco e Lucia De Cecco	Guaporé (09/10/1915)	Luigia Mosele	Guaporé	Vêneta	Pedro Marangone e Pedro Bressan

¹⁹¹ Nos documentos consultados, também se registra Giuseppe Cristoforo Di Domenico, que nasceu em 15 de março de 1853.

Paulo Di Domenico	Bento Gonçalves (05/07/1898)	Ernesto Tramontina e Maria Roman	—	—	—	—	—
-------------------	------------------------------	----------------------------------	---	---	---	---	---

Fonte: Mitra Diocesana de Caxias do Sul; Paróquia São Francisco de Assis, de Monte Belo do Sul; Mitra Arquidiocesana de Passo Fundo¹⁹²; cartório de Monte Belo do Sul; cartório de Guaporé; cartório de Bento Gonçalves¹⁹³; Archivio di Stato di Udine.

No Quadro 19 expõe-se a prole do matrimônio de Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico. Ela era filha de Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina (Quadro 5); e ele, de Cristoforo Di Domenico e Lucia Culau Merlo (Quadro 10). É pertinente retomar que Maria Tramontina Mariuzza e Magdalena Tramontina Mariuzza (casada com Candido Santin, tratados no próximo quadro) eram irmãs. Dos doze filhos do casal Maria e Giuseppe Di Domenico – com exceção dos filhos Luigi e Paulo, dos quais não se obtiveram informações sobre a vida adulta –, dois filhos casaram-se na localidade que faz parte do atual município de Monte Belo do Sul, sendo eles: Pietro Di Domenico, com Oliva Di Bernardo; e Santo Cristoforo Di Domenico, com a prima Maria Culau Merlo. Independentemente do local do matrimônio dos primogênitos da família, os registros batismais dos filhos desses casais mostraram que todo o ramo da família de Maria Tramontina Mariuzza e Giuseppe Culau Merlo Di Domenico (utilizaram-se os sobrenomes maternos apenas como fios condutores para o entendimento dos futuros enlacs) migrou para Guaporé. Nessa direção, de acordo com o quadro a seguir, a estrutura familiar do ramo Mariuzza Santin conectou-se em nova migração diretamente à estrutura familiar materna, conduzida pelos sobrenomes Tramontina Mariuzza, que se interligaram à família Di Domenico pelo matrimônio de Maria e Giuseppe, ocorrido em Frisanco, em 1874.

Embora a prole de Maria e Giuseppe tenha migrado por completo para Guaporé em função do maior acesso aos descendentes, mantendo-se conectada diretamente a dois filhos da família Santin, e se tornado uma imensa genealogia, estendendo-se por meio de diversos matrimônios, inclusive consanguíneos, destacam-se apenas três filhos e os respectivos cônjuges para análise na segunda colônia. A genealogia do filho Santo Cristoforo Di Domenico é exposta com o propósito de demonstrar que, mesmo aqueles que não se interligavam de forma inicial e direta à família Santin (condutora central da análise), não deixavam de prolongar os vínculos com demais friulanos. Existiram outros sujeitos conectados ao principal sobrenome condutor, contudo, por questões de cumprimento do cronograma da pesquisa, não foram explanados de

¹⁹² Recorreu-se à Mitra Arquidiocesana de Passo Fundo em função de os primeiros registros referente à imigração italiana da Igreja Santo Antônio de Guaporé terem sido destruídos por um incêndio na década de 1990.

¹⁹³ A pesquisa nos cartórios foi necessária para confirmar algumas informações em documentos de cunho civil.

modo mais profundo no presente trabalho. Do Quadro 19, destacam-se os seguintes filhos em Guaporé:

- ❖ Santo Cristoforo *Mariuzza* Di Domenico, casado com Maria Culau Merlo, caracterizando uma união consanguínea;
- ❖ Ferdinando *Mariuzza* Di Domenico, casado com Maria *Mariuzza* Santin, caracterizando uma união consanguínea;
- ❖ Elisa *Mariuzza* Di Domenico, casada com Felice *Mariuzza* Santin, caracterizando uma união consanguínea.

Evidenciando: Santo Cristoforo, Ferdinando e Elisa eram irmãos, descendentes pelo lado materno da família Tramontina *Mariuzza* e, pelo lado paterno, da família Culau Merlo Di Domenico. Os cônjuges de Ferdinando e Elisa eram filhos de Candido Mezzarobba Santin e Magdalena Tramontina *Mariuzza*. Considerando o que foi explanado no capítulo anterior, os ramos da família Tramontina que se conectaram via matrimônio às famílias De Cecco e Filippin dirigiram-se em nova migração para a Argentina (Mar del Plata), enquanto o núcleo Tramontina interligado aos *Mariuzza* e Di Domenico, para Guaporé. Mesmo em movimentos migratórios distintos, tanto dentro do Brasil quanto para a América Latina, e apesar de destinos diversos, os núcleos continuaram enraizados nas frentes tanto parental como profissional (inicialmente eram artesãos ferreiros com outros da mesma área e artesãos carpinteiros e sapateiros na mesma linha – podendo o ofício ser herdado das relações hereditárias ou dos dotes profissionais, como a troca de aprendizados do patriarca Candido Santin com a família Tramontina *Mariuzza* da esposa –, mas, como visto, todos eram camponeses por tradição).

No Quadro 20, retoma-se a prole de Candido Mezzarobba Santin e Magdalena Tramontina *Mariuzza*.

Quadro 20 – Prole do casal Magdalena *Mariuzza* e Candido Santin

Primeiros imigrantes		Magdalena <i>Mariuzza</i> e Candido Santin casaram-se em 18 de dezembro de 1880, em Dona Isabel.					
Origem das famílias		Frisanco e Polcenigo					
Filhos	Nascimento	Padrinhos e/ou testemunhas de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos / Testemunhas

Pietro Giovanni Santin ¹⁹⁴	Dona Isabel (16/10/1881)	Gabrielle Filippin e Lucia Dreon	Bento Gonçalves (28/11/1903)	Rosa Filippi	Frisanco	Friulana	Oswaldo Filippin e Giovanni Marin ¹⁹⁵
Anna Santin ¹⁹⁶	Dona Isabel (1883)	—	—	—	—	—	—
Vincenza Santin	Dona Isabel (15/04/1887)	Gabrielle Filippin e Lucia Dreon	Guaporé ¹⁹⁷ (04/12/1909)	Giuseppe Beal	Guaporé	Vêneta	Pedro Kasper e João Dellasen
Felice Santin	Dona Isabel (17/07/1889)	Gabrielle Filippin e Lucia Dreon	Guaporé (11/10/1913)	Elisa Di Domenico	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea	Nicola Santin e Angelo Santin
Maria Santin ¹⁹⁸	Bento Gonçalves (28/10/1891)	—	Guaporé (05/02/1910)	Ferdinando Di Domenico	Bento Gonçalves	Friulana e consanguínea	Luigi Magnan e Antonio Mariuzza
Antonio Santin ¹⁹⁹	Bento Gonçalves (28/04/1892)	—	Erechim (28/10/1931)	Oliva Paniz ²⁰⁰	Erechim	Friulana	—
Santo Santin	Bento Gonçalves (17/12/1893)	Domingos Luvisa e Thereza Francescon	Erechim (22/02/1919)	Virginia Balena	Antônio Prado	Friulana por parte materna ²⁰¹	José Santin e Luiz Balena
			Erechim (16/02/1952)	Tereza Maria Roman	Bento Gonçalves	Friulana	Arcangelo Mosena e Arlindo Santin

Fonte: registros batismais da Mitra Diocesana de Caxias do Sul; registros matrimoniais da cúria de Passo Fundo; registro de matrimônio do cartório de Erechim; documento civil de matrimônio do cartório de Monte Belo do Sul; sites familiares²⁰².

O matrimônio de Magdalena e Candido Santin ocorreu em 1880, na colônia Dona Isabel. Ela era filha de Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina (Quadro 5); ele, de Oswaldo Santin e Giovanna Mezzarobba (Quadro 4). Nesse sentido, as matriarcas dos quadros 19 e 20 eram irmãs, ambas casadas com friulanos: Maria, da família Di Domenico; e Magdalena, da Santin.

¹⁹⁴ Pietro Mariuzza Santin casou-se com a filha da madrasta Giacoma, Rosa Filippi, considerada sua irmã de criação. O casal permaneceu em Monte Belo do Sul em razão da herança atrelada à segunda esposa do patriarca e aos filhos desse segundo matrimônio.

¹⁹⁵ Essas testemunhas estão arroladas na declaração apresentada pelos nubentes e pelos pais ao escrivão de Monte Belo do Sul, então 2.º distrito de Bento Gonçalves. No documento, consta que não eram parentes e, nos termos da lei, estavam aptos ao matrimônio sem impedimentos.

¹⁹⁶ Anna Mariuzza Santin faleceu em 28 de julho de 1907, em Bento Gonçalves, aos 24 anos de idade, antes de contrair matrimônio.

¹⁹⁷ O matrimônio foi registrado em General Osório, distrito de Guaporé que deu origem ao município de Muçum.

¹⁹⁸ Não foi encontrado o registro com os padrinhos de batismo, apenas se localizou a data de nascimento.

¹⁹⁹ O registro de nascimento de Antonio Santin não foi encontrado via igreja, somente via cartório de Monte Belo do Sul, mas, em função de a família ter solicitado a retificação da data de nascimento, não constam mais as testemunhas no novo documento.

²⁰⁰ Em função de a nubente ser viúva, foi encontrada apenas a certidão civil, conforme o registro civil de Erechim, firmado por Luciano Cary Tedesco.

²⁰¹ A família materna, de sobrenome Bressan, é originária de Venzone.

²⁰² Blogue Don Giuseppe Santin, da família Santin, e site Family Search.

Da prole do casal Magdalena e Candido, destacam-se os dois filhos que se conectaram por laços matrimoniais aos primos do Quadro 19, sendo eles:

- ❖ Maria *Mariuzza* Santin, casada com Ferdinando *Mariuzza* Di Domenico;
- ❖ Felice *Mariuzza* Santin, casado com Elisa *Mariuzza* Di Domenico.

Esses casais serão condutores das genealogias em Guaporé. Quanto ao restante dos filhos de Magdalena e Candido Santin, observou-se o mesmo sistema. Embora as migrações tenham ocorrido para localidades distintas, os demais mantêm majoritariamente, com exceção de Vincenza, os enlaces dentro da esfera étnico-cultural. A migração para Erechim²⁰³ observada no Quadro 20 também teve suporte familiar, uma vez que ambos os irmãos, Antonio e Santo Santin, migraram para a mesma localidade, e os matrimônios dos dois verificaram-se com outras famílias de origem friulana, o que demonstra que os elos permaneceram, inclusive com os Roman, que inicialmente colonizaram as mesmas linhas friulanas em Monte Belo do Sul.

Após retomar os quadros 6 e 7 do capítulo anterior, cujas conexões principais apresentam-se entre *Mariuzza* x Di Domenico e *Mariuzza* x Santin, são evidentes os vínculos com a parte materna da família *Mariuzza*. Assim, apesar de Candido Santin ter se casado com Giacoma Filippi pouco tempo após o falecimento da primeira esposa, tanto os relacionamentos quanto a organização de novas migrações dos filhos do primeiro matrimônio permaneceram conectados à família de Magdalena *Mariuzza*. A exceção foi o filho Pietro, que se casou com Rosa Filippi, filha da madrastra Giacoma, e firmou o enlace entre as famílias Santin e Filippi, analisadas no capítulo anterior. Esta etapa do trabalho, dedicada à colônia Guaporé, centra-se, pois, nos filhos destacados dos quadros 19 e 20.

Com o intuito de não perder a lógica dos enlaces, segue-se com as genealogias nessa última localidade. Na sequência, aprofunda-se sobre a comunidade onde se estabeleceram os descendentes em Guaporé: a Linha Três de Maio ou Nossa Senhora das Graças, mais popularmente conhecida como comunidade dos *furlani*.

4.3 Extensão dos matrimônios em Guaporé

Aquelas famílias colonizadoras verificadas em um primeiro momento – Di Domenico, *Mariuzza* e Santin – entrecruzam-se novamente, na primeira década de 1900, entre si e com

²⁰³ Erechim é um município do Rio Grande do Sul. Considerado um centro sub-regional, é o polo da região do Alto Uruguai e a segunda cidade mais populosa do norte do estado, com estimativa de 106.633 habitantes, segundo dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

outros do mesmo grupo étnico de descendência. Assim, altera-se o local de fixação, mas não as conexões familiares. Desses novos enlaces acoplados a antigas conexões familiares, desenvolve-se o núcleo familiar de Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo.

Para a elaboração do quadro, em relação às cerimônias religiosas realizadas em Guaporé, foram consultados principalmente registros sacerdotais. Já para a averiguação dos sobrenomes das famílias, assim como nos demais quadros apresentados, consultou-se o banco de dados do governo friulano²⁰⁴.

Quadro 21 – Prole do casal Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo

Casal		Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo		Origem das famílias		Friulano	
Matrimônio		Bento Gonçalves (07/10/1899)					
Avós de Santo Cristoforo Di Domenico		<i>Paternos</i> Cristoforo Di Domenico e Lucia Culau Merlo	<i>Maternos</i> Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina	Avós dos filhos		<i>Paternos</i> Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico	
						<i>Maternos</i> Magdalena Danelin e Pietro Culau Merlo	
Filhos	Nascimento	Padrinhos de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos de matrimônio
Elena Adele Di Domenico	Guaporé (17/11/1900)	Cirilo Colussi e Gindilta Brun	Guaporé (23/09/1922)	João Damo	Guaporé	Friulana por parte materna (família Roman Marcolina) ²⁰⁵	Pedro Lazzaretti e Pedro Marcolina
Elisabetha Di Domenico ²⁰⁶	Guaporé (04/01/1902)	Paolo Toffoli e Maria Cesca	Guaporé (09/09/1922)	Angelo Bernardon	Bento Gonçalves	Friulana	Arcangelo Damo e Fioravante Damo
José Di Domenico	Guaporé (21/05/1903)	Antonio Magnan e Angela Di Domenico	Guaporé (02/05/1925)	Rosina Canevese	Guaporé	Friulana	Primo José Di Domenico e Angela Colussi
			Guaporé (27/05/1933)	Stella Prior	Guaporé	Friulana por parte materna (família Santarosa) ²⁰⁷	Paulo Prior e Antonio Di Domenico

²⁰⁴ Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/>. Acesso em: 04 mar. 2021.

²⁰⁵ João Damo é filho de Maria Roman Marcolina e Pietro Damo.

²⁰⁶ Também se encontra registrada como Elisa Di Domenico. Chegou-se a essa conclusão após o entrecruzamento de fontes diversas e a comparação entre data de nascimento e filiação.

²⁰⁷ Stella Prior é filha de Augusta Santarosa e Giuseppe Giacomo Prior.

Albina Di Domenico	Guaporé (28/08/1906)	Antonio Santin e Angela Tramontina	Guaporé (04/08/1929)	José Di Domenico	Guaporé	Friulana e consanguínea (primos em primeiro grau) ²⁰⁸	Primo José Di Domenico e Antonio Di Domenico
Antonio Di Domenico	Guaporé (20/05/1908)	Pedro Filippin e Elisa Bernardon	Guaporé (22/08/1929)	Emma Bellaver	Bento Gonçalves	Não friulana	José Di Domenico e Antonio Tomaseli
Primo Di Domenico	Guaporé (18/02/1910)	Antonio Santin e Angela Tramontina	Guaporé (26/09/1931)	Methilde Magnan	Guaporé	Friulana e consanguínea (primos em primeiro grau) ²⁰⁹	João Magnan e Carlos Moresco
			Guaporé (04/03/1944)	Celestina Casagrande	Guaporé	Friulana	Alberto Foppa e Ernesto Puperi
Adelina Di Domenico	Guaporé (25/04/1912)	Celeste Beltrame e Thereza Cassan ²¹⁰	Guaporé (18/04/1931)	Domingos Pin	Guaporé	Friulana	Carlos Moresco e Primo Di Domenico
João Di Domenico	Guaporé (16/09/1920)	Paolo Toffoli e Maria Cesca	Guaporé (06/09/1939)	Ilda Canton	Guaporé	Friulana	Angelo Gandolfi e Sabino Canton
Pedro Di Domenico	Guaporé (18/08/1922)	Angelo Bassani e Maria Di Domenico	Guaporé (29/04/1942)	Arminda Magnan	Guaporé	Friulana e consanguínea (primos em primeiro grau) ²¹¹	André Di Domenico e Eugenio Di Domenico
Guilherme Di Domenico	Guaporé (11/07/1924)	Giacomo Tizziani e Amélia Di Domenico	Guaporé (04/11/1944)	Romilda Favretto	Guaporé	Friulana	Fedele Troian e Abrelino Casagrande
Dilecta Di Domenico	Guaporé (24/09/1926)	Luigi Magnan e Marina Di Domenico	Guaporé (05/04/1945)	Matteo Frare	Guaporé	Friulana	Tiziano Pin e Fedele Troian

Fonte: livros de batismo do 1 ao 8 da paróquia de Guaporé; registros de matrimônio do 1 ao 5 da cúria diocesana de Passo Fundo; cartório de Monte Belo do Sul.

Embora não tenha sido localizado o nome dos avós de Maria Culau Merlo, o que impediu de verificar o grau de consanguinidade entre os cônjuges, sabe-se que o esposo e ela eram primos. Dos onze filhos do casal, em relação aos padrinhos de batismo, apenas o sobrenome Tizziani não consta no banco de dados do governo friulano, e o sobrenome Bassani mostra-se com pouca incidência. Chama a atenção que, mesmo em outro local, a maioria dos sobrenomes

²⁰⁸ José Di Domenico é filho de Arcangelo Di Domenico e Severina Di Bernardo, o que torna os cônjuges primos em primeiro grau de consanguinidade. Foi exigida autorização do bispo para a realização do matrimônio.

²⁰⁹ Methilde Magnan é filha de Antonio Magnan e Angela Di Domenico, o que torna os cônjuges primos em primeiro grau de consanguinidade. Foi exigida autorização do bispo para a realização do matrimônio.

²¹⁰ Foram encontrados registros da mesma pessoa com as seguintes variações de sobrenome: Cazza, Cazzan e Cassan.

²¹¹ Arminda Magnan é filha de Antonio Magnan e Angela Di Domenico, o que torna os cônjuges primos em primeiro grau de consanguinidade. Foi exigida autorização do bispo para a realização do matrimônio.

friulanos vinculados à pia batismal repete-se na esfera dos compadrios: Colussi, Brun, Toffoli, Cesca, Magnan, Santin, Tramontina, Filippin, Bernardon etc. O sobrenome Cassan, embora de origem friulana – segundo as fontes orais da família Santin, existe grande possibilidade de esta família ser originária de Tramonti di Sopra, *comune* localizada no FO –, não surgiu em compadrios com o núcleo de Monte Belo do Sul, o que demonstra que outros descendentes de friulanos se reagruparam em Guaporé.

Referente aos matrimônios, observa-se que:

❖ Elena Adele Di Domenico casou-se com João Damo, de descendência friulana por parte materna – família Roman Marcolina. O enlace ocorreu em Guaporé, em 23 de setembro de 1922;

❖ Elisabetha Di Domenico casou-se com Angelo Bernardon, de descendência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 09 de setembro de 1922;

❖ José Di Domenico casou-se duas vezes. O primeiro matrimônio ocorreu em Guaporé, em 02 de maio de 1925, com Rosina Canevese, de origem friulana, e o sobrenome do cônjuge também não era frequente nas redes em Monte Belo do Sul. O segundo matrimônio também ocorreu em Guaporé, em 27 de maio de 1933, com Stella Prior, de descendência friulana por parte materna, família Santarosa, com menor incidência no banco de dados friulano;

❖ Albina Di Domenico casou-se com o primo em primeiro grau consanguíneo José Di Domenico em Guaporé, em 04 de agosto de 1929;

❖ Antonio Di Domenico casou-se com Emma Bellaver, cuja família não é de origem friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 22 de agosto de 1929;

❖ Primo Di Domenico casou-se duas vezes: com a prima em primeiro grau consanguíneo Methilde Magnan em Guaporé, em 26 de setembro de 1931; e com Celestina Casagrande, também de descendência friulana, na mesma localidade, em 04 de março de 1944;

❖ Adelina Di Domenico casou-se com Domingos Pin, cuja família também proveio do FO. O enlace ocorreu em Guaporé, em 18 de abril de 1931;

❖ João Di Domenico casou-se com Ilda Canton, também de procedência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 06 de setembro de 1939;

❖ Pedro Di Domenico casou-se com a prima em primeiro grau consanguíneo Arminda Magnan em Guaporé, em 29 de abril de 1942;

❖ Guilherme Di Domenico casou-se com Romilda Favretto, também de família imigrante do Friuli. O enlace ocorreu em Guaporé, em 04 de novembro de 1944;

❖ Dilecta Di Domenico casou-se com Matteo Frare, de descendência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 05 de abril de 1945.

Para averiguar a procedência das famílias, além de consultar o banco de dados friulano²¹², entrecruzaram-se as informações com os relatos das fontes orais de Guaporé, descendentes das famílias Di Domenico e Santin que possuem conhecimento sobre a origem dos matrimônios e as redes de compadrios dos antepassados. Obviamente os depoentes não sabiam informar com exatidão a procedência de tais parentes, mas, com a verificação realizada no site friulano, foi possível ter uma ideia dos locais de partida. Dessa forma, constatou-se que a maioria emigrou da parte ocidental do Friuli – sobre os nomes específicos das localidades italianas, o Apêndice A traz a descrição da procedência dos principais sobrenomes comentados nos quadros.

Diante dos matrimônios, apenas a união de Antonio Di Domenico com Emma Bellaver não foi com cônjuge da mesma descendência étnica. Dos padrinhos de matrimônio, os seguintes sobrenomes não são ligados ao Friuli: Lazzaretti, Damo, Moresco, Foppa, Puperi e Gandolfi. No matrimônio de Elena e João Damo, considerou-se o esposo friulano em função da descendência materna. O mesmo ocorre no matrimônio de José Di Domenico e Stella Prior, em que a noiva é filha de mãe cuja origem italiana é a friulana. Resumindo, dos onze filhos, apenas um não contraiu matrimônio com alguém que apresentasse ligação direta com o grupo étnico. Dos 21 padrinhos de matrimônio²¹³, sete não eram da rede. Em contrapartida, referente aos padrinhos de batismo, exceto a família Tizziani, todos eram de famílias provindas do Friuli.

Seguindo com as conexões em Guaporé, parte-se para o próximo casal, os primos Felice (Mariuzza) Santin e Elisa (Mariuzza) Di Domenico, irmã de Santo Cristoforo Di Domenico.

Quadro 22 – Prole do casal Felice (Mariuzza) Santin e Elisa (Mariuzza) Di Domenico

Casal	Felice Santin e Elisa Di Domenico		Origem das famílias	Mezzomonte e Frisanco
Matrimônio	Guaporé (11/10/1913)			
Avós de Felice Santin	<i>Pateros</i> Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba	<i>Maternos</i> Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina	Avós dos filhos	<i>Pateros</i> Candido Santin e Magdalena Mariuzza

²¹² Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/ita/WebAsud/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

²¹³ Primo José Di Domenico, Antonio Di Domenico, Carlos Moresco e Fedele Troian foram padrinhos de mais de um matrimônio.

Avós de Elisa Di Domenico		<i>Paternos</i> Cristoforo Di Domenico e Lucia Culau Merlo	<i>Maternos</i> Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina	<i>Maternos</i> Giuseppe Di Domenico e Maria Mariuzza			
Filhos	Nascimento	Padrinhos de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Nascimento do cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos de matrimônio
José Santin	Guaporé (11/07/1914)	Giuseppe Santin e Luigi Mezzarobba	Guaporé (21/05/1932)	Maria Ciotta ²¹⁴	Veranópolis	Friulana	José Di Domenico
Fidele Santin	Guaporé (20/04/1916)	Ferdinando Di Domenico e Maria Santin	Guaporé (15/06/1938)	Maria Di Domenico	Guaporé	Friulana e consanguínea (primos em segundo grau)	—
Maria Santin	Guaporé (12/04/1918)	Arcangelo Di Domenico e Angela Mezzarobba	—	Solteira	—	—	—
Magdalena Santin	Guaporé (20/07/1920)	Angelo Franceschini e Santa Gandolfi	Guaporé (16/06/1943)	Jordão Serafini	Guaporé	Friulana	Alexandre Concari e Joana Munaretto
João Santin	Guaporé (22/09/1923)	Domenico Santin e Luigia Di Domenico	Guaporé (23/02/1949)	Santina Lazzaretti	Guaporé	Não friulana	Fortunato Lazzaretti e Prima Lazzaretti
Elvira Santin	Guaporé (27/04/1926)	Giacomo Troian e Amália Di Domenico	Guaporé (28/06/1949)	Carlos Olmo	Guaporé	Não friulana	Rizzieri Lorenzetti e João Santin
Guilherme Santin	Guaporé (02/05/1928)	Alberto Mosele e Itália Toffoli	Guaporé (16/05/1964)	Mercedes Moretti	Guaporé	Polonesa e friulana	—
Candida Santin	Guaporé (18/11/1931)	Santo Di Domenico e Maria Culau Merlo	Guaporé (02/07/1952)	João José Marina	Guaporé	Não friulana	Guilherme Santin e Alberto Marina

Fonte: livros de batismo e de matrimônio da diocese de Passo Fundo e da paróquia de Guaporé, de 1897, quando iniciou o povoamento significativo da colônia, até 1965; site do governo friulano Friuli in prin.

Dos oito filhos de Felice e Elisa, a filha Maria permaneceu solteira, e quatro filhos uniram-se em matrimônio com outros de descendência friulana, apesar de se verificar menor consanguinidade nesse quadro. Os matrimônios se deram da seguinte forma:

❖ José Santin casou-se com Maria Ciotta/Ciotti, de descendência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 21 de maio de 1932;

❖ Fidele Santin casou-se com a prima em segundo grau consanguíneo Maria Di Domenico em Guaporé, em 15 de junho de 1938;

²¹⁴ O sobrenome Ciotti é de origem friulana, nesse sentido, acredita-se que Ciotta seja uma alteração de escrita daquele nome efetuada no Brasil.

- ❖ Magdalena Santin casou-se com Jordão Serafini, de descendência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 16 de junho de 1943;
- ❖ João Santin casou-se com Santina Lazzaretti em Guaporé, 23 de fevereiro de 1949. O cônjuge nesse caso não tinha descendência friulana;
- ❖ Elvira Santin casou-se com Carlos Olmo em Guaporé, em 28 de junho de 1949. O cônjuge nesse caso não tinha descendência friulana;
- ❖ Guilherme Santin casou-se com Mercedes Moretti, de descendência friulana e polonesa. O enlace ocorreu em Guaporé, em 16 de maio de 1964;
- ❖ Candida Santin casou-se com João José Marina em Guaporé, em 02 de julho de 1952. O cônjuge nesse caso não tinha descendência friulana.

Os padrinhos de batismo e de matrimônio listados, também colonizadores da Linha Três de Maio, eram majoritariamente descendentes de friulanos. As exceções são, quanto aos de batismo, o sobrenome Gandolfi e, quanto aos de matrimônio, os Munaretto, Marina e Lazzaretti. Verifica-se mais uma rede que segue sendo majoritariamente entre sujeitos com descendência friulana.

Para fechar os enlaces analisados na colônia Guaporé, passa-se à prole do casal Ferdinando (Mariuzza) Di Domenico e Maria (Mariuzza) Santin, sendo a noiva irmã de Felice Santin, e ambos os Santin sendo primos em primeiro grau consanguíneo dos cônjuges. Nesse sentido, os avós do núcleo familiar apresentado no Quadro 22 são os mesmos do Quadro 23.

Quadro 23 – Prole do casal Ferdinando (Mariuzza) Di Domenico e Maria (Mariuzza) Santin

Casal		Ferdinando Di Domenico e Maria Santin		Origem das famílias	Mezzomonte e Frisanco	
Matrimônio		Guaporé (05/02/1910)				
Filhos	Nascimento	Padrinhos de batismo	Matrimônio	Cônjuge	Descendência do cônjuge	Padrinhos de matrimônio
José Di Domenico	Guaporé (02/07/1911)	Luigi Magnan e Marina Di Domenico	Guaporé (22/02/1936)	Dileta Mariuzza	Friulana e consanguínea (primos em segundo grau)	Antonio Di Domenico e Benvenuto Beal
Paolino Di Domenico	Guaporé (22/06/1914)	Piero Santin e Egidia Mosele ²¹⁵	Guaporé (19/09/1936)	Hermínia Foppa	Friulana por parte materna (família Favretto)	Alberto Foppa e Albino Foppa
João Di Domenico	Guaporé (13/01/1916)	Felice Santin	Guaporé (29/05/1937)	Amalia Ciotta	Friulana	Carlos Di Domenico e João Ciotta

²¹⁵ O sobrenome Mosele surge com menor frequência no banco de dados das famílias friulanas, portanto não se pode considerá-lo com certeza que tenha tal origem.

Fidelis Natal Di Domenico	Guaporé (25/12/1921)	Pietro Di Domenico e Oliva Di Bernardo	Guaporé (14/08/1940)	Paolina Biolchi	Friulana por parte materna (família Casagrande)	Angelo Casagrande e Benvenuto Beal
Luiz Di Domenico	Guaporé (14/11/1925)	Antonio Mariuzza e Anna Menegazzo	—	Solteiro	—	—
Angela Di Domenico	Guaporé (14/10/1927)	José Di Domenico e Albina Di Domenico	Guaporé (04/06/1941)	Arcangelo Santin	Friulana e consanguínea (primos em primeiro grau)	Angelo Gheller e Giovando Zamboni
Leonilda Di Domenico	Guaporé (07/01/1930)	Atilio Mariuzza e Catharina Santin	Guaporé (27/04/1946)	Arcangelo Santin	Friulana, consanguínea (primos em primeiro grau) e eram concunhados	Fidelis Di Domenico e Angelo Di Domenico
Germano Di Domenico	Guaporé (03/11/1931)	Angelo Di Domenico e Luigia Mosele	Guaporé (23/05/1956)	Vilma Mariuzza	Friulana e consanguínea (primos em terceiro grau)	José Di Domenico e Jocilio Di Domenico
Etelvina Di Domenico	Guaporé (01/02/1933)	Pedro Foppa e Virginia Favretto	Guaporé (28/10/1961)	Olvindo Santin	Friulana e consanguínea (primos em segundo grau)	Felice Santin e Albino Di Domenico
Lucia Ilda Di Domenico	Guaporé (26/05/1936)	Giovanni Pin e Erminia Ferrari	Guaporé (15/05/1954)	Albino Di Domenico	Friulana e consanguínea (primos em segundo grau)	Germano Di Domenico e Guilherme Santin

Fonte: livros de batismo e de matrimônio da diocese de Passo Fundo e da paróquia de Guaporé, de 1897, quando iniciou o povoamento significativo da colônia, até 1965; site do governo friulano Friuli in prin.

Dos dez filhos do casal Ferdinando e Maria Di Domenico, um permaneceu solteiro, e apenas três casaram-se com friulanos não consanguíneos. O restante deu seguimento aos enlaces endogâmicos em primeiro, segundo e terceiro graus consanguíneos. Conforme o quadro:

- ❖ José Di Domenico casou-se com a prima em segundo grau consanguínea Dileta Mariuzza em Guaporé, em 22 de fevereiro de 1936;
- ❖ Paolino Di Domenico casou-se com Hermínia Foppa, cuja descendência é friulana por parte materna. O enlace ocorreu em Guaporé, em 19 de setembro de 1936;
- ❖ João Di Domenico casou-se com Amalia Ciotta/Ciotti, de descendência friulana. O enlace ocorreu em Guaporé, em 29 de maio de 1937;
- ❖ Fidelis Natal Di Domenico casou-se com Paolina Biolchi, cuja descendência é friulana por parte materna. O enlace ocorreu em Guaporé, em 14 de agosto de 1940;
- ❖ Angela Di Domenico casou-se com o primo em primeiro grau consanguíneo Arcangelo Santin em Guaporé, em 04 de junho de 1941;

- ❖ Leonilda Di Domenico casou-se com o primo em primeiro grau consanguíneo e concunhado Arcangelo Santin em Guaporé, em 27 de abril de 1946;
- ❖ Germano Di Domenico casou-se com a prima em terceiro grau consanguíneo Vilma Mariuzza em Guaporé, em 23 de maio de 1956;
- ❖ Etelvina Di Domenico casou-se com o primo em segundo grau consanguíneo Olvindo Santin em Guaporé, em 28 de outubro de 1961;
- ❖ Lucia Ilda Di Domenico casou-se com o primo em segundo grau consanguíneo Albino Di Domenico em Guaporé, em 15 de maio de 1954.

Notam-se os apadrinhamentos também acontecendo nas esferas majoritariamente friulanas, indicando que os vínculos entre os descendentes na nova colônia continuaram e iam além da esfera matrimonial. Referente aos padrinhos de batismo, as famílias não friulanas são: Menegazzo²¹⁶, Foppa, Mosele e Ferrari. Quanto aos compadres de matrimônio, as exceções são: Beal, Foppa e Gheller, salientando que esses sobrenomes se vincularam por matrimônios: Beal e Gheller com Santin; já Foppa com Favretto e Di Domenico.

Na análise dos ramos dos netos averiguados de Candido Mezzarobba Santin e Magdalena Tramontina Mariuzza, os laços em Guaporé seguiram de forma mais intensa com as famílias Mariuzza e Di Domenico. Nos registros sacerdotais, o nível em graus de consanguinidade de cada casal encontra-se descrito e sublinhado, juntamente com a informação de que foi autorizado matrimônio por dispensa consanguínea colateral.

Em inúmeros casos analisados em outros ramos friulanos, existe discordância de períodos entre matrimônio e nascimento dos filhos. Na pesquisa de campo, desconfiou-se de que a gravidez, principalmente gerida entre primos, poderia ser uma espécie de estratégia grupal, a fim de que a Igreja autorizasse a dispensa de consanguinidade, mas as fontes consultadas, conforme discutido em capítulo anterior, não concordam com tal hipótese.

Esclareceu-se que os relacionamentos aconteciam fundamentalmente por dois fatores: identificação cultural e proximidade espacial, em função de os grupos estarem localizados, particularmente em Guaporé, em ponto mais reservado às outras linhas, mas de forma alguma isolados. A gravidez antes do casamento, entretanto, foi confirmada, mas, aos olhos dos entrevistados, não era uma situação planejada para conseguir o matrimônio via Igreja. Segundo eles, era algo que simplesmente acontecia e proporcionava a oficialização das relações que já existiam e eram tradição familiar.

²¹⁶ O sobrenome Menegazzi surge como de origem friulana.

Como historiadora, levantei a possibilidade de manutenção de capital material – terra – e capital imaterial – herança simbólica. Portanto, a intenção nestes capítulos está sendo reconstruir as redes em diversos núcleos familiares, para demonstrar como, de fato, essas conexões, que aconteciam desde o Friuli, Itália, perpetuaram-se no Brasil, não coincidentemente em um ou dois ramos, mas em várias frentes. No Rio Grande do Sul, as análises compreenderam desde a instalação das famílias em Monte Belo do Sul, na década de 1880, até a migração interna para Guaporé, da década de 1900 até 1964.

Sobre o cotidiano do namoro à antiga Thales de Azevedo (1986, p. 9) esclarece que:

Nesse Brasil tradicional, que de certo ponto de vista se diria antiquado, o namoro costumava passar por duas ou três fases que precediam o noivado propriamente dito: a da troca dos primeiros e furtivos sinais de interesse recíproco e da exploração das possibilidades de aproximação e de comunicação interpessoal direta e próxima, a da associação deliberada ou namoro em sentido exato e a do compromisso preliminar ao noivado formal.

No grupo analisado, por se tratar de pessoas que já mantinham fortes laços familiares, como se apontou, transpassavam-se determinadas fases de aproximação descritas por Azevedo (1986). No que tange às leis católicas, de acordo com o Código de Direito Canônico (1987, p. 483):

Cân. 1091 - §1. Na linha reta de consanguinidade, é nulo o matrimônio entre todos os ascendentes e descendentes, tanto legítimos como naturais.
 §2. Na linha colateral, é nulo o matrimônio até o quarto grau inclusive.
 §3. O impedimento de consanguinidade não se multiplica.
 §4. Nunca se permita o matrimônio, havendo alguma dúvida se as partes são consanguíneas em algum grau de linha reta ou no segundo grau de linha colateral.
 Cân. 1092 - A afinidade em linha reta torna nulo o matrimônio em qualquer grau.

Os imigrantes analisados encontravam-se em consanguinidade colateral, e os matrimônios passaram a ser frequentes em Guaporé a partir da década de 1910. Quando averiguadas as leis da Igreja anteriores à Reforma de 1977, compreendem-se as gestações das mulheres antes de receber o sacramento do matrimônio, se os sujeitos o desejassem. Sobre a noção de consanguinidade e sua contagem:

Cân. 108. Por causa da mudança na contagem dos graus em linha colateral, atualmente só ficam proibidos os casamentos entre colaterais até primos-irmãos (antes, até primos segundos) e entre tio(a) e avô(ó) e sobrinho(a)-neto(a). Há também uma simplificação, ao não se admitir a multiplicação da consanguinidade. Por isso, aqueles cuja origem do tronco comum se pode traçar por duas linhas diferentes (por serem descendentes de consanguíneos) já não precisam expressar essa circunstância, basta que peçam dispensa do impedimento do grau mais próximo [...]. No código civil brasileiro, o

impedimento de consanguinidade existe em todos os graus da linha reta e até o terceiro da linha colateral (art. 183, I).

1092. Ficou suprimido o impedimento de afinidade na linha colateral, porque, como foi dito na Comissão de Reforma, muitas vezes o matrimônio entre afins é uma solução ótima para a prole porventura havida do primeiro matrimônio [...] (João Paulo II, Papa, 1977, p. 368 *apud* CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1987, p. 482).

Portanto, ou por via da gravidez, ou por omissão dos sobrenomes, ou, ainda, por os sacerdotes no início da colonização não conhecerem profundamente os núcleos familiares compostos ainda na Itália por essas redes parentais, levando em consideração o não conhecimento detalhado dessas famílias quando da instalação na colônia Guaporé, o fato é que os matrimônios aconteciam também pelo viés religioso. Tendo em vista que “muitas vezes o matrimônio entre afins é uma solução ótima para a prole porventura havida do primeiro matrimônio” (João Paulo II, Papa, 1977, p. 368 *apud* CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1987, p. 482), a própria Igreja passava a aceitar de bom grado os matrimônios entre “afins”, desde que favorecessem a prole do matrimônio anterior, o que não era raro entre os friulanos, como observado.

Mesmo com a alteração da lei canônica de 1977, os casamentos endogâmicos prosseguiram na localidade; obviamente com menor frequência, esses enlaces acontecem até a atualidade. A pedido das famílias, não são abordadas essas relações nos tempos atuais. Pode-se, apesar disso, afirmar que, até a década de 1980, esse tipo de união era costumeiro em Guaporé. Para Ambrosini (2006, p. 4, tradução nossa):

[...] o migrante parece capaz de escolhas e estratégias, mas inserido em redes e contextos sociais que estruturam a sua visão da realidade, dos vínculos que apresenta e das oportunidades que oferece, influenciando a sua decisão e a capacidade de implementá-las. Os recursos que os contatos sociais asseguram são, além disso, de grande relevância em relação ao sucesso nos percursos migratórios e podem funcionar, em uma certa medida, como dispositivos de resgate e resistência em frente a dificuldade e discriminação.

O autor entende que as redes e os contatos sociais em que os migrantes estão inseridos, além de maiores oportunidades e informações, também oferecem uma certa “proteção” entre os sujeitos integrantes do mesmo grupo étnico.

Seyferth (1985), em “Herança e estrutura familiar camponesa”, reflete sobre as formas de transmissão do patrimônio fundiário e sobre os matrimônios endogâmicos entre famílias de camponeses do Vale do Itajaí-Mirim, Santa Catarina. A endogamia é justificada pela comunidade de diversas maneiras, “por razões de ordem étnica, religiosa e também por

considerações acerca dos valores camponeses. No primeiro caso, são admitidos os casamentos entre colonos de origem italiana e alemã” (SEYFERTH, 1985, p. 23). A autora destaca que os casamentos com caboclos são desqualificados, em função de serem considerados sem o mesmo apego à terra e ao trabalho, como os imigrantes alemães e italianos. Ainda observa que, em muitos casos, os casamentos endogâmicos também se dão como uma forma de manutenção de uma identidade camponesa e, acima de tudo, da terra.

Em um paralelo com este estudo de caso, defende-se que, estando a herança relacionada ao segundo matrimônio de Candido Santin, a migração dos filhos do primeiro casamento e de todo o ramo Di Domenico vinculado à família Santin para a colônia Guaporé foi impulsionada não só pelo vínculo parental, como também pela possibilidade de trabalho nas esferas tanto camponesas quanto artesãs. Na nova colônia, os núcleos se estruturavam de forma semelhante à ocorrida em Monte Belo Do Sul, primeira localidade colonizada.

De qualquer forma, assim como na reflexão de Seyferth (1985), os matrimônios agregavam proteção ao bem fundiário, e, independentemente de serem por estratégia, afinidade, identificação étnico-cultural e/ou laborativa, protetiva, os enlces funcionavam a favor da manutenção das propriedades pelo grupo também na Linha Três de Maio, em Guaporé. Antes de tratar da fixação propriamente dita do grande grupo de ascendência friulana na segunda colônia, considera-se essencial articular a análise geral dos enlces com o auxílio de gráficos, cuja representação facilita para a compreensão da densidade da rede analisada.

4.4 Amplitude matrimonial: artifícios aplicados para a reprodução “identitária” na região de colonização italiana

Os sujeitos da análise identificavam-se com uma suposta identidade regional, friulana, mas o que se destaca nesta pesquisa é compreender as motivações que levaram à reconstrução de determinados artifícios que os conectavam entre si. Os friulanos, quando analisados no Nordeste do Rio Grande do Sul, sob o olhar da imigração, são minoria, mas, conforme Levi (2014, p. 255), “são as minorias que reivindicam a sua liberdade e uma relação igualitária, e são elas que determinam a democracia. A democracia é o respeito das minorias, não é o triunfo da maioria”. Sob esse ponto de vista, defende-se que não é necessário um estudo de um grande grupo de imigrantes para identificar questões pertinentes à historiografia. Em muitas situações, é a análise em minúcia de grupos minoritários que comprova a existência de inúmeras particularidades e diferenças na colonização italiana no Brasil.

Dessa forma, utilizando sobrenomes como fios condutores, por meio do levantamento detalhado da família Santin e de suas redes sociais e conexões, foi possível identificar que o grupo denominado friulano, ou *furlani*, como é conhecido nas colônias da RCI, conseguiu manter-se por diversas gerações entrelaçado e propenso à endogamia e à consanguinidade. Da análise dos matrimônios, verificam-se redes cimentadas ainda na esfera regional friulana, trazidas e ampliadas no estado brasileiro. No debate sobre identidade, concorda-se com Levi (2014, p. 254-255):

É muito interessante estudarmos as identidades, mas como artifícios que servem e que produzem esta contínua afirmação da identidade. Produzem coisas positivas, porque nos identificamos com os outros por diferenças, mas produzem também efeitos negativos que, especialmente, não têm nada a ver com a identidade. Uma das características identitárias dos italianos imigrados para o Brasil é que possuíam uma importante capacidade adaptativa. A identidade italiana se transformou, e isso é interessante do ponto de vista antropológico, mas não é identidade, é um artifício que serve para várias coisas positivas, psicológicas, imediatistas, políticas etc. Creio que seria interessante estudar como se criaram os artifícios, e não como surgiram as identidades. Ao contrário, muitas das teses que se fazem são sobre as identidades, que, na verdade, não existem [...] porque a identidade é uma invenção, um instrumento, uma construção artificial.

Buscando um paralelo entre as palavras de Levi (2014) e esta pesquisa, percebe-se que esses diferenciais culturais foram trazidos do ponto de partida dos imigrantes: os habitantes das montanhas tinham características próprias, identificadas na reprodução de ofícios qualificados no estado e na busca por casamentos com aqueles provindos do mesmo cotidiano de práticas sociais. Isso não significa que a identidade criada por eles fosse somente italiana ou friulana, ou ainda tirolesa, mas que se identificavam com determinados aspectos culturais, como o modo de viver, a racionalidade econômica, a língua – uma vez que “A língua é uma das principais manifestações identitárias de um povo” (PEZZO, 1763 *apud* CANTERI, 2017, p. 113). No Rio Grande do Sul, essas particularidades foram colocadas no mesmo “balai” imigrantista italiano; mas quando analisados por meio de uma lente de aumento, os friulanos apresentam determinadas características distintas das de outros italianos, e não por isso menos importantes. Nesse sentido, tais peculiaridades impulsionaram a construção de artifícios para a manutenção de aspectos culturais, sociais, econômicos, estratégicos etc., identificados entre o grupo.

A busca por reagrupamentos regionais não aconteceu somente pelos matrimônios, mas também pela criação de associações no estado. Se observados atentamente, percebe-se que não se identificam particularmente ou apenas como descendentes de italianos, por isso existem diversas entidades denominadas como: Friulanos pelo Mundo, Círculo Trentino, Associação Vêneta e assim por diante. Para compreender essas divisões, é fundamental estudar o ponto de

partida e as formas como a península itálica estava recortada e, após a unificação, como foi costurada, dando contornos a uma espécie de colcha de regionalismos.

Se na Europa essas questões regionalistas ainda estão em evidência, as motivações para isso são outro caso. Na RCI, pode-se afirmar que essas particularidades ganharam força por meio da busca pela cidadania italiana²¹⁷, além dos próprios *gemellaggios*. Quanto às cidadanias, em muitas situações, o interesse na legalização não é propriamente para retornar à Itália dos antepassados, mas pela possibilidade de viver regularmente em outras partes da Europa. Nesse sentido, associado aos matrimônios, Tedesco (2014, p. 117-130) enfatiza que:

[...] há redes que viabilizam processos afetivos, casamentos entre italianos/as com brasileiros/as, contatos que vão se viabilizando entre os dois países pela esfera do denominado “turismo sexual”, há também imigrantes que adotam estratégias de “casamentos arranjados” (com autóctones ou entre conacionais) para viabilizar reconhecimento de cidadania, bem como alianças afetivas e efetivas, as quais vão se desenvolvendo, alimentadas por múltiplas intencionalidades [...]. Universos afetivos que também demonstram ser dinâmicos e que se expressam nos casamentos mistos, envolvem canais constituídos, em geral, no interior do país de destino de imigrantes, os quais interligam microrredes de conacionais com nativos, de amizades, de interconhecimento, de identidades de coirmãos (*gemellaggios*), de relações no universo do trabalho, em particular no cenário das famílias italianas.

Portanto, as migrações continuam, de certa forma, sendo pensadas, planejadas e estratégicas. Vistos de um sentido racional, os matrimônios não deixavam de ser uma espécie de associação que contribuía em um elo identificador e, conseqüentemente, em um artifício impulsionador para determinadas reproduções culturais. O importante, contudo, é pensar por quais motivos isso importava ao grupo.

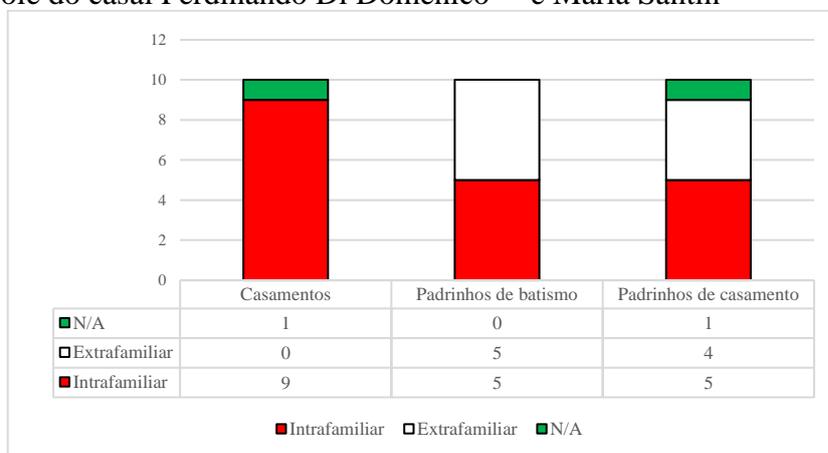
Para serem claras essas relações reproduzidas como práticas matrimoniais no Rio Grande do Sul, elaboraram-se gráficos²¹⁸ das proles dos casais averiguados e das redes construídas de Guaporé até Monte Belo do Sul e Itália. Por meio de cálculos e representações gráficas, retomam-se, de maneira geral, todos os matrimônios analisados no capítulo anterior e no presente. Considera-se que tal recurso matemático demonstre de modo mais nítido, através de porcentagens, os quadros construídos em minúcias, que envolveram: padrinhos de batismo e origem étnica, cônjuges e descendência, padrinhos de matrimônio e local de proveniência familiar. Acoplando todas as informações e transformando-as em gráficos e percentual final, julga-se expressar de forma prática tais relações.

²¹⁷ Sobre a busca da cidadania por meio dos matrimônios, consultar Tedesco (2014).

²¹⁸ Os gráficos desta etapa do trabalho, desenvolvidos por Guilherme Busato, foram elaborados com base nas fontes utilizadas na pesquisa.

Inicia-se com a prole do casal Ferdinando Di Domenico e Maria Santin.

Gráfico 1 – Prole do casal Ferdinando Di Domenico²¹⁹ e Maria Santin²²⁰

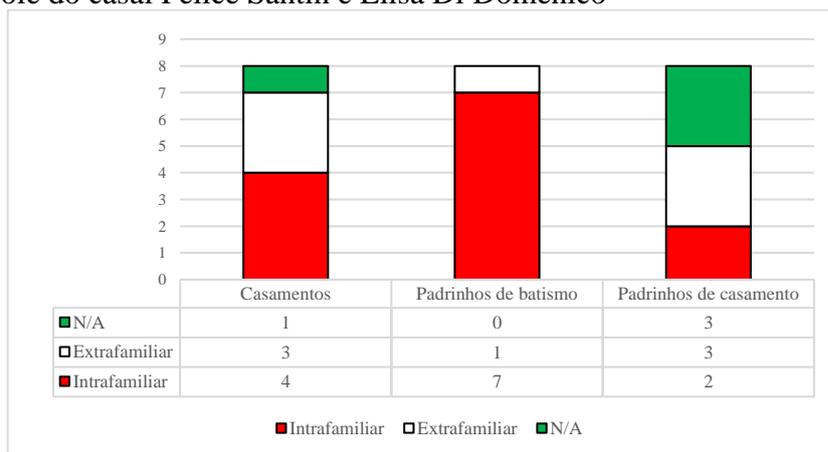


Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

O Gráfico 1 refere-se às informações detalhadas no Quadro 23. Dos dez filhos do casal (Ferdinando Di Domenico e Maria Santin), apenas aquele que permaneceu solteiro não contraiu um matrimônio intrafamiliar²²¹. Entre os padrinhos de batismo, cinco são intrafamiliares, e cinco não possuem vínculos familiares. Quanto aos compadres de matrimônio, dos nove pares analisados, quatro são extrafamiliares²²², e cinco são intrafamiliares.

Gráfico 2 – Prole do casal Felice Santin e Elisa Di Domenico



Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - Não se aplica.

²¹⁹ A família Di Domenico proveio de Frisanco, FO, Itália.

²²⁰ O núcleo específico da família Santin averiguado proveio de Mezzomonte, Polcenigo, FO, Itália.

²²¹ Relações de matrimônio ou compadrios que se estabeleceram com sujeitos de dentro do grupo familiar.

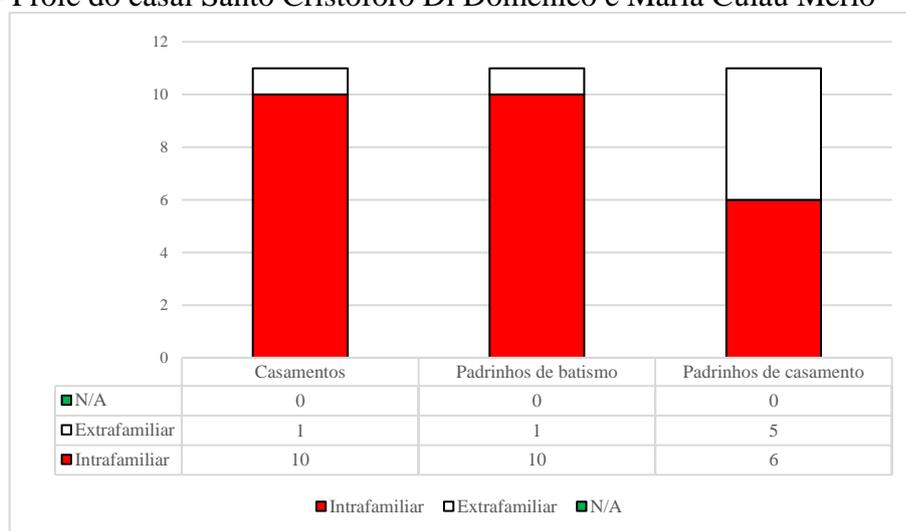
²²² Relações de matrimônio ou compadrios que se estabeleceram com sujeitos de fora do grupo familiar.

O Gráfico 2 refere-se às informações detalhadas no Quadro 22. Dos oito filhos do casal (Felice Santin e Elisa Di Domenico), quatro apresentam matrimônios intrafamiliares, um permaneceu solteiro, e três não casaram com outros friulanos. Quanto aos padrinhos de batismo, apenas um não tem descendência friulana. Em relação aos compadrios de matrimônio, três pares não possuem vínculos intrafamiliares. Além do filho que não casou, em Não se aplica (N/A) constam dois casais de que não foi possível identificar os compadrios.

Sabe-se que não foram somente os italianos e seus descendentes que buscaram manter vínculos por laços matrimoniais e redes de compadrios. De forma semelhante, Mello (1997) discute: 1) as relações sociais das altas classes brasileiras (os barões do engenho e do café) durante os períodos colonial e imperial do país e 2) a formação das redes de parentela, principalmente pelos casamentos endogâmicos. Naquele contexto, os vínculos se reforçavam pelo compadrio e pela teia de obrigações recíprocas do clientelismo. O autor aponta ainda os problemas congênitos dessas famílias em função dos casamentos endogâmicos (MELLO, 1997), o que não foi possível identificar nesta sondagem.

Seguindo com os gráficos, apresenta-se aquele referente ao casal Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo.

Gráfico 3 – Prole do casal Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo²²³



Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

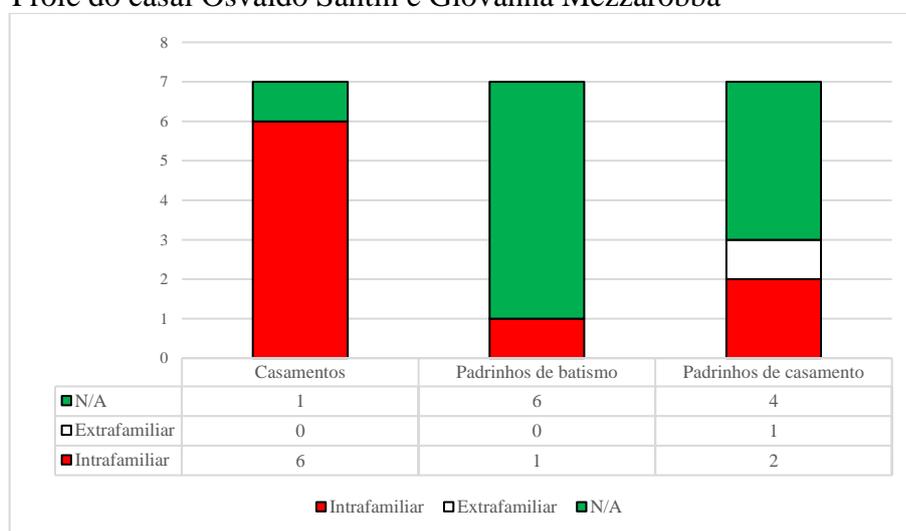
O Gráfico 3 refere-se às informações detalhadas no Quadro 21. Dos onze filhos do casal (Santo Cristoforo Di Domenico e Maria Culau Merlo), apenas um não casou com friulanos.

²²³ A família Culau proveio de Frisanco, e a Merlo, de várias partes do FO, Itália.

Dos padrinhos de batismo, um sujeito não possui vínculos com o grupo. Em relação aos compadres de matrimônio, cinco dos filhos tiveram padrinhos extrafamiliares.

Adentrando os relacionamentos dos núcleos familiares discutidos no capítulo anterior, o Gráfico 4 apresenta os dados da família Santin Mezzarobba, que se mostrou adepta a relações intrafamiliares desde Mezzomonte, no FO. Tanto Gri (2015) quanto Fornasin (2011) observam que essas relações aconteciam impulsionadas pelos aspectos geográficos e ambientais. Contudo, quando se trata do Rio Grande do Sul, esses aspectos, principalmente pela divisa das terras com imigrantes de outras regiões italianas, deveriam ter menos conotação.

Gráfico 4 – Prole do casal Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba²²⁴

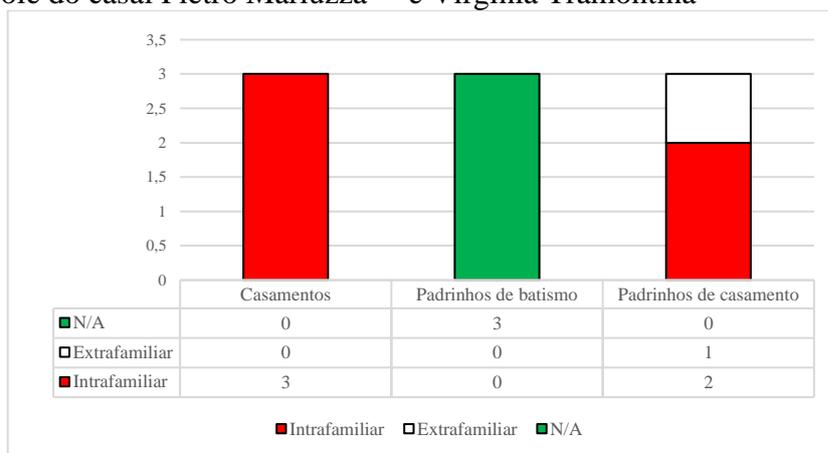


Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

O Gráfico 4 refere-se às informações detalhadas no Quadro 4. Dos sete filhos do casal (Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba), apenas o que faleceu não contraiu matrimônio intrafamiliar. Quanto aos padrinhos de matrimônio, apenas um não era friulano. Em N/A, constam, além do filho que não se casou, os três de que não foram encontrados registros dos compadres de casamento.

²²⁴ A família Mezzarobba proveio de Mezzomonte, FO, Itália.

Gráfico 5 – Prole do casal Pietro Mariuzza²²⁵ e Virginia Tramontina²²⁶

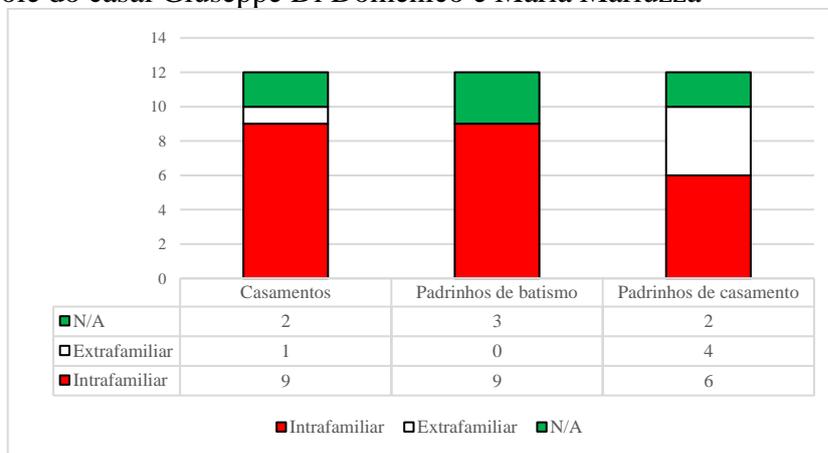
Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

O Gráfico 5 refere-se às informações detalhadas no Quadro 5. Dos três filhos de Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina, todos casaram-se com friulanos. E apenas um padrinho não possuía vínculo étnico com grupo.

No Gráfico 6, aborda-se o casal Giuseppe Di Domenico e Maria Mariuzza.

Gráfico 6 – Prole do casal Giuseppe Di Domenico e Maria Mariuzza



Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

O Gráfico 6 refere-se às informações detalhadas no Quadro 6 e reiteradas no Quadro 19. Dos doze filhos do casal (Giuseppe Di Domenico e Maria Mariuzza), nove apresentam

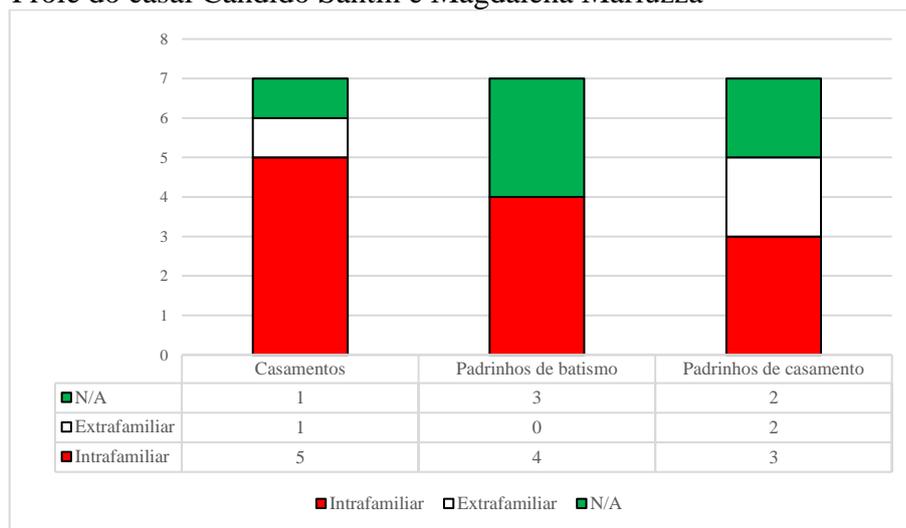
²²⁵ A família Mariuzza proveio de Frisanco, FO, Itália.

²²⁶ O núcleo específico da família Tramontina averiguado proveio de Poffabro, atualmente *frazione* da *comune* de Frisanco, FO, Itália.

matrimônios intrafamiliares. De três filhos não foi possível verificar os padrinhos de batismo. Em relação aos compadres de matrimônio, somente quatro são das relações extrafamiliares.

No Gráfico 7, retoma-se a prole de Candido Santin com a primeira esposa, Magdalena Mariuzza, que era irmã de Maria Mariuzza, matriarca destacada no Gráfico 6.

Gráfico 7 – Prole do casal Candido Santin e Magdalena Mariuzza

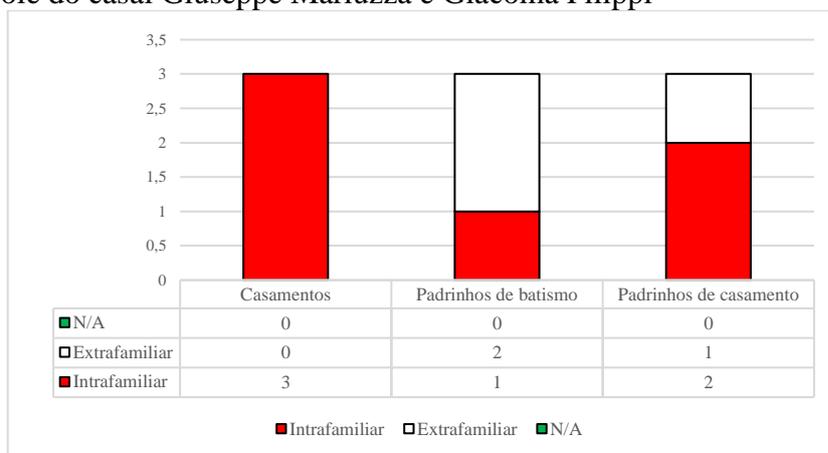


Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

O Gráfico 7 refere-se às informações detalhadas no Quadro 7 e reiteradas no Quadro 20. Dos sete filhos do casal (Candido Santin e Magdalena Mariuzza), apenas um contraiu matrimônio extrafamiliar. Dos padrinhos de batismo dos quatro filhos localizados, todos eram intrafamiliares. Em relação aos compadrios de matrimônio dos seis filhos que se casaram, três uniões eram intrafamiliares.

O Gráfico 8 retrata a prole do segundo matrimônio de Giuseppe Mariuzza, que era irmão de Maria e Magdalena Mariuzza, representadas nos gráficos 6 e 7 e casadas, respectivamente, com Giuseppe Di Domenico e Candido Santin. A segunda esposa de Giuseppe, Giacoma Filippi, com a morte do marido, contraiu novo matrimônio, desta vez com o concunhado Candido Santin, abordado no Gráfico 7.

Gráfico 8 – Prole do casal Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi²²⁷

Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

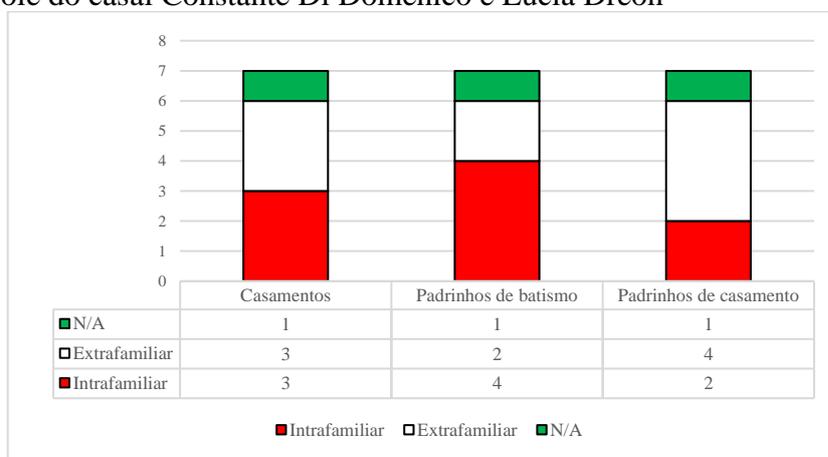
O Gráfico 8 refere-se às informações detalhadas no Quadro 8. Dos três filhos do casal (Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi), todos contraíram matrimônios intrafamiliares. Dois padrinhos/testemunhas de batismo não eram friulanos. Dos compadres de matrimônio, apenas um não era friulano.

Como se constata nos diagramas, as maiores variações entre pessoas que não possuíam ascendência friulana são percebidas entre os padrinhos. Contribui para esses resultados o furto dos primeiros livros de matrimônios de Monte Belo do Sul, estando disponíveis as informações dos compadrios apenas pela via civil, posição que era ocupada muitas vezes por desconhecidos que prestavam o favor de assinar o registro, já que os chamados “padrinhos da casa” eram aqueles que, conforme destacaram as fontes orais e verificou-se nos registros sacerdotais e cartoriais, estavam vinculados à cerimônia religiosa. Assim sendo, as variações entre as testemunhas de matrimônio se deram em função de alguns dados terem sido obtidos pela via legal, dos matrimônios no âmbito civil, quando eram mais frequentes algumas testemunhas do enlace não serem aquelas do núcleo familiar por questões arroladas anteriormente, como distância, menor importância dada ao contexto jurídico, se comparado ao religioso, etc.

O Gráfico 9 apresenta a prole de Constante Di Domenico e Lucia Dreon, ramo que usa a complementação “Della Gatta” para se diferenciar do restante dos Di Domenico. O casal é explanado como forma de exemplificar que as famílias estudadas vieram predominantemente em núcleos completos, ou quase completos, compostos por pais, tios, primos, filhos e netos (esses últimos quando os matrimônios haviam ocorrido poucos meses antes da emigração para o Brasil).

²²⁷ A família Filippi proveio de Frisanco, FO, Itália.

Gráfico 9 – Prole do casal Constante Di Domenico e Lucia Dreon



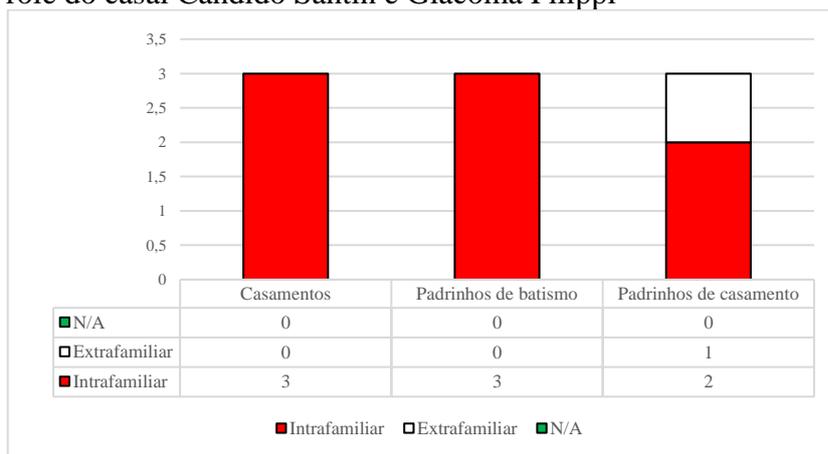
Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

O Gráfico 9 refere-se às informações detalhadas no Quadro 12. Dos sete filhos do casal (Constante Di Domenico e Lucia Dreon), três não se uniram em casamentos intrafamiliares. Dos padrinhos de batismo, dois eram extrafamiliares; e, dos padrinhos de matrimônio, dois eram intrafamiliares.

O próximo gráfico retoma a prole de Candido Santin (patriarca também do Gráfico 7) e Giacoma Filippi (matriarca do Gráfico 8).

Gráfico 10 – Prole do casal Candido Santin e Giacoma Filippi



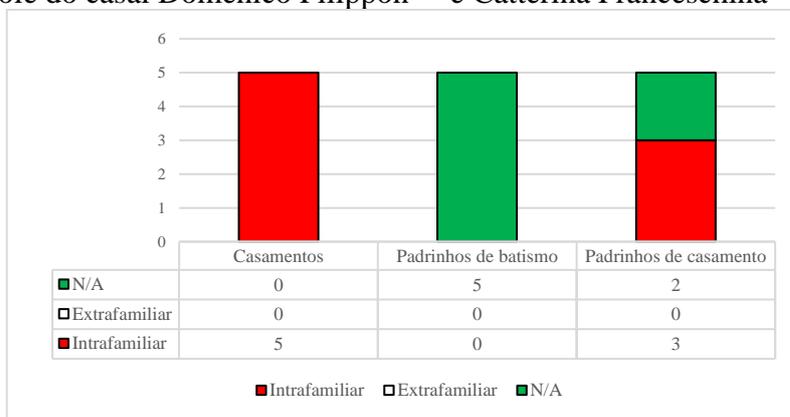
Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

O Gráfico 10 refere-se às informações detalhadas no Quadro 9. Somente um dos filhos do casal (Candido Santin e Giacoma Filippi) não teve padrinhos de matrimônio de origem friulana. Todas as demais relações foram entre friulanos.

Segue-se com as proles da família Filippou nos gráficos 11 (Domenico Filippou e Catterina Franceschina) e 12 (Osvaldo Filippou e Maria Filippi).

Gráfico 11 – Prole do casal Domenico Filippou²²⁸ e Catterina Franceschina²²⁹

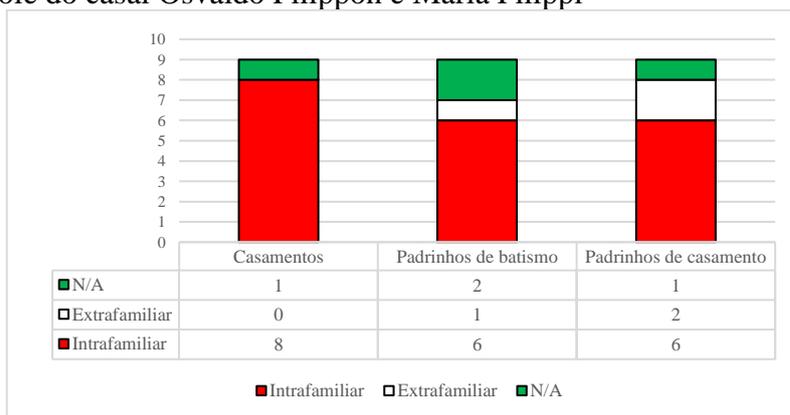


Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

Legenda: N/A - não se aplica.

O Gráfico 11 refere-se às informações detalhadas no Quadro 13. Não foram localizados os registros de batismo dos filhos e os de padrinhos de dois matrimônios, porque ocorreram na Itália antes de 1870. Todas as demais relações de matrimônios dos cinco filhos do casal (Domenico Filippou e Catterina Franceschina) foram entre friulanos. Esse casal está vinculado ao Gráfico 12, pois Domenico e Catterina eram pais de Osvaldo Filippou.

Gráfico 12 – Prole do casal Osvaldo Filippou e Maria Filippi



Fonte: documentos de cunhos civil e sacerdotal.

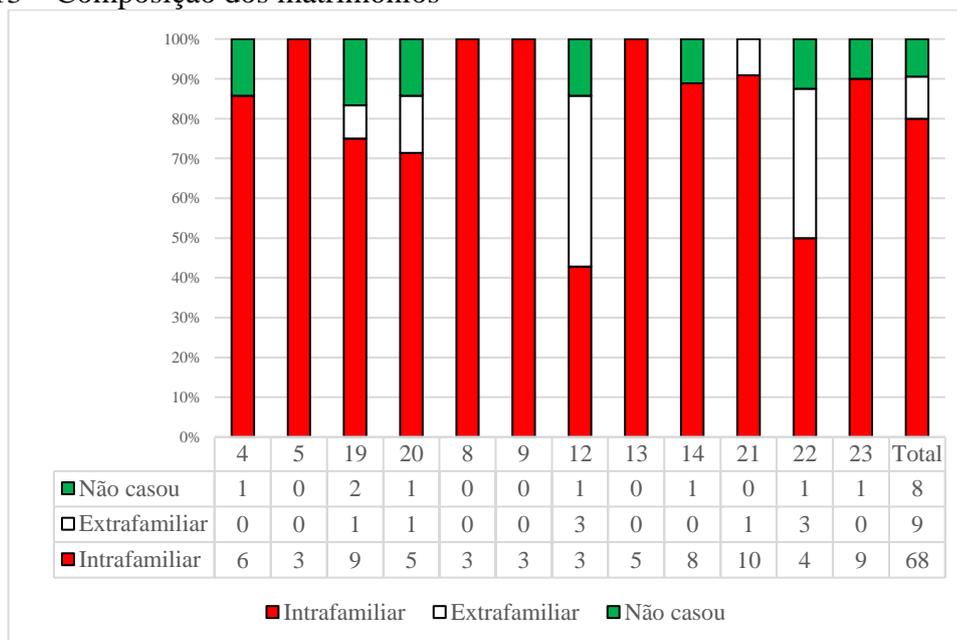
Legenda: N/A - não se aplica.

²²⁸ A família Filippou proveio de Maniago e Frisanco, FO, Itália.

²²⁹ A família Franceschina proveio de Frisanco, FO, Itália.

O Gráfico 12 refere-se às informações detalhadas no Quadro 14. Dos nove filhos do casal (Osvaldo Filippon e Maria Filippi), apenas um dos filhos não se casou, e todos os casamentos foram intrafamiliares. Entre os padrinhos de batismo, seis eram friulanos, e dois registros não foram localizados. Dos padrinhos de casamento, seis eram intrafamiliares.

Gráfico 13 – Composição dos matrimônios



Fonte: dados da pesquisa.

O Gráfico 13 relaciona os matrimônios da prole de cada casal considerado na pesquisa levando em conta o quadro em que a genealogia é descrita. Já no Quadro 24, arrolam-se os quadros vistos ao longo do trabalho com o respectivo núcleo familiar a que está relacionado.

Quadro 24 – Relação entre quadro apresentado e tronco familiar correspondente

Quadro	Tronco
4	Osvaldo Santin e Giovanna Mezzarobba
5	Pietro Mariuzza e Virginia Tramontina
19	Giuseppe Di Domenico e Maria Mariuzza ²³⁰
20	Candido Santin e Magdalena Mariuzza ²³¹
8	Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi
9	Candido Santin e Giacoma Filippi
12	Costante Di Domenico e Lucia Dreon
13	Domenico Filippon e Catterina Franceschina
14	Osvaldo Filippon e Maria Filippi
21	Santo Cristoforo (Mariuzza) Di Domenico e Maria Culau Merlo

²³⁰ Também apresentado no Quadro 6 do terceiro capítulo.

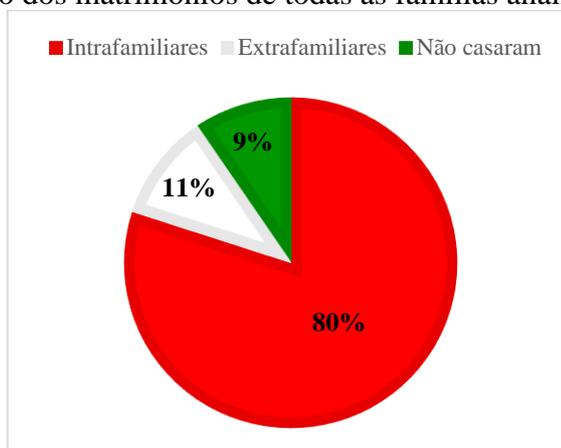
²³¹ Também apresentado no Quadro 7 do terceiro capítulo.

22	Felice (Mariuzza) Santin e Elisa (Mariuzza) Di Domenico
23	Ferdinando (Mariuzza) Di Domenico e Maria (Mariuzza) Santin

Fonte: dados da pesquisa.

De todos os casamentos analisados nos quadros, 68 foram intrafamiliares, nove foram extrafamiliares, e oito filhos não se casaram. Do total de 77 matrimônios de 85 filhos, 90% dos filhos das proles consideradas casaram-se. Dos 77 matrimônios, 68 foram intrafamiliares, o que totaliza 88% de casamentos entre friulanos. No âmbito geral, 80% de todos os filhos averiguados casaram-se de forma intrafamiliar, conforme ilustra o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Composição dos matrimônios de todas as famílias analisadas



Fonte: dados da pesquisa.

Após a análise de todos os dados que foram localizados, o Gráfico 14 expressa os resultados em números. Os achados mostram que 80% de toda a prole analisada contraíram matrimônio de forma intrafamiliar, ou seja, dentro da rede em análise. Esse aspecto remete à manutenção desde o patrimônio material (terra) até o patrimônio imaterial, como a herança dos ofícios qualificados (ligados aos artesãos) e a do próprio campesinato, além da língua, dos costumes, da cultura etc.

Portanto, neste estudo de caso, um dos principais artifícios para a manutenção de uma suposta identidade friulana foram os matrimônios e as relações de compadrio dentro do mesmo grupo, levando em conta que eram não só um grupo regional, como também sujeitos que partiram especificamente de uma pequena parte, centrada em uma região. Assim, da macroanálise, reduziram-se as escalas, o que proporcionou este olhar em minúcias. Além do aspecto qualitativo das fontes, visou-se ao entrecruzamento dos dados.

Apesar de os imigrantes analisados terem como prática as mobilidades espaciais na Europa, em função das migrações sazonais, eram camponeses por tradição; desse modo, tinham

impregnadas em seus hábitos práticas enraizadas das comunidades de origem. Esses friulanos, mesmo no Rio Grande do Sul, mantiveram determinadas tradições ligadas ao *paese* de partida, ainda que, nas colônias brasileiras, não pudessem ser considerados um grupo isolado, somente localizado em território de difícil acesso. Mesmo centrando-se em linhas compostas majoritariamente por demais friulanos, as localidades em Monte Belo do Sul são próximas a outras linhas colonizadas por italianos de outras regiões, por exemplo, vênéticos e trentinos, entre outros. Ainda assim, mantiveram-se em uma tradição grupal.

Parte significativa da primeira geração de filhos de friulanos no estado migrou para Guaporé, e nessa segunda colônia, ao contrário da miscigenação com outros etnicamente “italianos”, esses descendentes de friulanos instalaram-se novamente em agrupamento e reestabeleceram, sobretudo, os hábitos endogâmicos. Embora a pesquisa se encerre em 1964, os bisnetos dos primeiros friulanos na Serra Gaúcha mantiveram essas práticas, aplicadas, inclusive, nas colonizações argentina e chilena.

Talvez os imigrantes friulanos no Rio Grande do Sul, por desejo próprio ou por determinação dos demais, diferenciavam-se dentro da comunidade. Em vista disso, as redes sociais desses sujeitos, desde a Itália, englobam diversos nós: relações matrimoniais, de compadrio e, conseqüentemente, familiares. “Portanto, a emigração se articulava em família, possibilitando que, por meio de laços parentais – irmãos, primos, tios –, seguissem para a América e elaborassem estratégias coletivas, que lhes permitissem a própria continuidade da vivência camponesa” (VENDRAME, 2011, p. 75). Nos núcleos considerados, a continuidade das relações consanguíneas e endogâmicas – verificadas que por quase um século, já que a instalação ocorreu de 1880 em diante, e os registros consultados englobam documentos até 1964 – evitava o declínio do parentesco.

Nessa linha de análise, Javier Gonzáles Díez e Pier Paolo Viazzo, em “El parentesco ficticio entre América Latina y Europa: estrategias de respuesta a la desparentalización en perspectiva comparada” (2016), após estudo etnográfico acerca da comunidade de Quito (São Francisco de Quito) no Equador, investigam como as sociedades contemporâneas enfrentam, de maneiras distintas, o declínio do parentesco, que funciona como forma unificadora, assim como outros efeitos das transições demográficas, por meio de uma proposta comparada com a Europa. Uma das estratégias citadas consiste em expandir e remodelar determinados laços existentes, os quais os autores chamam de “parentesco fictício”, pela reintegração e pela reinterpretção resumidas em quatro tipos: ascensão, intercâmbio de parentes, retenção de parentes e conversão de não parentes. Os pesquisadores explanam sobre redes constituídas e

adaptadas para contornar os efeitos da perda de parentes induzida pela dimensão da fecundidade e pela instabilidade matrimonial que a segunda transição demográfica leva consigo. Ou seja, interligam-se mobilizações migratórias e redes readaptadas (DÍEZ; VIAZZO, 2016). Considerando a discussão em torno do parentesco, os núcleos compostos inicialmente por friulanos, reproduzindo práticas da região de origem, mantiveram os laços parentais até 1964, ano-limite de análise deste trabalho. Contudo, ainda existem resquícios dessa rede na contemporaneidade.

Do rol de depoimentos, foi possível averiguar que existiam diversos preconceitos enraizados para com o grupo étnico, o que gerava estranhezas para além das “fronteiras grupais italianas” e favorecia de certa forma a identificação e/ou a aceitação dos matrimônios dentro do próprio grupo, mesmo em solo brasileiro, fomentando, assim, determinadas estruturas pelos sujeitos.

Até o momento, pontuaram-se três migrações que envolveram estratégias, organizações, cadeias e redes familiares: 1) partindo do FO e fixando-se por meio de grupos familiares em Dona Isabel; 2) partindo do Rio Grande do Sul para a Argentina, caracterizando uma migração qualificada; e 3) no mesmo período, partindo de Monte Belo do Sul, em uma migração interna, para a colônia Guaporé. No início deste capítulo, reconstruíram-se os laços matrimoniais protagonizados pelos descendentes de friulanos em Guaporé; passa-se, em seguida, a abordar a fixação dos núcleos familiares e de compadrios, instalados na Linha Três de Maio, nessa segunda localidade.

4.5 Comunidade dos *furlani*

A colônia Guaporé é considerada uma das mais extensas em linhas, portanto, esses territórios englobam diversas comunidades, como ilustra a Figura 6, na introdução do trabalho. Na vizinhança da Linha Três de Maio, existiam comunidades que incorporavam outros descendentes de imigrantes além dos friulanos, mas a manutenção da rede familiar entre o grupo analisado também se fez presente na nova colônia. Ao consultar arquivos históricos e fontes de diferentes municípios, percebeu-se que, em Bento Gonçalves e Monte Belo do Sul, por estarem vinculados à rota da imigração italiana, com ênfase na rota do vinho, as prefeituras buscaram, em função do próprio turismo, conservar informações detalhadas sobre a colonização na região da antiga colônia Dona Isabel. Já em Guaporé, município voltado mais para as indústrias têxtil e das semijoias, conseqüentemente, os interesses governativos foram outros.

A memória imigrante ficou mais concentrada nos pontos onde se exploram a gastronomia e outros fatores vinculados, do que no contexto onde se propagaram as indústrias joalheira e de confecção, que foram desenvolvidas em Guaporé de forma significativa por italianos e/ou descendentes. Somam-se a isso as péssimas manutenção e conservação dos documentos históricos da localidade, armazenados em local inadequado, que sofre com inúmeras enchentes. Nesse cenário, restaram, em Guaporé, os livros de impostos de renda do início da colonização, que estão organizados em outro local àquele do arquivo municipal. Até meados de 1964, pôde-se averiguar como ocorria a compra entre os núcleos familiares após a ampliação das famílias.

Entre os friulanos, funcionava o seguinte sistema: o irmão mais velho e os primos compravam lotes de determinado valor; com as ampliações familiares, dividiam-se os lotes, ou, então, adquiriam-se terrenos próximos. Como em Guaporé interessam pontos mais específicos, optou-se por analisar a divisão da linha com base em um mapa datado de 1924, disponibilizado no site de estudos acadêmicos *Colônias de imigrantes - RS/SC*, que integra o projeto Heuser²³². No que tange à Linha Três de Maio, foram consultadas as informações do *Consiglio Nazionale delle Ricerche* (SABBATINI, 1975).

Ao longo do texto, são explicadas as novas compras de propriedades. Em relação às famílias instaladas em Monte Belo do Sul, já foram comentados os pontos de partida do Friuli em quadros anteriores. Como se trata dos descendentes das mesmas famílias, trabalhou-se somente com o nome dos proprietários, o número dos lotes e a quantidade de hectares, pois interessa, em Guaporé, demonstrar a continuação dessas redes, costuradas no Brasil a partir da década de 1880.

Inicia-se arrolando os lotes em números decrescentes, que apontam para a instalação, em maior número, das famílias analisadas, além de corresponder aos pontos mais altos do morro da Linha Três de Maio, onde ocorreram as novas povoações familiares.

Quadro 25 – Colonizadores da Linha Três de Maio (Guaporé)

Número do lote	Proprietário	Tamanho do lote
125	Santin, Giacomina	47,21 ha
124	Santin, Pietro	28,66 ha
123	De Bortoli, Angelo	29,93 ha
122	Santin, Luigi	26,65 ha
121	Colussi, Francesco	30,08 ha
120	Filippi, Pietro	26,68 ha
119	Colussi, Lino	26,31 ha
118	Dorigo, Domenico	27,62 ha

²³² Disponível em: <https://colonias.heuser.pro.br/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

117	Mezzarobba, Angelo	26,51 ha
116	Santin, Domenico	28,45 ha
115	Santin, Arcangelo	25,26 ha
114	Santin, Ferdinando	29,43 ha
113	Santin, Ferdinando	29,02 ha
112	Mezzarobba, Santo	28,6 ha
111	Mezzarobba, Giacomo	26,39 ha
110	Damo, Angelo e Francesco	28,33 ha
109	Romano, Celeste	26,97 ha
108	Damo, Pietro e Geremias	27,5 ha
107	Romano, Antonio	27,24 ha
106	Marcolin, Angelo	27,47 ha
105	Santin, Angelo	25,25 ha
104	Lovisa, Domenico	25,4 ha
103	Santin, Giuseppe	24,08 ha
102	Santin, Giovanni	24,63 ha
101	Santin, Giuseppe	23,1 ha
100	Santin, Antonio	28,04 ha
99	Comel, Giuseppe	26,21 ha
98	Santin, Vincenzo	28,96 ha
97	Longo, Arturo e Victorio	27,7 ha
96	Santin, Giuseppe	29,36 ha
95	—	—
94	Santin, Angelo	29,42 ha
93	Franceschini ²³³ , Victorio e Longo, David	27,9 ha
92	Colussi, Olivio	25,65 ha
91	Beltrame, Celeste	24,58 ha
90	Bazzano ²³⁴ , Angelo	29,36 ha
89	Colussi, Basilio	28,19 ha
88	Chiarnarello, Antonio	28,03 ha
87	Di Domenico, Ferdinando	26,13 ha
86	Colussi, Cirilo	28,04 ha
85	Colussi, Felice	26,37 ha
84	Di Domenico, Giuseppe	27,81 ha
83	De Dicia, Santo	25,51 ha
82	Di Domenico, Pietro	25,34 ha
81	Di Domenico, Giuseppe	24,6 ha
80	Toffoli, Cario	24,07 ha
79	Magnan, Giovanni Baptista	24,38 ha
78	Toffoli, Angelo	26,35 ha
77	Magnan, Antonio e Luiz	24,4 ha
76	Santin, Giuseppe	26,77 ha
75	Santin, Carlos	26,38 ha
74	Lorenzon, Teresa	28,39 ha
73	Filippon, Pietro	26,65 ha
72	Toffoli, Luigi	27,65 ha
71	Toffoli, Giuseppe	27,31 ha
70	Dalamonta, Luigi	32 ha
69	Bressan, Francisco	30,36 ha
68	Dalamonta, Luigi	28,86 ha
67	Lorenzoni, Giovanni	28,03 ha
66	Possan, Constante	28,22 ha
65	—	—
64	Gasparetto, Luigi	27,01 ha

²³³ Encontra-se registrado também como Franceschina e Franceschin.

²³⁴ Encontra-se registrado também como Bassano.

63	Lorenzoni, Pietro e Tochetto, Luigi	26,82 ha
62	Alberti, Domenico e Gasparetto, Luigi	26,84 ha
61	Tochetto, Giuseppe	24,09 ha
60	Zampieri, Giovanni	28,4 ha
59	Vazoler, Giacomo	27,78 ha
58	Sari, Antonio	27,72 ha
57	Preton, Isidoro e Alberti, Domenico	25,99 ha
56	Schiavin ²³⁵ , Bernardo	29,76 ha
55	Santin, Santo	28,77 ha
54	Benvenuto, Alexandre	32,21 ha
53	Tedesco, Alexie	30,56 ha
52	Filippon, Rosa	28,47 ha
51	Comel, Domenico	26,96 ha
50	Romanini, Giuseppe	28,47 ha
49	Bazzo ²³⁶ , Antonio e Frederico	26,43 ha
48	Galvine, Catharina e Barbato, Magdalena	28,96 ha
47	Colpo, Giovanni	28,75 ha
46	De Rocco, Fermo	27,91 ha
45	Moser, Thomas	26,51 ha
44	Crestani, Bernardo	30,14 ha
43	Tizziani, Luigi	27,71 ha
42	Tirello, Caetano e Crestani, Bernardo	27,21 ha
41	Crestani, Giovanni	25,81 ha
40	Trecuno, Benigno e Tirello, Caetano	31,61 ha
39	Petronieri, Francesco	28,89 ha
38	Cavaton, Alexandre	24,58 ha
37	Polachino, Alexandre	23,86 ha
36	Carnello, Angelo	29,08 ha
35	Christani, Alberto	27,28 ha
34	Sbabo, Luigi	31,25 ha
33	Oltromare, Natale	29,3 ha
32	Oltromare, Giuseppe	30,09 ha
31	Cella, Luigi	29,07 ha
30	Cavaton, Antonio	30,09 ha
29	Zatto, Giuseppe e Bergamaschi, Germano	28,62 ha
28	Lunardi, Luigi	29,53 ha
27	Zago, Santo	28,34 ha
26	Brugnera, Arcangelo	28,26 ha
25	Brugnera, Pietro e Andrea	26,08 ha
24	Assumpção, Maria Joaquim De	32,01 ha
23	Rodrigheiro, Andrea	31 ha
22	Brugnera, Giuseppe	32,2 ha
21	Brugnera, Andrea e Giuseppe	29,63 ha
20	Isatto, Giuseppe	30,42 ha
19	Fiori, Domingos	28,34 ha
18	Isatto, Giuseppe e Giacobbe	29,86 ha
17	Barato, Adolfo	28,76 ha
16	De Conti, Bartolo	30,16 ha
15	Bertone, Giovanni	29,37 ha
14	Benini, Giuseppe	29,84 ha
13	Bruniero, Júlio	28,42 ha
12	Alberti, Marco	32,73 ha
11	Signori, Giovanni	31,66 ha
10	Degrandi, Angelo e Giuseppe	27,03 ha

²³⁵ Encontra-se registrado também como Schiavi.

²³⁶ Encontra-se registrado também como Basso.

09	Milesi, Pedro	26,25 ha
08	Zorzetto, Osvaldo	29,42 ha
07	Comel, Domenico	28,83 ha
06	Piana, Luigi	23,71 ha
05	Viel, Valentino	26,56 ha
04	Zorzetto, Vittorio e Verelio	31,03 ha
03	Brugnera, Júlio	28,94 ha
02	Zorzetto, Baptista	19,25 ha
01	Marafon, Giovanni Baptista	32,96 ha

Fonte: traduzido de Sabbatini (1975).

Legenda: ha - hectare de terra.

No Quadro 25, encontram-se os prolongamentos dos ramos familiares que inicialmente haviam colonizado as linhas Argemiro e Santa Bárbara em Monte Belo do Sul. Em Guaporé, esses núcleos estabeleceram-se como vizinhos de lotes, ocupando a linha majoritariamente com outros friulanos. Mesmo aqueles que não estavam conectados via matrimônio, os nós se deram via compadrios.

Na Linha Três de Maio, verificam-se sobrenomes friulanos que não foram encontrados nas linhas em Monte Belo do Sul. O nome de cada proprietário de lote foi averiguado no banco de dados do governo friulano²³⁷, e, desse levantamento, com exceção das famílias: Damo, Chiarnarello, De Dicia, Dalamonta, Possan, Tochetto, Vazoler, Preton, Galvine, Barbato, Colpo, De Rocco, Crestani, Tizziani, Tirello, Trecuno, Petronieri, Cavaton, Polachino, Sbabo, Oltramare, Zatto²³⁸, Bergamaschi, Lunardi, Assumpção, Rodrighiero, Isatto, Barato, Benini²³⁹, Bruniero, Degrandi²⁴⁰, Piana e Marafon, todos os outros sobrenomes, com maior ou menor incidência, constam com registro de procedência friulana. No caso das exceções Zatto, Benini e Degrandi, há apenas um patriarca identificado no banco de dados para cada um dos sobrenomes. Como não remetem especificamente aos sujeitos instalados na linha averiguada, e por ser a incidência muito pequena, não se teve certeza da procedência do Friuli. Preferiu-se, pois, considerá-los não friulanos e alocá-los entre as exceções. Pontua-se, entretanto, que, em função de os friulanos realizarem constantemente migrações internas para o restante da Europa e da Itália, pode acontecer de determinadas famílias consideradas friulanas não terem emigrado diretamente do Friuli para o Rio Grande do Sul.

²³⁷ Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

²³⁸ Há apenas um registro do sobrenome Zatto, cuja família proveio da *comune* de Pravidomini, localizada na ex-província de Pordenone, atual FO.

²³⁹ Há apenas um registro do sobrenome Benini, cuja família proveio da *comune* de Pontebba, ex-província de Udine.

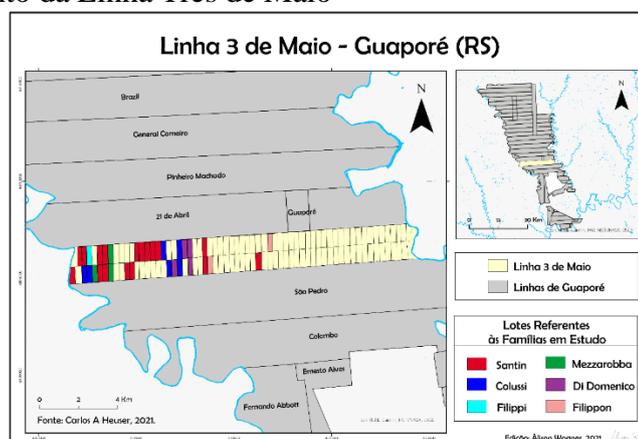
²⁴⁰ Há apenas um registro do sobrenome De Grandi, cuja família proveio da *comune* de Porcia, ex-província de Pordenone, FO.

Com o passar dos anos, a Linha Três de Maio sofreu alterações de espaço e povoamento, tanto de êxodo rural como de maior ocupação em partes mais planas, pois atualmente ela compreende desde o trevo secundário da cidade, indo até o chamado morro do Cristo. Os sujeitos friulanos que se entrelaçaram no Brasil, desde Monte Belo do Sul, surgem novamente reagrupados como vizinhos de lotes e no topo da linha colonizada. Dos 125 lotes, em dois terrenos não há identificação, e apenas o proprietário do lote 24, Maria Joaquim De Assumpção, não era de origem italiana. Portanto, em 1924, dos 123 lotes ocupados, 85 desses espaços eram propriedade de friulanos, e alguns eram donos de mais de um terreno. Isso sem contar que os sobrenomes Damo e Dalamonta podem ter sofrido variações de escrita no Brasil referente ao sobrenome Damonte, proveniente de Marano Lagunare, no Friuli. Assim como Tirello, pois encontraram-se diversos núcleos da família Tirelli, provinda principalmente da localidade de Montegliano, *comune* localizada na ex-província de Udine. Entre as famílias friulanas, os Brugnera, de Codroipo e Udine, também aparecem no cenário profissional de Guaporé atuando como ferreiros.

Apesar de a linha ser composta por descendentes de italianos de diferentes partes do Friuli, a maior parte dos lotes vizinhos entre as famílias analisadas continuou sendo propriedade de *mezzomontini* e *frisanchini*. Em Guaporé, outras famílias de origem friulana, que não constavam nas linhas averiguadas anteriormente, reagruparam-se em um local predominantemente formado pela característica étnico-regional. Mesmo se tratando de um mapeamento de 1924, verifica-se que eles seguiram se conectando pelos fatores étnico e “regionalista”, o que ultrapassa as redes em análise.

Na Figura 39, é possível observar a divisão dos lotes na Linha Três de Maio.

Figura 39 – Loteamento da Linha Três de Maio



Fonte: Carlos A. Heuser.
Edição: Alison Wagner.

Os recortes dos terrenos ilustram as propriedades dos descendentes de friulanos cujas famílias destacaram-se em número significativo na localidade de Monte Belo do Sul. Na figura ressalta-se pela cor a Linha Três de Maio. A fim de exemplificar a nova colonização, salientaram-se no mapa apenas alguns terrenos dessa linha composta majoritariamente por filhos de friulanos. A família Colussi foi sublinhada somente com o intuito de ilustrar que, apesar de não fazer parte da centralidade do estudo, assim como outros vizinhos regionalistas, eles se centraram em unidades próximas, ou seja, mesmo aqueles que não se uniram significativamente por laços matrimoniais conectavam-se de outras formas. A teoria deste estudo é de que era a estratégia para a manutenção de vínculos de identificação cultural, linguística e laborativa e conseqüentemente uma oportunidade de pechincha de preços, ou seja, economia ao grupo, ao agregar terrenos próximos, localizados nesse local íngreme da segunda colônia e possivelmente adquiridos em um mesmo período.

Algumas famílias que se destacaram em número e lotes vizinhos foram sinalizadas por cores: em vermelho Santin, em verde Mezzarobba, em azul-escuro Colussi, em lilás Di Domenico, em azul-claro Filippi e em rosa Filippon. Como verificado no Quadro 25, outras famílias com ascendência friulana que igualmente colonizaram o estado do Rio Grande do Sul, fixando-se em Monte Belo do Sul, migraram para a mesma linha em Guaporé. Contudo, optou-se por salientar aquelas cujos sobrenomes são os principais fios condutores, e que têm relevância para o povoamento da segunda localidade. Ainda, como exemplificou-se nos quadros 21, 22 e 23, que tratam das extensões dos matrimônios em Guaporé, os laços ocorreram predominantemente com outras famílias de ascendência friulana e provindas especificamente do FO.

Dessa forma, quando se observa o nome dos proprietários, faz-se necessário recordar que a parte feminina desses núcleos representava outras famílias de tal ascendência, mas no Brasil daquele período não se registrava em estudos sobre imigração o sobrenome das esposas. Nesta pesquisa, esses vínculos podem ser percebidos pelas genealogias, o que leva à compreensão do grande número de outros friulanos, mesmo que representados apenas pelos sobrenomes masculinos e como proprietários de terras na Figura 39 (cujo mapa foi elaborado conforme dados de 1924). Essa maior aglomeração de famílias de descendência friulana foi o que deu origem ao nome da localidade: linha ou comunidade *furlani*.

Figura 40 – Placa identificando as linhas (Guaporé, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

Na Figura 40, em que se destaca a placa de identificação das linhas, comprova-se que, em função de os friulanos colonizarem a Linha Três de Maio, para os moradores da região, o nome corrente do local é Comunidade Furlani, ou linha dos *furlani*, capela Nossa Senhora das Graças, 3.^a linha. Os descendentes de friulanos habitavam majoritariamente a parte específica da linha retratada na imagem; alguns se espalharam no entorno da Linha Três de Maio, mas o pico da localidade foi o escolhido pelos sujeitos. Ainda compõem a região outras comunidades, por exemplo, Monte Bérico, localizado em linha lateral.

Figura 41 – Capela Nossa Senhora das Graças (Guaporé, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

Na Figura 41, verificam-se dois marcos da colonização italiana no estado sul-riograndense: a capela, no alto da linha, e a *campana* – sino –, como costumavam chamar os integrantes da localidade. Na comunidade *furlani*, ainda reside a família Magnan, que se situa nas proximidades da capela. O restante dessa parte da linha, que é composta, em média, por 20 colônias de terra, foi comprado pela família Pasquali, proprietária de fábrica de joias. A agricultura no local está presente de maneira muito reduzida. A família Magnan tem um

pequeno parreiral de uvas e presta serviços à família proprietária da maior parte dos terrenos na linha.

Anexo à capela, como era costume antigamente, ainda se encontra o cemitério da localidade. Nessa área, estão algumas das ossadas das primeiras famílias da comunidade.

Figura 42 – *Campana* (Guaporé, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

Na Figura 42, apresenta-se o sino da comunidade ou, como ainda chamam, a *campana*. Na imagem, observa-se o ponto de compra de terras desses friulanos, que acabavam por se instalar na parte mais elevada da localidade. Em Guaporé, a linha dos *furlani* se localiza atrás do chamado “morro do Cristo”, onde foi construído – como de costume, nos territórios mais sobressalentes de locais cristãos – um monumento de Jesus Cristo com os braços abertos, que é possível ser visto pela cidade; a linha, entretanto, situa-se em ponto ainda mais alto do que o monumento.

Figura 43 – Antiga residência da família Santin (Guaporé, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

Na Figura 43, encontra-se a residência que pertenceu a um neto de Candido Santin, filho de Felice Santin e Elisa Di Domenico. Em função de ter sido o filho que permaneceu na casa dos pais, herdou a terra. Como não gerou prole, com o avanço da idade, mudou-se para outro ponto da Linha Três de Maio, próximo à cidade, onde moravam a irmã e os sobrinhos da família, vendendo os lotes para a família Pasquali. Atualmente a residência encontra-se abandonada.

Figura 44 – Propriedade da família Mariuzza (Guaporé, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

A Figura 44 apresenta a propriedade da família Mariuzza²⁴¹, que se encontra na quinta geração no local. Além da família Magnan, situada no início da linha, a família Mariuzza, a uma distância significativa e com estrada em péssimas condições, ainda permanece na linha. Residem no local os genitores desse núcleo, que são bisnetos dos primeiros friulanos em Guaporé, e um dos filhos. Os demais integrantes da família passaram a residir na cidade e trabalham no comércio e na indústria, mas retornam para a casa dos patriarcas nos fins de semana.

Figura 45 – Família Mariuzza (Guaporé, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

²⁴¹ Faço um agradecimento especial a esta gentil família, pela atenção e receptividade com que me receberam, além do empréstimo de fontes essenciais para o desenrolar deste trabalho, meus mais sinceros agradecimentos.

Na Figura 45, aparecem os genitores com dois filhos. A filha trabalha na área urbana de Guaporé, é atendente no comércio e atua como costureira na indústria de confecção. O filho permanece morando com os pais no meio rural. A família dedica-se à pequena agricultura. As atuações profissionais dos Mariuzza remetem aos saberes artesanais dialogados neste trabalho: ao mesmo tempo em que os vínculos agrícolas são mantidos, a filha atua como costureira, ofício herdado em período ainda anterior à emigração para o Brasil.

Iniciou-se a pesquisa de campo no ponto inicial da comunidade *furlani*, onde a maior parte das terras foi adquirida pela família Pasquali. Seguiu-se pela Linha Três de Maio, próximo aos locais que eram habitados por friulanos e seus descendentes, entre eles, as famílias: Culau, Di Domenico, Magnan, Santin, Merlo, Serafini, Mariuzza, Mezzarobba, Filippi, Filippin e Filippi-Chiella etc., que se miscigenaram por meio dos matrimônios. Atualmente residem na linha sete famílias, totalizando 17 pessoas em uma área composta, em média, por dez colônias de terra. Essas famílias não são proprietárias de todos os hectares, muitas propriedades foram vendidas a industrialistas da cidade. Aqueles que permanecem nesse contexto são: Da Silva, Di Domenico, Schiavin²⁴², Pin (duas famílias) e Zampeze (duas famílias).

Chegando ao fim do percurso da Linha Três de Maio, que inicia no morro próximo ao Cristo, atrás do trevo principal da cidade, e contorna os interiores até o trevo secundário que dá acesso ao município, encontraram-se resquícios das profissões trazidas pelos friulanos, que são tratadas adiante. Em função de inúmeros fatores agregados, ocorreu em Guaporé um significativo êxodo rural. É um tema complexo, que não será aprofundado.

Anterior à industrialização em Guaporé, em tempos de colonização, o relatório consular *Emigrazione e colonie. Ministero degli Affari Esteri. Commissariato Dell'Emigrazione. Raccolta di Rapporti dei RR. Agenti diplomatici e consolari. Cav. Francesco de Veluttis*, de 1908, trazia que, no fim da década de 1900, iniciava-se uma nova emigração dos italianos e seus descendentes desta colônia:

É a mais importante das jovens colônias do novo regime. Criada em 1892 [...]. Abraça uma vasta superfície de cerca de 180.000 hectares, dos quais 150.000 são ocupados por uma população de 20.000 colonos, na maioria italianos, que possuem 2.000 lotes, avaliados em 2.600 e mais contos de reis [...]. Mas depois desse período de desenvolvimento, Guaporé dá sinais de decadência. O primeiro entusiasmo dos colonos é sucedido pela desilusão, seguido do desânimo, da emigração, que agora é cessada por falta de lotes disponíveis, e do êxodo de numerosas famílias que se dirigem para Argentina e Chile (ROMANATO; HERÉDIA, 2018, p. 737-738, tradução nossa).

²⁴² Conhecidos por Schiavenin.

Das famílias que se direcionavam para outros países da América Latina, estava uma nova migração para o Chile entre os sujeitos desta análise. Conforme os registros das famílias, aproximadamente 60 núcleos familiares, entre friulanos e vênnetos, migraram. Entre eles, um membro da família Santin se associou aos irmãos italianos Ricci, comerciantes de terras, e ao chileno Salvatore Nicósia.

Essa migração em direção ao Chile²⁴³, para a colônia Nueva Italia, de acordo com as fontes orais da família Santin consultadas, é caracterizada por fraude de compra e entrega de terras ao grupo que partiu de Guaporé. Houve ainda uma suposta destruição de passaportes e demais documentos do grupo, mantendo-os como ilegais e com sérias dificuldades de retorno. Em função de atritos entre um grupo de friulanos, que trabalhava com o comércio de couro, e indígenas, tem-se também notícias de um suposto assassinato de um membro do grupo friulano no Chile. Os insucessos fizeram com que alguns poucos friulanos e descendentes retornassem para o Brasil.

Sobre as motivações de partida iniciais dos migrantes da colônia Guaporé para Argentina e Chile, o relatório consular aponta:

[...] a significativa depreciação das mercadorias causada pelo aumento da taxa de câmbio, que permite a concorrência de produtos estrangeiros no mercado consumidor, a desaceleração das obras públicas, a seca frequente, a recente invasão de gafanhotos, os atrasos na obtenção do título de propriedade dos lotes pagos, disputas entre colonos vizinhos sobre a medição defeituosa da terra, fonte de brigas, gastos e ressentimentos, questões de propriedade entre colonos, empresas particulares e o governo por terras compradas pelo Estado e reivindicadas pelos proprietários, e vice-versa, tudo isso gerou o desencorajamento entre os colonos (ROMANATO; HERÉDIA, 2018, p. 738, tradução nossa).

Esses acontecimentos que giram em torno do grupo em análise caracterizam contínua mobilidade espacial e rápido recurso capital, considerando que: se instalaram inicialmente em Monte Belo do Sul, no início da década de 1880; em meados de 1900, adquiriram terras em Guaporé; e, ainda na década de 1900, sujeitos dos núcleos familiares partiram novamente para outro país. Mesmo tendo recurso financeiro para investir em nova viagem e adquirir terras, não retornaram para a Itália. Em grupo, aventuraram-se por outra parte da América Latina, com idioma e costumes diversos. Esses eventos, associados às cartas retomadas por Franzina (1994) e aos relatórios da Associação Agrária Friulana (GROSSUTTI, 2018), direcionam para a complexidade desses imigrantes italianos, que tinham as migrações como prática desde a Europa e a produção artesanal agregada como fonte de renda.

²⁴³ Nesse sentido, consultar Favero *et al.* (1993).

Mesmo esse grupo apresentando algumas economias para aquisição de terras, ainda que o pagamento dos lotes fosse parcelado, as propriedades no Brasil tinham maiores facilidades de compra do que aquelas da Europa. Além disso, conforme observado, não houve movimento ou interesse dos sujeitos em retornar para a Itália, uma vez que predominantemente as migrações seguiram na América Latina, sendo caracterizadas em grupos de diversos conterrâneos que formavam redes em amplos sentidos.

No terceiro capítulo, que se referiu a Monte Belo do Sul, averiguou-se a partida de núcleos familiares para Mar del Plata, em função da troca de informações entre os próprios friulanos. Nesse movimento, as redes esticadas à Argentina se deram em uma migração estratégica e qualificada. A migração para o Chile, entretanto, caracterizou-se de forma muito distinta daquela verificada para o país vizinho. Os sujeitos que compõem os núcleos em estudo partiram para o Chile com o objetivo principal de trabalhar como agricultores, existindo um denso enredo desde a migração de retorno por parte do grupo ao Brasil até a separação de parte do núcleo familiar Santin.

Assim sendo, uma parcela da prole dos principais patriarcas desta família, citados no início do trabalho, permanece até os dias de hoje em terra chilena. As redes lá se mantiveram no interior do próprio núcleo familiar, apresentando-se, por várias gerações, como consanguíneas, em relações ainda mais estreitas e delicadas, o que exige cuidado e maior dedicação em torno do tema. Portanto, esse contexto será reservado a estudos posteriores.

A análise da migração interna no Rio Grande do Sul cabe, sobretudo, para pensar os grupos específicos e sua organização estratégica, além dos vínculos regionalistas, mas mantendo as famílias na centralidade de tais dinâmicas.

4.6 Acordos de sangue e justiça própria

Em um primeiro momento, observando-se todos os quadros apresentados e os inúmeros matrimônios e redes de compadrios, poder-se-ia pensar que essa comunidade friulana era completamente pacífica, e que existia total entendimento entre eles. Contudo, sobre as estratégias familiares friulanas, Gian Paolo Gri explica que:

Denunciados por essa coexistência de sistemas simbólicos que enfatizam o bom funcionamento da estrutura da comunidade e [...] a presença (ou pelo menos o risco) de más relações entre vizinhos (ou seja, o risco de um jogo competitivo e destrutivo das relações de poder), esse contexto magmático faz parte da ambiguidade mais geral

entre os modelos culturais (a “gramática” que rege nosso fazer) e a prática social afetiva. Penso, por exemplo, nas discrepâncias entre os modelos e a prática na transmissão do patrimônio, entre os modelos relacionados à escolha do cônjuge e às formas de família e, em vez disso, à sua tradução concreta no interior das estratégias familiares. Trata-se de uma ambiguidade particularmente visível nas comunidades alpinas devido ao maior condicionamento ambiental (GRI, 2015, p. 10-11, tradução nossa).

Gri comenta sobre a ambiguidade nas relações, que são culturais em função da manutenção do bom relacionamento entre vizinhos; nesse aspecto, observam-se as escolhas direcionadas aos cônjuges entre os sujeitos do mesmo grupo. Nessas estratégias familiares, mesmo correndo-se o risco de uma quebra das boas relações entre a grande família, por problemas como as divisões do patrimônio, os sujeitos optam por manter as relações na esfera afetiva e conjugal. Entre os indivíduos em análise, questões relacionadas ao patrimônio eram solucionadas dentro do grupo, naquilo que Vendrame (2016) denominou como práticas de justiça próprias do grupo.

Se retomadas as relações já descritas, que, para além da endogamia, caracterizaram-se com significativa consanguinidade, poder-se-ia pensar que “tudo eram flores”. Entretanto, conforme o Processo n.º 002²⁴⁴, de 1963, crime art. 121, com entrada em 08 de janeiro de 1963, existia uma ordem e um comportamento que deveriam ser seguidos. E, quando isso não ocorria, eram ativadas retaliações, podendo gerar soluções drásticas.

Entrecruzando as fontes: informação processual, certidão de óbito e relatos familiares, descobriu-se um crime cometido na Linha Três de Maio, dentro da própria esfera familiar. Conforme as fontes consultadas, incluindo aquelas orais, houve uma desavença em função de negócios ligados à terra. Entre os friulanos, como se comentou brevemente, era comum fazerem múltiplos negócios, existindo uma proteção vinculada ao nome familiar e às dívidas. Por exemplo, se um dos familiares estava em risco de perder capital, outro membro da família “emprestava o nome” para manter esse bem capital (a terra), desde que posteriormente as dívidas fossem sanadas.

Ao que tudo indica, este foi um problema que causou sérias desavenças entre um tio e um sobrinho, que não estavam em comum acordo quanto a uma suposta quitação de cumprimento ao “contrato de sangue”. Segundo as fontes familiares, após o desentendimento devido à aquisição de terras, envolvendo agressões físicas e verbais, o sobrinho assassinou o tio em frente à própria residência desse parente.

²⁴⁴ As famílias gentilmente solicitaram que fossem usadas apenas iniciais dos nomes dos envolvidos.

De acordo com a certidão de óbito, em “14.12.1962, às 09:00 horas nesta cidade [Guaporé], na Linha 3 de Maio, faleceu F. N. Di Domenico, de profissão agricultor, casado, com 42 anos [de idade], filho de Ferdinando Di Domenico e Maria Mariuzza Santin Di Domenico”. A causa da morte é especificada por ferimento por arma de fogo. O desfecho, caracterizado como uma prática própria de justiça entre o grupo, levou à prisão o agressor, que permaneceu em cárcere por oito meses, de 08 de janeiro de 1963 até o julgamento, em 1.º de setembro de 1963. O tribunal do júri absolveu o réu D. C. Di Domenico, e o Processo n.º 002, de 1963, foi incinerado. Essas informações judiciais foram, então, obtidas por meio do desarquivamento do processo criminal, no qual algumas informações se mantêm registradas em âmbito local.

Segundo as fontes orais, ocorreu todo um movimento da própria comunidade friulana em prol do acusado, pois afirmavam que existiu má índole por parte do assassinado, e que deveres não foram cumpridos. Ainda relataram que, após a soltura, o membro da família foi instruído a partir com seu ramo para o Oeste de Santa Catarina, onde estava acontecendo o movimento de colonização para aquela parte do país, e onde as terras apresentavam-se com valores atrativos. Assim, o restante do núcleo familiar adquiriu as propriedades na Linha Três de Maio das duas partes envolvidas no incidente, que deixaram o local.

Sobre práticas de justiça entre italianos, Vendrame (2013, p. 354) observa que:

Eles próprios encontraram uma solução para os crimes locais, desconsiderando, nesse caso, o recurso à justiça do Estado. As afinidades e cumplicidades propiciavam a formação de frentes de apoio, acionadas pelos imigrantes em determinadas situações, que se caracterizavam enquanto estratégias de acomodação no novo espaço visando o controle sobre os eventos que traziam insegurança. Nesse sentido, a aplicação de punições, bem como banimento da comunidade, a perseguição coletiva e o linchamento se apresentavam como práticas de justiça extrajudiciais percebidas como legítimas no universo rural analisado, onde atuavam sólidos mecanismos de solidariedade familiar e comunitária. Esses aspectos mobilizaram os indivíduos que, através de ação conjunta, fizeram valer o direito de vingança.

Mesmo nessa partida por vias trágicas dos integrantes do grupo, em que uma parte se dirigiu para o Oeste do estado de Santa Catarina, verificou-se um planejamento. Além da venda dos lotes aos familiares que permaneceram no ponto de partida, descobriu-se, por registros de óbito, que parte da família Santin já estava instalada e estruturada no ponto de chegada. “As redes de relações eram a verdadeira riqueza dos italianos. Sem elas, a transferência e instalação dos indivíduos e famílias ficavam comprometidas” (VENDRAME, 2016, p. 378). Apesar de serem descendentes de uma das “etnias” italianas – ou, melhor, como eles mesmos se intitulam: “somos descendentes de friulanos”, com o regionalismo sempre em primeiro lugar –, e apesar

da época do ocorrido – encontravam-se na segunda e na terceira gerações nascidas no Brasil –, constata-se a continuidade das estratégias e microrredes de relações, iniciadas entre os núcleos familiares antes mesmo da emigração direcionada para o Rio Grande do Sul.

Para além de critérios matrimoniais, existia uma colaboração em diversas frentes entre os indivíduos, que, como Edylio Luvisa salientou, “nos tratávamos como integrantes de uma tribo”. Consequentemente, havia regras a serem cumpridas dentro da tribo, e, quando isso não ocorria, práticas eram aplicadas no interior do grupo. Uma vez que o caso foi a julgamento por júri popular, foi concedida liberdade ao agressor. A comunidade também interviu no futuro dos núcleos envolvidos no crime, já que se planejou toda uma estratégia de reestruturação para os ramos da família do agressor e da vítima. Assim, os dois núcleos eram remanejados da comunidade.

Segundo os entrevistados, aos olhos daquela organização, o agressor tinha agido “coerentemente” ao assassinar o tio, mas em detrimento da família da vítima, uma vez que os filhos e a esposa do assassinado, dentro da lógica do grupo, não tinham culpa por o trato não ter sido cumprido de acordo com o combinado, foi adquirida a terra da família e buscou-se dar suporte em nova instalação. Em função de a vítima ter doze filhos, acredita-se que alguns permaneceram em Guaporé, pois já tinham idade adulta quando houve o movimento de partida. De qualquer forma, exemplifica-se com o acontecido que havia articulações também com os parentes estabelecidos fora desta colônia.

A intenção ao comentar, mesmo que brevemente, sobre tal crime e suas consequências é perceber que, apesar de toda a engrenagem que permitia com que as teias se costurassem, existiam práticas próprias no tocante ao interior do grupo. Quando algum núcleo se desalinhava, era necessário que fosse costurado em outra parte da extensa rede; nesse sentido, a manutenção interna desse sistema, mesmo que em outro estado, fluía. Com base nisso, os friulanos e suas ramificações nascidas no Brasil direcionaram-se estrategicamente em frentes parentais e de compadrios não só em busca de melhores condições, como foram as migrações para outras pontas da América Latina – Argentina e Chile –, mas também quando surgiam problemas de convivência entre os sujeitos do mesmo clã, os ramos em desacordo eram, então, incentivados a se deslocar para outros espaços.

No contexto em estudo, verificou-se que atritos existiam também entre os friulanos e outros grupos étnicos italianos. Determinadas situações pejorativas, conforme é discutido adiante, eram observadas nos dois lados da sociedade migratória – no caso, friulanos e vênetsos, esses últimos por se apresentarem em maior número. Tais preconceitos também impulsionavam

as uniões dos friulanos em análise, naquilo que discute Ambrosini (2006) sobre dispositivos de resgate e resistência. Para abordar a questão, dialoga-se com depoimentos que tratam de tais pejorativismos.

4.7 Entre pejorativismos: do Friuli para o Rio Grande do Sul

Os ditos estigmas ou preconceitos em relação aos friulanos existiam ainda na pátria-mãe; prolongaram-se, então, esses desconfortos até o Brasil; e eles são verificados até a atualidade, não especificamente com atritos, mas com dizeres pejorativos relacionados ao grupo com descendência friulana. O idioma era outro²⁴⁵ e, nesta pesquisa, para as colônias em questão, também os ofícios. Acredita-se que a perpetuação dos matrimônios, além das redes de compadrio por gerações, deve-se a questões econômicas e do próprio estereótipo que acompanhou a emigração dos friulanos para a América Latina. Por esse viés de racionalidade, o antropólogo Gri entende que:

Existe a relação entre o *ethos* e o *ethnos* dos friulanos, existem os perfis traçados por psicólogos, psiquiatras e sociólogos. Esses últimos nos remetem hoje, a partir de suas investigações, a uma imagem interna e externa do friulano positiva: confiável, concreto, sólido, trabalhador, mesmo que introvertido, repressivo em relação a si mesmo, e assim por diante: mas *furlan*, entre os anos quinhentos e seiscentos, na *lenga zerga* dos marginais e dos vagabundos, valia ladrão, até o final dos anos setecentos, se via o Friuli como uma terra de feudos, violência e contrabando, e ainda hoje, para Trieste, Veneza e metade do Vêneto, *dime can, ma no sta dirme furlan* [me chame de cachorro, mas não de friulano] (GRI, 2015, p. 44, tradução nossa).

Provavelmente a versão conhecida do provérbio no interior da RCI: *è mèio un can che un furlan*²⁴⁶ tem origem na explicação de Gri (2015). Essa imagem veio de um determinado estereótipo da Itália aplicado no Sul do Brasil pelos vênetsos. Embora a população dessa parte específica do Friuli, como demonstra não só Gri (2015), como também Grossutti (2018) e Contelli (1994), apresente maior instrução escolar, até em função dos ofícios de ambulante, e conhecimentos de outros idiomas, por situar-se em região fronteira com povos de culturas miscigenadas, os friulanos eram considerados como uma espécie de marginais da Itália.

²⁴⁵ Embora não se adentrem as questões de nacionalização e, conseqüentemente, de proibição dos idiomas e/ou dialetos trazidos pelos imigrantes inseridos no país, dentro dessa discussão, destacam-se os estudos de Lorenzoni (1975), Zanini (2005), Campos (2006) e Seyfert (1999).

²⁴⁶ “É melhor um cachorro que um friulano”.

Atualmente, comenta-se que ainda existe um “parecer étnico” em relação ao grupo regional em Trieste e em parte do Vêneto.

Isso é interessante quando se pensa na região do FVG como unidade política, mas, quando se analisa o espaço por meio de uma lente de aumento, percebem-se características ainda vindas de períodos anteriores à unificação italiana. Por exemplo, Trieste tem forte influência eslava e foi anexada anteriormente à Itália; quanto ao Vêneto, apesar de Udine fazer fronteira e de ocorrerem miscigenações culturais, ainda apresenta características próprias ligadas ao regionalismo. Conforme aponta Grossutti (2013), esse contexto foi intensificado no Rio Grande do Sul.

Entre friulanos e vênnetos, as relações são relativamente limitadas, e o ridículo dos quais são objetos os primeiros demonstra a linha divisória que separa as duas comunidades: “*Vestiti bene, se no te pare una di chele furlanate!*” [no sentido pejorativo de: vistam-se bem, senão se parecerão com aquelas friulanas feias], recomendavam os homens às mulheres de Monte Belo do Sul [...]. Às vezes a proximidade entre vênnetos e friulanos é mais evidente na pátria que no exterior. Neste caso, é devida principalmente às preferências concedidas ao Brasil como meta migratória principal. Isso aconteceu, sobretudo, nas áreas de fronteira: os moradores de Casso partiram junto com aqueles de Longarone e Castelavazzo, aqueles de Caneva, no distrito de Sacile, chegaram ao Brasil com os conterrâneos da vizinha Cordignano. O fenômeno não pode ser subestimado, porque são justamente estas duas comunidades do Friuli Ocidental aquelas que, inicialmente, exprimiram o maior número de partidas para o Brasil (GROSSUTTI, 2013, p. 9-10, tradução nossa).

As relações de províncias italianas vizinhas consideradas pelo autor condizem com o contexto migratório que se está analisando, e o estereótipo criado em torno dos friulanos abrange ambas as esferas deste estudo – tanto o Rio Grande do Sul quanto o Friuli. Os sujeitos analisados não demonstraram vidas de miséria em Monte Belo do Sul, mas de maiores dificuldades, se comparados com os conterrâneos que emigraram para a Argentina. Essas emigrações iniciaram em meados de 1877 e de 1878, tendo êxitos diversos.

No Friuli, de fato, é verdade que a emigração além do oceano, no início, direcionou-se ao Brasil, mas prontamente se orientou em direção à Argentina. “A emigração para o Brasil, das notícias que recebemos do distrito de Sacile e de outras partes das províncias, teria sido para nós desgraçada”, observa Gabriele Luigi Pecile. E adiciona: “Se a emigração dos nossos para a Argentina teve um fim até agora pouco contente e muito descontente, a emigração para o Brasil foi ainda mais desastrosa. As cartas são péssimas, e muitos emigrados que partiram para lá não deram notícias suas” (1878, p. 184 *apud* GROSSUTTI, 2013, p. 10, tradução nossa).

Percebe-se, pois, a questão da variação econômica. Em carta descrita anteriormente, publicada por Franzina (1994), foi possível ler que, em função da desvalorização da moeda argentina, alguns imigrantes pensavam na transferência para o Brasil. Quando analisados os

dados de Pecile (1878 *apud* GROSSUTTI, 2013), entretanto, observa-se que a emigração para o Brasil foi ainda mais desastrosa. Consequentemente, o cenário pós-migração na América Latina sofria alterações atreladas às mudanças políticas e aos interesses financeiros dos governos. Nesse sentido, retoma-se a migração dos friulanos de Monte Belo do Sul para a Argentina, em que, nesse caso pontual, verificou-se pelo entrecruzamento de fontes (orais e escritas – como jornais e cartas) ter sido de sucesso.

Luzzatto (1993, p. 61), em comparação econômica aos colonos vênnetos, explana que:

A respeito dos friulanos e seus descendentes de 1.^a geração – a partir da 2.^a geração as diferenças foram desaparecendo –, ouvi, quando criança, incontáveis frivolidades. Somente agora percebo onde estava a raiz dessa discriminação. Examinemos, por exemplo, estas duas “pérolas”: *un furlan no l'magna davanti i altri par non scompartir el pan!* (um friulano não come diante de estranhos para não ter de dividir o pão!) e *i furlani no i magna a la doménega parchè, come no i laora, ghe par che no i gápi 'ldiritto de magnar!* (os friulanos não comem aos domingos porque, como não trabalham, acham que não têm o direito de comer!). A mim, hoje, parece claro que eles não comiam não para não dividir ou por ser dia santificado, mas simplesmente porque não tinham o que comer.²⁴⁷

Traçando as trajetórias familiares friulanas, identifica-se que os personagens em análise não eram desvalidos, e, principalmente, que as diferenças não desapareceram, pois permaneceram em evidência por várias gerações no contexto estudado. Como observam Grossutti (2013), Franzina (1994; 2006), De Ruggiero (2010), Vangelista (2010), Levi (2015b) e Vendrame (2010; 2017a), há variações econômicas dentro do quadro imigrantista. Portanto, este estudo, sendo pontual, demonstra certa estabilidade financeira entre os sujeitos instalados no Rio Grande do Sul, principalmente devido ao auxílio mútuo entre o grupo. Isso não os caracterizava com sobressalência econômica, mas também não os definia como totalmente vulneráveis no âmbito econômico.

Verifica-se esse aspecto, por exemplo, nos depoimentos em relação aos matrimônios realizados na colônia Guaporé pela família de comerciantes Astolfi: as variações entre dificuldades e êxitos financeiros são descritas pelas mulheres em revista elaborada pela família. Os Astolfi são conhecidos pelo importante comércio de que eram proprietários em Guaporé, próximo à linha dos friulanos. Observa-se que essa família é originária de Caneva²⁴⁸, Friuli,

²⁴⁷ No Rio Grande do Sul, existem também outros provérbios que remetem a questões pejorativas dos imigrantes italianos, mas, nesta pesquisa, abordam-se aqueles que tratam especificamente dos friulanos.

²⁴⁸ Faz fronteira com as localidades vênnetas Cordinano, Fregona, Sarmede e Tambre, e, conforme demonstrado no mapa linguístico (Figura 11), a região apresenta variantes linguísticas.

mas não manteve as relações matrimoniais e linguísticas do grande grupo, provavelmente por ter se destacado dos demais financeiramente.

Em conversa com Maria Astolfi²⁴⁹ – que não permitiu que o diálogo fosse gravado, mas autorizou a reprodução de algumas partes –, ela sublinhou sua atitude ao conhecer Caneva, no Friuli. Segundo a colaboradora, após chegar ao local de proveniência dos familiares, ela ajoelhou-se na igreja de Caneva para agradecer a emigração dos antepassados e o seu nascimento em Guaporé. Naquele momento, percebeu que existia mofo até no ambiente interno da igreja, em função do clima úmido e do pouco sol. Conforme a historiadora, aqueles que nasceram em localidades relativamente bem estruturadas no Brasil, como ela, não fazem sequer ideia das dificuldades encontradas em regiões montanhosas da Europa, principalmente relacionadas ao clima e ao fracionamento de terras.

Uma nova oportunidade de ascensão econômica surgia no momento em que os imigrantes passavam a exercer certa influência perante a comunidade. No caso da família Astolfi, ao alcançar esse prestígio, não mantiveram vínculos parentais com os friulanos em Guaporé. Em contrapartida, o movimento do comércio localizava-se próximo à comunidade dos *furlani*. Ou seja, mesmo de forma mais discreta, mantinha-se determinada ligação.

Os Astolfi conectaram-se por laços matrimoniais à família Dall'Acqua, originária de Belluno, local onde também eram costume as migrações sazonais para o restante da Europa. O vínculo estabeleceu-se, então, com os sujeitos da fronteira vêneta. Maria Astolfi explicou que, entre os seus antepassados, a identificação maior acontecia com os vênets, não em função propriamente dos pejorativismos, mas por fatores internos da própria família; inclusive, aos irmãos de Maria Astolfi não foi sequer ensinado o idioma friulano. Com base nas fontes apresentadas pela família Astolfi, que será tratada posteriormente, os imigrantes desse núcleo instalados no Rio Grande do Sul eram proprietários de terras e apresentavam boas condições financeiras, principalmente quando observados o tamanho e a localização da residência que ainda pertence à família na Itália: o imóvel encontra-se na parte central da *frazione* de Sarone, *comune* de Caneva, em frente à igreja da localidade. Levando em consideração as condições econômicas favoráveis desde a Itália, essa unidade familiar sobressaiu-se financeiramente também no Brasil, onde atuaram como comerciantes, dando seguimento ao ramo em que trabalhavam na Itália.

²⁴⁹ Maria Astolfi é historiadora e, com o falecido esposo Carlos H. Hunsche, escreveu a importante obra *O quadriênio 1827, 1830 da imigração e colonização alemã no RS* (HUNSCHÉ; ASTOLFI, 2004).

Maria Astolfi reiterou que negociar com os friulanos era sempre complicado, pois discutiam, em friulano, entre o grupo, sobre fechar ou não negócio. O restante das pessoas, inclusive o comerciante, não compreendia o que era falado. Outro aspecto destacado foi a coação para ganhar descontos em produtos comprados da casa de comércio ou para o comerciante adquirir os produtos vendidos por eles, pois os friulanos frequentavam mais casas de comércio da vizinhança, assim, era complicado aceitarem de imediato como justos os valores aplicados pelos comerciantes. Ainda, recordou-se que os queijos eram comprados de um casal friulano em específico, por serem considerados mais higiênicos, embora os friulanos fossem taxados de menos caprichosos na comunidade italiana.

Principalmente entre os colaboradores cujos antepassados vieram de Mezzomonte, nas conversas, a questão do acesso à água naquela parte do Friuli foi constante, e destacou-se que a educação familiar estava voltada para a economia do recurso hídrico. Nesse sentido, segundo as fontes orais, para os antigos, era costume tomar banho somente aos sábados; e era comum lavar apenas os pés, quando se precisava sair da comunidade rural em direção ao centro urbano, pois, para a maioria, representava o momento em que se fazia uso dos calçados novos. Os entrevistados comentaram ainda que as crianças eram presenteadas com o primeiro sapato costumeiramente quando realizavam a Eucaristia.

Das situações em que a língua diferenciava friulanos e vênnetos, o historiador Leonir Razador, descendente da família Di Domenico que colonizou, juntamente com demais friulanos, linhas específicas em Monte Belo do Sul, também sublinhou as relações que se estabeleciam nas casas comerciais:

O que existe em relação ao friulano é a língua! A língua é o fator determinante para essa segregação, porque, entre os friulanos, eles falavam friulano, em casa eles falavam friulano. Digamos assim, se saíssem dois friulanos da Linha Argemiro e fossem na casa de comércio fazer compras, eles conversavam entre si em friulano. Com o comerciante, eles falavam o talian. Mas as pessoas que ouviam os dois friulanos falando achavam que eles estavam sempre falando mal dos outros. É aquela história: eu vou falar em talian perto de alguém que não entende, ele logo vai ficar atento [...] esse dado foi um fator muito significativo, digamos, para essa segregação.

O depoimento de Razador reitera a situação descrita anteriormente por Maria Astolfi. Em relação aos comentários que giravam em torno da comunidade em Monte Belo do Sul, o entrevistado ainda destacou:

[...] em relação aos próprios casamentos, do levantamento que eu fiz, 60% dos friulanos casavam-se com outros friulanos, e aqui é evidente, havia comentários entre as linhas [...]. Era comum dizer: “là dei furlani!”. Em outras situações, diziam assim:

“piuttosto che un furlan è meio un can²⁵⁰”. Havia esta segregação, mas estava intrinsecamente ligada à fala, não entendiam. Então, havia essa reserva, e sem contar que o friulano é meio supersticioso [...].

Conforme explanado no capítulo anterior, assim como aconteceu na colônia Guaporé, em Monte Belo do Sul existia de forma significativa vínculos matrimoniais, além de redes de compadrios e parcerias de negócios entre os imigrantes friulanos e os descendentes, que eram a primeira geração nascida no Brasil. Em Guaporé, trata-se majoritariamente da primeira e da segunda geração de descendentes de friulanos, sobretudo levando em conta os quadros daqueles que migraram de Monte Belo do Sul (que fazia parte da colônia Dona Isabel) para a segunda colônia.

Sobre a questão linguística, Razador prossegue:

Aí soma-se tudo isso, e, como posso dizer, em função da língua, ele foi uma etnia bastante fechada em si mesma. Tanto é verdade que é uma das linhas [referindo-se à Linha Argemiro] que mais se mantêm os costumes de antigamente, porque eles ficavam bastante fechados entre si. Da Linha Argemiro não se tem muito conhecimento, da Linha Santa Bárbara sim. Os friulanos tinham casas de comércio, e eles iam fazer compras ali, que prioritariamente eram as casas dos Brun, que também eram friulanos, dos Toffoli também, dos Filippon, os Rosa estavam lá [...]. Havia um contato maior da Linha Argemiro com [a Linha] Santa Bárbara. Não havia contato da Linha Argemiro com o lado direito.

Para Razador, a segregação, como ele diz, estava diretamente ligada à questão do idioma. Outro ponto relevante são as casas de comércio das famílias citadas, que eram de descendência friulana. Quando o entrevistado comenta que a Linha Argemiro não mantinha contato com o lado direito da localidade, ele se refere às linhas majoritariamente compostas por imigrantes e descendentes de italianos de outras partes da Itália. Consequentemente, os friulanos conservavam a proximidade e a preferência por frequentar as casas comerciais dos conterrâneos regionalistas.

Em relação à segregação pelo idioma, Mário Marina, cuja família materna é de ascendência friulana, discorda. Segundo ele:

Tudo bem, existia essa questão do linguajar deles, mas eles falavam perfeitamente bem o talian. O que acontecia é que, de fato, eles eram considerados espertos para os negócios, e isso gerava sempre uma desconfiança. E eles tinham o grupo deles. Em Guaporé, eles se mantinham na linha deles, que fica atrás do morro do Cristo, ou seja, se hoje é de difícil acesso, imagina naqueles tempos. Eles escolherem o lugar mais alto da cidade para se instalar, eu não entendo se é porque criavam mais animais, ou se porque eram artesãos e não dependiam só da agricultura, porque ali o lugar sempre foi íngreme, difícil em alguns pontos para plantar e colher. Eu lembro

²⁵⁰ Em *talian*, no sentido de que, “antes que um friulano, é melhor um cachorro”.

que o nonno Felice Santin vinha muito nos visitar, e era uma alegria, porque ele sempre trazia rapadura e doces para nós. Eles tinham esse costume de fazer muitas coisas aproveitando os excedentes, eram queijos, as tias faziam cada doce.

O colaborador discorda que os pejorativismos que giravam em torno dos friulanos eram unicamente pela língua, sublinhando que era uma questão mais direcionada para os negócios. Sobre os “pré-conceitos” que a família paterna (provinda de outras partes da Itália) tinha em relação aos friulanos, de quem descendia a família materna Di Domenico Santin (que havia migrado de Monte Belo do Sul para Guaporé), o depoente comenta:

O pai dizia que os furlan eram uma raça de muita esperteza, que não podia ser passada para trás, que ninguém conseguia passar a perna²⁵¹ neles, eles que passavam a perna em todo mundo! Era gente acostumada no meio dos negócios desde sempre, então não tinha negócio ruim para eles, e eles desenvolviam essa capacidade de estar sempre em vantagem!

Com base na frase “Era gente acostumada no meio dos negócios desde sempre”, percebe-se que outros descendentes de italianos tinham conhecimento de que muitos friulanos possuíam vínculos com o comércio desde período anterior à emigração para o Brasil, o que foi discutido no segundo capítulo ao abordar as migrações sazonais (que não eram uma característica exclusiva dos friulanos) e os grupos adeptos a tais movimentos, que trabalhavam em diversos setores, incluindo vendas ambulantes, principalmente pela Europa Central. No que diz respeito ao relacionamento dos pais, quando eram realizados negócios com a parte materna da família, o depoente observou que:

Nos primeiros anos que o pai e a mãe estavam casados [...], a mãe falava para ele: “Non ste mia far negoci con i mei parenti, perchè lori son una gente furba per i negoci²⁵²!”. Ela avisava, e ele dizia que com ele não, que ninguém iria ser malandro, e a mãe que sabia falar tudo em furlan, falava em talian com o falecido pai: “lora fai quèllo che te vuoi, ma dopo stè mia lamentarsi²⁵³!”. E o pai sempre saía perdendo, e daí virava um inferno dentro de casa, porque ela não gostava que se falasse mal da gente dela.

O colaborador ainda comentou que a matriarca da família – Candida Santin, que era professora na comunidade dos *furlani* em Guaporé antes de se tornar ferreira – sempre salientava aos filhos que era preciso ter organização nos negócios e saber calcular, porque trabalhar com a cabeça era tão importante quanto trabalhar com os braços. Essa postura

²⁵¹ “Passar a perna” no sentido de lograr, tirar vantagem da situação.

²⁵² “Não fique fazendo negócios com os meus parentes, pois eles são uma gente muito ‘esperta’ para os negócios”.

²⁵³ “Então faça o que você quiser, mas depois não venha se lamentar”.

funcionava como uma defesa utilizada pelos friulanos, enquanto muitos vênéticos e/ou descendentes (que era o grupo majoritário em Guaporé) preocupavam-se mais em trabalhar de forma braçal que mental, como exemplificava à matriarca aos filhos. Isso gerava conflitos também na esfera econômica, em que se acusavam os friulanos de cobrarem valores muito altos pelos produtos que elaboravam (principalmente na área artesã, além das construções e de produtos coloniais, com destaque para os queijos e doces produzidos na colônia).

Em diversas conversas, o depoente frisou que os descendentes de friulanos da família materna (Di Domenico, Mariuzza, Santin etc.) com quem teve contato eram mais contidos ao falar sobre outras pessoas que o restante da comunidade de procedência italiana com quem mantinha vínculo. Ao contrário da família paterna, o lado materno não costumava expressar descontentamentos com os demais conterrâneos e, quando faziam, era em friulano, o que, conforme comentado, gerava desconforto e intrigas com o restante da comunidade.

A dificuldade de se conhecer as concepções pejorativas do grupo de friulanos em relação aos demais se deve ao fato de muitos descendentes ainda serem negociantes de diversos gêneros, o que exige que eles tenham o cuidado de não expressar a própria opinião. Outro depoente, que pediu para não ser identificado porque depende de clientela, afirmou que: “Manter a clientela é mais importante que alimentar rivalidades que vêm de um país que ficou para trás”. Portanto, o grupo em questão demonstrou que a manutenção do bem capital entre eles era fator determinante para não entrar em atritos com os demais, pois eles dependiam da clientela, independentemente de regionalismos de um país de que não faziam mais parte. Isso tudo, entretanto, como visto, não os impediu de perpetuar certas práticas entre si por gerações.

Em um primeiro momento poder-se-ia pensar em um grupo inserido em uma comunidade semelhante àquelas analisadas por Elias e Scotson (2000). No estudo, os autores se preocuparam em compreender as relações de poder existentes entre os grupos estabelecidos e os *outsiders*, analisando como ocorre a estigmatização de um grupo em relação ao outro em um local onde não se observavam diferenças em padrões habitacionais, nacionais, religioso ou étnico. Os moradores possuíam os mesmos tipos empregatícios padrões e não apresentavam diferenças nos níveis educativos e de capital, mas, mesmo assim, havia o estigma de um grupo em detrimento do outro, o que, conforme os autores, estava ligado a alguns se sentirem mais “especialmente” pertencentes ao local por estarem fixados havia mais tempo. Assim, apresentavam questões particulares do passado em comum, o que, em resumo, era fator que gerava determinados desconfortos, fazendo com que os *outsiders* fossem estigmatizados pelos estabelecidos e, assim, sentissem-se inferiores ao grupo de estabelecidos havia mais tempo na

localidade. Elias e Scotson (2000) destacaram ainda que, embora acontecendo os estigmas, havia até uma certa convivência harmoniosa entre os grupos.

Se comparados os friulanos aos grupos observados por Elias e Scotson (2000), poder-se-ia, de imediato, concluir que, por exemplo, os vênets pertenciam à Itália havia mais tempo. Contudo, como visto, tanto o Vêneto como os pontos analisados do Friuli foram anexados no mesmo período ao Reino da Itália, inclusive, Udine pertencia ao território vênets na época. No Brasil, a instalação dos friulanos ocorreu nos mesmos períodos que a de outros imigrantes. Ainda, diferentemente dos *outsiders*, em momento algum os entrevistados se quer deram a entender que os antepassados se sentiam inferiorizados pelos demais. Ao contrário, percebeu-se que, apesar de existirem determinados estigmas, aqueles primeiros imigrantes sentiam-se culturalmente superiores aos vizinhos vênets.

Em Guaporé, os friulanos também se instalaram estrategicamente nas linhas, pois é evidente que houve a escolha dos terrenos. Em um primeiro momento, no que tange ao início da colonização, poderia ser o caso de se pensar que eram as terras que o Estado cedia, por isso estabeleceram-se em locais montanhosos e íngremes, talvez por ser os espaços que estavam disponíveis. Entretanto, quando observado o ponto de colonização em Guaporé pelos descendentes dos primeiros friulanos, novamente em uma migração estratégica e em grupo, compreende-se que eles tinham a liberdade de escolha, pois a oferta de lotes na nova colônia, em um período ainda inicial de colonização, era ampla. Mesmo assim, eles acabaram por fixar-se nos pontos mais altos da localidade.

Neste estudo de caso, trabalhou-se com as hipóteses elencadas por Mário Marina em seu depoimento: dedicavam-se muito à criação de animais, como bovinos de leite e suínos, aproveitando os excedentes, principalmente através da produção de queijos e doces, que eram vendidos ao restante da comunidade, e assim não permaneciam dependentes somente da agricultura, agregando o trabalho como artesãos, que também incorporava renda. Associado a essas hipóteses, somou-se o valor das terras em Guaporé, que, segundo as fontes orais das famílias Di Domenico e Santin, costumavam ter menor preço em áreas íngremes. A opção por locais mais altos pode até estar ligada aos costumes, uma vez que viviam em partes montanhosas da Itália, transmitindo essa preferência aos filhos. Infelizmente, não é mais possível consultar as pessoas desse grupo pioneiro em Guaporé para sanar as dúvidas, dessa forma, levou-se em consideração as hipóteses apresentadas.

Como observado até o momento, em todos esses movimentos, identificaram-se estratégias que seguiram se consolidando por meio de enlacs envolvendo diversas esferas e

foram fundamentadas, conseqüentemente, em fortes vínculos de parentela do ponto de partida. Como se viu, com relação ao contexto italiano, eram raros os matrimônios envolvendo sujeitos externos à comunidade. Exemplificou-se que os de Mezzomonte casavam-se entre si, com uma destacada consanguinidade, enquanto os de Frisanco e arredores trocavam alianças entre os conterrâneos locais, em uma evidente endogamia grupal. Quando se trata desses sujeitos no Rio Grande do Sul, percebe-se uma mescla com outros italianos, mas majoritariamente com vizinhos das mesmas *comuni*. Assim, nesta investigação microanalítica, observa-se que os recursos a “serem aproveitados” eram, principalmente, entre outros da mesma parte da região na Itália, que apresentavam, em consequência, costumes similares.

Essas mesclas, principalmente entre *mezzomontini*, *poffabrini* e *frisanchini*, que aconteceram entre os próprios imigrantes italianos que partiram solteiros e instalaram-se na colônia Dona Isabel, são percebidas em Guaporé, onde se evidencia a instalação da primeira e da segunda geração de descendentes de friulanos nascidos no Brasil. Após essas mesclas iniciais, os sujeitos seguiram em uma estratégia grupal – estudada neste trabalho até 1964 –, que continuou para além da colônia, conforme as fontes brevemente analisadas, com certeza até os anos 1980. Delimitou-se o trabalho até a década de 1960, pois, como já explicado e justificado, no Brasil não se encontram bancos de dados organizados e digitalizados acoplando várias fontes²⁵⁴, como ocorre na Europa, por exemplo. As informações no território brasileiro são encontradas em um sistema de conta-gotas, portanto, ampliar mais as redes significaria deixar de lado outras análises que se consideram igualmente interessantes. No período delimitado, é perceptível que existiram estratégias em diferentes frentes utilizadas pelo grupo.

Para Leonir Razador, os matrimônios endogâmicos aconteciam em função da identificação linguística, uma vez que esse aspecto era motivo de intrigas com os grupos que provinham de outras partes da Itália, principalmente do Vêneto. Para Mário Marina, o fato de os friulanos serem considerados pelos antepassados como desonestos para negociar “desqualificava-os” para relações matrimoniais com outros italianos. Para Anita Di Domenico, os enlaces aconteciam simplesmente porque se apaixonavam. Por preconceitos, identificação cultural em diversas frentes, estratégias econômicas, ou simplesmente por fatores sentimentais,

²⁵⁴ Os registros civis foram implantados após alguns anos do início da colonização no estado rio-grandense, e havia um movimento interno dos sujeitos para oficializar as uniões de forma civil. O cartório de Monte Belo do Sul iniciou os registros a partir de 1893. Pinto Bandeira, em 1913. Já o distrito da Vila Jansen, localizado no atual município de Farroupilha, de 1906 a 1989. Santa Tereza, em 1917. Faria Lemos, apenas em 1925. O próprio cartório de Bento Gonçalves surgiu somente a partir de 1889, mesmo ano de surgimento do cartório de Veranópolis. Guaporé, somente a partir de 1901. Ou seja, além de faltas na estrutura religiosa de recepção, houve um grande descaso no espaço de registro formal que, associado a perda, roubos e incêndios nas igrejas, deixa um vácuo na história de muitas famílias de imigrantes.

o caso é que os núcleos com procedência friulana analisados predominantemente interligaram-se entre si, sobretudo com aqueles de locais considerados próximos, ou que mantinham determinados vínculos no FO.

Em conversas com as fontes orais dos ramos estudados, comentou-se que os homens nascidos em Mezzomonte costumavam comprar as ferramentas dos ferreiros de Frisanco e Maniago, assim comercializavam-nas nas vendas ambulantes para o restante da Europa, o que caracterizaria os vínculos entre essas famílias de imigrantes desde períodos anteriores à partida para o Brasil. Quanto à família Astolfi, que será aprofundada em capítulo posterior, já se apresentava com melhores condições financeiras ainda no Friuli, e esse fator econômico também se mostrou relevante na escolha dos matrimônios. Portanto, abordar os preconceitos que permeavam as relações desses sujeitos remete a uma compreensão acerca da motivação para a manutenção das redes friulanas em diversas esferas, mantidas por gerações no Rio Grande do Sul.

Considerou-se pertinente explorar alguns aspectos na delimitação espacial deste capítulo – Guaporé – com base nos depoimentos dos colaboradores da pesquisa, para entender melhor como se reestruturava a convivência com outros grupos de etnias distintas.

4.8 Nem somente de “italianos” era feita Guaporé: múltiplas perspectivas sobre o universo campesino

Conforme comentado, a colônia Guaporé surgiu, em termos de colonização, em função da ampliação das famílias principalmente de imigrantes italianos, mas isso não anula a existência de outros grupos – como o próprio nome indígena²⁵⁵ indica – em tal território, anterior à recepção de imigrantes e descendentes de europeus, com destaque para os italianos.

Nesse cenário, é óbvio que existiram, no mínimo, desacordos entre os sujeitos²⁵⁶. Uma das fontes orais, usando um pseudônimo, concordou em comentar sobre essas relações. Sublinha-se que, se os nomes dos colaboradores se repetem, a intenção não foi monopolizar as entrevistas nessas famílias, mas, por se tratar de temas delicados, nem todos os entrevistados se propuseram a dialogar sobre os assuntos. Consequentemente, aprofundou-se ao máximo sobre o contexto entre aqueles dispostos a relatar sobre os fatos que ainda são tabus na discussão

²⁵⁵ O significado da palavra *guaporé*, provavelmente com origem na língua guarani, é discutível, acredita-se que queira dizer vale deserto (CINQUANTENARIO..., 2000).

²⁵⁶ Sobre o tema, consultar *Colônia Guaporé: Estado, imigrantes e o acesso à propriedade da terra*, de Daniel (2019).

historiográfica. Ressalta-se ainda que o objetivo não é denegrir alguns grupos étnicos em relação a outros, mas demonstrar que existiam determinados pontos conflituosos nas relações diárias dos povos que ocupavam o espaço averiguado.

Direcionar a abordagem para esse tema tem como base a linha historiográfica que conduz a pesquisa, a micro-história, a qual, a partir de pontos particulares, propõe-se a perceber o grande universo no pano de fundo das relações. Além disso, Guaporé está na dinâmica de ocupação dos espaços pelos friulanos em questão.

Conforme o relato de C. S.:

Aqui era uma região de italianos. Quase não se viam negros, era uma região de muito racismo [...]. O negro, para sociedade que se tinha naquela época, ele não tinha valor [...]. Eu lembro que muitos eram andarilhos em busca de trabalho, e nós tínhamos um paiol [...], e, muitas vezes, em tempo feio, eles pediam para se abrigar no paiol, e nós crianças tínhamos que dar o pouco de comida que se tinha para eles.

A fonte oral comenta sobre aspectos delicados do povoamento nas colônias receptivas a imigrantes, neste caso, italianos. Nas primeiras linhas destaca-se que havia na região da Serra Gaúcha relações pautadas no racismo. Aquele período correspondia ao de instalação das primeiras gerações nascidas no Rio Grande do Sul, e, utilizando os termos dos relatos de Andrea Pozzobon (1997) e Júlio Lorenzoni (1975) ligados às memórias descritivas dos imigrantes, os negros causavam estranhamento aos italianos. Segundo Lorenzoni (1975), não existia população com características físicas equivalentes na Itália. Obviamente isso não justifica os preconceitos, mas retomar o contexto da época contribui para compreender as bases da visão desses primeiros ítalo-brasileiros. A situação de dificuldades financeiras da família do depoente fica evidente quando acrescenta ao discurso que: “nós crianças tínhamos que dar o pouco de comida que se tinha para eles”. Sob essa perspectiva, as crianças alimentavam-se depois do patriarca, e como tratado ao longo do trabalho, havia variação socioeconômica entre os núcleos evidenciados.

Sobre uma das vezes em que os andarilhos foram abrigados no paiol, o colaborador narra a seguinte experiência:

Eu lembro que uma noite um homem com três, quatro filhos se acampou dentro do nosso paiol, daí, quando os nossos pais estavam dormindo, nós combinamos: vamos expulsar os negros de lá. E aí pegamos umas taquaras e começamos a surrar os negrinhos, a cutucar com a taquara pelas frestas do paiol, mas éramos crianças, tanto nós, quanto eles, e eles começaram a chorar ao redor do paiol deles. E nós, que éramos crianças, tratávamos eles como animais [sentimento de lástima e comoção evidenciados]. E isso era de madrugada, então tiveram que pegar as coisas deles e ir embora.

Em uma reflexão entre o passado e o presente, o depoente mostrou-se comovido com tal recordação, explicando que não se tinha a visão de mundo e de diferenças étnicas e culturais da atualidade, que para eles, crianças na época, não existia a visão de ajudar tais pessoas que não tinham posse da terra, casa ou estrutura de trabalho, o que se pensava era que deveriam dividir a comida, que nem sempre era suficiente para a alimentação diária de famílias muito numerosas, como é o caso do contexto familiar do depoente. Dando continuidade ao relato, acrescenta:

Só que apareciam outros, e a gente era acostumado que o pai não dava nada de graça para nós, então nós pensávamos: “Por que para eles a gente tem que dar a comida que temos, já que eles não serviam para ajudar no nosso trabalho?”. Porque não sabiam, eles trabalhavam mais com erva-mate e essas coisas.

Sobressai-se a questão do saber laborativo. Como se trata (assim como a maioria das fontes orais) de sujeitos provindos de famílias ligadas a ofícios que exigem anos de prática para aprender a elaborar os instrumentos de forma artesanal precisa, os “andarilhos” não serviam para o trabalho. Segundo a fonte: “trabalhavam mais com erva-mate e essas coisas”, não sendo aptos para auxiliá-los. O fato de as crianças ajudarem não só na agricultura desde cedo e não terem “nada de graça” evidencia uma educação familiar orientada para o viés de que era preciso colaborar para o ganho da sobrevivência, de que nada era de graça no cotidiano. Conforme o depoente,

Até que um dia um destes negros negociou com a gente, que contaria histórias se nós deixássemos eles dormirem lá. Então ele me falou assim: “Olha, menino, quando nós passarmos por aqui com saco e sacola nas costas e nós pedirmos pouso é porque o tempo vai chover, porque antes da chuva a gente tem que andar, tem que procurar comida, procurar abrigo [...]”. Era interessante a técnica deles [...]. Na época, aqueles que eu conheci não eram donos de nada [referindo-se a terras, animais etc.], eles tinham que se movimentar. A gente não sabia de onde eles vinham e para onde eles iam.

Segundo esse colaborador, sua geração cresceu ouvindo as histórias sobre as dificuldades em ser proprietário de terra na Itália e sobre os sacrifícios que a família enfrentou para quitar os lotes adquiridos no Rio Grande do Sul. Levando em consideração esse histórico familiar, soava assustador o relato de não terem terra nem animais e “não serem donos de nada”.

O entrevistado concluiu o depoimento ressaltando que:

[...] entre a comunidade europeia, era comum existir preconceitos entre eles próprios. Imagine com aqueles de fora, ainda mais que tinham outra cor de pele. Faz a conta, se não se acertavam nem entre eles, o que dirá com outros.

Embora seja um tema delicado da análise, esses preconceitos étnicos e raciais estavam incorporados entre os imigrantes; o que se quer ressaltar é que existiam outros grupos étnicos que transitavam nos locais de colonização predominantemente italiana.

Da passagem “o pai não dava nada de graça para nós”, observa-se que as crianças eram acostumadas a trabalhar desde muito cedo, portanto, o entendimento de solidariedade estava completamente atrelado ao mundo do trabalho. O lema era: “Se não trabalhar, não ganha”, o que fazia com que não entendessem a atitude de *ser solidário* com pessoas que não sabiam trabalhar no ofício em que se precisava de ajuda. Para Tedesco (2001, p. 71, grifos do autor):

A compreensão destes discursos precisa estar em correlação com universos próprios do contexto e dos elementos que identificam uma *campesinidade*, ou seja, a especificidade de relações de um grupo social que se diferencia pelo seu contato (con)sequente com a terra, com o tempo cíclico, com o grupo familiar e uma estrutura moral que luta por se preservar secularmente, com valores de reciprocidade, hierarquia, o *uso como um valor*, etc.

Para traçar um paralelo com o pensamento de Tedesco (2001), é preciso retomar que, apesar de os sujeitos terem o artesanato somado às dinâmicas econômicas, eles eram camponeses por tradição, assim, mantinham o cultivo da terra. O ser proprietário também estava envolto em profundas questões de bloqueio fundiário, escolhas entre filhos prediletos e/ou sistemas internos às regras da família quanto às heranças materiais, seja a deixar os bens ao filho mais jovem, seja a dispor das economias para o pagamento dos estudos do filho mais velho – era comum a oferta de estudos para seguir em suposta vocação sacerdotal. Referente às relações que permeiam os discursos, o autor arrola:

O discurso precisa ser visto num conjunto de relações que prima pela complementariedade entre cultura/sociedade, natureza física (terra)/trabalho, num horizonte de relações induzidas e produzidas localmente. Com isso não estamos dizendo que a análise da oralidade deve ser meramente acoplada e justificada a partir de seus referenciais culturais, precisa, sem dúvida, ser problematizada na medida em que dimensiona exclusão, discriminação, centralização, enquadramentos, vanguarda e projeção pessoal e/ou étnica, as quais fazem perder de vista processos sociais, atores e situações, contradições e conflitos que se constituem a partir da *cultura de contato* (TEDESCO, 2001, p. 71, grifo do autor).

De forma alguma está-se visando a justificar o ato relatado por C. S., mas, sim, a perceber que as diferenças culturais estavam enraizadas desde cedo no seio familiar. Conforme ressaltou o entrevistado, entre o próprio grupo de italianos e descendentes existia isso, não só com afrodescendentes e italianos de outras regiões, mas também com outras etnias europeias. Obviamente, pelas vias históricas, não se precisa fazer longos discursos para saber que o

preconceito no Brasil era incomparavelmente maior em relação àqueles de etnias diversas da europeia. Este trabalho, entretanto, não se volta para essas análises de forma profunda, apenas traz à luz que determinados “pré-conceitos” existiam em primeiro lugar dentro do próprio grupo étnico.

Anita Di Domenico Batistela, referente ao primeiro contato que teve com o grupo cigano, relatou:

[...] estava em casa eu e minha avó, e os ciganos vieram pedir para se instalar por uns dias no nosso potreiro. E entrou um ciganinho em casa, e eu era bem criança, e estava comendo uma romã, e ele me dizia: “Um pedacinho, me dá um pedacinho!”. Mas eu era colona, e olha se eu entendia o que era um pedacinho. E cada vez que ele me pedia, eu ia mais para trás! Até hoje eu vejo a cena [...], me pergunta se eu dei? Eu não dei, simplesmente porque eu não entendia! Colona [...] que só falava o italiano, e eu não entendia o que ele falava, porque a gente só falava em italiano, daí depois, quando eles foram embora, me caiu a ficha que ele só queria um pedacinho da fruta, até hoje eu fico pensando: “Querido, que vontade que ele tinha de comer aquela romã!”. E olha que eu tenho 67 anos [de idade] e nunca me esqueci!

De acordo com as fontes consultadas, a questão da língua era um ponto forte. A primeira e a segunda gerações nascidas no Brasil falavam a língua da origem regional da Itália, como o friulano e o *talian*. Já na terceira geração, era comum falar o que as fontes orais denominam até a atualidade como “língua vêneta”, sendo que o aprendizado da língua portuguesa acontecia nas escolas. Os entrevistados destacaram as “brizoletas” construídas no meio rural por ordem do governo de Leonel Brizola²⁵⁷, durante o período de 1959 a 1963, que eram frequentadas por esses descendentes de italianos. Beneduzi (2020), sobre o contato com outros grupos e os reflexos dessa dinâmica na língua, defende que as relações de forma imediata foram distintas entre o Sul do Brasil e o estado de São Paulo. Para o autor:

Diferentemente do caso paulista, no qual a massa de mão de obra imigrante proveniente da Itália foi utilizada na produção de café e colocada diretamente em contato com sujeitos autóctones (nas fazendas e depois na cidade de São Paulo), no Rio Grande do Sul, a maior parte dos imigrantes, nos primeiros 25 anos do fluxo de massa, encontrava-se sem contatos com a comunidade brasileira. Esta especificidade da dinâmica migratória dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina contribuiu para a construção de uma base dialetal híbrida de comunicação, constituída a partir da combinação dos dialetos das zonas de proveniência dos imigrantes italianos (Vêneto, Lombardia, Trento e Friuli) (BENEDUZI, 2020, p. 5).

²⁵⁷ Leonel Itagiba de Moura Brizola foi engenheiro civil e político brasileiro. Nasceu no Noroeste do Rio Grande do Sul e governou o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, sendo o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes em toda a história do Brasil.

Um exemplo do rumo que os dialetos italianos tomaram no Rio Grande do Sul (BENEDUZI, 2020) é observado na entrevista de Anita Di Domenico Batistela, quando se identifica como “colona” que só falava italiano e, por isso, não entendia aquilo que lhe era dito pelo “ciganinho” em português. A depoente, assim como outros entrevistados, esclareceu que aprendeu a falar português apenas no contexto escolar. O linguajar “italiano” era utilizado pela maioria entre aquelas gerações no Rio Grande do Sul, sendo denominado *talian* por alguns e vêneto-brasileiro por outros (BENEDUZI, 2020, p. 22).

Em Serafina Corrêa, que era um distrito da extensa colônia Guaporé (Figura 6), por exemplo, esforços políticos foram mobilizados para preservar esse legado linguístico da imigração:

O site da Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa informa que, desde 20 de maio de 2015, a cidade detém o título de “capital nacional do talian” e que, em 2009, com a lei municipal n. 2.615, a “língua talian-vêneto brasileiro” foi co-oficializada junto ao português como veículo de comunicação local, tendo sido disposto, a partir de 2013, o seu uso preferencial na semana do aniversário do município. No breve histórico sobre o Talian, indicada como “nova língua neolatina”, fala-se sobre o nascimento deste koiné, reconhecido em 2015 como patrimônio cultural imaterial do Brasil, enquanto caracterizador da cultura das populações provenientes da península itálica no Rio Grande do Sul. Como se pode notar, muito do pertencimento étnico-cultural no município é construído a partir de uma específica política linguística, mas que também transforma esse bem imaterial em um bem de consumo, quando se vende uma certa representação como instrumento de atração turística (BENEDUZI, 2020, p. 114).

Apesar de o idioma friulano ser englobado dentro desse circuito linguístico, é uma língua completamente diversa do dito “talian-vêneto brasileiro”, que era usado com frequência pelas primeiras gerações fixadas na parte meridional do Brasil.

Associado à questão linguística, no relato de Anita Di Domenico Batistela, percebe-se o sentimento de culpa da entrevistada ao não ter dividido a fruta com o cigano, justamente por não compreender o idioma. A “cultura do falar”, que diz respeito à educação familiar, era transpassada entre as gerações. Naquele cenário, ela era muito pequena e ainda não havia incorporado o sistema do “ter de trabalhar para receber”, como verificado no depoimento de C. S., em que as crianças já exerciam o ofício dos pais.

Ainda no sentido do mundo do trabalho e da racionalidade camponesa, anos após o primeiro contato com os ciganos, Anita relatou que:

Então, se tornou comum a passagem dos ciganos, e eles ficavam muito acampados na minha avó, na nossa terra. E minha avó era braba, se tinha que mandar à m[...], ela mandava. Daí eles ficaram acampados no potreiro, no paiol. E todas as manhãs

a vó ia tirar leite, e eles iam atrás com o canequinho pedir leite, e ela dava o canequinho de leite para as crianças. Só que teve um dia que ela se embestou, porque não era assim também, todos os dias pedir leite, e ela mandou eles embora. Daí diz que um cigano levantou o chapéu e disse: “A senhora vai se arrepender de tudo o que falou!”. Ele amaldiçoou! E minha mãe contava que, depois daquilo, eles passaram a ir muito mal nos negócios, não sei se porque ficaram com isso na cabeça, mas, enfim, foram muito mal!

Tanto neste depoimento como no de C. S., percebe-se que existia a associação da solidariedade com a ajuda voltada para o trabalho. Era costume entre os imigrantes a mútua troca de produtos agrícolas. Assim, o dar sem receber não era algo bem aceito na comunidade. Conforme Anita:

Tinham bastante porco, vaca, carne, essas coisas. Salame, queijo, eles não compravam nada disso. Galinha, ovos, tudo eles tinham, eles criavam. Então era assim: hoje eu vou matar uma vaca, então eu empresto dez quilos de carne; e, quando o outro vizinho matava um animal, ele devolvia. Então sempre tínhamos carne fresca [...], porque não tinha geladeira. E eles pegavam e colocavam tipo em uma pipa de madeira, daí colocavam bastante sal embaixo e faziam tipo camadas, sal, carne, até em cima e os ossinhos do animal por cima de tudo isso, e se ia consumindo [...]. Por isso que de sapateiro eles trabalhavam [referindo-se ao avô, ao pai e aos tios] no fim da tarde, de sábado, quando chovia, não era uma coisa assim, só a profissão de sapateiro [...]. Faziam também chapéus de palha. A mãe, que era de sobrenome Bertoldi, fazia também as straponta, que eram as cobertas, tudo feito à mão, ela fazia para sociedade que eles tinham na Linha Terceira [...].

Sobressaem-se dois pontos no depoimento: a troca entre trabalho e alimentos, uma vez que não existia refrigeração para conservá-los; e o ofício de sapateiro exercido pelos homens da família em horários distintos aos do trabalho rural. A família Di Domenico, natural de Frisanco, trouxe consigo a tradição de elaborar calçados, ofício que segue até a atualidade em Guaporé.

Da discussão apresentada, é evidente um significativo universo nas relações campesinas, como a agricultura atrelada ao trabalho artesanal e o fator linguístico conectado ao desafio das novas relações com outros grupos étnicos, em que é nítido que foram contatos muito mais complexos do que simplesmente preconceitos étnicos. Esses pontos exigem análises mais delicadas em torno do tema, mas mesmo que superficialmente, em função de a questão linguística, sobretudo entre os vênets e friulanos, ter sido colocada como impasse em diversas conversas, julgou-se importante arrolar que, se entre os grupos italianos existiam tais divergências, isso se estendia para com outros sujeitos de etnias distintas.

4.8.1 Saldando dívidas: religião e estado

As genealogias observadas ao longo do trabalho apresentaram-se, além de endogâmicas, consanguíneas, e essas questões levantaram curiosidades acerca do convívio dos imigrantes e/ou descendentes com a Igreja, uma vez que, como notado, os friulanos e seus ramos mostravam-se na prática burlando determinadas normas da instituição religiosa. Ademais esse contexto, considerou-se pertinente aprofundar as relações de famílias provindas da Itália com os sacerdotes.

Ao analisar a instalação dos friulanos na primeira colônia (Dona Isabel) e as reconstituições dos núcleos familiares até Guaporé, verifica-se que, inicialmente, havia um controle de natalidade, uma vez que emigraram da Itália com poucos filhos. No Rio Grande do Sul, entretanto, conforme relatos, por coesão da Igreja Católica e devido a melhorias socioeconômicas do grupo, as proles ampliaram-se significativamente. Segundo Vanini (2002, p. 4):

[...] na Itália, os imigrantes haviam convivido com o mesmo discurso pró-natalista, católico-romano. Porém, a estrutura familiar dos imigrantes recém-chegados sugere um real controle dos nascimentos no Velho Continente, já que se tratava de grupos familiares pequenos e médios.

No Rio Grande do Sul, a imigração italiana serviu como uma oportunidade de crescimento para a Igreja Católica, mesmo tendo de conviver com personalidades como Giuseppe Garibaldi e Bento Gonçalves, cujos nomes batizaram importantes cidades no Sul do Brasil: “os três piores males da Igreja italiana fundavam-se nas ideias consideradas contrarreligiosas: o garibaldismo, a maçonaria – grande inimiga dos eclesiásticos – e o protestantismo” (BENEDUZI, 2005, p. 18).

No sentido de ampliação das famílias de descendentes de italianos e, conseqüentemente, de nichos de fiéis para a Igreja, o entrevistado Mário Marina, descendente de friulanos pela via materna, destacou que:

Os casais antigamente só recebiam a comunhão se eles tinham família grande. E se eles [referindo-se aos sacerdotes] sabiam que uma mulher evitava ficar grávida, eles não davam a comunhão, até eles expulsavam da igreja. Antigamente só existiam dois exércitos: que era do povo e o exército da Igreja. Então, por que eu digo exército? Porque o que a Igreja dizia estava dito!

O depoente faz parte da quarta geração de descendentes de italianos nascida no Rio Grande do Sul, e chama a atenção a declaração em relação ao poder que os sacerdotes exerciam sobre as famílias da comunidade²⁵⁸. O colaborador aprofunda o tema:

Eu lembro na época [década de 1950, 1960] do padre Corso. Ele passava para recolher os produtos das famílias, e meu pai tinha um galo e uma galinha, e o padre veio e tirou o galo [...], e o meu falecido pai falou: “Padre, eu tenho os filhos para criar, eu preciso do galo, o senhor não me leve embora o galo!”. Mas o padre respondeu: “A Igreja precisa, eu vou te deixar a galinha, e tu pode levar no vizinho, que lá tem galo. Aqui onde estou passando, não levo embora todos os galos, eu deixo um galo no vizinho, daí vocês se pedem emprestado para poder a galinha chocar e ter os pintinhos”.

Percebe-se através do relato que os sacerdotes passavam nas residências da comunidade para recolher, além de alimentos, os próprios animais. Conforme ressaltado, era dito: “A Igreja precisa”! Portanto, neste estudo de caso, longe de generalizações, evidencia-se que não eram apenas os produtos (alimentos, animais) excedentes que eram fornecidos para os representantes religiosos, mas também produtos essenciais do sustento alimentar. As aves, além da carne, forneciam os ovos, cuja venda, como rememoraram várias entrevistadas, representava renda extra para a pequena economia destinada à compra de enxovais ou de outros objetos necessários ao uso pessoal.

Sobre os desdobramentos do fato, o depoente narrou que:

Então, eu lembro que meu pai pegava a galinha e ia com ela embaixo do braço no vizinho, porque o padre levou embora o galo! [...] tinha que se fazer tudo o que a Igreja mandava. Não existia aqui outras religiões, era a católica que mandava em tudo!

Verifica-se a forma como a comunidade – neste estudo de caso, católica – organizava-se em torno das dificuldades surgidas após a partida do pároco com os produtos/animais recolhidos. Essa atitude instiga a pensar em como as pessoas optavam por permitir a retirada de bens essenciais ao sustento familiar a negar tais “produtos” aos padres, ou seja, em como os vínculos religiosos remetiam ao respeito da comunidade, mesmo tendo em vista, pelas evidências observadas em relação aos matrimônios, que determinadas estratégias eram colocadas em prática pelo grupo para a permissividade religiosa em prol dos casamentos consanguíneos.

²⁵⁸ Sobre uma suposta vingança contra um pároco, consultar Vendrame (2016).

Na região de colonização germânica no Rio Grande do Sul, existia também a prática do luteranismo trazida pelos imigrantes; entre os italianos, há registros de alguns ligados à Igreja Metodista²⁵⁹. Sem dúvida, a maçonaria estava presente, mas em centros maiores que a colônia Guaporé. Até a atualidade, o local se apresenta significativamente composto por famílias católicas.

Sobre a relevância do casamento dentro da colonização, Matté (2008, p. 93-94) pondera que:

O matrimônio é mais uma realidade na região colonial que merece abordagem. Ele constitui um dos mais fortes discursos em relação à cultura do imigrante italiano. É através do matrimônio que se constitui a família, importante elo identitário do imigrante e seus descendentes [...]. O casamento é sacralizado pela Igreja, único espaço onde o sexo é permitido. Mas essa permissividade é relativa, só pode ser aceito o sexo com o intuito de procriação e com o cônjuge.

Assim sendo, era tabu ser solteiro em um universo que girava em torno de matrimônios essenciais para a procriação. Do depoimento de Mário Marina, destacou-se que as famílias eram grandes devido à influência religiosa, e havia a contribuição dos fiéis à Igreja, por exemplo, o galo. Identificam-se, por trás das histórias familiares, a importância da religião e o poder exercido pela Igreja. Dessa forma, a história oral está intrinsecamente conectada à memória. Nesse sentido, Tedesco (2011, p. 65) esclarece que:

Ainda que possa ter certo fundo de verdade, torna-se difícil, nas condições atuais dos avanços dos estudos e análises sobre o tema, enfatizar ou ser demasiadamente contundente em torno de determinadas posturas que defendiam que a história é puramente razão, análise, exterioridade e objetividade do fato, ao passo que a memória é só subjetividade, emoção, sentimentos, consciência, personificação, e/ou presentificação [...]. É evidente que são características que as compõem, mas não necessariamente têm de ser excludentes.

Por se tratar de trajetórias de vida, considera-se imprescindível neste trabalho dialogar com relatos orais, mas sem perder de vista que, assim como na micro-história, existe uma amplitude muito maior por trás de pequenas análises e pequenos discursos. Em outras palavras, o importante é perceber o significado para além dos pequenos trechos comentados.

Com relação ao auxílio prestado pelos colonos à instituição católica, Mário observou que:

²⁵⁹ Referente aos estudos que relacionam a Igreja Metodista à imigração italiana, consultar Dalla Chiesa (2015; 2016a; 2016b; 2017; 2018).

[...] *quando chegava a época dos padres fazerem a colheita [referindo-se ao recolhimento de produtos agrícolas nas residências], minha mãe chorava, ela dizia assim: “Agora, sim, eles levam embora tudo!” [...]. Porque [...] a nossa família trabalhava principalmente por escambos, quer dizer, a maioria dos colonos no dia a dia, em serviços de fabricação dos utensílios agrícolas, eles pagavam com comida, porque o dinheiro em espécie era raro tu ver as pessoas pagando os artesãos. Só quando eram serviços para os colonos fortes, daí era diferente, porque eles tinham agregados e tinham comprado diversas colônias.*

O depoimento demonstra que, embora as famílias em análise não negassem a retirada dos produtos pelos padres, a matriarca apresentava-se a contragosto, pois, sendo o preparo das refeições responsabilidade das mulheres, ela conhecia as necessidades da própria família. Outro ponto levantado são as formas de pagamento, relatadas como costumeiramente acontecendo por escambo, em que as ferramentas agrícolas eram comercializadas em troca de alimentos. A retirada desses produtos pelos sacerdotes acarretava, pois, um significado de perda, uma vez que representavam o pagamento pelo trabalho braçal realizado nas oficinas. Sobre o tema, Mário Marina segue relatando que:

Mas, enfim, não se tinha o dinheiro em si, então os padres recolhiam queijo, salame, galinha, era tudo para Igreja, porque era uma forma de cobrança. Então, as famílias já eram pobres e acabavam ficando ainda mais pobres [...], e os padres vinham de cavalo [...]. Depois a Igreja comprou um jipe que, daí, conseguiam adentrar nas colônias, nas estradas ruins. Aí, sim... voltavam com mais mantimentos, porque a missão era recolher [...], diziam que era como forma de pagar o centésimo.

É interessante pensar o quanto “as visitas” dos padres para a cobrança do centésimo marcaram a infância do depoente. Primeiramente verifica-se que os padres “vinham de cavalo”, ou seja, ao interpretar o depoimento, as saídas da paróquia utilizando o transporte animal exigiam maior tempo, e esse recurso de deslocamento limitava o transporte dos produtos recolhidos na colônia. Com a aquisição do jipe, veículo considerado eficaz para estradas mais íngremes, os sacerdotes conseguiam visitar as famílias localizadas mais no interior das linhas e consequentemente arrecadar mais alimentos como forma de pagamento.

Quanto às famílias que “já eram pobres e acabavam ficando ainda mais pobres”, a fonte oral em diversas conversas destacou que nessas visitas também estava incluída a observação das novas gestações das colonas, assim, apesar de serem pequenos agricultores, em função do grande número de filhos, em muitas situações, determinados núcleos familiares encontravam-se em dificuldades para sustentar as grandes proles. Famílias com até vinte filhos não eram raridade no Rio Grande do Sul. Além disso, conforme apontou-se anteriormente, ao casamento

de viúvos somavam-se as proles, desse modo o aumento da filiação também indicava maiores gastos para a subsistência.

Mário Marina também abordou os estudos direcionados à vocação sacerdotal.

E meu pai era tão religioso que, meu Deus, ter um filho padre! E eles sugavam as famílias, se passava a vida para pagar os estudos do filho, não é como hoje, que existe bolsa de estudos. Não tinha nada, aliás, não era bolsa, era bolso! Do bolso que se tinha que tirar para pagar o seminário.

O fato de as famílias terem ao menos um filho sacerdote representava certo *status* e orgulho aos pais, mas também era uma necessidade apresentada pela Igreja, porque era preciso dar vida às instituições e, para manter os vínculos, era necessário ter representantes da fé católica. Enviar um filho para ser padre, de acordo com os integrantes entrevistados da família Santin Marina, também acarretava um gasto muito significativo.

Segundo Gilmar Marina, muitas vezes o pagamento dos estudos era feito através da entrega de vacas, mas não era qualquer animal, exigia-se aquele que desse leite, ou seja, que denotava uma vantagem extra aos sacerdotes. Nas conversas foi relatado que o irmão mais velho da família estudou por mais de uma década para seguir na carreira religiosa, mas eram os irmãos mais novos que precisavam se privar de uma série de coisas para o sustento do primogênito. As recordações de atravessar a cidade de Guaporé – da Linha Três de Maio, onde a família permanece instalada, até o seminário da localidade, localizado na outra extremidade –, a pé e na companhia da vaca para entregá-la aos padres foram frequentes. Essas incursões significavam um misto de risos, indignação e questionamentos, devido às dificuldades, como eles relataram, de transportar vivo em uma carroça o animal, que servia para prover o leite e alimentar a família ao mesmo tempo que era impróprio como tração animal.

Não eram todas as famílias que possuíam mais de um animal leiteiro. Nesse caso específico, segundo os depoentes, era um por período. E o leite representava não somente um alimento para beber, como também era essencial para a fabricação de outros produtos, como queijos, doces e afins, o que agregava renda ao serem vendidos pelas famílias como forma de expansão econômica.

Conforme estudado na dissertação de mestrado²⁶⁰, muitos dos colonos chamados “fortes” no interior do estado, inicialmente, ou eram comerciantes, ou estavam associados a eles, e vinham de um histórico de famílias bem estruturadas na Itália, que viam a emigração

²⁶⁰ Publicada no formato livro sob o título: *Casar bem: estratégias matrimoniais e econômicas na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970)* (BUSATO, 2019).

para o Brasil como forma de investimento em propriedades, incluindo terras, pois cada trajetória teve suas particularidades.

Ainda no cenário religioso, o colaborador Gilmar Marina salientou que existiam padres que ajudavam as comunidades, especialmente aqueles missionários. Dessa forma, não se pode generalizar cada esfera comentada como acontecimento único e absoluto. No contexto averiguado, em processos de povoamento das colônias, sejam por italianos ou por seus descendentes, deu-se prioridade, entretanto, às fontes consultadas, sejam orais ou escritas, documentadas e ligadas, por elos de familiaridade, aos descendentes dos friulanos. Está-se analisando, portanto, os relatos relevantes para as trajetórias em evidência. Nesse sentido, o que é ressaltado se aplica à análise detalhada neste estudo, não devendo ser fator generalizado para outros contextos ligados à imigração.

É evidente que a Igreja foi responsável, inclusive, pela disseminação de muitos saberes nas colônias, por exemplo, medicinais e culturais, mas não são esses os pontos em destaque na presente análise. É, contudo, obrigação ética esclarecer que existiram fatores positivos diretamente conectados ao catolicismo e a seus representantes no interior do estado gaúcho. Nesta análise, busca-se centralizar os depoimentos, independentemente de julgar a obviedade da vivência dos grupos.

Desse modo, é necessário explicar que as famílias espremiavam os diversos recursos para garantir o pagamento ligado a dívidas com terras e a própria sobrevivência. Aos deveres com a Igreja eram, pois, somados os deveres das famílias de imigrantes e descendentes com o Estado, por exemplo, na abertura de estradas, como forma de pagamento de dívidas com o poder público. Vendrame (2010; 2017a) explora o cotidiano migratório italiano por meio da análise de cartas escritas pelo imigrante Paulo Rossato aos familiares e redes na Itália. Nas cartas, ele aponta que, entre as vantagens de os parentes emigrarem para o Brasil, estava a divisão do trabalho, para além do plantio e da colheita, na abertura de estradas.

Na Figura 46, observa-se a abertura de uma estrada em Marau. A fotografia foi fornecida pela família Tramontina, que, de Monte Belo do Sul, dividiu-se em nova migração interna entre as colônias Guaporé e Marau. Não se aprofundou essa última localidade, pois Grossutti (2018)²⁶¹ já trabalhou com diversas famílias friulanas instaladas nesse município, as quais também seguiram padrões profissionais e matrimoniais similares aos analisados no presente

²⁶¹ Em *L'emigrazione nel Friuli Occidentale: guida alla sezione museale "Lavoro ed emigrazione"* di Cavasso Nuovo (2018), Grossutti aborda também a família do frei capuchinho Adelar Primo Rigo, que foi uma figura religiosa no estado do Rio Grande do Sul.

trabalho. Contudo, alguns empreendimentos que se conectam com este estudo e que não couberam na análise do autor, serão arrolados no próximo capítulo.

Figura 46 – Abertura de estradas (Marau, provavelmente década de 1930)



Fonte: arquivo pessoal de Roseli Tramontina.

Em função da presença de militares uniformizados, a imagem provavelmente foi registrada na década de 1930. Conforme a fonte consultada, Roseli Tramontina, são filhos de imigrantes italianos trabalhando na abertura de estradas no interior do atual município de Marau, cuja localização está esmiuçada na parte introdutória do trabalho. A colônia Guaporé, para fins de ambientação, abrangia o espaço de Muçum (vizinho a Monte Belo do Sul) até Vila Maria, este município localizado a 14 km de Marau, que, por sua vez, está a 32,8 km de Passo Fundo.

A intenção nesta parte da análise foi principalmente dialogar com questões interligadas às obrigações das famílias de imigrantes e descendentes de italianos. Averiguaram-se as exigências que existiam acerca do pagamento do centésimo²⁶² (ou do dízimo) para a Igreja Católica; abordou-se também o serviço prestado na abertura de estradas, que significava “dia de trabalho” a ser descontado da dívida de terras. O objetivo foi, pois, discutir sobre pontes entre obrigações com a Igreja e com o Estado, além de explanar, mesmo que superficialmente, sobre a relação dos colonos com o pagamento dessas dívidas.

Até o momento, abordaram-se a instalação do grupo em lotes vizinhos em Guaporé e a extensão das redes familiares para a nova localidade. Foram apresentados os quadros das proles

²⁶² Centésimo ou dízimo remete ao auxílio direcionado à instituição religiosa. A Igreja no Brasil “pede” pelo menos 1% (centésimo) de contribuição às famílias para a continuidade na prestação de serviços, que incluem batizados, matrimônios, missas, velórios etc.

nascidas em Guaporé, esmiuçando as constituições familiares, e elaborados gráficos de modo a demonstrar, de forma matemática, as porcentagens dos matrimônios intrafamiliares descritos. Constatou-se que 80% dos casamentos ocorreram entre sujeitos dos mesmos núcleos, sendo essa prática ainda comum em parte do FO. De Guaporé, apontou-se que parte das famílias migrou para uma nova colonização, novamente em grupo, para o Chile. A intenção em tal abordagem é notar o universo de múltiplas particularidades que se encontram mesmo que analisando minorias, como é o caso dos friulanos e seus descendentes no estado meridional do Brasil.

Perceber características, reagrupamentos étnicos, estratégias migratórias, o prolongamento de microrredes (iniciadas, por exemplo, em Mezzomonte, no FO, Itália) e a forma como grupos de partes distintas (Poffabro, Maniago, Frisanco etc.) dessa região italiana se reuniram em solo brasileiro, ampliando os fios até se tornar uma extensa rede, incita cogitar uma série de aspectos necessários para o entendimento de tais dinâmicas. A análise de todos os pormenores trabalhados neste capítulo e nos anteriores contribui para responder uma parte da questão principal da tese: como se dão os processos de transmutação cultural de friulanos nos espaços de destino migratório, principalmente no campo dos ofícios e das estratégias matrimoniais, para determinar sua fronteira étnico-cultural.

Considerando o que já foi explanado, é evidente que os reagrupamentos, matrimônios, redes de compadrios, migrações estratégicas em grupo – não só no interior do Rio Grande do Sul, mas também para o exterior –, a manutenção da língua friulana, celebrações e organização do grande grupo, inclusive no redirecionamento de ramos familiares envolvidos com um crime, servem para ilustrar como, através de múltiplos aspectos, centralizados em redes, funcionava a transmutação de características culturais dos friulanos. A segunda parte do questionamento central, que se relaciona às reconstruções no campo dos ofícios, será trabalhada no próximo capítulo, principalmente por meio de depoimentos dos descendentes das famílias centrais em análise, que se mantêm até a atualidade exercendo o ofício trazido pelos antepassados. Também são discutidas as novas migrações, igualmente em unidades familiares, para Marau, onde, do mesmo modo, desempenharam ofícios conectados a práticas dos pontos de partida da Itália.

No quinto capítulo deste trabalho, será explorado um outro viés das relações entre os friulanos. Com o crescimento das famílias, ampliavam-se as oficinas²⁶³, iniciadas em Dona

²⁶³ Reitera-se que, referente às profissões, o objetivo é trabalhar no viés de grupos específicos, que são aqueles voltados para a esfera artesã ou, então, conforme será explicado, que se mantiveram por gerações conectados a profissões similares ao ponto da emigração. Isso não significa que todos os friulanos e/ou descendentes

Isabel (Monte Belo do Sul) e prolongadas para Guaporé e Marau, esse último município localizado na parte Norte do estado do Rio Grande do Sul, na região conhecida como Planalto Médio. Esse direcionamento da análise permite observar como os vínculos profissionais seguiram acompanhando os núcleos friulanos, e como tais redes mantiveram-se conectadas a costumes e a redes de vizinhos dos então antepassados do FO.

mantiveram-se nesse padrão. Cabe, para os fins desta pesquisa, aprofundar o tema entre determinados ramos das famílias centrais em análise.

5 ENTRE ARTESANATOS E TRADIÇÕES

Até o momento, buscou-se fazer um paralelo entre os contextos da emigração, desde a Itália até a colonização no Rio Grande do Sul. Procurou-se compreender o ponto de partida dos imigrantes friulanos analisados, as migrações sazonais e as redes criadas no Brasil, principalmente em Monte Belo do Sul e Guaporé, para, assim, responder em parte o questionamento central do trabalho, que gira em torno da inquietação referente aos processos de transmutação cultural dos friulanos nos espaços de destino migratório.

Verificaram-se as estratégias voltadas para os matrimônios, que englobavam desde a manutenção do idioma friulano pelos núcleos familiares – uma vez que mantiveram a endogamia e a consanguinidade em Guaporé até 1964 – até a divisão das heranças materiais, que não abrangeram todos os sujeitos, motivando as novas migrações, novamente entre os núcleos entrelaçados, do atual município de Monte Belo do Sul, que fazia parte da colônia Dona Isabel, para Guaporé, a nível de Brasil.

Após as análises iniciais, o questionamento elencado para esta etapa do trabalho gira em torno de perceber qual era a relação laborativa dos friulanos com outros artesãos provindos de partes distintas da Itália e instalados na segunda colônia analisada, Guaporé, e em Marau, localizado na parte noroeste do estado sul-rio-grandense, de acordo com a Figura 5. Nesse sentido, analisar “as ligações de curta, média e longa distância dentro de ou através de fronteiras políticas, administrativas, linguísticas e culturais [...] parece essencial para discutir a separação entre global e local, através de uma análise detalhada das relações entre lugares e entre (grupos de) indivíduos” (DE VITO, 2020, p. 109). A centralidade da discussão neste capítulo é, pois, a análise da instalação das oficinas familiares na Linha Três de Maio, em Guaporé, e na sequência a extensão dos ramos familiares para o município de Marau. Esse detalhamento permite observar as trocas de saberes e a organização do grupo friulano, que mantinha as migrações na categoria estratégica familiar.

5.1 Redes de ofícios dos descendentes de italianos

A intenção ao discutir os ofícios dos artesãos é mostrar um pouco do interior desse universo em relação ao cotidiano, que era gerido por três pontas: a compra de matéria-prima (Porto Alegre), a receptividade dos produtos trazidos pelos carreteiros-viajantes do Porto de

Muçum²⁶⁴ e a elaboração dos artefatos. O material que era desenvolvido pelos artesãos levava em conta tanto a especificidade técnica do ofício trazida da Itália quanto a mão de obra infantil, em função, por exemplo, do tamanho das crianças, que era ideal para o manuseio de produtos, como o nó de pinho, dentro dos fornos artesanais: após a queima era necessária a dinâmica de as crianças responsáveis retirarem e organizarem o carvão, material que, como se descreverá, era essencial para interligar os ofícios distintos dos artesãos.

Retomando as redes dos friulanos, verificou-se que as famílias Mezzarobba, Santin, Tramontina, Mariuzza, Di Domenico, Filippi e Filippon vieram da região do FO, onde se dedicavam, além da pequena agricultura, à criação de animais e, neste estudo de caso, a ofícios qualificados, principalmente voltados aos setores do ferro e da madeira. Nesse sentido, com exceção da família Di Domenico, que continua com larga tradição como sapateiros e costureiras, os outros núcleos destacaram-se majoritariamente em dois vieses: carpinteiros e ferreiros. Em relação a essa última profissão, alguns sujeitos também exerciam o ofício da funilaria correlacionado às ferrarias.

Os artesãos do ferro herdaram o ofício dos friulanos originários das *comuni* de Frisanco – principalmente da *frazione* de Poffabro – e de Maniago²⁶⁵ e, conforme foi possível constatar, formaram diversos elos de uma mesma cadeia, tornando-se, assim, uma grande família friulana, mesmo que provindos de partes distintas do FO. Cada união analisada repercutia na troca de saberes qualificados, e os descendentes seguiram na grande maioria com os ofícios herdados nas duas colônias da Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul. Como esclareceu-se, apesar das rusgas que existem na parte ocidental do Friuli entre determinadas comunidades, no estado meridional, os friulanos se agregaram como uma unidade familiar, cuja etnicidade “regional” foi ponto de conexão.

Para compreender o contexto da fundação da ferraria que pertence à família Marina em Guaporé, é necessário retomar o casal de patriarcas Candido Mezzarobba Santin e Magdalena Tramontina Mariuzza. A família Mezzarobba Santin provinha da *frazione* de Mezzomonte, *comune* de Polcenigo, e a Tramontina Mariuzza, da *frazione* de Poffabro, *comune* de Frisanco.

²⁶⁴ Na região de Guaporé, os comerciantes obtinham artigos pelo Porto de Muçum, que foi distrito de Guaporé até o ano de 1959 e a grande via de acesso de pessoas e produtos da colônia à capital sulina por mais de meio século (1890-1950). “Por mais ou menos meio século, Muçum foi o espaço concentrador e centralizador da dinâmica mercantil e comercial da região do Alto Taquari, espaço em que se localiza a Colônia Guaporé. Em 1880, o referido espaço já tinha estradas que partiam das margens do rio Taquari, no sentido sul-norte, em direção ao rio Guaporé, ‘correspondendo-se’ com o espaço que hoje pertence ao município de Encantado” (BALBINOT; TEDESCO, 2015, p. 217).

²⁶⁵ A *frazione* de Poffabro era associada a Casasola e pertenceu a Maniago (local também marcado pela tradição do trabalho com o ferro) até 1810, tornando-se naquele ano, por um decreto napoleônico, uma *frazione* de Frisanco.

Tanto as *comuni* quanto as *frazioni* são locais conhecidos pelos trabalhos artesanais, entre eles, os ofícios manuais com o ferro. Recorda-se que a família Filippin – provinda de Maniago, que, por sua vez, pertencia a Frisanco – também descendente de ferreiros, uniu-se via matrimônio com parte da prole de Candido Santin.

Dos filhos do casal Candido e Magdalena, destacam-se, para esta etapa do trabalho, dois que migraram da localidade de Monte Belo do Sul para Guaporé, sendo eles: Maria Santin, casada com Ferdinando Di Domenico, e Felice Santin, casado com Elisa Di Domenico. Os dois novos núcleos estabeleceram-se na linha dos *furlani*, ou Linha Três de Maio, na comunidade Nossa Senhora das Graças. Dos descendentes, Candida Di Domenico Santin, filha de Felice, casou-se, em 1952, com João José Marina²⁶⁶, que era natural de São Valentim do Sul²⁶⁷, localidade próxima ao atual município de Santa Tereza e ao Porto de Muçum.

O patriarca da família Marina que interessa ao estudo, Fioravante Marina, casou-se com Alba Scussel, cuja família é originária da *comune* de Agordo, província de Belluno, e instalou-se no Brasil inicialmente em Monte Vêneto (atual município de Cotiporã), que pertencia à colônia Alfredo Chaves (atual Veranópolis). Posteriormente, a família Scussel comprou uma significativa faixa de terras na colônia Guaporé, na parte do atual município de São Valentim do Sul.

De acordo com os relatos familiares, os Scussel eram agricultores, mas concomitantemente exerciam o ofício de comerciantes. É evidente que nem todos os imigrantes eram exclusivamente agricultores, muitos se dedicaram a economias para além da agrícola, mesmo que inseridos no âmbito rural. “Várias profissões e/ou ofícios desenvolviam-se em espaços agrícolas, como foi o caso dos funileiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros e pequenos comerciantes” (TEDESCO; ROSSETTO, 2007, p. 164). Nesse sentido, a família Scussel exercia ofícios ligados à produção carvoeira e ao comércio, além de atuar na agricultura.

João Marina, descendente por parte materna da família Scussel de Belluno (local que também é caracterizado por migrações sazonais semelhantes ao Friuli) e por parte paterna de

²⁶⁶ A origem dos Marina, família que iniciou a colonização em Garibaldi, é um ponto de interrogação. Os antepassados falecidos contavam que existiam três irmãos da família que colonizaram partes do Brasil e eram descendentes de alguém que participou do exército de Garibaldi e teria desertado. Para verificar a veracidade dessas lembranças, seria preciso uma pesquisa aprofundada na Itália. O fato é que dois desses irmãos dividiram-se entre as colônias de Garibaldi e Guaporé, e outro migrou para o estado de São Paulo. Do descendente que se fixou em Guaporé, a documentação foi propositalmente destruída pelo próprio sujeito, conforme os relatos familiares. Há registros de serem italianos, mas em nenhum documento localizado consta o local de origem da Itália.

²⁶⁷ Embora João José Marina tenha sido registrado em Dois Lajeados, nasceu em parte do território que corresponde ao atual município de São Valentim do Sul e que naquele período, década de 1930, pertencia a Guaporé. O cartório mais próximo dessas comunidades era em Dois Lajeados. Portanto, muitos registros eram realizados ali, gerando desinformações entre as histórias familiares e os documentos de registro civil.

uma família também de agricultores por tradição, migrou inicialmente para a Argentina. Após conhecer a localidade de São Miguel do Oeste no estado de Santa Catarina, próxima à fronteira com a Argentina (Bernardo de Irigoyen, província de Misiones), João optou por passar um tempo trabalhando naquele país. Por vários períodos, mesmo depois de ter filhos e estabelecer a ferraria em Guaporé, ele costumava fazer esses deslocamentos devido aos negócios voltados para a mascataria, ou seja, práticas de trabalho ligadas às vendas, um âmbito de atuação que era costumeiro em migrações sazonais pela Europa e que voltaria a se reproduzir entre os filhos de imigrantes no Brasil.

Anos antes de se casar com Candida Santin, João Marina, ao retornar pela primeira vez da Argentina, com 17 anos de idade, começou a atuar como mascate nas colônias da Serra Gaúcha vendendo produtos de vestuário e tecidos, mas principalmente comprando ferramentas para revender em outras localidades. A rota de vendas passava por Monte Belo do Sul, onde conheceu as famílias de ferreiros Filippi, Filippin, Mariuzza, Tramontina e Santin. Com esses profissionais fazia troca de mercadorias, além de servir como um transmissor de recados, ao interligar os diferentes núcleos de friulanos espalhados pelas colônias, por exemplo, a família De Marco – instalada em São Valentim do Sul, também descendentes de friulanos, com a qual iniciou o aprendizado da produção de ferramentas – ou a família Filippin, de São Valentim do Sul, onde também tinha ferraria. Nesse contexto, João deu início ao transporte de encomendas da Linha Argemiro para a Linha Três de Maio, conheceu o restante dos núcleos familiares e casou-se com uma das netas de Candido Santin em Guaporé.

Conforme observado anteriormente, as famílias em análise, na grande maioria, davam continuidade aos trabalhos ligados à produção artesanal à medida que se estabeleciam nas diferentes linhas. Nesse cenário, foi importante o Porto de Muçum para o escoamento das mercadorias e a circulação de mascates e caixeiros-viajantes²⁶⁸.

Com o avançar dos anos, na década de 1950, João Marina passou a atuar principalmente como ferreiro e a trabalhar com o sogro, Felice Santin, na comunidade dos *furlani*, em Guaporé. Posteriormente, fundou a própria ferraria na outra ponta da extensa Linha Três de Maio, tendo como colaboradores, além da esposa, um sobrinho da família Santin e um membro da família Filippi (já nascido em Guaporé, denominado, por isso, Filippi-Chiella) que trabalhou por muitos anos no local. Antes disso, dois irmãos da família Vicinesi, descendentes de imigrantes poloneses da região, associaram-se à ferraria Marina.

²⁶⁸ Eram uma espécie de representantes comerciais e, muitas vezes, trabalhavam para os próprios comerciantes regionais na venda dos produtos. Para aprofundar o tema, consultar Tedesco e Balbinot (2020) e Giron e Bergamaschi (2001).

Essa família de origem polonesa curiosamente tinha a própria ferraria em terreno ao lado da instalação da família Santin Marina, também na Linha Três de Maio, mas em uma parte mais próxima à sede, que ainda era considerada território rural. Essas ferrarias ficavam próximas à estrada que era a principal via de acesso para outras localidades e o caminho obrigatório da colônia Guaporé para o Porto de Muçum.

Para o estabelecimento da ferraria pertencente à família Marina destaca-se a necessidade de ajuda na produção de ferramentas, que contou com o auxílio de descendentes de friulanos e com a associação com descendentes de poloneses, cujos antepassados também emigraram de país caracterizado por migrações qualificadas²⁶⁹. Sendo que a colônia Guaporé era majoritariamente voltada à agricultura, não eram todas as famílias que sabiam a técnica de manuseio do ferro. Se era interessante para alguns permanecer como mão de obra agrícola familiar, os descendentes dos primeiros imigrantes artesãos seguiam no rumo de específicos ofícios qualificados.

5.2 Distribuição dos empreendimentos na Linha Três de Maio

A Linha Três de Maio localiza-se no município de Guaporé, próxima ao trevo secundário da cidade, que dá acesso à rodovia que direciona para a capital do estado, Porto Alegre²⁷⁰. Em função de as linhas da antiga colônia Guaporé serem extensas, uma fração da localidade é denominada como parte da comunidade *furlani*, de Nossa Senhora das Graças, enquanto o território final dá acesso à saída do município. Chamam a atenção determinadas questões que são exploradas a partir da reconstituição desse trecho. O local foi descrito por quatro colaboradores consultados, e, apesar dos equívocos que podem existir, todos concordaram com a representação ilustrada na Figura 47. Obviamente a distância entre os locais era maior do que a reproduzida na imagem, mas a sequência das oficinas e do comércio, salvo engano, era como a apresentada.

²⁶⁹ Nesse sentido, consultar Trindade (2016).

²⁷⁰ A distância entre Guaporé e Porto Alegre é de 192 km.

Figura 47 – Reconstituição da parte final da Linha Três de Maio



Fonte: Morgana Fávero²⁷¹.

A Figura 47 reconstitui o trecho da linha localizado próximo à parte de saída da antiga sede da colônia Guaporé. O cruzamento indicando o acesso ao município de Anta Gorda (naquela época, parte da colônia) refere-se ao trevo principal que existia em Guaporé e ao trajeto pelo qual acontecia a movimentação em direção ao Porto de Muçum, sendo o principal ponto de trânsito de mercadorias.

Na direção da estrada para o atual município de Anta Gorda para a entrada da linha, observa-se o carijo²⁷² de erva-mate da família Astolfi (originária de Sarone, Caneva). A adaptação, o cultivo e a comercialização da erva-mate pelos imigrantes europeus são interessantes. Embora não se aprofunde a questão, salienta-se que, conforme analisado nos livros de impostos da colônia Guaporé, vários descendentes de friulanos foram proprietários de carijos, especialmente na comunidade Nossa Senhora das Graças.

Essa parte da linha é conhecida como acesso sul da Linha Três de Maio e, atualmente, como Rua Carlo Termignoni, nomeada em homenagem ao principal proprietário do curtume em Guaporé. Nela encontravam-se as propriedades da família Astolfi, que administrava, além

²⁷¹ A reconstituição da linha seguiu os direcionamentos dados pelos relatos das famílias Astolfi e Marina.

²⁷² A *carijada* é a produção de forma artesanal e rudimentar da erva-mate no carijo, que é uma espécie de jirau (cama rústica) em forma de grade, feito de madeira descascada com amarrações de cipó. A técnica de preparação da erva-mate para consumo do chimarrão consiste em uso de fogo. “O domínio técnico [...] e os cuidados são fundamentais, pois podem alterar o sabor da erva. No carijo deve-se ter cuidado com o tipo de lenha utilizada, com a labareda que ela produz e com o volume do fogo” (TEDESCO; ROSSETTO, 2007, p. 179). Sabe-se que os caboclos também trabalhavam com erva-mate. “Na fala coloquial, o caboclo é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe. Considerando a dimensão geográfica, o caboclo é reconhecido como um dos ‘tipos’ regionais do Brasil [...]. Entre esses tipos gerais estão os gaúchos do sul, as baianas da Bahia e os sertanejos do nordeste, para citar alguns. A distinção de cada tipo regional está relacionada com a geografia, a história da colonização e as origens étnicas da população” (LIMA, 1999, p. 5).

do carijo, uma olaria e uma casa comercial. Os Astolfi interligam-se à família de artesãos da madeira Dall'Acqua, de Belluno, o que é abordado adiante.

Na sequência, observa-se o comércio Baseggio. Há registros dessa família com proveniência tanto do Friuli quanto do Vêneto, portanto, não foi possível averiguar com exatidão a procedência italiana. Encontram-se registrados também como “Basei”, da forma como eram chamados pelos demais italianos, mas o nome original é Baseggio. As fontes familiares que mais indicam credibilidade apontam que a família é originária de Selva del Montello, uma *frazione* da *comune* Volpago del Montello, província de Treviso, Vêneto.

Na frente, localizava-se o comércio Pavan. De origem vêneta, há registros desse sobrenome também no Friuli, conforme o Archivio di Stato di Udine²⁷³, mas o mais provável é que os comerciantes em questão, segundo as fontes bibliográficas analisadas, são provenientes do Vêneto. Em frente ao comércio Pavan, localizava-se a ferraria da família Romanzini. Foram poucas as informações sobre os Romanzini: identificaram-se duas famílias nos livros *As colônias italianas Dona Isabel e Conde D'Eu* (COSTA *et al.*, 1999) e *Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado* (COSTA *et al.*, 1997). No primeiro, são registrados como Romansini e de origem austríaca, no segundo livro, como Romanzini e provenientes da *comune* de Pojana Maggiore, província de Vicenza, Vêneto.

A família Romanzini possuía a oficina próxima à ferraria da família Vicinesi. Sobre a família de origem polonesa, não foram encontrados registros detalhados, somente que eram descendentes de imigrantes desta etnia. Embora tenham se unido em sociedade à ferraria Marina, posteriormente, encerraram as atividades em Guaporé, em função da transferência para o Oeste do Paraná, segundo os depoimentos da família Marina. Portanto, não eram somente os friulanos que exerciam os ofícios artesanais. Neste estudo de caso, como já explicado, eles destacaram-se em prol dos matrimônios e do número significativo nas colônias analisadas. A família Scussel-Marina, como arrolado anteriormente, pela via materna, provinha de Belluno. Ao lado da ferraria, verifica-se o açude do curtume, para onde eram canalizados os dejetos da produção coureira.

A estofaria Lisot era propriedade dessa família provinda da *comune* de Cesiomaggiore, província de Belluno, Vêneto. Ao lado, encontra-se a fábrica de erva-mate Moccelin, cujos registros familiares apontam para a procedência de Vicenza, Vêneto. Havia ainda o Curtume

²⁷³ Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/>. Acesso em: 1.º jun. 2021.

Termignoni²⁷⁴, que, após associações, em 1946, passou a se chamar S.A. Carlo Termignoni de Couros e Derivados.

Carlo Termignoni chegou ao Brasil em 1912. Natural do Piemonte, Itália, trocou as funções de diretor técnico de uma indústria de laticínios no Vêneto para empreender no Sul do Brasil, passando ainda um período anterior na Argentina, onde havia sido convidado para lecionar no Instituto de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia Argentina. Neste país, conheceu a futura esposa, Juana de Rossi, filha de italianos fixados na Argentina. Em 1912, chegou a Porto Alegre como técnico italiano contratado pelo governo do estado para ensinar sobre laticínios e zootecnia no Instituto de Agronomia e Veterinária Borges de Medeiros, posteriormente Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acabou por instalar-se em Guaporé, onde o crescimento de sua indústria formou um bairro nos arredores do curtume, chamado popularmente de “*borgo*”, onde foram criadas moradias para os funcionários da empresa. Além do curtimento do couro, fabricavam correias de transmissão, couros para indústrias têxteis, entre outros artigos, exportando para diversos locais do Brasil e, inclusive, para os Estados Unidos. Havia filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife (BUSATO, 2019).

Sobre o contexto histórico de indústrias e comércio no Rio Grande do Sul²⁷⁵, Vania Herédia (2014) explora desde a cultura e a maneira de plantio dos grãos no Nordeste do Rio Grande do Sul até a importância econômica da erva-mate e do seu beneficiamento, iniciado por Júlio Mureau em 1906, com a intenção de exportação para a então República Argentina. A autora também comenta sobre a extração da madeira, essencial para a abertura de estradas e para a organização das colônias, tanto de moradia quanto do plantio, o que fez surgir as serrarias. Nas palavras da autora, “a serraria não era considerada uma indústria doméstica, já que seus proprietários eram habitualmente comerciantes” (HERÉDIA, 2014, p. 130). Nesse sentido, conforme comentado anteriormente, as famílias exerciam trabalhos em esferas múltiplas.

Herédia (2014) discorre ainda sobre os investimentos de industrialistas para além de seu ramo de atuação propriamente dito, como é o caso de Abramo Eberle, que, juntamente com

²⁷⁴ Sobre a bibliografia que trata da indústria coureira no estado, cita-se a tese de doutoramento *Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)* (2008), de Claudia Schemes, que aborda o nascimento da indústria calçadista em Novo Hamburgo, observando essa região de colonização alemã e as práticas e estratégias utilizadas pelo empreendedor Pedro Adams Filho, símbolo da indústria calçadista. Ainda, discute-se o envolvimento de Adams em diversos setores da cidade, como na política e na emancipação do município.

²⁷⁵ O empreendedorismo dos imigrantes no Brasil é discutido na obra *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos* (2014), organizada pelos historiadores Antonio de Ruggiero e Claudia Musa Fay.

Antônio Peruccini, levou o vinho e a graspa produzidos em Caxias do Sul para São Paulo. Os comerciantes viram uma oportunidade de expandir o mercado do vinho para o estado paulista devido ao consumo do produto pelos italianos instalados no local, em função da mão de obra prestada nas fazendas de café. Segundo a autora, o desenvolvimento artesanal e depois industrial deu-se pelo fato de os colonos precisarem fabricar os próprios produtos para utilização na agricultura, fator que foi se ampliando em toda a zona colonial italiana.

A presença italiana na indústria rio-grandense se destacou em vários setores: têxtil, metalúrgico, vinícola, tríticola e no da madeira. Esses empresários ultrapassaram as portas do mercado nacional, fazendo sucesso no estrangeiro. Este é o caso, por exemplo, de Abramo Eberle, Hércules Galló, Aristides Germani, Amadeo Rossi e Evaristo De Antoni (HERÉDIA, 2014, p. 134).

Herédia lembra, igualmente, que muitas técnicas utilizadas pelos imigrantes já eram costumes na Itália, o que mostra que eles emigraram para o Rio Grande do Sul com determinado conhecimento técnico, apesar da pouca instrução escolar da maioria, o que não é o caso de Carlo Termignoni, uma vez que foi professor universitário na América Latina. A autora defende que o fato de esses imigrantes se tornarem proprietários no Rio Grande do Sul impulsionou, de alguma maneira, os desejos de ascensão social e, conseqüentemente, de enriquecimento, somado aos laços de parentela e à mão de obra familiar propiciados pela colonização no sul do país. Assim como na análise de Herédia, os apontamentos deste estudo de caso englobam desde o artesanato até o comércio e, posteriormente, a indústria, fatores que se pretende demonstrar através de breves trajetórias familiares. Em contrapartida, a teoria de que a industrialização em Caxias do Sul advém, em grande parte, do capital acumulado na esfera do comércio, ou seja, comerciantes que se tornaram industrialistas, não se generaliza para o contexto da análise em Guaporé, pois com base em estudos detalhados se observaram casos distintos.

O Curtume Termignoni, que deu origem, inclusive, a um bairro, era a empresa que mais empregava funcionários em Guaporé e se manteve ativo até a década de 1990. Carlo Termignoni foi proprietário de inúmeros outros empreendimentos, sendo uma figura que merece atenção especial, principalmente pelas conexões com a Itália e suas migrações internas na América Latina. Anterior à criação da cooperativa do curtume, os funcionários da localidade geravam uma significativa necessidade comercial. Portanto, a família Tramontina, descendente dos núcleos Brun e Tramontina (de Monte Belo do Sul) e de outros imigrantes artesãos, fixou um comércio em frente ao Curtume Termignoni.

Figura 48 – Curtume Termignoni (1975)



O Curtume Termignoni S/A, fundado em 21 de janeiro de 1919 pelo sr. Carlo Termignoni, é, no presente, dirigido pelos srs. Elio Termignoni e Peppe Termignoni.

La Conceria Termignoni S/A., fondata il 21 gennaio del 1919 dal Sig. Carlo Termignoni è, ora, diretta dai Sigg. Elio Termignoni e Peppe Termignoni.

Fonte: Centenário da imigração italiana, 1875-1975 (1975, p. 229).

Na Figura 48 é possível observar o Curtume Termignoni, que em 1975 era dirigido pelos filhos do fundador, sendo eles: Elio e Peppe Termignoni. Em frente ao curtume localizava-se a casa comercial Tramontina.

Na parte da Linha Três de Maio que se localiza no acesso sul de Guaporé, dos doze empreendimentos brevemente descritos: três eram das famílias Astolfi e Dall'Acqua (descendentes de friulanos de Caneva e belluneses, respectivamente); um comércio era da família Tramontina (natural de Poffabro); uma ferraria era da família Santin Marina (descendentes de friulanos da *frazione* de Mezzomonte por parte materna); um curtume era propriedade da família Termignoni (do Piemonte); e uma estofaria, da família Lisot (provindos de Belluno); além da ferraria da família Vicinesi, descendentes de poloneses. Desse modo, em parte de uma única linha, dentro do espaço de uma grande colônia, quando analisa-se de forma minuciosa, dos doze empreendimentos, sete foram fundados por famílias provindas de partes montanhosas específicas da Itália, com significativo costume de migrações qualificadas, especialmente para a parte central da Europa, além da instalação de uma família de origem polonesa. Enfim, como sublinha Sandra Pesavento (2000, p. 214), o princípio da microanálise é “[...] analisar situações, especificar ações individuais, acontecimentos precisos, redes capilares de relações, mas sem perder de vista a realidade mais global”, direcionamento seguido na presente pesquisa.

Para as famílias Astolfi-Dall'Acqua, Brun-Tramontina, Santin-Marina, Lisot, Termignoni e Vicinesi, o trabalho agrícola não era registrado como a principal renda, mesmo porque naquele período as famílias Brun-Tramontina e Termignoni não se enquadravam como

campesinos. Os Termignoni, desde o início da história dessa família na América Latina, não exerciam funções na agricultura, mas para se chegar a tal conclusão foi necessário estudar a ancestralidade desse núcleo e o ponto de partida na Itália. Uma vez que os descendentes de italianos no Rio Grande do Sul “[...] não podem ser catalogados como uma unidade formativa homogênea, pois mesmo com elementos comunicantes não eram partes de uma mesma matriz formativa e construíram experiências culturais diferentes ainda em sua terra de partida” (BENEDUZI, 2011, p. 34), buscou-se esmiuçar determinadas particularidades dentro de um grande grupo de imigrantes e descendentes de italianos.

Quanto aos descendentes de poloneses, no atual município de Santo Antônio do Palma, que pertencia a Guaporé, ainda se concentra um número significativo de famílias com descendência polonesa que se mantêm conectadas pelas associações culturais com o país de partida. Infelizmente essa localidade que mantém as tradições conectadas ao local da emigração, principalmente ligadas a festejos gastronômicos, recebe pouca atenção dos historiadores. A Polônia, por si só, já apresenta inúmeras especificidades. Neste trabalho, os irmãos Vicinesi se uniram por vias artesanais aos ferreiros.

Após a descrição da organização espacial das oficinas, do comércio e do curtume na Linha Três de Maio, que assinalava a principal passagem em direção ao Porto de Muçum, passa-se à análise do cotidiano no mundo artesão, principalmente por meio das entrevistas realizadas.

5.3 Breve explanação sobre as conexões laborativas e étnicas

Observa-se, na organização estabelecida entre o grupo de ferreiros, a transmissão dos ofícios, inclusive para aqueles que não eram de descendência friulana, mas passavam a ser integrantes da família, como é o caso de João Marina e da própria família Santin, no que tange ao início da colonização, uma vez que Candido Santin aprendeu o ofício dos núcleos familiares de que descendia a esposa: Tramontina Mariuzza. Nesse sentido, reafirma-se a imigração friulana em conjunto, dirigida e planejada. Na análise de diversos núcleos familiares com destaque para o artesanato, Levi (2015b, p. 22) explica:

A forma estrutural de cada núcleo e as relações internas a estes núcleos são, assim, inexplicáveis sem considerar como o parentesco determina as políticas sociais e as práticas econômicas em um quadro normativo minucioso e complexo e de longa duração.

Em relação ao artesanato interligado ao aprendizado familiar, Tedesco e Rossetto (2007, p. 134) complementam que

O artesanato desenvolvido no meio rural ganha expressão oral de seus confeccionistas como um aprender fazendo ou, então, um fazer aprendendo, ainda que o feito e aprendido sofra alterações e influências. A família é um grande espaço de aprendizagem e de socialização; oficinas familiares estruturavam-se; aprendizagem de/na oficina e com profundas e claras diferenças de gênero, de pai para filhos, de tradições e mediações hereditárias, como dimensão quase que primária do trabalho humano.

Como especificou Razador (2019, p. 46), as famílias de artesãos possuíam as oficinas nos mesmos lotes em que moravam. Por exemplo, em Monte Belo do Sul, nas linhas de friulanos:

Havia na localidade os seguintes empreendimentos e serviços: ferrarias: Osvaldo Filippin, Davide De Cecco, Umberto Tramontina, Valentim Tramontina e Angelo Roman. Funilaria: Davide De Cecco. Casas de comércio: Teodorico Brun, famílias Bergamini e Manzoni. Curtume: Rafael Toffoli [...]. Tropas de mulas: João Battistella. Costureira: Dorina Filippin, também professora de corte e costura [...]. Professores: Agostino Brun e José Battistella, foram os primeiros da localidade. Hipódromo: Teodorico Brun.

Com relação à racionalidade de fixação e organização do grupo de artesãos averiguados, retoma-se a discussão de Truzzi e Sacomano Neto (2014), que analisam o empreendedorismo étnico-comercial ou industrial no estado de São Paulo, baseado nas indústrias ou empresas fundadas por diversas etnias, como a italiana, que, no caso, formava o grupo majoritário da pesquisa, além das etnias portuguesa, espanhola, japonesa e judaica, essas últimas mais tardias, e de grupos de libaneses, sírios e armênios. São investigadas as mobilidades e/ou fixações de determinados grupos em certos locais, como o caso dos judeus, que optaram por se concentrar na capital paulista em função dos casamentos endogâmicos.

Os autores citam também a importância das articulações sociais dos grupos entre si: “uma forte articulação interna das colônias, pautada por laços religiosos, familiares ou de conterraneidade, garantiu uma recepção e um acolhimento aos recém-chegados muito eficientes, o que favoreceu a mobilidade” (TRUZZI; SACOMANO NETO, 2014, p. 49). As redes familiar e laborativa em evidência neste estudo, criadas entre os imigrantes e seus descendentes, também proporcionaram maior segurança no que tange às migrações internas no Rio Grande do Sul e para outros lugares da América Latina.

Os friulanos da rede estudada apresentavam diversas oficinas voltadas para a produção do ferro ao longo das linhas Argemiro e Santa Bárbara, já na década de 1890, e posteriormente seguiram exercendo os ofícios trazidos da Itália. Além da organização na esfera das oficinas, os sujeitos também buscaram explorar a venda da produção para outros locais, conforme apontou-se nos depoimentos. Em Guaporé, o ferreiro João Marina aproveitava as festas dominicais nas capelas para vender a produção, conforme rememora Gilmar Marina, filho mais jovem do casal Santin Marina.

Ele [referindo-se ao pai João Marina] saía para vender as ferramentas: tinha um cavalo e uma charrete e colocava as ferramentas em um caixote e andava bastante nos finais de semana para vender, era para Anta Gorda, Vespasiano, Dois Lajeados [locais que representavam o interior de Guaporé, hoje são municípios]. Ele ia para todas essas festas de colônia para vender. Saía no domingo de manhã cedo, fazia então a exposição nestas festas de colônia e vendia as ferramentas [...] com cinco, seis anos eu ia com ele. Saíamos às quatro, cinco da manhã e voltávamos em torno de umas dez horas da noite. Então a ferraria dele começou a ficar famosa.

Ou seja, havia toda uma dinâmica envolta em esferas que ultrapassavam a elaboração das ferramentas. “No caso do artesanato comercial, o mesmo expressa uma produção independente, apropriação dos meios (ferramentas), quando não das matérias-primas, de seu trabalho e da venda direta do produto do trabalho e não de sua força” (TEDESCO; ROSSETTO, 2007, p. 157). Dessa forma, agregada à produção, existia a possibilidade da venda direta dos produtos para além das oficinas.

Para Karl Marx:

[...] o artesanal “depende da força e da habilidade e do manejo do trabalhador individual ao usar seu instrumento de trabalho”. O artesão é aquele que “executa toda uma série de operações diferentes”. Com o avanço do modo de produção industrial capitalista, Marx aponta um processo de “decomposição da atividade do artesão nas diversas operações que a compõem”. Para Marx, a economia e a ideologia capitalista dissociam o saber do fazer, o trabalho intelectual do manual (MARX, 1975, p. 389 *apud* KELLER, 2014, p. 325).

O avanço do mundo moderno, na perspectiva de Marx, aponta para a produção em larga escala e conseqüentemente para a oferta de produtos mais baratos, que significam a escassez das oficinas artesanais. Nesse sentido, em entrevista, Adelar Filippin (quarta geração como ferreiro e couteleiro em Monte Belo do Sul), que mantém, além do parentesco, longa amizade e troca de materiais com os ferreiros de Guaporé, explica que:

Na família Filippon eu sou praticamente o último dos moicanos [...]. Isso aqui ninguém mais trabalha pelo seguinte, como industrializou essas coisas e é um serviço um pouco mais complicado que ninguém mais quer fazer, por isso mesmo que esse serviço vai desaparecer. Hoje a gente consegue se manter porque a faca está em alta, tem muitas pessoas que valorizam esse tipo de faca. Porque a gente não tem como competir com a industrialização. Por exemplo, na época do meu pai [Oreste Filippon] ele tinha praticamente desistido disso daí [...] hoje a gente consegue se manter porque tem pessoas que dão valor, tem colecionadores, que vão atrás dessas facas, essas coisas viraram uma febre.

Em contraponto, as colocações de Adelar Filippon mostram um outro lado no contexto do mundo moderno, no qual determinadas técnicas antigas passam a ser buscadas por colecionadores:

Eu sou procurado por causa dessa tradição da família, porque fazem mais de 100 anos [que trabalham neste ramo]. Eu tenho um certificado de Pordenone, que no Brasil tiveram 33 pessoas que receberam isso, que significa que eu continuo fazendo o mesmo que o meu bisavô [Osvaldo Filippon] fazia na Itália. Eu recebi isso da Indústria do Comércio de Pordenone. Minhas peças funcionam assim: eu não saio para vender, eu não anuncio faca, as pessoas que vêm atrás [...]. Eu tenho facas no mundo inteiro [...] na Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, México, Panamá, Estados Unidos, Canadá, na África, em Angola, Moçambique, África do Sul. Tenho peças minhas também na China, Espanha, França, Inglaterra, Noruega, Oriente Médio, Austrália, na Alemanha. Então, o colecionador vem atrás, eu digo assim, o colecionador vai pelo cheiro [...].

No relato, Adelar Filippon comenta sobre ter recebido um certificado de Pordenone pelo fato de há mais 100 anos a família Filippon permanecer trabalhando de forma manual em um ofício trazido do FO para Monte Belo do Sul. Os depoimentos de Filippon também corroboram para perceber que, dentro da padronização industrial, o antigo, o rústico passa a ter valor em função dos colecionadores. Tive a oportunidade de visitar, em todos os anos da pesquisa, diversas vezes o cuteleiro Adelar, e é impressionante a procura na oficina por pessoas principalmente estrangeiras, em busca de peças únicas. Adelar explica:

Normalmente o pedido dessas peças são de pessoas que vêm para cá [Brasil] e leva para um amigo e depois a pessoa vem, porque, assim, eu preciso conversar com a pessoa, para saber o que ela quer [...], o nível da faca, o padrão que ela quer, até por questão de valores. Então, depende do nível do colecionador, dependendo do nível da peça que ele quer, daí tem os valores. Porque as pessoas não vêm procurar valor [no sentido financeiro], elas vêm procurar peças [...], mas daí tem o nível da peça [...], tem muita carga de trabalho, e o colecionador dá valor para a carga de mão de obra das peças.

Conforme se evidencia nos depoimentos de Filippon, o ramo da cutelaria artesanal vem ganhando destaque entre os colecionadores deste artigo em vários países.

A diferença entre os descendentes das famílias analisadas é que, enquanto os Marina seguem em uma linha de ferreiros em geral, o Filippon especializou-se em cutelaria, assim como outro parente desses artesãos da família Santin (na quinta geração), que está no início dessa dinâmica cuteleira também em Monte Belo do Sul. Referente ao artesanato ligado ao campo artístico, Gullar (1994, p. 8) diferencia o artista do artesão:

[...] distingue-se do artesão que continua a produzir objetos de uso e preso às formas tradicionais. Uma das características do artesanato, em contraposição à arte então nascente, é que essa se caracteriza pela busca de novas formas e estilos, enquanto o artesanato é conservador e repetitivo. Nele, a experiência é passada de pai para filho e não como conhecimento estético, forma estilística, mas como a forma do objeto, ou seja: um copo se faz assim, uma bandeja se faz assim, um cálice se faz assim.

Sobre a origem da profissão no seio familiar, Adelar Filippon explica que aprendeu o ofício de ferreiro com o pai, Oreste Filippon, uma tradição laborativa familiar que nasceu com o bisavô Osvaldo Filippon, que já exercia tal ofício em Frisanco, mais especificamente em Maniago, local que apresenta larga história no ramo das ferrarias. Tal técnica foi trazida na emigração do FO para o Brasil em 1883 por Osvaldo Filippon, que montou ferraria na Linha Santa Bárbara, localizada no atual município de Monte Belo do Sul. Nas palavras de Adelar, o bisavô

Era um ferreiro-cuteleiro, ele fazia todo o tipo de ferramenta e foi ensinando as pessoas da família. Ele foi ensinando os irmãos, os primos, era uma coisa bem familiar [...], sou a quarta geração que faço esse trabalho [...], uso materiais como madeira, chifre, trabalho muito com material reciclado, que é um jeito da gente aproveitar as coisas, aproveitar os materiais. Mesma coisa que meu bisavô fazia, que meu pai fazia. Então a gente nunca dependeu de comprar muito material.

Adelar Filippon relata duas questões importantes no depoimento: o ofício trazido da parte da região do FO conhecida pela tradição na produção de objetos em ferro e a técnica ensinada dentro do núcleo familiar. Neste estudo de caso, a emigração das famílias analisadas, da Itália para o Brasil, caracteriza-se por envolver núcleos familiares e sujeitos que eram vizinhos desde o Friuli. Conforme arrola Grossutti (2018), os ofícios direcionavam para emigrações específicas, uma vez que os artesãos imersos no universo urbano da Europa – por exemplo, os sorveteiros de Val di Zoldo (província de Belluno, Vêneto) – não emigravam como mão de obra agrícola para países da América Latina, ou seja, os ofícios direcionavam para emigrações específicas.

Ao encontro dessa racionalidade sobre emigrações qualificadas em determinados setores e dirigidas para o Brasil, o estudo “Os empreendedores toscanos do mármore nas

idades brasileiras (1875-1914)” (2014), de Antonio de Ruggiero, mostra que, de 1875 a 1914, cerca de 80 mil toscanos partiram com destino ao Brasil. Pessoas experientes no trabalho com mármore viram na emigração a oportunidade de prosseguir com a arte em países como Brasil, Argentina e Uruguai. De Ruggiero (2014) também arrola as características desses imigrantes, entre elas, a capacidade de adaptação ao mercado e a mobilidade espacial em busca de melhores oportunidades de negócios. O autor relata que os imigrantes toscanos conseguiram adentrar em mercados significativos nos três estados do sul do país, além de São Paulo, obviamente, que já era um centro urbano mais desenvolvido.

Muitas vezes, trabalhadores da mesma área e com o mesmo ofício partiam da mesma localidade e com a mesma especialidade para o mesmo país, em busca de melhores condições socioeconômicas e, conseqüentemente, de uma situação propícia para empreender. Mantinham, devido à procura por oportunidades, uma determinada mobilidade espacial, muitos ascendendo social e economicamente como microempresários e empresários. Formavam e usufruíam de redes sociais compostas por indivíduos comuns ao local de partida e constituídas de acordo com os próprios interesses.

Dessa forma, o Brasil, de 1871 a 1920, passou por um crescimento urbano associado ao fator imigração europeia e viu as cidades brasileiras se expandirem de forma significativa. Neste estudo de caso, embora a maioria dos empreendimentos averiguados não tenha se industrializado, a mobilidade, as redes e as oportunidades empregatícias, assim como na análise de De Ruggiero (2014), foram fomentadas e conservadas entre os friulanos e descendentes, como ilustram as conexões das famílias de ferreiros em Monte Belo do Sul com aquelas do mesmo núcleo étnico-regional em Mar del Plata, Argentina, as quais mantinham os ofícios desde a Itália. Em carta enviada à família Filippin em 1975, os parentes De Cecco comunicam o falecimento de Felice Vicente²⁷⁶ De Cecco, conhecido na Argentina como Félix.

²⁷⁶ Apesar de se tratar da mesma pessoa e de haver a variação entre Felice e Félix De Cecco, no Brasil o nome Vicente foi suprimido dos registros.

Figura 49 – Nota de falecimento de Félix Vicente de Cecco (Mar del Plata, Argentina, 1975)²⁷⁷



Fonte: arquivo pessoal da família Filippon.

Na carta – enviada à família anexa à nota do *Diario* (acredita-se ser o jornal *Diario La Capital de Mar del Plata*) –, as filhas de Félix descrevem a morte do patriarca, ocorrida em 26 de abril de 1975, e ainda comentam que o local do velório, colégio privado Fasta San Vicente de Paúl, foi oferecido pelas irmãs religiosas que coordenavam a instituição, e que no domingo “outro” padre se ofereceu para rezar a missa, que envolveu a presença de várias religiosas e religiosos.

Pela descrição da nota no jornal e em função de ser oferecido o espaço do colégio para velá-lo, é provável que Félix De Cecco colaborou de alguma forma com a entidade. Observa-se também a importância que, em 1975, o sujeito (cuja família emigrou do Friuli, Itália, para Monte Belo do Sul, Brasil, e posteriormente, com parte dos parentes, para Mar del Plata, Argentina) representava perante a comunidade. Nesse sentido, “A trajetória de apenas um único indivíduo permite alcançar o mundo em que atuaram os imigrantes, apontando para as dificuldades enfrentadas, as estratégias bem-sucedidas e as fracassadas” (VENDRAME, 2013, p. 191). No caso da família De Cecco, diretamente conectada a Valentin Tramontina, a

²⁷⁷ “Em nossa cidade, onde residia havia 73 anos, deixou de existir hoje Don Félix Vicente De Cecco, figura de relevante transcendência em distintos círculos da sociedade local, a que foi decisivamente integrado sempre que sua contribuição foi necessária, em instantes de natural transcendência. Don Félix Vicente De Cecco foi tronco angular de uma família de predicamento em Mar del Plata, e até o momento de seu falecimento, ocorrido aos 92 anos, esteve permanentemente no acontecer da cidade, a qual, desde seu ângulo de trabalho, brindou-se em tudo aquilo que mereceu o aval de sua presença. Don Félix Vicente De Cecco cimentou toda uma trajetória íntegra, e seus feitos humanos se traduziram em todos os seus níveis a seus filhos, que hoje choram sua passagem junto com o vasto círculo de suas amizades. Os restos de Don Félix Vicente que são velados [...] receberão sepultamento amanhã, domingo, às 9h30, no cemitério de La Loma” (tradução nossa).

migração dos núcleos tanto para o Rio Grande do Sul quanto para a Argentina deu-se com aporte de conhecidos e parentes, podendo ser classificada como bem-sucedida.

Em termos da emigração italiana para a Argentina, Devoto (2002; 2007) salienta que, entre 1880 e 1914, cerca de 4.200.000 imigrantes europeus aportaram na Argentina, sendo que quase metade desses imigrantes eram italianos, em torno de dois milhões entre os estrangeiros. O censo de 1914 registrou quase um milhão de italianos no país, sendo 12% da população total no período, além de apresentarem predominância em áreas de colonização agrícola: a pampa “gringa” havia se transformado significativamente em pampa italiana. Estavam presentes também em áreas urbanas, nos principais centros: Buenos Aires e Rosário, sendo ativos em vários setores sociais e profissionais, mostrando ainda uma forte vocação urbana, que chegou a representar 20% da população nas cidades citadas.

Neste estudo de caso, a família de Félix De Cecco e alguns parentes migram, no início de 1900, do Rio Grande do Sul em direção a Mar del Plata, Argentina, onde havia uma frente parental de receptividade. Segundo as fontes orais da família Filippon, diretamente conectada aos De Cecco, em função da falta de profissionais no setor ferreiro e funileiro e da prospecção de demais parentes no território, houve a nova migração, de forma estratégica, organizada e em rede familiar, e em direção ao local que, conforme Grossutti (1995), mais concentrou a comunidade de *frisanchini* na Argentina: Mar del Plata, província de Buenos Aires. Portanto, defende-se que as tramas de contato a partir dos pontos de deslocamentos organizados transcendiam os espaços geográficos, uma vez que os laços de parentela e compadrios funcionavam como os principais canais de conexões entre diferentes locais (VENDRAME, 2016).

Essa trajetória brevemente citada, apesar de tratar de um grupo de descendentes de italianos distinto aos toscanos, interliga-se aos estudos de redes laborativas de De Ruggiero (2014), uma vez que partiram para o país da prata em uma migração caracterizada como qualificada na esfera da funilaria. Por meio do entrecruzamento observado nos enlaces analisados nos quadros 15, 16, 17 e 18 e do parentesco com Valentin Tramontina, essas redes, iniciadas no local de partida na Itália e com mobilização para outros pontos da América Latina, identificam-se com as abordadas por De Ruggiero (2014) e Constantino (2014).

Constantino (2014) analisa a formação de redes e cadeias sociais de imigrantes italianos provenientes de Morano Calabro, Itália, e observa que foram utilizadas para o fortalecimento e a expansão dos negócios na cidade de Porto Alegre. A autora comenta sobre o “chamamento” das famílias empreendedoras no Brasil, em relação aos parentes na Itália, e a forma como o

patriarcalismo era marca registrada nas famílias de imigrantes e descendentes. Nas palavras de Constantino (2014, p. 40), “os moraneses de Porto Alegre fornecem exemplo de uma organização de trabalho entre imigrantes que, na maioria dos casos, estimulou a inserção e a ascensão social, sem prescindir das lideranças representadas por imigrantes bem-sucedidos”. Na pesquisa, há descrição bastante clara de como eram importantes essas redes e cadeias sociais entre amigos, parentes e conterrâneos, e como essas estratégias foram relevantes para obter a ascensão social. No caso da família De Cecco²⁷⁸, as redes prolongadas garantiram destaque na sociedade argentina, o que confirmaram os relatos familiares e a nota de falecimento apresentada.

O ofício de ferreiro, trazido desde o ponto de partida, onde era exercido em concomitância com o campesinato, era ensinado entre os parentes, caracterizando-se também como uma herança imaterial, herdada pela família Filippin e pelo extenso núcleo que se formou, conforme arrolado no terceiro capítulo, incluindo também os De Cecco. Nesse conjunto de parentescos no Rio Grande do Sul, somente a família Tramontina industrializou-se.

5.4 Perpetuação no trabalho artesanal

Referente ao viés da não industrialização, o ferreiro Mário Marina, parente por via materna das famílias Tramontina e Filippin, explica sobre a dificuldade em atingir a modernização, mesmo em um período (década de 1960, 1970) em que os filhos já poderiam colaborar de forma mais intensa com o trabalho na oficina.

A nossa ferraria dos Marina só não desenvolveu porque na época não foi liberado financiamento, porque quem tinha uma fábrica que não era dentro do município, que ficava na zona rural, eles não davam crédito, só para aqueles que tinham terrenos na zona urbana, ou também na zona urbana, isso é importante saber [...].

Conforme se pôde averiguar na pesquisa de mestrado, em Guaporé, determinada elite de comerciantes e industrialistas procurou manter-se por gerações comandando economicamente a colônia, onde determinados imigrantes eram predominantemente proprietários das maiores empresas e indústrias da localidade. Esse círculo se expandiu e

²⁷⁸ A família De Cecco que permaneceu em Monte Belo do Sul ainda é proprietária, no local, de uma extensa área de terras.

fortaleceu-se principalmente por vias matrimoniais e consequentes associações. Ou seja, existia uma elite fortemente conectada entre si e que preponderava em vários setores, expandindo-se para outras localidades, por exemplo, para a região de Passo Fundo, que se localiza no Centro-Norte do Rio Grande do Sul, na região conhecida como Planalto Médio (Figura 5), enquanto as colônias receptoras de italianos deste estudo de caso localizam-se na Região Nordeste do Rio Grande do Sul.

Ademais, para o crédito bancário ser aprovado, era necessário ter determinada estrutura financeira, ter uma garantia mais interessante de capital, caso não ocorresse o pagamento do crediário. Além de existirem certas “preferências” para o auxílio, havia as oportunidades ligadas ao cunho capital. No sentido da evolução do artesanal para o industrial, Gertz (2014) traz à tona o pensamento de dois grandes pesquisadores da imigração europeia no Brasil: Limeira Tejo e Jean Roche. Gertz analisa o desenvolvimento das indústrias no Rio Grande do Sul a partir das ideias de Tejo e Roche, mostrando que este contesta o primeiro em relação à origem predominante das indústrias sul-rio-grandenses em oficinas artesanais e sua evolução para as fábricas, pois, para Roche, a industrialização no estado está diretamente ligada ao desenvolvimento do comércio. Nas palavras de Gertz (2014, p. 159), “a concepção de Roche se distingue da de Limeira Tejo, o qual justamente enxergava uma evolução gradativa e sem hiato do artesanato para a indústria”. Interligando os depoimentos das fontes com os pensamentos econômicos de Tejo e Roche, com base na análise de Gertz (2014), outro viés surge.

Em relação ao pagamento que era feito aos artesãos nas décadas de 1950 e 1960, Mário Marina relata:

Porque a ferraria era trabalho de muito esforço, mas rendia pouco dinheiro [...], porque na nossa época era difícil ver dinheiro, se trabalhava muito em troca de mel, de salame, de carne, de queijo, era em troca de muitos produtos da colônia, de comida! Existia pouco o pagamento frequente de dinheiro em espécie.

Nesse sentido, evoluir da condição de artesão para comerciante propriamente dito e, na sequência, para fabricante em maior escala de produção e/ou industrialista não era algo tão simples, uma vez que, segundo os depoentes, existiam outras formas de pagamento que não eram feitas exatamente em dinheiro. Sobre o sistema que substituíra nas colônias o pagamento em espécie, Roche (1969, p. 411) observa que:

Levavam, na receita, os ovos ou o toucinho e, na despensa, o sal, o açúcar, o café ou os tecidos; era já um embrião de crédito. Esse sistema era, evidentemente, mais

simples e mais vantajoso porque evitava deslocamentos e perda de tempo. Anterior a 1850, sobreviveu ao aparecimento da moeda, que não desempenhou, nas antigas colônias, senão um papel secundário até fins do século XX, e, nas novas, até a Segunda Guerra Mundial.

Os comerciantes faziam uso do sistema de crédito e juros. Todavia, entre os artesãos analisados, o pagamento era feito frequentemente com produtos. As ferramentas, muitas vezes, eram escambiadas por alimento, conforme Gilmar Marina:

O pai [João Marina] também não prosperou porque ele vendia barato, não sabia cobrar! [...] Por exemplo, chegava um colono, se dava o valor da ferramenta de 10 cruzeiros, o agricultor dizia “mi gó solo cinqüe”, e o pai respondia “ah, então leva!”. “Ah, te pago a semana que vem”, eles diziam [referindo-se a alguns colonos], e nunca mais pagavam! [...] Era também uma época de dificuldades, por exemplo, dava uma seca, ia embora toda produção, porque eles [os colonos] não tinham como é hoje um sistema de máquinas e essa diversidade econômica de aviários, leite. A produção era basicamente milho [referindo que o restante era para o sustento familiar], então, se dava uma seca, eles ficavam falidos.

Já Mário Marina ressaltou que a preocupação do agricultor era mais com os comerciantes, porque, no comércio, aplicavam-se juros altos nas mercadorias feitas nas cadernetas de créditos.

[...] o pai [João Marina], como também dependia da produção agrícola do colono, ficava com pena deles, mas, em várias situações, os colonos mais fortes [no sentido de mais estruturados financeiramente] ajudaram a gente, porque se pagava caro o nó de pinho, que era a matéria-prima pra se fazer o carvão, que a gente fazia e fornecia para as fábricas de joias também, porque eles precisavam disso pra derreter o ouro.

Nas entrelinhas, evidencia-se que existiam diferenciações entre os colonos, aqueles chamados de fortes possuíam maior capital econômico, em contraposição àqueles caracterizados como pequenos proprietários.

Por meio das entrevistas percebe-se também que havia um mundo interno muito complexo em relação à evolução capitalista de simples artesãos para industrialistas, não sendo algo automático do ponto de vista monetário. Nem todos os artesãos, neste caso ferreiros, tiveram condições econômicas para transpor a esfera do manual para o comercial e/ou industrial. Conforme verificado na análise de campo, entretanto, houve essa tentativa, como é o caso da família de ferreiros Filippon. Na Figura 50, consta a caderneta da casa comercial Irmãos Filippon Ltda.

Figura 50 – Caderneta da casa comercial Irmãos Filippou Ltda. (década de 1950)



Fonte: arquivo pessoal de Adelar Filippou.

De acordo com a Figura 50, os irmãos Filippou, filhos de Oreste, possuíam casa comercial localizada no centro de Bento Gonçalves. Os registros mostram que na década de 1950 já eram proprietários do local, adquirido do também descendente de friulanos Ayres Di Bernardo, como ilustra o impresso de 1953, apresentado na Figura 51. Naquele ano a casa já pertencia à família Filippou, apenas não havia sido alterado o nome de propriedade na caderneta. Ambos os núcleos, Di Bernardo e Filippou, estavam instalados em Monte Belo do Sul, mas mantinham concomitantemente trabalho no município de Bento Gonçalves.

Figura 51 – Caderneta da casa comercial Ayres Di Bernardo (1953)



Fonte: arquivo pessoal de Adelar Filippou.

As figuras 50 e 51 mostram apenas a alteração no nome dos proprietários, mantendo endereço e telefone, o que comprova, assim como corroborou a fonte oral, que os irmãos Filippou adquiriram a casa do vizinho e compatriota friulano da família Di Bernardo. Isso

demonstra como estendiam as redes do meio rural para o urbano. Adelar Filippon relatou que os irmãos se dividiam entre o trabalho na agricultura, a produção de ferramentas agrícolas e o atendimento na casa comercial em Bento Gonçalves, o que levou a determinados desentendimentos e dívidas, portanto, o comércio durou por um curto período de tempo na década de 1950.

Verifica-se, pois, que existia rede de negócios com demais descendentes de friulanos, mesmo que não necessariamente fizessem parte das famílias, e esses sujeitos interagiam com conexões entre si. Apesar da tentativa de transpassar a esfera do artesanal para o comercial, nem sempre isso teve sucesso duradouro. Desse modo, este trabalho, de forma singela, busca demonstrar nessas peripécias que não se pode generalizar os fatos, acreditando que existiu o desenvolvimento, seja do artesanal para o comercial, ou do artesanal para o industrial, conforme a análise de Gertz (2014) dos pontos de vista de Roche e Tejo. Houve a ampliação capital nesse formato no Rio Grande do Sul, mas neste estudo de caso coube apenas à família de Valentin Tramontina e Elisa De Cecco.

Além dos motivos citados, os depoentes defendem que a não evolução do artesanal para a produção em maior escala por meio das fábricas foi em função de: pouco recebimento de pagamento em espécie; preocupação dos colonos em saldar as dívidas com os comerciantes que taxavam juros nas famosas cadernetas de crédito; crises agrícolas que, em muitas situações, desestruturavam os colonos, pois a elaboração era majoritariamente voltada para as ferramentas agrícolas. Os depoentes somam a isso tudo as próprias dívidas de artesãos com comerciantes. Ou seja, embora a família Filippon tenha tentado ultrapassar as vendas da oficina para a casa comercial, obteve êxito por um curto período, assim, apesar de serem comerciantes naquele momento, já vinham de dívidas ligadas a comércio de terceiros.

Em resumo, os descendentes de imigrantes em análise não podem ser definidos como totalmente vulneráveis em termos econômicos, pois, ainda que a herança tenha se concentrado entre os irmãos mais velhos, conseguiram quitar as dívidas de aquisição das terras. Em contrapartida, não havia capital suficiente para arriscarem no investimento da fundação fabril. Ou seja, existia o capital, que era a terra, mas que era um espaço necessário tanto para abrigar as famílias como para servir de residência, além do espaço destinado para as oficinas. Caracterizando assim esta análise, a impossibilidade de tal investimento remete a dois pontos: descapitalização para investimento em fábricas por parte dos artesãos ou, então, crédito bancário, que, como abordado, por falta de capital maior não foi possível ser executado.

Por conseguinte, longe de generalizações, busca-se mostrar, através de estudos minuciosos, como cada setor evoluiu ou não, de forma distinta. Apesar de os artesãos realizarem as vendas da própria produção, isso não significava, de acordo com os depoentes, um ganho diário de dinheiro, o que acarretava dificuldades para a modernização. Consequentemente, no âmbito familiar analisado, somente o núcleo Tramontina industrializou-se, mas vale destacar que na época da industrialização quem estava à frente da inovação era Elisa De Cecco, então viúva de Valentin Tramontina.

5.5 As mulheres nas dinâmicas laborativas das oficinas

Um exemplo das dinâmicas femininas é o papel fundamental desempenhado por Elisa De Cecco, esposa de Valentin Tramontina, com quem teve os três filhos: Ivo, Henrique e Nilo. Conforme o rememorar familiar, ela era responsável desde o início da oficina pela venda das produções artesanais da família, principalmente de canivetes, que não tinham tanta saída na colônia. Quando não conseguia vender toda a produção, desfazia-se do excedente com o objetivo de estimular maior produção. Embora Elisa De Cecco tenha administrado por décadas a indústria Tramontina, ao mesmo tempo em que criava os filhos menores e coordenava o núcleo familiar, quando se analisam os fundadores das empresas de destaque no Brasil, o foco sempre é dado ao patriarca fundador.

A empresa Tramontina foi fundada em 1911 como ferraria no atual município de Carlos Barbosa, distante 19 km de Monte Belo do Sul. Até 1930, a empresa apresentava uma estrutura modesta. Com o falecimento de Valentin Tramontina em 1939, com 46 anos de idade, quem assumiu a administração do empreendimento foi a esposa Elisa De Cecco, cuja família também era de descendência friulana e atuava no mesmo ramo em Monte Belo do Sul – Félix De Cecco, que migrou de Monte Belo do Sul para a Argentina e obteve êxito no setor de funilaria, era irmão de Elisa.

Na época do falecimento de Valentin, a produção era artesanal, resumida a facas e canivetes feitos com cabo de chifre. Quando Elisa assumiu a oficina, passou a vender a produção nos mercados regionais e na capital. Em 1944, a empresa comprou a primeira prensa excêntrica²⁷⁹. Em 1949, iniciou-se a sociedade com Ruy Scomazzon, dando ênfase à produção

²⁷⁹ A prensa excêntrica é utilizada para moldagens e cortes rápidos e sucessivos, também conhecidos como estampos. Esse nome se deve à forma de acionamento do equipamento, que é excêntrico e rotativo, permitindo um

manufatureira e conseqüentemente ao investimento em vendas pelo estado gaúcho e na abertura de filiais. Inaugurou-se uma nova etapa na qual o caráter artesanal deu lugar a uma produção manufatureira. Na década de 1950, a empresa contava com 30 empregados e alguns representantes comissionados, espalhados pelo estado do Rio Grande do Sul. Naquela época, os canivetes representavam 90% do faturamento. Em 1954, organizou-se a empresa V.a. Valentin Tramontina & Cia. Ltda., sendo sócios Elisa e o filho Ivo Tramontina e Ruy Scomazzon. No ano seguinte teve início a laminação do aço. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela instalação de empresas do grupo nos municípios de Garibaldi e Farroupilha e no estado da Bahia.

Nesses anos, a linha de produtos ganhou inúmeros itens de utensílios de cozinha e materiais elétricos, além de uma vasta linha de ferramentas. A década de 1980 foi de um enorme crescimento no mercado tanto interno como externo, e em 1986 inaugurou-se uma subsidiária na cidade de Houston, no Texas, Estados Unidos da América. Nos anos seguintes, a Tramontina se tornou muito significativa no setor, ampliando a linha de produtos e ingressando em outros mercados mundiais, como Alemanha (1993), Chile (2000), Dubai (2004) e Peru (2005)²⁸⁰. Atualmente a presidência da empresa está sob o comando de Clóvis Tramontina, neto dos patriarcas Valentin e Elisa.

Dessa discussão, ressaltam-se dois pontos-chave: 1) anterior à industrialização, Elisa já atuava principalmente na venda da produção, conforme relatos da família Santin; e 2) quando a empresa Tramontina se transformou em indústria, Elisa já era viúva de Valentin. Assim, apesar da sociedade com Ruy Scomazzon, ela manteve-se diretamente envolvida na administração. Ou seja, Valentin Tramontina foi o precursor do ofício ligado à produção de diversos artefatos em ferro, mas o processo de industrialização era Elisa que estava desenvolvendo. Não se pretende nesta breve análise ofuscar a relevância do trabalho de Valentin, muito menos da sociedade com Ruy Scomazzon, o intuito é tirar do ocultismo a figura da matriarca familiar, que teve importância fundamental no processo. Vale salientar ainda que, conforme os relatos familiares, Elisa De Cecco inicialmente auxiliava no trabalho braçal requerido na ferraria.

funcionamento contínuo e com ações repetidas com rapidez, diferentemente de outros tipos de prensa, que possuem alta capacidade, mas trabalham com mais lentidão. Disponível em: <https://www.harlo.com.br/prensa-excentrica>. Acesso em: 1.º jun. 2021.

²⁸⁰ Disponível em: <https://www.jeronimomendes.com.br/valentin-e-elisa-tramontina/>. Acesso em: 1.º jun. 2021.

Um caso semelhante é evidenciado por Herédia (2017, p. 240), ao tratar da figura de Luiza, Gígia Bandera, mãe de Abramo Eberle²⁸¹:

Essa representação feminina ilustra a capacidade que essa mulher tinha de administrar a funilaria Eberle, que foi uma das primeiras na colônia Caxias e, ao mesmo tempo, cuidar da família e ensinar a arte do ofício aos filhos. O exemplo de Luiza Eberle é sinal da força da mulher, na colônia italiana, que assume o trabalho fabril enquanto o marido se dedica à propriedade rural. Sempre conhecida como a mãe de Abramo Eberle, Gígia Bandera foi uma precursora da industrialização na Região Colonial Italiana pela sua dedicação ao trabalho [...]. O marido dedicou-se à propriedade rural, e ela assumiu a funilaria que se transforma posteriormente na metalúrgica de destaque da zona colonial italiana.

Herédia comenta o empreendedorismo de Luiza Bandera, que administrava a funilaria da família ao mesmo tempo em que ensinava o ofício aos filhos, enquanto o marido se dedicava ao trabalho na zona rural. Ou seja, existiam casos em que as mulheres se envolviam nas oficinas com a função de desempenhar mais do que o papel das vendas. Essa dinâmica das mulheres atrelada ao trabalho braçal das oficinas se pode contestar, talvez, no sentido de que elas não realizassem o trabalho com a mesma dinâmica da força braçal dos homens, mas seria um equívoco ocultar esse desempenho feminino em universos para além do agrícola e do lar. Certamente muitas outras mulheres desempenharam e ainda desempenham múltiplos ofícios em esferas distintas; os nomes evidenciados no trabalho representam uma pequena parcela de um grande contingente a ser estudado sobre o universo laboral feminino.

Como exemplo ligado à história de Elisa De Cecco e de Luiza Bandera, que demonstra o cotidiano artesanal braçal, encontra-se o caso de Candida Santin, matriarca diretamente conectada aos núcleos friulanos e descendente das famílias de ferreiros Tramontina Mariuzza, que era casada, como já apontado, com João Marina, fundador da ferraria desta família em Guaporé.

Em entrevista, Valdir Tomasetto relatou que:

Eu trabalhei na estofaria do Lisot, que ficava em frente à ferraria do Marina, e lembro do Filippi trabalhando lá por muito tempo, mas também lembro da dona Candida ajudando, porque, para fazer o trabalho do ferreiro manual, precisa ser em dois para fazer as ferramentas, e os filhos na época eram muito pequenos, então, eu lembro que [...] ela se obrigava a ajudar a bater o ferro [referindo-se à produção das ferramentas agrícolas moldadas por meio das pancadas da marreta na bigorna].

²⁸¹ Abramo Eberle (Monte Magrè, 02 de abril de 1880 - Caxias do Sul, 13 de janeiro de 1945) foi um empresário ítalo-brasileiro, um dos pioneiros da industrialização no estado do Rio Grande do Sul.

Ou seja, apesar de Candida poder contar com o auxílio do marido e posteriormente dos sócios de descendência polonesa Vicinesi e do parente da família Filippi-Chiella, ela trabalhava na produção de artefatos para ajudar no sustento familiar. Os filhos da matriarca destacaram que em uma dessas ocasiões ela chegou a quebrar o braço realizando o movimento de manusear a marreta pesada contra a bigorna, e que a única filha mulher do casal de ferreiros também ajudava na oficina.

Gilmar Marina recorda que, com o estabelecimento da sociedade do pai com os dois irmãos de origem polonesa e, depois, com Celeste Filippi-Chiella, a matriarca Candida Santin pôde dedicar-se a trabalhos não tão pesados. Ainda assim, existiram épocas em que ela trabalhou de “igual para igual com o marido”. O irmão mais velho, Mário, destaca que:

A minha [mãe] desistiu de ser professora para ajudar o pai na ferraria, e a família foi se multiplicando [...], era normal na época, quanto mais se recebia a comunhão, mais se faziam os filhos, e os padres aplaudiam de pé! Mas minha mãe era obrigada a abandonar o lar [os afazeres] porque eles não tinham só ferraria, tinham animais, plantações, e ela se obrigava a se dividir nisso tudo, e mais, a se dedicar na ferraria, e ela batia ferro e não tinha hora e não tinha noite. E recordo dela grávida trabalhando assim, o importante é isso!

Ainda os irmãos relataram que, depois de os “polacos” trabalharem na ferraria, o colaborador Celeste Filippi-Chiella atuou por mais de uma década no empreendimento. Segundo Mário:

E era uma comédia, porque o Filipão, como a gente chamava, se entendia muito bem com a minha mãe, os dois eram furlan, tinham se criado juntos, eles tinham uma maneira muito deles para trabalhar, e a coisa rendia, eles sabiam cobrar. Mas quando o pai estava junto, e ainda mais que tinha começado a beber muito [referindo-se ao consumo de bebida alcoólica], daí ele se perdia nos negócios e virava uma guerra ele e o furlan [referindo-se ao Filippi]. Daí ele se desentendeu com o Filippi, que saiu da ferraria, daí sim... a cota de tolerância dele com os furlan terminou, e a mãe, coitada, tinha que aguentar.

Do depoimento, destacam-se o entendimento da matriarca da família com o colaborador, em função da descendência friulana e do parentesco, e o fato de que “eles sabiam cobrar”. Com relação ao patriarca perder a cota de tolerância com os *furlan* após a saída do funcionário, o depoente esclareceu que João perpetuava um discurso pejorativo direcionado à família da esposa pelo qual expunha o parecer de que (fazendo uso de outras palavras) “os friulanos eram pessoas extremamente capitalistas e tiravam proveito de inúmeras situações”.

Sobre as especificidades do trabalho na ferraria, Mário esclareceu que, para fazer algumas peças, por exemplo, facas, não era necessário trabalhar em dupla, mas quando se

tratava de determinadas ferramentas agrícolas, na ausência de maquinário específico, o ideal era trabalhar o ferro em dois, o que eles costumam chamar de dança dos ferreiros. Assim, molda-se o ferro quente por meio de batidas, em ambos os lados da peça, na bigorna, e o ponto de parar é medido pela “técnica do olho”, como eles chamam.

Buscando um paralelo, Mário de Andrade, na obra *O artista e o artesão* (1938), defende que

[...] o artesanato é uma parte da técnica da arte, a mais desprezada infelizmente, mas a técnica da arte não se resume ao artesanato. O artesanato é parte da técnica que se pode ensinar, mas há uma parte da técnica da arte que é, por assim dizer, a objetivação, a concretização de uma verdade interior do artista (ANDRADE, 1938, p. 4).

A relevância desses relatos é ver as conexões na esfera do ofício: houve a associação primeiramente com os descendentes de poloneses que já tinham ferraria no lote vizinho, ou seja, eles também vinham de uma larga tradição artesanal; em segundo lugar, com um descendente de friulanos que era conectado à família da esposa. Conforme as fontes citaram, embora existissem outros grupos que soubessem lidar com o ferro, especificamente nessa colônia os sujeitos com ascendência friulana se destacavam. Essa informação foi confirmada no livro de impostos da colônia Guaporé, assim como se verificou em relação a Monte Belo do Sul nos livros de Bento Gonçalves, ou seja, os núcleos de famílias ferreiras, ao migrar internamente, trouxeram consigo as práticas artesanais. A mulher, nesse contexto, surge ocupando uma categoria majoritariamente classificada como sendo masculina, e esse tipo de divergência somente um estudo de caso consegue identificar.

Figura 52 – Família Marina trabalhando na produção de ferramentas (Guaporé, década de 1960)



Fonte: arquivo pessoal de Mário Marina.

Legenda (da esquerda para a direita): colaborador descendente da família Filippi-Chiella (trabalhou na ferraria da família Marina por mais de uma década), Terezinha Marina Ferri (filha mais velha do casal), Edemar Marina, Mário Marina, Candida Di Domenico Santin (matriarca), Celso Marina, Gilmar Marina e Juvir Marina.

Analisando a Figura 52, percebe-se que os filhos dos artesãos aprendiam a profissão desde muito jovens, e o trabalho era colaborativo, cada um desempenhando uma função. Dos descendentes retratados (quarta geração), dois ainda continuam exercendo o ofício. O colaborador Mário Marina salientou que as fotografias da família que foram cedidas são imagens elaboradas, ou seja, não foram registros realizados sem a intencionalidade de fazê-los.

[...] a fotografia torna-se imajada e imaginada. A fotografia documentada também auxilia na produção da realidade social; reproduz e reflete valores, situações, locais concretos [...]. Desse modo, a ilustração fotográfica pode servir de indicador, revela o ausente, os silêncios, as incertezas; é presença de ausentes (TEDESCO, 2011, p. 148).

Observam-se no retrato, além dos filhos menores, a matriarca da família e a filha mais velha do casal. Embora seja uma imagem elaborada para o registro, “pode servir de elemento testemunhal, pode ancorar o conhecimento sobre um fato, um tempo, um lugar e uma (situ)ação; colabora, sem dúvida, para desnaturalizar e desreificar a realidade” (TEDESCO, 2011, p. 149). Dessa forma, ainda que apresente uma “não naturalidade” ao cotidiano informal do trabalho nas oficinas, a fotografia mostra que as mulheres também ocupavam esses espaços. Defende-se que o protagonismo da mulher, quando analisado de forma minuciosa, verifica-se em diversas esferas. Nesse sentido:

[...] resultados mostram que a mulher tinha ciência do quanto era necessária no trabalho fabril, aceitando as condições de trabalho impostas pelo sistema vigente, o que representava salários inferiores, mesma jornada de trabalho e o não reconhecimento pela função realizada. Pelos registros, verifica-se que as mulheres atuaram em diversos setores da indústria, na têxtil, na metalúrgica, na de bebidas, de alimentos e outras (HERÉDIA, 2017, p. 241).

Herédia (2017) esclarece ainda que, somente após as leis trabalhistas, na indústria têxtil, década de 40 do século XX, as mulheres conseguiram salários mais equivalentes aos dos homens, mesmo não ocupando cargos de chefia ou de reconhecimento como a ala masculina das indústrias. Conforme a autora, houve participação das mulheres em diversas atividades: “no polimento de peças de metal, dos banhos, na seção de botões de pressão, na seção de estanhação, em artigos de montaria, na galvanoplastia, lapidação, entre outros” (HERÉDIA, 2017, p. 247). Embora em evidência nos trabalhos urbanos desde o início da colonização da RCI, as mulheres eram camufladas pela sociedade patriarcal da época. E no âmbito doméstico, apesar de contribuírem de forma significativa para o sustento da família, muitas eram pressionadas pelo

sistema que colocava o homem como principal figura das dinâmicas familiares, exigindo subalternidade feminina.

5.6 Complementando os universos laborativos artesãos

Comprova-se um número significativo de friulanos e descendentes atuando em ofícios artesanais além do agrícola. Entre os imigrantes, existia um “saber fazer um pouco de tudo” que caracterizava as colônias. Portanto, embora dedicassem a maior parte do tempo às oficinas, gerenciavam-nas juntamente com pequenas produções. As mulheres igualmente orquestravam essa dinâmica. É importante observar que, assim como não existia trabalho ligado à produção de ferramentas em larga escala, também não havia demanda o ano todo, o auge da produção de ferramentas acontecia no período de maior safra agrícola. Mário relata que

Quando se tinha uma folga de trabalho na ferraria, se produzia o carvão [...], mas a gente fazia também para vender, abastecer as fábricas de joias²⁸². Vendíamos muito para o Pasquali, o Sebben e o Spiller, que essa fábrica era chamada de Spolli. Eu lembro que eu era piá, e nós levávamos carroçadas e carroçadas de carvão, e eles trabalhavam fundindo o ouro, a prata, tudo através do sistema que era o carvão [...], porque não tinha forno elétrico, a luz, a óleo, a gás, não tinha nada disso. Na época era tudo a carvão, nós fazíamos muitos quilos de carvão, e era transportado com os carreteiros, com as mulas, com a carroça, e levavam nas fábricas de joias. Depois começou a ser transportado com os caminhões [...], se vendia uma época carvão para o curtume também, depois o curtume botou caldeira, então começaram a trabalhar com lenha, e eram caminhonadas e caminhonadas de lenha.

Além de elaborar ferramentas, os ferreiros forneciam carvão para a indústria, de acordo com o depoimento, o que ilustra as dinâmicas dos ofícios interligados. O carvão era na época o meio de combustão essencial ao funcionamento das principais fábricas em Guaporé. Essa produção carvoeira era gerida por uma técnica trazida da Itália, e o resultado era aplicado tanto para as fábricas de joias quanto para o curtume. No período da técnica descrita no depoimento,

²⁸² Em Guaporé, a indústria joalheira representa parcela significativa da economia municipal, ofício que foi iniciado na localidade pelos patriarcas das seguintes famílias: Pasquali, de Bronzolo (província de Bolzano, região do Trentino-Alto Ádige), que foi o primeiro grupo familiar a trabalhar no setor de ourivesaria; Sebben, de Fonzaso (província de Belluno, região do Vêneto); e Spiller, de Sette Comuni (Pré-Alpes vicentinos, norte da província de Vicenza, no limite com a província de Trento). O Trentino-Alto Ádige e o Vêneto, de onde partiram essas famílias, somados ao FVG, formam a região conhecida como Trivêneto, no nordeste italiano. Além do ramo joalheiro, o setor têxtil – principalmente a confecção de roupas íntimas, desde os anos 1990, com a iniciativa de Eliane Magnan, descendente de friulanos – ganhou destaque em Guaporé, tornando o município o segundo maior polo nacional na fabricação desses artigos. Portanto, devido aos empreendimentos iniciados pelas famílias de imigrantes italianos citadas, o município, que é considerado de pequeno porte, com uma população próxima a 26 mil habitantes, é reconhecido como polo estadual nesses setores e ocupa o segundo lugar em âmbito nacional, ficando atrás apenas de Limeira (joias) e Nova Friburgo (têxtil).

década de 1960 a 1970, as indústrias dependentes da produção de carvão eram as principais na localidade.

A associação dessas indústrias a significativos comércios de outras famílias era o que possibilitava à engrenagem econômica funcionar e fundonar em diferentes esferas urbanas (empregos, exportações, abastecimento de comércio local e nacional etc.). Nesse contexto o principal meio de combustão, tanto para a fundição das joias quanto para as várias etapas de produção no curtume, era o carvão, que, por sua vez, em termos locais e neste estudo, era elaborado pelos ferreiros em análise. Nesse sentido, entende-se que o artesanal estava conectado ao industrial.

O Brasil, em comparação à Europa, era atrasado em determinadas tecnologias. Por muitos anos se utilizaram recursos naturais, como o carvão e a madeira, para a combustão, pois eram os meios a que se tinha acesso. A discussão, então, detém-se a arrolar os recursos que eram cabíveis para a sobrevivência econômica em determinadas épocas, quando pouco ou nada existia em relação a leis trabalhistas e ambientalistas.

A manutenção econômica em períodos mais críticos do ano por meio da produção de carvão também se interliga ao ponto de partida. Os colaboradores comentaram nas entrevistas que João Marina era especialista em produção de carvão. Segundo as fontes orais, ele teria aprendido a técnica com a família materna, provinda de Agordo, Belluno. As colocações conferem com a história econômica do local, uma vez que, em consulta aos *sites* ligados às *comuni*, constatou-se que, no século XVII, principalmente em Cencenighe Agordino²⁸³, a economia era baseada na produção de carvão. Sabe-se que era uma prática dos *boscaioli* (espécie de lenhadores) das montanhas, portanto, não eram somente os belluneses que dominavam essa técnica, mas eles se destacam nesta pesquisa com relação a esse aspecto. Tendo em vista essa característica econômica, existe atualmente uma divulgação turística para que as pessoas conheçam o local e as redondezas. Conforme consta na propaganda do site turístico Dolomiti²⁸⁴:

Cencenighe [...]. Aqui você pode vivenciar plenamente a história e a cultura local da fabricação de carvão, por exemplo, explorando a trilha ao redor dos fornos de carvão, chamada *El Troi de le lal*, no Monte Pelsa. A partir do século XVII, a economia local baseou-se em grande parte na fabricação de carvão, além da fabricação de ferro e da madeira serrada. As minas de cobre do Valle Imperina precisavam de grandes quantidades de carvão para funcionar, portanto, os habitantes locais criavam grandes

²⁸³ De Cencenighe Agordino para Agordo, são 9 km de distância, ou seja, as comunidades próximas estavam a par da elaboração e comunhão desses ofícios.

²⁸⁴ Disponível em: <https://www.dolomiti.it/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

clareiras onde construía pirâmides de madeira e queimavam-nas para criar carvão (tradução nossa).

O endereço eletrônico Dolomiti destaca Belluno na produção do carvão, do ferro e da madeira serrada. Nesse sentido, os friulanos também tinham como alternativa econômica a venda de determinadas madeiras para a fabricação do carvão. E nas partes analisadas do Friuli, aqueles sujeitos provindos de Mezzomonte destacavam-se com trabalhos ligados à madeira, enquanto os de Frisanco e arredores, como ferreiros. Belluneses e friulanos completavam-se nos ofícios e, associados às famílias provindas do Trentino-Alto Ádige, compõem os imigrantes que eram originários das cadeias montanhosas específicas da Itália e que apresentavam características particulares da imigração no Brasil, além de demonstrar especificidades correlacionadas até a atualidade.

Sobre o preparo do carvão, Mário Marina explica que:

Nós usávamos para aquecer as ferramentas o nó de pinho, que é um elemento que vem dentro do pinho [...]. O pai [João Marina], ele enterrava o nó de pinho na terra e depois de um tempo tinha que desenterrar os nós de pinho para depois fazer o carvão, que era feito muitas vezes em valas, colocavam fogo e daí, depois de um dia ou dois da queima, aquele carvão era coberto com terra, e o produto abafava, então estava pronto o carvão, e nós ocupávamos na ferraria e vendíamos, porque não havia na época outro meio [...]. Era tudo na terra, depois, com o tempo, que desenvolveram os fornos, aí, aqui em casa, fizeram o forno com tijolo de barro porque o Astolfi, que era nosso vizinho, ele tinha a olaria. Neste forno eu lembro que cabiam até uns cinco metros de nó de pinho.

Além de a técnica da produção do carvão trazida pelos imigrantes de Belluno ser aplicada no Brasil, ela era transmitida para os descendentes. Havia a colaboração mútua entre os imigrantes e descendentes na realização dos serviços, por exemplo, a elaboração do forno com tijolos de barro fornecidos pela olaria Astolfi, o que “modernizou” a produção carvoeira e a venda do carvão para as fábricas de joias. Os Astolfi, de origem friulana, estavam conectados à família Azzalini, de origem cimbra, que também dominava essa técnica. Unindo o conhecimento da família Azzalini na produção carvoeira ao investimento da família Astolfi na olaria, os vizinhos belluneses e friulanos produtores de carvão viram utilidade na construção dos fornos para essa finalidade.

A multiplicidade de ofícios descrita reconectava os diferentes grupos, neste estudo de caso, provindos de partes específicas das montanhas. Assim, um grupo supria a necessidade do outro. Nesse sentido, Gilmar Marina complementa:

Era uma época de dificuldades, não tinham empregos [referindo-se à pouca industrialização], e os filhos se criavam ao redor da ferraria, e, desde o mais novo até o maior, ia ajudando. Inclusive, quando a gente fala em trabalho hoje, de ter 14 anos para ser aprendiz e poder trabalhar com 16 anos, na nossa época era completamente diferente. A gente com 5, 6 anos de idade já trabalhava, lembro quando, eu tinha 6 ou 7 anos, eu ia dentro do forno de carvão porque meu pai produzia o carvão com o nó de pinho, então eu era o único que cabia para tirar o carvão [o depoente é o mais jovem dos irmãos].

O depoimento retrata, além da necessidade da mão de obra infantil, o sistema que dirigia a vida econômica dos filhos de artesãos. Conforme salientou-se desde o início, eles não eram apenas agricultores, mas a renda principal vinha do trabalho realizado na ferraria. Para Tedesco e Rossetto (2007, p. 134),

A família é um grande espaço de aprendizagem e de socialização, oficinas familiares estruturavam-se, aprendizagem de/na oficina e com profundas e claras diferenças de gêneros, de pai para filhos, de tradições e mediações hereditárias, como dimensão quase que primária do trabalho humano.

A fotografia seguinte registra um pouco do cotidiano da família Marina na elaboração de uma ferramenta agrícola.

Figura 53 – João Marina e Candida Santin ensinando a técnica aos filhos (Guaporé, década de 1960)



Fonte: arquivo pessoal da família Marina.

Legenda: Candida Di Domenico Santin e João José Marina, com os filhos Celso e Gilmar Marina.

A Figura 53 retrata as crianças mais jovens da família observando os pais no trabalho. Questionados sobre esse tipo de comportamento, os filhos confirmaram que era preciso prestar atenção naquilo que estava sendo feito para aprender, pois era “olhando que se entendia, para depois fazer na prática”. Segundo os colaboradores Mário e Gilmar Marina, era a técnica que se tinha, de prestar atenção àquilo que era executado, pois os pais não dispunham de muito

tempo para ficar ensinando, por isso era necessário “ver, fazer e aprender”. Beneduzi explica que

A família era a expressão da continuidade da ordem moral. Ela constituía-se ao mesmo tempo em peso a carregar e força de trabalho, que, unida, trazia a esperança. Quando os filhos eram pequenos, em uma estrutura voltada para o trabalho braçal, vinculado à terra, as muitas bocas a alimentar e os poucos braços a labutar sinalizavam um grande esforço de sobrevivência, um grande fardo. Entretanto, a partir do momento em que a prole começa a adquirir força para o trabalho, esses novos braços indicam o porvir de uma fase de maior produção (BENEDUZI, 2011, p. 100).

Conforme Mário Marina, essas fotografias, que são as únicas de que a família dispõe desse período, foram registradas por um senhor que estava analisando na região as oficinas implantadas por descendentes de italianos. Segundo o depoente, era algo relacionado à futura publicação de um livro em prol da celebração da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Pela década do registro, a pesquisa provavelmente foi realizada para o *Centenário da imigração italiana, 1875-1975* (CENTENÁRIO..., 1975). Entretanto, quando analisadas as obras comemorativas da imigração²⁸⁵, não estão registradas as famílias de pequenos artesãos. O viés comemorativo direciona para a industrialização ou, então, foca as famílias que obtiveram êxito comercial.

Quando considerados a imagem e o depoimento, é imprescindível a reflexão de que, na década de 1960, era raro entre as famílias menos abastadas a possibilidade de obter, por recursos próprios, fotografias, pois existiam necessidades mais urgentes. O depoente complementa:

Daí lembro que a mãe pediu para gente colocar as roupas melhorzinhas [...], porque acho que ela já imaginava que seriam as únicas recordações que a gente teria desse tempo.

Recapitulando, observou-se que ofícios aprendidos na Itália foram ensinados para as gerações de descendentes. Verificou-se que as famílias de ferreiros não eram grupos abastados economicamente, mas que ofertavam produtos para a indústria, como o Curtume Termignoni e as fábricas de joias das famílias Pasquali, Sebben e Spiller, principalmente através da produção do carvão, técnica trazida pela família Scussel, natural de Agordo, província de Belluno, conforme os registros dos antepassados. O uso do carvão foi essencial para o funcionamento

²⁸⁵ Por exemplo, as obras *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul* (ÁLBUM..., 1950), *Centenário da imigração italiana, 1875-1975* (CENTENÁRIO..., 1975) e *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925, vol. II* (CINQUANTENARIO..., 2000).

das indústrias citadas, tanto na técnica aplicada no curtume quanto para a fundição dos metais utilizados nas fábricas de joias.

A família Astolfi, por meio da olaria, proporcionou o material necessário para a construção dos fornos que passaram a ser utilizados para a queima do nó de pinho, até tornar-se carvão e ser disponibilizado para outras fábricas e indústrias. Posteriormente, com a modernização, por exemplo, do curtume, através da instalação da caldeira, tornou-se mais frequente o uso da madeira. Dessa forma, em breves relatos, observou-se que os ofícios acabavam se complementando, mesmo após a industrialização, determinados produtos dependiam da elaboração de mão de obra específica.

5.7 A aquisição e distribuição de matéria-prima: dos ferreiros aos carreteiros

Referente aos materiais necessários para a produção de ferramentas, na entrevista com o ferreiro Adelar Filippin, ele ressaltou que a família não tinha muito a necessidade de comprá-los, que sempre trabalhavam no sistema de reaproveitamento. Já na família Marina havia muito a demanda de adquirir matéria-prima de outros locais, como de Porto Alegre:

Comprávamos o ferro diretamente de Porto Alegre. Tinha a empresa Bromberg, onde eles fabricavam o ferro, e se compravam chapas, mas na época não se comprava uma barra ou duas de ferro, tinha que se comprar uma quantidade muito grande, e o falecido pai, quando tinha que comprar ferro, ele passava mais de ano trabalhando só para ter o dinheiro para comprar esse ferro que vinha até Muçum, e de Muçum eles traziam para Guaporé. E aqui tinham os carreteiros que iam buscar essas mercadorias com um terno de seis e oito mulas, às vezes, até dez mulas, uma vez eu vi com doze mulas [...]. Lembro também que eles vinham com as carroças carregadas com as barras de ferro para entregar na ferraria, aquilo vinha arrastando pelo caminho, e era uma barulheira! [...] e como nós tínhamos a ferraria próxima da sede de Guaporé, nós também abastecíamos e revendíamos o ferro para outras ferrarias [referindo-se às ferrarias instaladas em outras linhas de Guaporé], então, conforme eles iam precisando, a gente revendia.

A importância do Porto de Muçum surgiu em diversas conversas. Conforme os depoentes da família Marina, o patriarca da família se dirigia para Porto Alegre, onde escolhia os produtos e pagava pela mercadoria. Então, a empresa enviava da capital do estado o material, que chegava via fluvial ao Porto de Muçum, onde os carreteiros buscavam os produtos e entregavam em seus destinos.

Figura 54 – Carroceiros (Casca, década de 1930)



Fonte: arquivo pessoal de Ângelo Sante Dall'Acqua.

Conforme Maria Astolfi, neta de Ângelo Sante Dall'Acqua, a fotografia data de 1930, e no verso encontra-se a seguinte legenda: “Carroceiros alegres do 2.º distrito [Casca] do município de Guaporé”. Chamam a atenção o uso das armas, que era um símbolo de determinado poder, e a presença de um integrante que visivelmente não era de descendência italiana. Os imigrantes costumavam chamar de brasileiros todos aqueles que não tinham ascendência europeia. A importância dos carreteiros, ou como intitulados na imagem, dos carroceiros, era fundamental, pois eles delineavam toda uma engrenagem conectada ao comércio e à sua distribuição. Na fotografia, observa-se a falta da presença de mulheres, mas sabe-se que, nas colônias do interior do estado, elas desempenhavam o manuseio das carroças com finalidades de vendas.

Na *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, é possível ler o relato de Itália Dall'Acqua Astolfi (1990), que trabalhou por décadas ao lado do esposo em uma das primeiras casas comerciais da sede da colônia Guaporé. Sobre a importância dos carreteiros nas colônias, ela comenta:

Antes do advento dos caminhões, os serviços de transporte eram feitos por carreteiros em suas carroças. Mas antes ainda, os gêneros eram transportados em cargueiros por tropas de mulas. As carretas só começaram a ser usadas quando foi aberta a estrada geral. A estrada geral era de terra batida, e quando chovia se formavam muitos atoleiros [...]. As mercadorias eram compradas dos viajantes, que eram normalmente de Porto Alegre e que visitavam os fregueses em suas casas de comércio, no interior (ASTOLFI, I., 1990, p. 8).

Nesse trecho do relato, Itália destaca a precariedade das estradas, que eram imprescindíveis, pois “[...] sem estradas o comércio não se realiza [...]. As colônias servidas

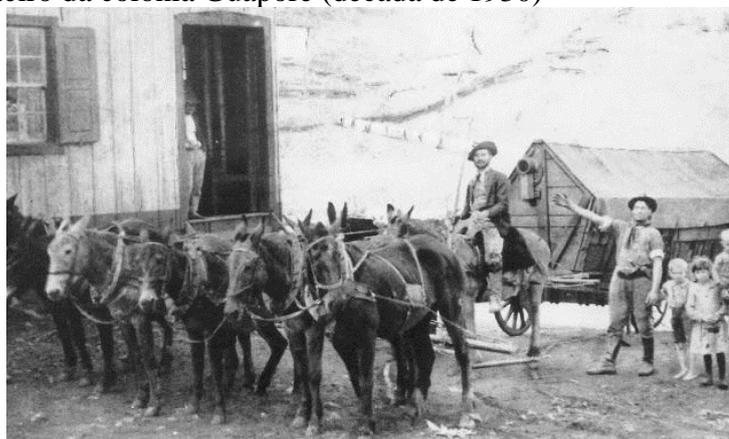
por picadas tinham condições de vender sua produção e, portanto, se desenvolver” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 50). Itália Astolfi também ressalta a maneira como eram ofertados os produtos nas colônias: através dos viajantes que se deslocavam de Porto Alegre para a RCI. Em entrevista, os descendentes de João Marina salientaram que, como o pai deles trabalhou como caixeiro-viajante, preferia se deslocar até a capital do estado para encomendar os produtos, uma vez que isso envolvia um custo menor, já que os ditos viajantes cobravam uma taxa extra, que era aplicada em cima dos produtos, para assim compensar as despesas de deslocamento.

Itália Astolfi (1990, p. 8) complementa:

Depois as mercadorias eram mandadas pelo rio Taquari até Muçum e daí eram levadas pelos carreteiros até os comerciantes que as tinham comprado. Os carreteiros levavam até Muçum as mercadorias produzidas pela colônia e comercializadas pelos comerciantes, que mantinham uma espécie de entreposto: trigo, milho, feijão, banha e outras coisas. Uma viagem normal de Guaporé até Muçum, sem atoleiros, levava dois dias. Os carreteiros podiam ser autônomos e trabalhar para um comerciante ou para mais de um, como podiam ser simplesmente empregados.

Analisando o relato, salienta-se que o sistema de entrega das mercadorias abrangia não só os comerciantes, mas também os artesãos, que, como demonstrado, igualmente dependiam desse sistema de compra e recebimento de mercadorias. Na colônia Guaporé, a recepção e o envio de mercadorias aconteciam especialmente pela via fluvial de Muçum²⁸⁶. Em relação aos carreteiros, Itália constata que poderiam ser tanto empregados de casas de comércio como autônomos.

Figura 55 – Carreteiro da colônia Guaporé (década de 1930)



Fonte: *Revista de família*: Astolfi & Dall'Acqua (1990, p. 11).

²⁸⁶ A distância entre Guaporé e Muçum é de 44 km.

A fotografia reproduzida na Figura 55 pertenceu a Ângelo Sante Dall'Acqua e foi publicada na revista *Le vie d'Itália e del Mondo*, ilustrando o artigo “La colonizzazione Italiana nel Rio Grande do Sul”, de autoria do comendador Mario Carli, que foi cônsul geral da Itália em Porto Alegre antes de 1934. A publicação traz a seguinte legenda: “[...] como são transportados os produtos agrícolas às praças de consumo – Estamos entre os compatriotas que vivem na região de Guaporé, e o italiano é o carreteiro, digno, pelo seu aspecto, de figurar em um melodrama do oitocentos” (REVISTA DE FAMÍLIA, 1990, p. 11).

Figura 56 – Carreteiro com destino ao Porto de Muçum (década de 1930)



Fonte: arquivo pessoal de Iracema Busato Mocelin.

A Figura 56 retrata um carreteiro que trabalhava para a família Busato na década de 1930, partindo de Casca, distrito de Guaporé naquela época, para o Porto de Muçum. Na região de Guaporé, os comerciantes, artesãos e industrialistas obtinham a maioria dos artigos necessários ao trabalho e às vendas através do Porto de Muçum, que foi distrito de Guaporé até o ano de 1959 e a grande via de acesso de pessoas e produtos da colônia à capital sulina por mais de meio século (1890-1950).

As colônias precisavam de um meio que fizesse a economia local se desenvolver, assim “a carreta delineou-se como ligação que vinculava família, terra, produção, comércio e sobrevivência” (TEDESCO; BALBINOT, 2015, p. 52). Os carreteiros tiveram um papel essencial para o funcionamento dessa dinâmica mercantil na colônia Guaporé. Eram autônomos ou empregados das casas de comércio e ocupavam importante função nessas redes de desenvolvimento econômico, pois eram eles que transportavam os produtos para as casas comerciais, cujo centro desta engrenagem mercantil ocorria através do Porto de Muçum.

Essas mercadorias percorriam o mesmo trajeto dos produtos coloniais, ou seja, eram enviadas de Porto Alegre ou de Rio Grande por meio das companhias de navegação; chegando ao porto de Muçum, essas eram carregadas nas carretas que haviam descarregado suas mercadorias anteriormente. As carretas transportavam esses gêneros comerciais até as pequenas casas de comércio, que revendiam aos compradores locais (TEDESCO; BALBINOT, 2015, p. 58).

Com a desativação do Porto de Muçum, no final da década de 1940, principalmente os comerciantes passaram a fazer uso de caminhões. Na colônia Guaporé, famílias ligadas ao comércio e às indústrias viram uma oportunidade na comercialização desse meio de transporte²⁸⁷. Mas, antes da modernização trazida pelos caminhões, toda a colônia necessitava de um meio de transporte que permitisse, inclusive, o recebimento da matéria-prima necessária à produção artesanal.

Do rol de famílias proprietárias de ferrarias, Mário Marina elencou, além dos Romanzini e dos Vicinesi, que eram vizinhos de linha: a família Caron, na Linha Colombo; as famílias Tramontina e Battistella, instaladas cada uma com a própria oficina na região onde atualmente é o município de União da Serra, que pertencia a Guaporé; a família Brugnera; a família Pedrini; e, até pouco tempo, a família Pasini.

De todas essas ferrarias em Guaporé, apenas a ferraria Marina continua em atividade; e, em Monte Belo do Sul, a Filippon e a Santin. Do grupo de proprietários de ferrarias, os Tramontina, os Brugnera, os Filippon, os Santin e os Marina (conectados aos Santin e Mariuzza) ou eram friulanos, ou tinham ligação com esses sujeitos. A pedido dos depoentes, salienta-se que poderiam existir outras ferrarias na colônia Guaporé, como é o caso da família De Marco (instalada mais próxima ao Porto de Muçum), entretanto, na memória familiar, da época do patriarca até o tempo em que assumiram as atividades, as oficinas citadas são aquelas de que os colaboradores mantêm recordação.

Ainda que brevemente, buscou-se demonstrar as pontas interligadas aos ofícios artesãos analisados: a produção do carvão e a venda para as principais fábricas da colônia. Verificaram-se também a maneira como os produtos eram ofertados e comprados de centros maiores e por onde chegavam para a distribuição no interior do estado. Discutiui-se como técnicas aprendidas nos pontos de partida – ferro (Friuli), carvão (Belluno), laticínios e couro (Piemonte) e joias (Tirol, considerando principalmente a família Pasquali) – estiveram entrelaçadas e

²⁸⁷ Por exemplo, a empresa Dotti & Cia. (ÁLBUM..., 1950, p. 395), loja da concessionária Ford em Guaporé, localizava-se em prédio próprio, na Rua Vespasiano Corrêa, em frente à praça principal da cidade. Iniciou as atividades em outubro de 1941, sendo integrada pelos seguintes sócios: João Germano Dotti, chefe da oficina; Ottávio Bernardi, chefe da seção de vendas; Balduino Orlando Morassutti, gerente-geral; e Gino Luiz Morassutti, chefe da contabilidade. A empresa manteve as atividades até o ano de 1987.

complementadas com a dinâmica de distribuição comercial dos carreteiros-viajantes. Esses sujeitos tanto traziam e enviavam materiais necessários para produções específicas quanto enviavam o produto final para centros maiores; assim, eles eram também responsáveis por toda uma engrenagem que mantinha as etapas comerciais em pleno funcionamento.

5.8 Encerrando os laços: dos friulanos ferreiros, do tronco entrelaçado Santin e Mariuzza, aos descendentes na atualidade

A família de ferreiros Filippon casou-se com vários descendentes da família Santin, gerando parentesco em diversos graus. No contexto analisado, os ramos Filippon uniram-se às filhas do matrimônio de Candido Santin com Giacoma Filippi; e os descendentes mais jovens da família Filippon Santin, na quinta geração, também retomaram o ofício nas ferrarias. Assim, além da ferraria da família Santin Marina em Guaporé, encontram-se, em Monte Belo do Sul, ainda na Linha Argemiro, descendentes da família Filippon que mantêm a tradição. Esses ferreiros de Guaporé e Monte Belo do Sul compõem a mesma geração de descendentes de friulanos.

Figura 57 – Cutelaria Filippon (Monte Belo do Sul, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

A Figura 57 mostra a parte frontal da oficina de Adelar Filippon, que se dedica à fabricação exclusiva de facas artesanais. O ofício foi trazido pelo bisavô Osvaldo Filippon, que veio na mesma leva dos imigrantes que estão sendo analisados. O manuseio da produção foi transmitido para o restante da família, que continua no mesmo ramo profissional.

Na listagem do quadragésimo sexto grupo, na classificação cutelaria, da obra publicada em 1910 sobre os prêmios concedidos a nível nacional por júri superior referente a uma exposição nacional que ocorreu 1908, encontram-se Osvaldo Filippin e Pedro Filippin como vencedores da medalha de ouro para o estado do Rio Grande do Sul na categoria de cuteleiros (EXPOSIÇÃO NACIONAL, 1910, p. 257). Os medalhistas eram primos, e cada núcleo familiar possuía a própria ferraria, mas, para concorrer ao prêmio em nível nacional e por ambos ganharem a mesma premiação, é provável que a elaboração das facas tenha sido realizada em dupla.

Figura 58 – Diploma di Benemerenza (novembro de 2010)



Fonte: autora, janeiro de 2019.

Conforme o depoimento de Adelar Filippin, bisneto de Osvaldo, ele recebeu a medalha e o diploma de mérito (Figura 58) da Camera di Commercio, Industria, Artigianato e Agricoltura di Pordenone em reconhecimento por estar na quarta geração de descendentes de friulanos mantendo as mesmas bases artesanais trazidas do FO.

Figura 59 – Oficina de Leonardo Santin (Monte Belo do Sul, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

Na Figura 59, observa-se a oficina de Leonardo Santin, descendente direto de Candido Santin. A residência onde está instalada a cutelaria, inclusive, é herança da família Santin. Leonardo e o descendente Fábio,²⁸⁸ que estão iniciando a carreira nesse ramo, são a quinta geração e mantêm as bases artesanais trazidas pelos patriarcas no Brasil.

Figura 60 – Ferraria de Mário e Celso Marina (Guaporé, outubro de 2020)



Fonte: autora.

A Figura 60 apresenta a ferraria Marina, instalada em Guaporé. Na imagem observam-se o antigo maio, a bigorna no centro e as diversas ferramentas que são utilizadas pelos ferreiros.

²⁸⁸ Não foi possível fazer o levantamento exato da genealogia desse ramo de artesãos.

Figura 61 – Celso e Mário Santin Marina (Guaporé, novembro de 2019)



Fonte: Patrick Santin.

Na Figura 61, os bisnetos de Candido Santin – Celso e Mário Santin Marina – elaboravam uma foice para manuseio agrícola.

Figura 62 – Mário Marina e Adelar Filippon (Monte Belo do Sul, janeiro de 2019)



Fonte: autora.

O registro da Figura 62 foi realizado em Monte Belo do Sul, na cutelaria de Adelar Filippon. Retratam-se os ferreiros da quarta geração de descendentes de friulanos no Rio Grande do Sul.

As relações de descendência dos artesãos do ferro da família são apresentadas no Quadro 26.

Quadro 26 – Origens friulanas dos ferreiros

Ferreiros	Ascendentes friulanos	
Mário Marina e Celso Marina	Bisavós maternos	Candido Santin e Magdalena Mariuzza (Mezzomonte e Frisanco)
		Maria Mariuzza e Giuseppe Di Domenico (Frisanco)
	Avós maternos	Felice [Mariuzza] Santin e Elisa [Mariuzza] Di Domenico (Monte Belo do Sul)*

Adelar Filippin	Bisavós paternos	Oswaldo Filippin e Maria Filippi (Frisanco)
	Bisavós maternos	Giuseppe Mariuzza e Giacoma Filippi (Frisanco)
	Avós paternos	Ferdinando [Filippi] Filippin e Paola [Filippi] Mariuzza (Monte Belo do Sul)*
Leonardo Santin	Trisavós	Candido Santin e Giacoma Filippi (Mezzomonte e Frisanco)
	Bisavós	Leonardo [Filippi] Santin e Angela [Filippi] Filippin (Monte Belo do Sul)*

Fonte: registros paroquiais e certidões de cunho civil.

* Apresentam consanguinidade.

Retoma-se que Candido Santin casou-se com Magdalena Mariuzza e, posteriormente, com Giacoma Filippi, viúva do irmão da primeira esposa (Giuseppe Mariuzza), ou seja, o segundo casamento de Candido aconteceu entre concunhados. Outro ponto que é necessário lembrar é o casamento das duas filhas de Giacoma Filippi e Giuseppe Mariuzza com os dois filhos de Oswaldo Filippin. Nesse contexto, Mário Marina, Celso Marina e Adelar Filippin são também descendentes da família Mariuzza e, assim, parentes diretos tanto pela descendência de Candido Santin quanto pela da família Mariuzza.

Mesmo os filhos da primogênita de Giacoma (Rosa Filippi) transmitiram a ascendência Mariuzza, uma vez que Rosa casou-se com Pietro Santin, filho de Candido Santin e Magdalena Mariuzza. Quanto a Leonardo Santin, segue a mesma linha de hereditariedade. Resumidamente, todos os sujeitos arrolados no quadro, apesar de não apresentarem o mesmo sobrenome, são parentes por consanguinidade.

Figura 63 – Adelar Filippin (Monte Belo do Sul, 2014)



Fonte: Anthony Beux Tessari²⁸⁹.

²⁸⁹ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/anthonybeux/12775311245/in/photostream/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

A Figura 63 mostra Adelar Filippin trabalhando na sua ferraria, em 2014. Em consulta ao Arquivo Histórico de Bento Gonçalves, verificou-se que, em 1913 – os anos posteriores a essa data não são relevantes para a pesquisa, pois os núcleos familiares considerados já haviam migrado para Guaporé –, o município apresentava 37 ferrarias, lembrando que as linhas Argemiro e Santa Bárbara pertenciam a Bento Gonçalves na época.

[...] entre 1893 e 1913, houve um aumento no número de estabelecimentos comerciais, principalmente nos de primeira necessidade, decorrente do acréscimo populacional. No total, surgiram em Bento Gonçalves nesse período 268 novos estabelecimentos comerciais e de serviços, num acréscimo de 41%. As casas de negócios de 2ª, 3ª e 4ª classe aumentaram de 128 para 130 estabelecimentos, com um acréscimo de 1,5%. As ferrarias aumentaram de 25 para 37, com um acréscimo de 48%. Os alambiques, de 54 para 93, com um aumento de 72,2%; e os alfaiates, de 7 para 9, com acréscimo de 28,5% (DE PARIS; ZARDO, 1997, p. 61).

A ampliação em 48% das ferrarias, em 1913, não significa que somente os friulanos eram artesãos, havia outros imigrantes exercendo a função. Entretanto, os núcleos familiares de friulanos analisados eram majoritariamente caracterizados por desempenhar tal ofício, geralmente associado ao cultivo agrícola.

Sobre a análise dos processos migratórios por meio de redes, Truzzi (2008, p. 209) observa que:

[...] a perspectiva de analisar os processos migratórios por meio das redes não deixa de considerar os imigrantes como agentes econômicos (e, portanto, como tomadores de decisões que potencialmente maximizarão sua situação econômica), mas também recupera as variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas em conjunto com as de caráter econômico. Justamente esse *plus* na análise é que muitas vezes permitirá distinguir as sutis diferenças entre grupos ou comunidades francamente envolvidas em processos migratórios e outras que não, embora às vezes muito próximas geograficamente.

Não se está considerando que a maioria dos imigrantes italianos trabalhava com ofícios predominantemente fora da agricultura, ao contrário, pretende-se demonstrar que eram poucos os sujeitos que tinham na produção de ferramentas agrícolas o principal meio de sobrevivência. Isso não significa que eram em números insignificantes, mas, quando comparados ao contingente de imigrantes agricultores, eram minoria.

Apesar de provenientes de uma cultura camponesa, em função das práticas de migrações sazonais na Europa, tinham outras estratégias para prospectar renda. Sendo uma emigração familiar, regional e estratégica, organizada territorialmente, como aconteceu em Monte Belo do

Sul e posteriormente na nova migração para Guaporé, os sujeitos transpassaram seus conhecimentos artesanais aos demais vizinhos friulanos.

Até a atualidade verifica-se uma troca mútua de ajuda profissional. Por exemplo, os ferreiros das famílias Marina e Filippon, embora os primeiros trabalhem em dinâmicas mais variadas na produção artesanal, e o segundo dedique-se exclusivamente à produção de facas, trocam informações sobre a produção nas oficinas e se auxiliam indicando clientes e trocando e emprestando material necessário para as produções. Portanto, apesar de estarem localizados em municípios distintos, mantêm os elos iniciados na década de 1880 pelos antepassados. Com os descendentes Leonardo e Fábio Santin, que são uma geração mais jovem, a ligação é em menor escala.

Por meio da análise realizada, observa-se que, além de migrações distintas, os sujeitos apresentavam práticas profissionais artesãs, assim como outros grupos provindos de áreas montanhosas e centrados em Guaporé, demonstrando que as regiões *pedemontanas* possuem características importantes a serem consideradas.

Na sequência da pesquisa é abordada a família Dall'Acqua, de Belluno, que se uniu por meio de matrimônios à família Astolfi, da *frazione* de Sarone, Caneva, FO, e ambas foram importantes famílias de comerciantes e artesãos em Guaporé.

5.9 Outros grupos de artesãos e comerciantes: família Dall'Acqua e suas conexões²⁹⁰

A família Dall'Acqua é originária da *frazione* de Lantrago, localizada na *comune* de La Valle Agordina, província de Belluno, região do Vêneto. La Valle é uma pequena localidade situada nos Pré-Alpes dolomíticos, na província de Belluno, sendo uma das quinze *comuni* que compõem o Parque Nacional Dolomitas Belluneses. A 816 metros de altitude, com uma superfície de 4.866 hectares, está rodeada por uma cadeia de altas montanhas. Foi de La Valle Agordina que, em 1878, partiram, em uma emigração definitiva da Itália, os primeiros núcleos familiares: Dall'Acqua, Schena, Damian e De Zorzi, com os filhos e as respectivas esposas, provenientes das famílias: Bonfardin, Andriollo e De Maman. Esses grupos familiares já

²⁹⁰ Várias informações apresentadas nesta seção foram retiradas da *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua* ou do arquivo pessoal de Maria Astolfi. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Javier Grossutti e ao Vicente Dalla Chiesa pela indicação dessas fontes e pela mediação para que eu pudesse ter credibilidade para acessar o arquivo pessoal da família. Especialmente agradeço à Maria Astolfi, reconhecida profissional da historiografia, que se tornou uma grande amiga, pela confiança, pela receptividade, pela acolhida de vários dias em sua casa e pelo empréstimo de inúmeros livros e materiais pessoais.

estavam entrelaçados entre si, compostos por primos, irmãos e cunhados que irão marcar um dos primeiros núcleos de comerciantes em Guaporé – na parte da sede colonial, a poucos quilômetros do centro dessa colônia.

De acordo com as informações familiares, assim como a maioria dos sujeitos em análise, os Dall'Acqua migravam constantemente para o restante da Europa em busca de trabalho, sendo principalmente caracterizados como marceneiros e pedreiros. A família consta como sendo arrendatária de terras na Itália. Conforme observações sobre o local de procedência da família Dall'Acqua:

Região de clima impiedoso no inverno, sua geografia montanhosa não permitia maior aproveitamento da terra, aliada à situação da exploração feudal existente no país no final do século passado, resultando uma região extremamente miserável, onde as pessoas enfrentavam uma árdua e diária batalha contra a fome, as doenças e o rigor do inverno (DALL'ACQUA, 1998, p. 7).

Belluno, assim como as demais regiões em estudo, é considerada uma província com invernos rigorosos; segundo informações meteorológicas, registra as menores temperaturas médias durante o ano²⁹¹. Em função do frio intenso, do pouco aproveitamento do solo, do arrendamento das terras e da fraca dieta alimentar, é nítida a necessidade de agregar trabalhos extras para somar à economia campesina familiar. As migrações sazonais eram, nesse sentido, fundamentais para o sustento na esfera familiar. Esses sujeitos eram agricultores por tradição, mas haviam incorporado as migrações, principalmente para o centro da Europa, como uma estratégia econômica.

Assim, além de aprender sobre outras culturas, novos idiomas e ofícios, garantiam mais um meio de sobrevivência. As migrações sazonais envolviam inicialmente, como já se comentou, os homens, que contavam com o gerenciamento das mulheres em diversas outras esferas ligadas ao lar. Conforme as informações da família Dall'Acqua, cujo patriarca emigrado desse ramo é Giuseppe Dall'Acqua, a decisão de deixar aquele contexto e abraçar a oportunidade da emigração para o Brasil foi tomada em 1877, e a partida foi iniciada em 21 de janeiro de 1878, em companhia de outras quatro famílias de La Valle, as pioneiras a emigrar com destino ao Brasil, para a colônia Dona Isabel. O grupo era formado pelos seguintes núcleos familiares:

À notícia de que Dall'Ega (*como Giuseppe Dall'Acqua era popularmente conhecido, e também pelo apelido Malech, que era a alcunha própria do ramo familiar*) fizera o

²⁹¹ Disponível em: <https://www.travel365.it/citta-piu-fredde-italia.htm>. Acesso em: 12 mar. 2021.

projeto de na primeira oportunidade emigrar para o Brasil, uniram-se a ele quatro [chefes de] família: o primo Luigi Dall'Acqua, de apelido Fasolo; o primo Giovanni Schena, de apelido Cianello; Giovanni Damian, de apelido Begnù; e Antonio De Zorzi. Todos *cadeiros* de profissão, com suas famílias compostas de três ou quatro filhos cada uma (ASTOLFI, 1984, p. 7-8, grifos nossos).

Portanto, todos os patriarcas da família que emigraram eram artesãos, especializados na fabricação de cadeiras, ofício ao qual as migrações internas para outras partes da Europa haviam agregado conhecimento, ampliando para a carpintaria e áreas semelhantes. Há registros também de que outros parentes eram mineiros na Sardenha²⁹². Ou seja, buscava-se trabalho onde havia oferta.

De acordo com Maria Astolfi, bisneta de Giuseppe Dall'Acqua, a organização da viagem ficou a cargo do bisavô, que sabia ler e escrever e dominava outros idiomas em função do trabalho (principalmente ligado ao campo da carpintaria e de construções em geral) que exercia em países da Europa Central. Ele foi, então, o responsável por providenciar os passaportes e a documentação exigida na emigração com destino ao Brasil para todos os integrantes do grupo.

A trajetória de Giuseppe Dall'Acqua e posteriormente a do filho Ângelo remetem ao estudo de caso já citado de Chiara Vangelista (2010), que acompanhou a trajetória do emigrante italiano Jean-Pierre Baridon. Por meio da análise de anotações do sujeito foi possível saber sobre as mobilidades e características que diferenciavam os sujeitos migrantes, favorecidos pelos ensinamentos religiosos (no caso de Baridon, protestante) relacionados à leitura e à escrita para o estudo da *Bíblia*. Dessa forma, Vangelista (2010) adentrou em uma análise minuciosa demonstrando que ascensão social estava diretamente vinculada à determinada instrução. Assim, com a ajuda do viés micro-histórico, tenta-se costurar essas trajetórias.

Apenas a atenção sobre as discontinuidades, as divergências, permitiria colher o processo dinâmico das transformações sociais a partir do seu ângulo mais concreto: resgatar as estratégias individuais e de grupo daria chance para compreender de que modo engendravam-se nas situações singulares os processos sociais de grande escala (LIMA, 1999, p. 258).

De acordo com os diários de viagem, cujos registros foram realizados por Giuseppe Dall'Acqua, o grupo iniciou a jornada no dia 21 de janeiro de 1878, mas somente em 26 de junho embarcaram em um novo vapor, rumo a Porto Alegre. Em agosto seguiram para São Sebastião do Caí e, posteriormente, dirigiram-se para a localidade de Feliz através do transporte

²⁹² Consultar a história de Abramo Dall'Acqua, publicada em *Lavallese nel Rio Grande* (1999), de Corrado da Roit.

feito por carroças, depois o trajeto seguiu com cavalos e a pé. Apenas na data de 04 de setembro partiram com destino a Conde D'Eu (Garibaldi), chegando à localidade em 08 de setembro. Portanto, entre os preparativos da viagem, desde a saída de La Valle Agordina até as terras brasileiras, o percurso, entre paradas e partidas, durou 7 meses e 22 dias (ASTOLFI, 1984).

Da análise dos documentos expostos pela família, verifica-se uma emigração familiar e planejada. A compra de terrenos aconteceu na colônia Dona Isabel, em 1878, quando adquiriram também os lotes de outros colonos na Linha Palmeiro (popularmente chamada de Palmira). O pagamento dessas colônias, no valor de 160.000 réis, deveria ser quitado a partir dos ganhos obtidos pela venda do excedente agrícola, associados ao trabalho na futura construção da estrada. As meias colônias mediam 2.200 metros de profundidade e 112 metros de largura.

Apresentadas essas informações, centra-se a investigação em Giuseppe e no filho Ângelo Sante Dall'Acqua, que representa um dos principais nomes ligados à carpintaria e à arte em madeira no interior da Serra Gaúcha. A prole desse último se entrelaçou ao grupo de friulanos.

5.9.1 Giuseppe e Ângelo Sante Dall'Acqua

Conforme o depoimento da neta de Giuseppe Dall'Acqua, Itália Dall'Acqua Astolfi²⁹³, publicado na *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*:

Meu nono [Giuseppe Dall'Acqua] era pedreiro e também era bom no trabalho em madeira, na construção de móveis e de casas. Sob sua direção, foi construída a Capela de São Miguel Arcanjo [Bento Gonçalves], feita toda de madeira, e que ainda hoje existe, tal qual a conheci quando era menina. A nossa casa na Linha Palmira também foi feita de madeira, com dois pisos e com vidraças nas janelas. Não sei ao certo em que ano foi essa casa construída. Sei que nasci naquela casa em 1895, de modo que, em menos de vinte anos, Giuseppe Dall'Acqua conseguiu pagar sua terra, ter uma casa grande e bonita, com sua cantina de pedra encostada na casa, e um estábulo de pedra (ASTOLFI, I., 1998, p. 16).

Os diários de viagem²⁹⁴ de Giuseppe Dall'Acqua, que foram transcritos pelo filho Ângelo Sante Dall'Acqua em 1901 e publicados posteriormente na revista da família²⁹⁵, relatam

²⁹³ Itália Dall'Acqua Astolfi nasceu em Bento Gonçalves, em 1895, e faleceu em Novo Hamburgo, em 23 de setembro de 1986.

²⁹⁴ Denominados por ele como "Appunti di Viaggio".

²⁹⁵ Recentemente a família publicou o livro *Diários de um imigrante: os registros de família escritos por Ângelo Sante Dall'Acqua* (2021), organizado por Maria Astolfi e Alexandre João Astolfi.

que ele emigrou com a esposa Anna Bonfardin e os cinco filhos em 1878. Entre a emigração para o Canadá ou para o Brasil, optou pelo destino na América do Sul. Dos filhos do casal, Ângelo Sante Dall'Acqua nasceu em 17 de junho de 1867, em Lantrago, La Valle Agordina, e emigrou com dez anos e meio de idade com a família. Ângelo casou-se em 1895, com Marina Sbardelotto²⁹⁶, em Bento Gonçalves, e instalou-se na casa paterna, onde permaneceram até o início da década de 1900.

Em 1903, ocorreram duas novas migrações: da família de Ângelo para a localidade de Casca, que pertencia a Guaporé, e do patriarca do núcleo familiar, por tempo determinado, para Bagé, localizado na região sul do Rio Grande do Sul. Ângelo, que já era adepto ao metodismo²⁹⁷, a convite do amigo Silvestre Benvegnú, também metodista, migrou em 1903 para trabalhar na construção de uma charqueada em Bagé, onde permaneceu por um ano (ASTOLFI, 1985). Com relação à liberdade religiosa interligada ao contexto emigratório, as trajetórias, “vistas na perspectiva da mobilidade social e espacial, mostram-nos como a emigração foi sim uma história difícil, de muito trabalho, separações, lutos, discriminações, mas foi também uma maneira de construir um espaço de liberdade” (VANGELISTA, 2010, p. 22). No caso de Ângelo Sante Dall'Acqua, evidencia-se que, além de as migrações sazonais terem continuidade, apesar de a família estar inserida em uma comunidade majoritariamente católica, ele foi adepto por um período ao metodismo.

Desses acontecimentos ressaltam-se dois aspectos principais: migração profissional qualificada como artesão da madeira para uma região distinta daquela colonizada por italianos e, no mesmo período, migração interna, novamente familiar, para a colônia Guaporé. Tanto em Casca quanto na Linha Colombo, que integrava Guaporé, parte da família de Ângelo já estava instalada, próxima à região central de Guaporé, onde o cunhado Antonio De Maman era comerciante. Ou seja, os núcleos familiares seguiam migrando conectados, e a prática artesã era expandida para espaços além da Serra Gaúcha.

Ângelo Sante Dall'Acqua foi responsável pela construção de diversas residências, casas comerciais, capelas, igrejas etc., sendo necessários deslocamentos para efetuar os trabalhos.

²⁹⁶ Marina Sbardelotto nasceu em 05 de novembro de 1876, a bordo do navio francês San Martin, em plena viagem de emigração para o Brasil, filha de Agostino Sbardelotto e Giovanna de Canal, originários da *comune* de Mel, também província de Belluno. A família Sbardelotto instalou-se na Linha Palmeiro, no lote n. 106.

²⁹⁷ A Igreja Metodista Episcopal iniciou a atuação no Rio Grande do Sul em 1885, na cidade de Porto Alegre. Procurando ampliar as atividades, seu segundo ponto de atuação foi a região de colonização italiana do nordeste gaúcho a partir de 1887, inicialmente nas colônias Dona Isabel e Alfredo Chaves, onde haviam se estabelecido alguns imigrantes que tiveram contato com a Igreja Valdense no Vêneto, e, posteriormente, na localidade de Forqueta do Caí, interior do município de Caxias (DALLA CHIESA, 2015, p. 281-282). Ângelo Sante Dall'Acqua, após um período adepto ao metodismo, desistiu da religião.

“Com o dinheiro que ganhou com seu trabalho em Bagé pôde pagar a terra comprada em Casca” (ASTOLFI, 1985, p. 10). Além disso, trabalhava com a elaboração de móveis, esquadrias e outros trabalhos em madeira.

Por alguns anos foi meu pai agente do correio em Casca. Alugou na Vila [local que representava o centro da localidade] uma casa onde instalou a agência postal e, numa outra sala, a aula, ou seja, a escola onde eu [Itália Astolfi] ensinava as meninas [...] foi também agente consular do Governo Italiano, cargo que desempenhou durante 28 anos, unicamente em caráter honorário, sem receber nenhum pagamento [...]. Certa vez, o cônsul Giovanni Beneverini, que residia em Porto Alegre, fez uma visita à colônia italiana do estado [...]. Papai [Ângelo Sante Dall’Acqua] reuniu as autoridades para recebê-lo e depois, na despedida, acompanhá-lo em direção a Passo Fundo, onde tomaria o trem para Porto Alegre (ASTOLFI, 1985, p. 11).

Do trecho, destacam-se: a condição financeira, pois, no início dos anos 1900, o imigrante já apresentava suporte econômico para alugar uma casa no centro da vila, na localidade que pertencia a Guaporé; e a posição social, uma vez que era responsável pela agência postal. Nas dependências da agência, também instalou uma espécie de escola, que funcionava para alfabetização de outros sujeitos, e onde o ensino ficava a cargo da filha Itália, o que evidencia que a família seguia apresentando determinada instrução escolar. Sobressaem-se ainda os vínculos que Ângelo mantinha com o país de partida e a responsabilidade em receber o cônsul italiano que residia na capital do estado em Casca: essas relações envolviam pessoas que mantinham certo prestígio na sociedade. Itália Astolfi salienta:

Naquele tempo a área do município de Guaporé era muito grande. Então o intendente dividiu a área em duas regiões, encarregando meu pai de fiscalizar a região Norte, ele devia visitar todas as casas de comércio e as indústrias e verificar se estavam em dia com os impostos exigidos pela lei [...]. Foi correspondente de alguns jornais, como o “Giornale d’Italia”, “A Nação”, “Correio Riograndense” e outros (ASTOLFI, 1985, p. 11).

Dessa forma, a instrução escolar, que favoreceu a organização da emigração familiar do pai de Ângelo, Giuseppe Dall’Acqua, continuou ofertando novas oportunidades de destaque na colônia italiana, incluindo a atuação como encarregado de relatar à imprensa os fatos que ocorriam na região de Guaporé. Essas ocupações somam-se ao ofício da carpintaria. Entre os trabalhos de Ângelo, evidenciam-se alguns.

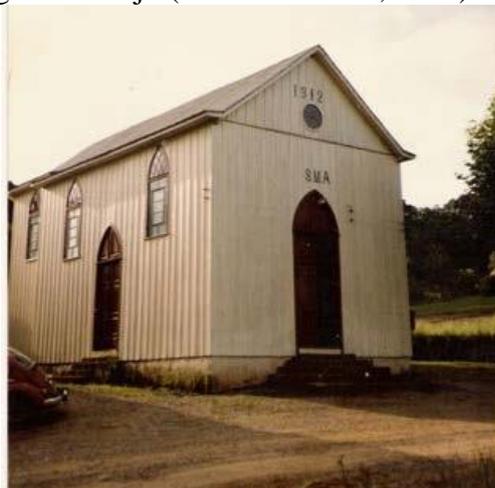
Figura 64 – Casa de Ângelo Sante Dall’Acqua (Casca, 1909)



Fonte: Astolfi (1985, p. 10).

Na casa construída por Ângelo Sante Dall’Acqua em Casca (Figura 64), a família residiu de 1904 a 1909. A única descrição presente no registro é de que Anna Bonfardin está sentada na entrada da residência “fazendo trança de palha de trigo”, um símbolo do artesanato, principalmente ligado ao universo camponês no Rio Grande do Sul. A fotografia foi utilizada por Corrado da Roit, no livro *Lavallesi nel Rio Grande*, publicado em 1999.

Figura 65 – Capela São Miguel Arcanjo (Linha Palmeiro, 1912)



Fonte: Astolfi (1985, p. 12).

Na Figura 65 observa-se a capela São Miguel Arcanjo (mesmo padroeiro de La Valle Agordina) localizada na Linha Palmeiro, município de Bento Gonçalves, que foi construída sob a direção de Ângelo Sante Dall’Acqua em 1912 (ASTOLFI, 1985).

Figura 66 – Construção do grupo escolar (Casca, 1938)



Fonte: Astolfi (1985, p. 11).

A Figura 66 mostra a construção do grupo escolar na localidade de Casca (naquela época, distrito de Guaporé). A fotografia data de 1938, e o principal responsável pela coordenação e pela construção do edifício foi Ângelo Sante Dall'Acqua.

Inúmeros outros trabalhos tiveram Ângelo Sante Dall'Acqua e os filhos envolvidos, como a igreja matriz do município de São Domingos do Sul, a igreja matriz do município de Casca e várias casas em Guaporé e em toda a região, inclusive em Bagé, com a construção de charqueadas, pois a economia nessa região do sul do estado estava vinculada à pecuária.

Conforme já se referiu anteriormente, a colônia Guaporé era gerida por um sistema no qual determinadas elites ligadas ao comércio e à indústria comandavam economicamente o local. Nesse contexto, a família Dall'Acqua conectou-se por vias matrimoniais às famílias de comerciantes Astolfi²⁹⁸ e Busato²⁹⁹. Os Astolfi entrelaçaram-se ainda aos Sebben, que, por sua vez, interligaram-se à família alemã de industrialistas Roos. Ou seja, de uma perspectiva geral, não seria possível perceber essas conexões, que gerenciavam toda uma colônia, mas, analisando-as com maior atenção, os fatos, que parecem apenas detalhes, dão corpo a toda uma engrenagem econômica, uma história conhecida pelos moradores mais antigos das localidades, mas que, quando não é registrada, acaba findando com eles.

²⁹⁸ Itália Dall'Acqua casou-se com José Astolfi em Casca, em 27 de setembro de 1919. A filha do casal Ornella (Dall'Acqua) Astolfi casou-se com o industrialista Roberto Ricardo Roos em Guaporé. A filha de Ornella e Roberto, Adriana Roos (neta de Itália e José Astolfi), casou-se com Rodolfo Sebben, industrialista joalheiro.

²⁹⁹ Gelsemina Anna Dall'Acqua casou-se com Maximiliano Busato em Casca, em 29 de janeiro de 1916. Ângelo Sante Dall'Acqua e alguns dos filhos foram responsáveis por auxiliar na construção dos empreendimentos da família Busato também no município de Passo Fundo. Aurora Beatrice Dall'Acqua casou-se com Luigi Busato em Casca

Do casamento de Ângelo Sante Dall'Acqua e Marina Sbardelotto, ocorrido em 1895, nasceram 17 filhos, sendo que dois faleceram em tenra idade.

Ausente ou não o chefe, era Marina que governava a casa, que entendia do trato aos animais e que sabia o que plantar, quando e quanto plantar. Ele não tinha pendores para a terra, sabia do seu ofício de carpinteiro e marceneiro, desempenhava a rigor o seu cargo de fiscal distrital, de agente do correio e outras atividades públicas e intelectuais, mas ignorava o funcionamento das lidas agrícolas. Essas eram atendidas pelos filhos e por um peão, sob o comando da mulher. Ângelo esmerava-se no cuidado de uma horta, onde cultivava suas verduras e temperos quando podia, porém, Marina tinha sua própria horta que lhe fornecia alimentos mais consistentes para alimentar sua prole: aipim, morangas, favas, ervilhas, feijão, etc.³⁰⁰.

Frente às ausências por períodos mais longos do homem da família em função das migrações, as mulheres, desde a Itália até o Rio Grande do Sul, gerenciavam o lar de múltiplos modos. Os homens ocupavam a esfera pública, enquanto as mulheres, neste caso, camponesas, incorporavam papéis na esfera doméstica, “[...] assumindo um lugar subordinado na sociedade e um estatuto de objeto nas estruturas de parentesco. Importante salientar que da mulher camponesa italiana era exigido também que educasse os filhos, tornando-os seguidores dos valores grupais. Quando isso não ocorria, culpava-se a mulher” (ZANINI; SANTOS, 2013, p. 94). Para além do trabalho agrícola, as mulheres dividiam-se em inúmeras outras tarefas e, conforme discutido, muitas delas, em outros ofícios.

Figura 67 – Família de Ângelo Sante Dall'Acqua e Marina Sbardelotto (Casca, 1918)



Fonte: Dall'Acqua e Astolfi³⁰¹.

Legenda: atrás - Inês, Ester, Itália e Ersília; na frente - Plínio, Alcides, Aurora, Onésimo, Ângelo, Ovídio, Marina com Albertina no colo, Gelsomina, Ione e Anita. Ainda não eram nascidos Clélia e Vitória.

³⁰⁰ Disponível em: <https://astolfi.com.br/nossa-historia/marina/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

³⁰¹ Disponível em: <https://astolfi.com.br/>. Acesso em: 03. jan. 2021.

A Figura 67 retrata Ângelo Sante Dall'Acqua e Marina Sbardelotto com os filhos na localidade de Casca, em 1918. Com o passar dos anos, em 1946, Ângelo e Marina transferiram-se para Ponta Grossa, no Paraná, cidade onde residiam alguns filhos. Marina faleceu em 1958, e Ângelo, em 1952, ambos no Paraná. Interessa à análise do casal compreender como esses dois imigrantes belluneses – ele, de uma família de artesãos, e ela, filha de um carroceiro³⁰², vindos de uma província na Itália caracterizada pela pobreza em diversos sentidos, o que exigia que se sujeitassem às migrações sazonais – conseguiram se sobressair nas colônias analisadas, envolvendo-se com o governo tanto italiano quanto brasileiro, mas sempre o patriarca assumindo o papel central.

Conforme buscou-se demonstrar, as migrações sazonais oportunizavam a aprendizagem de outros idiomas, a expansão de aptidões artesanais e, em alguns casos, a alfabetização, que eram transmitidas na esfera familiar. Nesse sentido, Giuseppe Dall'Acqua transpassou esses conhecimentos ao filho Ângelo, que se destacou na sociedade justamente por ter determinado nível de instrução, o que o interligou às esferas governamental e política, propiciou a criação da agência de correios e possibilitou a prestação de serviços para a elite comercial da época na área da construção.

5.10 Família Astolfi

A família de friulanos Astolfi, provindos de Sarone, especificamente da *comune* de Caneva, emigrou para o Brasil em 1884. Os Astolfi, conforme arrolado na Figura 47, em que estão descritos os empreendimentos na Linha Três de Maio, eram proprietários de uma casa comercial, de uma olaria e de um carijo de erva-mate. Ainda antes da instalação na linha, já haviam feito o percurso de emigrar do Friuli para a Linha Zamith, em Dona Isabel, e, em seguida, ocorre a transferência familiar para a Linha Colombo, em Guaporé, onde Antonio Astolfi instalou uma espécie de venda que, assim como a de Antonio De Maman, foi o comércio pioneiro na linha. A diferença entre os imigrantes friulanos anteriormente citados e Antonio Astolfi é que, de acordo com os relatos, a família possuía “certo” destaque social ainda no Friuli,

³⁰² Quando menina, Marina acompanhava o pai nas viagens a Caxias do Sul. Agostino Sbardelotto transportava para aquela cidade produtos da colônia para serem comercializados. O meio de transporte, na época, era a tropa de mulas. Em Caxias, pai e filha eram hospedados na casa do amigo Abramo Eberle, de quem Sbardelotto era compadre. Disponível em: <https://astolfi.com.br/nossa-historia/marina/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

enquanto os demais imigrantes eram simplesmente artesãos e pequenos proprietários e/ou arrendatários de terras.

A *comune* de Caneva, de que faz parte a *frazione* de Sarone, de onde partiu a família Astolfi, é também local *pedemontano*, caracterizado por migrações sazonais, e a população é formada tanto por agricultores e artesãos como por mineiros. No Brasil, Antonio Astolfi, além de trabalhar com a terra, transportava produtos de Bento Gonçalves para o Porto de Muçum e seguiu profissionalmente como comerciante, assim como o imigrante Antonio De Maman, que era cunhado da família Dall'Acqua e uniu-se aos Astolfi. Esses grupos, que desde a Itália apresentavam características ligadas ao trabalho artesanal, e que no Rio Grande do Sul esse ofício agregado oportunizou investimento nos locais chamados inicialmente de “vendas”, conectam-se a outros sujeitos. Em Guaporé, pela história do município, as famílias De Maman, Astolfi e Dall'Acqua representavam *status* social que os diferenciava de outros imigrantes.

Por exemplo, conforme as informações das famílias Astolfi e Dall'Acqua, Antonio De Maman foi não só um dos primeiros comerciantes na Linha Colombo em Guaporé, seguido por Antonio Astolfi, mas também o primeiro industrialista da colônia. Ele nasceu em 12 de junho de 1865, em La Valle Agordina, Belluno, e emigrou com a família para o Brasil em 1878, instalando-se na Linha Palmeiro, na colônia Dona Isabel, onde já residiam parentes da família. Casou-se com Ângela Dall'Acqua (filha de Giuseppe Dall'Acqua e Anna Bonfardin) em 1892 e transferiu-se para a colônia Guaporé em 1900.

Além da exploração comercial diversificada, Antonio De Maman também foi o primeiro industrialista da linha. Instalou o primeiro barbaquá da região, produzindo erva-mate que vendia no município de Guaporé e para outros vizinhos, e simultaneamente desenvolveu a atafona³⁰³, comprando dos colonos a mandioca e transformando-a em farinha, que era comercializada na venda. De Maman exerceu o cargo de inspetor seccional da Linha Colombo por mais de 30 anos. Foi também um dos homens mais influentes do lugar entre as autoridades municipais. Conforme o depoimento de Josefina De Maman, a pedido de Antonio, o presidente do estado Borges de Medeiros, quando da visita ao núcleo de Guaporé em abril de 1903, autorizou a instalação da primeira escola para a instrução dos filhos dos moradores na Linha Colombo. As filhas de Antonio ocuparam os cargos de professoras da nova instituição. Para o filho José foram custeados os estudos em Alfredo Chaves, atual Veranópolis, e depois em Bento Gonçalves. José trabalhou como professor em diversas localidades e também foi exator. Atuou como

³⁰³ Mecanismo manual, ou movido por força animal, usado para movimentar moinhos, engenhos de açúcar, engenhos de ralar mandioca, bombas para elevação de água, teares e outros equipamentos.

tenente em São Paulo na Revolução de 1930. Enriqueceu com a extração e o comércio de madeira na região de Erechim. E faleceu em 1960, em São Paulo, para onde se havia transferido anos antes (ASTOLFI, 2011).

Figura 68 – Antonio De Maman e família com Lucano Conedera (Guaporé, 1907)



Fonte: Astolfi (2011, p. 26).

A Figura 68 mostra o registro da família de Antonio De Maman e Ângela Dall'Acqua com o engenheiro Lucano Conedera, na Linha Colombo, em 1907. Conforme informações familiares, a fotografia foi enviada pelo próprio Lucano, que, em 1908, foi eleito intendente do município. Portanto, na década de 1900, as famílias analisadas já apresentavam progresso econômico e consequente influência entre as autoridades.

Já referente aos Astolfi, na localidade de Sarone, FO, a economia da região se baseava na agricultura e na extração de pedras, e os antepassados dessa família, pela localização da residência em área central de Sarone, que ainda se encontra em posse dos descendentes italianos, e pelo histórico familiar, muito provavelmente tinham condições socioeconômicas sobressalentes na comunidade. Conforme Maria Astolfi,

Antonio, nosso antepassado pertencia a uma família de certo destaque social na pequena comunidade de Sarone, distrito de Caneva, Província de Pordenone. Seu pai [...] era proprietário de uma antiga casa, defronte à igreja, ainda hoje existente e ocupada por [...] sobrinha-neta de Antonio. Provavelmente, os Astolfi eram proprietários de algum campo de terra cultivável ou de onde extraíam pedras (ASTOLFI, 2016, p. 49).

Maria Astolfi esclareceu ainda que, apesar de os Astolfi serem naturais de Caneva, localizada no FO, na casa paterna não se falava o friulano. A família tinha, inclusive, determinadas rusgas com os friulanos que residiam na Linha Três de Maio. O fato de os

friulanos negociarem não só os produtos agrícolas que fabricavam artesanalmente, especialmente queijos, mas também os valores aplicados na casa comercial, e apresentarem-se sempre em bando, falando entre si em friulano e com José Astolfi (filho de Antonio) em *talian*, gerava certo desconforto.

Reitera-se que existiam certos preconceitos relacionados aos grupos mais ligados à cultura friulana, desse modo, ser de uma classe econômica mais destacada não acompanhava a *friulanità*, como a intitula Gean Paolo Gri. Isso não significa, entretanto, que os Astolfi tivessem cortado elos com a família que permaneceu em Caneva: a comunicação com os parentes seguiu acontecendo por meio de cartas trocadas entre o núcleo. Esse aspecto foi algo recorrente entre os friulanos e descendentes estudados.

A decisão da família Astolfi de migrar partiu de Luigi, irmão de Antonio, que havia estudado por muitos anos para seguir a vida sacerdotal, mas a morte dos pais o fez desistir desse caminho. Quando Luigi ofereceu ao irmão a compra de sua parte da herança, Antonio fez a contraproposta, pois era casado e já tinha quatro filhos, enquanto Luigi era mais jovem e solteiro. Dessa forma, Antonio emigrou com a família para a Linha Zamith em 1885 e adquiriu o lote n. 26. Juntou-se a eles, poucos meses depois, o irmão Luigi, que adquiriu o lote n. 24, contíguo ao lote do irmão (ASTOLFI, 2016).

A estratégia dos irmãos, com a vinda do primogênito, que já tinha família e, portanto, cumpria com um dos requisitos da política imigratória brasileira e, pouco tempo depois da instalação, a vinda do irmão solteiro, que adquiriu um lote vizinho, aponta novamente para a reconexão das famílias no novo ponto de fixação. O fato de já ter família instalada na colônia Dona Isabel e haver oferta de recursos subsidiados pelo governo favoreceu a emigração de Luigi. Delineia-se mais uma estratégia dentro do quadro que os estudos em análise apresentam.

Figura 69 – Residência da família Astolfi em Sarone (Caneva, década de 1870)



Fonte: acervo da família Dall'Acqua Astolfi.

A Figura 69 remete à casa de Francesco Astolfi e Teresa Manfé, pais de Antonio e Luigi. Embora não haja indicação de data na fotografia, a fonte consultada acredita que o registro seja da década de 1870, pois teria sido feito por Antonio antes do casamento, já que, após o enlace, Antonio Astolfi e Teresa Azzalini (de origem cimbra) passaram a residir em Sacile.

O casal de imigrantes Antonio e Teresa teve doze filhos. A Figura 70 retrata a família em Guaporé, no ano de 1913.

Figura 70 – Família de Antonio Astolfi e Teresa Azzalini (Guaporé, 1913)



Fonte: acervo da família Dall'Acqua Astolfi.

Legenda: sentados - Luigi Astolfi, Teresa Azzalini (matriarca), Antonio Astolfi (patriarca) e Silvino (bebê); em pé - Pedro, José, Teresinha, Vitória, Francisco, Silene Lodi (nora) e Isidoro.

Os Astolfi e os De Maman foram os primeiros comerciantes na Linha Colombo, em Guaporé. Os De Maman, como se viu, já estavam conectados à família Dall'Acqua desde a Itália. Da prole de Francesco Astolfi e Teresa Azzalini, destacam-se os matrimônios dos filhos: Vitória Astolfi, que se casou em 1917 com Matteo De Maman (filho de Antonio De Maman e Ângela Dall'Acqua); Benjamin Astolfi, que se casou em 1917 com Giulia De Maman (também filha de Antonio De Maman e Ângela Dall'Acqua); e José Astolfi, que se casou em 1919 com Itália Dall'Acqua (filha de Ângelo Sante Dall'Acqua e Marina Sbardelotto). Os três matrimônios uniram as famílias Dall'Acqua, De Maman e Astolfi, geraram núcleos familiares e 520 descendentes³⁰⁴.

Dessa forma, as famílias emigradas de Belluno (Vêneto) e Sarone (Friuli), que inicialmente haviam se instalado em linhas diferentes da colônia Dona Isabel, migraram para Guaporé na década de 1890, onde os enlaces foram estabelecidos. Observou-se que o ramo de Francesco Astolfi e Teresa Manfé possuía certa estrutura social em Caneva. A emigração da família foi motivada por dois fatores principais, de acordo com Maria Astolfi: medo da miséria

³⁰⁴ O número de descendentes corresponde ao levantamento publicado em 1998 (REVISTA DE FAMÍLIA, 1998).

e medo da guerra. Dos doze filhos de Antonio e Teresa, José Astolfi, que se casou com Itália Dall'Acqua, permaneceu em Guaporé atuando no ramo comercial.

5.10.1 José Astolfi e Itália Dall'Acqua

José Astolfi casou-se com Itália Dall'Acqua e permaneceu em Guaporé, atuando no ramo comercial. Também nos deslocamentos desse grupo observa-se a continuação das migrações internas, organizadas em núcleos familiares, para a colônia recém-estabelecida.

Figura 71 – Matrimônio de José Astolfi e Itália Dall'Acqua (Guaporé, 1919)



Fonte: arquivo pessoal de Maria Astolfi.

A Figura 71 retrata o matrimônio de José Astolfi e Itália Dall'Acqua, ocorrido em Guaporé, em 27 de setembro de 1919. De acordo com a família, José foi gerente da cooperativa Dona Candida, que estava instalada na Linha Dona Candida, vizinha à Linha Colombo. Essa cooperativa, em 1923, era formada por um grupo de 50 colonos.

Figura 72 – Cooperativa Dona Candida (Guaporé, década de 1920)



Fonte: acervo da família Dall'Acqua Astolfi.

A residência retratada na Figura 72 foi construída por Ângelo Sante Dall'Acqua e, ao longo dos anos, abrigou diferentes estabelecimentos. Inicialmente funcionou no local a casa comercial de Antonio De Maman, na Linha Colombo. Em 1925 a propriedade foi vendida para a cooperativa Dona Candida e, em 1926, adquirida por José Astolfi, que instalou junto da cooperativa a família na localidade, onde permaneceram até o início de 1945. Em janeiro de 1945, a casa foi vendida, e a família Astolfi transferiu-se para a Linha Três de Maio, onde adquiriu a casa comercial da família Gazzana. O novo estabelecimento funcionou até 1957.

José Astolfi, cuja descendência paterna é friulana, e materna, cimbra³⁰⁵, trabalhou por 34 anos ao lado da esposa no comércio dirigido pela família. O sucesso nos negócios dos Astolfi, que contavam com três empreendimentos na Linha Três de Maio (Figura 47), é comprovado em uma correspondência enviada por uma prima do ramo familiar que permaneceu na Itália.

De acordo com o relato de Maria Astolfi, após a Segunda Guerra Mundial, em 1947, em função da viagem do padre Ângelo Corso à Itália, José Astolfi enviou dinheiro à parte da família mais necessitada, que foi entregue à Romana Astolfi e a uma das irmãs. Como forma de agradecimento, Romana endereçou uma carta ao parente no Brasil. Conforme o documento, o endereço da remetente era: Via Pedrada, n. 27, Sacile, Udine.

Sacile, 07 de junho de 1947. Caríssimo primo. No dia 10 de fevereiro enviei-te uma carta aérea [...], sempre para, infinitamente, agradecer-te a importância de 8.100 libras, recebidas por via postal de um Revmo. Padre Missionário, que me comunicou por escrito teu endereço e algumas informações que eu muito desejava [...]. Com o dinheiro que recebi comprei um quintal de trigo, e o pão o comemos conjuntamente [...]. Graças a Deus, foram-me poupados da guerra e da invasão alemã meus dois filhos solteiros, um com cerca de 24 anos, alfaiate de profissão, foi para a França trabalhar, esperando lá ganhar a vida, o outro, de 22 anos, é operário na via férrea, vive conosco e é para nós de grande ajuda. Temos uma casa pequena, mas nossa³⁰⁶.

³⁰⁵ As famílias Azzalini e Spiller comentadas neste estudo de caso são naturais de Roana. O local pertence a Altipiano d'Asiago, também conhecido como Sette Comuni, localizado em uma espécie de enclave na região do Vêneto e, apesar de ainda ser chamado dessa forma, atualmente é composto por oito comuni (Asiago, Enego, Foza, Gallio, Lusiana, Roana, Rotzo e, recentemente, Conco). Esse conjunto representa a cultura dos cimbrós. São definidos como um povo que faz uso de uma língua antiga germânica, com alguma relação com o idioma da Baviera. As origens dessa língua e das pessoas que a falavam nas montanhas de Vicenza e Verona e na região de Trentino-Alto Ádige ainda estão em discussão. O nome “cimbría” continua denominando a língua e a população do local conhecido como Sette Comuni desde 1300. Os cimbrós eram generalizadamente conhecidos como um povo nômade até se fixarem nas montanhas, em meio aos bosques. Ainda assim, continuavam em movimento, em função do pastoreio. Além dessa atividade, desempenhavam muitos ofícios, como produção da lã, de laticínios, de carvão e de calcário, e atuavam na pequena agricultura. Eram ainda carpinteiros, ferreiros, pedreiros e artesãos em geral. Apesar de estarem havia séculos fixados em partes do território italiano, apresentavam características particulares muito precisas. Graças aos múltiplos saberes que dominavam, puderam trabalhar em diversas áreas nas migrações tanto sazonais como definitivas (PASA, 2017).

³⁰⁶ Acervo da família Dall'Acqua Astolfi, tradução de Maria Astolfi.

Em 1947, a Europa estava se recuperando dos danos causados pela guerra. Com a viagem do padre Corso para a Itália, foi possível enviar dinheiro aos parentes Astolfi que moravam em Sacile, Friuli. Observa-se no relato a contínua migração em busca de trabalho, uma vez que o filho alfaiate havia partido para a França em busca de melhores condições econômicas. Verifica-se também a construção das estradas de ferro, ramo no qual atuava o filho que morava com a mãe em Sacile.

Em outra correspondência, de 1921, Giuseppe Azzalini retornou a carta da tia Teresa Azzalini, esposa de Antonio Astolfi, que se encontrava viúva e residindo na Linha Colombo. Giuseppe, com 33 anos de idade, morava em Fregona, *comune* da região do Vêneto que faz fronteira com Caneva (Friuli) e Tambre (Belluno).

Fregona, 30/01/1921. Caríssima tia. [...]. Depois de muitos e muitos anos que a senhora se encontra naquele país estrangeiro, esta é a sua primeira carta que chega às nossas mãos [...]. Tia minha, faça-vos saber de mim, como me encontro. As desgraças que provam minha família não as posso escrever. A senhora sabe que meu pobre pai havia casado com Gertrudes Azzalini, de Canale³⁰⁷ talvez a senhora a tenha conhecido, que no dia 13 de novembro de 1901 morreu, deixando-me a mim, aos treze anos, e uma irmã de um ano. E [...] ao meu pobre pai, se lhe inchou a mão [...] e ficou ainda um ano sem poder trabalhar. No tempo em que meu pai se encontrava no hospital eu e minha irmã ficamos entregues em mãos de outros. Dois anos após a cura, casou-se novamente [...]. Veio a guerra, meu pai estava inválido há quatro anos. Eu tive que me apresentar às armas para servir à Pátria. Veio o ano de 1918, ano da invasão, e todas as famílias aqui do Piave³⁰⁸ sofreram muita fome, e muitíssimos morreram. Veio 1919, os italianos fizeram a retomada, meu pai expirou depois de quatro ou cinco dias. Eu não pude sequer vê-lo [...]. Aqui na Itália, de momento, tudo vai mal: a moeda desvaloriza cada vez mais, os gêneros aumentam dia a dia. Se continuar assim, tudo ficará cada vez pior (CARTAS..., 1987, p. 35-36).

A carta sensibiliza para a reflexão sobre a deplorável situação em que muitos países se encontravam no período posterior à guerra e justifica o medo que os imigrantes – neste caso, italianos – enfrentavam, levando à escolha de partir da pátria. Maria Astolfi esclareceu que, em outra carta do mesmo ano, Giuseppe escreveu à tia para comunicar-lhe que estava providenciando os papéis para emigrar ao Brasil e, não tendo o dinheiro necessário, agradeceu-lhe a possível ajuda que ela lhe oferecera em carta anterior e solicitou-lhe que fizesse o *atto di richiamo* no consulado italiano no Brasil, sem o qual não poderia emigrar (CARTAS..., 1987).

A família ignora o destino de Giuseppe, se emigrou e para onde, ou se permaneceu na Itália. Por meio dessas cartas é possível perceber: 1) os elos e a comunicação que se mantinham

³⁰⁷ Provavelmente refere-se à *comune* Canale d'Agordo, Belluno, denominada Forno di Canale até 1964.

³⁰⁸ Piave é um rio italiano que deságua no Mar Adriático (ao nordeste de Veneza) e percorre a região do Vêneto na Itália Setentrional. O local foi palco de grandes batalhas durante as guerras napoleônicas e a Primeira Guerra Mundial (Batalha do Rio Piave), principalmente na província de Belluno.

entre a parentela separada em dois continentes; e 2) como o período dos grandes conflitos mundiais categorizava essas famílias em lados opostos do oceano. Os imigrantes em análise, no Rio Grande do Sul, encontravam-se em confortável condição financeira, em contrapartida, os núcleos parentais que haviam permanecido na Itália sofriam em diversas esferas os horrores que as guerras trazem, principalmente na economia, como se verifica na carta de Giuseppe.

Nesse sentido, o estudo da Primeira Guerra Mundial abre brecha para analisar o contexto por outro viés. Apesar da emigração para o Brasil, era inevitável transmitir costumes e determinada cultura italiana (mesmo tendo destaque local/regionalista) para os descendentes dos núcleos familiares instalados no país. Essa herança estimulou, durante o primeiro conflito mundial, alguns filhos de imigrantes italianos a partir para a Europa com o intuito de participar da guerra.

Antonio de Ruggiero (2016) relata a trajetória de Olyntho Sanmartin, filho de italianos, que participou como voluntário de guerra aos 18 anos de idade, partindo da cidade de Santa Maria da Boca do Monte com destino à Itália. Sanmartin escreveu um livro autobiográfico contando sobre o desejo de conhecer a Europa e a inveja que viria a causar nos amigos conterrâneos que preferiram ficar no Brasil a participar da guerra. Como a Itália aderiu ao conflito somente em 1915, o rapaz acreditava que seria algo de curta duração e que, em seguida à sua chegada à Europa, a guerra seria finalizada. Encantado, “[...] lembrava a ótima hospitalidade recebida em Porto Alegre, às custas do governo italiano, em um bom hotel com apetitosos manjares, frutas, cigarros, bebidas” (SANMARTIN, 1997 *apud* DE RUGGIERO, 2016, p. 303). A suposta “alegria” durou, contudo, somente até o início da viagem transatlântica. A bordo do navio Cavour, o jovem e outros milhares de reservistas italianos encontravam-se em péssimas condições de traslado.

Da análise biográfica de Olyntho Sanmartin, De Ruggiero relata sobre a decepção do brasileiro em terras italianas, o difícil conflito na região de fronteira, o frio, o forte treinamento militar, o horror das trincheiras e a hostilidade italiana para com os voluntários descendentes na guerra. O rapaz possivelmente acreditara que haveria no mínimo gratidão pelo ato de defender uma pátria que era sua somente no imaginário – “[...] mais uma vez sonhei em regressar, fugir dessa terra mal-agradecida, ingrata, sem consciência e sem honestidade internacional. E carreguei comigo, daquela hora em diante, o peso dessa repulsa” (SANMARTIN, 1957 *apud* DE RUGGIERO, 2016, p. 305).

Entre os descendentes de italianos, muitas vezes a terra de partida é imaginada de acordo com o estilo de vida familiar. Dessa forma, os costumes, crenças e hábitos encontrados pelos

soldados que aderiram à guerra eram apenas resquícios daquilo que conheciam como a pátria dos pais. Ou seja, em determinadas situações, o sentimento de pertencimento à própria nação surgiu somente após a decepção em conhecer um país criado no imaginário dos descendentes como se fosse seu. Esse vínculo com a Itália entre a geração que nasceu no Brasil pode também ser observado na comemoração organizada em Guaporé quando da vitória do bloco de que faziam parte os italianos na Primeira Guerra Mundial.

Figura 73 – Comemoração envolvendo italianos e descendentes (Linha Colombo, Guaporé, 30 de novembro de 1918)



Fonte: arquivo pessoal de Maria Astolfi.

A Figura 73, datada de 30 de novembro de 1918, retrata, de acordo com a anotação no verso feita por Ângelo Sante Dall'Acqua, a “Festa campal na Linha Colombo de Guaporé em homenagem à vitória italiana contra o Império Austro-Húngaro”. Na direção do que salienta De Ruggiero (2016), os imigrantes, mesmo estando fixados no Brasil, ainda mantinham um sentimento voltado para a pátria de origem. A celebração que aconteceu na colônia, organizada por italianos e descendentes, ainda que em data diversa aos fatos ocorridos na Itália, comemorava a vitória na Batalha de Vittorio Veneto, que foi fundamental para o encerramento do conflito.

Na imagem verificam-se as bandeiras utilizadas pelos imigrantes como forma de representar os dois lados do oceano: à frente está a bandeira indicada como sendo de Treviso, seguida da bandeira da Itália, e do lado esquerdo está a bandeira do Brasil. A Figura 73 representa de imediato o regionalismo, seguido pelos nacionalismos. As crianças, tendo em vista o tempo transcorrido desde a grande emigração, certamente haviam nascido no estado do Rio Grande do Sul. À frente do grupo, elas prestam continência, e o significado desse ato é

muito mais complexo. As primeiras gerações nascidas no Brasil, assim como Sanmartin, analisado por De Ruggiero (2016), demonstravam um forte sentimento de pertencimento italiano, sobretudo, como é nítido na imagem, em relação à região de partida, que, nesse registro, remete a Treviso, província italiana do Vêneto.

Figura 74 – Quadro patriótico (São Luiz de Cáscara, 2.º distrito de Guaporé, 30 de novembro de 1918)



Fonte: arquivo pessoal de Maria Astolfi.

A Figura 74, que também pertenceu a Ângelo Sante Dall’Acqua, representa, segundo a legenda no verso: o “Quadro patriótico em 30 de novembro de 1918, realizado em São Luiz de Cáscara, 2.º distrito de Guaporé”, correspondente ao fim do primeiro conflito mundial. A localidade de São Luiz atualmente é o município de Casca. O retrato é composto pela elite local da época, formada, entre outras, pelas famílias Barbieri e Dall’Acqua, e apresenta, atrás dos homens, diversas mulheres que utilizam faixas por cima das vestes, que lembram a bandeira italiana, e portam bandeiras – não se sabe ao certo se dos países que compunham o bloco vencedor do conflito ou das regiões da Itália. De qualquer forma, constata-se novamente o sentimento italiano envolvido na celebração do fim da Primeira Guerra Mundial.

Ainda hoje, após um século de partida dos italianos da península, muitos descendentes ainda acreditam fazer parte de uma pátria que a maioria se quer conhece. Diversos vínculos são criados para se manter em conexão com a Itália, como: *gemellaggios*, festas comemorativas, uso do idioma *talian* pelas famílias, construções de monumentos³⁰⁹ para um suposto

³⁰⁹ Sobre os monumentos no município de Serafina Corrêa, localizado próximo a Guaporé, consultar Tedesco e Rossetto (2007).

“rememorar” da imigração italiana que em determinados contextos não refletem verdadeiramente a trajetória dos imigrantes fixados no estado sul-rio-grandense, mas que contribuem para um sentimento de “pertencimento” a uma pátria distante. Conforme exemplificou De Ruggiero (2016) com o caso de Sanmartin, muitas vezes é preciso estar na terra dos antepassados para se sentir verdadeiramente pertencente à nacionalidade de nascimento, no caso, brasileira.

Sobre esse aspecto, Vangelista (2010, p. 20-21) corrobora:

Este espaço de ação no limite das fronteiras geográficas, políticas e culturais pode às vezes ficar no nível imaterial, que por sua vez produz práticas e ações no real, mas só no país de chegada, não no contexto de partida. Este processo ficou evidente quando, a partir dos anos Setenta e Oitenta do século passado, os descendentes dos emigrantes [...] voltaram àquela que eles consideravam a pátria ancestral e não só o lugar de suas origens. Aquelas pátrias revelaram-se, e se revelam também em nossa atualidade, esquecidas do passado comum, inclusive em sistemas de exclusão dos recém-chegados.

Portanto, a maneira como os italianos encaram os descendentes em possível retorno é costumeiramente diversa da perspectiva criada por tais descendentes, ainda envoltos em lembranças familiares nostálgicas da terra de partida dos antepassados.

Após evidenciar as relações de outras famílias de origem artesã, abordam-se os ofícios da parte de friulanos que migrou de Monte Belo do Sul para Guaporé e, em seguida, para Marau, Rio Grande do Sul. A intenção é demonstrar como os fios dessas conexões esticavam-se não só para o exterior, mas também para novas migrações em diferentes localidades do estado meridional, mantendo o foco na manutenção da esfera familiar. Nesse sentido, a estrutura dos fios se prolongava, mas não se rompia.

5.11 Famílias Santin e Tramontina: ofícios e conexões em Marau

Conforme já se discutiu, as famílias em questão, que emigram de partes *pedemontanas* específicas da Itália, apresentaram, no Brasil, ofícios principais, ligados ao artesanato e ao comércio. Alguns descendentes dos sujeitos que compõem os núcleos familiares analisados migraram de Monte Belo do Sul para lugares além da colônia Guaporé. Também em grupo, essa remessa de friulanos manteve matrimônios na esfera étnico-regional. Em função da necessidade de delimitar o espaço de abrangência da pesquisa, não se tratou das extensões dessas outras genealogias.

A proposta é explanar brevemente sobre a continuação dos ramos ligados ao trabalho com a madeira e os moinhos na cidade de Marau, localizada na parte Norte do estado do Rio Grande do Sul, na região conhecida como Planalto Médio. Essas conexões ilustram, além das esferas familiares, como a questão dos ofícios foi se adaptando sem perder a base do aprendizado nos moldes italianos.

Conforme a Figura 6, apresentada na introdução, Marau situa-se na divisa com o último distrito que pertencia à colônia Guaporé. A distância entre Guaporé e Marau é de 70 km. O atual município de Marau era o 5.º distrito de Passo Fundo. A localidade foi colonizada por migrantes italianos e de outras etnias a partir de 1904 e tornou-se município em 28 de fevereiro de 1955³¹⁰. Em Marau, há diversos ramos das famílias que iniciaram a colonização em Monte Belo do Sul no fim da década de 1880. As famílias Santin, Tramontina, Rigo e Colussi, conectadas a este estudo, fortaleceram-se em novos matrimônios em Marau. Pela análise desses ramos verifica-se como os ofícios trazidos da Itália seguiram para outras localidades, além de Monte Belo do Sul e Guaporé. É o caso, por exemplo, das famílias Tramontina e Santin, que migraram da primeira colônia para Guaporé e depois instalaram-se em Marau. Esse grupo é discutido nesta seção.

Para compreender os núcleos em Marau, retomam-se brevemente as trajetórias dos casais: Nicolo Santin e Giacoma Mezzarobba Santin; e Antonio Tramontina e Cecilia Giacomelli. Nicolo e Giacoma eram primos de Candido Santin, analisado nos primeiros capítulos. No Brasil, o casal instalou-se em Monte Belo do Sul. Os descendentes, seguindo o movimento dos filhos dos primeiros colonos, migraram para diferentes partes do Rio Grande do Sul, formando novos laços em Guaporé e, após, em Marau, onde a maioria se estabeleceu. No Quadro 27, observam-se a prole de Nicolo e Giacoma e os enlacs matrimoniais estabelecidos.

Quadro 27 – Prole do casal Nicolo Mezzarobba Santin e Giacoma Mezzarobba Santin

Casal	Nicolo Mezzarobba Santin Giacoma Mezzarobba Santin	Filiação de Nicolo	Angelo Santin detto Canal Osvolda Mezzarobba detta Rangiot
Matrimônio	20 de janeiro de 1864, Mezzomonte	Filiação de Giacoma	Giuseppe Santin detto Canal Paola Mezzarobba detta Comel
Filhos	Matrimônio		Cônjuge
Vicenzo Giuseppe	Monte Belo do Sul, 1899		Luigia Mezzarobba
Ferdinando	Monte Belo do Sul, 1890		Thereza Mezzarobba
	Guaporé, 1906		Giulia Longo

³¹⁰ Disponível em: <http://www.pmmarau.com.br/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Angelo	Monte Belo do Sul, 1895	Anna Razador
	Guaporé, 1912	Vittoria Gasparotto
Maria	Encantado, 1898	Pietro Bernardon
Antonio Isidoro	Guaporé, 1904	Angela Tramontina
Arcangelo*	—	—

* Faleceu aos nove meses de idade, em Mezzomonte, Polcenigo.

Fonte: Edinei Santin.

Conforme os nomes de família do casal, Mezzarobba Santin, Nicolo e Giacoma eram primos. Do matrimônio, que ocorreu em 1864, em Mezzomonte, Itália, nasceram seis filhos, tendo o último falecido ainda bebê. O casal emigrou para Monte Belo do Sul, onde parte dos núcleos familiares, como visto anteriormente, já estavam instalados. Os matrimônios da prole ocorreram da seguinte forma:

- ❖ Vincenzo Giuseppe casou-se com Luigia Mezzarobba – caracterizando-se uma união com consanguinidade – e faleceu em 19 de dezembro de 1956, em Marau;
- ❖ Ferdinando casou-se duas vezes. A primeira esposa, Thereza Mezzarobba, era irmã de Luigia, que, por sua vez, era concunhada de Ferdinando. Após a viuvez, ele uniu-se em matrimônio com Giulia Longo (filha de Davide Longo e Luiza Rosa Luvisa), também de origem friulana. Ambas as famílias do casal haviam se fixado em Monte Belo do Sul, e os cônjuges representavam a geração que partiu da primeira colônia para se estabelecer em Guaporé. Na década de 1910, Ferdinando migrou com a família (não se sabe precisar se com todos os filhos) para Pitrufrquén, no Chile; em meados de 1917, entretanto, o grupo retornou para o Brasil e instalou-se na região de Erechim. Ferdinando faleceu no território do atual município de Barão de Cotegipe, Rio Grande do Sul. Parte da família permaneceu no Chile, pois foi uma migração acompanhada por outros núcleos parentais e de compadrios fixados inicialmente em Monte Belo do Sul e posteriormente em Guaporé;
- ❖ Angelo casou-se duas vezes. A família da primeira esposa, Anna Razador, conforme se viu em capítulos anteriores, era vizinha de linha em Monte Belo do Sul. O segundo matrimônio aconteceu com Vittoria Gasparotto, e o casal se estabeleceu em Marau, em 1913;
- ❖ Maria casou-se com Pietro Bernardon em Encantado, em 1898, e o casal permaneceu na Linha Argemiro, em Monte Belo do Sul;
- ❖ Antonio Isidoro casou-se com Angela Tramontina em Guaporé. Ambas as famílias são de origem friulana, como já se descreveu: os Santin deste estudo de caso, de Mezzomonte, Polcenigo; e os Tramontina, de Poffabro, Frisanco.

Em função das conexões não só familiares, mas também profissionais, retoma-se brevemente a prole do casal Antonio Tramontina e Cecilia Giacomelli, pais de Angela. Esse

ramo familiar se conecta com a família Brun Tramontina e as demais extensões entre friulanos estabelecidas em Guaporé. Os descendentes desse grupo instalaram-se posteriormente em Passo Fundo, onde parte da família se tornou proprietária de hotel. A família Tramontina estava também diretamente conectada, via parentesco e compadrios, à família De Cecco que migrou de Monte Belo do Sul para a Argentina.

O casal Antonio Tramontina e Cecilia Giacomelli teve oito filhos, dos quais se conseguiu localizar em parte a trajetória de seis (Quadro 28).

Quadro 28 – Prole do casal Antonio Tramontina e Cecilia Giacomelli

Casal		Antonio Tramontina Cecilia Giacomelli	
Filiação de Antonio		Valentino Tramontina Angela Brun	
Filhos	Falecimento	Matrimônio	Cônjuge
Angela	Marau, 1949	Guaporé, 1904	Antonio Isidoro Santin
Valentino	Marau, 1958	Monte Belo do Sul, 1898	Severina Beltrame
Santa	—	Monte Belo do Sul, 1905	Petrucco Giuseppe Tofoli
Maria Elvira	—	Monte Belo do Sul, 1911	Miguel Antonio Magnan
Amatore	Marau, 1960	Monte Belo do Sul, 1914	Paolina Agostina Toffoli
Elisa	—	Monte Belo do Sul, 1911	Ernesto Di Bernardo

Fonte: Roseli Tramontina; cartório de Marau; cartório de Monte Belo do Sul; registros paroquiais de Guaporé; registros paroquiais de Monte Belo do Sul.

Nessas relações, observam-se a instalação nas mesmas linhas, conforme se tem constatado ao longo do trabalho, e a migração interna para Guaporé e, em seguida, para Marau. Todos os matrimônios aconteceram com cônjuges também friulanos, e os empreendimentos se reconectaram, com algumas adaptações, em Marau.

O ramo de Angela Tramontina e Antonio Isidoro Santin está relacionado à fundação do moinho Giuseppe Santin em Marau, que permaneceu em funcionamento até a década de 1930. Conforme discutiu-se nos primeiros capítulos, os friulanos da família Santin, anterior à conexão com os Mariuzza Tramontina – artesãos do ferro desde Maniago e Frisanco –, originalmente destacavam-se com trabalhos ligados à madeira. Observa-se que parte da família seguiu nessa linha laborativa, mesmo que adaptando a matéria-prima para o investimento em moinhos e/ou madeireiras/serrarias.

Figura 75 – Família de Antonio Isidoro Santin e Angela Tramontina (Marau, década de 1930)³¹¹



Fonte: arquivo pessoal do frei Adelar Primo Rigo.

Legenda (da esquerda para a direita): sentados - Antonio Isidoro e Angela; em pé, na primeira fila - Oreste, Isidoro, Ernesta e Elisa; em pé, na segunda fila - Celeste, Angelo, Giuseppe, Adelina, Maria e Oliva.

A Figura 75 retrata a família do casal Antonio Isidoro Santin e Angela Tramontina, que teve um total de dez filhos. Esse núcleo conecta-se aos também descendentes de friulanos da família Rigo.

Figura 76 – Moinho Giuseppe Santin (Marau, década de 1920)



Fonte: arquivo pessoal de Edinei Santin.

Legenda (da esquerda para a direita): Giuseppe Santin, Afonso Rigo e Virgínio Marosin.

³¹¹ Esta fotografia encontra-se exposta no Museo dell'Emigrazione de Cavasso Nuovo, Itália.

Na Figura 76 observa-se o moinho Giuseppe Santin, que permaneceu ativo até meados da década de 1930. O prédio onde funcionava o moinho localiza-se na parte central do atual município de Marau e foi vendido para Bernardi e Rui Cia. Ltda. em 1934, passando a ser sede vinícola de uma cooperativa (BERNARDI, 2018, p. 89). A família Bernardi, por sua vez, conecta-se à família Santin Tramontina, via matrimônios, em Marau.

Amatore Tramontina (irmão de Angela, casada com Antonio Isidoro Santin) uniu-se por via matrimonial à família friulana Toffoli, fazendo o mesmo movimento de colonização, de Monte Belo do Sul para Guaporé e, em seguida, para Marau. Ele casou-se com Paolina Agostina Toffoli em 1914, em Monte Belo do Sul, e faleceu em 1960, em Marau. Conforme as informações da neta Roseli Tramontina, Amatore e a esposa eram agricultores na localidade, mas os descendentes homens da família, exceto o filho Duvilio, fundaram em Marau uma espécie de engenho/madeireira na década de 1930. O empreendimento perdurou até a década de 1960.

Figura 77 – Família de Amatore Tramontina e Paolina Agostina Toffoli (Marau, década de 1940)



Fonte: arquivo pessoal de Roseli Tramontina.

Legenda (da esquerda para a direita): Delvina, Antonio, Olímpio, José, Augusto, Máximo, Duvilio, Maria, Avelino, Angelina, Paolina Agostina (matriarca), Gema, Ilda, Argeneide, Amatore (patriarca), Ermínio e Olvide.

A Figura 77 retrata a família de Amatore Tramontina e Paolina Agostina Toffoli. O casal teve 15 filhos que chegaram à idade adulta. Da prole, destaca-se o filho Ermínio, que era um

dos coordenadores do empreendimento Irmãos Tramontina e casou-se com Pierina Bernardi (cuja família migrou de Caxias do Sul³¹² para Marau).

Pierina Bernardi era filha de Albino Bernardi e Augusta Filippin³¹³ e neta de Antonio Bernardi e Rosa Polesso³¹⁴. Nos registros da família Bernardi, os genitores faleceram em Marau, respectivamente, em 1944 e 1953. O casamento de Rosa e Antonio aconteceu em 1906, em Caxias do Sul (Conde D'Eu). Dos dez filhos localizados do casal Polesso Bernardi, a maioria permaneceu e faleceu em Marau, mas alguns estabeleceram-se em outras localidades: Nonoai, no Rio Grande do Sul, Curitiba, no Paraná, além de Concórdia e Chapecó, em Santa Catarina.

O principal ramo de atuação da família Bernardi era a agricultura, a qual se dedicaram em Caxias do Sul e Marau. Assim como entre os demais núcleos analisados, migraram para Marau não só a maioria dos filhos como também os genitores, o que se confirma pelas certidões de óbito dos patriarcas, que foram registradas no município.

Figura 78 – Filhos de Albino Bernardi e Augusta Filippin (Marau, década de 1950)



Fonte: arquivo pessoal de Roseli Tramontina.

Legenda (da direita para a esquerda): em pé - Rosa, Maria, Teresa, Constantina, Pierina e a filha menor Irma; sentados - Antonio, Severo e Joaquim.

Na Figura 78, datada da década de 1950 e registrada em Marau, observa-se a prole de Albino Bernardi e Augusta Filippin. Dos filhos do casal, Pierina, que faleceu recentemente, em

³¹² Observa-se que Marau, além de receber descendentes das colônias averiguadas inicialmente, tornou-se receptora de famílias que migraram de diferentes localidades, em grupos de parentela.

³¹³ Os Filippin são naturais da localidade de Erto e Casso, no Friuli.

³¹⁴ Nos registros há também a variação Poletto.

2020, casou-se com Ermínio Tramontina, um dos proprietários do engenho/madeireira Irmãos Tramontina em Marau.

Figura 79 – Madeireira Irmãos Tramontina (Marau, década de 1960)



Fonte: arquivo pessoal de Roseli Tramontina.

Legenda (da esquerda para a direita): Ermínio, Augusto e Olvide (em pé).

Da prole de Amatore Tramontina e Paolina Agostina Toffoli, os descendentes homens uniram-se em sociedade, com exceção do primogênito, e fundaram o empreendimento Irmãos Tramontina. Conforme as informações da família, o grupo iniciou as atividades ligadas à madeira na década de 1930. Destacou-se ainda que Ermínio e os irmãos falavam, entre si, em friulano constantemente. Com o encerramento das atividades na década de 1960, ele adquiriu uma granja no mesmo município. Ermínio e a esposa eram proprietários de significativa quantidade de terras. Na área urbana, eram donos da residência ao lado da igreja matriz da cidade: a extensão do terreno somada à da casa contabiliza uma grande área no centro de Marau. Dos irmãos Tramontina, Ermínio faleceu em 2011, e Augusto, em 2020. As propriedades continuam em posse da família.

A breve explanação sobre a extensão dos fios para a localidade de Marau contribui para compreender, com base nessas micro-histórias, o amplo contexto global em que os sujeitos estavam inseridos. Reconstruir o universo de duas pontas, aquela de origem e aquela de destino, unindo as partes de um mesmo processo e buscando distinguir as conexões, possibilita o entendimento muito mais amplo sobre a emigração e seus sujeitos. Os deslocamentos de curta e de longa distâncias não podem ser entendidos sem a percepção da estrutura familiar. O estudo das características internas dos grupos familiares permite a compreensão em estratégias e mobilidade espacial, esferas intimamente conectadas (VENDRAME, 2018, p. 279).

Esse olhar mais cauteloso oportuniza o conhecimento mais detalhado da emigração italiana para a América Latina, principalmente no que tange a profissões, neste estudo de caso, ligadas ao mundo artesão, que geralmente eram complementadas pela renda familiar na agricultura. Através dessas análises em minúcias é possível, sobretudo, identificar os resquícios trazidos dos antepassados e perpetuados até a atualidade em determinadas famílias no Rio Grande do Sul.

Essas análises contribuem para exemplificar as relações dos friulanos conectados aos pontos de partida, assim como as relações de outras famílias, que vinham conectadas desde a Itália e no Rio Grande do Sul seguiram no mesmo sistema de conexões, como é o caso das famílias Dall'Acqua e De Maman e posteriormente Astolfi.

Referente aos friulanos, explicar sobre os núcleos familiares em partes específicas do FO, a emigração para o Brasil, a fixação em Monte Belo do Sul, associada à partida para Mar del Plata, Argentina, e novas migrações para Guaporé e posteriormente para Marau, serviu para 1) exemplificar em respostas quanto à problemática central da pesquisa, que gira em torno de alinhar as pontas desse grande núcleo familiar; e 2) perceber que, por meio da trajetória de diversos ramos, eles seguiram para outros destinos, mas permaneceram unidos por uma forte frente parental, que se conectava devido não só aos matrimônios, significativamente consanguíneos, mas também aos ofícios trazidos pelos antepassados, adaptados no Brasil de acordo com a necessidade que o passar dos tempos exigiu.

Dessa forma, buscou-se apontar, em torno da problemática – que visa a identificar como se davam as reproduções culturais principalmente friulanas no Rio Grande do Sul –, como determinados grupos italianos, mas com sobressalência étnica, regionalista e linguística, especialmente no que tange aos friulanos, mantiveram-se por gerações costurando as relações iniciais ainda do ponto de partida. Estas análises servem para perceber as construções de redes familiares, que englobavam aspectos culturais, linguísticos e laborativos, e o desenvolvimento dessas redes, inicialmente no Brasil, mas também, com as novas migrações, na América Latina. Demonstra-se, assim, que as miscigenações, inclusive com outros grupos de descendentes de italianos, passaram a ser mais costumeiras da década de 1970 em diante; anterior a esse período, as conexões ainda se mantinham majoritariamente entre o grupo étnico familiar de partida. Portanto, estudar genealogias familiares e a elaboração de teias que levaram à construção de uma extensa rede serve para compreender diversas esferas da emigração italiana e, mais que isso, o desenrolar das relações para além da Europa, mesmo que conectadas em múltiplos aspectos ao ponto de origem.

A abordagem superficial dos núcleos de origem não friulana contribuiu para explicar sobre como, nesta análise, sujeitos provindos de partes específicas da Itália – friulanos, tirolezes, belluneses e cimbras –, com costumes laborais semelhantes, por exemplo, as migrações sazonais principalmente para a Europa Central e posteriormente a emigração definitiva para a América Latina, tendo o ofício de artesãos como a renda central (associada direta ou indiretamente à economia agrícola) desde a Itália, especificamente de tradições das aldeias de origem familiar, seguiram exercendo no Brasil tais ofícios trazidos pelos antepassados.

Trabalhando especificamente com estudos de caso, a intenção desta pesquisa não foi de maneira alguma dar a entender, se quer sugerir, que somente esses grupos eram artesãos. Sabe-se que muitos outros também exerciam ofícios ligados à imigração urbana, os próprios autores discutidos ao longo da tese demonstram isso, por exemplo: De Ruggiero (2010), através da análise dos toscanos e descendentes, em estudos aprofundados sobre os artistas do mármore; Grossutti (2018), através de um apanhado sobre os friulanos exercendo diversas profissões nas Américas; e Tedesco e Rossetto (2007), através de discussão que demonstra que também os vênnetos eram artesãos. Assim, trabalhando na linha da micro-história italiana, observando fatos pontuais para um alargamento da compreensão, os grupos citados foram aqueles que de alguma forma se entrecruzaram e ofereceram a este estudo a oportunidade de adentrar em um universo complexo das migrações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogou-se com os pontos de partida dos imigrantes, principalmente friulanos, mas também outros *montagnesi*, a fim de demonstrar uma série de dinâmicas e reproduções que foram aplicadas no Rio Grande do Sul, trazidas a partir de redes e cadeias migratórias constituídas desde a Europa.

Esta análise centrou-se em genealogias familiares específicas – cujos sobrenomes serviram como fios condutores –, que ofereciam mais fontes e acesso facilitado aos dados, oportunizando um descortinamento de trajetórias com base nas árvores familiares. Dessa forma foi possível identificar, entre outras questões, determinadas particularidades territoriais de grupos *pedemontanos* no contexto europeu. Constatou-se, pelas redes construídas, como os sujeitos vizinhos e aparentados do FO seguiram parâmetros similares no estado sul-rio-grandense, instalando-se, inclusive, nas mesmas linhas, embora isso não signifique que estivessem isolados dos demais conterrâneos, ao contrário, aproveitavam as necessidades dos colonos que não eram artesãos, para ofertar a própria produção de ferramentas agrícolas.

Em função dos diversos núcleos familiares de artesãos que surgiram ao longo da pesquisa, ao optar-se pelo viés micro-histórico, deu-se maior atenção ao estudo dos friulanos que eram majoritariamente ferreiros e perpetuaram no estado sul-rio-grandense práticas laborativas das aldeias de origem, como aqueles provindos de Maniago (que pertencia a Frisanco) e de Poffabro (que ainda pertence a Frisanco), lugares que apresentam larga tradição laboral. Maniago, por exemplo, é conhecida como *la città del coltello* – a cidade da faca –, de onde provém a família Filippon; enquanto as demais analisadas, como Mariuzza, de Frisanco, e Tramontina, de Poffabro, igualmente provêm de locais com tradição na elaboração artesanal de ferramentas agrícolas e afins. Além de esses sujeitos estenderem a prática laborativa ao novo continente, seguiram em um entrecruzamento profissional e matrimonial, esse último aspecto analisado por quase um século.

Referente aos matrimônios, redes de compadrios e vizinhança de linha, apesar de existir elos com sujeitos de locais não só de Frisanco e proximidades, significativamente esses enlaces ocorriam com demais indivíduos do FO, ou seja, em algumas situações alterava-se a aldeia de procedência familiar, mas raramente o ponto particular da região. Ao analisar os núcleos fixados na linha dos friulanos em Guaporé, observou-se que outros sobrenomes da mesma procedência friulana, que não se encontravam estabelecidos em Monte Belo do Sul, surgiram na colônia fundada no terceiro período da colonização no estado, ou seja, existia comunicação com conterrâneos regionalistas instalados inicialmente em outros pontos do estado.

Quanto ao âmbito laborativo (ferreiros, sapateiros, madeireiros e afins), em alguns casos observou-se a perpetuação dos ofícios até a quinta geração no Brasil. Portanto, apesar de adeptos ao costume das migrações sazonais na Europa, que oportunizava conhecimentos para além das aldeias de origem, os núcleos familiares analisados reproduziram aspectos laborais e culturais dos pontos de procedência das unidades familiares. Na mesma linha dos ofícios estão outras famílias do Friuli e de regiões vizinhas adeptas aos trabalhos com madeira, carvão e também ao artesanato (Santin de Mezzomonte, Di Domenico de Frisanco, Scussel de Belluno, no Vêneto, etc.), que se complementaram na esfera laboral no estado brasileiro, por exemplo, na produção do carvão, que era imprescindível, inclusive, para as fábricas de joias fundadas em Guaporé pelas famílias pioneiras, de regiões vizinhas ao FO (Pasquali de Bronzolo, no Trentino-Alto Ádige; Spiller de Sette Comuni; e Sebben de Fonzaso, no Vêneto).

Tendo em vista a discussão empreendida, buscou-se explicar como alguns grupos provindos de pontos *pedemontanos* e fronteiriços específicos e adeptos a ofícios locais, além de migrações sazonais, trouxeram na bagagem essas tradições de práticas laborativas aldeãs, que ainda permanecem em atividade em Monte Belo do Sul (que pertencia à colônia Dona Isabel) e Guaporé. Esses núcleos familiares e os demais citados ao longo da tese são originários do arco alpino e caracterizados por trabalhos artesanais específicos – que se complementaram e se entrecruzaram nos pontos de fixação na América Latina –, além de serem responsáveis, inclusive, por novas migrações. Nesse sentido, esses saberes – que poderiam ser de múltiplo conhecimento entre os grupos – foram essenciais para a economia nas regiões de origem, em função do fracionamento das terras e de outros aspectos discutidos ao longo do texto; da mesma forma, representaram certa diferenciação dos sujeitos no Rio Grande do Sul e oportunizaram a migração para Mar del Plata, na Argentina, uma vez que tal movimento foi prospectado em função do saber nas áreas de ferraria e funilaria. Portanto, ainda que também caracterizados como campesinos por tradição na Europa e inicialmente na América, mantiveram incorporado à renda familiar a questão artesanal como centralidade econômica.

Isso não significa que todos os friulanos e/ou descendentes eram artesãos, ou o único grupo artesão, havia também agricultores e outros sujeitos de diferentes etnias que exerciam tais ofícios. Ainda, mesmo que de forma sucinta, abordou-se também a extensão das redes friulanas e laborativas de Monte Belo do Sul para Mar del Plata, na Argentina, que ocorreu graças à parentela que estava instalada naquela outra parte da América Latina. Ou seja, o trabalho buscou dar conta de demonstrar como as redes de imigrantes e descendentes eram

formadas e seguiram até 1964, ano-limite desta análise, mas não propriamente das redes e conexões.

No contexto das colonizadoras, os friulanos da família de comerciantes Brun, desde o início da fixação no Rio Grande do Sul, mostraram-se interessados no mercado migratório. Com o passar do tempo também se associaram a colonizadoras e/ou subcolonizadoras, que comercializavam terras para os descendentes de europeus cujas famílias inicialmente estavam fixadas na Serra Gaúcha. A família Brun ainda é proprietária de terras no município de Santa Tereza (próximo a Monte Belo do Sul): o local é denominado como Reserva Ambiental da Família Brun e ocupa 1 mil hectares protegidos por reserva particular do patrimônio natural (RPPN). Essa extensão territorial pertence aos Brun desde as primeiras décadas de colonização no estado rio-grandense, sendo tombada como Patrimônio Cultural e Ambiental que, assim como a parte histórica do município, é utilizada como fonte de pesquisas, principalmente na esfera universitária. Desse modo, ficou evidente neste estudo de caso que existia envolvimento de imigrantes (comerciantes e/ou industrialistas e políticos), após a obtenção de determinado bem capital, com a comercialização de terras.

Longe de generalizações, as determinantes encontradas evidenciam como alguns grupos com profissões artesanais qualificadas exerceram uma economia principal diversa da agrícola na parte meridional do Brasil. Especificamente em Guaporé, deram início a um importante palco voltado para os ramos joalheiro e têxtil (apresentados apenas superficialmente nesta análise). Devido aos empreendimentos iniciados pelas famílias de imigrantes italianos (Pasquali, Sebben e Spiller no ramo joalheiro e por Eliane Magnan, descendente de friulanos, na área têxtil), o município, que é considerado de pequeno porte, com uma população próxima a 26 mil habitantes, é reconhecido como polo estadual nesses setores e ocupa o segundo lugar em âmbito nacional, ficando atrás apenas de Limeira (joias) e Nova Friburgo (têxtil). Isso não significa, entretanto, que a maior parte da população guaporense detenha altos recursos financeiros, porque apenas uma pequena parcela concentra maior acúmulo de bem capital.

Assim, também se buscou descrever em minúcias como se formavam redes friulanas específicas, firmadas no Brasil de 1880 até 1964. O grupo manteve-se significativamente endogâmico e consanguíneo por quase um século no Rio Grande do Sul. No campo profissional era e continua sendo formado por artesãos, pois não se industrializaram. A exceção é o núcleo de Valentin Tramontina e Elisa De Cecco, que, embora não tenha migrado para Guaporé, estava relacionado aos friulanos artesãos de Monte Belo do Sul.

No grupo em análise, composto por diversas famílias de ferreiros, apenas um sujeito se industrializou, os demais descendentes seguem até a quinta geração desenvolvendo o ofício inicial. Evidentemente são poucos que continuam na atualidade trabalhando no ramo, mas, ao contrário da família Tramontina, seguem atuando artesanalmente. A família Marina iniciou recentemente o processo de transformar a ferraria em metalúrgica, mas ainda mantém grande parte da produção de forma artesanal.

Como se ressaltou ao longo da discussão, embasando-se em especialistas da região do FVG, os friulanos tinham bases educacional e linguística, principalmente se comparados a outros colonos, o que não significa que não houvesse analfabetos, mas, nesta microanálise, comprovaram-se estar equivocados os relatos sobre o analfabetismo dos imigrantes. Nesse sentido, a generalização dentro da história dos imigrantes italianos miseráveis e sem instrução escolar mostra-se contraditória, se levados em consideração os pontos de partida e as características individuais das províncias italianas de onde partiram. Sem profundas análises sobre o tema, o que se observa é uma maior ou menor instrução. Isso não quer dizer que não houvesse contingente de grupos mais pobres do que os analisados minuciosamente, como foi verificado no caso de algumas depoentes, em que, mesmo no Rio Grande do Sul, dívidas com comerciantes e a terra pouco fértil contribuía para agravar a situação financeira de determinadas famílias instaladas em Guaporé.

De forma tangencial, discutiu-se também o papel das mulheres migrantes na Europa e para além do contexto europeu, inseridas em trabalhos desde artesanais que exigiam força braçal até de administração nas indústrias e como comerciantes. Buscou-se, mesmo que *grosso modo*, tirar do ocultismo a figura feminina, responsável por múltiplas funções, como a profissional nas oficinas e a maternidade, além de fundamentais por toda a engrenagem que permitia e permite o funcionamento e desenvolvimento das organizações familiares. A intenção ao tratar, ainda que sutilmente, desse universo tão amplo e ao mesmo tempo ainda tão carente de estudos é de fomentar demais pesquisas acerca do tema, uma vez que, além de serem ocultadas no passado pela representação/imposição masculina, inclusive em álbuns e livros comemorativos de diversas imigrações, a realidade é que cada vez mais se faz necessário o olhar cauteloso, permanente e com zelo em torno do tema, minimamente considerando-o como uma obrigação ética e moral a tudo aquilo que o trabalho incansável do feminino não somente representou, como ainda representa na sociedade.

Defende-se que, para compreender a dinâmica das práticas de grupos específicos e cadeias migratórias, desde matrimônios consanguíneos até desempenho profissional, é

fundamental entender o ponto de partida dos sujeitos. Por longos períodos, a imigração e os imigrantes europeus no estado foram motivo de generalizações. Eram deixadas de lado características consideradas de menor importância, como os costumes e as identidades ou artifícios para a reconstrução de identidades étnicas. Entretanto, por meio de estudos mais esmiuçados, entendeu-se que justamente os detalhes considerados irrelevantes permitem perceber os motivos das diferenças entre imigrantes italianos e descendentes.

Nos frutos dos matrimônios endogâmicos descritos, não se verificaram deficiências congênitas registradas nas famílias. Em meio ao grupo, constatou-se uma variação entre alta e baixa fertilidade. Muitas mulheres descendentes dessas redes sofreram vários abortos, mas não existem informações sobre a saúde das crianças, se tinham ou não deficiências. Há resquícios de problemas de má formação dentária nas últimas gerações, mas não se pode definir que esteja relacionada à herança genética, pois é uma esfera que vai além dos campos de domínio deste estudo. Assim como o contexto sentimental dos casais não cabe ser julgado, os matrimônios foram arrolados com o intuito de mostrar como os fios se entrelaçavam e o quanto isso era significativo para manter a estrutura do grupo.

Depois de contextualizar os pontos de partida dos imigrantes, priorizaram-se os pontos de fixação, e esmiuçou-se a continuação das redes e dos laços de compadrio e matrimônio. Abordaram-se as linhas designadas para colonização em Guaporé, onde se estabeleceram as primeiras gerações de descendentes. Observou-se que a economia principal desses locais não está mais ligada à produção agrícola. Os pontos de escoamento da produção agrícola e artesanal em geral – transportes fluvial e ferroviário da região – perderam a força. Em Guaporé, a ferrovia está ganhando mais visibilidade devido a projetos ligados ao turismo; já em Monte Belo do Sul, em função das vinícolas e do turismo enogastronômico, as colônias continuam em processo de desenvolvimento. A maioria dos artesãos das linhas Argemiro e Santa Bárbara fechou os estabelecimentos para se dedicar ao cultivo da uva.

No Brasil, em relação aos friulanos, pouco tempo depois da emigração direcionada para o Rio Grande do Sul, averiguou-se que reuniram condições suficientes para se aventurar em novas partidas para Argentina e Chile (esse último local, apresentado apenas como migração a partir de Guaporé), novamente em migrações entre o grupo. Em termos regionais no Brasil, os descendentes de friulanos, igualmente em rede, migraram de Monte Belo do Sul para Guaporé e dessa última colônia, dentro dos mesmos elos, para Marau (então quinto distrito de Passo Fundo), onde trabalharam com madeireira e moinho. Além da conexão familiar, mantinham os ofícios, como ocorreu em Mar del Plata, Argentina. Observa-se que as teias se estendem para

territórios mais longínquos, mas os fios permaneciam atados às estruturas iniciais da rede, ou seja, aos pontos de origem dos núcleos familiares, seja nas bases laborativas e/ou matrimoniais e de compadrios.

Uma das principais intenções do trabalho foi mostrar que, nas particularidades pontuais, verificam-se possibilidades que ainda estão carentes de investigação, sejam nas esferas culturais, profissionais ou econômicas. Principalmente, buscou-se analisar, além da identidade étnico-regional, os artifícios que levaram à prática em uma espécie de reprodução dessas dinâmicas, sendo elas vinculadas a redes familiares, manutenção da língua, ofícios ou continuação das migrações em grupo.

Mesmo com o avançar dos anos, desde o início da colonização no Rio Grande do Sul, a questão da terra continua sendo um domínio das famílias mais abastadas. A principal diferença desses sujeitos também provindos de região *pedemontana* e artesãos das joias, em relação aos friulanos, é que industrializaram suas atividades, fator que não se verificou na maioria dos artesãos com esta descendência. Salienta-se que este trabalho apenas explanou superficialmente sobre os poloneses que eram ferreiros, pois a centralidade da pesquisa são os estudos direcionados à emigração italiana, especialmente de territórios montanhosos – particularmente o FO – que estiveram sob domínio do Império Austro-Húngaro. Dessa forma, aprofundar sobre grupos com outras ancestralidades, mesmo que artesãos, não era viável ao espaço de tempo estabelecido para esta investigação.

Guaporé, que se destacou como colônia nos tempos da imigração italiana, atualmente apresenta um grande êxodo rural. Os descendentes de imigrantes venderam suas propriedades para os industrialistas que dominam a economia local. Desde 1990, com o investimento massivo em empresas de pequeno e médio portes, a população agrícola migrou para a área urbana. Os dados oficiais da Prefeitura Municipal de Guaporé mostram que cerca de 90% da população reside e trabalha na parte urbana do município; entretanto, a população local defende que resta menos de 5% de habitantes nas colônias.

Contrariamente à Guaporé, em Monte Belo do Sul, cuja população é de aproximadamente 2.670 habitantes, em função de estar inserida na rota dos vinhos, a zona rural é ativa, sendo que muitas famílias permanecem dependentes da produção de seus parreirais, que é vendida às empresas da região. Em função do êxito de vendas das vinícolas regionais, a maioria dos artesãos em Monte Belo do Sul fechou suas oficinas nas últimas décadas, para se dedicar à produção da viticultura.

Os pontos de partida da Itália averiguados, com costumes, migrações sazonais e qualificadas e redes familiares, prosseguiram e, em alguns casos, ainda permanecem diretamente conectados ao Rio Grande do Sul, seja pela via profissional (com as devidas adaptações que os tempos exigiram), seja pelos prolongamentos dos núcleos familiares. Isto é, determinadas características das partes *apeninas* da Itália (locais costurados por múltiplas culturas e pontuados por particularidades aldeãs) ainda se mantêm ou mantiveram-se até recentemente ativadas pelos ítalo-brasileiros, principalmente nos atuais municípios de Monte Belo do Sul e Guaporé, que correspondem às colonizações de primeiro (Dona Isabel) e terceiro (Guaporé) períodos.

Sendo diversas as peculiaridades e os hábitos herdados dessas regiões italianas reproduzidos no Rio Grande do Sul, esses imigrantes e descendentes reconectaram-se e readaptaram-se com aqueles nos quais reconheciam a identificação propiciada pela mesma origem dos pontos de partida. Em resumo, eram grupos *pedemontanos* que apresentavam conhecimentos para além do agrícola, eram majoritariamente alfabetizados, tinham determinadas condições financeiras para a construção das estruturas que facilitavam a vida nas colônias (por exemplo, os moinhos) e prospectaram e efetivaram novas migrações por meio de redes.

Da relação de temas apresentados, pretende-se, em estudos futuros, investigar os movimentos migratórios na América Latina, tanto para Mar del Plata quanto para o Chile. Como visto, a migração do Rio Grande do Sul para a Argentina envolveu a prospecção e o apoio da estrutura de conterrâneos e parentes emigrados do Friuli para aquele país. De modo mais complexo, aconteceu o movimento para o Chile, onde ocorreram atritos com grupos locais, e onde chamam a atenção a endogamia e a consanguinidade. Diferentemente do caso argentino, no Chile o grupo de imigrantes e descendentes de friulanos dividiu-se: enquanto uma parte permanece até atualidade no Chile, outros retornaram para o Brasil e definiram a partida para o país como “frustrada e enganosa”, envolvendo a colonizadora de terras dos irmãos italianos da família Ricci.

O estudo iniciado neste trabalho sobre os fundadores das indústrias joalheira e têxtil em Guaporé também deixa uma grande lacuna a ser observada futuramente de forma mais minuciosa. Assim como são escassos os estudos sobre a colônia Guaporé, há pouca investigação acerca desse município que, embora tenha um pequeno contingente populacional, de 25.968 habitantes (censo 2020), é o segundo maior polo nacional em dois setores da economia, estando atrás dois grandes municípios – Nova Friburgo (RJ), na indústria têxtil, com uma população de

191.158 habitantes (censo 2020); e Limeira (SP), na indústria joalheira, com 308.482 habitantes (censo 2020).

A maioria dos proprietários de empreendimentos em Guaporé são empresários com descendência italiana, e isso está relacionado ao fato de o estudo desenvolvido ser pontual. A colonização europeia dessa localidade ter acontecido por meio dessa etnia não significa em absoluto que não existissem outros grupos, como aponta a própria origem indígena do nome do município. Neste trabalho em particular, contudo, a análise se deu em torno de grupos específicos de “italianos” e descendentes, mesmo que esses sujeitos se identificassem mais com os regionalismos do que com a pátria de partida. Embora não coubesse, pelo espaço delimitado, expandir os estudos para outras etnias, sem sombra de dúvidas não se ignora que estavam presentes em tal território, e que todos os grupos, em um país multifacetado como o Brasil, devem ser dignos de respeito e estudos acadêmicos. Esta análise centrou-se principalmente nos friulanos – italianos – e foi complementada por particularidades de vizinhos *apeninos* da Itália fixados no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. *O dote é a moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ÁLBUM comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Revista do Globo S.A., 1950.

ALTMAYER, Everton. *Do que sou descendente? De tiroleses! [Còssa son mi? Mi son tirolés!]*: pequena introdução sobre nossas origens trentinas. São Paulo: Circolo Trentino di São Paulo, 2008. p. 1-15.

ALTMAYER, Everton. O trentino europeu. In: BONATTI, Mário; ALTMAYER, Everton. *O dialeto trentino no Brasil*. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 213-258.

AMBIEDO, Fernanda Trentini. *Fábrica de massas alimentícias José Pappalardo: um imigrante italiano em Porto Alegre (1932-1968)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

AMBROSINI, Maurizio. *Delle reti e oltre: processi migratori, legami sociali e istituzioni*. Università degli studi di Milano: Milano, 2006. (Working papers del Dipartimento di Studi Sociali e politici). p. 1-22.

AMBROSINI, Maurizio. *Intraprendere fra due mondi*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2009.

ANDRADE, Mário de. O artista e o artesão. In: ANDRADE, Mário de. *O baile das quatro artes*. São Paulo: Livraria Martins, 1938.

ASTOLFI, Eda Lazzarotto. Diário de uma viagem: pequeno relato da viagem à terra de origem dos Astolfi. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 15, p. 31-32, 2008.

ASTOLFI, Itália. Carreteiros de Guaporé. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 6, p. 8-11, 1990.

ASTOLFI, Itália. Memórias - parte 2. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, n. 2, p. 08-12, 1985.

ASTOLFI, Itália. Meu avô Giuseppe Dall'Acqua. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 5, p. 16, 1998.

ASTOLFI, Maria. 130 anos dos Astolfi no Rio Grande do Sul. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 18, p. 49-52, 2016.

ASTOLFI, Maria. Apontamentos de viagem de Giuseppe Dall'Acqua. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, n. 1, p. 05-27, 1984.

ASTOLFI, Maria. Considerações finais. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 5, p. 43-44, 1998a.

ASTOLFI, Maria; ASTOLFI, Alexandre João (org.). *Diários de um imigrante: os registros de família escritos por Ângelo Sante Dall'Acqua*. Novo Hamburgo: edição dos autores, 2021.

ASTOLFI, Maria. Encontro em Caneva. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 15, p. 33-38, 2008.

ASTOLFI, Maria. Graciosa Bavaresco: um enxoval rico e um casamento com muito foguetório. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 5, p. 42, 1998b.

ASTOLFI, Maria. Linha Colombo: Antônio De Maman. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, n. 16, p. 25-30, 2011.

ASTOLFI, Maria. Romana Astolfi Gava. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 6, p. 15-16, 1990.

ASTOLFI, Maria. Teresa Azzalini e suas raízes cimbras. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 3, p. 24-25, 1987.

AXT, Gunter. De cavaleiro dos mostruários a capitão de indústrias: trajetória empresarial e política de A. J. Renner. In: DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 171-190.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. *Revista Filogênese*, Unesp, Marília, v. 6, n. 2, p. 148-162, 2013.

AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986.

AZEVEDO, Thales de. *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre: EST, 1979.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BACCICHET, Moreno. I masi di Polcenigo: un caso di sopravvivenza. *La Mont: rivista di studi su Mezzomonte*, Edizioni Pro Mezzomonte, Mezzomonte, v. 3, p. 9-30, 1998.

BACCICHET, Moreno. Indagine preliminare sull'insediamento storico de Mezzomonte. *La Mont: rivista di studi su Mezzomonte*, Edizioni Pro Mezzomonte, Mezzomonte, v. 2, p. 17-28, 1996.

BAILY, Samuel. Cadenas migratórias de italianos a la Argentina: algunos comentarios. *Studios migratorios Latinoamericano*, Buenos Aires, ano 3, n. 8, p. 125-135, 1988.

BALBINOT, Giovani. *Desenvolvimento econômico do município de Guaporé: a agroindústria da banha e do couro (1892-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

BALBINOT, Giovani; TEDESCO, João Carlos. A colônia Guaporé, o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação: Nordeste do RS (1892-1950). In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane (org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015. v. 4. p. 217-245.

BARILI, Tomas. *Italianos de Mar del Plata*. Napoli: Istituto Grafico Italiano, 1983.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e as outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Nascimento, vida e morte na fazenda: alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus italianos. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 337-356.

BATTISTEL, Arlindo. *Colônia italiana: religião e costumes*. Caxias do Sul: Estef, 1981.

BATTISTEL, Arlindo; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Caxias do Sul: Educs, 1982.

BATTISTEL, Arlindo; COSTA, Rovílio. *Duas Itálias*. Porto Alegre: EST, 2000.

BENEDUZI, Luís Fernando. Bens culturais, mercado e italianidade: memórias da imigração no Rio Grande do Sul. *Em questão*, Porto Alegre, v. 26, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, p. 93-120, 2020.

BENEDUZI, Luís Fernando. Caminhos de memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 40-55, jan./jun. 2009.

BENEDUZI, Luís Fernando. *Mal di paese: as reelaborações de um Vêneta imaginário na ex-colônia de Conde D'Eu*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BENEDUZI, Luís Fernando. Nostalgia, alegoria e restus: processos de desconstrução na elaboração identitária vêneta no Rio Grande do Sul. *Textura*, Canoas, n. 11, p. 11-19, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/753/575>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BENEDUZI, Luís Fernando. *Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneta imaginário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BERNARDI, Francisco. *Marau: um século de história*. Passo Fundo: Berthier, 2018.

BERTAGNA, Federica. Algunas cosas más sobre la presencia de los italianos en los procesos de colonización en Argentina y Brasil (1820-1960). In: KORNDÖRFER, Ana Paula; RAMÍREZ, Hernán; VENDRAME, Maíra Ines (org.). *Historiografías latino-americanas: temas, desafíos e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2018. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos, v. 7). p. 159-181.

BERTAGNA, Federica. *La patria di riserva: l'emigrazione fascista in Italia*. Roma: Donzelli Editore, 2006.

BERTAGNA, Federica. *La stampa italiana in Argentina*. Roma: Donzelli Editore, 2009.

BERTONHA, João Fábio. *Italianos e austro-húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades*. Caxias do Sul: Educus, 2018.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 40, n. 2, p. 106-130, 1997.

BEVILACQUA, Piero. Società rurale e emigrazione. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 95-107.

BIONDI, Luigi. Os Ramenzoni: o mundo de uma família de militantes e empresários entre Itália e Brasil. In: DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 53-74.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Tradução de Ikla Stern Cohen. Bauru: Edusc, 2001.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 289-302, jan./abr. 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento* [*La distinction: critique sociale du jugement*]. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, [1979] 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. Estratégias de reprodução e modos de dominação. *Revista Repocs*, Maranhão, v. 17, n. 33, p. 21-36, jan./jun. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

- BUOSI, Benito; NICOLETTI, Gianpier. *Un Paese all'Estereo*. L'emigrazione da Volpago tra 1870 e 1970. Montebelluna: Poligrafica Montebellunese, 1999.
- BUSATO, Marinilse Marina. *Casar bem: estratégias matrimoniais e econômicas na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2019.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição de falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, IE, 2007.
- CANTERI, Raffaello. Fra ottocento e nocevento: crisi del mondo dei cimbri ed emigrazione. In: SAURO, Ugo *et al.* (a cura di). *Cimbri Dei Monti Lessini*. Vago di Lavagno: Gianni Bussinelli Editore, 2017. p. 109-119.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 37-54.
- CARNIERI, Christopher Augusto. *A italianidade em movimento: travessias e olhares*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- CARTAS de ontem & hoje. *Revista de família*: Astolfi & Dall'Acqua, Gramado, v. 3, p. 26-27, 1987.
- CECOTTI, Franco. Mobilità e modelli migratori: il caso della Venezia Giulia. *Archivio Storico dell'Emigrazione Italiana*, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://www.asei.eu/it/2011>. Acesso em: 03 jan. 2021.
- CENTENÁRIO da imigração italiana, 1875-1975. Porto Alegre: Edel, 1975.
- CHARÃO, Egiselda Brum. *Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945-1965): história de uma imigração esquecida*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925, vol. II. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1987. p. 31-531.
- COMARÚ, Itamar Ferretto. Elígio Parise: arte, comunicação e referência fotográfica. Breves notas sobre um fotógrafo e suas fotografias. *Revista Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, v. 4, n. IV, p. 638-649, out./dez. 2012.
- CONEDERA, Leonardo. *Músicos no novo mundo: a presença de musicistas italianos na banda municipal de Porto Alegre (1925-1950)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes. *Estudos Iberoamericanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 63-73, 2006.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST, 2008.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que aconteceu com os valdenses? Italianos e italianos no Brasil meridional. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (org.). *Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes*. Caixas do Sul: Educs, 2004. p. 178-188.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Redes sociais e ocupação de espaços econômicos: imigrantes italianos em Porto Alegre. In: DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 33-40.

CONTELLI, Ermanno. Una scuola carica di “fanciullesca”: nascita e primi passi dell’istruzione elementare pubblica nel comune di Polcenigo (con zumata su Mezzomonte). *La Mont: rivista di studi su Mezzomonte*, Edizioni Pro Mezzomonte, Mezzomonte, v. 1, p. 43-62, 1994.

CORRADIN, Giuseppe. ... *E cantavam*. Porto Alegre: Meridional Emma, 1972. (Coleção de cantos populares da região de imigração italiana no Rio Grande do Sul).

CORRÊA, Marcelo Armellini. *Dos Alpes do Tirol à Serra Gaúcha: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918)*. São Leopoldo: EST Edições, 2018.

CORTI, Paola. Mulheres e migrações na Itália entre passado e presente. In: VENDRAME, Máira Ines; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). *Mulheres em movimento: experiências, conexões e trajetórias transnacionais*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 27-50.

COSTA, Rovílio. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1986.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo. *Stòria e fròtole*. História e estórias. Porto Alegre: EST, 2001.

COSTA, Rovílio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde D’Eu*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999.

COSTA, Rovílio et al. *Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST, 1997.

DAHL, Robert. O homem político. In: DAHL, Robert. *Análise política moderna*. Brasília: UnB, 1988. p. 97-118.

DALLA CHIESA, Vicente. Apontamentos sobre a história da comunidade metodista de Forqueta Baixa (Serra Gaúcha). In: WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis dos;

VON MÜHLEN, Caroline (org.). *Migrações históricas e recentes*. Lajeado: Univates, 2017. p. 548-560.

DALLA CHIESA, Vicente. Apontamentos sobre os inícios da comunidade metodista de Bento Gonçalves/RS. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis dos (org.). *Migrações: religiões e espiritualidades*. São Leopoldo: Oikos, 2016a. p. 997-1010.

DALLA CHIESA, Vicente. As vinhas da ira: o metodismo e a vitivinicultura na colônia italiana na Serra Gaúcha. In: HERÉDIA, Vânia; RADÜNZ, Roberto (org.). *140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EducS, 2015. p. 281-297.

DALLA CHIESA, Vicente. Breves registros sobre as escolas paroquiais ligadas à Igreja Metodista na região colonial italiana do nordeste gaúcho. In: ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luiz da; SANTOS, Rodrigo Luis dos (org.). *Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 161-175.

DALLA CHIESA, Vicente. O uso do italiano como língua litúrgica e de culto nas comunidades metodistas da região de colonização italiana do nordeste gaúcho (1887-1939). In: DE CARLOS, Antônio Luiz Grechi; RODEGHERO, Carla Simone (org.). *História oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade*. São Leopoldo: Oikos, 2016b. p. 1-18.

DALL'ACQUA, João Carlos. Os Dall'Acqua no Rio Grande do Sul. *Revista de família: Astolfi & Dall'Acqua*, Gramado, v. 5, p. 07-15, 1998.

DALPIAZ, Cristiano. *A cultura trentina/tirolesa no Rio Grande do Sul: um estudo sobre a questão da preservação e da construção da identidade através dos Circolos Trentinos*. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2020.

DANIEL, Marcelo Augusto. *Colônia Guaporé: Estado, imigrantes e o acesso à propriedade da terra*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

DA ROIT, Corrado. *Lavallesi nel Rio Grande: coloni veneti in Brasile a fine '800*. Feltre: Tipolitografia Beato Bernardino, 1999.

DE BONI, Luís Alberto. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (2 v.)

DE BONI, Luís Alberto. *La Mérica*. Escritos dos primeiros imigrantes italianos. Porto Alegre: EST, 1977.

DE CLEMENTI, Andreina. La grande emigrazione: dalle origini alla chiusura degli sbocchi americani. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 187-209.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

DE PARIS, Assunta (coord.). *Memórias: Bento Gonçalves – 109 anos*. Prefácio do Irmão Nadir Bonini Rodrigues. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, Arquivo Histórico Municipal, Suliani, 1999.

DE PARIS, Assunta; ZARDO, Maria de Fátima Dill Silveira. *A trajetória do comércio de Bento Gonçalves*. Bento Gonçalves: Tipograf, 1997.

DE RUGGIERO, Antonio. A grande guerra do ítalo-gaúcho Olyntho Sanmartin. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 20, n. 3, p. 300-310, 2016.

DE RUGGIERO, Antonio. A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914). *Revista Prâksis*, Novo Hamburgo, ano 15, v. 1, p. 121-138, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1534/2133>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DE RUGGIERO, Antonio. *Emigranti toscani nel Brasile meridionale 1875-1914*. Tese (Dottorato di ricerca in Studi Storici per l'età Moderna e Contemporanea) – Scuola di Dottorato in Storia, Università degli Studi di Firenze, Firenze, 2010.

DE RUGGIERO, Antonio. Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875-1914). In: DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 75-90.

DE RUGGIERO, Antonio. *Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2015a.

DE RUGGIERO, Antonio. *Settù voi venire ora è il tempo: l'emigrazione toscana in Brasile (1875-1914)*. Pisa: Pacini, 2020. v. 1.

DE RUGGIERO, Antonio. Uma imigração esquecida: histórias de “pioneiros” toscanos nas colônias do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia (org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015b. p. 65-79.

DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

DE VITO, Christian. Por uma micro-história translocal. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-História: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 101-120.

DEVOTO, Fernando. Algo más sobre las cadenas migratorias de los italianos a Argentina. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, n. 19, p. 323-343, dez. 1991.

DEVOTO, Fernando. Argentina. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana*. v. II, Arrivi. Roma: Donzelli Editore, 2002. p. 25-54.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamerica, 2003a.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. 3. ed. Buenos Aires: Sudamerica, 2009.

DEVOTO, Fernando. Italiani in Argentina. *Altreitalie*, Torino, n. 27, p. 4-17, 2003b.

DEVOTO, Fernando. Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. *Studi Emigrazione*, v. XXIV, n. 87, p. 356, 1987.

DEVOTO, Fernando. *Storia degli italiani in Argentina*. Roma: Donzelli Editore, 2007.

DEVOTO, Fernando; BERNALDO, Pilar González (édité par). *Émigration politique: une perspective comparative*. Paris: L'Harmattan, 2001.

DÍEZ, Javier Gonzáles; VIAZZO, Pier Paolo. El parentesco ficticio entre América Latina y Europa: estrategias de respuesta a la desparentalización en perspectiva comparada. *Confluenze*, Bolonha, v. 8, n. 1, p. 89-104, 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. 2. ed. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ERMACORA, Matteo. Coloni e pionieri gemonesi nelle Americhe. Note sulle partenze nei primi anni “grande emigrazione” (1877-1888). In: CONGRES, 78., 2001, Glemone. *Atti [...]* Glemone: Società Filologica Friulana, 2001. p. 191-206.

EXPOSIÇÃO NACIONAL, 1908, Rio de Janeiro. *Premios concedidos pelo Jury Superior*. Julgamento da Secção Portuguesa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

FADELLI, Alessandro. Tra “lame” e “ciarboners”. Note sulla vita a Mezzomonte tra gli inizi del Settecento e la prima metà dell'Ottocento. *La Mont: rivista di studi su Mezzomonte*, Edizioni Pro Mezzomonte, Mezzomonte, v. 1, p. 23-40, 1994.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. A Historia Agraria en el sur de Brasil: un panorama sobre los últimos avances historiográficos. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, Buenos Aires, v. 48, p. 174-206, 2018.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). *Anos 90*, UFRGS, Porto Alegre, v. 15, p. 359-383, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844). *Topoi: revista de história (on-line)*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 389-413, 2014.

FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FAVARO, Cleci Eulalia. Penélopes do século XX: a cultura popular revisitada. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 791-808, jul./set. 2010.

FAVERO, Luigi *et al.* *Il contributo italiano allo sviluppo del Cile*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1993.

FERNÁNDEZ, Alejandro. La ley argentina de inmigración de 1876 y su contexto histórico. *Almanack*, Guarulhos, n. 17, p. 51-85, dez. 2017.

FERREIRA, Adriana; ABRANTES, Elizabeth Sousa. O declínio do dote e as novas prendas sociais femininas na sociedade maranhense da segunda metade do século XIX. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: Anpuh, 2013. p. 1-9.

FERREIRO, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Federico. Nupcialidad, compadrazgo y endogamia en las Yungas de Jujuy (Noroeste de Argentina) durante la primera mitad del siglo XIX. *Caravelle: cahiers du monde hispanique et luso-bresilien*, Toulouse, v. 101, p. 21-56, 2013.

FERRERES, Orlando. *Dos siglos de economía argentina (1810-2004)*. Buenos Aires: Fundación Norte y Sur, 2004.

FINZI, Roberto; MAGRIS, Claudio; MICCOLI, Giovanni. *Il Friuli-Venezia Giulia*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2002. (v. I).

FORNARI, Luciana; MORETTO, Cleide Fátima. A indústria de confecção de lingerie no município de Guaporé (RS): algumas evidências em termos da estrutura e principais características do processo produtivo. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 34, Número Especial, p. 715-738, 2013. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/3016/3207>. Acesso em: 07 jan. 2019.

FORNASIN, Alessio. Determinants of territorial Exogamy in Friuli (north-east Italy) in the second half of the nineteenth century. *Journal of Biosocial Science*, Cambridge University Press, Cambridge, v. 43, n. 4, p. 453-467, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FRANCO, Alvaro. *Abramo já tocou... Ou a epopeia de um imigrante*. São Paulo: Ramo Franco, 1943. (Ensaio biográfico).

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

FRANZINA, Emilio. Dopo il '76. Una regione all'estero in Il Veneto: Storia d'Italia. In: LANARO, Silvo (a cura di). *Le regione dall'Unità a oggi*. Torino: Einaudi, 1984. p. 469-575.

FRANZINA, Emilio. *Gli italiani al Nuovo Mondo: l'emigrazione italiana in America, 1492-1942*. Milano: Mondadori, 1995a.

FRANZINA, Emilio. Il concetto storico di regione emigratoria. *In*: FRANZINA, Emilio. *La storia altrove*. Casi nazionali e casi regional nelle moderne migrazioni di massa. Verona: Cierre Edizioni, 1998. p. 143-154.

FRANZINA, Emilio. Il Friuli e l'America. Donne, società, emigrazione fra '800 e '900. *In*: MODOTTI, Tina (a cura di). *Atti del Convegno Internazionale di Studi*. Udine: Arti Grafiche Friulane, 1995b. p. 79-95.

FRANZINA, Emilio. *Merica! Merica!* Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina (1876-1902). Verona: Cierre Edizioni, 1994.

FRILLI, Franco. Um marchio per il castagno. *La Mont*: rivista di studi su Mezzomonte, Edizioni Pro Mezzomonte, Mezzomonte, v. 2, p. 7-10, 1996.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. 2. ed. Caxias do Sul: Educus, 2009.

GALLO, Ezequiel. *La pampa gringa*: la colonización agrícola en Santa Fe (1870-1895). Buenos Aires: Sudamericana, 1983.

GELLNER, Ernest. *Thought and Change*. Londres: Weidenfeldand Nicolson, 1964.

GERTZ, René. Imigração e empreendedorismo Industrial no Rio Grande do Sul. *In*: DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil*: estudos de casos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 157-170.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Nariono. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. *In*: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 47-67.

GIRON, Loraine Slomp. Do Trentino ao Trentino: imigrantes tirolezes na antiga colônia Caxias. In: GROSSELLI, Renzo (org.). *Trentamila tirolezi in Brasile: storia, cultura, cooperazione allo sviluppo*. Trento: [s. n.], 2005. p. 5-32.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EducS, 2001.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOLIN, Tau. *A tradicionalidade na cultura e na História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tchê, 1989.

GOLIN, Tau. *Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Méritos, 2004.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Palameda, 2012.

GRENDI, Edoardo. Microanalisi e storia sociale. *Quaderni Storici*, Bologna, n. 35, p. 506-520, 1977.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 251-262.

GRI, Gian Paolo. *(S)confini: memoria e futuro, identità e tradizioni in Friuli*. Provincia di Pordenone: Circolo Culturale Menocchio, 2015.

GROSSELLI, Renzo. *Noi tirolezi, sudditi felici di Don Pedro II*. Porto Alegre: EST Edições, 1999.

GROSSUTTI, Javier. Friulane all'estero e in patria nel primo Novecento: le donne come protagoniste e garanti dell'esperienza migratoria. In: LUCONI, Stefano; VARRICHIO, Mario (a cura di). *Lontane da casa. Donne italiane e diaspora globale dall'inizio del Novecento a oggi*. Torino: Centro Altretalie, 2015a. p. 305-332.

GROSSUTTI, Javier. La comunità di Frisanco all'estero, traccia per un'anagrafe. In: CANTARUTTI, Novella (a cura di). *Commun di Frisanco*. Frisanco-Poffabro-Casasola, Comune di Frisanco, Maniago: [s. n.], 1995. p. 227-294.

GROSSUTTI, Javier. L'emigrazione dal Friuli Venezia Giulia in Brasile. *Archivio Multimediale della Memoria dell'Emigrazione Regionale*, 2013a. p. 1-36. Disponível em: <http://www.ammer-fvg.org>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GROSSUTTI, Javier. L'emigrazione dal Friuli Venezia Giulia negli Stati Uniti. *Archivio Multimediale della Memoria dell'Emigrazione Regionale*, 2013b. p. 1-22. Disponível em: <http://www.ammer-fvg.org>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GROSSUTTI, Javier. *L'emigrazione nel Friuli Occidentale: guida alla sezione museale "Lavoro ed emigrazione"* di Cavasso Nuovo. Friuli Venezia Giulia: Olmis, 2018.

GROSSUTTI, Javier. Mujeres de Friuli (Italia) en el Plata: transformaciones migratorias entre los siglos XIX y XX. *Revista de Demografía Histórica*, v. XXXV, n. II, p. 73-100, 2017. ISSN 1696-702X.

GROSSUTTI, Javier. Scelte migratorie e politiche nazionali: alcune riflessioni sul caso ítalo-brasiliano. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2015b. p. 104-131.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GULLAR, Ferreira. O artesanato e a crise da arte. *Revista de Cultura e Vozes*, Petrópolis, v. 88, n. 4, p. 7-12, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova*, Barcelona, n. 94, v. 10, p. 1-10, ago. 2001. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn-94-10-htm. Acesso em: 19 fev. 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A presença das mulheres na economia da zona colonial italiana no Rio Grande do Sul. In: VENDRAME, Maíra Ines; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). *Mulheres em movimento: experiências, conexões e trajetórias transnacionais*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 234-248.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O empreendedorismo na economia imigrante no sul do Brasil. In: DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 127-140.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1225/848>. Acesso em: 02 jan. 2020.

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. *Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó*. Chapecó: Argos, 2017.

HOBBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HUNSCHE, Carlos; ASTOFI, Maria. *O quadriênio 1827, 1830 da imigração e colonização alemã no RS*. Porto Alegre: G&W, 2004.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180-196.

KELLER, Paulo Fernando. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. *Política & trabalho: revista de ciências sociais*, Paraíba, n. 41, p. 323-347, out. 2014.

KELLY, Patricia Fernández. Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration. In: PORTES, Alejandro (org.). *The economic sociology of immigration*. Nova York: Russell Sage, 1995. p. 1-41.

LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 114-134.

LA MONT. Mezzomonte: Edizioni Pro Mezzomonte, 1994-1998.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Máira Ines *et al.* (org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015a. p. 246-262.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014.

LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, Máira Ines *et al.* (org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015b. p. 12-31.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 167-182.

LEVI, Giovanni; RAMELLA, Franco. Immigrazione e doppio lavoro lungo il corso della vita: alcune osservazioni sul Piemonte dell'ottocento. In: ALCIDE CERVI, 11., 1989. *Atti [...]*. 1989. p.101-112.

LIMA, Henrique Espada. Os perigos do Geertzismo – Giovanni Levi. *História Social*, Campinas, n. 6, p. 137-146, 1999.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LUCHESE, Terciane Ângela. *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*. Caxias do Sul: UCS, 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. O processo escolar entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: Anped, 2005. p. 1-15.

LUZZATTO, Darcy Loss. *El nostro parlare: e outras crônicas*. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1993. (Edição bilíngue: talian-português).

- MACDONALD, John; MACDONALD, Leatrice. Chain migration, ethnic neighborhood formation and social networks. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, [s. n.], v. XLII, n. 1, p. 82-96, 1964.
- MACHADO, Lia Osório. *Limites, fronteiras, redes*. Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: AGB, 1998.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.
- MAHER, Tereza Machado. Sendo índio em português. In: SIGNORI, Inês (org.) *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1988.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1 – O processo de produção do capital, v.1-2. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. *Population and Development Review*, New York, v. 14, p. 383-413, 1988.
- MATTÉ, Aline Karen. *Prazeres velados e silêncios suspirados: sexualidade e contravenções na região colonial italiana (1920-1950)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MATTEI, Luigino. *Gli 800 anni del principato di Trento*. Trento: Casa Editrice Panorama, 1990. (Collana di monografie La patria d'origine, v. 5).
- MAYBURY-LEWIS, David. Identidade étnica em estados pluriculturais. In: SCOTT, Parry; ZARUR, George (org.) *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: Editora Universitária, 2003. p. 11-18.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v. 2). p. 385-437.
- MICELLI, Francesco. Emigrazione friulana (1815-1916). Liberali e geografi, socialisti e cattolici a confronto. *Qualistoria*, Trieste, v. X, n. 3, p. 5-38, 1982.
- MICELLI, Francesco. Frisanco, Poffabro, Casarola: orizzonti migratori a confronto. In: CANTARUTTI, Novella (a cura di). *Commun di Frisanco*. Frisanco-Poffabro-Casasola, Comune di Frisanco, Maniago: [s. n.], 1995. p. 247-271.
- MICELLI, Francesco. La montagna friulana e l'emigrazione nelle Americhe: il caso di Cleulis. In *Alto*, Udine, v. CXII, p. 75-85, 1994.
- MICELLI, Francesco. L'emigrazione temporanea del Friuli. In: COSATTINI, Giovanni. *L'emigrazione temporanea in Friuli, ristampa anastatica*. Trieste-Udine, Regione Friuli-Venezia Giulia: [s. n.], 1983. p. XII-XXXII.
- MICELLI, Francesco. Stagioni, luoghi e parole: le lettere di un emigrante temporaneo (1905-1915). In: D'AGOSTIN, Adriano; GROSSUTTI, Javier (a cura di). *Ti ho spedito Lire cento*.

Le stagioni di Luigi Piccoli, emigrante friulano. *Lettere famigliari (1905-1915)*. Pordenone, Comune di Codroipo: ERMI, 1997. p. 269-326.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, Lilia; QUEIROZ, Renato Silva (org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 46-75.

MORDENTE, Olga Alejandra. A herança da língua italiana na fala e na cultura dos argentinos: italianismos e italianidade. *Revista de Italianística*, São Paulo, v. XXXVIII, p. 99-111, 2019.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Márcio de. Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., jul. 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300621217_ARQUIVO_PoliticadeimigracaoMarciodeOliveirartf.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil – nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PASA, Marco. La colonizzazione cimbra della Lessinia. In: SAURO, Ugo *et al.* (a cura di). *Cimbri Dei Monti Lessini*. Vago di Lavagno: Gianni Bussinelli Editore, 2017. p. 35-68.

PASA, Marco. Pastorizia in Lessinia, economia locale ed economia di mercato. In: SAURO, Ugo *et al.* (a cura di). *Cimbri Dei Monti Lessini*. Vago di Lavagno: Gianni Bussinelli Editore, 2017. p. 75-100.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatary. *A revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatary. Esta história que chamam micro. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos *et al.* (org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 209-234.

PESAVENTO, Sandra Jatary. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POZZOBON, Andrea. *Uma odisséia na América*. Editado por Zolá Franco Pozzobon. Caxias do Sul: Educ, 1997.

PRECIOSO, Daniel. Edoardo Grendi e Giovanni Levi: da antropologia a microanálise histórica (1977-1985). *Revista de Teoria da História*, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 132-167, jul. 2019.

PROTASI, Maria Rosa. L'emigrazione minorile dalla montagna italiana nel lungo ottocento: tipologie e caratteri evolutivi. *Forum Editrice Universitaria Udinese: popolazione e storia*, Udine, v. 9, n. 1, p. 9-33, 2008. Disponível em: <https://popolazioneestoria.it/article/view/225>. Acesso em: 22 jan. 2020.

PUPPINI, Laura. *Cooperare per vivere*. Vittorio Cella e le cooperative carniche 1906-1938. Tolmezzo: Gli Ultimi, 1988.

RAMELLA, Franco. Gli studi sull'emigrazione tra vecchi paradigi e nuove prospettive. In: SAIJA, Marcello (a cura di). *L'emigrazione italiana transoceanica tra Otto e novecento e la storia delle comunità derivate*. Atti del Covegno Internazionale di Studi. Salina 1-6 giugno, 1999. V. I-II. Messina: Edizione Trisform, 2003. p. 25-34.

RAMELLA, Franco. Por un uso flerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (org.). *Immigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995. p. 9-21.

RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglia e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143-159.

RAZADOR, Leonir. *Povoadores e história de Monte Belo do Sul: de Zamith a Monte Belo do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996. p. 441-454.

RENZULLI, Gabriele. *Economia e società in Carnia fra 800' e 900'*. Dibattito politico e origini del socialismo. Udine: IFSML, 1978.

REVISTA DE FAMÍLIA: ASTOLFI & DALL'ACQUA. Gramado, v. 16, 2011.

REVISTA DE FAMÍLIA: ASTOLFI & DALL'ACQUA. Gramado, v. 10, 1998.

REVISTA DE FAMÍLIA: ASTOLFI & DALL'ACQUA. Gramado, v. 6, 1990.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.). *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no RS*. Caxias do Sul: EducS, 2018.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 108-132, ago. 2013.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da História comparada. *Revista brasileira de História & Ciências Sociais*, Santa Vitória do Palmar, v. 5, n. 10, p. 1-23, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10541>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SABBATINI, Mario (coord.). *La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul*. Gli insediamenti nelle aree rurali. Firenze: Consiglio Nazionale delle Ricerche. Centro di ricerche per l'América Latina. Cultura Cooperativa. Editrice Firenze, 1975.

SANFILIPPO, Matteo. Tipologia dell'emigrazione di massa. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 77-84.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-18, 2020.

SANTIN, Silvino. *Caminhos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (XXVII)*. Labomídia, 2011. Disponível em: http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col_italiana/7_Caminhos_da_ImigracaoItaliana_No_RS-chronicas_21_a_30.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

SANTOS, Miriam Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). *Revista Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 255-284, jan./jul. 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAURO, Ugo. Alla scoperta dei cimbri dei monti Lessini. In: SAURO, Ugo *et al.* (a cura di). *Cimbri Dei Monti Lessini*. Vago di Lavagno: Gianni Bussinelli Editore, 2017. p. 15-24.

SAURO, Ugo *et al.* (a cura di). *Cimbri Dei Monti Lessini*. Vago di Lavagno: Gianni Bussinelli Editore, 2017.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA).

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004. Acesso em: 25 jul. 2019.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 1-27, 1985.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 91, p. 31-63, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

SMITH, Anthony. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *Imigração e Quarta Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. 2. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Editora da UFSM, 2019.

SULIANI, Antônio. *Etnias e carismas: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

TEDESCO, João Carlos. Casamentos mistos: novas sociabilidades e quadros coletivos. Aspectos da imigração de brasileiros na Itália. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 1, p. 115-133, jan./abr. 2014.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: UPF Editora; Xanxerê: Editora da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. *A colônia Guaporé: configuração territorial, política e econômica (1892-1940)*. Porto Alegre: EST Edições, 2020.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. Colonos em Milão: a participação do Rio Grande do Sul na L'Esposizione Internazionale del Sempione (1906) e suas correlações com a imigração italiana. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 8, n. 16, p. 252-269, jul./dez. 2016.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. *Comércio, carretas e trapiches: a Colônia de Guaporé e o Porto de Muçum 1892-1940*. Passo Fundo: UPF Editora, 2015.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani; CORTEZE, Dilse. Italianos em Passo Fundo: final do século XIX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane (org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varela, 2017. p. 189-255.

TEDESCO, João Carlos; ROSSETTO, Valter. *Festas e saberes: artesanato, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. *A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida*. São Paulo: Hucitec, 1993. (Coleção Ciências Sociais Hoje). p. 9-19.

TILLY, Charles. Migration in Modern European History. In: MCNEILL, William; ADAMS, Ruth (org.). *Human migration, patterns and policies*. Cambridge: Indiana University Press, 1978. p. 48-72.

TONNON, Eloy. *Saga da família Ruschel: reminiscências históricas de longa duração de Sebastião a Renato*. Palmas: Kayganguê, 2010.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. *Polska emigração: revisitando e ampliando o tema da presença polonesa na América Latina*. *Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 297-305, dez. 2016.

TRUZZI, Oswaldo. Italianos no Brasil: história, presença e cultura. In: MATOS, Maria Izilda S. de et al. (org.). *Gente nostra: práticas endogâmicas entre italianos no interior paulista (1882-1914)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2020. p. 7466-7620 (paginação por posição, livro digital).

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

TRUZZI, Oswaldo; SACOMANO NETO, Mario. Redes, migrações e economia étnica na experiência paulista. In: DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 43-52.

VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VANGELISTA, Chiara. Mobilidade social e espacial como objetos da história. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 19., São Leopoldo. *Anais [...]*. Organizado por Martin N. Dreher. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 9-24.

VANINI, Ismael. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

VECOLI, Rudolph. Negli Stati Uniti. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (acura di). *Storia dell'emigrazione italiana*. Arrivi, Roma: Donzelli Editore, 2002. p. 55-84.

VECOLI, Rudolph. The Italian Immigrants in the United States Labor Movement from 1880 to 1929. In: BEZZA, Bruno (a cura di). *Gli italiani fuori d'Italia. Gli emigrati italiani nei movimenti operai dei paesi d'adozione (1880-1940)*. Milano: Franco Angeli Editore, 1983. p. 257-306.

VENDRAME, Maíra Ines. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VENDRAME, Maíra Ines. Com tinta do meu sangue: redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano. In: BENEDUZI, Luis Fernando; DADALTO, Maria Cristina. *Mobilidade humana e circularidade de ideia: diálogos entre a América Latina e a Europa*. Veneza: Ca' Foscari, 2017a. (Diaspore, Quaderni di ricerca 7). p. 67-78.

VENDRAME, Maíra Ines. Donas do próprio destino? Experiências transnacionais de imigrantes italianas no Brasil meridional. In: VENDRAME, Maíra Ines; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). *Mulheres em movimento: experiências, conexões e trajetórias transnacionais*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017b. p. 85-133.

VENDRAME, Maíra Ines. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias: algumas reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. (org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 200-223.

VENDRAME, Maíra Ines. “Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor”: redes sociais, família e estratégias migratórias. *Métis: história & cultura, Caxias do Sul*, v. 9, n. 17, p. 69-82, 2011.

VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. Redes sociais e imigração em cadeia para o Sul do Brasil no século XIX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., Santa Maria. *Anais [...]*. Santa Maria: Anpuhrs, 2010. p. 1-16. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1278247801_ARQUIVO_artigoamphu-2010.pdf. Acesso em: 19 dez. 2019.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus, Juiz de Fora*, v. 3, p. 85-98, 1997.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1946.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

ZAFALON, Mírian. A identidade feminina à sombra da dominação masculina: uma leitura de *Camarão no jantar*, de Sonia Coutinho. *Revista Letras*, Curitiba, v. 16, n. 19, p. 1-19, jul./dez. 2014.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A Família como patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos. *Campos: revista de antropologia*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 53-67, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1635>. Acesso em: 20 maio 2021.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. In: DALMOLIN, Cátia (org.). *Mordaça verde e amarela*. Santa Maria: Palotti, 2005. p. 113-128.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 521-547, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v13n2/09.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ZANINI; Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam. Colonas italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 89-106.

FONTES

Álbuns de família

Revistas de família

Livros de batismo 1, 2, 3, 4 e 5, de 1886 a 1917, da colônia Dona Isabel

Livros de matrimônio 4, 5, 6 e 7, da colônia Dona Isabel

Livros de batismo 4, 5, 6 e 7, de Monte Belo do Sul

Livros de matrimônio 5, 6, 7 e 8, de Monte Belo do Sul

Livros de batismo 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de 1897 a 1923, da paróquia de Guaporé

Cópia dos livros de matrimônio 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de 1897 a 1939, da colônia Guaporé, disponíveis na cúria de Passo Fundo³¹⁵

Livros de matrimônio 3, 4, 5 e 6, de 1940 a 1965, da paróquia de Guaporé

Livros de impostos, de 1897 a 1924, da colônia Dona Isabel, disponíveis no Arquivo Histórico de Bento Gonçalves

Certidões de batismo da cúria de Caxias do Sul

Informações do cartório de Veranópolis

Informações do cartório de Bento Gonçalves

Informações do cartório de Monte Belo do Sul

Informações do cartório de Caxias do Sul

Informações do cartório de Guaporé

Informações do cartório de Erechim

Informações do cartório de Barão de Cotegipe

Informações do Archivio di Stato di Udine

Informações do Archivio di Stato di Pordenone

Informações, cedidas via família, da Chiesa Parrocchiale dei Santi Fosca e Maura e Osvaldo Re, de Frisanco, Itália

³¹⁵ Em 1998, os livros matrimoniais originais de 1897 a 1939 foram destruídos em incêndio que acometeu a igreja em Guaporé.

Informações do site Family Search

Informações do site Don Giuseppe Santin

ARIENTI, Nilse. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, dez. 2020.

ASTOLFI, Maria. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Gramado, maio 2021.

BATISTELA, Anita Di Domenico. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, dez. 2020.

FILIPPON, Adelar. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Monte Belo do Sul, out. 2020.

FILIPPON, Lucimar. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Monte Belo do Sul, mar. 2021.

MARINA, Gilmar. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, out. 2020.

MARINA, Mário. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, out. 2020.

PASQUALI, Carlos Alberto. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, nov. 2020.

PASQUALI, Martha. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, nov. 2020.

RAZADOR, Leonir. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Monte Belo do Sul, mar. 2021.

REDER, Sandra Maria Tesser. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, abr. 2021.

SPILLER, Antonio Carlos. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, dez. 2020.

TOMASETTO, Valdir. *Entrevista*. [Entrevista cedida a] Marinilse Candida Marina Busato. Guaporé, nov. 2020.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.297.377

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MARITO E BUOI DEI PAESI TUOI: estratégias familiares na reprodução da identidade friulana na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (1882-1960)

Pesquisador: Marinilse Cândida Marina Busato

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 34811420.8.0000.5342

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.297.377

Apresentação do Projeto:

O trabalho de tese de doutorado pretende discutir a prevalência de identidade étnico-regional dos imigrantes italianos friulanos, que, acostumados com região montanhosa costurada por múltiplas fronteiras, trouxeram consigo inúmeras particulares que os distinguiam dos demais imigrantes italianos. Os grupos pedemontanos já apresentavam características peculiares ao restante dos compatriotas na própria pátria, em específico, os friulanos. Vistos de forma pejorativa na Itália, não se integraram com os demais imigrantes em suas primeiras gerações no Rio Grande do Sul. Para ser possível esta análise, observam-se as trajetórias familiares, o modo como este grupo de imigrantes fez uso de identidades variadas, de acordo com seus interesses, e a manutenção da identidade friulana familiar entre os sujeitos por gerações.

Objetivo da Pesquisa:

Discutir a prevalência de identidades étnico-regionais, em determinados grupos, como os friulanos, que, adaptados à região montanhosa costurada por múltiplas fronteiras, trouxeram consigo inúmeras particulares que os distinguiu dos demais imigrantes italianos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Referente aos riscos, se caso, os participantes, sentirem algum desconforto falando sobre essa

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar

Bairro: São José

CEP: 99.052-900

UF: RS

Município: PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.297.377

fase ou recordando alguma peculiaridade de sua vida. Se for identificado algum sinal de desconforto psicológico das partes, a pesquisadora compromete-se em orientá-los e encaminhá-los para os profissionais especializados na área.

Benefícios:

Valorização da história familiar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As principais fontes – que, para este momento, ainda estão sendo analisadas – são os registros das paróquias de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul, Guaporé (que se encontram em parte na Cúria de Passo Fundo), Santa Teresa, registros batismais da cúria de Caxias do Sul, as certidões de óbito, nascimento e matrimônio, os testamentos, as informações dos boletins consulares italianos referentes a estas duas colônias e os álbuns de famílias. Além, das informações que são possíveis consultar de forma online nos arquivos do estado italiano, comune de Pordenone, e comune de Udine, ambas localizadas na região do Friuli ocidental. Associando-se a estas documentações serão utilizadas também fontes orais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide conclusões e pendências

Recomendações:

Após o término da pesquisa, o CEP UPF solicita:

- a) A devolução dos resultados do estudo aos sujeitos da pesquisa ou a instituição que forneceu os dados;
- b) Enviar o relatório final da pesquisa, pela plataforma, utilizando a opção, no final da página “Enviar Notificação” + relatório final”.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução n. 466/12, do Conselho Nacional da Saúde, Ministério da Saúde, Brasil, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar	
Bairro: São José	CEP: 99.052-900
UF: RS	Município: PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157	E-mail: cep@upf.br

**UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF**



Continuação do Parecer: 4.297.377

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1583706.pdf	02/09/2020 17:41:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	02/09/2020 17:40:51	Marinilse Cândida Marina Busato	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Marinilse.pdf	02/09/2020 17:38:23	Marinilse Cândida Marina Busato	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declar.pdf	02/09/2020 17:37:35	Marinilse Cândida Marina Busato	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	02/09/2020 17:35:56	Marinilse Cândida Marina Busato	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PASSO FUNDO, 24 de Setembro de 2020

**Assinado por:
Felipe Cittolin Abal
(Coordenador(a))**

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

ANEXO B – CARTA DE AGOSTINO BRUN AO VIGÁRIO DE POFFABRO³¹⁶

Al. Sig. Daniele De Zorzi, vicario di Poffabro.

Donna Isabella, linea Jansen, n. 109, li 3 agosto 1882

Pregiatissimo sig. vicario,

Le ho promesso prima di venire via di scriverLe lo stato delle cose di qui ed ora non manco al mio dovere.

Qui, Le parlo chiaro, se è andato prete per professione, per divertirsi ossia per passar ela vita meno male, è duopo che stia in Italia ove gode di tuti gli agi della vita; se poi è andato prete per vocazione e per la salute dell'umanità conforme il mandato ricevuto dal nostro divin Salvatore, è duopo partire subito e venire qui. Qui c'è proprio l'assoluto bisogno di aver dei sacerdoti, dei ministri di Dio che mantengano viva la fede del nostro divin Maestro e si adoperino a confortare i credenti a credere, a sperare, onde non svi[i]no dalla vera strada che conduce al porto di salute.

Si figuri di credere Donna-Isabella come centro di um circolo avente per raggio di distanza di 6 a 7 ore di cammino; è un bel circolo, non è vero? Sul terreno di questo circolo sono quasi circa a 12 milla persone e in tutti [h]avi un prete con sede al centro. Le osservazioni ad Ella... Ora in tutti i raggi o linee di questo circolo questi poveri contadini si hanno eretto delle piccole chiese ove si uniscono alla festa per fare le solite orazioni, come erano usi in Italia, e qui nella linea ove son io, che è lunga circa 6 ore, ci sono già fatte 7 chiese, delle quali quella del n. 100, ove risiedo io, è la maestra, perchè nessuna altra ha la fortuna di aver un maestro per principale.

Si figuri, io dico la messa su uno di quei libretti di divozione comuni in Italia, spiego il Vangelo, s'intende, al mio modo, valendomi del diurno ove cavo il soggetto, fo dottrina e cantiamo li vesperi come in Italia. Dopo che sono io qui abbiamo avuta la grazia si avere una s.messa che ne ha costato dieci fiorini.

Se pensa dunque di venire, io l'assicuro che è aspettato a braccia aperte, solamente che è difficile, se si mette nelle mani del vescovo di Porto Alegre, che lo mandi qui. Ci sono tanti manegi e preti pochi e, se si vuole venire qui, bisogna che sia risoluto proprio. Che dica di andare a casa sua, che tiene parenti ecc.ecc.ed io l'assicuro che troverà una buonissima popolazione e che guadagnerà soldi a bizzeffe.

Faticare si bisogna che fatichi e la sua vita sarà quella di stare a cavallo. Se non basterà questa linea, ci è qui vicino la linea Palmira, ove ancora più di qui sono molti per avere il prete. Si piglierà due linee ed anche 3 e avrà un 600 famiglie. Se vuole contentarsi della nostra linea, avrà 200 famiglie, le quali pagheranno volentieri 4 e anche 5 fiorini per famiglia e più ne piglierà più ne guadagnerà. Il prete d'Isabella ha 93 fiorini al mese dal governo e poi metà delle messe, 5 fiorini l'una, i battessimi in generale 1 fiorino, ma si figuri che l'anno passato ne ha battezzati 646, così dicono. I matrimoni 4 fiorini e le messe piccole tutte 1 fiorino, ma è un avaraccio che non si contenta mai.

Mi scriva dunque se accetta e mi mandi una carta sulla quale scriva quali diritti intende di esigere ed io la farò accettare da tutti i capifamiglia della linea o linee, come vuole.

Passo a salutarla e nella speranza di ancora vederLa mi raffermo umilissimo servo.

Brun, Agostino.

³¹⁶ MICELLI, Francesco. Frisanco, Poffabro, Casarola: orizzonti migratori a confronto. In: CANTARUTTI, Novella (a cura di). *Commun di Frisanco*. Frisanco-Poffabro-Casasola. Comune di Frisanco, Maniago: [s. n.], 1995. p. 265-266.

APÊNDICE A – RELAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS FRIULANAS ARROLADAS NOS QUADROS E AS *COMUNI* DE PROCEDÊNCIA³¹⁷

Esta lista é composta dos locais em que há ou havia maior incidência dos nomes familiares apresentados. Não significa, portanto, que não são providas de outras partes do Friuli ou de outras regiões. Entretanto, no Brasil, instalaram-se majoritariamente nas linhas friulanas, e os sobrenomes constam no banco de dados do governo da região. Na relação de lugares, as províncias são citadas apenas quando necessário, com o intuito de localizar o leitor.

<i>Alberti</i>	principalmente de Vivaro e Facagna
<i>Alfier</i>	Mezzomonte e Polcenigo
<i>Andreuzi ou</i>	Meduno e outras partes do Friuli Ocidental
<i>Andreussi</i>	
<i>Barzan</i>	de várias partes do Friuli Conforme fontes familiares, a família Barzan citada neste trabalho é de Frisanco.
<i>Bassani</i>	principalmente de Campoformido
<i>Bazzo</i>	Brugnera
<i>Beltrame</i>	Frisanco, Maniago e outras partes do Friuli Ocidental
<i>Benvenuto</i>	San Vito al Tagliamento e Sesto al Reghena
<i>Bergamini</i>	principalmente de Udine e arredores
<i>Bernardon</i>	principalmente de Frisanco e Cavasso Nuovo
<i>Bertone</i>	principalmente de Remanzacco
<i>Bressan</i>	principalmente de Venzona
<i>Brugnera</i>	principalmente de Codroipo
<i>Brun</i>	<i>frazione</i> de Poffabro, Frisanco
<i>Canevese</i>	principalmente de Pasiano di Pordenone
<i>Cansian ou</i>	Pordenone e várias partes do Friuli
<i>Cancian</i>	
<i>Canton</i>	principalmente de Pordenone
<i>Casagrande</i>	de várias partes do Friuli Ocidental (Brugnera, Caneva, Aviano, Sacile etc.)
<i>Cella</i>	principalmente de Forni di Sopra
<i>Cesca</i>	principalmente de Castelnovo Del Friuli
<i>Ciotta, Ciot ou</i>	de várias partes do Friuli (Barcis, Sacile, Bicinicco etc.)
<i>Ciotti</i>	
<i>Colussi</i>	As famílias analisadas são de Frisanco e Maniago.
<i>Comel</i>	Terzo d'Aquileia, Salcano, Palmanova e Gorizia

³¹⁷ As informações foram confirmadas em álbuns familiares e no site do governo italiano Friuli in prin: anagrafe storica delle famiglie friulane. Disponível em: <http://www.friulinprin.beniculturali.it/>.

<i>Concari</i>	principalmente de Pinzano al Tagliamento
<i>Culau Merlo</i>	de várias partes do Friuli (Aviano, Trivignano Udinese etc.)
<i>De Bortoli</i>	de várias partes do Friuli A família De Bortoli citada neste trabalho é de Polcenigo.
<i>De Carli</i>	Manigo e Frisanco (famílias analisadas), mas também Brugnera e outras partes do Friuli Ocidental
<i>De Cecco</i>	de várias partes do Friuli (Frisanco, Fanna etc.)
<i>De Conti</i>	principalmente de Cercivento
<i>Del Bianco</i>	de várias partes do Friuli (Meduno, Tramonti di Sotto, Udine etc.)
<i>Di Bernardo</i>	Venezzone e Frisanco
<i>Di Domenico</i>	Frisanco
<i>Donati</i>	principalmente de Sedegliano (ex-província de Udine)
<i>Dorigo</i>	de várias partes do Friuli A família Dorigo citada neste trabalho é de Polcenigo.
<i>Dreon</i>	principalmente Frisanco e Maniago
<i>Favretto</i>	principalmente de Sacile e Caneva
<i>Ferro</i>	de várias partes da ex-província de Udine (Mortegliano, Remanzacco, Varmo etc.)
<i>Filippi</i>	Frisanco
<i>Fiori</i>	Udine
<i>Francescon</i>	principalmente de Cavasso Nuovo
<i>Franzoni</i>	Palmanova e arredores
<i>Frare</i>	principalmente de Pinzano al Tagliamento e Caneva
<i>Gasparetto</i>	Pordenone e arredores
<i>Giraldi</i>	Morsano al Tagliamento
<i>Longo</i>	principalmente de Nimis, Porcia e Frisanco
<i>Lorenzetti</i>	principalmente de Porpetto e Palmanova (ex-província de Udine)
<i>Lorenzoni</i>	Udine e arredores
<i>Luvisa ou Lovisa</i>	principalmente de Frisanco e Cavasso Nuovo
<i>Magnan</i>	A família Magnan citada neste trabalho é de Meduno.
<i>Marcolina</i>	Frisanco
<i>Marin</i>	de várias partes do Friuli Ocidental (Aviano, Gemona, Vito D'Asio, Tramonti Di Sotto, Ovaro etc.)
<i>Mariuzza</i>	Frisanco e Campofornido (ex-província de Udine)
<i>Martinelli</i>	Erto e Casso
<i>Menegotto</i>	Brugnera
<i>Mezzarobba</i>	Polcenigo
<i>Milesi</i>	principalmente de Udine e arredores
<i>Moretti</i>	de várias partes do Friuli (Sedegliano, Buia, Udine etc.)
<i>Moro</i>	de várias partes do Friuli Ocidental

<i>Moser</i>	principalmente de Paluzza
<i>Paniz, Panizzi ou Panizzut</i>	Budoia, Udine e arredores
<i>Piacentini</i>	principalmente de Varmo
<i>Picoli</i>	<i>frazione</i> de Segnacco, <i>comune</i> de Tarcento (ex-província de Udine)
<i>Pietro</i>	Aviano
<i>Pillot</i>	Polcenigo e Pasiano di Pordenone
<i>Pin</i>	principalmente de San Vito al Tagliamento
<i>Roman</i>	Frisanco
<i>Romanini</i>	Artegna
<i>Romano</i>	principalmente de Pasian Schiavonesco (Basiliano)
<i>Ros</i>	principalmente de Caneva e Brugnera
<i>Rosa</i>	principalmente de Frisanco
<i>Salvini</i>	principalmente de Santa Maria La Longa (ex-província de Udine)
<i>Santin</i>	Mezzomonte (Polcenigo), Caneva, Sacile e outras partes do Friuli A família Santin analisada neste trabalho é de Mezzomonte, Polcenigo.
<i>Sari</i>	Udine e arredores, principalmente Resiutta
<i>Scamp</i>	Torreano
<i>Serafini</i>	de várias partes do Friuli (Gemona del Friuli, Dignano, Udine etc.)
<i>Signori</i>	principalmente de Udine e arredores
<i>Tedesco</i>	principalmente de Fiume Veneto e Morsano al Tagliamento
<i>Tizianel</i>	Polcenigo
<i>Toffoli</i>	de várias partes do Friuli (Caneva, Frisanco, Brugnera etc.)
<i>Toffolo</i>	de várias partes do Friuli (Frisanco, Aviano, Maniago etc.)
<i>Tomaselli</i>	de várias partes do Friuli (Aviano, Bertiole, Udine etc.)
<i>Tomè</i>	principalmente de Maniago
<i>Tonello</i>	de várias partes do Friuli (Forni Di Sotto, Pasiano Di Pordenone, Buia etc.)
<i>Tramontina</i>	<i>frazione</i> de Poffabro, Frisanco, Maniago etc.
<i>Troian</i>	Prato Carnico
<i>Trojan</i>	Prato Carnico
<i>Vivan</i>	principalmente de Pordenone, Brugnera e Polcenigo
<i>Zampieri</i>	principalmente de Pasian di Prato
<i>Zanchet</i>	principalmente de Polcenigo
<i>Zandona</i>	Caneva
<i>Zorzetto</i>	principalmente de Polcenigo, Caneva e Sacile